ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLV Nº 53

Brasília - DF, segunda-feira, 19 de março de 2018

Sumário

PÁGINA
Atos do Poder Judiciário ... 1
Atos do Poder Executivo ... 2
Presidência da República ... 2
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ... 23
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações ... 24
Ministério da Cultura ... 27
Ministério da Defesa ... 32
Ministério da Educação ... 34
Ministério da Fazenda ... 40
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços ... 52
Ministério da Integração Nacional ... 53
Ministério da Justiça ... 54
Ministério da Saúde ... 55
Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União ... 63
Ministério das Cidades ... 65
Ministério das Relações Exteriores ... 66
Ministério de Minas e Energia ... 66
Ministério do Desenvolvimento Social ... 82
Ministério do Meio Ambiente ... 82
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão ... 82
Ministério do Trabalho ... 86
Ministério dos Direitos Humanos ... 87
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil ... 88
Ministério Extraordinário da Segurança Pública ... 92
Ministério Público da União ... 92
Tribunal de Contas da União ... 95
Defensoria Pública da União ... 132
Poder Judiciário ... 132
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais .. 133

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Julgamentos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (1) 1.834

ORIGEM	: ADI - 27428 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: SANTA CATARINA
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
REQTE.(S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADV.(A/S)	: GENIR JOSÉ DESTRI (0464/SC)
INTDO.(A/S)	: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou parcialmente procedente o pedido para declarar a inconstitucionalidade da cláusula final do artigo 4º - "bem como aos magistrados que vierem a ser promovidos para a aludida entrância" - da Lei Complementar 160, de 19 de dezembro de 1997, do Estado de Santa Catarina. Ausente, neste julgamento, o Ministro Gilmar Mendes. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 8.3.2018.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.877 (2)

ORIGEM	: ADI - 51928 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: RIO DE JANEIRO
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
REDATORADO ACÓRDÃORISTF	: MIN. CÁRMEN LÚCIA
REQTE.(S)	: PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA - PDT
ADV.(A/S)	: IAN RODRIGUES DIAS (10074/DF)
INTDO.(A/S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INTDO.(A/S)	: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, rejeitou as preliminares. No mérito, também por unanimidade, julgou improcedente a ação e declarou a constitucionalidade do inciso VII do artigo 118 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro e procedente e inconstitucionais os artigos 5º e parágrafo único, 6º e 81, *caput*, da Lei Complementar nº 69, de 19 de novembro de 1990, na redação dada pelos artigos 2º, 3º e 5º da Lei Complementar nº 107, de 07 de fevereiro de 2003, ambas do Estado do Rio de Janeiro. Votou o Presidente. Em seguida, o julgamento foi suspenso por ausência de quorum constitucional. Falou pelo requerente o Dr. Wladimir Sérgio Reale. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Maurício Corrêa, Presidente, Celso de Mello e Nelson Jobim. Presidiu o julgamento o Senhor Ministro Sepúlveda Pertence. Plenário, 06.11.2003.

Decisão: Após o voto do Senhor Ministro Marco Aurélio, Relator, que julgava improcedente a ação em relação aos artigos remanescentes, pediu vista dos autos o Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Sepúlveda Pertence e Carlos Velloso. Presidência, em exercício, do Senhor Ministro Nelson Jobim, Vice-Presidente. Plenário, 02.06.2004.

Decisão: Renovado o pedido de vista do Senhor Ministro Joaquim Barbosa, justificadamente, nos termos do § 1º do artigo 1º da Resolução nº 278, de 15 de dezembro de 2003. Ausente, justificadamente, a Senhora Ministra Ellen Gracie. Presidência do Senhor Ministro Nelson Jobim. Plenário, 29.09.2004.

Decisão: Após o voto-vista do Senhor Ministro Joaquim Barbosa, divergindo parcialmente do Relator, no que foi acompanhado pela Senhora Ministra Cármen Lúcia e pelos Senhores Ministros Ricardo Lewandoski, Eros Grau, Carlos Britto, Cezar Peluso, Gilmar Mendes e Sepúlveda Pertence, pediu vista dos autos a Presidente, Ministra Ellen Gracie. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello. Plenário, 19.10.2006.

Decisão: O Tribunal, por maioria, não conheceu da ação direta quanto ao art. 30 da Lei Complementar 107/2003-RJ. No mérito, julgou parcialmente procedente a ação, nos termos do voto do Ministro Joaquim Barbosa, para I) declarar a constitucionalidade dos arts. 1º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 19, 23, 25, 26, 28 e 29 da Lei Complementar 107/2003-RJ; do inciso VI do art. 105 da Lei Complementar 69/90-RJ, na redação dada pelo art. 15 da Lei Complementar 107/2003-RJ; e II) declarar a inconstitucionalidade dos artigos 5º e parágrafo único, 6º, e 81, *caput*, da Lei Complementar 69/90-RJ, na redação dada pelos artigos 2º, 3º e 5º da Lei Complementar 107/2003-RJ; ii) declarar a inconstitucionalidade dos incisos V e IX do art. 105 da Lei Complementar 69/90-RJ, na redação dada pelo art. 15 Lei Complementar 107/2003-RJ; iii) dar interpretação conforme a Constituição aos incisos VII e VIII do art. 105 da Lei Complementar 69/90-RJ, na redação dada pelo art. 15 Lei Complementar 107/2003-RJ, no sentido de tornar facultativa a participação dos representantes da OAB-RJ e do CRC-RJ no Conselho Superior da Fiscalização Tributária; e iv) declarar a inconstitucionalidade da expressão "*um entre os membros do Ministério Público e um representante da Ordem dos Advogados do Brasil - seção RJ*", constante do art. 110 da Lei Complementar 69/90-RJ, na redação dada pelo art. 19 da Lei Complementar 107/2003-RJ. Vencidos, em parte, os Ministros Marco Aurélio (Relator), Rosa Weber e Celso de Mello, nos termos de seus votos. Redigirá o acórdão a Ministra Cármen Lúcia, Presidente (art. 38, IV, *b*, do RI/STF). Plenário, 8.3.2018.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.628 (3)

ORIGEM	: ADI - 144079 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: AMAPÁ
RELATOR	**: MIN. DIAS TOFFOLI**
REQTE.(S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAPÁ
ADV.(A/S)	: PGE-AP - RUBEN BEMERGUY
INTDO.(A/S)	: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAPA

Decisão: Após o voto do Ministro Dias Toffoli (Relator), que julgava procedente a ação direta para declarar a inconstitucionalidade do parágrafo único do art. 110 da Lei nº 915/2005, do Estado do Amapá, pediu vista dos autos o Ministro Teori Zavascki. Ausente, justificadamente, o Ministro Roberto Barroso. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 05.02.2015.

Decisão: Após o voto do Ministro Teori Zavascki, que julgava improcedente o pedido formulado na ação direta, no que foi acompanhado pelos Ministros Roberto Barroso, Luiz Fux e Cármen Lúcia, e os votos dos Ministros Edson Fachin, Rosa Weber e Marco Aurélio, que julgavam o pedido procedente, acompanhando o Ministro Dias Toffoli (Relator), o julgamento foi suspenso. Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello e Gilmar Mendes, e, nesta assentada, o Ministro Ricardo Lewandowski (Presidente). Presidência da Ministra Cármen Lúcia (Vice-Presidente). Plenário, 10.03.2016.

Decisão: O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, julgou procedente a ação para declarar a inconstitucionalidade do parágrafo único do art. 110 da Lei 915/2005 do Estado do Amapá, vencidos os Ministros Teori Zavascki, Roberto Barroso, Luiz Fux e Cármen Lúcia (Presidente). O Tribunal, ainda, modulou a decisão, para que seus efeitos se produzam tão somente a partir de 6 (seis) meses contados da data da publicação da ata de julgamento. Vencido o Ministro Marco Aurélio no tocante à modulação dos efeitos da decisão. Ausentes, neste julgamento, os Ministros Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes. Plenário, 8.3.2018.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (4) 3.767

ORIGEM	: ADI - 103566 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: PARANÁ
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
REQTE.(S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ
ADV.(A/S)	: PGE-PR - SÉRGIO BOTTO DE LACERDA E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S)	: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou procedente o pedido para declarar a inconstitucionalidade da Lei Complementar 116, de 30 de junho de 2006, do Estado do Paraná. Ausente, neste julgamento, o Ministro Gilmar Mendes. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 8.3.2018.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (5) 5.525

ORIGEM	: ADI - 5525 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. ROBERTO BARROSO**
REQTE.(S)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S)	: CONGRESSO NACIONAL
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE.	: CLÍNICA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CLÍNICA UERJ DIREITOS
ADV.(A/S)	: DANIEL ANTÔNIO DE MORAES SARMENTO (00073032/RJ)

Decisão: Após o voto do Ministro Roberto Barroso (Relator), julgando parcialmente procedentes os pedidos formulados na ação, para declarar a inconstitucionalidade da locução *"após o trânsito em julgado"*, prevista no § 3º do art. 224 do Código Eleitoral, e para conferir interpretação conforme a Constituição ao § 4º do mesmo artigo, de modo a afastar do seu âmbito de incidência as situações de vacância nos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, bem como no de Senador da República, no que foi acompanhado pelos Ministros Edson Fachin, Rosa Weber e Marco Aurélio, e após o voto do Ministro Alexandre de Moraes, que divergia em parte do Relator, para julgar inconstitucional o § 4º do art. 224 do Código Eleitoral também no tocante à vacância dos cargos de Governadores, Prefeitos e seus Vices, o julgamento foi

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900001

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

suspenso. Falou, pelo *amicus curiae* Clínica de Direitos Fundamentais da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - CLÍNICA UERJ DIREITOS, o Dr. Daniel Sarmento. Presidência da Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 7.3.2018.

Decisão: O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, julgou parcialmente procedente a ação para declarar a inconstitucionalidade da locução "após o trânsito em julgado", prevista no § 3º do art. 224 do Código Eleitoral, e para conferir interpretação conforme a Constituição ao § 4º do mesmo artigo, de modo a afastar do seu âmbito de incidência as situações de vacância nos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, bem como no de Senador da República. Vencido, em parte, o Ministro Alexandre de Moraes, nos termos de seu voto. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 8.3.2018.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (6) 5.619

ORIGEM : ADI - 5619 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
REQTE.(S) : PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO - PSD
ADV.(A/S) : EZIKELLY BARROS (0031903/DF)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: Após o relatório e a sustentação oral, o julgamento foi suspenso. Falou pelo requerente, Partido Social Democrático - PSD, a Dra. Ezikelly Barros. Presidência da Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 7.3.2018.

Decisão: O Tribunal, por maioria, vencido o Ministro Marco Aurélio, julgou totalmente improcedente a ação direta e fixou tese nos seguintes termos: "É constitucional legislação federal que estabeleça novas eleições para os cargos majoritários simples - isto é, Prefeitos de Municípios com menos de duzentos mil eleitores e Senadores da República - em casos de vacância por causas eleitorais". Tudo nos termos do voto do Relator. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 8.3.2018.

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

Atos do Poder Executivo

RETIFICAÇÃO

DECRETO Nº 9.310, DE 15 DE MARÇO DE 2018
(Publicado no Diário Oficial de 16 de março de 2018 - Seção 1)

- Na página 16, nas assinaturas, **leia-se**: Michel Temer, Dyogo Henrique de Oliveira, Alexandre Baldy de Sant'Anna Braga e Eliseu Padilha.

Presidência da República

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria INCRA/SR-28/DFE/N° 115, de 22 de junho de 2011, publicada no DOU nº 120 de 27 de junho de 2011, que criou o Projeto de Assentamento Márcia Cordeiro Leite: código SIPRA DF019300, **onde se lê** "... que prevê a criação de 64 (sessenta e quatro) unidades agrícolas familiares ", **leia-se** "...prevê a criação de 70 (setenta) unidades agrícolas familiares."

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RORAIMA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria/INCRA/SR-25/N°13/2002, de 27 de dezembro de 2002, publicada no DOU de 10 de janeiro de 2003 - Seção 1, que criou o PA JACAMIM, no município do Cantá, código SIPRA RR0038000, **onde se lê:** "2.456,000 (Dois mil quatrocentos e cinquenta e seis hectares).., **leia-se:** 3178,2459 (Três mil cento e setenta e oito hectares vinte quatro ares e cinquenta e nove centiares),... **onde se lê** que prevê a criação de 64 (sessenta e quatro) unidades agrícolas familiares.", **leia-se:** que prevê a criação de 55 (cinquenta e cinco) unidades agrícolas familiares."

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO

Processo nº 00100.000405/2018-57
Interessado: AR CERTIFID
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR CERTIFID, vinculada a AC CONSULTI BRASIL RFB.

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS
Diretor-Presidente

DESPACHO

Processo nº 00100.000105/2018-78
Interessado: AR CERTISAFE
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR CERTISAFE, vinculada à AC SAFEWEB CD.

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS
Diretor-Presidente

DESPACHO

Processo nº 00100.000793/2018-76
Interessado: AR BRASIL CORRETORA E CERTIFICADORA
INDEFIRO o pedido de alteração de endereço da IT BRASIL CORRETORA E CERTIFICADORA da AR BRASIL CORRETORA E CERTIFICADORA.

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS
Diretor-Presidente

SECRETARIA-GERAL

EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S/A

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2017

MENSAGEM

A Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL, vinculada à Secretaria do Programa de Parceria de Investimentos, desenvolve o planejamento do Governo Federal na área de infraestrutura de transporte e logística, produzindo estudos e projetos necessários para otimização e ampliação das vias existentes no país.

Durante o ano de 2017, a atuação da EPL manteve o foco na estruturação de projetos e no suporte às decisões estratégicas relativas a rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos federais.

Para dar efetividade a esta atuação, reforçou o compromisso de manter-se como empresa pública ágil, enxuta e com capacidade de respostas às demandas setoriais, fundamentando seus produtos no conhecimento técnico de sua equipe de colaboradores e na gestão orientada para resultados.

Além das entregas de projetos e das contribuições na estruturação das concessões federais, nesse ano foi possível concluir uma valiosa ferramenta de planejamento que é o Plano Nacional de Logística - PNL. A partir do diagnóstico setorial, o PNL identifica pontos de estrangulamento na rede de transportes (rodoviária, ferroviária e hidroviária), apresenta projeções de demanda e previsão de conclusão de obra para, em sequência, sugerir investimentos para melhoria do sistema, em termos de modernização, otimização, disponibilidade, conforto e custos, no horizonte temporal de 2025.

A tônica do planejamento obedece a critérios técnicos e econômicos, assim como tem presentes os conceitos de integração, intermodalidade e sustentabilidade. Tudo isso deve ser ofertado para que as instâncias governamentais, a quem cabe decidir acerca das prioridades, o façam com segurança e transparência.

O relatório do recém-concluído do Plano Nacional de Logística será disponibilizado no início de 2018 para consulta pública e contribuições dos interessados e da sociedade em geral. Sua atualização será periódica, permitindo revisões no planejamento dos investimentos, inclusive orientando as programações orçamentárias a cada exercício fiscal.

A EPL, em 2017, tratou ainda de atender a demandas importantes para a continuidade das concessões federais, como a obtenção de licenças ambientais de rodovias concedidas e a conceder, e um estudo específico sobre metodologia para identificação e precificação de ativos não amortizados em concessões rodoviárias e aeroportuárias que venham a ser encerradas antes do prazo original de contrato.

Juntamente com outras iniciativas mencionadas neste Relatório da Administração, a diretoria e os colaboradores da EPL prosseguirão trabalhando para que a instituição seja reconhecida pela excelência técnica de suas entregas, assim contribuindo para o desenvolvimento da infraestrutura do Brasil.

Brasília-DF, 9 de fevereiro de 2018.
JOSÉ CARLOS MEDAGLIA FILHO
Diretor-Presidente

Capítulo 1 - Caracterização da Empresa

1.1 PERFIL CORPORATIVO

1.1.1 Institucional

A Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL é uma empresa pública constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, regida pelo Estatuto Social da EPL e especialmente, pela Lei de criação nº 12.404, de 4 de maio de 2011, e alterações, pelas Leis nº 13.303, de 30 de junho de 2016, Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 e demais legislações aplicáveis.

A nova vinculação da EPL à Secretaria-Geral da Presidência da República, promovida por uma conjuntura inovadora de iniciativas, em especial, o Decreto n° 8.981, de 02 de fevereiro de 2017, propôs um conjunto de novos desafios que foram enfrentados em 2017.

Tornar-se uma Empresa dinâmica, atendendo aos preceitos de governança da Lei das Estatais (Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016) e, ainda, ser capaz de, tempestivamente, produzir e disseminar inteligência, transversal e integrada, com os agentes públicos, na tomada de decisão em projetos para o setor de transporte e logística foi o foco das ações empreendidas pela EPL em 2017.

Neste contexto, a EPL apresentou uma série de iniciativas visando aprimorar a governança e a prática corporativa, das quais destacamos a edição do novo Estatuto Social que foi aprovado junto a Assembleia Geral e como consequência deste, a preparação de novo Regimento Interno, tudo dentro dos prazos determinados para cumprimento da Lei das Estatais.

No âmbito da sua missão institucional de planejar a infraestrutura de transportes e a logística do País, a EPL realizou estudos e pesquisas, elaborando cenários na busca de soluções e alternativas para os gargalos físicos/operacionais do setor.

A Empresa planeja e estrutura projetos de forma a apoiar os diversos entes federativos do setor celebrando, contratos e convênios com instituições científicas e tecnológicas voltadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento, absorção, transferência e licenciamento de tecnologias. A EPL assumiu também a função

empreendedora, para efeito de licenciamento ambiental, nos projetos de rodovias e ferrovias.

A tônica do Governo Federal em 2017 foi criar oportunidades de investimentos, geração de renda e emprego, dando celeridade aos projetos de infraestrutura, em especial por meio do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI, criado para reforçar a coordenação das políticas de investimentos em infraestrutura através de parcerias com o setor privado.

Alinhada a esse esforço, a EPL investiu na sua reorganização interna, reposicionou-se e assumiu atribuições importantes para o desenvolvimento do Programa Avançar Parcerias do Governo Federal como:

Realização de estudos e projetos voltados para as novas concessões federais de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos;

Resgate da capacidade de planejamento do Estado Brasileiro, com visão crítica e adequação dos projetos ao interesse público, buscando soluções inovadoras e modelos de concessões internacionalmente experimentados; e

Preparação dos estudos e relatórios requeridos para o licenciamento ambiental das rodovias e ferrovias federais concedidas, eliminando um dos principais entraves para a implantação dos projetos.

Com um quadro de profissionais com perfil essencialmente técnico, atuou e tem atuado na estruturação das concessões do Governo Federal previstas para o período 2017/2018, e também elaborou o PNL - Plano Nacional de Logística, um estudo abrangente e orientador dos investimentos de médio e longo prazo, necessários para dotar o país de uma infraestrutura de transportes e logística que favoreça o desenvolvimento econômico.

Desenvolvendo novas ferramentas de Gestão, reestruturando suas prioridades e esforços, buscando parcerias técnicas de ponta, aprimorando suas práticas técnicas e gerenciais, a EPL buscou em 2017 cumprir os desafios propostos no Planejamento Estratégico da instituição e seguir as diretrizes formuladas pelo seu órgão de vinculação, a Secretaria do PPI.

Consolidar e aprimorar estas práticas são desafios da EPL para 2018.

1.1.2 Relacionamento com a Sociedade

Ao interagir transversalmente com os atores públicos e privados, a oferta de informações da EPL deve ser dinâmica. É preciso ter capacidade tempestiva de resposta e produtos que atendam a demanda do setor de transportes.

Algumas das ações desenvolvidas pela EPL já se transformaram em resultados concretos para a sociedade, o que contribuiu para a construção de uma nova imagem para a Empresa. Nesse sentido, ao longo de 2017, a produção de conteúdo noticioso sobre assuntos relacionados à EPL cresceu 28% em relação ao ano de 2016, com a publicação de 67 matérias em seu site.

O aumento da produção de conteúdo sobre as ações desenvolvidas e uma maior exposição positiva na mídia levou a um crescimento do interesse sobre a EPL.

Também foram distribuídos, durante o período, releases informativos para jornais e veículos de comunicação. Tal atividade resultou na publicação de diversas notícias sobre a Empresa na mídia, além da utilização de agentes da EPL como fonte de informação para reportagens e entrevistas. Os relatórios e boletins técnicos publicados no site também contribuíram para a transparência da Empresa perante a sociedade.

1.1.2.1 Lei de Acesso à Informação

A Lei de Acesso à Informação (LAI - Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011) regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas. A normatização constante do Decreto nº 7.724 que entrou em vigor em 16 de maio de 2012 e criou mecanismos que possibilitam, a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações públicas dos órgãos e entidades.

As 60 demandas recebidas e atendidas pelo Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) em 2017 representam um aumento de 25% no total de solicitações. Previsto na Lei de Acesso à Informação, o SIC garante que qualquer pessoa receba informações de órgãos e entidades públicas.

Algumas demandas são compostas por mais de uma pergunta e o número total de perguntas enviadas por meio dessas 60 demandas também cresceu em 2017: foram 85% maiores em relação ao número de perguntas enviadas no ano de 2016.

Para acompanhar as ações vinculadas ao cumprimento da LAI foi utilizado o método de avaliação baseado em indicadores medidos mensalmente. Os indicadores foram: Número de Atendimentos; Tempo de Resposta; e Canais de Solicitação. Este relatório corresponde ao somatório dos dados aferidos no período de 1° de Janeiro a 31 de Dezembro de 2017.

1.2 GOVERNANÇA

A Lei das Estatais de nº 13.303, de 30 de junho de 2016, definiu novas diretrizes para o estatuto jurídico das empresas estatais (empresas públicas ou de economia mista) e suas subsidiárias, aumentando o patamar de exigência nos quesitos de transparência e segurança na gestão dessas empresas.

Para adequação e cumprimento de regras de compliance, o Estatuto Social da Empresa foi reformulado e aprovado em outubro de 2017 observando regras de governança corporativa, de transparência e de estruturas, práticas de gestão de riscos e de controle interno, assim como, composição da administração conforme as exigências constantes nessa Lei.

Com base nas premissas de transparência, equidade, prestação de contas e reponsabilidade corporativa, a EPL desempenhou suas atividades com maior eficiência na gestão, alinhando seus interesses estratégicos e valorizando sua imagem, através de ações de integridade, ética e conduta.

As entregas realizadas no decorrer do ano apresentaram resultados significativos, como geração de renda e aumento da empregabilidade. Houve um aumento significativo em licitações de portos, assim como projeções viáveis no setor de ferroviário e rodoviário que geraram competitividade e sustentabilidade para o país.

Os princípios de governança foram respeitados e seus mecanismos seguem gradativamente em evolução na EPL. No decorrer do 1º semestre de 2017, ações como revisão do mapa estratégico e constituição de indicadores para mensuração dos objetivos estratégicos da Empresa serviram de subsídio para definir a relação da organização tanto com o ambiente interno como o externo. A análise dessas relações através do Balanced Scorecard (BSC) auxiliou a Empresa na identificação de possíveis oportunidades e ameaças, possibilitando assim, novas projeções, diagnósticos e melhorias.

Como norteador da organização, o planejamento estratégico desenvolvido foi fundamental para o processo gerencial e desencadeou atividades subsequentes. Os esforços foram medidos e ações de controles internos foram intensificadas através da publicação de normativos internos, políticas institucionais e atos administrativos que geraram organização das atividades e comunicação entre as unidades organizacionais.

1.2.1 Gestão de Riscos e Controles Internos

No intuito de evitar fraudes e possíveis adversidades, métodos e procedimentos foram implementados na Empresa, a fim de salvaguardar seus ativos, verificar a adequação das suas atividades e promover a eficiência operacional.

A Auditoria Interna, como unidade competente, dedica atenção sobre a aderência das ações da organização às políticas definidas pela alta direção e avalia o nível de segurança dos controles internos existentes na Empresa. Quando identificada alguma divergência, formula recomendações para implementação de mecanismos internos de prevenção.

Dentre as ações de controle interno, em 2017 foram publicados normativos internos que abordaram temas convenientes à administração pública como Ressarcimento de Dirigentes; Nomeação, Movimentação e Exoneração de Comissionados; Procedimento de Apuração de Irregularidades ou de Extravio ou Dano de Bens Públicos; Ressarcimento de Valores por Profissionais; e o Monitoramento de Marcos. Foram também mapeados processos de gestão de pessoas.

Como instrumento de planejamento e de gestão que visa guiar e acompanhar a atuação logística e tecnológica da Empresa foram definidas a Política de Desenvolvimento Tecnológico 2017-2018, a Política de Segurança da Informação e a retomada das atividades do Comitê de Segurança da Informação.

A fim de proteger e conduzir as ações financeiras da EPL, seguindo um conjunto de boas práticas de transparência conforme princípios contábeis aplicáveis e normas internacionais de contabilidade, em 2017 contratou-se empresa especializada para verificação das demonstrações financeiras e empresa especializada em teste de recuperabilidade a qual reavalia o valor patrimonial dos ativos da EPL.

Por fim, a Diretoria Executiva da EPL e o Conselho de Administração, em dezembro de 2017, aprovaram a Política de Gestão de Riscos e Controles Internos da EPL, que abrange os conceitos básicos, princípios, metodologias e diretrizes ligadas a este tema.

A sequência de implementação da gestão de riscos ocorrerá ao longo de 2018, priorizando os processos organizacionais que impactam diretamente no atingimento dos objetivos estratégicos definidos no Planejamento Estratégico, em paralelo aos processos projetizados dentro da EPL, tendo como próximo marco a definição de seu primeiro mapa de riscos.

1.2.2 Planejamento Estratégico

O início de 2017 foi marcado pela aprovação do novo mapa estratégico EPL, onde ficou clara, para todos os níveis hierárquicos da Empresa, a missão de "Planejar e promover os transportes e a logística do País" e a importância de motivar suas atividades em prol do atingimento da missão e visão de "Ser referência em planejamento (nacional, integrado, sustentável) de transportes e logística até 2020".

Em atendimento à demanda da SEST e em cumprimento ao Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, foram elaborados indicadores para medir o atingimento de objetivos estratégicos. Estes indicadores tiveram sua aferição realizada nos quatro trimestres de 2017. No decorrer do ano, as medições foram apresentadas em Reuniões de Análise da Estratégia - RAE, e disponibilizadas para a Diretoria Executiva. O resultado final do exercício foi explicitado ao Conselho de Administração.

São os seguintes indicadores em foco:

I. Índice de Execução Financeira PAC:

- Métrica: relação entre a soma de pagamentos de despesas contratadas com dotação do PAC e a disponibilidade financeira alocada para este fim.

- Objetivo: medir a agilidade e a eficácia do processo de liquidação de compromissos financeiros assumidos com fornecedores.

- Comentário: o indicador demonstrou-se parcialmente aderente ao processo interno, porém inadequado para espelhar as reais situações que ocorrem no âmbito da EPL, onde a conclusão do objeto, por diversas ocasiões, independem de amonstrções desta empresa, ficando, portanto, sob a análise de órgãos públicos externos, impactando assim, no atingimento da meta estabelecida.

II. Índice de Execução Orçamentária PAC:

- Métrica: relação entre a soma dos empenhos do PAC e a dotação orçamentária alocada para este fim.

- Objetivo: medir a eficácia do processo de execução orçamentária, concretizada pela emissão de empenhos, a partir do limite orçamentário disponibilizado.

- Comentário: o indicador demonstrou-se parcialmente aderente ao processo interno, porém inadequado pela existência de fatores relacionados às alterações orçamentárias alheias à vontade da EPL, dificultando a efetivação dos empenhos pelo limite orçamentário disponibilizado à EPL ao final do exercício corrente.

III. Índice de Execução de Aquisições:

- Métrica: relação entre o número de itens (insumos, equipamentos, instalações, software, hardware) identificados como necessários pelas áreas da empresa e as efetivas aquisições.

- Objetivo: medir a agilidade e a eficácia do processo de adquirir bens e serviços solicitados pelas áreas técnicas e operacionais, como forma de dar suporte à atividade fim da empresa.

- Comentário: o indicador demonstrou-se pouco aderente ao processo interno, uma vez que as aquisições inicialmente declaradas como necessárias foram reavaliadas ao longo do exercício, e as prioridades foram revistas. O contingenciamento de investimentos ocorrido durante determinado período do ano também impactou no andamento dos processos. Porém, de maneira geral, os insumos suficientes e necessários ao bom desempenho empresarial foram disponibilizados, sendo possível concluir que a administração alcançou os objetivos de prover a infraestrutura essencial. O indicador necessita de aprimoramentos para melhor espelhar o desempenho da organização.

IV. Quantidade de horas de capacitação por colaborador:

- Métrica: número absoluto, média global entre os colaboradores, de horas dedicadas a capacitação com conteúdos autorizados pela empresa.

- Objetivo: medir o investimento em capacitação a partir de um desafio médio anual, para desenvolvimento de conhecimentos importantes para o perfil técnico da equipe.

- Comentário: o indicador mostrou-se adequado para provocar o comportamento desejado e medir o atingimento da meta de maneira aderente.

V. Estudos Ambientais analisados, aprovados e protocolados:

- Métrica: número absoluto de Estudos Ambientais concluídos no exercício. A meta é dada pela previsão de demanda identificada no início do ano.

- Objetivo: medir a efetividade da área técnica na entrega do estudo demandado.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900003

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

- Comentário: o indicador mostrou-se adequado para provocar o comportamento desejado e medir o atingimento da meta de maneira aderente. Convém prever revisões de meta ao longo do exercício.

VI. Relatórios Técnicos do PNLI aprovados:

- Métrica: número absoluto de Relatórios Técnicos concluídos no exercício. A meta é dada pela previsão de demanda identificada no início do ano.

- Objetivo: medir a efetividade da área técnica na entrega do estudo demandado.

- Comentário: o indicador mostrou-se adequado para provocar o comportamento desejado e medir o atingimento da meta de maneira aderente. O indicador pode ser melhorado com produtos intermediários que avaliem a proximidade de atingimento da meta global.

VII. Publicação de Boletim de Logística:

- Métrica: número absoluto de Boletins concluídos no exercício. A meta é dada pela programação acordada no início do ano.

- Objetivo: medir a efetividade da área técnica na entrega da publicação.

- Comentário: o indicador mostrou-se adequado para provocar o comportamento desejado e medir o atingimento da meta de maneira aderente. O indicador pode ser melhorado medindo a pontualidade das entregas.

VIII. Análise de Estudos e Projetos:

- Métrica: número absoluto de Relatórios Técnicos concluídos no exercício. A meta é dada pela previsão de demanda identificada no início do ano.

- Objetivo: medir a efetividade da área técnica na entrega dos estudos demandados.

- Comentário: o indicador mostrou-se adequado para provocar o comportamento desejado e medir o atingimento da meta de maneira aderente. O indicador pode ser melhorado com produtos intermediários que avaliem a proximidade de atingimento da meta global, ou a contribuição das áreas internas, ou grau de governabilidade que a área detém sobre cada produto sujeito a condicionantes externos.

O resultado final do acompanhamento dos indicadores em 2017 foi:

Resultados dos indicadores e metas corporativas de 2017	Meta Anual	Status 4º Trimestre
I - Índice de execução financeira PAC	76,00%	48,83%
II - Índice de execução orçamentária PAC	95,00%	97,05%
III - Índice de execução de aquisições	85,00%	58,66%
IV - Quantidade de horas de capacitação por colaborador	12,00%	17,21%
V - Estudos Ambientais analisados, aprovados e protocolados	03 un	03 un
VI - Relatórios Técnicos do PNLI aprovados	01 un	01 un
VII - Publicação de Boletim de Logística	05 un	05 un
VIII - Análise de Estudos e Projetos	10 un	36 un

Tabela 1 - Resultados indicadores e metas corporativas 2017

É importante ainda ressaltar que a Empresa adota, como processo de planejamento e gestão estratégica, o Balanced Scorecard - BSC, metodologia que proporciona uma visão sistêmica das principais decisões e ações que direcionam a evolução da organização, traduzidas em objetivos, indicadores e metas, além de projetos e planos de ação.

1.2.3 Gerenciamento de Projetos

O uso do gerenciamento de projetos como técnica de gestão nas atividades da EPL tem se mostrado um instrumento fundamental no planejamento, na execução e no monitoramento dos mesmos. Utilizando-se as melhores práticas internacionais do setor, a Metodologia de Gerenciamento de Projetos-MGP EPL está sendo continuamente aprimorada e novas ferramentas são incorporadas no dia-a-dia de gerentes e patrocinadores.

A EPL atua como assessoria técnica da SPPI realizando atividades como: estruturação de negócios, análise de estudos, assessoria no processo de concessão de projetos de infraestrutura, entre outros. Além disso, prossegue o monitoramento dos prazos do programa, que é composto por 145 projetos qualificados, nas reuniões do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos. Esse monitoramento é realizado através da permanente atualização e verificação dos cronogramas dos projetos, auxiliando no cumprimento das metas previstas, na revisão do planejamento e na tomada de decisões tempestivas.

Visando o uso contínuo do gerenciamento de projetos na gestão da EPL, foram realizados treinamentos com as equipes dos projetos e atividades de assessoria sobre o tema com os gerentes e patrocinadores. Esse trabalho foi incrementado com algumas melhorias realizadas em 2017, onde destacam-se:

- Elaboração de indicadores de medição de implantação de projetos: foram desenvolvidos indicadores que medem o desempenho a partir do monitoramento das entregas de todos os projetos. Essa técnica mostrou ser uma boa forma de visualização estratégica da carteira, auxiliando principalmente na análise de tendências de variação de prazos. Tais indicadores foram incorporados ao Sistema de Monitoramento de Marcos - SMM;

- Estruturação de ambiente digital colaborativo para as equipes dos projetos: a ferramenta consiste em um ambiente virtual seguro onde todos os envolvidos do projeto podem interagir através de instrumentos de colaboração, tais como: sistemas de comunicação, repositório de documentos do projeto, sistemas de cadastramento e agendamento, sistemas de planejamento e controle de projetos, entre outros. Esse ambiente começou a ser testado num grupo de quatro projetos de concessão do Programa Avançar Parcerias e deverá se consolidar como uma das principais ferramentas no gerenciamento dos projetos da EPL durante 2018; e

- Desenvolvimento de técnicas de gerenciamento de riscos de projetos: o gerenciamento de riscos dos projetos é considerado uma área de conhecimento fundamental na gestão e controle de imprevistos, possibilitando o rápido replanejamento das atividades e a tomada de decisões eficazes no realinhamento do projeto. Com a recente aprovação da Política de Riscos e a previsão de desenvolvimento de metodologia específica, essa técnica passará a ser mais um recurso disponível para o bom resultado na gestão dos projetos da EPL.

O resultado desse trabalho tem sido a evolução contínua do conhecimento dos profissionais nesse assunto, direcionando a EPL a atingir um grau elevado de maturidade na técnica de gestão de projetos.

1.2.4 Accountability

A EPL realiza o monitoramento e saneamento de recomendações formuladas pelo Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União - CGU, através do Plano de Providência Permanente - PPP. A exigência de elaboração desse Plano está prevista na Portaria CGU nº 522, de 04 de março de 2015, e no Decreto nº 3.591, de 06 de setembro de 2000. As recomendações do PPP são relativas ao Relatório de Gestão 2014 e ao Relatório Final de Auditoria Anual de Contas nº 201503648, encaminhado pela CGU em 29 de setembro de 2015, não tendo sido apresentadas novas recomendações desde então.

Atualmente, o PPP está sob monitoramento da CISET - Secretaria de Controle Interno da Presidência da República. Após a migração do Sistema de Monitoramento da CGU, no ano de 2017 a EPL obteve acesso ao sistema da CISET para dar continuidade ao atendimento das recomendações solicitadas.

Com o interesse de fortalecer o aprimoramento da gestão, consolidar as medidas a serem tomadas pela Instituição e auxiliar a unidade de Auditoria Interna no cumprimento de sua atribuição de acompanhar a implementação das recomendações dos órgãos/unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, em 2017 foram tomadas providências para atendimento do Plano, conforme especificação gráfica abaixo:

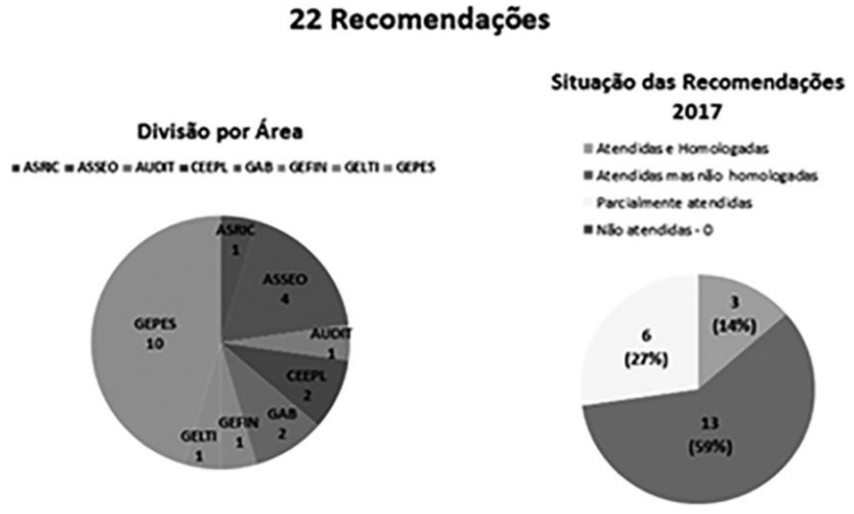


Figura 1 - Recomendações PPP

1.2.5 Ética e Integridade

Ética e Integridade na Empresa são elementos de compliance vinculados à prevenção, detecção e remediação dos atos lesivos previstos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. As medidas de integridade da EPL são determinadas nas Unidades Organizacionais para que a entrega dos seus processos, produtos e serviços esteja em conformidade com as exigências legais.

Em apoio ao processo que está sendo desenvolvido, em fevereiro de 2017, os profissionais da EPL assinaram Termo de Compromisso relativo ao conhecimento dos princípios, valores e regras estabelecidas no Código de Ética e Conduta da Empresa, assim como se obrigaram exercer tais padrões de conduta integralmente.

Por meio de cartazes, pop-ups, mensagens eletrônicas e informações contidas nos portais corporativos de Internet e Intranet, foram promovidas campanhas educativas com relação à divulgação do Código de Ética e Conduta da EPL, bem como orientações de como utilizar os canais de comunicação com a Comissão de Ética. A título de exemplo, com as campanhas de sensibilização acerca do tema ética pública, o número anual de acessos à respectiva área do portal corporativo cresceu mais de 60,0% em 2017, comparativamente a 2016.

Em cumprimento às boas práticas de governança corporativa, os contratos administrativos e congêneres da EPL passaram a contar com cláusulas específicas sobre a necessidade de os contratados darem ciência aos seus funcionários acerca da observância dos preceitos estabelecidos no Código de Ética e Conduta da EPL, como também de dispositivos relacionados a vedação à prática de nepotismo e a conflito de interesses.

Em maio, foi proporcionada a conferência "Gestão de Riscos e Controles Internos - Uma Abordagem Sobre Risco Operacional", ministrada pelo Prof. Paulo Grazziotin, oportunidade em que os profissionais da EPL puderam conhecer a importância da gestão dos riscos operacionais - aliada aos controles internos - e a sua relação com a conformidade dos resultados a serem entregues à sociedade.

Em junho, foi realizada a palestra "A importância da ética para o profissional da empresa e a sociedade", proferida pelo Conselheiro Dr. Marcello Alencar Araújo, da Comissão de Ética Pública da Presidência da República, no propósito de conscientização e orientação dos profissionais da EPL.

Em novembro, com a parceria firmada pela área de Gestão de Pessoas, foi oferecido aos profissionais da Empresa na modalidade de ensino à distância (EAD), sem custo, o curso "Ética e Administração Pública", ministrado pelo Instituto Legislativo Brasileiro - ILB com carga horária de 40h.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900004

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Por sua vez, os novos membros da Comissão de Ética da EPL tiveram a oportunidade de se capacitarem por meio do Curso de Gestão e Apuração da Ética Pública promovido pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República. Também, a EPL se fez representar no XIX Seminário Internacional de Ética na Gestão - "A Afirmação Ética dos Princípios da Administração Pública", ocorrido em outubro.

Cabe ressaltar que o Estatuto Social da EPL, aprovado em outubro de 2017, prevê que a Empresa disporá de Comitê de Auditoria, cujo Regimento encontrava-se em fase final de aprovação junto ao CONSAD. Além disso, dispõe de um Comitê de Elegibilidade que visa auxiliar os acionistas na verificação da conformidade do processo de indicação e de avaliação dos administradores e conselheiros fiscais. O Estatuto ainda reafirma a atuação das unidades internas de governança como Auditoria Interna, Área de Integridade e Gestão de Riscos e Ouvidoria.

Capítulo 2 - Foco de Atuação

2.1 ESTRUTURAÇÃO DE PROJETOS

Em apoio ao Programa Avançar Parcerias, conduzido pela Secretaria do Programa de Parcerias e Investimentos - SPPI, e com o objetivo de dar continuidade à expansão e modernização da infraestrutura de transportes do País, encontra-se sob responsabilidade da EPL a análise, o aperfeiçoamento e a consolidação de estudos técnicos de projetos destinados a concessões de infraestrutura de transporte.

A inserção da Empresa neste processo visa assegurar o olhar público, associado à expertise técnica e mercadológica, sobre os projetos de infraestrutura em estruturação pelo poder concedente, reduzindo-se assim potenciais assimetrias de informação no processo de delegação.

Em 2017, a EPL manteve sua atuação no apoio à estruturação de projetos, referentes aos modais rodoviário, ferroviário e portuário, atendendo assim os projetos até então qualificados pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos - CPPI, conforme preconiza o Decreto nº 8.916, de 25 de novembro de 2016.

A seguir, são apresentadas as principais atividades realizadas ao longo de 2017, em cada setor que conta com o apoio da EPL, assim como os trabalhos previstos para o exercício 2018.

2.1.1 Setor Rodoviário

Fazem parte da carteira de estudos técnicos para concessões de rodovias os seguintes empreendimentos:

1. Rodovia de Integração do Sul - (BR-101/290/448/386-RS, trechos da divisa SC/RS até Osório e de Porto Alegre até Carazinho
2. BR - 364/365 - GO/MG, trecho Jataí/Uberlândia
3. BR - 101 - SC - Rodovia Governador Mário covas, entre a ponte sobre o Rio da Madre, Paulo Lopes/SC, até a divisa SC/RS, abrangendo do Km 244 + 680 até o 465 + 100
4. BR-364-MT/RO, entre o entroncamento com a BR - 174 em Comodoro/MT e Porto Velho/RO, acesso Ulisses Guimarães
5. BR - 116/RJ/SP -Rodovia Presidente Dutra
6. BR - 040/MG/RJ - Juiz de Fora/MG a Rio de Janeiro/RJ
7. BR - 116/RJ - Além Paraíba/MG, na divisa MG/RJ, à BR - 040-RJ
8. BR - 153/GO/TO - Aliança do Tocantins/TO a Anápolis/GO

Tabela 2 - Carteira de estudos técnicos - Rodovias

Adicionalmente aos projetos rodoviários priorizados pelo CPPI, acima, também faz parte da carteira de projetos sob os cuidados da EPL o estudo de viabilidade de concessão das rodovias BR-381/262-ES/MG, por demanda do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, e que se encontra em desenvolvimento por meio do Contrato EPL 013/2016.

Relativamente à carteira de projetos qualificados pelo CPPI - Rodovias - Tabela 2, em 2017, a EPL participou ativamente no processo de análise e reformulação dos estudos técnicos originalmente elaborados por meio de Procedimento de Manifestação de Interesse - PMI referentes às rodovias BR-364/365-GO/MG (Jataí/GO/Uberlândia/MG), BR-101/290/448/386-RS (divisa SC/RS até Osório e de Porto Alegre até Carazinho), BR-101/SC (Rodovia Governador Mário Covas) e BR-364/MT/RO (Comodoro/Porto Velho).

Como resultado desta ação, foram protocolados pela ANTT no Tribunal de Contas da União - TCU, ainda em 2017, os estudos da BR-101/290/448/386-RS e BR-364/365-GO/MG, dando assim prosseguimento ao rito de delegação destes sistemas rodoviários. Para as rodovias BR-101-SC e BR-364-MT/RO, o processo em curso de avaliação e ajustes dos estudos pela EPL subsidiará o Governo Federal na abertura das Audiências Públicas necessárias para dar amplo conhecimento dos estudos técnicos à sociedade, em consonância ao rito ordinário existente para delegação de projetos de infraestrutura.

No tocante aos estudos técnicos das rodovias BR-116-RJ/SP, BR-040-MG/RJ, BR-116-RJ e BR 153-GO/TO, tratam-se de estruturas emblemáticas no sistema de transportes do país, para os quais houve o entendimento de que mereciam nova abordagem. Após criterioso processo de avaliação e negociação, foi firmado contrato com o International Finance Corporation - IFC, organismo técnico vinculado ao Banco Mundial. Desta forma, foram iniciados em 2017 os trabalhos de estruturação dos referidos projetos, com a definição das frentes de trabalho necessárias e as respectivas equipes dedicadas a cada etapa.

Cabe ressaltar que o contrato com o International Finance Corporation - IFC foi assinado em 01 de novembro de 2017, com prazo contratual de 24 meses. O objetivo da contratação do IFC é justamente trazer um agente experiente e com credibilidade para atuar na qualidade de consultor líder exclusivo auxiliando a EPL nas várias fases de estruturação e implantação do projeto. Este bloco de concessões, estruturadas segundo as melhores práticas internacionais, deve significar um avanço no programa de rodovias, marcando uma nova fase em que sustentabilidade e incorporação de tecnologia tragam benefícios concretos ao usuário e favoreçam a regulação ao longo do prazo de concessão.

Quanto ao estudo da rodovia BR-262/381-ES/MG, o ano de 2017, foi dedicado ao desenvolvimento dos Estudos de Tráfego (contagens volumétricas e classificatórias e desenvolvimento do estudo propriamente dito), Cadastro Geral da Rodovia, Estudos Ambientais e Estudos de Engenharia contemplando Trabalhos Iniciais, Ampliação de Capacidade e Restauração do sistema rodoviário em questão.

Para 2018, a EPL manterá sua atuação na preparação dos estudos de viabilidade, conforme os estágios em que se encontram dentro do rito ordinário de delegação, quais sejam: i - preparação dos estudos para Audiência Pública, ii - TCU e iii - Publicação do Edital para Licitação. Ademais, novos sistemas rodoviários derivados do Plano Nacional de Logística - PNL que sejam alvo de futuras delegações definidas pelo Governo Federal serão incorporados à carteira de projetos a serem preparados pela EPL.

O quadro a seguir resume o estágio em que se encontram os estudos técnicos anteriormente destacados:

RODOVIA	*Estados*	*Extensão*	*2017*	*2018*
Rodovia BR-364/365-GO/MG (Jataí/Uberlândia)	MG/GO	437km	Analisado	Leilão
Rodovias BR-101/290/448/386-RS (da divisa SC/RS até Osório e de Porto Alegre até Carazinho)	RS	474km	Analisado	Leilão
Rodovia Governador Mário Covas - BR-101-SC, entre a ponte sobre o Rio da Madre, Paulo Lopes/SC, até a divisa SC/RS	SC	220km	Analisado	Leilão
Rodovia BR-364-MT/RO (Comodoro/Porto Velho)	MT/RO	808km	Estudo em análise	Estudo será finalizado
Rodovia BR-116/RJ/SP (Presidente Dutra)	RJ/SP	Em estudo	Estudo em andamento	Estudo será finalizado
Rodovia BR-040/MG/RJ (CONCER) - Juiz de Fora a Rio de Janeiro	MG/RJ	Em estudo	Estudo em andamento	Estudo será finalizado
Rodovia BR-116/RJ (CRT) - Além Paraíba à BR-040	RJ	Em estudo	Estudo em andamento	Estudo será finalizado
Rodovia BR 153/GO/TO - Aliança do Tocantins a Anápolis	GO/TO	Em estudo	Estudo em andamento	Estudo será finalizado
Estudo de viabilidade para concessão das rodovias BR-262/381 ES-MG	MG/ES	685km	Estudo em andamento	Estudo será finalizado

Tabela 3 - Estágio dos estudos técnicos - Rodovias

2.1.2 Setor Ferroviário

Da mesma forma como ocorre com os demais setores de transporte, a EPL também atua na análise, aperfeiçoamento e consolidação de estudos técnicos de ferrovias. Fazem parte da carteira de estudos técnicos e projetos no setor de ferrovias:

1. Ferrovias Norte-Sul EF-151 SP/MG/GO/TO, trecho entre Porto Nacional/TO e Estrela D'Oeste/SP
2. Ferrogrão - EF-170 MT/PA, trecho entre Sinop/MT e Miritituba/PA
3. Ferrovia de Integração Oeste - Leste - FIOL EF 334 BA/TO, trecho: Ilhéus/BA - Figueirópolis/TO
4. Estudos de Viabilidade da Ferrovia EF 118 RJ/ES, trecho: Nova Iguaçu/RJ - Vitória/ES.
5. Ferroanel Norte Região Metropolitana de São Paulo/SP
6. Bioceânica Norte, trecho: Campinorte/GO - Porto de Bayovar/Peru.
7. Bioceânica Sul, trecho, Santos/SP - Santa Cruz de La Sierra/Bolívia - Porto de Ilo/Peru

Tabela 4 - Carteira de estudos técnicos - Ferrovias

Em 2017, a EPL contribuiu com a estruturação, análise e aperfeiçoamento dos estudos referentes aos trechos ferroviários qualificados pelo CPPI , quais sejam: Ferrovia Norte-Sul-EF-151 SP/MG/GO/TO, trecho entre Porto Nacional e Estrela D'Oeste; Ferrogrão - EF-170 MT/PA, trecho entre Sinop/MT e Miritituba/PA; e FIOL -Ferrovia de Integração Leste-Oeste-EF-334 BA/TO, trecho Ilhéus/BA - Caetité/BA.

O processo de avaliação e ajustes realizado pela EPL subsidiou o Governo Federal na realização das Audiências Públicas da Ferrovia Norte-Sul e Ferrogrão, necessárias para dar amplo conhecimento dos estudos técnicos à sociedade. No caso da FIOL, a EPL iniciou, ainda em 2017, o processo de apoio ao desenvolvimento dos estudos técnicos da ferrovia, em elaboração em parceria com O Governo do Estado da Bahia, com vistas a viabilizar o processo de concessão do trecho.

No que tange aos referidos projetos priorizados pelo CPPI, vale destacar os seguintes aspectos:

a. Ferrovia Norte-Sul EF-151 SP/MG/GO/TO, trecho entre Porto Nacional e Estrela D'Oeste

Em 2017, as principais atividades desenvolvidas para a Ferrovia Norte-Sul foram o acompanhamento e participação nas Audiências Públicas promovidas pela ANTT, municiando o Governo Federal com contribuições e subsídios técnicos na preparação de sua concessão e também apoiando o processo de análise e preparação de respostas às contribuições encaminhadas.

Para o ano de 2018 está programada a entrega final do Relatório da ANTT e continuidade do processo de licitação da referida ferrovia.b. Ferrogrão EF-170 MT/PA, trecho entre Sinop/MT e porto de Miritituba/PA

Em 2017, foram concluídos os estudos de viabilidade entregues via o Procedimento de Manifestação de Interesse, momento em que a EPL atuou na análise e revisão das entregas realizadas, consolidando o estudo final, o que permitiu a abertura das Audiências Públicas.

Para o ano de 2018, a EPL manterá seu apoio técnico ao processo de análise e preparação de respostas às contribuições coletadas na fase de Audiência Pública, o que permitirá dar continuidade ao seu processo de licitação.

c. Ferrovia FIOL, EF 334, trecho: Ilhéus/BA - Figueirópolis/TO

Em 2017, a EPL acompanhou, revisou e indicou diretrizes para desenvolvimento dos estudos, hoje em elaboração pelo Governo do Estado da Bahia.

Em 2018 serão concluídas as análises e revisões dos estudos referentes à Ferrovia EF 334/BA - Ferrovia de Integração Oeste-Leste, trecho entre Ilhéus e Caetité/BA.

Adicionalmente aos projetos ferroviários qualificados pelo CPPI, anteriormente citados, também fazem parte da carteira da EPL os seguintes projetos:

1. Ferroanel Norte Região Metropolitana de São Paulo/SP
2. Ferrovia de integração Oeste - Leste - FIOL EF 334 BA/TO, trecho: Caetité/BA - Figueirópolis/TO
Estudos de Viabilidade da Ferrovia EF - 118 RJ/ES, trecho: Nova Iguaçu/RJ - Vitória/ES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900005

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

4. Bioceânica norte, Trecho: Campinorte/GO - Porto de Bayovar/Peru
5. Bioceânica Sul, trecho, Santos/SP - Santa Cruz de La Sierra/Bolívia - Porto de IIo/Peru

Tabela 5 - Carteira de projetos ferroviários - EPL

Em relação aos projetos constantes da Tabela 5, os trabalhos desenvolvidos ao longo de 2017 corresponderam à assistência técnica para realização de estudos preliminares, análises técnicas, elaboração e estruturação de projetos e estudos ambientais.

No caso específico do Ferroanel Norte de São Paulo, o estudo está sendo elaborado em parceria com a Agência DERSA - Desenolvimento Rodoviário S.A e estruturado e consolidado pela EPL, conforme Termo de Compromisso nº 001/2015. Os estudos técnicos encontram-se no seguinte estágio:

- Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental, para obtenção de licença prévia. Estes documentos foram concluídos em 2017 e encaminhados ao órgão de licenciamento estadual. Atualmente, estão em fase final de análise.

- Projetos de Engenharia para implantação do segmento ferroviário em linha dupla, na extensão de 53,7 km. Esse empreendimento tem o objetivo de segregar o transporte de cargas com direção ao Porto de Santos do transporte de passageiros (CPTM), hoje realizados na mesma linha.

Outro importante foco de atuação da empresa no setor ferroviário durante o ano de 2017 diz respeito à análise de potenciais investimentos nas concessões existentes. Essa análise resulta de avaliação dos fluxos de cargas no País, capacidade das vias existentes, avaliação do impacto de projetos greenfield na rede ferroviária e acionamento de trechos ferroviários não-operacionais. A análise contou com o apoio de simulações realizadas sobre a rede definida pelo Plano Nacional de Logística - PNL e permitiu à empresa entender a dualidade entre causa e consequência dos movimentos ferroviários observados.

Para 2018, a EPL manterá sua atuação no sentido de prover o apoio técnico necessário à preparação dos estudos de viabilidade dos projetos ferroviários anteriormente citados, considerando o rito ordinário de delegação e conforme os estágios em que se encontram, quais sejam: i - preparação dos estudos para Audiência Pública, ii - TCU e iii - Publicação do Edital para Licitação.

O quadro abaixo resume o estágio dos estudos técnicos anteriormente destacados:

FERROVIA	*Estados*	*Extensão*	*2017*	*2018*
Ferrovias Norte-Sul EF-151 SP/MG/GO/TO, trecho entre Porto Nacional/TO e Estrela D'Oeste/SP	SP/MG/GO/TO	1.537,00	Analisado	Leilão
Ferrogrão - EF-170 MT/PA, trecho entre Sinop/MT e Miritituba/PA	MT/PA	976,60	Analisado	Leilão
Ferrovia de Integração Oeste - Leste - FIOL EF 334 BA/TO, trecho: Ilhéus/BA - Figueirópolis/TO	BA/TO	1.527,00	Analisado	Leilão
Estudos de Viabilidade da Ferrovia EF 118 RJ/ES, trecho: Nova Iguaçu/RJ - Vitória/ES.	RJ/MS	570,00	Estudo em análise	Estudo será finalizado
Ferroanel Norte Região Metropolitana de São Paulo/SP	SP	53,5	Estudo em análise	Estudo será finalizado
Bioceânica Norte, trecho: Campinorte/GO - Porto de Bayovar/Peru.	Brasil/Peru	3.000,00	Estudo em andamento	Estudo será finalizado
Bioceânica Sul, trecho, Santos/SP - Santa Cruz de La Sierra/Bolívia - Porto de Ilo/Peru	Brasil/Bolívia/Peru	3.000,00	Estudo em andamento	Estudo será finalizado
Renovações de concessões	Vários	12.837,00	Em andamento	Estudos serão finalizados

Tabela 6 - Estágio dos estudos técnicos - Ferrovias

2.1.3 Setor Portuário

A EPL foi instada pela Secretaria-Geral da Presidência da República - Secretaria do Programa de Parceiras de Investimentos - SPPI, por meio do Ofício nº 576/2016/SPP/SEP/PR, de 04 de novembro de 2016, a realizar a atualização de estudos de terminais portuários que foram elaborados em 2013 pela Estruturadora Brasileira de Projetos - EBP, inaugurando assim o papel da Empresa na efetiva estruturação de projetos para o setor portuário.

O processo de atualização de estudos consiste na revisão das informações e premissas anteriormente adotadas, em especial as seguintes verificações:

- Atualização da situação jurídica e contratual das áreas/instalações a serem licitadas, incorporando o resultado das discussões dos processos das demais áreas já licitadas no Programa de Arrendamentos Portuários - PAP;

- Atualização da situação atual da área, como dimensão da área, layout, tipo de carga, acessos, inventário de bens existentes, operação etc.;

- Atualização das premissas operacionais do estudo, como demanda, preços, custos, investimentos, capacidade, taxa de câmbio, impostos, valor de arrendamento, licenciamento ambiental etc.;

- Incorporação de determinações/contribuições de órgãos intervenientes, tais como Tribunal de Contas da União - TCU, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, ocorridas nas primeiras rodadas de leilões portuários;

- Incorporação de normas/regras supervenientes à elaboração original dos estudos.

Fazem parte da carteira de estudos técnicos no setor de portos:

Terminais com estudos iniciados em 2017, que prosseguirão em 2018:

Terminal	*Localização*	*Vocação do Terminal*
VIX 30	Vitória (ES)	Terminal Aquaviário de Combustível - Porto Marítimo

Tabela 7 - Terminais com estudos iniciados em 2017

Terminais com estudos iniciados e concluídos em 2017:

Terminal	*Localização*	*Vocação do Terminal*
MIR 01	Belém (PA)	Distribuição de GLP - Porto Fluvial
BEL 06	Belém (PA)	Distribuição de GLP - Porto Fluvial
BEL 05	Belém (PA)	Distribuição de GLP - Porto Fluvial
BEL 02A	Belém (PA)	Distribuição de Combustíveis - Porto Fluvial
BEL 02B	Belém (PA)	Distribuição de Combustíveis - Porto Fluvial
BEL 04	Belém (PA)	Distribuição de Combustíveis - Porto Fluvial
BEL 08	Belém (PA)	Distribuição de Combustíveis - Porto Fluvial
BEL 09	Belém (PA)	Distribuição de Combustíveis - Porto Fluvial
VDC 12	Vila do Conde (PA)	Distribuição de Combustíveis - Porto Fluvial
CDO 01	Cabedelo (PB)	Distribuição de Combustíveis - Porto Marítimo
CDO 02	Cabedelo (PB)	Distribuição de Combustíveis - Porto Marítimo
CDO 03	Cabedelo (PB)	Distribuição de Combustíveis - Porto Marítimo

Tabela 8 - Terminais com estudos iniciados e concluídos em 2017

Terminais cujos estudos foram readaptados em 2017, após análise TCU:

Terminal	*Localização*	*Vocação do Terminal*
PAR 01	Paranaguá/PR	Terminal de Celulose
PAR 12	Paranaguá/PR	Terminal de Veículos
IQI 18	Itaqui/PA	Terminal de Celulose
MCP 01	Macapá	Terminal de Cavaco de Madeira

Tabela 9 - Terminais cujos estudos foram readaptados em 2017, após análise TCU

Para 2018, a EPL manterá sua atuação no sentido de prover todo o apoio técnico necessário à preparação dos estudos de viabilidade de projetos portuários, conforme os estágios em que se encontram dentro do rito ordinário de delegação, quais sejam: i - preparação dos estudos para Audiência Pública, ii - TCU e iii - Publicação do Edital para Licitação.

A seguir, são apresentados os estudos de projetos portuários com início previsto para o ano de 2018.

Porto Organizado	Estudos de Viabilidade Previstos
Aratu (BA)	2
Cabedelo (PB)	1
Fortaleza (CE)	1
Itaqui (MA)	6
Natal (RN)	1
Paranaguá (PR)	3
Recife (PE)	2
Rio Grande (RS)	2
Santos (SP)	6
São Sebastião (SP)	1
SUAPE (PE)	2
Termina (RN)	1
Total Geral	28

Tabela 10 - Estudos de projetos portuários previstos para 2018

Além das atualizações de estudos, a atuação da EPL em 2018 para o setor portuário prevê a possibilidade de elaboração de novos estudos de viabilidade que poderão ser ofertados ao mercado.

Dessa forma, além de realizar as revisões e atualizações de estudos para o Governo Federal, a EPL poderá fornecer estudos diretamente às empresas privadas e outros órgãos públicos, em especial às Autoridades Portuárias de Portos Organizados.2.1.4 Modelo de Negócios para utilização das Fibras Ópticas em Concessões

A partir da 3ª etapa do Programa de Concessões de Rodovias do Governo Federal, instituiu-se que os contratos de concessão passassem a dispor de cláusula específica sobre a obrigatoriedade das concessionárias disponibilizarem fibras ópticas para a EPL ao longo das rodovias. Considerando a oportunidade de desenvolver um modelo de negócios para obtenção de receitas acessórias da EPL, bem como analisar as possibilidades de destinação das fibras óticas previstas nas referidas cláusulas contratuais de concessão de rodovias, mas também de ferrovias, foi constituído Grupo de Trabalho - GT para estudar e apresentar propostas.

A utilização e exploração dos bens sobre os quais detiver propriedade estão entre as prerrogativas da Empresa, conforme a Lei nº 12.404, de 2011 - Lei de criação da EPL.

No caso específico das fibras óticas, por se tratar de um ativo diferenciado, embora com alguns modelos de negócios existentes, a estratégia de manter contatos prioritariamente com instituições públicas detentoras de conhecimento do mercado ou interessadas em utilizar tais ativos, foi à opção inicialmente definida pela EPL. Nesse sentido, foram mantidas tratativas com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Comando do Exército Brasileiro e Telebrás, objetivando formalização de parcerias de interesse mútuo para exploração comercial e/ou uso das fibras óticas para projetos institucionais, sem que tenha alcaçado maturidade para formalização de negócio até o presente momento.2.1.5 Outras Iniciativas de Estruturação de Projetos

Outra frente de trabalho presente no cotidiano da Empresa se refere ao desenvolvimento de instrumentos, políticas e metodologias para suporte ao Planejamento Inteligente, servindo tais entregas como insumos adicionais de auxílio ao processo de tomada de decisão pelo Governo Federal, alavancando a atratividade de projetos de infraestrutura. Estas iniciativas permearão não apenas o Plano Nacional de Logística - PNL, mas também os projetos de infraestrutura cujo dever de estruturação está a cargo da EPL.

Planejamento Inteligente - Conceito:O conceito de Planejamento Inteligente remete ao aperfeiçoamento dos instrumentos clássicos de planejamento em transportes. No lugar de apenas uma carteira de projetos, esta abordagem busca agregar inteligência ao processo de planejamento por meio de metodologias que permitam a padronização dos custos referenciais utilizados na elaboração dos projetos, a hierarquização das propostas, a criação de padrões para o processo de transformação de projetos em casos de negócios de sucesso, além de novas abordagens para a implementação de parcerias público-privadas.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900006

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Dentre as diversas iniciativas realizadas, cabe destaque especial às seguintes:

a. Parceria entre EPL e BNDES para realização de estudo no Setor Rodoviário

b. Metodologia de Priorização de Investimentos - MPI

c. Business Case

d. Sistema de Custos de Referência Padrão - SCRP

e. Contratação da Consultoria KPMG/PNUDA. Parceria entre EPL e BNDES para realização de estudo no Setor Rodoviário

A EPL, por meio de parceria com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES será destinatária de um estudo sobre novas modalidades de concessões e formas de parcerias no setor rodoviário, em elaboração por consórcio liderado pela Consultoria Accenture. O estudo está sendo financiado exclusivamente pelo Fundo de Estruturação de Projetos - FEP, do BNDES, instrumento já utilizado com sucesso para estudos sobre aeroportos (2010) e portos (2012). As propostas decorrentes desse estudo serão analisadas e internalizadas na Administração Federal, sendo possível fonte para novas políticas públicas para o setor rodoviário.

Em 2017, os trabalhos se concentraram na execução da Fase I do referido estudo que, em resumo, se concentrou no desenvolvimento das seguintes atividades principais:

a) Mapeamento, planejamento de atividades e avaliação do atual Programa de Concessões Rodoviárias Federais;

b) Estudos de pré-viabilidade e desenvolvimento de propostas de evolução e melhorias; e

c) Outras modalidades de funding voltadas ao setor rodoviário.

Nessa fase do estudo, foi realizado levantamento de todo o arcabouço jurídico-regulatório do setor rodoviário brasileiro, bem como o levantamento das experiências estaduais no setor rodoviário e em outros setores no Brasil e no exterior para possibilitar o aperfeiçoamento do sistema atual e a formulação de alternativas para a evolução e melhorias de curto, médio e longo prazos do Programa de Concessões de Rodovias Federais. Adicionalmente, foram avaliadas alternativas jurídico-regulatórias, demonstrando vantagens, desvantagens e riscos para cada cenário aventado.

Além do aspecto jurídico-regulatório, também foi realizada análise técnica, econômica e financeira sobre uma malha rodoviária de cerca de 50 mil km, com base em levantamentos e dados já existentes, de modo a permitir uma avaliação mais objetiva sobre a malha a ser priorizada para a Fase II do estudo.

A expectativa para 2018 se resume na continuidade dos trabalhos com o início da Fase II dos estudos. Esta Fase tem o objetivo principal de refinar e detalhar o(s) cenário(s) escolhido(s) ao final da Fase anterior. Para isso, será selecionado um subgrupo representativo da malha estudada na Fase anterior, por meio de método de priorização gerado na Fase I do estudo, para aprofundar os estudos de demanda, engenharia e ambiental, além da modelagem econômico-financeira.

O planejamento da Fase II contempla o detalhamento dos conceitos jurídico-regulatórios desenvolvidos na Fase anterior com o objetivo de elaborar as minutas de todos os documentos jurídicos necessários (leis, decretos, normas, editais, contratos etc.) para a implantação das propostas de evolução do Programa de Concessões de Rodovias Federais, inclusive considerando as outras modalidades e alternativas de subsídios, funding e patrocínios às concessões do setor rodoviário já estudado. Deverá ainda ser detalhado um programa de comunicação com a sociedade necessária para garantir a transparência, o nível de informação adequado de todas as partes envolvidas e a mitigação de riscos decorrentes da implantação das propostas.B. Metodologia de Priorização de Investimentos - MPI

Diante do atual cenário de restrição orçamentária, e sendo a EPL uma empresa pública destinada ao planejamento no setor de infraestrutura de transportes, iniciou-se em 2017 o desenvolvimento de metodologia de priorização de investimentos com base em método proposto pelo Banco Mundial denominado Infrastructure Prioritization Framework - IPF, criando-se assim uma oportunidade de aperfeiçoamento dos resultados do próprio PNL.

O instrumento, intitulado Metodologia de Priorização de Investimentos - MPI consiste em prover análise multicritério para auxílio na determinação de prioridades entre projetos de investimentos, abrangendo indicadores sociais, econômicos e financeiros, além dos riscos envolvidos nos diferentes projetos, basicamente representados pelas vertentes ambientais e de engenharia. A metodologia, em fase de testes, está sendo aplicada em projetos de rodovias e de ferrovias e conta a colaboração de todas as gerências finalísticas da EPL para a determinação dos diversos parâmetros utilizados na análise.

Atualmente, encontra-se em desenvolvimento uma interface tecnológica para o IPF, internamente denominada Plataforma de Priorização de Investimentos - PPI, que facilitará seu uso e permitirá sua divulgação para diversos órgãos interessados. O planejamento para 2018 se resume na continuidade do processo de desenvolvimento da interface tecnológica e do instrumento como um todo, com a ampliação e refinamento de sua capacidade de análise e transformação dos conceitos construídos em ferramenta de Business Intelligence - BI.C. Business Case

A capacidade institucional de planejamento integrado, preparação e estruturação de projetos de infraestrutura logística e de transportes do Brasil foram retomadas por meio da criação da EPL. Dentre as competências institucionais da EPL, definidas nos artigos 3º e 5º de sua lei de criação (Lei nº 12.743, de 19 de dezembro de 2012), destacam-se o planejamento do sistema de transportes de forma integrada considerando infraestrutura, operação e serviços, assim como a prestação de serviços na área de projetos, estudos e pesquisas. Dessa forma, no exercício de sua função de subsidiar o planejamento da logística e dos transportes no país, considerando tanto a infraestrutura como os serviços pertinentes, desde sua criação a EPL tem voltado seus esforços para a sistematização e o planejamento de longo prazo.

Esse planejamento, caracterizado principalmente pelo provimento do Plano Nacional de Logística - PNL tem como objetivo propor soluções para os obstáculos logísticos de longo prazo, considerando uma visão integrada do sistema logístico, da segurança nacional, da integridade territorial e da preservação do meio ambiente. Tais soluções precisam ser planejadas de tal forma que todas as possibilidades de projeto sejam avaliadas, inclusive as consequências de não se fazer nada. Os custos, benefícios e riscos devem ser apreciados e as suas escolhas devem ser feitas visando à obtenção dos maiores benefícios possíveis para a sociedade, garantindo que os recursos do contribuinte sejam utilizados da forma mais eficiente possível.

Diante deste cenário, a EPL vem firmando algumas parcerias, com fulcro na absorção de conhecimentos, de modo que sejam assimiladas experiências para aprimorar pesquisas e metodologias voltadas à estruturação de projetos e programas.

Em destaque, aponta-se o desenvolvimento de projeto, em parceria com o Governo do Reino Unido - via Infrastructure and Projects Authority - IPA, para transferência de conhecimento sobre o processo de preparação de modelo de Business Case para programas e projetos relacionados à infraestrutura. Este instrumento tem por finalidade precípua consolidar os diversos fatores de análise necessários e suficientes ao planejamento da estruturação e preparação de programas e projetos, em qualidade necessária para responder aos anseios da sociedade, bem como pavimentar o caminho para atração de investidores domésticos e internacionais. Essa parceria proporcionou a realização de treinamentos e workshops para a formação de massa crítica e difusão das melhores práticas em metodologias de planejamento, preparação e estruturação de projetos de infraestrutura, momento em que foram apresentados e disseminados os ditames da metodologia denominada 5 Casos de Negócio (Five Business Case).

Dentre as diversas produções originadas desta parceria, destaca-se o diagnóstico detalhado a respeito do ciclo de contratação de projetos de infraestrutura adotado no Brasil, no qual se detectou a necessidade de definição de diretrizes e padronização de uma metodologia para modelagem de projetos e monitoramento dos resultados. Apesar de o Brasil possuir diversos manuais que versam sobre a elaboração, estruturação e avaliação de projetos de infraestrutura, não existe um padrão que permita que os projetos sejam desenvolvidos e avaliados sob os mesmos parâmetros. Conclusão semelhante foi apontada pela Global Infrastructure Hub - GIHUB, iniciativa do G20, em seu estudo denominado InfraCompass - abrangendo 49 países representando cerca de 90% do Produto Mundial Bruto - PMB e quase 75% da população mundial - no qual foi levantada a falta de diretrizes para avaliação de projetos de infraestrutura no Brasil, resultando em um menor desempenho do país na avaliação comparativa em relação à média dos demais países em desenvolvimento estudados.

A fim de se materializar a criação de uma metodologia padrão para apoio à estruturação de projetos, utilizando-se a própria EPL como canal para disseminação de sua funcionalidade e aplicabilidade, é fundamental a consolidação, aprimoramento e aplicação prática da metodologia, de modo a garantir que a mesma detenha flexibilidade suficiente para ser aplicada aos diversos ramos da infraestrutura. Assim, para 2018, a EPL atuará no sentido de iniciar os trabalhos para desenvolvimento de metodologia capaz de demonstrar o enquadramento, seja de projetos ou de programas, nas vertentes estratégica, comercial, socioeconômica, financeira e gerencial, tal qual preconizado no modelo 5 Business Case, levando-se em consideração as particularidades legais, regulatórias e institucionais presentes em projetos e programas desenvolvidos no Brasil.D. Sistema de Custos de Referência Padrão - SCRP

Tendo em vista o papel da EPL no processo de estruturação de projetos, foi percebida a necessidade de se contar com uma sistemática que auxilie na padronização dos custos das principais obras e serviços, com foco em concessões rodoviárias, facilitando a preparação de estudos de viabilidade. Ademais, tal iniciativa poderá, inclusive, contribuir para discussões realizadas entre ANTT e concessionárias acerca de pleitos de reequilíbrio em curso e futuros. Como resposta a esses desafios, a EPL propôs a criação do Sistema de Custos de Referência Padrão - SCRP.

O SCRP diferencia-se do Sistema de Custos Referenciais de Obras - SICRO, mantido e divulgado pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT. Enquanto o SICRO tem foco em custos unitários e composições de custos, necessários à elaboração dos orçamentos de projetos rodoviários e licitação de obras, o SCRP estará voltado à apuração de custos referenciais sob a perspectiva de obras prontas e serviços executados. Desse modo, o SICRO apresenta-se como um insumo essencial à apuração do SCRP e não como um possível concorrente.

O SCRP focará na apuração de custos referenciais para construção, manutenção e conservação e deverá ser regionalizado segundo as cinco regiões geográficas brasileiras. Na vertente de construção, por exemplo, serão tratados os custos de implantação tanto para rodovias novas como para duplicações e faixas adicionais, considerando pavimentos flexíveis ou rígidos. Também serão levantados os custos referenciais para construção de dispositivos de interseção, retornos, túneis, obras de arte especiais, edificações e instalações operacionais, dentre outros. Além da região geográfica, serão consideradas também as variações nos custos resultantes das diferentes condições geomorfológicas, como o relevo e tipo de solo predominantes.

Desse modo, a iniciativa de elaboração do SCRP, programada para ter início em 2018, facilitará o processo de tomada de decisão por meio da utilização de custos paramétricos e possibilitará a elaboração de orçamentos referenciais para novos projetos de concessões rodoviárias. Além disso, permitirá o estabelecimento de metodologia de avaliação técnica e financeira para definição do valor de novas obras que poderão ser incluídas no escopo de contratos de concessão em vigor, com potencial de redução dos riscos de assimetria de informações, que é danosa à regulação do setor e podendo prejudicar, em última instância, os usuários de rodovias concedidas.E. Contração de Consultoria KMPG/PNUD

Contando com a expertise da consultoria da rede global KPMG, foi realizada em 16 de setembro de 2017 assinatura do contrato para o desenvolvimento da metodologia para regular a reversibilidade de bens no âmbito dos contratos para exploração das infraestruturas rodoviária e aeroportuária federal, buscando identificar quais seriam os bens reversíveis das concessões federais, calcular o seu valor e, para os casos em que for necessário, estipular o valor das indenizações de ativos não amortizados ou depreciados.

A participação da KPMG para elaboração do estudo é possível graças ao projeto de cooperação técnica internacional da EPL com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Presente em mais de 150 países, a consultoria integra o rol de empresas pré-qualificadas pelas Nações Unidas juntamente com outras empresas internacionais.2.2 ESTUDOS E PESQUISAS DE DESENVOLVIMENTO LOGÍSTICO2.2.1 Projeto Plano Nacional de Logística (PNL)

Tendo em vista as mudanças estratégicas ocorridas no âmbito do Governo Federal, desde a criação da SPPI, coube à EPL, além de atuar na estruturação dos projetos prioritários de concessões ferroviárias, portuárias e rodoviárias, elaborar e apresentar à sociedade o Plano Nacional de Logística.

O Plano Nacional de Logística - PNL é um plano dinâmico e abrangente, que contempla a movimentação das cargas que circulam por todo o país, considerando os modos rodoviário, ferroviário, dutoviário e aquaviário - hidrovias e cabotagem, permitindo analisar as projeções de demanda e sua distribuição na rede de infraestrutura disponível e futura. O PNL tem por objetivo apresentar o diagnóstico e as proposições de soluções para subsidiar a elaboração da política do setor, visando à melhoria da eficiência da infraestrutura e logística de transportes no país.

O conhecimento detalhado da infraestrutura existente para cada modo de transporte é condição indispensável, sendo necessário o levantamento de informações sobre as suas principais características e atributos para a realização das análises que permitam atingir os objetivos planejados.

A simulação de transportes utilizou a tradicional modelagem com as quatro etapas de planejamento (geração, distribuição, divisão modal e alocação de viagens) e de projeções de demanda para o período 2015 a 2035, finalizando com a avaliação das diversas alternativas de investimento. Nessa etapa foi finalizado o cenário com horizonte 2025.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900007

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Os custos de toda a cadeia logística entre as origens e os destinos dos fluxos de transporte propiciaram a identificação e o planejamento de diversas alternativas, eliminando as dificuldades causadas por gargalos físicos e por ineficiências energéticas e de produtividade nas operações, e consequentemente reduzindo o custo de transporte.

A área de abrangência do plano incluiu todo o território nacional, de forma a identificar medidas para melhorar a integração física e econômica das diferentes regiões geográficas, de forma a torná-las mais competitivas.

Adicionalmente, o PNL possui papel fundamental na proposição de estudos de viabilidade, pois permite o balizamento de expectativas quanto ao futuro. Ao sugerir, antecipadamente, um conjunto de soluções com eficácia para melhorar o desempenho logístico, o PNL possibilita a racionalização dos investimentos públicos e privados, garantindo previsibilidade sobre os projetos futuros.

Com o conhecimento sobre o mercado brasileiro, as informações fornecidas pelo PNL permitirão que os agentes privados possam analisar os potenciais investimentos propostos garantindo o menor risco e elevando as chances de sucesso nos certames licitatórios, possibilitando dois efeitos diretos e benéficos ao país: maior concorrência nas licitações de projetos de infraestrutura logística, obtendo menores tarifas ou maiores valores de outorga; e a redução do custo de capital alocado nesses projetos.

Como etapa complementar ao aprimoramento do planejamento de longo prazo, a EPL concluiu no ano de 2017 os trabalhos de campo relativos à pesquisa de custos portuários. Tal pesquisa permitirá a elaboração de ferramenta para o cálculo de custos médios de movimentação por porto e por grupo de mercadorias.

Ademais, merece registro a continuidade da parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA para revisar as projeções das matrizes de origem e destino de cargas e de passageiros, ampliando o horizonte espacial do ano de 2035 para o ano de 2050, além de incorporar os impactos decorrentes das possíveis mudanças climáticas na demanda de cargas.

Para o ano de 2018, as principais atividades previstas a serem desenvolvidas são:

(i) Realização da consulta pública das propostas contidas no Plano Nacional de Logística, visando incorporar contribuições para o seu aperfeiçoamento.

(ii) Elaboração da versão final do Relatório Executivo do PNL.

(iii) Monitoramento dos empreendimentos em execução considerados no PNL e dos propostos como soluções para minimizar os entraves logísticos.

(iv) Desenvolvimento da ferramenta bottom-up de custos portuários.

(v) Elaboração e publicação do relatório com os resultados da pesquisa no setor portuário.

(vi) Elaboração e implementação do planejamento do PNL, com proposta de soluções de longo prazo para o ano horizonte 2035.

(vii) Elaboração de estudos previstos na parceria formalizada com o Instituto de Energia e Meio Ambiente - IEMA, com a finalidade de identificar e aprimorar metodologias para quantificar e propor medidas voltadas para a redução das emissões de gases de efeito estufa e eficiência energética no setor de transportes.2.2.2 Licenciamento Ambiental para o Setor de Transportes

Em 2017, a EPL expandiu a atuação da Gerência de Meio Ambiente, a qual, além de conduzir processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos prioritários do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI, passou a analisar o componente ambiental dos estudos que estruturam os projetos de infraestrutura logística qualificados pelo PPI.

Além disso, aumentou o rol de modais de transportes sob a sua especialidade, uma vez que passou também a analisar a viabilidade ambiental dos estudos dos terminais portuários que serão concessionados pelo Governo Federal, complementando assim a sua prateleira de soluções, a qual já era composta pelas competências nos modais rodoviário e ferroviário.

Na esfera de planejamento estratégico, iniciou o desenvolvimento da metodologia do Planejamento Ambiental Estratégico, o qual propõe um novo procedimento e articulação entre os intervenientes do processo de licenciamento ambiental do pool de empreendimentos estratégicos para o desenvolvimento da infraestrutura logística do País, trazendo assim um pensamento inovador e mais adequado às necessidades da eficiência do licenciamento ambiental.

O quadro a seguir apresenta as Licenças Ambientais obtidas pela EPL em 2017, assim com as Licenças obtidas em anos anteriores e que estão em monitoramento:

Rodovia	Segmento	Extensão	Nº da Licença - Data
BR-163/MS	Div. do Mato Grosso do Sul/Paraná, a div. Mato Grosso do Sul/Mato Grosso	847,2	1.083/2015 (10.2015)
BR-060/153/262/DF/GO/MG	Monte Alegre/MG a Pouso Alegre/MG	658,3	1.088/2015 (11.2015)
BR-040/DF/GO/MG	Brasília/DF a Juiz de Fora/MG	941,2	1.121/2017 (04.2017)
BR-153/TO/GO	Km 492,5 ao km 799,2 (TO), e km 0,0 ao km 68,9 (GO)	375,7	553/2017 (09.2017)

Tabela 11 - Licenças ambientais obtidas pela EPL

Detalhamento das ações realizadas em 2017:

Rodovias:

(i) Análise e protocolo dos Estudos EIA/RIMA das rodovias BR-364/365/GO/MG, BR-153/PR/SC, BR-364/060/MT/GO;

(ii) Análise dos estudos ambientais das PMIs das rodovias: BR-101/SC, BR-101/386/448/290/RS, BR-364/365/MG/GO, BR-364/060/MT/RO, BR-364/RO;

(iii) Articulação das audiências/reuniões públicas ambientais das rodovias; BR-101/BA, BR-365/364/GO/MG;

(iv) Análise dos estudos ambientais da BR-381/262/MG/ES.

Ferrovias:

(i) Análise e protocolo do EIA/RIMA - Ferroanel/SP.

Portos:

(i) Análise e atualização dos estudos ambientais dos terminais portuários:

(a) Pará: BEL 05, BEL 06, MIR 01, BEL 02A,BEL 02B, BEL 04, BEL 08,BEL 09,VDC 12;

(b) Paraíba - Porto de Cabedelo: AE 10, AE 11,AI 01;

(c) Vitória: VIX 30.

Perspectiva das ações a serem realizadas em 2018:

Rodovias:

(i) Análise e protocolo dos Estudos EIA/RIMA das rodovias BR-386/RS, BR-364/MT/RO;

(ii) Análise e protocolo dos Estudos de Relevância de Cavidades Naturais da BR-040/DF/GO/MG;

(iii) Análise dos estudos ambientais das PMIS das rodovias: BR-101/SC, BR-364/365/MG/GO, BR-364/RO/MT;

(iv) Articulação das audiências/reuniões públicas ambientais das rodovias; BR-262/MG, BR-364/060/MT/GO.

Ferrovias:

(i) Análise dos estudos ambientais da FEPASA;

(ii) Contratação e elaboração dos estudos ambientais da Ferrogrão;

(iii) Obtenção de Licenças Ambientais do Ferroanel.

Portos:

(i) Análise e atualização dos estudos ambientais dos terminais portuários:

(a) VIX30 - Porto de Vitória/ES - Granel Líquido Combustível;

(b) STS13 - Porto de Santos/SP - Granel Líquido Combustível;

(c) STS13A - Porto de Santos/SP - Granel Líquido Combustível;

(d) STS11 - Porto de Santos/SP - Granel Sólido (barrila);

(e) STS20A - Porto de Santos/SP - Granel Sólido (fertilizante);

(f) STS20B - Porto de Santos/SP - Granel Sólido (sal);

(g) PAR07 - Porto de Paranaguá/PR - Granel sólido (grãos);

(h) PAR08 - Porto de Paranaguá/PR - Granel sólido (grãos);

(i) PARXX - Porto de Paranaguá/PR - Granel sólido (grãos);

(j) SUA05 - Porto de Suape/PE - Contêiner;

(k) SUAXX - Porto de Suape/PE - Veículos;

(l) ATU12 - Porto de Aratu/BA - Granel Sólido;

(m) Porto Ilha - Porto de Areia Branca/RN - Sal;

(n) STS15 - Porto de Santos/SP - Contêiner.

2.2.3 Projeto Observatório Nacional de Transporte e Logística (ONTL)

O Observatório Nacional de Transporte e Logística - ONTL se posiciona como um modelo de inovação inteligente, com a finalidade de reunir dados e informações, de forma regular e sistemática, para subsidiar o planejamento de transportes, produzir e difundir conhecimento para a sociedade e prover informações estratégicas para a governança do setor de transporte e logística, como um ciclo integrado de planejamento compreendido de três níveis indissociáveis: estratégico, tático e operacional.

Em 2017, a partir da base de dados e de indicadores do Sistema Nacional de Informações Logísticas, foram elaborados e disponibilizados para acesso ao público interessado do setor de transporte e logística os seguintes produtos:

(i) Anuário Estatístico de Transportes 2010 - 2016, em parceria com o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA); (http://www.transportes.gov.br/component/content/article/17-ultimas-noticias/4836-mt-e-epl-lan%C3%A7am-anu%C3%A1rio-estat%C3%ADstico-de-transportes-de-2010-a-2016.html);

(ii) Diagnóstico Logístico 2010 - 2016; (http://www.epl.gov.br/html/objects/_downloadblob.php?cod_blob=4632);

(iii) Boletins de Logística:

- 1º Semestre de 2017; (http://www.epl.gov.br/html/objects/_downloadblob.php?cod_blob=4634)

- 4º Trimestre de 2016; (http://www.epl.gov.br/html/objects/_downloadblob.php?cod_blob=4270)

- 3º Trimestre de 2016; (http://www.epl.gov.br/html/objects/_downloadblob.php?cod_blob=4202)

(iv) Portal Geo com aplicações de infraestrutura básica de Transportes; (https://geo.epl.gov.br/portal/home/).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900008

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

O principal marco do projeto do ONLT em 2017 foi a celebração de Carta de Acordo no âmbito do Projeto PNUD BRA 13/013 para intercâmbio de conhecimentos e experiências entre a EPL e o Governo Espanhol, por meio da empresa de Ingeniería y Economia del Transporte - INECO, tendo em vista seus trabalhos com modelos de inteligência em transporte, mais precisamente a notória experiência no desenvolvimento e na manutenção do Observatório de Transporte e Logística da Espanha.

Em outubro de 2017, foi realizado nas dependências da EPL o Seminário "A experiência Espanhola em Observatório de Transporte e o enfoque definido para o Brasil", quando se obteve a participação de 120 técnicos da EPL e de órgãos e entidades do setor (ANP, ABCR, CONAB, ANTAQ, ANTT, ANAC, MINISTÉRIO DAS CIDADES, MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, IBGE, IPEA, VALEC, MME, DATAPREV, DNIT, CNI, UNB, DNPM, INFRAERO, SPPI e CGU).

No mês de dezembro de 2017, foram realizados Workshops entre as equipes técnicas da EPL e especialistas da INECO, , para conhecer a experiência espanhola em parcerias e relações institucionais e também de fontes e formatos de dados de sistemas de observatório para aplicar ao projeto do ONTL.

Cumpre também destacar a nova parceria celebrada com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, colocando o ONTL como provedor de serviços de mapas via internet para aplicações e sistemas daquela Agência, contemplando as camadas de infraestrutura de transportes (rodovias, ferrovias, hidrovias, dutovias, portos e aeroportos).

Para 2018, além de ações de fortalecimento e de aperfeiçoamento dos produtos já desenvolvidos pelo Observatório, serão executadas demais ações previstas na Carta de Acordo firmada entre EPL, PNUD e INECO, contemplando a concepção de um novo banco de dados e sistema de informações logísticas, a elaboração de indicadores de desempenho para medir a evolução dos sistemas de logística, a construção de um portal de *Internet para o ONTL e o desenvolvimento de painéis analíticos de dados e informações para disponibilização na Internet.*

Considerando o conjunto de ações planejadas para 2018 - ações internas de gestão, articulações institucionais e a cooperação técnica com a INECO, incluindo a entrada em operação de novos produtos do Observatório e o aprimoramento de sua base de dados e indicadores, espera-se que o Observatório torne-se referência em conhecimento de logística e transporte no Brasil.

2.2.4 Outras Iniciativas de Estudos e Pesquisas de Desenvolvimento Logístico

Simultaneamente às ações desenvolvidas em 2017 referentes ao PNL e ao ONTL, anteriormente detalhadas, citam-se as que resultaram em trabalhos finalizados ou previstas para continuidade no ano de 2018:

(i) Estudos preliminares de pré-viabilidade econômico-financeira utilizados para a proposição e concepção do Programa de Concessão de Rodovias Federais para Manutenção;

(ii) Estudos de pré-viabilidade econômico-financeira para re-licitação de concessões rodoviárias vigentes:

- Nova Dutra: BR-116/RJ/SP;

- CRT: BR-116/RJ;

- CONCER: BR-040/RJ/MG.

(iii) Estudo e Análise da Ligação Ferroviária FICO - FIOL - ILHÉUS - Planta AgriBrasil;

(iv) Estudo de Simulação e Modelagem de maquete em 3D para a rodovia BRs-153, 364 e 365;

(v) Estudo de Políticas Tarifárias para Concessão de Rodovias Federais Brasileiras;

(vi) Analise técnica de custo-benefício de manutenção/ intervenção de rodovias utilizando o *software HDM-4;*

(vii) Estudos aplicados de metodologia multicritério da EPL (IPF), para a priorização de projetos de infraestrutura rodoviária, incluindo o desenvolvimento de um sistema de informações com painéis de simulação de investimentos com projetos hierarquizados pelo IPF;

(viii) Apoio técnico ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES no desenvolvimento dos Estudos Técnicos de avaliação do atual Programa de Concessões de Rodovias Federais e proposição de alternativas visando à melhoria, evolução e continuidade do referido Programa;

(ix) Estudos de Corredores Logísticos em conjunto com o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPA;

(x) Estudos Preliminares do Nível de Serviço da Malha Rodoviária Federal, utilizando o *software LOS;*

(xi) Análise dos Estudos de Tráfego de projetos de concessão de rodovias federais;

(xii) Treinamento do *software HDM-4 aos técnicos da Secretaria de Infraestrutura do Estado do Mato Grosso, no âmbito do Acordo de Cooperação EPL - Estado do Mato Grosso.*

2.3 ESTUDOS E PESQUISAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

2.3.1 Ações referentes à Mobilidade Urbana / Transporte de Passageiros

No ano de 2017, a EPL atuou em diversas tratativas objetivando acordos de cooperação e estudos relevantes para o transporte e logística no País no que concerne ao transporte de passageiros, merecendo menção como resultados alcançados a celebração de acordo de cooperação técnica com a Fundação Dom Cabral - FDC; aquisição do *software Pathfinder do Trimble Quantum Alignment com o respectivo suporte técnico e a participação no 7º Fórum Mineiro de Gestores de Transporte e Trânsito promovido pela Associação Nacional de Transportes Públicos - ANTP.*

A cooperação com a FDC possibilitará à EPL acesso aos trabalhos desenvolvidos por aquela Fundação nas áreas de: mobilidade urbana; *clusters logísticos; planejamento industrial e transporte ferroviário de passageiros, podendo assim, absorver conhecimentos técnicos e aplicá-los diretamente em ações estratégicas e no desenvolvimento de projetos.*

A transferência de conhecimento se dará por meio do estudo de caso na Cidade do México, permitindo conhecer metodologia utilizada para otimização da logística de carga em grandes centros urbanos, pelo desenvolvimento de estudo de recomposição da mobilidade urbana na região metropolitana de Belo Horizonte -MG e estudo de caso para melhoria dos acessos ao aeroporto de Confins, com vistas a melhoria dos acessos aos principais aeroportos do País.

Com o apoio da FDC, pretende-se iniciar o desenvolvimento de metodologia com proposição de modelo de negócio visando o reaproveitamento da infraestrutura existente e sua aplicação prática em um projeto piloto de transporte ferroviário de passageiros, além de estudo para implementação/operação de clusters logísticos, dada a potencial influência dos transportes de cargas nos deslocamentos de pessoas nos grandes centros urbanos.

A aquisição do software *Pathfinder do Trimble Quantum Alignment permitirá a realização pela EPL de estudo de diversas alternativas de traçados, de forma automatizada, para projetos ferroviários e rodoviários, incluindo estudos identificados no PNL. A ferramenta possibilita a EPL um salto de qualidade nas simulações por modelagem, estudos e projetos que vem desenvolvendo, uma vez que a boa utilização da ferramenta possibilita avaliação técnica de quantitativos e custos, além de potenciais impactos socioambientais de forma a melhor subsidiar a tomada decisão.*

Com o objetivo de ampliar a formalização de parcerias com outras entidades que tratam do tema mobilidade urbana, a EPL esteve presenteno 7º fórum mineiro de gestores de transporte e trânsito e apresentou-se à ANTP e aos municípios mineiros como alternativa para elaboração de estudos e projetos nas diversas áreas de sua competência, com atenção voltada para as metrópoles e grandes aglomerados urbanos do País. Tendo havido, na ocasião, interesse manifesto de gestores da capital mineira e de grandes municípios do estado de Minas Gerais no estabelecimento de tratativas com esta empresa.

Adicionalmente, merecem menção as seguintes iniciativas:

(i) O desenvolvimento de termos de Referência com vista a parceria com instuição de ensino superior pública contemplando o Transporte Ferroviário de Alto Desempenho para Passageiros (TFAD);

(ii) A preparação de acordo de cooperação técnica a ser celebrado entre a EPL e o Ministério das Cidades, visando o apoio recíproco em ações, projetos e estudos para subsidiar o planejamento da mobilidade urbana.

Para o ano de 2018, pretende-se realizar:

(i) Contratação de Estudos e Projetos de Viabilidade Técnico-Econômica de Trem de Passageiros;

(ii) O desenvolvimento de metodologia para a elaboração de estudos de avaliação de externalidades da implantação de serviços de transporte ferroviário de passageiros para subsidiar a elaboração do Plano Diretor Nacional (PDN);

(iii) Formalização de cooperação técnica com o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA) na identificação dos corredores logísticos estratégicos de passageiros.

Capítulo 3 - Organização Interna

3.1 PLANEJAMENTO E GESTÃO DA DIRETORIA DE GESTÃO

Com o intuito de buscar a excelência, a EPL traçou em 2017 caminhos para o cumprimento da missão e alcance da visão proposta, sempre em consonância com a missão e visão institucional da Empresa.

Desta forma, foi possível contribuir de maneira relevante para o impulsionamento da Empresa na direção correta, com a formulação, implementação e aperfeiçoamento das estratégias de gestão.

Além de ampliar o papel de aportar com eficiência os subsídios necessários às entregas das áreas finalísticas, em 2017, a Diretoria de Gestão buscou o aprimoramento das práticas de gestão e governança alinhando-se às novas estratégias organizacionais da EPL.

Nesse contexto, foram analisados no Planejamento Estratégico metodologias e ferramentas de forma a clarificar a estratégia, organizar os grandes desafios para alcançar o resultado almejado, gerir e acompanhar as ações de forma a alcançar os objetivos, comunicar a estratégia e o alinhamento quanto à força de trabalho com relação às ações prioritárias.

O Planejamento Estratégico é um dos pilares da boa gestão, dessa forma, em consonância ao Mapa Estratégico Institucional, foram desenvolvidas pela área as seguintes ações estratégicas no ano de 2017:

- Cadeia de Valor;

- Mapa Estratégico da Diretoria de Gestão;

- Iniciativas Estratégicas;

- Ciclo de Gestão;

- Monitoramento das ações; e

- Comunicação da Estratégia.

Como primeiro passo para definição do alinhamento entre a estratégia e a operacionalização dos processos, elaborou-se a Cadeia de Valor, elencando os insumos, macroprocessos, entregas e resultados.

A partir de então foi elaborado o Mapa Estratégico da Diretoria e Gestão, embasado no Mapa Estratégico da EPL que foi aprovado, em 2016, pela Diretoria Executiva à época, tendo como responsabilidade explicitar, de forma resumida, as medidas importantes a serem desempenhas.

Nessa esfera, o foco de atuação possui objetivos agrupados em quatro macro temas estratégicos, os quais representam os pilares de execução da estratégia traçada, permitindo que a Diretoria concentrasse suas ações e definisse a estrutura de responsabilidades. Cada uma das áreas abaixo, possui objetivos estratégicos bem definidos que foram desdobrados, acompanhados e monitorados por meio de indicadores e metas, no decorrer do ano de 2017.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900009

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Licitações e Contratos;

2. Finanças;

3. Tecnologia e Logística; e

4. Pessoas.

Com a formulação dos objetivos estratégicos e da elaboração de indicadores e metas, foram definidas as principais iniciativas estratégicas setoriais, referentes ao ano de 2017, com o intuito de aprimorar o desempenho dos indicadores estabelecidos.

As iniciativas estratégicas são o conjunto de ações e medidas que poderão ser implementadas a curto, médio e longo prazo, de forma a alcançar os objetivos definidos no Mapa Estratégico.

PESSOAS	Atrair e reter talentos e desenvolver competências na quantidade adequada e com tempestividade.	- Plano Estratégico de Capacitação - Avaliação de Competências - Preparação EPL para o Concurso Público - Levantamento dos perfis e responsabilidades dos profissionais
PESSOAS	Fortalecer o clima organizacional e o bem-estar dos profissionais da empresa.	- Pesquisa de Clima e Cultura Organizacional - Programa de Qualidade de Vida 2017 - Celebração do ACT 2016/2017
PESSOAS	Aprimorar a gestão administrativa dos recursos de pessoal.	- Plano de Providências para atendimento às recomendações da AUDINT - Avaliação do Nível de Maturidade na Governança de Pessoas - Elaboração e Revisão de Normativos
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	Dotar a empresa de recursos tecnológicos para suporte ao negócio da empresa	- Avaliação do Nível de Maturidade de TI - PDTI 2017/2018 - Gestão da Segurança da Informação - Monitoramento e Avaliação dos Serviços de TIC - Contratações de TI e Logística projetizadas e monitoradas
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	Aprimorar a estrutura física e de serviços às necessidades institucionais	- Monitoramento e Avaliação dos Serviços de Logística - Contratações de Logística projetizadas e monitoradas
FINANCEIRO	Aprimorar a gestão orçamentária e financeira	- Monitoramento efetivo da execução orçamentária e financeira - Planejamento da Proposta Orçamentária 2018 - Integridade e qualidade das Informações orçamentárias, financeiras e contábeis aos Colegiados e Órgãos de Controle - Auditoria Independente - Avaliação de Ativos
LICITAÇÕES E CONTRATOS	Alinhar as políticas e as estratégias de gestão das aquisições às prioridades do negócio da organização em prol de resultados	- Elaboração do Manual de Fiscalização e Gestão de Contratos da EPL e Normativos similares - Plano Anual de Aquisições 2017 da EPL - Avaliação do Nível de Maturidade de Governança de Aquisições

Tabela 12 - Objetivos e iniciativas estratégicas DGE

Após a etapa de construção do Planejamento Estratégico, a unidade deu início à elaboração dos procedimentos de forma a garantir e perpetuar a continuidade do processo de gerenciamento e monitoramento da estratégia.

Para tanto, definiu-se o Ciclo de Gestão composto por reuniões táticas e operacionais semanais e pela Reunião de Avaliação da Estratégia (RAE), realizada bimestralmente. A metodologia de monitoramento pode ser resumida da seguinte forma:

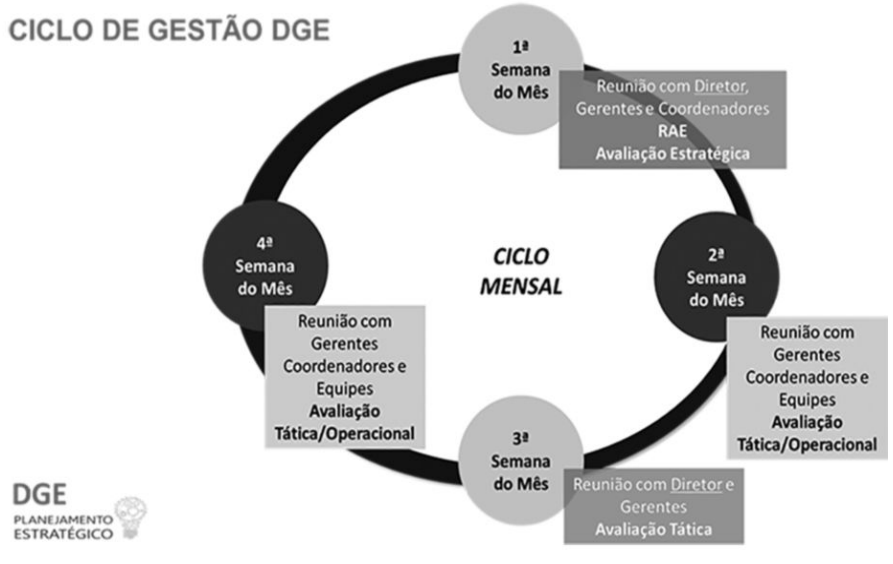


Figura 2 - Ciclo de gestão DGE

- Reunião de Avaliação da Estratégia (RAE)

A Reunião de Avaliação da Estratégia (RAE) é o principal mecanismo que imprime a dinâmica de funcionamento ao modelo de governança. Cada RAE tem como pauta os objetivos/pontos estratégicos críticos no momento da avaliação, identificados a partir das análises de alcance de suas respectivas metas e da execução das iniciativas estratégicas.

Foram realizadas 5 Reuniões de Avaliação da Estratégia no decorrer do ano de 2017, onde foram apresentadas as medições dos indicadores acompanhados no decorrer do ano, pela Diretoria de Gestão, bem como os pontos críticos propostos pelos Gerentes da área para acompanhamento junto ao Diretor.

- Reuniões Operacionais

Reuniões quinzenais realizadas entre os Gerentes, Coordenadores e suas equipes, de forma a discutir o andamento das principais demandas de cada área, definindo as responsabilidades de cada profissional da equipe e a forma de monitoramento.

- Reuniões Táticas

Reuniões quinzenais de monitoramento e direcionamento realizadas entre os Gerentes e o Diretor. Nesta reunião cada gerente responsável elenca as principais demandas das áreas em andamento, definindo prazos e nível de prioridade da demanda com o Diretor.

Para apoio à mensuração da estratégia e comunicação dos resultados, foi adotada a *Plataforma de Gestão Estratégica e Projetos Channel. Todos os indicadores estratégicos são alimentados pelas Gerências responsáveis e monitorados pela Diretoria, por meio desta Plataforma.*

A plataforma *Channel é um software corporativo que promove o alinhamento das operações e projetos de uma instituição ao seu planejamento estratégico, proporcionando um ambiente completo e unificado de apoio à gestão. E através desta Plataforma foram implementados os painéis de gestão de cada gerência, onde são acompanhados, diariamente, as principais demandas das áreas, sendo elas representadas em gráficos e relatórios automatizados.*

Além disso, foi criada a Planilha de Monitoramento das demandas, que são utilizadas nas reuniões táticas, onde cada gerente responsável informa quais são as principais demandas e processos de sua área, de forma a discutir, prazos e níveis de prioridades para as ações.

No decorrer do ano de 2017, para estabelecer uma comunicação da estratégia eficiente, de forma a buscar transparência na Gestão Estratégica, a Diretoria de Gestão, implementou também as seguintes ações de Comunicação:

- Café com o Diretor

Considerando que uma das ferramentas mais importantes para o desenvolvimento de uma empresa é o alinhamento e o fortalecimento dos elos de relacionamento entre gestores e equipe, em 2017, iniciou-se a ação "café com diretor", em que a Diretoria de Gestão preparou uma programação de encontros com todas as suas gerencias, visando estreitar a comunicação entre os profissionais e o diretor.

O objetivo principal da ação é comunicar a estratégia traduzida da Diretoria, a fim de alinhar a operação da organização ao alcance da visão a longo prazo, bem como dar transparência as informações relativas à gestão da estratégia da EPL.

- Boletim de Gestão

No segundo semestre de 2017, passou a ser publicado, periodicamente, o Boletim de Gestão, um canal de comunicação da Diretoria de Gestão, com objetivo de reunir informações, acontecimentos e as principais ações e decisões, com o propósito de melhorar a comunicação interna, promover a integração e a motivação dos profissionais e construir uma gestão mais transparente e efetiva.

- Revista Prestando Contas - 2017

A publicação da primeira revista 100% digital da EPL, *"Prestando Contas" mostrou as principais ações da Diretoria de Gestão, ao longo do ano de 2017 e um balanço de todas as atividades no decorrer do ano.*

Analisando as relevantes entregas e contribuições em 2017, a EPL vislumbra novos desafios visando ser cada vez mais produtiva, inovadora e transformadora, além de buscar o desenvolvimento sustentável e a capacidade de perpetuar valor ao longo do tempo.

3.2 GESTÃO DE PESSOAS

3.2.1 Organograma e Quadro de Funcionários

A EPL possui, atualmente, um quadro autorizado pela SEST de 143 (cento e quarenta e três) profissionais. A Diretoria Executiva é composta pela Presidência, Diretoria de Gestão e Diretoria de Planejamento. As atribuições de cada uma das unidades organizacionais estão dispostas no Regimento Interno da EPL (aprovado pelo Conselho de Administração - CONSAD por meio da Resolução nº 02, de 1º de junho de 2016) e suas respectivas vinculações estão representadas no organograma a seguir.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900010

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

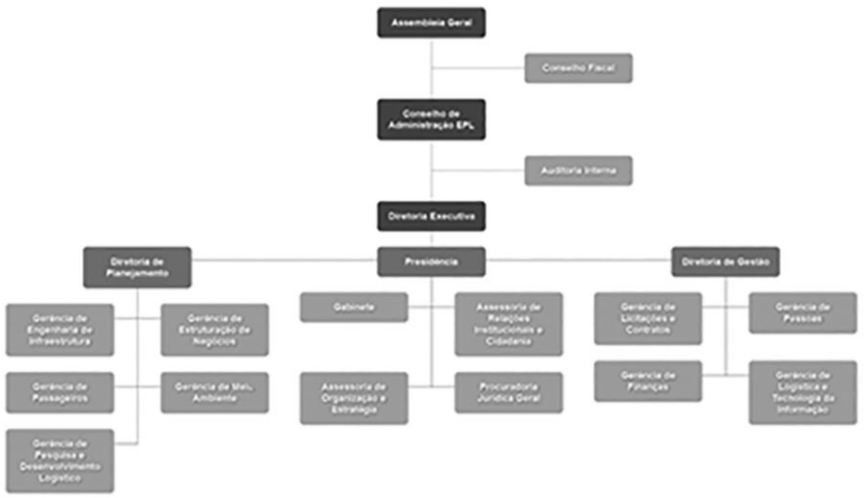


Figura 3 - Organograma EPL

3.2.2 Resultado da Governança de Pessoas

No ano de 2017, a proposta de valor em Gestão de Pessoas da EPL evoluiu de "Atrair e reter talentos e desenvolver competências na quantidade adequada e com tempestividade" para "Prover a Cadeia de Valor e a Estratégia da EPL com as melhores pessoas, parcerias, competências, inovações, ambientes e eventos de aprendizagem com elevado valor público, que gerem resultados de alta performance relacionados ao planejamento da infraestrutura em logística e transportes do país", levando os seus profissionais a contribuírem e se comprometerem com a excelência do desempenho e dos resultados organizacionais.

A expansão da proposta apresenta-se consonante com as necessidades de alinhamento das novas atribuições e competências decorrentes da vinculação à Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos e, por meio dessa, à Secretaria-Geral da Presidência da República, conforme disposto no Decreto nº 8.981, de 2 de fevereiro de 2017.

A Empresa acredita que a sua função não se resume em dar resultado, emprego, pagar impostos e cumprir as leis, motivo pelo qual objetiva ter suas políticas de gestão de pessoas alinhadas ao seu Planejamento Estratégico. A EPL, portanto, procurou posicionar-se com o objetivo de figurar entre as empresas brasileiras que mais valorizam o seu capital humano.

No primeiro semestre, a EPL e o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de Belo Horizonte - STEFBH, detentor da carta sindical que representa os trabalhadores de empresas com a categoria econômica da EPL, no Distrito Federal, firmaram o Acordo Coletivo de Trabalho com data base em dezembro de 2016, que contemplou a correção da ordem de 4,5% dos salários e benefícios.

Como foco do desdobramento e implantação de sua Política, foram aprimorados os instrumentos normativos relacionados à Política de Gestão de Pessoas com foco na cobertura integral da Cadeia de Valor da EPL, que alinhada ao Planejamento Estratégico, vem sendo fortalecida com ações voltadas à melhoria da gestão da Empresa e da qualidade de vida do profissional.

Nas ações de gestão e fortalecimento institucional, destaca-se, a consolidação da nova definição do quadro de pessoal, aprovado pela SEST/MP, que valorizou as atividades técnicas e de gestão.

Foram desenvolvidas ações de valorização e reconhecimento orientadas pela pesquisa de Clima, Cultura e Qualidade de Vida, dentre as quais a Semana de Qualidade de Vida e a Semana de Prevenção de Acidente de Trabalho; e práticas preventivas e integrativas como a ginástica laboral e o Prêmio DGE em reconhecimento aos profissionais que se destacaram em suas respectivas unidades organizacionais.

O Plano Anual de Capacitação, premiado pelo IBMEC entre as três melhores modelagens de Educação Corporativa da gestão pública, foi estruturado em quatro programas voltados ao desenvolvimento organizacional da Cadeia de Valor:

I - Governança - corresponde temas de interesse da Alta Gestão, abrangendo os temas do Decreto n° 8.945, de 27/12/2016;

II - Gerencial - promove temas ligados à gestão pública de alta performance, desempenho, transparência e ética público-privada;

III - Técnico-operacional - voltado às competências técnicas das unidades e o cumprimento integral de sua proposição de valor e atribuições regimentais; e

IV - Transversal - agrega temas que ampliam o desenvolvimento de competências gerais e de impacto positivo em todas as atribuições da EPL.

Ocorreu também o desenvolvimento de sistemas de apoio à capacitação de pessoal Sistema de Solicitação de Capacitação - SISCAP, otimizando processo de solicitação, controle e gestão de competências técnicas e comportamentais por meio das ações de treinamento, desenvolvimento e educação corporativa (TD&E).

O programa de Estágio permaneceu sendo um destaque na integração dos estudantes selecionados, permitindo o contato com o mercado de trabalho, experiência e prática profissional, complementando o ensino e a aprendizagem na promoção de aperfeiçoamento técnico, cultural e de relacionamento humano.

3.2 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

3.2.1 Governança de TIC

Em relação à Governança de TIC, foram realizadas diversas ações baseadas nas melhores práticas de mercado e orientações dos órgãos de controle, objetivando, desta forma, maior transparência, aumento da maturidade e aperfeiçoamento da Governança de TIC no âmbito da EPL. Também foram promovidas ações de informação e conscientização a respeito da segurança das informações geradas e custodiadas pela Empresa, bem como ações para manutenção do ambiente seguro dos ativos de informação.

Nesse contexto, a EPL vem aprimorando continuamente a evolução da Governança de TIC, utilizando os referenciais vigentes, dentre eles: o Guia de GovTIC do SISP e os Levantamentos de Governança do TCU, trabalho este que prosseguirá nos próximos anos, a fim de consolidar a Governança de TIC na EPL.

3.2.2 Planejamento de TIC

Com o objetivo de aprimorar constantemente o planejamento de TIC, foi aprovada em 2017 a segunda versão do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC da Empresa, que abrange as ações e investimentos priorizados pelo Comitê de Tecnologia da Informação - CTI para o biênio 2017-2018.

A execução do PDTIC alcançou, ao final de 2017, o desempenho físico de aproximadamente 63% da quantidade total de ações previstas para o ano. E alcançou o desempenho físico de aproximadamente 55% considerando todo o biênio, incluindo o atendimento de 25 ações de contratação de bens e serviços de TIC, dentre as quais, destacam-se a solução de descoberta de dados, de georeferenciamento, de modelagem e simulação ferroviária e de simulação de traçado, dentre outras que contribuem para o alinhamento, sustentação e atendimento dos objetivos estratégicos institucionais da EPL.

Além disso, estão sendo geridos e monitorados os indicadores do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação - PETI, aprovado em 2016, e os do PDTIC para o biênio 2017-2018.

Para realizar a avaliação, monitoramento e controle dos planos estratégicos PETI e PDTIC, foi implementada ferramenta específica de gestão estratégica e projetos. Por meio desta ferramenta, são monitorados e acompanhados os indicadores de desempenho.





Figura 4 - Painel Plataforma Channel para acompanhamento dos indicadores de desempenho do PETI



Figura 5 - Cronograma de Ações do PDTIC na Plataforma Channel para acompanhamento do progresso físico, pontos críticos e desempenho

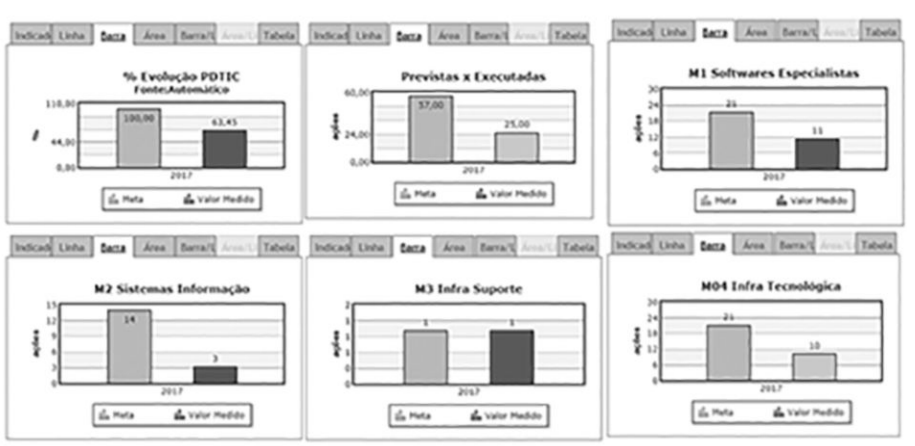


Figura 6 - Painel de Indicadores de Desempenho na Plataforma Channel para acompanhamento dos resultados



Figura 7 - Cronograma de Ações do PDTIC na Plataforma Channel

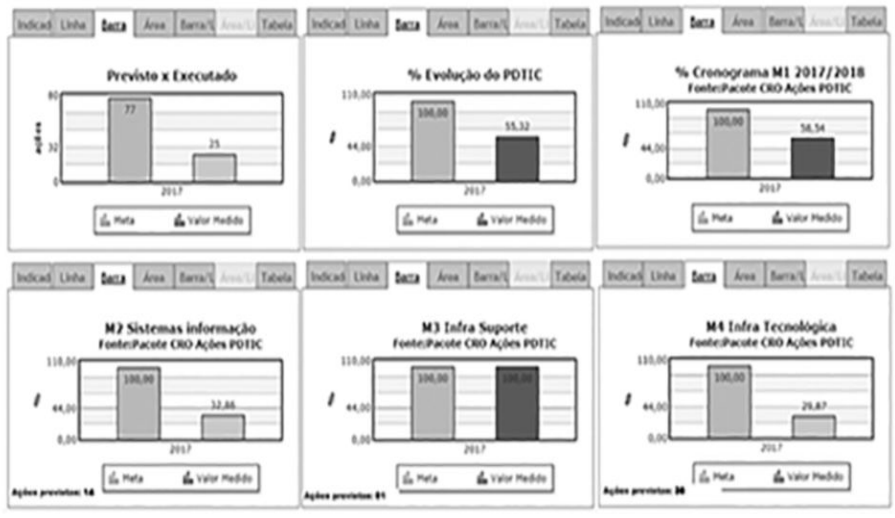


Figura 8 - Painel Plataforma Channel para acompanhamento dos indicadores de desempenho do PDTIC

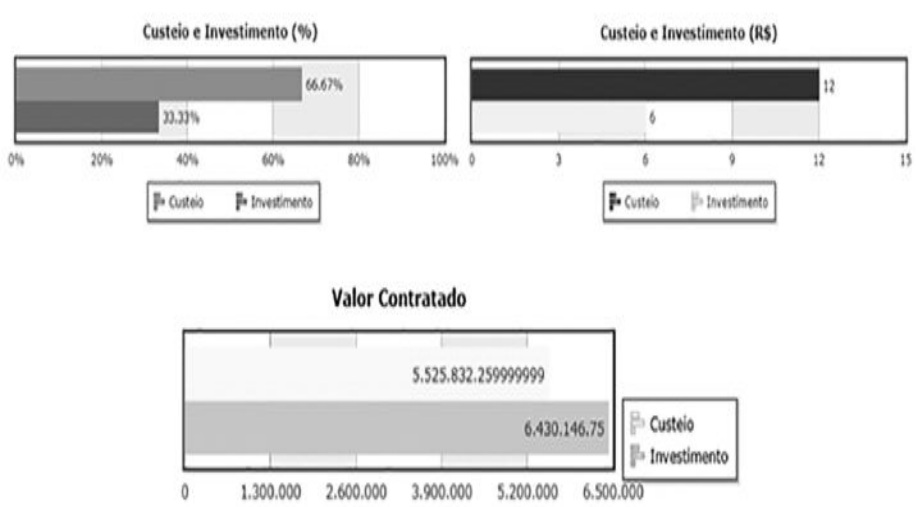


Figura 9 - Orçamento (Custeio e Investimentos) Ações PDTIC na Plataforma Channel

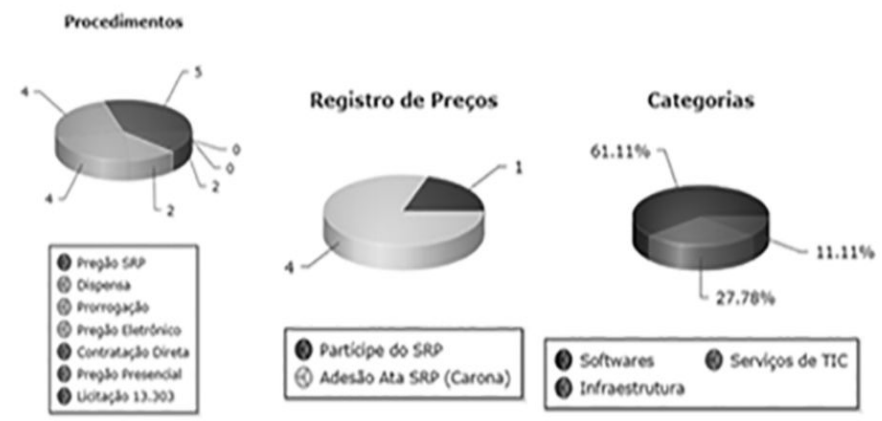


Figura 10 - Quantidade de contratações por procedimentos, por registro de preços e categorias

3.2.3 Segurança da Informação

No ano de 2017, foi revisada a Política da Informação de Segurança e Comunicações - POSIC da EPL, além do Regimento Interno do Comitê de Segurança da Informação - CSIC, melhorando os controles e o funcionamento dessa estrutura de Governança.

Foi criado, ainda, um site redundante para armazenamento dos Portais da EPL e do Programa de Parcerias e Investimentos - PPI, a fim de garantir a continuidade dos serviços e permitir maior segurança e disponibilidade das informações em caso de incidentes.

3.2.4 Infraestrutura de TIC

Durante o exercício de 2017, a EPL concentrou esforços em diversas contratações que permitiram a manutenção da infraestrutura tecnológica da Empresa e melhoria dos serviços prestados aos usuários, reduzindo assim, os riscos operacionais em seus ativos da informação.

3.2.5 Sistemas e Portais

No que se refere ao desenvolvimento e manutenção de sistemas, a EPL reformulou o Portal do Programa de Parcerias e Investimentos - PPI, a Intranet e o Portal da EPL. Ressalta-se que em todas as demandas destacadas foi utilizada ferramenta desenvolvida internamente para gestão de conteúdo, comumente conhecida como Content Management System ou CMS.

Ainda no campo do desenvolvimento, podemos citar as melhorias realizadas no Sistema de Controle de Frequência como o módulo de gestão de estagiários, o relatório de Absenteísmo por Gerência e Diretoria, bem como o desenvolvimento do Sistema de Solicitação de Capacitação - SISCAP visando automatizar o processo de gestão e solicitação de capacitação de seus colaboradores. Realizou também a integração do Sistema Corporativo ao WebService do SIAPE, implantou solução que permite a descentralização da publicação de novas entregas dos sistemas nos ambientes de homologação e produção (RunDeck), dentre outros.

Além dos sistemas acima exemplificados, a EPL, como apoio estratégico à Secretaria do Programa de Parcerias e Investimentos - SPPI, desenvolveu o Sistema de Controle de Fichas de Projetos, que auxiliam os especialistas da SPPI na gestão e controle dos projetos que compõem a carteira de projetos para concessão.

3.3 LOGÍSTICA DE SUPRIMENTOS

As atividades de logística e gestão documental contaram, em 2017, com entregas importantes para a EPL, dentre as quais podemos citar:

-Logística: Implantação do sistema de patrimônio SIADS, do SERPRO; estruturação de salas de reunião multimídia; implantação do projeto MobEPL, que está propiciando uma economia de aproximadamente 60% em relação aos custos anteriormente praticados e melhoria no atendimento aos usuários dos serviços de transporte de passageiros; criação e disponibilização de formulários específicos, para solicitação de serviços na Intranet; troca dos mobiliários que apresentaram defeitos de fabricação; contratação de empresa para manutenção do sistema de alta disponibilidade no CPD da Empresa; criação e revisão de normas e procedimentos correlatos.

-Gestão documental: Foco de atuação voltado para a estruturação da biblioteca da EPL; melhoria do acervo bibliográfico; tratamento do passivo de processos e documentos para arquivamento e elaboração de normas.

3.4 GESTÃO DAS AQUISIÇÕES - LICITAÇÕES E CONTRATOS

O foco de atuação da Gerência de Licitações e Contratos, no âmbito da Diretoria de Gestão da EPL é alinhar as políticas e as estratégias de gestão das aquisições às prioridades do negócio da EPL em prol de resultados e do aprimoramento do sistema de contratações e a gestão de fiscalização de contratos.

Em 2018, a iniciativa estratégica da Gerência de Licitações e Contratos em 2018 será focada em padronização de documentos em busca de fortalecimento institucional das regras em licitações e contratos, observando conformidade com a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

Em 2017 todas as atenções estiveram voltadas para melhorias operacionais, integridade, transparência nas aquisições e mapeamento de riscos e contratos. Em 2018, a iniciativa estratégica da Gerência será focada em melhorias do compliance nas contratações, na gestão, fiscalização e cumprimento dos contratos, e padronização de documentos em busca de fortalecimento institucional das regras em licitações e contratos, observando conformidade com a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

A edição do regulamento será publicada no primeiro trimestre de 2018. O regulamento foi precedido de uma análise dos procedimentos até então adotados na EPL, além disso, disciplinará de modo específico às matérias previstas na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016. Dentre estas, conterá obrigatoriamente aspectos relacionados à minutas-padrão de editais de licitação e contratos, procedimentos de licitações e contratação direta, procedimento de tramitação de recursos, procedimento de formalização de contratos, gestão e fiscalização de contratos, aplicação de penalidades e recebimento do objeto contratado pela EPL.

3.5 RELAÇÕES INSTITUCIONAIS FORMALIZADAS POR ACORDOS E PARCERIAS

O desenvolvimento institucional por meio de parcerias sempre foi uma das propostas da EPL, desde sua criação, para o intercâmbio de conhecimentos e interlocução com os diversos stakeholders envolvidos no setor. Por meio de atos colaborativos, a Empresa promove um arcabouço de conhecimento capaz de estabelecer uma cultura integradora entre as fontes geradoras de informação.

O ano de 2017 foi um período propício para, além de se estabelecerem novas cooperações, também reforçar outras já existentes. Dentre elas estão as parcerias firmadas com o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPA, com o Governo do Estado do Mato Grosso, por meio de sua Secretaria de Infraestrutura - SINFRA/MT e a MT Participações S.A - MTPAR e com a Fundação Dom Cabral.

Aos acordos renovados, destacam-se o aditamento à parceria firmada com a Associação Brasileira da Indústria Química, bem como a revisão estabelecida no Acordo de Cooperação Técnica Internacional firmado entre a EPL e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900012

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Esse pacote de relações institucionais garantirão à EPL e seus parceiros desenvolverem ações voltadas à divulgação de resultados exitosos no setor por meio de relatórios, boletins anuários e demais conteúdos, como é o caso do Anuário Estatístico de Transporte - AET elaborado pelo MTPA em parceria com a EPL, além de ações conjuntas para o intercâmbio de dados, informações e conhecimentos nas áreas de concessões, fluxos logísticos e até benchmarks para mitigação de impactos ambientais e os reflexos dos modais de transporte na produção do efeito estufa.

No âmbito internacional, com a parceria EPL x PNUD, a Empresa tem se capacitado e impulsionado projetos estratégicos para suas áreas de atuação sob os reflexos dos estudos para concessão de portos e o desenvolvimento de uma metodologia para avaliação de bens reversíveis nas concessões rodoviárias e aeroportuárias. Outrossim, com sua expansão aprovada pela Agência Brasileira de Cooperação no final do ano de 2017, a EPL pode avançar ainda mais nos estudos voltados para o aprimoramento do planejamento logístico do país.

Num	Acordo	Objeto	Vigência
1	Acordo de Cooperação entre EPL e Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPAR	Cooperação Técnica entre MTPA e EPL visando promover ações conjuntas para o intercâmbio de dados, informações e conhecimentos de interesse e divulgação de relatórios, boletins usuários cadernos e demais conteúdos internacionais no âmbito do setor de Transportes.	30/05/2022
2	Acordo de Cooperação entre a EPL e o Governo do Estado do Mato Grosso, por meio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística e a MT Parcerias S/A	Conjugação de esforços para o desenvolvimento de estudos preliminares técnico, econômico e ambiental no âmbito multimodal para a aplicação em concessões de infraestrutura estaduais que se integram a logística de transporte nacional, bem como fomentar o intercambio de informações para o mapeamento, planejamento, elaboração e a avaliação de soluções de infraestrutura operacionais e regulatórias para desenvolvimento de um Plano Estadual de Logística Integrada sinérgico ao Plano homônimo Federal.	20/07/2018
3	Acordo de Cooperação entre a EPL e a Fundação Dom Cabral	O desenvolvimento de ações e estudos técnicos que busquem promover a melhor compreensão e divulgação do setor de planejamento logístico no país.	16/11/2018
4	Acordo de Cooperação entre a EPL e a Associação Brasileira de Indústrias Químicas	Aditamento ao intercâmbio de informações para o mapeamento, planejamento, elaboração e avaliação de soluções de infraestrutura, operacionais e regulatórias para o desenvolvimento da logística de transportes no país, com foco no setor de indústrias químicas.	19/04/2019
5	Acordo de Cooperação Técnica Internacional EPL e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	Proposições de modelos de gestão da melhora e de eficiência econômica, social e ambiental para o planejamento do sistema de transportes brasileiro.	26/12/2019

Tabela 13 - Parcerias Firmadas pela EPL

Em 2017, no âmbito institucional, a Gestão da EPL obteve sucesso com uma direção construtiva na perspectiva de Organização Interna. Os atributos de valor como ética e integridade, celeridade, transparência, sustentabilidade, inovação, credibilidade e pessoas, estão cada vez mais firmados na EPL. Estes continuarão como premissas para a execução das atividades nos anos posteriores. A transparência nos resultados demonstrados através da prestação de contas aos profissionais melhorou o desempenho das equipes e alinhou a comunicação entre as unidades.

Capítulo 4 - Informações Econômicas e Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes financeiras emanadas da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, com as alterações promovidas pelas Leis nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e nº 11.941, de 27 de maio de 2009, e de acordo com as práticas adotadas no Brasil - BR GAAP (Brazilian Generally Accepted Accounting Principles) - assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e os Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Os fatos contábeis foram registrados pelo Valor Original e os saldos apresentados em unidade de Real (R$ 1).

	2017	2016
Receita Bruta de Subvenções Governamentais	43.632.212	43.307.536
Outras Receitas Operacionais	0	0
Despesas Operacionais	55.172.734	58.345.512
Receitas (-) Despesas Financeiras	-758.353	-5.351.921
Tributos sobre Lucro Real (Imp. Renda e Cont. Social)	0	0
Receita Não Operacional	263	2.285
Despesa Não Operacional	2.898	0
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	12.301.510	20.387.612
Liquidez Corrente	7	8
Capital Social Integralizado	53.492.397	83.562.951

Tabela 14 - Informações Econômico-Financeiras EPL 2017

No exercício de 2017, a Empresa recebeu a importância de R$ 43.632.212 a título de subvenção governamental, recursos que suportaram majoritariamente as despesas com pessoal e encargos. A Empresa recebeu também do Tesouro Nacional a importância de R$ 14.935.525 para aplicação em investimentos, sendo contabilizado como adiantamento para aumento de capital, no Patrimônio Líquido.

O prejuízo totalizou R$ 12.301.510, ocasionado principalmente pelas apropriações de despesas não financeiras, e despesas com Estudos de Infraestrutura, a saber:

Despesas Apropriadas	Valor
a) Amortização de Intangíveis	747.310
b) Amortização de instalações em bens de terceiros	528.832
c) Amortização de Software	94.498
d) Depreciação de Bens Móveis	2.722.933
e) Atualização Monetária dos Créditos de Acionista	1.574.573
f) Despesa com Estudos de Infraestrutura	7.230.325
Total	12.898.471

Tabela 15 - Despesas Apropriadas EPL 2017

Assim, estas despesas correspondem:

a) Amortização de Intangíveis R$ 747.310 corresponde a despesas apropriadas com amortização dos Estudos Ambientais já finalizados, e que se encontram em processo de concessão, em conformidade com o CPC 04 R1;

b) Amortização de Instalações em Bens de Terceiros - R$ 528.832 a despesas apropriadas em 2017 com amortização a base 20% ao ano, das instalações que a EPL efetuou no Edifício sede desta Empresa;

c) Amortização de *software* - R$ 94.498 corresponde a despesas apropriadas em 2017, com amortização das imobilizações com *software*, cada amortização ocorre devido ao tempo de vida útil registrado no contrato de aquisição;

d) Depreciação com bens móveis - R$ 2.722.933 corresponde a despesas apropriadas em 2017, derivadas da aplicação de taxas de depreciação aplicada de forma linear, variando de 10% a 3,33% de conformidade com a vida útil dos mesmos;

e) Atualização Monetária dos Créditos de Acionistas - R$ 1.574.573, corresponde a correção dos repasses como Adiantamento Para Aumento de Capital - AFAC, recebidos antes do exercício de 2017, contabilizados como crédito para aumento de capital, com aplicação da variação da taxa SELIC, nos termos do Decreto nº 2.673, de 16 de julho de 1998;

f) Despesas de Estudo com Infraestrutura - R$ 7.230.325, são as despesas classificadas como Estudos de Infraestrutura, para viabilizar concessões da União, destacando o Estudo realizado no Dersa - Desenvolvimento Rodoviário S/A, por meio do Termo de Cooperação nº 01/2015 no valor de R$ 4.529.138 e o Contrato Administrativo nº 13/2016 com a empresa Humberto Santana no valor de R$ 1.239.214.

As Demonstrações Financeiras fazem parte integrante desse Relatório.

Capítulo 5 - Execução Orçamentária

A Lei Orçamentária Anual - LOA/2017, nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, disponibilizou para a EPL o montante de R$ 84 milhões, dotações orçamentárias classificadas em: Pessoal/Encargos; Benefícios; Sentenças Judiciais; demais Despesas de Custeio e para o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900013

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Em que pese a proposta orçamentária para 2017 de PAC, da EPL, ter sido no montante de R$ 107 milhões, a dotação aprovada na LOA-2017, foi de R$ 44 milhões. Porém, o Decreto nº 9.018, de 30 de março de 2017, reduziu o limite para movimentação de empenhos para R$ 32 milhões e no final do 2º trimestre, com a edição do Decreto nº 9.113, de 28 de julho de 2017, esse limite foi reduzido ainda mais para R$ 7,3 milhões.

Diante do cenário restritivo das limitações orçamentárias para o exercício de 2017 e pelo limite de R$ 7,3 milhões para fazer face aos investimentos diante dos novos desafios da EPL junto à Secretaria de Programa de Parcerias de Investimentos - PPI/PR, bem como a responsabilidade de planejar o desenvolvimento da infraestrutura do Brasil.

Considerando o limite disponibilizado à EPL a Diretoria Executiva, com apoio da Secretaria Especial do PPI/PR, promoveu amplo debate junto ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, no sentido de expandir o referido limite o qual foi reestabelecido para R$ 20 milhões, por meio da publicação da Portaria/MP nº 314, de 02 de outubro de 2017.

Finalmente, o limite para movimentação e empenhos foi restabelecido com a edição do Decreto nº 9.205, de 24 de novembro de 2017, no valor de R$ 27 milhões, sendo ratificado por meio do Decreto nº 9.248, de 22 de dezembro de 2017.

Relativamente às dotações orçamentárias para custear as demais despesas com o funcionamento da EPL, a dotação inicial estabelecida na LOA-2017 foi de R$ 21 milhões, sendo disponibilizado, inicialmente, o valor de R$ 11 milhões e no mês de dezembro foi ampliado para R$13 milhões.

O total de R$ 74 milhões de empenhos emitidos pela EPL, foram distribuídos da seguinte forma: R$ 34 milhões para despesas Obrigatórias; R$13 milhões, para as demais despesas de custeio; e R$ 26 milhões para a programação do PAC. Essa última, do limite disponibilizado à EPL de R$27 milhões, representa um total empenhado de 96% (noventa e seis por cento). Registra-se que o não atingimento do percentual de 100% (cem por cento) de execução orçamentária foi em função da descentralização de crédito, no valor de R$ 526.287, onde a Unidade Gestora Recebedora não empenhou o destaque recebido, bem como o valor de R$ 580.254, restou contido pela Secretaria de Orçamento Federal - SOF.

Vale ressaltar que o fato da liberação dos limites orçamentários das dotações de PAC ter ocorrido apenas no 4º trimestre, oportunidade em que aconteceram as novas contratações/aquisições, ensejou a inscrição de restos a pagar no valor de R$26 milhões.

Segue abaixo quadro ilustrativo das considerações expostas acima, relativamente à execução orçamentária e a respectiva execução financeira da EPL, tendo como fonte de consulta o Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI - Tesouro Gerencial.

Funcional	Ação	Dotação Inicial	Dotação Final	Empenhado	Pago	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos
28.846.0901.0022.0053	Sentencas judiciais devidas por empresas estatais	280.000	280.000	31.235	31.235			
26.122.2126.2000.0001	Administracao da unidade	21.103.674	21.103.674	13.056.798	7.398.348	2.731.687	97.406	2.412.947
26.301.2126.2004.0053	Assistência médica e odontológica aos servidores civis, empregados e militares	315.516	315.516	273.222	268.672	13.602		13.602
26.331.2126.2010.0053	Assistência pre-escolar aos dependentes dos servidores civis, empregados e militares	155.232	155.232	143.473	143.473	61.440	18.322	43.118
26.331.2126.2011.0053	Auxilio-transporte aos servidores civis, empregados e militares	528	528	0		5.974	5.974	
26.331.2126.2012.0053	Auxílio-alimentação aos servidores civis, empregados e militares	900.000	1.300.000	1.300.000	867.389	420.716	213.188	207.529
26.122.2126.20TP.0053	Pessoal ativo da uniao	31.698.099	33.507.818	32.472.432	31.358.336	8.087.978	7.571.685	516.293
26.121.2126.20UA.0001	Estudos, projetos e planejamento de infraestrutura de transportes (pac)	41.631.172	24.631.172	24.631.172	1.052.116	27.390.342	4.150.293	11.799.143
26.122.2126.216H.0001	Ajuda de custo para moradia ou auxilio-moradia a agentes públicos	21.144	21.144					
26.122.2126.8785.0001	Gestão e coordenação do programa de aceleracao do crescimento (pac)	2.580.254	2.580.254	1.996.612	1.073.656	583.679	177.658	185.980
TOTAL		98.685.619	83.895.338	73.904.945	42.193.225	39.295.418	12.234.525	15.178.612

Tabela 16 - Relatório da Execução Orçamentária-Financeira - 2017

Anexo I - Demonstrações Financeiras

A.1.1 Balanço Patrimonial

	Notas	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Ativo			
Ativo Circulante	3.1	13.841.587	20.343.960
Banco Conta Movimento	3.1.1	4.649.667	4.218.077
Tesouro limite de Saque		4.649.667	4.218.077
Aplicações Financeiras	3.1.2	7.723.631	7.095.184
Caixa Econômica Federal		7.723.631	7.095.184
Conta Vincula		1.689	4.151
Caução		1.689	3.980
Salário		-	171
Outros Créditos	3.1.3	1.466.600	9.026.548
Estoque		133.898	136.782
Adiantamento a Empregados		240.737	259.346
Imposto a Recuperar		704.007	628.392
Créditos a Receber		14.000	962.680
Despesas Diferidas/Outros Créditos		-	82.554
Adiantamento para Acordos e Termos		-	6.584.655
Depósito Recursal/Judicial		373.958	372.139
NÃO CIRCULANTE	3.2	42.058.437	53.366.125
Imobilizado	3.2.1	4.938.069	8.224.231
Bens Móveis		4.842.615	7.599.945
Bens Imóveis		95.454	624.286
Intangíveis	3.2.2	37.120.368	45.141.894
TOTAL DO ATIVO		55.900.024	73.710.085

	Notas	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Passivo			
Passivo Circulante	4.1	2.026.745	2.696.808
Contas a Pagar	4.1.1	1.050.069	1.290.604
Fornecedores		1.045.180	1.188.065
Consignações a Recolher		3.200	4.819
Encargos Sociais a Recolher		-	93.740
Caução de Terceiros em Dinheiro		1.689	3.980

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Outros Débitos	4.1.2	976.676	1.406.204
Credores Diversos		45.329	16.765
Provisões		931.347	1.389.439
NÃO CIRCULANTE	4.2	17.764.585	27.290.004
Crédito para Aumento de Capital	4.2.1	17.416.457	25.611.008
Provisões p/CausasTrabalhista/Cível	4.2.2	348.128	1.678.996
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.3	36.108.694	43.723.273
Capital Integralizado	4.3.1	53.492.397	83.562.951
Crédito Para Aumento de Capital	4.3.2	14.935.525	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados	4.3.3	-32.319.228	-39.839.678
TOTAL DO PASSIVO		55.900.024	73.710.085

A.1.2 Demonstrações de Resultado

		31 de dezembro de	
	Notas	2017	2016
RECEITAS OPERACIONAIS		-	-
Receita Operacional		-	-
Outras Receitas Operacionais		-	-
Custos dos Produtos e dos Serviços		-	-
LUCRO BRUTO		-	-
DESPESAS OPERACIONAIS		55.172.734	58.345.512
Despesas Administrativas	5.1	47.942.409	58.345.512
Pessoal e Encargos	5.1.1	33.144.288	29.452.649
Despesa com Material de Consumo		32.074	26.379
Serviços de Terceiros		9.335.219	10.054.398
Outros Serviços de Terceiros	5.1.2	1.029.736	1.894.213
Despesas Tributárias		227.519	218.659
Despesa Depreciação/Amortização	5.1.3	4.093.573	16.499.214
Provisões por Causas Trabalhistas		80.000	200.000
Despesas com Infraestrutura	5.1.4	7.230.325	-
Despesas com Estudos e Projetos		2.000.599	-
Despesas de Custeio com Acordo de Cooperação Técnica		5.229.726	-
Resultado Antes das Receitas / Despesas Financeiras		55.172.734	58.345.512
Receitas e Despesas Financeiras	5.2	(758.353)	(5.351.921)
Receitas Financeiras	5.2.1	816.220	980.075
Despesas Financeiras	5.2.2	1.574.573	6.331.996
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DE SUBVENÇAO		(55.931.087)	(63.697.433)
SUBVENÇÃO PARA CUSTEIO		43.632.212	43.307.536
Repasses Recebidos da União		43.632.212	43.307.536
OUTRAS DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS		263	2.285
Alienação de Bens			
Outras Receitas Operacionais		263	2.285
RESULTADO OPERACIONAL		(12.298.612)	(20.387.612)
RECEITA NÃO OPERACIONAL		-	-
DESPESA NÃO OPERACIONAL		2.898	-
Multas Punitivas		2.898	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DA PROVISÃO CSLL/IRPJ	5.3	(12.301.510)	(20.387.612)
Contribuição Social		-	-
Imposto de Renda		-	-
RESULTADO FINAL DO PERÍODO		(12.301.510)	(20.387.612)

A.1.3 Demonstração das Mutações do Patrimônio Liquido

Histórico	Notas	Capital Social	Créditos p/ Aumento do Capital-AFACs	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de Dezembro de 2015		50.000.000		(20.346.756)	29.653.244
Ajustes de Exercícios Anteriores				894.690	894.690
Resultado do Exercício		-		(20.387.612)	(20.387.612)
Integralização do Capital c/AFACs		33.562.951			33.562.951
Saldo em 31 de Dezembro de 2016		83.562.951		(39.839.678)	43.723.273
Integralização do Capital c/AFACs		9.769.124		-	9.769.124
Redução do Capital Social Integralizado		(39.839.678)		-	(39.839.678)
Amortizaçao Prejuizo Acumulado		-		39.839.678	39.839.678
Créditos para Futuro Aumento de Capital-AFACs	7.2	-	14.935.525		14.935.525
Ajustes de Exercícios Anteriores	7.3	-		(20.017.718)	(20.017.718)
Resultado do Exercício	7.3	-		(12.301.510)	(12.301.510)
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	7.1	53.492.397	14.935.525	(32.319.228)	36.108.694

A.1.4 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Fluxo de caixa das atividades operacionais:			2017	2016
(+)	Receita Financeira		816.220	980.075
(+)	Receita Eventual		263	-
(-)	Fornecedores	6.1	10.397.030	11.847.628
(+)	Estoque (Almoxarifado)		2.884	34.778
(+)	Despesa com Acordo de Cooperação Técnica	6.2	5.229.726	2.683.410
(-)	Adiantamento a Empregados - Resgate		18.609	8.208
(+)	Ajustes de Exercícios Anteriores	6.3	181.639	655.444
(-)	Impostos a Recuperar	6.4	75.614	181.972
(-)	Despesas, Diferidas		-	79.345
(+)	Outros Valores a Recuperar	6.5	-	962.681
(-)	Depósito Recursal	6.6	1.819	347.687

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900015

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(+)	Pagamento de Obrigações de 2016	6.7	670.064	315.922
(-)	Despesas Tributárias	6.8	227.519	356.021
(-)	Despesas Financeiras - MULTAS PUNITIVAS		2.898	4.886
(-)	Pessoal e Encargos Sociais da EPL		33.552.101	29.452.649
(-)	Despesas com Custeio de Estudos e Projetos	6.9	2.000.599	-
(-)	Outras Variações do Ativo Circulante		239.100	-
(-)	Provisões Trabalhistas		-	105.348
	Total das Atividades Operacionais (A)		51.740.133	39.361.780
	Atividades de Investimentos		2017	2016
(-)	Aquisição de imobilizado		105.800	11.311
(+)	Aquisição Intangível	6.10	5.664.058	15.277.259
(-)	Apropriação conta vinculada a salário		-	171
(+)	Receb. por vendas de permanentes ocorridas:		-	3.425
(+)	Baixa de Ativo Imobilizado		-	2.460
	Total das Atividades de Investimentos (B)		-5.769.858	-15.282.856
(+)	Repasses recebidos		31.965.265	32.070.470
(+)	Repasse por Operação Intrasiafi		11.666.947	11.237.066
(+)	Crédito para Futuro Aumento de Capital - Recursos para Investim.	6.11	14.935.525	12.239.330
	Total das Atividades de Financiamentos (C)		58.567.737	55.546.866
	Total Geral (A+B+C)		1.057.746	902.230
	Disponibilidades - no início do período		11.317.241	10.415.010
	Disponibilidades - no final do período		12.374.987	11.317.241

A.1.5 Demonstração do Resultado Abrangente

Histórico	Outros Resultados Abrangentes
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	(420.188)
Resultado do Exercício	(742.659)
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	(1.162.846)
Reconhecimento de Ajuste de Exercíc. Anteriores	(21.316)
Resultado do Exercício	(19.162.594)
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	(20.346.756)
Reconhecimento de Ajuste de Exercíc. Anteriores	894.690
Resultado do Exercício	(20.387.612)
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	(39.839.678)
Amortização do Prejuízo pelo Capital Social	39.839.678
Reconhecimento de Ajuste de Exercíc. Anteriores	(20.017.718)
Resultado do Exercício	(12.301.510)
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	(32.319.228)

A.1.6 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras de 2017

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL) é uma empresa pública federal vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República por meio da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos, nos termos da Lei nº 13.334 de 13/09/2016, autorizada pela Lei Federal nº 12.404, de 04/05/2011, alterada pela Lei nº 12.743, de 19/12/2012, com sede em Brasília/DF, constituída sob a forma de sociedade por ações, de capital fechado, sendo a União detentora de 100% das ações.

A EPL tem por finalidade estruturar e qualificar, por meio de estudos e pesquisas, o processo de planejamento integrado de logística no País, interligando rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias. E tem por objeto social:

I - prestar serviços na área de projetos, estudos e pesquisas destinados a subsidiar o planejamento da infraestrutura, da logística e dos transportes no País, consideradas as infraestruturas, plataformas e os serviços pertinentes aos modos rodoviário, ferroviário, dutoviário, aquaviário e aeroviário.

II - planejar e promover o desenvolvimento do serviço de transporte ferroviário de alta velocidade de forma integrada com as demais modalidades de transporte, por meio de estudos, pesquisas, construção da infraestrutura, operação e exploração do serviço, administração e gestão de patrimônio, desenvolvimento tecnológico e atividades destinadas à absorção e transferência de tecnologias;

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO E BASE DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

a) As demonstrações contábeis fundamentam-se de acordo com os Padrões Internacionais de Relatórios Financeiros ("IFRSs"), emitidos pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas adotadas no Brasil - BR GAAP assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC);

b) As Demonstrações Financeiras originam-se de fatos contábeis vinculados ao Princípio do Registro pelo Valor Original e os saldos estão disponibilizados em unidade de Real (R$ 1), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Empresa;

c) A EPL integra o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, na forma total em relação ao orçamento, conforme disposto na Lei nº 4.320, de 17/03/1964 e aspectos societários da Lei n° 6.404/76 em relação à apresentação das Demonstrações Contábeis, com as alterações promovidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09;

d) As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério de liquidez e natureza financeira, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados;

e) Os ativos são demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo quando aplicáveis os rendimentos e/ou encargos correspondentes, calculados a índices ou taxas oficiais, bem como, os efeitos de ajustes de ativo para valor de mercado ou de realização. Os valores realizáveis ou exigíveis no curso do período subsequente estão classificados como Ativos ou Passivos Circulantes;

f) As provisões para contingências são constituídas nas demonstrações contábeis com base na opinião da Procuradoria Jurídica Geral, quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões classificadas como perdas possíveis pela Procuradoria Jurídica estão divulgadas na nota explicativa nº 4.2.2.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO

3.1 - ATIVO CIRCULANTE

3.1.1 - BANCO CONTA MOVIMENTO - R$ 4.649.667 - corresponde ao saldo da conta única em 31/12/2017, aumento de recursos financeiros em conta em 10,23% comparando com o saldo em 31/12/2016.

3.1.2 - APLICAÇÃO FINANCEIRA - R$ 7.723.631. Aplicação financeira na Caixa Econômica Federal, agência governo, nos termos da Resolução nº 4034/2011-BACEN, registrada pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos acumulados até 31/12/2017, tendo obtido uma variação positiva de 8,86%, com relação a 2016.

3.1.3 - OUTROS CRÉDITOS - R$ 1.466.600 - variação negativa de 83,75%, sendo este subgrupo composto por:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900016

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

OUTROS CRÉDITOS	31/12/2017	31/12/2016
- Estoque	133.898	136.782
- Adiantamento a Empregados	240.737	259.346
- Impostos a Recuperar	704.007	628.393
- Créditos a Receber	14.000	962.680
- Despesas Diferidas/Outros Créditos	0	82.554
- Depósito Recursal/Judicial	373.958	372.139
- Adiantamento para Acordos e Termos	0	6.584.655
Total	1.466.600	9.026.548

Essa variação negativa de 83,75% foi ocasionada principalmente pela conta de Créditos a Receber, devido a contabilização do Termo Aditivo de Rescisão ao Contrato Administrativo nº 21/2013 no valor de R$ 962.680 da empresa Axiomas do Brasil Pesquisa Cursos, ficando pendente ainda de recebimento, o deposito judicial por conta de terceiros no valor de R$ 238.810.

Outro fator relevante foi a conta de Adiantamento para Acordos e Termos no valor de R$ 6.584.655, em que o Tribunal de Contas da União - TCU por meio do Acórdão 1.320/2017, se manifestou que estes adiantamentos devem ser registrados como despesas no momento do repasse financeiro, e não mais como adiantamentos. A EPL vinha registrando esse adiantamento no Ativo Circulante, e quando o detentor do adiantamento apresentava a comprovação das despesas ou investimentos, registrava nas contas adequadas.

3.2 - ATIVO NÃO CIRCULANTE

Composição do Ativo Permanente

TITULO	VALOR RESIDUAL 2016	AQUISIÇÕES/ BAIXAS/TRANSF.	DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO 2017	TAXA DE DEPRECIAÇÃO %	VALOR RESIDUAL 2017
BENS MÓVEIS	7.599.945	115.801	2.873.131	%	4.842.615
Mobiliário em Geral	1.455.006		228.852	10%	1.226.154
Máquinas e Equipamentos	58.110		6.845	10%	51.265
Aparelhos	11.189		1.421	10%	9.768
Computadores e Periféricos	2.123.896	68.812	1.422.502	20%	770.206
Biblioteca	13.886		1.742	10%	12.144
Equipamentos de Telecomunicação	95.410		50.190	20%	45.220
Software	2.163.180		901.184	20%	1.261.996
Equipamentos Energia Elétrica	1.619.859		249.465	10%	1.370.394
Utensilio de Copa e Cozinha	1.549		225	10%	1.324
Aparelho de Medição e Orientação	2.400		640	10%	1.760
Equipamento para Áudio Vídeo e Foto	4.637	44.299	2.605	10%	46.331
Outros Bens de Uso Duradouro	50.823	2.690	7.460	10%	46.053
BENS IMÓVEIS	624.286		528.832	%	95.454
Instalações em Bens de Terceiros	624.286		528.832	20%	95.454
TOTAL DO IMOBILIZADO	8.224.231	115.801	3.401.963		4.938.069
INTANGÍVEL	45.141.894	-15.200.606	-7.179.080	%	37.120.368
CESSÃO DE USO DE PROGRAMA DE INFORMATICA	1.924.851	-765.791	67.414	20%	1.091.646
CT - 21/2013 - Axiomas do Brasil	6.636.175	-6.636.175		20%	0
CT - 21/2012 - Centro Von Braun	585.024	-585.024		20%	0
CT - 33/2013 - Instituto Olhar	2.743.200	-2.743.200		20%	0
CT - 12/2014 - Mark Sistema	964.127	-964.127		20%	0
CT - 12/2013 - BR-116 - STE	3.587.894	903.317	-1.322.648	20%	5.813.859
CT - 09/2014 - BR/153 PROFILL	2.051.121	582.582	-1.039.055	20%	3.672.758
CT - 04/2014 - BR-153/262 - MRS	2.437.868		747.310	20%	1.690.558
CT - 32/2013 - BR-101/324/367 - Prosul	1.822.506		-757.431	20%	2.579.937
CT - 06/2014 - BR-163 - JGP	3.202.112		-1.757.765	20%	4.959.877
CT - 15/2014 - BR/262 - Prosul	1.509.647	362.717	-520.099	20%	2.392.463
CT - 13/2013 - BR/040 - STE	3.772.832	711.405	-2.169.680	20%	6.653.917
Projeto Pnud BRA 13-013	6.400.956	-6.400.956		20%	0
CT - 02/2015 - BR/101 - STE/SISCON	1.373.417	-1.373.417		20%	0
CT - 02/2016 - SPAZIO	464.998	-464.998		20%	0
CT - 17/2015 - BR/367 - MRS	1.620.945	787.875	-164.877	20%	2.573.697
Projeto da Modelagem - TAV - FUB	650.756	-650.756		20%	0
CT - 16/2015 - BR/156/476/282/480 - MRS	2.004.548	582.933	-220.999	20%	2.808.480
Origem e Destino Acordo de Cooperação IPEA	62.381	-62.381		20%	0
CT - 03/2016 - BR/364/365 - STE	1.008.750	1.833.176	-41.250	20%	2.883.176
CT - 01/2016 - EF/151 - MPB/ENECON	156.560	-156.560		20%	0
CT - 27/2013 - Imagem Geosistemas	161.226	-161.226		20%	0

3.2.1 - IMOBILIZADO - R$ 4.938.069, correspondem ao valor do imobilizado, deduzido da depreciação e amortização em 2017, houve uma redução de 39,96% com o ano anterior, efeito produzido pela amortização em 2017.

3.2.2 - INTANGÍVEL - R$ 37.120.368, correspondem ao saldo de 31/12/2017, ocorreu uma redução de 17,77% em relação a 2016, devido a alteração do procedimento contábil.

Desde a Lei nº 12.743, de 19/12/2012 que autorizou a alteração da denominação social de ETAV para EPL, todos os Estudos e Projetos contratados desde então, vinham sendo contabilizados como Ativo Intangível, contudo, no 1º Trimestre de 2017, a empresa de auditoria Independente recomendou que os Estudos e Projetos que não atendessem ao CPC 04 R1, deveriam ser contabilizados como despesa. De imediato a EPL, se manifestou que estes estudos iriam promover benefícios futuros, e que não deveriam compor despesa operacional. Em resposta, a auditoria independente não acatou a manifestação da EPL, mantendo a recomendação em seu relatório do 3º Trimestre de 2017.

No sentido de definir um entendimento, foi realizado uma reunião com a Setorial Contábil da Presidência da República e a Setorial Contábil da Secretaria do Tesouro Nacional, onde foi debatido exaustivamente sobre o reconhecimento de Estudos e Projetos como intangível ou despesa, tendo chegado a conclusão do mesmo entendimento da auditoria independente, cabendo a EPL, realizar um levantamento de todos Intangíveis e reclassificar de imediato.

Seguindo o entendimento do CPC 04 R1, os estudos e projetos ambientais, em que a EPL será ressarcida, com base na Legislação e Contratos de Concessão, continuam contabilizados no Ativo Intangível, pois obedecem a legislação vigente.

PASSIVO

4.1 - PASSIVO CIRCULANTE - R$ 2.026.745 - Variação negativa de 24,85%, correspondem aos registros contábeis das obrigações da EPL, em 31/12/2017.

4.1.1 - CONTAS A PAGAR - R$ 1.050.069 - Redução de 18,64% em referência a 2016, ocasionado principalmente pela conta de Fornecedores, devido as apropriações realizadas no regime de competência, e Encargos Sociais a recolher, cujo os valores foram recolhidos em 2017.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900017

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

4.1.2 - OUTROS DÉBITOS - R$ 976.676, diminuição de 30,55% ocorrida principalmente pela atualização dos critérios efetuados pela gestão de pessoas, das provisões trabalhistas, conforme evidenciado abaixo:

TÍTULO	31/12/2017	31/12/2016	VARIAÇÃO %
Provisão Férias + 1/3	679.901	876.659	(22,44)
Provisão INSS s/Férias	193.630	431.714	(55,15)
Provisão FGTS s/Férias	57.816	81.066	(28,68)
TOTAL	931.347	1.389.439	(32,97)

4.2 - PASSIVO NÃO CIRCULANTE - R$ 17.764.585, diminuição de 34,90% em relação a 2016;

4.2.1 - CRÉDITOS PARA AUMENTO DE CAPITAL - R$ 17.416.457, redução de 32,00%, cujos valores correspondem aos adiantamentos para futuro aumento de capital-AFAC, repassados até 31/12/2016, corrigidos pela taxa SELIC, capitalizado o valor de R$ 9.769.124 em AGE na data de 23/02/2017. Esses créditos estão classificados no passivo não circulante em conformidade com a Nota Conjunta 13/2013 da COPAR/STN, no entanto, os créditos recebidos a partir de 01/01/2017, estão classificados no Patrimônio Líquido, em conformidade macro função Siafi nº 021122 de 08/11/2017.

4.2.2 - PROVISÃO PARA CAUSAS TRABALHISTAS E CÍVEIS - R$ 348.128 variação de 79,27%, com base no posicionamento da Procuradoria Jurídica Geral da EPL, em que classifica os processos como prováveis, possíveis ou remotos, ficando provisionado apenas o quantitativo de ações com pagamento provável, em conformidade com o CPC 25.

PROCESSO	ORIGEM	2017	2016
072590-04.2014.4.01.3400	Cível		1.217.764
001381-03.2014.5.10.0017	Trabalhista	50.000	50.000
001429-95.2014.5.10.0005	Trabalhista		40.000
001689-60.2014.5.10.0010	Trabalhista	30.000	30.000
001719-71.2014.5.10.0018	Trabalhista	30.000	30.000
000853-38.2015.5.10.0015	Trabalhista		35.870
001045-65.2015.5.10.0016	Trabalhista		37.234
001235-24.2016.5.10.0006	Trabalhista	80.000	
001017-05.2015.5.10.0008	Trabalhista	35.870	35.870
005006-56.2015.5.10.0002	Trabalhista		80.000
005013-88.2015.5.10.0021	Trabalhista	40.000	40.000
000107-42.2016.5.10.0014	Trabalhista	80.000	80.000
001612-08.2015.5.10.0013	Trabalhista	2.258	2.258
TOTAL		348.128	1.678.996

Em atendimento ao CPC 25 e com a relação da Procuradoria Jurídica Geral desta EPL, todos os processos judiciais com a situação de possível pagamento, atualizados até 31/12/2017, os quais totalizam o valor de R$ 52.038.670, estão evidenciados no quadro abaixo e não houve provisão.

Processo	Origem	Valor
001013-11.2016.5.10.0021	Trabalhista	10.990
001253-24.2016.5.10.0013	Trabalhista	179.056
001217-91.2016.5.10.0009	Trabalhista	310.449
001437-71.2016.5.10.0015	Trabalhista	56.512
001368-27.2016.5.10.0019	Trabalhista	105.114
001262-10.2016.5.10.0005	Trabalhista	36.000
001629-28.2016.5.10.0007	Trabalhista	80.000
001565-76.2016.5.10.0020	Trabalhista	166.232
000107-47.2017.5.10.0001	Trabalhista	188.228
000345-27.2017.5.10.0014	Trabalhista	79.391
000517-93.2017.5.10.0005	Trabalhista	55.599
000518-57.2017.5.10.0012	Trabalhista	40.000
000535-72.2017.5.10.0019	Trabalhista	80.000
000565-61.2017.5.10.0002	Trabalhista	45.000
000608-92.2017.5.10.0003	Trabalhista	133.234
001656-38.2017.5.10.0019	Trabalhista	350.000
001617-77.2017.5.10.0007	Trabalhista	340.000
1513/2016	Fiscal	644.370
072590-04.2014.4.01.3400	Cível	1.217.763
005357-53.2015.4.01.3400	Cível	47.723.499
001045-65.2015.5.10.0016	Trabalhista	37.233
000486-74.2016.5.10.0016	Trabalhista	50.000
001025-76.2016.5.10.0004	Trabalhista	50.000
000954-32.2016.5.10.0018	Trabalhista	60.000
TOTAL		52.038.670

4.3 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO - R$ 36.108.694, ocorreu uma redução de 17,42%, composto do quadro abaixo:

	2017	2016
Capital Social Integralizado	53.492.397	83.562.951
Crédito para Futuro Aumento de Capital Social	14.935.525	0
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-32.319.228	-39.839.678
Total	36.108.694	43.723.273

4.3.1 - CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO - R$ 53.492.397 redução do capital social em 35,99%, devido a amortização do prejuízo acumulado até 31/12/2016 no valor de 39.839.678, aprovado em AGE em 24/04/2017, além da capitalização no valor de R$ 9.769.124 por meio da AGE em 23/02/2017, referente a atualização Selic.

4.3.2 - CRÉDITO PARA AUMENTO CAPITAL SOCIAL - R$ 14.935.525, valor referente aos créditos repassados pela União a partir de 2017, devido a alteração dos procedimentos contábeis orientados pela COPAR/STN em 2017, e que deverá ser aprovado sua integralização na AGO de aprovação das contas de 2017, nos termos da legislação vigente.

4.3.3 - LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS - R$ 32.319.228, este valor se refere somente ao exercício de 2017, sendo o prejuízo do exercício no valor de R$ 12.301.510, e os ajustes de exercício anteriores no valor de R$ 20.017.718, evidenciado no quadro abaixo:

Créditos de Exercícios Anteriores	
Baixa de Provisões Cíveis e Trabalhistas	1.291.865
Estorno de Amortização Sobre Intangíveis em Andamento - CPC 04 R1	1.779.962
Baixa de Provisões de INSS e FGTS s/Provisão de Férias	207.502
Devolução de Taxa de Uso de Solo de 2016	30.863

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900018

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Devolução de Adiantamentos de 13º salário	10.613
Baixa de Depósito Judicial da EPL como solidária	120.000
Valores Devolvidos por Empregado	4.121
Total	3.444.926

Débitos de Exercícios Anteriores	
Reclassificação de Intangíveis - CPC 04 R1	22.476.905
Pagamento Auxilio Alimentação de dezembro/2016	121.931
Pagamento Auxilio Creche de dezembro/2016	37.398
Prestação de Contas IPEA Por Termo de Execução (TED)	133.800
Pagamento Ressarcimento Pessoal Requisitado	392.125
Contribuição Patronal Confederação Nacional de Transportes	176.097
Ajuste Previdências sobre Rescisões Contratuais	22.941
PIS/COFINS sobre Receitas Financeiras	84.470
Pagamento Fornecedores	5.692
Baixa de 13º Descontado a maior	10.967
Ressarcimento Despesas Médicas	318
Total	23.462.644

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

As despesas de custeio da EPL foram classificadas como Despesas Administrativas - as relacionadas a atividade meio e as Despesas com Infraestrutura, as relacionadas as atividades com Pesquisas, Estudos e Projetos.

5.1 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS - R$ 47.942.409, redução de 17,83%, em relação ao ano anterior.

5.1.1 - PESSOAL E ENCARGOS - R$ 33.144.288, variação 12,53%, considerando todas as despesas relacionadas a pessoal, como assistência médica, vale alimentação, curso e seleção, auxilio creche e bolsa auxilio CIEE- Centro de Integração Empresa Escola.

5.1.2 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - R$ 1.029.736, variação negativa de 45,64%, considerando principalmente despesas indiretas com pessoal, que passaram a ser integradas como despesas de pessoal.

5.1.3 - DESPESAS COM DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO R$ 4.093.573, redução considerável de 75,19%, motivada pela reclassificação de parte do intangível para despesas com infraestrutura, sendo estornadas as amortizações correspondentes, e alteração do critério de classificação, em conformidade com a legislação vigente.

5.1.4 - DESPESAS COM INFRAESTRUTURA - R$ 7.230.325, devido alteração do critério de reconhecimento do Intangível, esta despesa foi criada para evidenciar os Estudos e Projetos que não são intangíveis.

5.2 - RECEITAS/DESPESAS FINANCEIRAS tiveram variação negativa de 85,83% comparado com 2016.

5.2.1 - RECEITAS FINANCEIRAS - R$ 816.220, variação negativa de 16,72%, obtidas pela aplicação financeira, afetada em 2017 pela queda da taxa SELIC.

5.2.2 - DESPESAS FINANCEIRAS - R$ 1.574.573, diminuição de 85,83%, considerando que houve aumento de capital com parte dos créditos que existiam até 31.12.2016, bem como os créditos recebidos em 2017 que não são mais atualizados, além da redução das taxas SELIC, que atualizou os créditos recebidos até 2016.

5.3 - RESULTADO DO EXERCÍCIO - R$ -12.301.511, redução de 30,66% do prejuízo comparado com 2016, principal motivo foi a redução das despesas com depreciação e amortização, em virtude de alteração de classificação contábil.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

6.1 - FORNECEDORES - R$ 10.397.029 - Variação negativa de 12,24% motivada pela redução das aquisições e prestação de serviços.

6.2 - DESPESAS COM ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA - R$ 5.229.726, variação de 94,89% motivada principalmente pela classificação dos intangíveis como despesas com infraestrutura face o Acordão 1.320/2017 - Plenário do Tribunal de Contas da União.

6.3 - AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES FINANCEIRO - R$ 181.639, redução de 72,29%, composto principalmente com despesas de Pessoal requisitado de exercício anterior.

6.4 - IMPOSTO A RECUPERAR - R$ 75.614; ocorreu uma variação negativa de 58,45%, ocasionada pela redução da taxa Selic, que ocasionou um rendimento menor, e consequentemente retenção de IR sobre ganho de aplicação financeira, menor, contabilizado como imposto a recuperar menor que 2016.

6.5 - OUTROS VALORES A RECUPERAR - Zerado em 2017 devido a contabilização do Termo Aditivo de Rescisão ao Contrato Administrativo nº 21/2013 no valor de R$ 962.680 da empresa Axiomas do Brasil Pesquisa Cursos.

6.6 - DEPÓSITO RECURSAL - R$ 1.819 - valores referentes aos depósitos recursais realizados no exercício de 2017, redução de 99,48% em relação aos efetuados em 2016;

6.7 - PAGAMENTO DE OBRIGAÇÕES - R$ 670.064 - variação de 112,10%, obrigações que viraram o exercício de 2016 para serem pagas no exercício de 2017.

6.8 - DESPESAS TRIBUTÁRIAS - R$ 227.519, redução em 36,09%, afetada principalmente pela contabilização de taxas ambientais adequada ao bem principal em 2017.

6.9 - DESPESAS COM ESTUDOS E PROJETOS - R$ 2.000.599 correspondem a pagamento de Estudos e Projetos que antes eram classificados como intangíveis.

6.10 - AQUISIÇÃO DE INTANGÍVEIS - R$ 5.664.058 - variação negativa de 62,92%, considerando a reclassificação dos intangíveis.

6.11 - CRÉDITOS PARA AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL - R$ 14.935.525, variação de 22,03%, e correspondem aos repasses recebidos como AFACs, em 2017 serem superiores a 2016.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LIQUIDO

7.1 - CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO - R$ 53.492.397, redução do capital social em 35,99%, devido a amortização do prejuízo acumulado até 31/12/2016 no valor de R$ 39.839.678, aprovado em AGE em 24/04/2017, além da capitalização no valor de R$ 9.769.124 por meio da AGE em 23/02/2017, referente a atualização Selic.

7.2 - CRÉDITO PARA AUMENTO CAPITAL SOCIAL - R$ 14.935.525, valor referente aos créditos repassados pela União a partir de 2017, devido há alteração dos procedimentos contábeis orientado pela COPAR/STN em 2017, e que deverá ser aprovado sua integralização na AGO de aprovação das contas do exercício de 2017.

7.3 - LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS - R$ 32.319.228, este valor se refere somente ao exercício de 2017, sendo o prejuízo do exercício no valor de R$ 12.301.511, e os ajustes de exercícios anteriores no valor de R$ 20.017.718, evidenciado no quadro abaixo:

Créditos de Exercícios Anteriores	
Baixa de Provisões Cíveis e Trabalhistas	1.291.865
Estorno de Amortização Sobre Intangíveis em Andamento - CPC 04 R1	1.779.962
Baixa de Provisões de INSS e FGTS s/Provisão de Férias	207.502
Devolução de Taxa de Uso de Solo de 2016	30.863
Devolução de Adiantamentos de 13º salário	10.613
Baixa de Deposito Judicial da EPL solidária	120.000
Valores Devolvidos por Empregado	4.121
Total	3.444.926

Débitos de Exercícios Anteriores	
Reclassificação de Intangíveis - CPC 04 R1	- 22.476.905
Pagamento Auxilio Alimentação de dezembro/2016	- 121.931
Pagamento Auxilio Creche de dezembro/2016	- 37.398
Prestação de Contas IPEA Por Termo de Execução	- 133.800
Pagamento Ressarcimento Pessoal Requisitado	- 392.125
Contribuição Patronal Confederação Nacional de Transportes	- 176.097
Ajuste Previdências sobre Rescisões Contratuais	- 22.941
PIS/COFINS sobre Receitas Financeiras	- 84.470
Pagamento Fornecedores	- 5.692
Baixa de 13º Descontado a maior	- 10.967
Ressarcimento Despesas Médicas	- 318
Total	- 23.462.644

Créditos de Exercícios Anteriores	3.444.926
Débitos de Exercícios Anteriores	- 23.462.644
Saldo de Ajustes de Exercícios Anteriores	- 20.017.718

QUADRO DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO SALARIAL EPL

Relação	Gratificação			Benefícios			
				Saúde			Refeição
	Menor	Maior	Média	Menor	Maior	Média	
Conselheiros	2.927,43	2.927,43	2.927,43	0,00	0,00	0,00	0,00
Diretores	29.274,26	29.274,26	29.274,26	0,00	0,00	0,00	429,00
Demais	2.875,75	22.990,00	12.558,90	102,00	205,00	141,87	667,90

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS - R$ 1.374.013 benefícios recebidos pelos colaboradores em 2017, conforme CPC - Comitê de Pronunciamento Contábil, abaixo relacionados:

Auxílio Creche	117.299
Auxílio Alimentação	940.092
Assistência Médica	314.250
Adicional por Tempo de Serviço (Pessoal requisitado com ônus)	2.372
TOTAL	1.374.013

Quadro comparativo entre as Leis 4.320/64 e 6.404/76

Em atendimento ao Acórdão nº 2.016/2006 do Tribunal de Contas da União - TCU, publicado no Diário Oficial da União de 06/11/2006, apresentamos o quadro dos saldos levantados pelo sistema contábil Societário e sistema SIAFI, em 31/12/2017, com as respectivas informações:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900019

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGISTICA S.A. - EPL

BALANÇO PATRIMONIAL				
ATIVO	SOCIETÁRIO	SIAFI	DIFERENÇA	NOTA
Disponível	12.374.987	12.374.987		
Estoques	133.898	133.898		
Adiantamentos	240.737	240.737		
Outros Valores a Receber	14.000		14.000	a
Impostos a recuperar	704.007	700.603	3.404	b
Depósito Recursal	135.148	135.148		
Depósito Judicial	238.810	238.810		
Imobilizado	4.938.069	44.087.237	-39.149.168	c
Intangível	37.120.368	-2.724.700	39.845.068	c
Total Ativo	55.900.024	55.186.720	713.304	d
PASSIVO	SOCIETÁRIO	SIAFI	DIFERENÇA	NOTA
Contas a pagar	679.901	701.516	-21.615	e
Consignações a recolher	3.200	3.200		
Encargos Sociais a recolher	251.446	1.635.581	-1.384.135	f
Fornecedores	1.082.661	1.488	1.081.173	g
Impostos e Taxas a recolher	2.081	2.081		
Outros Credores	5.767	5.767		
Passivo Cauções	1.689	1.689		
Provisões	348.128	348.128		
Crédito para AFACs	32.351.982	32.351.982		
Capital Social	53.492.397	53.492.397		
Prejuízo Acumulado	- 32.319.228	-33.357.109	1.037.881	h
Total Passivo	55.900.024	55.186.720	713.304	i

Nota Explicativa

a) Valor apurado de adiantamentos de 13º salário a receber após encerramento do período no SIAFI.

b) Imposto a recuperar reclassificado após encerramento do período no SIAFI.

c) Apropriação de software na contabilidade societária após fechamento do SIAFI.

d) Soma da diferença do ativo.

e) Valor regularizado na contabilidade societária após encerramento do período no SIAFI.

f) Valores referentes apropriações de provisões trabalhistas regularizada, após encerramento do SIAFI.

g) Fornecedores a pagar apropriados na contabilidade societária, após encerramento do período no SIAFI.

h) Composição de valor devido a contabilizações ocorridas após o fechamento do SIAFI.

i) Valor referente aos itens "e" ao "h"

Anexo 2 - Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Gestores da

EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA - EPL

Brasília (DF)

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa de Planejamento e Logística - EPL, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis".

Somos independentes em relação à Empresa de Planejamento e Logística - EPL, consoante os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. Cabe ressaltar que cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Os chamados "Principais assuntos de auditoria" são aqueles que, em nosso julgamento profissional, são os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses temas foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo, bem como na formação de nossa opinião sobre tais evidências contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses pontos.

A seguir, relatamos os principais assuntos tratados:

- O saldo do Ativo Não Circulante - Intangível foi reduzido devido à mudança do tratamento contábil utilizado para reconhecimento, definição, mensuração, geração de benefício econômico futuro por este ativo, tendo como objetivo o atendimento do Pronunciamento Técnico - CPC 04 R1 - Ativo Intangível.

- O Capital Social Integralizado, durante o exercício, teve o saldo inicialmente, aumentado em função da capitalização da atualização monetária. Em seguida foi reduzido devido à proposta de redução do Capital Social mediante a amortização de prejuízos acumulados.

- Teste de recuperabilidade dos ativos (Impairment).

- Confirmações externas.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da empresa é responsável por essas demais informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade consiste em ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se este se encontra inconsistente com as demonstrações contábeis, com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou se, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se acaso concluirmos, com base no trabalho realizado, que há distorção significativa no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa de Planejamento e Logística - EPL em continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa de Planejamento e Logística - EPL são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos desta empresa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa de Planejamento e Logística - EPL.

- Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

- Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900020

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deva ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Outros

Chamamos a atenção para o fato que as Demonstrações Contábeis do Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 foram auditadas por nossa firma, cujo relatório foi emitido em 15/02/2017 o qual não continha ressalva.

Ribeirão Preto-SP, 1º de fevereiro de 2018.
TANAGILDO AGUIAR FERES
Contador - CRC1SP067138/O "S" DF

Anexo 3 - Declaração dos Diretores dobre os Relatórios dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA DA EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A. - EPL SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os Srs. José Carlos Medaglia Filho, Adailton Cardoso Dias e Maurício Pereira Malta, Diretores da Empresa de Planejamento e Logística S.A., com sede no SCS, Quadra 9, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre C, Brasília/DF. Inscrita no CNPJ nº 15.763.423/0001-30, em atendimento ao disposto nos incisos V e VI, do artigo 25, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 e alterações, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas por Aguiar Feres Auditores Independentes S/S., constantes do Relatório dos Auditores Independentes relativo as Demonstrações Financeiras do exercício de 2017 emitido em 01 de fevereiro de 2018.

Brasília, 19 de fevereiro de 2018.
JOSÉ CARLOS MEDAGLIA FILHO
Diretor-Presidente

ADAILTON CARDOSO DIAS
Diretor de Planejamento

MAURÍCIO PEREIRA MALTA
Diretor de Gestão

Anexo 4 - Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA DA EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A. - EPL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Srs. José Carlos Medaglia Filho, Adailton Cardoso Dias e Maurício Pereira Malta, Diretores da Empresa de Planejamento e Logística S.A., com sede no SCS, Quadra 9, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre C, Brasília/DF. Inscrita no CNPJ nº 15.763.423/0001-30, em atendimento ao disposto nos incisos V e VI, do artigo 25, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 e alterações, declaram por fazer elaborar as demonstrações financeiras nos termos da lei ou do estatuto social de que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras do exercício de 2017.

Brasília, 19 de fevereiro de 2018.
JOSÉ CARLOS MEDAGLIA FILHO
Diretor-Presidente

ADAILTON CARDOSO DIAS
Diretor de Planejamento

MAURÍCIO PEREIRA MALTA
Diretor de Gestão

Anexo 5 - Parecer do Conselho Fiscal

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL), no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31/12/2017, compostas por: a) Balanço Patrimonial; b) Demonstração do Resultado; c) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; d) Demonstração do Resultado Abrangente; e) Demonstração dos Fluxos de Caixa; e f) Notas Explicativas; assim como o Relatório de Administração do Exercício de 2017.

O Conselho Fiscal também procedeu ao exame da proposta da Administração para a Destinação do Resultado, correspondente ao prejuízo de R$ 12.301.510,40 (doze milhões, trezentos e um mil, quinhentos e dez reais e quarenta centavos), para a conta de prejuízos acumulados; bem como da proposta de Redução do Capital Social pelo Prejuízo Acumulado em 31/12/2017, correspondente a R$ 32.319.228,28 (trinta e dois milhões, trezentos e dezenove mil, duzentos e vinte e oito reais e vinte e oito centavos), nos termos do Art. 173, da Lei n º 6404/76, à vista do Parecer dos Auditores Independentes AGUIAR FERES AUDITORES INDEPENDENTES, elaborado de acordo com as normas de auditoria aplicadas no Brasil, e que concluiu que "as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil."

O Conselho Fiscal, por unanimidade, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes a situação patrimonial, financeira e de gestão da EPL.

Adicionalmente, por unanimidade, o Conselho não se opõe à submissão da proposta da Administração para a Destinação do Resultado, correspondente ao prejuízo de R$ 12.301.510,40 (doze milhões, trezentos e um mil, quinhentos e dez reais e quarenta centavos), para a conta de prejuízos acumulados, à Assembleia Geral de Acionista na forma apresentada pelo Conselho de Administração.

Por fim, por unanimidade, e nos termos do Art. 173, § 1º, da Lei nº 6.404/76, o Conselho Fiscal também se manifesta favorável à submissão da Proposta de Redução do Capital Social pelo Prejuízo Acumulado em 31/12/2017, correspondente a R$ 32.319.228,28 (trinta e dois milhões, trezentos e dezenove mil, duzentos e vinte e oito reais e vinte e oito centavos), à Assembleia Geral de Acionista na forma apresentada pelo Conselho de Administração.

Ressalta-se que o parecer é emitido considerando-se que as Demonstrações Financeiras foram elaboradas nos termos da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores.

Brasília, 28 de fevereiro de 2018.
MARCO AURÉLIO DE BARCELOS SILVA
Conselheiro Fiscal - Titular
CPF nº 013.543.946-90

MÁRCIA RIBEIRO ABREU
Conselheira Fiscal - Titular
CPF nº 545.988.856-53

VIRGÍNIA ALICE ALMEIDA HAGGE
Conselheira Fiscal - Titular
CPF nº 320.885.745-49

Anexo 6 - Manifestação do Conselho de Administração

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE FEVEREIRO DE 2018

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e dezoito, às quatorze horas, na Sede da Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL), localizado no Setor Comercial Sul, SCS, Quadra 9, Lote C, 8º andar, Brasília, DF, reuniram-se os membros do Conselho de Administração da EPL (CONSAD), na forma do disposto no Estatuto Social. Estiveram presentes o Presidente Substituto do Conselho, Sr. Gustavo Augusto Freitas de Lima, e os Conselheiros Sr. José Carlos Medaglia Filho, Sr. Dino Antunes Dias Batista, e o Sr. Bruno Westin Prado Soares Leal. Ausente, justificadamente, o Sr. Carlos Roberto Fortner. Presentes, ainda, o Gerente de Finanças, Sr. Herbert Marcuse Megeredo Leal, o Contador, Sr. Francisco Antônio Martins, o Auditor Interno, Sr. Lauro César de Vasconcellos, o Auditor Interno Substituto, Sr. Jivago Granjeiro Ferrer, o Auditor Independente, Sr. Tanagildo Aguiar Feres e, em observância ao disposto no § 3º do art. 163, da Lei 6.404/76, os representantes do Conselho Fiscal da Empresa, Sr. Marco Aurélio de Barcelos Silva, Sra. Márcia Ribeiro Abreu, e Sra. Virgínia Alice Almeida Hagge. Presente o quórum exigido pelo artigo 26 do Estatuto Social da EPL, foi declarada aberta a sessão, passando o CONSAD a examinar a pauta. ITEM I - DELIBERAÇÕES: SUBITEM 1.1. Relato nº 02/2018/DGE/EPL, de 09/01/2018 (Processo nº 50840.00002/2018-12). Matéria aprovada no âmbito da 1ª Reunião Extraordinária da DIREX, realizada em 19/02/2018: Apreciação da Proposta de Aumento do Capital Social da EPL, na importância de R$ 14.935.525,01 (quatorze milhões, novecentos e trinta e cinco mil, quinhentos e vinte e cinco reais e um centavo), a partir da incorporação dos repasses recebidos da União, durante o exercício de 2017, por intermédio de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC. Deliberação do SUBITEM 1.1. Os membros do CONSAD, aprovaram, por unanimidade, o aumento de capital social da EPL na importância de R$ 14.935.525,01 (quatorze milhões, novecentos e trinta e cinco mil, quinhentos e vinte e cinco reais e um centavo), na forma proposta no Relato nº 02/2018/DGE/EPL, e determinaram o encaminhamento da matéria ao CONFIS, para análise e manifestação, e consequente envio ao órgão supervisor, com vistas a adoção das providências necessárias à submissão da matéria para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas. Em seguida, passou-se ao SUBITEM 1.2. Memorando nº 117/2018-DGE/EPL, de 06/02/2018. Matéria aprovada no âmbito da 1ª Reunião Extraordinária da DIREX, realizada em 19/02/2018: Apreciação das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31/12/2017, compostas por: a) Balanço Patrimonial; b) Demonstração do Resultado; c) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; d) Demonstração do Resultado Abrangente; e) Demonstração dos Fluxos de Caixa; f) Notas Explicativas; g) Proposta da Administração para Destinação do Resultado; h) Proposta de Redução do Capital Social pelo Prejuízo Acumulado, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes - AGUIAR FERES AUDITORES INDEPENDENTES. Deliberação do SUBITEM 1.2. Após análise dos documentos, ouvidos os membros do Conselho Fiscal, a Diretoria da EPL e, ainda, considerando o relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis, cujo parecer não apresentou ressalvas, os membros do CONSAD, constatando que as demonstrações examinadas refletem, adequadamente, a posição financeira e patrimonial da Empresa, aprovaram, por unanimidade os seguintes documentos: a) Balanço Patrimonial; b) Demonstração do Resultado; c) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; d) Demonstração do Resultado Abrangente; e) Demonstração dos Fluxos de Caixa; f) Notas Explicativas; g) Proposta da Administração para Destinação do Resultado; h) Proposta de Redução do Capital Social pelo Prejuízo Acumulado. Determinaram, ainda, o encaminhamento da matéria ao CONFIS, para análise e manifestação e consequente envio ao órgão supervisor, com vistas a adoção das providências necessárias à submissão da matéria para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas. Em seguida, passou-se ao SUBITEM 1.3. Nota Técnica nº 8/2018-GEPES, de 09/02/2018 (Processo nº 50840.000010/2018-69). Matéria aprovada no âmbito da 1ª Reunião Extraordinária da DIREX, realizada em 19/02/2018: Apreciação da Proposta de Remuneração dos Dirigentes da EPL para o período de abril/2018 a março/2019. Deliberação 01 do SUBITEM 1.3. Durante a discussão da matéria, o Diretor-Presidente fez um breve relato sobre as dificuldades enfrentadas pela EPL em relação aos limites estabelecidos para ressarcimento de dirigente cedido pela Caixa Econômica Federal, e entendeu ser oportuno incluir nessa proposta um item destinado a "Ressarcimento a Órgãos ou Entidades cedentes de Dirigentes". Após ampla discussão da matéria, o CONSAD, deliberou por aprovar a proposta de remuneração de Dirigentes 2018-2019, com o reajuste de 10% (dez por cento) em relação ao período anterior e todos os seus reflexos, condicionado à manifestação favorável da Procuradoria Jurídica da Empresa, e pela inclusão nessa proposta do item "Ressarcimento a Órgãos ou Entidades cedentes de Dirigentes", com subsídios fornecidos pela Gerência de Pessoas da EPL, exclusivo para cobertura: a) do saldo acumulado anterior à 01/10/2017 atualizado monetariamente; b) das diferenças apuradas de 10/2017 à 03/2018 entre o teto constitucional e o teto da remuneração de dirigentes fixado pela Assembleia Geral de Acionistas, atualizadas monetariamente; c) da projeção da diferença a serem apuradas de 04/2018 a 03/2019 entre o teto constitucional e o teto da remuneração de dirigentes a ser fixado pela Assembleia Geral de Acionistas. Os membros do CONSAD fazem questão de manifestar que consideram válida a proposta da DIREX no sentido de recuperar as perdas sofridas ao longo dos anos, mas considerando o momento econômico-financeiro pelo qual o país atravessa, o reajuste proposto foi alterado para 10 %, percentual abaixo do solicitado, mas muito aquém da defasagem remuneratória acumulada desde 2014. Determinaram, ainda, o encaminhamento da proposta ao órgão supervisor, com vistas a adoção das providências necessárias à submissão da matéria para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas. Em seguida, passou-se ao SUBITEM 1.4. Nota Técnica nº 7/2018-GEPES, de 09/02/2018, (Processo nº 50840.000009/2018-34). Matéria aprovada no âmbito da 1ª Reunião Extraordinária da DIREX, realizada em 19/02/2018: Apreciação da Prestação de Contas da Remuneração dos Dirigentes e Conselheiros do período de abril/2017 a março/2018, acompanhada da Nota Técnica nº 001/2018/AUDINT/CONSAD/EPL, de 16/02/2018, da Auditoria Interna da EPL, que ratifica o Relatório de Conformidade apresentado pela Gerência de Pessoas, quanto aos valores realizados a título de remuneração de Dirigentes e Conselheiros no período de abril/2017 a março/2018, em comparação com os limites globais e individuais aprovados para o mesmo período. Deliberação do SUBITEM 1.4. Os membros do CONSAD, tomaram conhecimento da Prestação de Contas da Remuneração dos Dirigentes e Conselheiros do período de abril/2017 a março/2018 na forma apresentada, e determinaram o encaminhamento da matéria ao órgão supervisor, com vistas a adoção das providências necessárias à submissão da matéria para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas. Em seguida, passou-se ao SUBITEM 1.5. Memorando nº 35/2018-COGER/PRE, de 16/02/2018, da Assessoria de Organização e Estratégica (Processo nº 50840.000082/2018-14). Matéria aprovada no âmbito da 1ª Reunião Extraordinária da DIREX, realizada em 19/02/2018: Apreciação do Relatório de Administração do exercício de 2017. Deliberação do SUBITEM 1.5. Os membros do CONSAD,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900021

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

após leitura e ampla discussão do teor do relatório apresentado por meio do Memorando nº 35/2018-COGER/PRE, aprovaram, por unanimidade, o Relatório de Administração do exercício de 2017, e determinaram o encaminhamento do material ao CONFIS, para análise e manifestação, e consequente envio ao órgão supervisor, com vistas a adoção das providências necessárias à submissão da matéria para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas. Nada mais a deliberar, passou-se ao ITEM 2. ENCERRAMENTO: Não havendo manifestações adicionais, o Presidente Substituto do CONSAD encerrou a reunião e determinou a lavratura da presente Ata por mim, Joseandra Oliveira Beche, secretária *ad hoc, que segue assinada pelos presentes.*

GUSTAVO AUGUSTO FREITAS DE LIMA
Presidente
Substituto

JOSÉ CARLOS MEDAGLIA FILHO
Conselheiro

DINO ANTUNES DIAS BATISTA
Conselheiro

BRUNO WESTIN PRADO SOARES LEAL
Conselheiro

JOSEANDRA OLIVEIRA BECHE
Secretária

Anexo 7 - Proposta da Administração para Destinação do Resultado

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA DESTINAÇÃO DO RESULTADO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento aos dispositivos legais que regem a matéria, e considerando o prejuízo do exercício de R$ 12.301.510,40 (doze milhões, trezentos e um mil, quinhentos e dez reais e quarenta centavos), propõe-se a destinação para a conta de prejuízos acumulados.

Brasília-DF, 28 de fevereiro de 2018.
GUSTAVO AUGUSTO FREITAS DE LIMA
Presidente do Conselho de Administração
Substituto

DINO ANTUNES DIAS BATISTA
Conselho de Administração

BRUNO WESTIN PRADO SOARES LEAL
Conselho de Administração

JOSE CARLOS MEDAGLIA FILHO
Conselho de Administração
Diretor-Presidente

MAURÍCIO PEREIRA MALTA
Diretor

ADAILTON CARDOSO DIAS
Diretor

Anexo 8 - Proposta de Redução do Capital Social pelo Prejuízo Acumulado

PROPOSTA DE REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL PELO PREJUÍZO ACUMULADO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento aos dispositivos legais que regem a matéria, e considerando o prejuízo acumulado em 31/12/2017 de R$ 32.319.228,28 (trinta e dois milhões, trezentos e dezenove mil, duzentos e vinte e oito reais e vinte e oito centavos), esta Administração propõe à Assembleia Geral de Acionistas, a redução do Capital Social com a amortização do prejuízo acumulado, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76.

Brasília-DF, 28 de fevereiro de 2018.
GUSTAVO AUGUSTO FREITAS DE LIMA
Presidente do Conselho de Administração
Substituto

DINO ANTUNES DIAS BATISTA
Conselho de Administração

BRUNO WESTIN PRADO SOARES LEAL
Conselho de Administração

JOSE CARLOS MEDAGLIA FILHO
Conselho de Administração
Diretor-Presidente

MAURÍCIO PEREIRA MALTA
Diretor

ADAILTON CARDOSO DIAS
Diretor

GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

PORTARIA Nº 9, DE 15 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal e tendo em vista o disposto no inciso IV do art. 10 da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, e na Portaria nº 106 - GSI/PR, de 27 de setembro de 2017, alterada pelas Portarias nº 114 e 132, de 18 de outubro de 2017 e 05 de dezembro de 2017 respectivamente, resolve:

Art. 1º Fica homologada a Revisão 01 da Norma Complementar nº 14/IN01/DSIC/GSIPR que estabelece princípios, diretrizes e responsabilidades relacionados à Segurança da Informação (SI) para o tratamento da informação em ambiente de Computação em Nuvem, nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal (APF), direta e indireta.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO WESTPHALEN ETCHEGOYEN

ANEXO

PRINCÍPIOS, DIRETRIZES E RESPONSABILIDADES RELACIONADOS À SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO PARA O TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO EM AMBIENTE DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM.

ORIGEM

Departamento de Segurança da Informação e Comunicações.

REFERÊNCIA LEGAL, NORMATIVA E BIBLIOGRÁFICA

Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.
Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014.
Decreto nº 3.505, de 13 de junho de 2000.
Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.
Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012.
Decreto nº 8.135, de 4 de novembro de 2013.
Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017.
Instrução Normativa do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República nº 01, de 13 de junho de 2008 e respectivas Normas Complementares.
Instrução Normativa nº 04 do Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão, de 11 de setembro de 2014.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVO (Brasil). Glossário: Documentos Arquivísticos Digitais, 6ª versão, Rio de Janeiro: CONARQ, 2014.

CAMPO DE APLICAÇÃO

Esta norma se aplica no âmbito da Administração Pública Federal, direta e indireta.

SUMÁRIO

1. OBJETIVO
2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS
3. FUNDAMENTO LEGAL DA NORMA COMPLEMENTAR
4. CONCEITOS E DEFINIÇÕES
5. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES
6. RESPONSABILIDADES
7. VIGÊNCIA

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Esta Norma Complementar substitui a NC14/IN01/DSIC/ GSIPR, de 30 de janeiro de 2012.

APROVAÇÃO

NORIAKI WADA
Secretário de Coordenação de Sistemas

1 OBJETIVO

Estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades relacionados à Segurança da Informação (SI) para o tratamento da informação em ambiente de Computação em Nuvem, nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal (APF), direta e indireta.

2 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As tecnologias de computação em nuvem oferecem benefícios, como economicidade e eficiência, que podem ser aproveitados pelos órgãos ou entidades da APF. Associado a tais vantagens, o uso dessas novas tecnologias pode ocasionar o surgimento de riscos. Portanto, a Alta Administração de cada órgão ou entidade da APF deve considerar a Gestão de Riscos de Segurança da Informação e Comunicações (GRSIC), de modo a salvaguardar dados, informações e serviços sob sua responsabilidade, visando a continuidade do negócio e preservando a Segurança da Informação e os interesses da sociedade e do Estado.

3 FUNDAMENTO LEGAL DA NORMA COMPLEMENTAR

Incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, no inciso IV do art. 10 da Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017 e no inciso II do art. 3º da Instrução Normativa nº 01, de 13 de Junho de 2008, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

4 CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos desta Norma Complementar são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

4.1 Alta Administração: Ministros de Estado, ocupantes de cargos de natureza especial, ocupantes de cargo de nível 6 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e presidentes e diretores de autarquias, inclusive as especiais, e de fundações públicas ou autoridades de hierarquia equivalente;

4.2 Autenticidade: propriedade pela qual se assegura que a informação foi produzida, expedida, modificada ou destruída por uma determinada pessoa física, ou por um determinado sistema, órgão ou entidade;

4.3 Computação em Nuvem: modelo computacional que permite acesso por demanda, e independentemente da localização, a um conjunto compartilhado de recursos configuráveis de computação (rede de computadores, servidores, armazenamento, aplicativos e serviços), provisionados com esforços mínimos de gestão ou interação com o provedor de serviços;

4.4 Confidencialidade: propriedade pela qual se assegura que a informação não esteja disponível ou não seja revelada a pessoa, sistema, órgão ou entidade não autorizado nem credenciado;

4.5 Continuidade de Negócios: capacidade estratégica e tática de um órgão ou entidade de se planejar e responder a incidentes e interrupções de negócios, minimizando seus impactos e recuperando perdas de ativos da informação das atividades críticas, de forma a manter suas operações em um nível aceitável, previamente definido;

4.6 Controle de Acesso: conjunto de procedimentos, recursos e meios utilizados com a finalidade de conceder ou bloquear o acesso aos meios de tecnologia oferecidos;

4.7 Disponibilidade: propriedade pela qual se assegura que a informação esteja acessível e utilizável sob demanda por uma pessoa física ou determinado sistema, órgão ou entidade;

4.8 Gestão de Continuidade: processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais para uma organização e os possíveis impactos nas operações de negócio, caso estas ameaças se concretizem. Este processo fornece uma estrutura para que se desenvolva uma resiliência organizacional que seja capaz de responder efetivamente e salvaguardar os interesses das partes interessadas, a reputação, a marca da organização e suas atividades de valor agregado;

4.9 Gestão de Riscos de Segurança da Informação e Comunicações (GRSIC): conjunto de processos que permitem identificar, analisar, avaliar e implementar as medidas necessárias para o tratamento de riscos e equilibrá-los com os custos operacionais e financeiros envolvidos;

4.10 Gestão de Segurança da Informação e Comunicações: ações e métodos que visam à integração das atividades de gestão de riscos, gestão de continuidade do negócio, tratamento de incidentes, classificação e tratamento da informação, conformidade, credenciamento, segurança cibernética, segurança física, segurança lógica, segurança de recursos humanos e segurança documental aos processos institucionais estratégicos, operacionais e táticos, não se limitando, portanto, à Tecnologia da Informação e Comunicações;

4.11 Informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;

4.12 Informação Classificada: é a informação sigilosa, à qual foi atribuída um grau de sigilo, conforme procedimentos específicos de classificação estabelecidos na legislação vigente;

4.13 Informação Sigilosa: informação submetida à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado;

4.14 Integridade: propriedade pela qual se assegura que a informação não foi modificada ou destruída de maneira não autorizada ou acidental;

4.15 Metadado: Dados estruturados que descrevem e permitem encontrar, gerenciar, compreender e/ou preservar documentos arquivísticos ao longo do tempo;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900022

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

4.16 Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC): documento aprovado pela autoridade responsável do órgão ou entidade da APF, com o objetivo de estabelecer ações que visam a garantir a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade das informações produzidas ou custodiadas por estes, independentemente da forma e do meio físico em que estejam registradas;

4.17 Provedor: ente, público ou privado, prestador de serviço de computação em nuvem;

4.18 Risco: probabilidade da ocorrência de um evento que tenha impacto na segurança da informação;

4.19 Segurança da Informação e Comunicações: consiste em assegurar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade da informação;

4.20 Tratamento da Informação: conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação; e

4.21 Tratamento de Incidentes de Segurança em Redes Computacionais: é o serviço que consiste em receber, filtrar, classificar e responder às solicitações e alertas e realizar as análises dos incidentes de segurança, procurando extrair informações que permitam impedir a continuidade da ação maliciosa e também a identificação de tendências.

5 PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

5.1 O órgão ou entidade da APF deve observar, no mínimo, ao adotar o tratamento da informação em ambiente de Computação em Nuvem:

5.1.1 A prevalência dos direitos e garantias fundamentais no tratamento das informações pessoais;

5.1.2 As diretrizes estabelecidas em sua Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC) e normas complementares;

5.1.3 As diretrizes relativas à sua Gestão de Riscos de Segurança da Informação e Comunicações (GRSIC);

5.1.4 As informações tratadas em ambiente de computação em nuvem devem passar por um processo de GRSIC;

5.1.5 As diretrizes relativas à sua Gestão de Continuidade, nos aspectos relacionados à Segurança da Informação e Comunicações (SIC);

5.1.6 As legislações vigentes para contratação de Solução de Tecnologia da Informação;

5.1.7 As legislações vigentes relativas à Gestão de Segurança da Informação e Comunicações;

5.1.8 As diretrizes para implementação de controles de acesso relativos à SIC; e

5.1.9 A prevalência da legislação brasileira sobre qualquer outra.

5.2 Sobre o tratamento da informação:

5.2.1 Informação sem restrição de acesso: pode ser tratada, a critério do órgão ou entidade da APF, em ambiente de computação em nuvem, considerando a legislação vigente e os riscos de SIC;

5.2.2 Informação sigilosa: como regra geral, deve ser evitado o tratamento em ambiente de computação em nuvem, conforme disposições a seguir:

5.2.2.1. Informação classificada: é vedado o tratamento em ambiente de computação em nuvem;

5.2.2.2. Conhecimento e informação contida em material de acesso restrito: é vedado o tratamento em ambiente de computação em nuvem;

5.2.2.3. Informação com restrição de acesso prevista em legislação vigente: a critério do órgão ou entidade da APF, pode ser tratado em ambiente de computação em nuvem, considerando a legislação vigente e os riscos de SIC. O órgão ou entidade da APF deve adotar medidas que assegurem a disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade (DICA);

5.2.2.4. Documento Preparatório: a critério do órgão ou entidade da APF, pode ser tratado em ambiente de computação em nuvem, considerando a legislação vigente e os riscos de SIC. O órgão ou entidade da APF deve adotar medidas que assegurem a DICA;

5.2.2.5. Documento preparatório que possa originar informação classificada deve ser tratado conforme o item 5.2.2.1; e

5.2.2.6. Informação pessoal relativa à intimidade, vida privada, honra e imagem: a critério do órgão ou entidade da APF, pode ser tratado em ambiente de computação em nuvem, considerando a legislação vigente e os riscos de SIC. O órgão ou entidade da APF deve adotar medidas que assegurem a DICA.

5.3 Deve ser assegurado que dados, metadados, informações e conhecimento, produzidos ou custodiados por órgão ou entidade da APF, bem como suas cópias de segurança, residam em território brasileiro;

5.4 Os dados, metadados, informações e conhecimento, produzidos ou custodiados por órgão ou entidade da APF, referentes aos itens 5.2.2.3, 5.2.2.4 e 5.2.2.6, devem residir exclusivamente em território brasileiro;

5.5 Na adoção de serviços de computação em nuvem, o órgão ou entidade da APF deve assegurar que sejam definidos, em instrumento contratual ou similar:

5.5.1 Requisitos que garantam a DICA das informações tratadas em ambiente de computação em nuvem;

5.5.2 Processo de comunicação e tratamento de incidentes de segurança em redes computacionais, considerando as exigências da legislação vigente;

5.5.3 Requisitos necessários para a realização de auditorias;

5.5.4 Que os dados, metadados, informações e conhecimento, tratados pelo provedor, não poderão ser fornecidos a terceiros e/ou usados por este provedor para fins diversos do previsto no referido instrumento contratual ou similar, sob nenhuma hipótese, sem autorização formal do órgão ou entidade da APF;

5.5.5 Requisitos necessários para a continuidade de negócio;

5.5.6 Requisitos necessários, para os casos de cancelamento, descontinuidade, portabilidade e renovação do referido instrumento contratual ou similar, bem como substituição de ambiente, que visem à eliminação e/ou à destruição definitiva dos dados, metadados, informações e conhecimento; e

5.6 É vedado o tratamento de informação em ambientes de computação em nuvem não autorizados pela Alta Administração do respectivo órgão ou entidade da APF.

6 RESPONSABILIDADES

6.1 A Alta Administração de cada órgão ou entidade da APF, no âmbito de suas competências, é responsável pela segurança das informações tratadas em ambiente de computação em nuvem, em conformidade com as orientações contidas nesta norma e legislação vigente; e

6.2 O Gestor de Segurança da Informação e Comunicação do órgão, no âmbito de suas atribuições, é responsável pelas ações de implementação da gestão de risco de segurança das informações tratadas em ambiente de computação em nuvem.

7 VIGÊNCIA

Esta Norma Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA N° 78, DE 12 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovado pela Portaria Ministerial n° 428, de 9 de junho de 2010, publicada no DOU de 14 de junho de 2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SDA n° 36, de 24 de novembro de 2009, na Lei n° 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002 e o que consta do Processo 21052.000617/2018-27, resolve:

Art. 1° Credenciar a entidade Fundação ABC Para Assistência e Divulgação Técnica Agropecuária, CNPJ: 78.594.025/0005-81, à Rod. SP 258, km 320, s/nº, Fazenda Rio Verdinho, CEP. 18.440-000, Itaberá/SP, para, na qualidade de entidade de pesquisa, realizar pesquisa e experimentação com agrotóxicos e afins, objetivando a emissão de laudos de eficiência e praticabilidade agronômica, de fitotoxicidade e ensaios de campo de resíduos para fins de registro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDREA FIGUEIREDO PROCÓPIO DE MOURA
Superintendente
Substituta

COMITÊ GESTOR INTERMINISTERIAL DO SEGURO RURAL

RESOLUÇÃO Nº 60, DE 15 DE MARÇO DE 2018

Aprova a distribuição do orçamento do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural - PSR para o exercício de 2018.

O Presidente do Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural - CGSR, no exercício da competência que lhe confere o inciso IV do artigo 5º e observado o disposto no artigo 19 do Regimento Interno do Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural, editado pela Resolução nº 5, de 3 de agosto de 2005, resolve:

Art. 1º Aprovar, conforme disposto na Resolução nº 56, de 15 de agosto de 2017, do CGSR, a distribuição do orçamento do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural - PSR, para o exercício 2018, nos montantes do anexo a esta Resolução, em todo o Território Nacional, observados os limites de disponibilidade de empenho e pagamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NERI GELLER

ANEXO

Mês	Cultura	Valor
Março	Milho 2ª Safra, Trigo e Demais Grãos de Inverno[1]	R$ 50.000.000,00
	Frutas	R$ 2.000.000
	Pecuário	R$ 200.000
	Outros[2]	R$ 4.000.000,00
Abril	Milho 2ª Safra, Trigo e Demais Grãos de Inverno[1]	R$ 25.000.000
	Frutas	R$ 1.000.000
	Grãos de Verão[3]	R$ 5.000.000
	Pecuário	R$ 100.000
	Outros[2]	R$ 2.000.000
Maio	Milho 2ª Safra, Trigo e Demais Grãos de Inverno[1]	R$ 25.000.000
	Frutas	R$ 2.000.000
	Grãos de Verão[3]	R$ 5.000.000
	Pecuário	R$ 100.000
	Outros[2]	R$ 2.000.000
Junho	Milho 2ª Safra, Trigo e Demais Grãos de Inverno[1]	R$ 15.000.000
	Frutas	R$ 5.000.000
	Grãos de Verão[3]	R$ 5.000.000
	Pecuário	R$ 100.000
	Outros[2]	R$ 2.000.000
Julho	Grãos de Verão[3]	R$ 45.000.000
	Frutas	R$ 20.000.000
	Pecuário	R$ 100.000
	Outros[2]	R$ 2.000.000
Agosto	Grãos de Verão (projeto piloto de suplementação privada)	R$ 5.000.000
	Grãos de Verão[3]	R$ 45.000.000
	Frutas	R$ 20.000.000
	Pecuário	R$ 100.000
	Outros[2]	R$ 2.000.000
Setembro	Grãos de Verão (faturamento)	R$ 20.000.000
	Grãos de Verão[3]	R$ 25.000.000
	Frutas	R$ 15.000.000
	Pecuário	R$ 100.000
	Outros[2]	R$ 2.000.000
Outubro	Grãos de Verão[3]	R$ 15.000.000
	Frutas	R$ 5.000.000
	Pecuário	R$ 100.000
	Outros[2]	R$ 2.000.000
Novembro	Grãos de Verão[3]	R$ 5.000.000
	Frutas	R$ 2.000.000
	Pecuário	R$ 100.000
	Outros[2]	R$ 3.000.000
Total		R$ 384.000.000

[1]Demais Grãos de Inverno: aveia, canola, cevada, centeio, sorgo e triticale.

[2]Outros: café, cana-de-açúcar, olerícolas, seguro de florestas e aquícola.

[3]Grãos de Verão: algodão, amendoim, arroz, fava, feijão, girassol, milho 1ª safra e soja.

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA Nº 18, DE 7 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 10 e 42 do Anexo I do Decreto 7.127, de 4 de março de 2010, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, no art. 3º do Anexo do Decreto nº4.954, de 14 de janeiro de 2004, e o que consta do Processo nº 21000.006442/2018-77, resolve:

Art. 1º Submeter à Consulta Pública pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação desta Portaria, o Projeto de Instrução Normativa e Anexos que estabelecem as Normas para a Produção e a Comercialização de Material de Propagação de Batata (*Solanum tuberosum* L.) e os seus padrões, com validade em todo o Território Nacional, visando à garantia de sua identidade e qualidade.

Art. 2º O objetivo da presente Consulta Pública é permitir a ampla divulgação da proposta de Instrução Normativa, para receber sugestões de órgãos, entidades ou de pessoas interessadas.

Art 3º Durante o prazo estipulado no art. 1º desta Portaria, o Projeto de Instrução Normativa e Anexos encontrar-se-ão disponíveis na íntegra na página eletrônica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento -MAPA noendereço http://www.agricultura.gov.br/acesso-ainformacao/participacao-social/consultas-publicas.

Art. 4º As sugestões de que trata o art. 2º desta Portaria, tecnicamente fundamentadas, deverão ser encaminhadas ao endereço eletrônico: csm@agricultura.gov.br ou, por escrito, ao seguinte endereço: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Secretaria de Defesa Agropecuária/Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas - DFIA/SDA/MAPA, Anexo A, sala 338, 3º andar, Esplanada dos Ministérios - Brasília - DF, CEP: 70043-900.

Art. 5º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a unidade administrativa da SDA/MAPA poderá articular-se com os órgãos e entidades envolvidos e aqueles que tenham manifestado interesse na matéria, para que indiquem representantes nas discussões posteriores, visando à consolidação do texto final.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.462, DE 16 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 2º do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, e a Portaria MCT n° 55, de 14 de março de 1990, resolve:

Art. 1º Fica o Dr. PAULO DE TARSO ZUQUIM ANTAS, da Fundação Pró-Natureza (Funatura), representante da contraparte brasileira, autorizado a realizar o projeto de pesquisa científica intitulado "Migração do ganso-corredor 'Neochen jubata' e aves coloniais das praias do rio Araguaia", Processo CNPq nº 01300.000613/2016- 09, em cooperação com o Florida Museum of Natural History (EUA), representado pela Dra. LISA CLAIRE DAVENPORT, contraparte estrangeira, natural dos Estados Unidos da América, pelo prazo de dois anos, contados a partir de 1º de abril de 2018.

§ 1º O prazo previsto neste artigo poderá ser prorrogado, mediante a apresentação, antes de seu término, de pedido específico pelo representante da contraparte brasileira, acompanhado de relatório parcial das atividades realizadas.

§ 2º A autorização de que trata este artigo inclui a participação nos trabalhos de campo, compreendendo a área do Parque Nacional Araguaia, Unidade de Conservação Federal, Estado do Tocantins, Municípios de Pium e Lagoa da Confusão, Rio Javaés, da equipe de pesquisadores estrangeiros abaixo relacionados:

NOME	NACIONALIDADE	INSTITUIÇÃO
Lisa Claire Davenport	Norte-americana	Florida Museum of Natural History
John Whittle Terborgh	Norte-americana	Florida Museum of Natural History
Torbjorn Haugaasen	Norueguesa	Florida Museum of Natural History

Art. 2º A coleta de material e seu destino ficam vinculados à estrita observância das normas do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, e da Portaria/MCT nº 55, de 14 de março de 1990.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.113/SEI, DE 15 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar FUNDAÇÃO CHAMPAGNAT a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de CARUARU, estado de PERNAMBUCO, por meio do canal 43 (quarenta e três), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.027935/2017-19 e da Nota Técnica nº 3731/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 7.475/SEI, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.076155/2017-94, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a SOCIEDADE RÁDIO EMISSORA PARANAENSE S.A., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de CURITIBA, estado do PARANÁ, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de TIJUCAS DO SUL, estado do PARANÁ, por meio do canal 43 (quarenta e três), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ATO Nº 1.407, DE 5 DE MARÇO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) RASIP ALIMENTOS LTDA, CNPJ nº 94.789.468/0001-50 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RAFAEL ANDRÉ BALDO DE LIMA
Gerente

ATOS DE 12 DE MARÇO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado à(ao): Nº 1.620 - PROTESUL VIGILÂNCIA CAXIENSE LTDA, CNPJ nº 92.870.278/0001-38; Nº 1.621 - FORTALEZA SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA., CNPJ nº 01.176.491/0001-99.

RAFAEL ANDRÉ BALDO DE LIMA
Gerente

ATO Nº 1.699, DE 13 DE MARÇO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) FORTEK SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 08.403.765/0001-84 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RAFAEL ANDRÉ BALDO DE LIMA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 1.813, DE 15 DE MARÇO DE 2018

Processo nº 53516.000259/2018-44, Expede à FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DE BELEM, CNPJ nº 77.898.526/0001-65 autorização para exploração do Serviço Aux. Radiodifusão - Ligação para Transmissão de Programas e outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS

ATO Nº 1.263, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) W7 BRASIL NEGOCIOS INTELIGENTES LTDA, CNPJ nº 26.649.045/0001-85 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

ATOS DE 27 DE FEVEREIRO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço à(ao):

Nº 1.272 - DINAMO ENGENHARIA LTDA, CNPJ nº 03.258.132/0001-06.

Nº 1.273 - INVIOLAVEL TELEMONITORAMENTO RONDONOPOLIS LTDA, CNPJ nº 09.113.722/0001-27.

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

ATO Nº 1.335, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) TRANSGUIA TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA, CNPJ nº 26.582.379/0001-89 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

ATOS DE 2 DE MARÇO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço à(ao):

Nº 1.394 - EDGAR ROCHA VILELA, CPF nº 305.049.961-34.

Nº 1.396 - VM MINERACAO E CONSTRUCAO EIRELI - EPP, CNPJ nº 03.121.422/0001-03.

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

ATOS DE 5 DE MARÇO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço à(ao):

Nº 1.429 - LAVOURA E PECUARIA IGARASHI LTDA, CNPJ nº 83.144.733/0017-94.

Nº 1.431 - USINA GOIANÉSIA S/A, CNPJ nº 02.460.988/0001-05.

Prorroga autorização para uso de radiofrequência(s) para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço à(ao):

Nº 1.430 - ENERGETICA SAO SIMAO S/A, CNPJ nº 02.348.861/0001-90.

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900024

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ATO Nº 1.478, DE 7 DE MARÇO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) DOUGLAS GIMENEZ DE MELLO, CPF nº 316.831.918-03 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

ATOS DE 9 DE MARÇO DE 2018

Nº 1.577 - Processo nº 53542.000481/2018-20.
Expede autorização à ANTONIO GILBERTO BESSANE, CNPJ nº 00519607880, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 1.576 - Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) GOCIL SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 50.844.182/0023-60 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

ATOS DE 13 DE MARÇO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço à(ao):

Nº 1.670 - LUIZ CARLOS FIGUEIREDO, CPF nº 142.335.179-72.

Nº 1.682 - USINA BOA VISTA S/A, CNPJ nº 07.603.999/0002-93.

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

ATOS DE 14 DE MARÇO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço à(ao):

Nº 1.752 - AGRICOLA DOURADO S.A., CNPJ nº 26.053.994/0001-06.

Nº 1.753 - AGROPECUARIA RONCADOR LTDA, CNPJ nº 03.144.060/0001-76.

Nº 1.755 - CAMPOS DE JULIO ENERGIA S.A., CNPJ nº 07.655.513/0001-80.

Nº 1.751 - JOSE ALEXANDRE SALMAZO, CPF nº 058.948.161-49.

Nº 1.754 - PARECIS ENERGIA S.A., CNPJ nº 07.655.520/0001-81.

Expede autorização para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional à:

Nº 1726 - Processo nº 53542.004108/2017-67. APARECIDA SHOPPING S.A, CNPJ nº 97525711000111.

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

ATO Nº 1.797, DE 15 DE MARÇO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) OLAM BRASIL LTDA, CNPJ nº 03.902.252/0018-42 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARÁ, MARANHÃO E AMAPÁ

ATO Nº 1.574, DE 9 DE MARÇO DE 2018

Processo nº 53569.003056/2017-11.
Expede autorização à VALE S.A., CNPJ nº 33592510000901, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARÃES
Gerente

ATOS DE 9 DE MARÇO DE 2018

Expede autorização para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

Nº 1.562 - EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRACAO PORTUARIA - EMAP, CNPJ nº 03.650.060/0001-48.

Nº 1.580 - RIO MAR SERVIÇOS DE SEGURANÇA EMPRESARIAL LTDA, CNPJ nº 05.915.153/0001-82.

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARÃES
Gerente

ATOS DE 14 DE MARÇO DE 2018

Expede autorização para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 1.724 - Processo nº 53569.000221/2018-56 - EQUATORIAL COMERCIO E SERVICOS LTDA - EPP, CNPJ nº 83332296000175.

Nº 1.730 - Processo nº 53569.000480/2018-87 - THELMA VILLELA KANDROTAS, CPF nº 05048195850.

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARÃES
Gerente

ATO Nº 1.783, DE 15 DE MARÇO DE 2018

Processo nº 53569.000355/2018-77.
Expede autorização à SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA, CNPJ nº 04243026000111, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARÃES
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 1.107, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018

Processo nº 53500.004052/2018-18.
Reconhece também a TELESPAZIO LATIN AMÉRICA LTDA., empresa constituída sob as leis brasileiras, com sede e administração no país, CNPJ nº 26.696.312/0001-75, como representante legal da INMARSAT SOLUTIONS (CANADA) INC, detentora do Direito de Exploração Parcial do Satélite Estrangeiro INMARSAT 4-F3.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 1.123, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018

Processo nº 53504.019224/2017-37.
Declara extinta, por renúncia, a partir de 19/12/2017, a autorização outorgada à PIRELLI PNEUS LTDA., CNPJ/MF nº 59.179.838/0005-60, por intermédio do Ato n° 64263, de 27/03/2007, publicado no DOU de 29/03/2007, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, em todo o território nacional, bem como o direito de uso de radiofrequência associada.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 1.518, DE 8 DE MARÇO DE 2018

Processo nº 53500.079769/2017-32.
Declara extinta, por renúncia, a partir de 07/11/2017, a autorização outorgada à REINALDO CORREIA DE OLIVEIRA ME, CNPJ/MF nº 54.189.089/0001-05, por intermédio do Ato n° 1.387, de 12/03/2008, publicado no DOU de 18/03/2008, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, em todo o território nacional, bem como o direito de uso de radiofrequencia associada.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 1.585, DE 10 DE MARÇO DE 2018

Processo nº 53578.001034/2016-19.
Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à PRB PESSOA, CNPJ/MF nº 63.640.908/0001-80, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Substituto

ATOS DE 12 DE MARÇO DE 2018

Nº 1.598 - Processo nº 53500.006917/2018-81.
Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à SPEEDBIT TELECOMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ/MF nº 10.465.817/0001-99, associada à Autorização para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia.

Nº 1.617 - Processo nº 53500.004783/2018-63.
Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à MTEL TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 22.902.540/0001-01, associada à autorização para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Substituto

ATOS DE 13 DE MARÇO DE 2018

Nº 1.690 - Processo nº 53500.006801/2018-41.
Expede autorização à IBNET TELECOM LTDA, CNPJ/MF nº 22.844.053/0001-21, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 1.697 - Processo nº 53500.007219/2018-01.
Expede autorização à FABIO FAUSTINO DA SILVA, CNPJ/MF nº 14.109.365/0001-63, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 1.705 - Processo nº 53500.006790/2018-08.
Expede autorização à RODRIGUES DIAS EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ/MF nº 28.194.283/0001-79, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 1.708 - Processo nº 53500.007343/2018-68.
Expede autorização à CLAYDSON WESBNE SILVA DE OLIVEIRA - ME, CNPJ/MF nº 16.099.342/0001-40, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Substituto

ATOS DE 15 DE MARÇO DE 2018

Nº 1.819 - Autoriza a(o) Embaixada do Japão a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, durante visita do(a) Sua Alteza Imperial, o Príncipe Herdeiro do Japão, na cidade de Brasília/DF, no período de 16/03/2018 a 20/03/2018.

Nº 1.820 - Autoriza a(o) Embaixada da República da Coréia a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, durante visita do(a) Senhor Lee Nak-Yon, Primeiro-Ministro da República da Coréia, nas cidades de Brasília/DF e São Paulo/SP, no período de 17/03/2018 a 19/03/2018.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Substituto

ATOS DE 16 DE MARÇO DE 2018

Nº 1.840 - Autoriza T4F ENTRETENIMENTO S.A., CNPJ nº 02.860.694/0001-62, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Paulo/SP, no período de 18/03/2018 a 16/05/2018.

Nº 1.841 - Autoriza MEND COMERCIO E SERVICOS ELETRONICOS LTDA, CNPJ nº 96.601.968/0001-42, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Brasília/DF, no período de 18/03/2018 a 16/05/2018.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Substituto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900025

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO DE 12 DE MARÇO DE 2018

310ª RELAÇÃO PESQUISADORES CREDENCIADOS IMPORTAÇÃO - Lei 8.010/90

Nº REGISTRO	CPF	NOME	VENCIMENTO
920.007020/2018	129.731.918-40	PAULO CESAR DE PAIVA	12/03/2023
920.007021/2018	506.628.721-34	YZEL RONDON SUAREZ	12/03/2023
920.007022/2018	003.494.569-50	WAGNER MAURICIO PACHEKOSKI	12/03/2023
920.007023/2018	006.505.856-90	GABRIEL GRECO DE GUIMARAES CARDOSO	12/03/2023
920.007024/2018	452.566.836-91	ARMANDO DA SILVA CUNHA JUNIOR	12/03/2023
920.007025/2018	288.497.428-86	RENATO BARROSO DA SILVA	12/03/2023
920.007026/2018	050.007.196-97	LIZA FIGUEIREDO FELICORI VILELA	12/03/2023
920.007027/2018	572.064.906-97	ELAINE MARIA DE SOUZA FAGUNDES	12/03/2023
920.007028/2018	113.055.250-00	JOAO ALZIRO HERZ DA JORNADA	12/03/2023
920.007029/2018	070.079.511-12	CARLOS DAVID DA SILVA OLIVEIRA DOS SANTOS	12/03/2023
920.007030/2018	325.956.798-48	GUSTAVO FRIGI PEROTTI	12/03/2023
920.007031/2018	134.984.198-62	GISLEIVA CRISTINA DOS SANTOS FERREIRA	12/03/2023
920.007032/2018	822.094.800-00	GUILHERME BERTISSOLO	12/03/2023
920.007033/2018	084.999.997-94	RODRIGO MOREIRA VERLY	12/03/2023
920.007034/2018	316.901.518-46	MAIARA OLIVEIRA SALLES	12/03/2023
920.007035/2018	042.809.844-41	DANILO FREIRE DE SOUZA SANTOS	12/03/2023

CLAUDIO DA SILVA LIMA
Diretor
Substituto

DESPACHO DE 12 DE MARÇO DE 2018

311ª RELAÇÃO PESQUISADORES CREDENCIADOS IMPORTAÇÃO - Lei 8.010/90

Nº REGISTRO	CPF	NOME	VENCIMENTO
920.000156/2004	052.870.357-99	MARCO CREMONA	12/03/2023
920.000198/2004	109.609.648-00	MARCIO FLAVIO DUTRA MORAES	12/03/2023
920.002179/2006	004.148.558-09	IVO KARMANN	12/03/2023
920.004720/2011	575.629.622-00	PEDRO DIAS DE OLIVEIRA	12/03/2023
920.005144/2012	044.827.577-56	FABRICIO DE OLIVEIRA REIS	12/03/2023
920.005239/2012	010.832.670-51	AUGUSTO SCHNEIDER	12/03/2023

CLAUDIO DA SILVA LIMA
Diretor
Substituto

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL

PORTARIA Nº 1.240/SEI, DE 12 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº01250.015009/2017-92, resolve:

Art. 1º Consignar à RÁDIO E TV ARAUCÁRIA LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Bauru/SP, o canal 33 (trinta e três), correspondente à faixa de frequência de 584 a 590 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 1.290/SEI, DE 13 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.066825/2011-14, resolve:

Art. 1º Consignar à TV FRONTEIRA PAULISTA LTDA. autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Presidente Epitácio/SP, o canal 30 (trinta), correspondente à faixa de frequência de 566 a 572 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA



Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE PROCESSOS DE FOMENTO

DESPACHO DECISÓRIO Nº 807-E, DE 16 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR DE GESTÃO DE PROCESSOS DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria n° 01-E, publicada em D.O.U. em 21/02/2018; e em cumprimento ao disposto na Lei n o 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, no Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Prorrogar o prazo de captação de recursos dos projetos audiovisuais abaixo relacionados, mantidos os mecanismos já aprovados para cada projeto. Prazo de captação até 31/12/2018.

13-0418 - Casar Pra Quê?
Processo: 01580.021717/2013-05
Proponente: Canal Imaginário Comunicação Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 01.254.746/0001-94
13-0446 - A ÚLTIMA AVENTURA
Processo: 01580.037146/2013-12
Proponente: PANDA FILMES LTDA.
Cidade/UF: Porto Alegre / RS
CNPJ: 04.980.287/0001-14
13-0535 - Capivara - Arte Rupestre no Sul do Piauí
Processo: 01580.046946/2013-24
Proponente: Raiz Produções Cinematográficas
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 44.154.342/0001-31
17-0427- 20° FESTIVAL DE CINEMA BRASILEIRO DE PARIS
Processo: 01416.021326/2017-16
Proponente: VITE PRODUÇÕES LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 05.359.610/0001-08

Art. 2º Tornar sem efeito os termos da Deliberação nº. 33, de 07/03/2018, publicada no DOU nº. 47 de 09/03/2018 na pág. 17, Seção 01, no que se refere à prorrogação do projeto audiovisual "I PAGLIACCI.", da proponente BE BOSSA NOVA CRIACOES E PRODUCOES S/A.

Art. 3º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL HALFELD DUTRA

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 79, DE 16 DE MARÇO DE 2018

Altera dispositivos da Resolução de Diretoria Colegiada nº 78, de 6 de setembro de 2017.

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e IV do art. 6º do Anexo I do Decreto nº 8.283, de 3 de julho de 2014, e conforme decidido por meio da Deliberação nº 254-E, de 2018, resolve:

Art. 1º. A Resolução de Diretoria Colegiada nº 78, de 6 de setembro de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 8º O Comitê de Governança, Riscos e Controles é um órgão colegiado, de cunho deliberativo, composto pelo Diretor-Presidente e demais Diretores da ANCINE, pelo Secretário Executivo, pelo Secretário de Gestão Interna e pelo Secretário de Políticas de Financiamento, e terá as seguintes competências:

(...)

§ 1º O Comitê de Governança, Riscos e Controles será secretariado pela Coordenação de Gestão Setorial e Estratégica - CGE, da Secretaria Executiva.

§ 2º O Auditor Chefe da ANCINE prestará apoio ao Comitê de Governança, Riscos e Controles no que tange às atribuições estabelecidas no caput." (NR)

"Art. 9º O Núcleo de Gestão de Riscos é um órgão colegiado, de cunho deliberativo e executivo, de natureza acessória ao Comitê de Governança, Riscos e Controles, formado pelo Superintendente de Registro; pelo Superintendente de Fiscalização; pelo Superintendente de Fomento; pelo Superintendente de Desenvolvimento Econômico; pelo Superintendente de Análise de Mercado; pelo Gerente de Tecnologia da Informação; pelo Gerente de Recursos Humanos; pelo Gerente de Planejamento, Orçamento, Arrecadação e Finanças; e pelo Gerente de Administração, e terá as seguintes competências:

(...)

XVII - avaliar o desempenho, a conformidade legal e normativa da Gestão de Riscos, objetivando a sua melhoria contínua;

(...)

Parágrafo único: O Núcleo de Gestão de Riscos será secretariado pela Coordenação de Gestão Setorial e Estratégica - CGE, da Secretaria Executiva". (NR)

Art. 2º. Ficam revogados os incisos VI, VII, VIII, IX e X do art. 9º da Resolução de Diretoria Colegiada nº 78, de 6 de setembro de 2017.

Art. 3º. Esta Resolução de Diretoria Colegiada entra em vigor na data de sua publicação.

CHRISTIAN DE CASTRO OLIVEIRA
Diretor-Presidente

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

PORTARIA Nº 15, DE 16 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria n.º 662, de 21/11/2017, e de acordo com o disposto no inciso VIII, art. 17, Anexo I, do Decreto n.º 6.844, de 07/05/2009, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve:

I - Expedir PERMISSÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo I desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02;

II - Expedir RENOVAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo II desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02

III - Expedir RENOVAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo III desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

IV - Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos e programas de pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo IV desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

V - As autorizações para a execução dos projetos e programas relacionados nesta Portaria não correspondem à manifestação conclusiva do Iphan para fins de obtenção de licença ambiental.

VI - As Superintendências Estaduais são as unidades responsáveis pela aprovação dos projetos e programas de sua competência, cujas execuções estão sendo autorizadas na presente portaria, bem como pela fiscalização e monitoramento das ações oriundas dos mesmos, com base nas vistorias realizadas a partir do cronograma do projeto, inclusive no que diz respeito à destinação e à guarda do material coletado, assim como das ações de preservação e valorização dos remanescentes.

VII - Condicionar a eficácia das presentes autorizações, permissões e renovações à apresentação, por parte dos arqueólogos coordenadores, de relatórios parciais e finais, em meio físico e digital, ao término dos prazos fixados nos projetos de pesquisa anexos a esta Portaria.

VIII- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIO RIZZI CALIPPO

ANEXO I

01- Processo n. º 01502.900320/2017-20
Projeto: Monitoramento Arqueológico Reserva Sauípe
Arqueólogos Coordenadores: Walter Fagundes Morales e Pedro Alzair Pereira da Costa Júnior
Apoio Institucional: Núcleo de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Bahia - NEPAB-Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)
Área de Abrangência: Município de Mata de São João, Estado da Bahia
Prazo de Validade: 12 (doze) meses

02- Processo nº: 01506.003798/2015-16
Projeto: Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial da Central de Tratamento e Destinação de Resíduos de Adamantina
Arqueólogas Coordenadoras: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani e Lilia Benevides Guedes Lins
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano - Prefeitura de Jahu
Abrangência: Município de Adamantina, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses

03-Processo n. º 01409.000453/2011-77
Projeto: Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico, Educação Patrimonial e Monitoramento Duplicação da BR-101: Entroncamento BR-262 (B) - Divisa ES/RJ, Segmento: Km 304,70 - Km 460,60
Arqueólogo Coordenador: Filipe André do Nascimento Coelho
Arqueólogo de Campo: Danilo Rodrigues Santos
Apoio Institucional: Museu Histórico da Serra - Prefeitura Municipal da Serra
Área de Abrangência: Município de Anchieta, Atílio Vivacqua, Viana, Vila Velha, Itapemirim, Cachoeira de Itapemirim, Rio Novo do Sul, Guarapari, Iconha, Presidente Kennedy e Mimoso do Sul, Estado do Espírito Santo
Prazo de Validade: 23 (vinte e três) meses

04- Processo n. º 01409.000086/2018-88
Projeto: Acompanhamento Arqueológico na Área do empreendimento Loteamento Lagoa Park II
Arqueóloga Coordenadora: Emilly Leão de Oliveira
Apoio Institucional: Museu Municipal de São Mateus - Prefeitura Municipal de São Mateus
Área de Abrangência: Município de Linhares, Estado de Espirito Santo
Prazo de Validade: 02 (dois) meses

05- Processo n. º 01506.002349/2011-19
Projeto: Prospecções Arqueológicas e Educação Patrimonial para a Barragem do Ribeirão Piraí
Arqueólogos Coordenadores: Clayton Galdino e Luis Vinícius Sanchez Alvarenga
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano - Prefeitura de Jahu
Área de Abrangência: Municípios de Cabreúva, Indaiatuba, Itú e Salto, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

06- Processo nº: 01425.000322/2010-19
Projeto: Monitoramento Arqueológico e Programa de Educação Patrimonial nas obras de restauro e duplicação da BR - 163/364 - MT, Trecho Rondonópolis à Cuiabá
Arqueólogo Coordenador: Everson Paulo Fogolari e Carlos Fabiano Marques de Lima
Apoio Institucional: Instituto Homem Brasileiro
Área de Abrangência: Municípios de Rondonópolis e Cuiabá, Estado de Mato Grosso
Prazo de Validade: 20 (vinte) meses

07- Processo n°01514.001938/2016-95
Projeto: Prospecção Arqueológica na área da Fazenda Capão
Arqueóloga Coordenadora: Clarisse Callegari Jacques
Apoio Institucional: Museu de Ciências Naturais-Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG)
Área de Abrangência: Município de Buritizeiros, Estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 24 (vinte e quatro) meses

08- Processo n. º 01506.005647/2014-11
Projeto: Prospecções Arqueológicas na área diretamente afetada peta implantação da Via Perimetral de Itatiba
Arqueólogo Coordenador: José Luiz de Morais
Apoio Institucional: Museu de Arqueologia de Iepê - Prefeitura de Iepê
Área de Abrangência: Município de Itatiba, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 02 (dois) meses

09- Processo nº: 01502.001690/2017-82
Projeto: Levantamento Arqueológico na Área da Barragem Guiné de Baixo
Arqueólogo Coordenador: Joalbo Menezes de Moraes
Apoio Institucional: ACERVO Centro de Referência em Patrimônio e Pesquisa
Abrangência: Município de Mucugê, Estado da Bahia
Prazo de Validade: 01(um) meses

10- Processo n. º 01506.004722/2014-19
Projeto: Monitoramento arqueológico e educação Patrimonial Obra de Melhoria do Sistema Viário de Santos, Trecho entre Canal 4 à ponta da Praia
Arqueóloga Coordenadora: Carla Verônica Pequini
Apoio Institucional: Centro Regional de Pesquisas Arqueo1ógicas - Núcleo de Pesquisa e Estudo em Chondrichthyes - NUPEC/CERPA
Área de Abrangência: Município de Santos, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 24 (vinte e quatro) meses

ANEXO II

01-Processo: n° 01502.002355/2015-30
Projeto: Programa de Resgate, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial do Complexo Eólico Capoeiras & Assuruá - Parques Assuruá III, Assuruá IV, Capoeiras III, Curral de Pedras I, Curral de Pedras II, Diamante II, Diamante III, Laranjeiras I, Laranjeiras II, Laranjeiras III, Laranjeiras V e Laranjeiras IX
Arqueólogo Coordenador: Paulo Eduardo Zanettini
Apoio Institucional: Núcleo de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Bahia - NEPAB-Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)
Área de Abrangência: Municípios de Gentio do Ouro e Xique Xique, Estado da Bahia
Prazo de Validade: 12 (doze) meses

02- Processo nº: 01401.000030/2015-51
Projeto: Programa de Monitoramento Arqueológico PCH Verde 4
Arqueólogo Coordenador: Gilson Rodolfo Martins
Apoio Institucional: Laboratório de Pesquisas Arqueológicas, Museu de Arqueologia (LAP/MuArq) - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)
Área de Abrangência: Municípios de Água Clara e Ribas do Rio Pardo, Estado do Mato Grosso do Sul
Prazo de Validade: (05) meses

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900027

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

03- Processo n. º 01508.000994/2015-19
Projeto: Resgate, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial da Linha de Transmissão de 138 kV Barbosa Ferraz - São Pedro do Ivaí
Arqueólogos Coordenadores: José Luiz Lopes Garcia e Francesco Palermo Neto
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Etnologia e Etno-História-Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Municípios de Barbosa Ferraz e São Pedro do Ivaí, Estado do Paraná
Prazo de Validade: 18 (dezoito) meses

04-Processo n. º 01508.001040/2015-15
Projeto: Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial da Linha de Transmissão de 138 kV Umuarama - Douradina
Arqueólogos Coordenadores: José Luiz Lopes Garcia e Francesco Palermo Neto
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Etnologia e Etno-História-Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Municípios de Umuarama, Maria Helena e Douradina, Estado do Paraná
Prazo de Validade: 03 (três) meses

05- Processo n. º 01508.000937/2015-21
Projeto: Resgate Arqueológico, Monitoramento e Educação Patrimonial na Área de Implantação da LT Areia - União da Vitória
Arqueólogos Coordenadores: José Luiz Lopes Garcia e Francesco Palermo Neto
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Etnologia e Etno-História-Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Municípios de Pinhão, Cruz Machado e União da Vitória, Estado do Paraná
Prazo de Validade: 03 (três) meses

06-Processo n. º 01508.000822/2015-37
Projeto: Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial na Área de Implantação da LT 138 kv Fazenda Rio Grande tafisa
Arqueólogos Coordenadores: José Luiz Lopes Garcia e Francesco Palermo Neto
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Etnologia e Etno-História-Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Municípios Fazenda Rio Grande, Mandirituba, Araucária, Contenda, Quitandinha e Pien, Estado do Paraná
Prazo de Validade: 02 (dois) meses

07-Processo n. º 01403.000252/2011-20
Projeto: Acompanhamento, Pesquisa Arqueológica e Educação Patrimonial nas áreas de Influência do sistema de Esgotamento Sanitário Marechal Deodoro
Arqueóloga Coordenadora: Jade Paiva de Lima
Apoio Institucional: Museu de História Natural-Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Área de Abrangência: Município de Marechal Deodoro, Estado de Alagoas
Prazo de Validade: 07 (sete) meses

08- Processo n. º 01506.004471/2016-34
Projeto: Acompanhamento Arqueológico nas Áreas de Ampliação do Reservatório Taiaçupeba
Arqueóloga Coordenador: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Apoio Institucional: Prefeitura Municipal de Jahu - Museu Municipal de Jahu
Área de Abrangência: Municípios de Suzano e Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 12 (doze) meses

ANEXO III

01- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Anglo American Níquel Brasil Ltda
Empreendimento: Área de atuação da Anglo American Níquel Brasil
Processo n. º 01516.002382/2014-72
Projeto: Programa de Gestão do Patrimônio Cultural e Arqueologia Preventiva na área de Atuação da Anglo American Níquel Brasil
Arqueóloga Coordenadora: Gislaine Valério de Lima Tedesco
Apoio Institucional: Núcleo de Arqueologia, Centro de Pesquisa e Documentação em História e Arqueologia - Universidade Estadual de Goiás (UEG)
Área de Abrangência: Município de Barro Alto, Estado de Goiás
Prazo de Validade: 12 (doze) meses

02- Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Procim Indústria de Cimento S.A.
Empreendimento: Procim Indústria de Cimento
Processo n. º 01409.000331/2016-95
Projeto: Acompanhamento Arqueológico das obras do empreendimento Procim Indústria de Cimento
Arqueólogo Coordenador: Filipe André do Nascimento Coelho
Arqueólogo de Campo: Filipe André do Nascimento Coelho
Área de Abrangência: Município de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo
Prazo de Validade: 02 (dois) meses

ANEXO IV

01-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Zin Participações Ltda
Empreendimento: Loteamento Zin
Processo n. º 01512.001472/2016-48
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico nas Áreas de Influência do Loteamento Zin
Arqueólogo Coordenador: Everson Paulo Fogolari
Arqueólogo de Campo: Carlos Fabiano Marques de Lima
Apoio Institucional: Museu Municipal Irmã Celina Schardong - Prefeitura Municipal de Gaurama
Área de Abrangência: Município de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

02- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Carlos Augusto Peterson Luque e Lindauria de Paula Peterson Luque
Empreendimento: Loteamento Jardim Peterson Luque
Processo n. º: 01506.007342/2016-06
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Loteamento Jardim Peterson Luque
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueóloga de Campo: Camila Pedron Del Pozo Gregorio
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano - Prefeitura de Jahu
Área de Abrangência: Município de Dumont, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses

03- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Urbanizadora Bady Bassit 156 Ltda.
Empreendimento: Loteamento Residencial Pé da Barra
Processo n. º 01506.007130/2016-11
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico no Loteamento Residencial Pé da Barra
Arqueóloga Coordenadora: Gabriela Ferreira de Soares
Arqueólogo de Campo: Pedro Victor Sartori Cassioti
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano - Prefeitura de Jahu
Área de Abrangência: Município de Bady Bassit, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

04- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: RPS Engenharia Eirele
Empreendimento: Loteamento Postal do Sol
Processo n. º: 01506.005627/2016-02
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Loteamento Postal do Sol
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueólogo de Campo: Luiz Fernando Erig Lima
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano - Prefeitura de Jahu
Área de Abrangência: Município de Itirapina, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 05 (cinco meses)

05-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: MRV Engenharia e Participações S.A.
Empreendimento: Residencial Costa Dourada
Processo n. º 01508.900227/2017-65
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Condomínio Residencial Costa Dourada
Arqueólogo Coordenador: Antônio Carlos Mathias Cavalheiro
Arqueólogo de Campo: Fernando Silva Myashita
Apoio Institucional: Museu de Arqueologia e Etnologia - MAE/Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Área de Abrangência: Município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná
Prazo de Validade: 03 (três) meses

06- Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: Copel Distribuição S.A.
Empreendimento: Linha de Distribuição de Alta Tensão 138kV Marechal Cândido Rondon - Santa Helena
Processo n. º 01508.001019/2015-10
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Influência da Linha de Distribuição de Alta Tensão (LDAT)138kV Marechal Cândido Rondon - Santa Helena (MCR-SNA)
Arqueólogo Coordenador: Everson Paulo Fogolari
Arqueólogo de Campo: Carlos Fabiano Marques de Lima
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Etnologia e Etno-História-Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Municípios de Diamante D'Oeste, Entre Rios do Oeste, Marechal Cândido Rondon, Santa Helena e São José das Palmeiras, Estado do Paraná
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

07- Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: GT Empreendimentos
Empreendimento: Jardim Bem-Viver
Processo n. º 01500.005507/2016-05
Projeto: Acompanhamento Arqueológico para as áreas de influência das obras de Implantação do Loteamento de Interesse Social Jardim Bem Viver
Arqueólogo Coordenador: Roberto Montenegro Perrota
Arqueólogo de Campo: Diego Barrocá
Área de Abrangência: Município de Álvares Machado, Estado de São Paulo
Prazo de validade: 06 (seis) meses

08- Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Aeroparque Empreendimentos Imobiliários Ltda.
Empreendimento: Loteamento Vila Madalena
Processo n. º 01506.006218/2017-04
Projeto: Acompanhamento Arqueológico das obras de implantação do loteamento residencial Vila Madalena
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueólogo de Campo: Júlio Toledo de Faria
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano-Prefeitura de Jahu
Área de Abrangência: Município de Araçatuba, Estado de São Paulo
Prazo de validade: 05 (cinco) meses

09- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: SPE Imperatriz Ltda.
Empreendimento: Condomínio Golden Park Imperatriz
Processo n. º 01494.000317/2015-99
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Empreendimento Condomínio Golden Park Imperatriz
Arqueóloga Coordenadora: Carla Janayna de Sousa Costa
Apoio Institucional: Instituto do Ecomuseu Sítio do Físico-Instituto do Ecomuseu Sítio do Físico - IESF
Área de Abrangência: Município de Imperatriz, Estado do Maranhão
Prazo de Validade: 02 (dois) meses

10- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Phercon Imóveis Ltda
Empreendimento: Loteamento de Uso Misto Jardim Sul
Processo n. º 01506.005066/2016-33
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Loteamento de Uso Misto Jardim Sul
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueólogo de Campo: Luiz Fernando Erig Lima
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano - Prefeitura de Jahu
Área de Abrangência: Município de Sertãozinho, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses

11- Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: GLP F Participações S.A.
Empreendimento: GLP Cajamar II
Processo n. º 01506.007642/2017-86
Projeto: Acompanhamento Arqueológico GLP Cajamar II
Arqueóloga Coordenadora: Cássia Bars Hering
Arqueóloga de Campo: Tânia Ferraz de Oliveira
Área de Abrangência: Município de Cajamar, Estado de São Paulo
Prazo de validade: 07 (sete) meses

12- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Mineração Bom Retiro
Empreendimento: Mineração Bom Retiro
Processo n. º 01506.900608/2017-64
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área da Mineração Bom Retiro
Arqueóloga Coordenadora: Gabriela Ferreira de Soares
Arqueólogo de Campo: Pedro Victor Sartori Cassioti
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano-Prefeitura de Jahu
Área de Abrangência: Municípios de Leme e Santa Cruz da Conceição, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

13- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Jose Roberto Zuliani
Empreendimento: Mineração Catanduva Ltda. - EPP
Processo n. º 01506.005291/2016-70
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Área Diretamente Impactada pela Implantação de Exploração da Jazida - Mineração Catanduva
Arqueóloga Coordenadora: Gabriela Ferreira de Soares
Arqueólogo de Campo: Pedro Victor Sartori Cassioti
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano-Prefeitura de Jahu
Área de Abrangência: Municípios de Olímpia e Tabapuã, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

14- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Celulose Irani S.A.
Empreendimento: Ampliação da Unidade industrial da Celulose Irani
Processo n. º 01514.003828/2017-49
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico para o empreendimento Ampliação da Unidade industrial da Celulose Irani
Arqueólogo Coordenador: Anderson Barbosa Alves Pereira
Arqueólogo de Campo: Ênio Nunes Gomes Júnior
Apoio Institucional: Museu de Ciências Naturais - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG)
Área de Abrangência: Município de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

15-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Lagos Comercialização e Geração de Energia LTDA.
Empreendimento: CGH Lagos I
Processo n. º 01512.001419/2017-28
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico CGH Lagos I - Arroio Cachoeira
Arqueólogo Coordenador: Átila Perillo Filho
Arqueóloga de Campo: Marina da Fonseca Lopes
Apoio Institucional: Núcleo de Pré História e Arqueologia - NuPHA-Universidade de Passo Fundo (UPF)
Área de Abrangência: Município de Ajuricaba, Estado do Rio Grande do Sul
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900028

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

16- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Renova Energia S.A.
Empreendimento: Linha de Transmissão 230kv Complexo Eólico Umburanas
Processo n. º 01502.001397/2015-53
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico Linha de Transmissão 230kv Complexo Eólico Umburanas
Arqueólogo Coordenador: Paulo Eduardo Zanettini
Arqueóloga de Campo: Sheila Elizabete da Silva
Apoio Institucional: Núcleo de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Bahia - NEPAB-Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)
Área de Abrangência: Municípios de Sento Sé, Umburanas e Ourolândia, Estado da Bahia
Prazo de Validade: 07 (sete) meses

17- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Eflusul Engenharia e Sistemas Ltda - ME
Empreendimento: Condomínio Morada do Bosque
Processo n. º 01512.001296/2017-25
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico - Empreendimento Condomínio Morada do Bosque
Arqueólogo Coordenador: Alexandre Pena Matos
Apoio Institucional: Museu Municipal Irmã Celina Schardong-Prefeitura Municipal de Gaurama
Área de Abrangência: Município de Arroio do Sal, Estado do Rio Grande do Sul
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses

18- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Rigesa -Celulose, Papel e Embalagens Ltda.
Empreendimento: Fábrica de Celulose e Papel da Westrock
Processo n. º 0151 00011 73/2017-12
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Extração de Argila para a Fábrica de Celulose e Papel da Westrock
Coordenação Geral: Valdir Luiz Schwengber
Coordenador de campo: Josiel dos Santos
Apoio Institucional: Museu Histórico e Arquivo Público de Itajaí - Fundação Genésio Miranda Lins
Área de Abrangência: Município de Três Barras, Estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

19- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Sociedade Ituana de Águas Minerais
Empreendimento: Tagua Mineração
Processo n. º 01506.004945/2015-67
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico em área de Ampliação de Exploração de Jazida de Infraestrutura
Arqueólogo Coordenador: Diógenes Rodrigues Costa
Arqueóloga de Campo: Jaqueline Lima de Amorim
Apoio Institucional: Museu de Arqueologia e Paleontologia de Araraquara - MAPA - Prefeitura de Araraquara
Área de Abrangência: Município de Salto e Itu, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

20- Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Mateus Supermercados
Empreendimento: Mateus Supermercados
Processo n. º 01402.900187/2017-30
Projeto: Proposta de Acompanhamento Arqueológico Referente ao Empreendimento Mateus Supermercados
Arqueóloga Coordenadora: Ana Carla da Silva Santos
Arqueóloga de Campo: Ana Carla da Silva Santos
Área de Abrangência: Município de Teresina, Estado do Piauí
Prazo de validade: 03 (três) meses

21- Enquadramento IN: Nível III
Empreendimento: Loteamento residencial Jardim Tokio II
Empreendedor: Stéfani Nogueira Engenharia Ltda.
Processo no. 01506.900730/2017-31
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Residencial Jardim Tokio II
Arqueóloga coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueóloga de campo: Camila Pedron Del Pozo Gregorio
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano-Prefeitura de Jahu
Área de abrangência: Município de Pereira Barreto, Estado de São Paulo
Prazo de validade: 05 (cinco) meses

22- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Julia Helena de Almeida
Empreendimento: Loteamento residencial Maraca IV
Processo n. 01506.900 732/2017-20
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área do Loteamento Residencial Maraca IV
Arqueóloga coordenadora: Lucia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueólogo de campo: Job Lobo
Apoio Institucional Museu Municipal José Raphael Toscano-Prefeitura de Jahu
Área de abrangência: Município de Marília, Estado de São Paulo
Prazo de validade: 05 (cinco) meses

23-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Brennand Energia Eólica S/A
Empreendimento: Parque Eólico Serra do Vento
Processo n. º 01502.001675/2017-34
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Influência do Parque Eólico Serra do Vento
Arqueólogo Coordenador: Celito Kestering
Arqueólogo de Campo: Murilo Muritiba Araújo
Apoio Institucional: Núcleo de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Bahia - NEPAB - Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)
Área de Abrangência: Município de Sento Sé, Estado da Bahia
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses

24-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Brennand Energia Eólica S/A
Empreendimento: Parque Eólico Umburana de Cheiro
Processo n. º 01502.001676/2017-89
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Influência do Parque Eólico Umburana de Cheiro
Arqueólogo Coordenador: Celito Kestering
Arqueólogo de Campo: Murilo Muritiba Araújo
Apoio Institucional: Núcleo de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Bahia - NEPAB - Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)
Área de Abrangência: Município de Sento Sé, Estado da Bahia
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses

25-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Brennand Energia Eólica S/A
Empreendimento: Parque Eólico Baraúnas XVI
Processo n. º 01502.001672/2017-09
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Influência do Parque Eólico Baraúnas XVI
Arqueólogo Coordenador: Celito Kestering
Arqueólogo de Campo: Murilo Muritiba Araújo
Apoio Institucional: Núcleo de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Bahia - NEPAB - Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)
Área de Abrangência: Município de Sento Sé, Estado da Bahia
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 192, DE 16 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
180503 - CineBright
GIOVANI RODRIGUES
CNPJ/CPF: 047.505.768-67
Processo: 01400003689201811
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 198.234,40
Prazo de Captação: 19/03/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Este projeto prevê a produção e circulação do espetáculo CineBright do ilusionista Giovanni Bright em uma montagem teatral de artes integradas - que une teatro, mágica e dança. O intuito do projeto é trazer ao público um espetáculo repleto de magia que conta a História do cinema de forma Lúdica e Entusiasta que pretende atrair para o teatro um público que muitas vezes têm como principal opção de lazer a televisão.
180488 - JACA - Junção de Ações Culturais Articuladas
ABA ASSOCIACAO BENEFICENTE AGAPE
CNPJ/CPF: 03.356.819/0001-84
Processo: 01400003633201867
Cidade: Coronel Fabriciano - MG;
Valor Aprovado: R$ 984.669,60
Prazo de Captação: 19/03/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realizar oficinas e capacitações de artes cênicas gratuitas para que os participantes aprendam todo os ciclos de elaborar, criar e produzir uma peça teatral. Haverá eventos mensais abertos ao público para apresentar as atividades e o conteúdo desenvolvido.
180492 - Quadrilhas Juninas 2018
Bossa Projetos Culturais LTDA
CNPJ/CPF: 09.687.306/0001-32
Processo: 01400003637201845
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 677.129,93
Prazo de Captação: 19/03/2018 à 30/11/2018
Resumo do Projeto: Quadrilhas Juninas", surgiu com a intenção de resgatar a cultura popular da Cidade de São Paulo, através de apresentações de quadrilhas de danças típicas de festas junina. T

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
179015 - Festival Elos - Ações que transformam o mundo
Cinco Elementos Produções Ltda.
CNPJ/CPF: 09.396.817/0001-03
Processo: 01400034239201790
Cidade: Fortaleza - CE;
Valor Aprovado: R$ 1.223.127,00
Prazo de Captação: 19/03/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Celebrar as ações que transformam o mundo. É essa a motivação central para a realização do Festival Elos, um evento que promove a difusão, fruição e acesso à cultura, reunindo e dando visibilidade a projetos e instituições que atuam no campo sociocultural do Estado do Ceará. Compreendendo as potências de cada iniciativa, o projeto visa dar visibilidade aos resultados e impactos dessas instituições sociais que se encontram, muitas vezes, restritas às comunidades onde estão inseridas. Difundir essa força, reconhecer o valor desses projetos e compor um ambiente de interações e difusão sociocultural fazem do Festival Elos um importante pilar para a consolidação de tecnologias sociais por meio da cultura, promovendo um diálogo com o cotidiano urbano da cidade. A programação do festival será realizada durante 7 dias, em Fortaleza, mesclando as dimensões cultural, social e tecnológica, no intuito de pensar soluções para um futuro sustentável e para o desenvolvimento social e humano.
180515 - Festival Viola Paranaense
JEFFERSON ROCHA DA CRUZ
CNPJ/CPF: 038.711.629-06
Processo: 01400003711201823
Cidade: Piraí do Sul - PR;
Valor Aprovado: R$ 648.095,00
Prazo de Captação: 19/03/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O Festival Viola do Sul, ana região Sul do Brasil. Contará com apresentaões de artistas de música instrumental de renome nacional no estilo viola caipira, (orquestra de violeiros) e locais, apresentações de grupos folclóricos locais, dança local estilo catira e feira com exposições de artesanato e gastronomia típica local.
180497 - I Circuito Gospel Instrumental
ASSOCIACAO MISSIONARIA EVANGELISTICA LUZ DAS NACOES
CNPJ/CPF: 13.588.558/0001-81
Processo: 01400003649201870
Cidade: Sapucaia do Sul - RS;
Valor Aprovado: R$ 217.903,28
Prazo de Captação: 19/03/2018 à 17/06/2018
Resumo do Projeto: Realizar um circuito instrumental com artistas de todas as áreas culturais e promover o intercâmbio cultural em parceria com a música instrumental gospel e agentes culturais de diversas localidades. A Entrada é franca.
165080 - Projeto Contraponto Musica que Transforma
IA3 INSTITUTO DE ACOLHIMENTO E APOIO AO ADOLESCENTE
CNPJ/CPF: 10.430.790/0001-07
Processo: 01400225402201641
Cidade: Pindamonhangaba - SP;
Valor Aprovado: R$ 578.130,00
Prazo de Captação: 19/03/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto Contraponto pretende viabilizar o ENSINO de música Instrumental erudita e popular, além de canto coral para jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, em Pindamonhangaba-SP, como forma de acesso a cultura e socialização de crianças, adolescentes, favorecendo o surgimento e o desenvolvimento de talentos, além da formação de grupos musicais estáveis como orquestra, coral entre outros grupos de câmara.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
180490 - Esquinas que me atravessam
Holy Cow Criacoes Ltda - ME
CNPJ/CPF: 17.383.477/0001-04
Processo: 01400003635201856
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 286.971,50
Prazo de Captação: 19/03/2018 à 22/11/2018
Resumo do Projeto: "Esquinas que me atravessam" é uma exposição do artista plástico paulistano Rodrigo Sassi que apresenta ao público uma escultura feita sob medida (site specific)para o cofre, localizado no subsolo do CCBB SP, esculturas e gravuras na galeria circundante, e um stop motion com o registro videográfico do processo de produção do artista. O projeto inclui também a produção de um catálogo com obras do artista e textos curatoriais.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
180496 - Flica (Festa Literária Internacional de Cachoeira) - 8ª edição
CALI CACHOEIRA LITERARIA PRODUCOES E EDICOES LTDA - ME
CNPJ/CPF: 18.561.412/0001-66
Processo: 01400003647201881
Cidade: Cachoeira - BA;
Valor Aprovado: R$ 2.482.420,03
Prazo de Captação: 19/03/2018 à 15/12/2018
Resumo do Projeto: Realizar a 8ª edição da Flica, evento literário mais importante da Bahia, seja pelo critério de variedade da programação, seja pelo critério de público presente, seja pelo critério de repercussão. O projeto, com programação completamente gratuita e projeção nacional, incentiva a leitura e aproxima o público baiano de quem faz literatura aqui e no mundo; promove o encontro de autores internacionais, nacionais e locais em mesas temáticas, com programação principal, juvenil (novidade nesta próxima edição) e infantil, além de programação artística, envolvendo manifestações culturais, espetáculos, performances e ações educacionais.
180508 - Livro de poesias : Pétalas de amor
DANIELE SOUZA CONCEICAO
CNPJ/CPF: 140.779.107-90

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900029

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo: 01400003696201813
Cidade: Nova Iguaçu - RJ;
Valor Aprovado: R$ 558.773,75
Prazo de Captação: 19/03/2018 à 07/11/2018
Resumo do Projeto: O objetivo do projeto é o aumento de tiragens do livro de poesia Pétalas de amor , que está sendo publicado pela editora Litteris. O livro está registrado na fundação biblioteca nacional, e o mesmo fala de romance em prosa.
180491 - Vila Madalena
CARCARA PHOTO ART LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 25.356.972/0001-44
Processo: 01400003636201809
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 355.578,13
Prazo de Captação: 19/03/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto consiste na edição do livro de arte "Vila Madalena", que reunirá um rico acervo iconográfico sobre o o famoso bairro da cidade de São Paulo. O projeto prevê também a realização de uma palestra voltada para alunos e professores da rede pública abordando a história e o desenvolvimento do bairro.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26 , § 1º)
180514 - CHORO NO VALE
Sávio Tarso Pereira da Silva
CNPJ/CPF: 759.387.826-00
Processo: 01400003710201889
Cidade: Ipatinga - MG;
Valor Aprovado: R$ 262.395,50
Prazo de Captação: 19/03/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto Choro no Vale propõem apresentação de show musical da banda Choro no Vale cantando, contando e homenageando nomes do Choro e Sampa do Brasil, pela cidades do interior de Minas Gerais. Serão dez apresentações com o professor e historiador Sávio Tarso conduzindo este contar e cantar com a Banda de choro ipatinguense Choro do Vale.
180505 - DVD Jefferson e Christiano
JEFFERSON ROCHA DA CRUZ
CNPJ/CPF: 038.711.629-06
Processo: 01400003693201880
Cidade: Piraí do Sul - PR;
Valor Aprovado: R$ 435.430,48
Prazo de Captação: 19/03/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Registro digital no formato DVD, contendo faixas musicais de autoria dos jovens artistas e compositores brasileiros, paranaenses, Jefferson e Cristiano, apresentando junto à sua banda, composta de músicos também do estado do Paraná, suas composições voltadas ao estilo "sertanejo contemporâneo".
180501 - Triunfará
LAERCIO COELHO 00782910114
CNPJ/CPF: 20.048.845/0001-64
Processo: 01400003687201822
Cidade: Alta Floresta - MT;
Valor Aprovado: R$ 228.147,40
Prazo de Captação: 19/03/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto "Triunfará" irá realizar 4 apresentações musicais da cantora Poliana Sacchi.
ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 26 , § 1º)
180500 - Festival Nacional de Peixes e Frutos do Mar
SUZANA PEREIRA SCHWUCHOW - ME
CNPJ/CPF: 13.504.512/0001-37
Processo: 01400003686201888
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 669.413,70
Prazo de Captação: 19/03/2018 à 10/07/2018
Resumo do Projeto: Realizar o maior festival gastronômico do Rio Grande do Sul e atividades culturais de dança, teatro, circo e música erudita/instrumental com o objetivo de valorizar e preservar a cultura local e folclórica.

PORTARIA N° 193, DE 16 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:
Art.1° - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.
Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18, § 1º)
17 8035 - Circuito Natalino Gaúcho
marisol Hoff
CNPJ/CPF: 650.410.890-00
RS - Aceguá
Período de captação: 11/03/2018 a 31/12/2018
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18, § 1º)
17 8379 - Sempre um Papo
Associação Cultural Sempre Um Papo
CNPJ/CPF: 04.823.354/0001-97
MG - Belo Horizonte
Período de captação: 11/03/2018 a 31/12/2018

PORTARIA Nº 194, DE 16 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:
Art. 1.º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.
Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
176484 - A Noite de 16 de Janeiro
VELLLONI PRODUCOES ARTISTICAS LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 03.162.410/0001-27
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 8.190,00
Valor total atual: R$ 1.607.077,00
177652 - PLANO ANUAL DE ATIVIDADES CASA DE CULTURA MÁRIO QUINTANA
Associação dos Amigos da Casa de Cultura Mário Quintana
CNPJ/CPF: 90.366.725/0001-90
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Reduzido: R$ 66.070,73
Valor total atual: R$ 1.562.062,11
177552 - Uniarte
Brigueiro Participações e Serviços Teatrais Ltda
CNPJ/CPF: 06.045.945/0001-06
Cidade: Ilha Solteira - SP;
Valor Reduzido: R$ 5.000,00
Valor total atual: R$ 156.687,50
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
177624 - Festival Vale do Café - 16ª Edição
Backstage Rio Empreendimentos e Produções Artísticas e Culturais Ltda
CNPJ/CPF: 00.591.962/0001-62
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 40.755,00
Valor total atual: R$ 2.081.486,01
171672 - MUSICA ENCANTADA 3
DANIEL SANTOS DE SANT ANNA
CNPJ/CPF: 11.217.053/0001-85
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 1.758.511,25
Valor total atual: R$ 1.262.747,00
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
177027 - In Vitro Rio - Mario Fraga
ELAINE CRISTINA POSSAMAI MAZZARO 24745585861
CNPJ/CPF: 12.673.277/0001-64
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 167.400,01
Valor total atual: R$ 1.362.605,19
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
177369 - HISTÓRIA DE SANTA BÁRBARA D'OESTE - 2º EDIÇÃO ATUALIZADA
Fotografia e Editora Kongo Ltda.-ME
CNPJ/CPF: 09.479.235/0001-82
Cidade: São José dos Campos - SP;
Valor Reduzido: R$ 9.310,00
Valor total atual: R$ 273.505,46

PORTARIA Nº 195, DE 16 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:
Art. 1º - Alterar a(s) razão(ões) social(ais) do(s) proponente(s) abaixo relacionado(s):
PRONAC: 171309 - 20ª Seara da Canção Gaúcha - Carazinho, publicado na portaria nº 0478/17 de 07/08/2017, publicada no D.O.U. em 08/08/2017.
Onde se lê: FRISKE & FRISKE LTDA ME
Leia-se: LUCANO CULTURA E MARKETING LTDA
Art. 2º - Aprovar a(s) alteração(ões) do(s) nome(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):
PRONAC: 163446 - 16º FIH2 Festival Internacional de Hip Hop, publicado na portaria nº 0116/17 de 21/02/2017, no D.O.U. em 22/02/2017, para 17º FIH2 Festival Internacional de Hip Hop.
PRONAC: 177101 - EMERGENCIAS, PROJEÇÕES, DESVIOS / RIO GRANDE DO SUL / XXI, publicado na portaria nº 0668/17 de 01/11/2017, no D.O.U. em 03/11/2017, para RS XXI - Rio Grande do Sul Experimental .
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

PORTARIA N° 196, DE 16 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016, o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, e o § 9º do art. 1º da Instrução Normativa nº 5, de 26 de dezembro de 2017, resolve:
Art. 1º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas APROVADA(S) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e no inciso I do art. 51 da Instrução Normativa nº 5, de 26 de dezembro de 2017, conforme anexo I.
Art. 2º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas REPROVADA(S) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, do § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e no inciso III do art. 51 da Instrução Normativa nº 5, de 26 de dezembro de 2017, conforme anexo II.
Art. 3º - Informar que cabe ao proponente emitir comprovantes em favor dos doadores ou patrocinadores, bem como manter o controle documental das receitas e despesas do projeto pelo prazo de cinco anos, contados da aprovação da prestação de contas, à disposição do MinC e dos órgãos de controle e fiscalização, caso seja instado a apresentá-las, conforme previsto no art. 36 da Instrução Normativa RFB nº 1.131, de 21 de fevereiro de 2011.
Art. 4º - Aplicar a sanção administrativa de INABILITAÇÃO, nos termos do art. 59 da Instrução Normativa MinC nº 05/2017, aos proponentes relacionados no anexo referente à reprovação, pelo prazo de 03 (três) anos, contados a partir da publicação desta Portaria, que implicará, junto ao Ministério da Cultura, nas restrições contidas no art. 59 da referida Instrução Normativa.
Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	CNPJ/CPF	RESUMO DO PROJETO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO
10-1859	Ninguém Mais Vai Ser Bonzinho - Circulação Nordeste	Escola de Gente-Comunicação em Inclusão	04.999.034/0001-92	Realizar 25 apresentações da peça Ninguém mais Vai Ser Bonzinho, em 5 Estados da Região Nordeste. O espetáculo vem se apresentando desde 2007 e já passou por várias cidades. A peça trata da discriminação com muito humor e leveza, será aberto ao público e seu objetivo é proporcionar um espetáculo teatral, acessível na comunicação, disponibilizando: linguagem brasileira de sinais (libras), áudio descrição, legenda eletrônica, acesso a cadeirantes e idosos, conforme legislação.	R$ 756.294,00	R$ 756.294,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900030

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO II

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	CNPJ/CPF	RESUMO DO PROJETO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO	VALOR NOMINAL A SER RESTITUIDO AO FNC
11-4027	Otto The Moon 1111	Kátia Montiani Cesana Produções	11.920.510/0001-01	O Projeto "Otto - The Moon 1111" pretende a gravação de um novo álbum deste cantor, compositor, instrumentista e produtor pernambucano, bem como uma série de quatro apresentações para sua divulgação. Tanto o álbum quanto as apresentações terão o mesmo nome do projeto, que durará seis meses, sendo a previsão de ocorrência entre agosto de 2011 e janeiro de 2012 e para tal, o valor necessário está estimado em R$ 541. 453,00 Reais, com fonte única o mecanismo Mecenato da Lei Rouanet (8.313/91).	R$ 532.525,00	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00
11-8883	Livro Sobre O Chargista Fortuna	Pinakotheke Artes Ltda.	30.022.628/0001-59	Este projeto visa publicar um livro sobre a obra de Fortuna, um dos maiores chargistas brasileiros. Com organização do caricaturista Cassio Loredano, a publicação contemplará toda a carreira de Fortuna, apresentando textos inéditos e reproduções fotográficas de seu trabalho para os principais jornais e revistas do país, como O Pasquim, Correio da Manhã, Revista da Semana, A Cigarra e Senhor, entre as décadas de 1940 e 1990. O livro será publicado pela Edições Pinakotheke e terá 240 páginas.	R$ 217.050,00	R$ 127.500,00	R$ 127.500,00
12-1753	Tua Imagem, Teus Sonetos	Otoniel Fernandes Neto	05.671.106/0001-30	Editar e publicar um livro de arte ilustrado com pinturas e poemas inspirados na beleza da mulher. Serão reproduzidas no livro 25 pinturas em óleo sobre telas do artista plástico Otoniel Fernandes Neto representando a beleza feminina; com 25 sonetos de poetas brasileiros e / ou portugueses.	R$ 157.765,00	R$ 157.765,00	R$ 157.765,00
12-1671	Ilustrações Da Cidade da Barra - BA	Otoniel Fernandes Neto	05.671.106/0001-30	Editar e publicar um livro de arte em homenagem à região da Barra - BA, ilustrado por 30 pinturas em óleo sobre telas do artista plástico Otoniel Fernandes; desenhos e fotografias que representarão as paisagens naturais, diversidade cultural, patrimônios históricos, cenas da vida ribeirinha, o homem e o folclore da região. Realizar um lançamento do livro com a respectiva exposição.	R$ 200.500,00	R$ 200.500,00	R$ 200.500,00
12-1338	Gravação de CD e Turnê 2012 da dupla Douglas Mello e Nando Max	Baltazar Fernando Cândido da Silva	181.100.638-88	Gravação do CD e Turnê da dupla Douglas Mello e Nando Max, retratando além da música sertaneja, os pontos turísticos e polos culturais do Brasil. Prensagem de 2.000 CD `s a título promocional, destinados a divulgação e distribuição para emissoras de rádio e televisão em todo País. Uma turnê estadual de 05 shows gratuitamente para a população carente.	R$ 486.150,00	R$ 144.706,85	R$ 144.706,85
11-11894	Salve a dor de cotovelo!	Sob Medida Montagens E Eventos Ltda - Me	00.967.954/0001-78	Salve a Dor de Cotovelo! É um projeto de espetáculo teatral que levará ao grande público da cidade de São Paulo histórias sobre o amor e inesquecíveis sambas-canções da música brasileira do início do século XX até o fim dos anos de 1960.	R$ 269.471,00	R$ 180.000,00	R$ 242.451,81
11-8827	Portugal É Aqui	Dulce Bepler Portugal Ltda	07.363.921/0001-68	O projeto visa a realização de apresentações do espetáculo - stand up comedy -" Portugal é aqui", com o humorista Diogo Portugal, em 3 capitais do país: São Paulo, Brasília e Goiânia. O espetáculo coloca no palco Diogo Portugal encenando esquetes com personagens. Serão 10 apresentações por cidade, num total de 30 apresentações a serem realizadas e março a dezembro de 2012.	R$ 467.500,00	R$ 464.389,81	R$ 464.389,81
12-0977	Mapeamento do Setor das Artes Cênicas Para a Infância e Juventude no Brasil	JBL Serviços Produções e Promoções Artísticas Ltda.	01.235.517/0001-22	A Cia Boto-Vermelho irá realizar o maior estudo no Brasil sobre a situação atual do teatro para as crianças e jovens, através de um inédito e completo mapeamento do setor das artes cênicas para a infância e juventude no país. O projeto de mapeamento será realizado através de 27 encontros de 04 dias com a classe artística, nos 27 estados brasileiros. O projeto irá gerar um catálogo, um site e o II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TEATRO PARA A INFÂNCIA E JUVENTUDE.	R$ 339.200,00	R$ 135.000,00	R$ 132.500,00
11-7925	Comemorando em Fortaleza - Marina De La Riva	Dizer Cultural S/S Ltda	07.672.386/0001-27	A cantora Marina De La Riva, com seu estilo latino, pertente celebrar com a Cidade de Fortaleza, o lançamento do seu terceiro álbum, fazendo uma única apresentação possivelmente no Teatro José de Alencar no 2o. semestre de 2011. A cantora convidará a Orquestra Filarmônica do Ceará, para em parceria, apresentarem a mistura e integração da música e instrumentos populares com os instrumentos clássicos e eruditos. Será uma (01) única apresentação em Fortaleza (CE).	R$ 118.620,00	R$ 25.000,00	R$ 25.000,00
11-14228	ARTENAESTRADA	Gilmar Carlos da Silva	478.830.069-91	O PROJETO ARTENAREDE beneficiará pelo menos 36.400 crianças (rede pública de ensino, instituições beneficentes e comunidades carentes). Serão realizadas 182 apresentações do espetáculo de bonecos O JARDIM DAS VIRTUDES em 87 cidades fronteiriças do Paraná. A realização é do Grupo Almazem Teatro de Bonecos, de Curitiba/PR.	R$ 150.145,00	R$ 100.000,00	R$ 100.000,00
12-2405	Projeto L. E. R. - 2012	Ler - Centro de Leitura e Educação	13.932.612/0001-64	O Projeto L.E.R. surge em defesa da leitura para aprimoramento cultural e intelectual de crianças e jovens de forma lúdica e duradora. Cada L.E.R. terá, além da montagem e criação da Biblioteca Viva em cada comunidade, rodas de leitura, oficinas, desenho, contador de histórias, concurso de redação e atividades diversas	R$ 105.250,00	R$ 21.300,00	R$ 6.977,65

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900031

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

		Rotary - Distrito 4420		visando estimular a imaginação e a criatividade. Usando o LIVRO como objeto estimulador de emoções, promovendo a educação, ampliando a bagagem cultural de modo prazeroso.			
11-5366	Orquestra de Cordas Pequenos Vencedores	Dilomar Cavalheiro	933.916.099-15	Tem por objetivo realizar uma série de concertos de música erudita com a Orquestra de Cordas Pequenos Vencedores de Jaraguá do Sul. A orquestra, que tem caráter amador, conta com a participação de 41 componentes, com idades entre 3 a 50 anos de idade. Ao total serão realizadas 10 apresentações nas cidades de Jaraguá do Sul, Florianópolis, Joinville, São Bento do Sul, Blumenau, Itajaí Concórdia e Balneário Camboriú.	R$ 149.476,00	R$ 100.200,00	R$ 99.600,00

Ministério da Defesa

COMANDO DA AERONÁUTICA

DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO

PORTARIA DECEA N° 29/DGCEA, DE 14 DE MARÇO DE 2018

Torna pública a Aceitação do Sistema de Gerenciamento da Segurança Operacional (SGSO) da Gerência de Navegação Aérea da EMBRAER - EPTA Gavião Peixoto.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 195, inciso I, do Regimento Interno do Comando da Aeronáutica, aprovado pela Portaria nº 1.049/GC3, de 11 de novembro de 2009, e o artigo 10, inciso I, do Regulamento do Departamento de Controle do Espaço Aéreo, ROCA 20-7, aprovado pela Portaria nº 1212/GC3, de 27 de dezembro de 2006, e, ainda, considerando o que consta do processo nº 67600.007820/2017-91, resolve:

Art. 1° Tornar pública a Aceitação do Sistema de Gerenciamento da Segurança Operacional (SGSO) da Gerência de Navegação Aérea da EMBRAER - EPTA Gavião Peixoto.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Ten Brig Ar JEFERSON DOMINGUES DE FREITAS

PORTARIA DECEA N° 30/DGCEA, DE 14 DE MARÇO DE 2018

Torna pública a Aceitação do Sistema de Gerenciamento da Segurança Operacional (SGSO) da Gerência de Navegação Aérea da SOCICAM Aeroportos.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 195, inciso I, do Regimento Interno do Comando da Aeronáutica, aprovado pela Portaria nº 1.049/GC3, de 11 de novembro de 2009, e o artigo 10, inciso I, do Regulamento do Departamento de Controle do Espaço Aéreo, ROCA 20-7, aprovado pela Portaria nº 1212/GC3, de 27 de dezembro de 2006, e, ainda, considerando o que consta do processo nº 67600.018315/2017-71, resolve:

Art. 1° Tornar pública a Aceitação do Sistema de Gerenciamento da Segurança Operacional (SGSO) da Gerência de Navegação Aérea da SOCICAM Aeroportos.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Ten Brig Ar JEFERSON DOMINGUES DE FREITAS

COMANDO DA MARINHA

ESTADO-MAIOR DA ARMADA

DESPACHO Nº 8/EMA, DE 16 DE MARÇO DE 2018

Processo nº: 61074.002079/2018-71. Interessado: Embaixada do Peru no Brasil. Objetivo: Trânsito, pelos rios amazônicos, da Embarcação Fluvial "LEONCIO PRADO", pertencente ao Exército do Peru, no período de 15 de março a 28 de abril de 2018.

Amparo legal: art. 4º, caput e parágrafo único, da Lei Complementar nº 90/1997, com redação dada pela Lei Complementar nº 149/2015; c/c art. 1º da Portaria Normativa nº 1.130/MD, de 20 de maio de 2015; Portaria nº 439/MB, de 1º de outubro de 2015; e Portaria nº 281/2017, deste Estado-Maior.

Vice-Almirante MARCOS SILVA RODRIGUES.
Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada

DESPACHO Nº 9/EMA, DE 16 DE MARÇO DE 2018

Processo nº: 61074.002022/2018-72
Interessado: Embaixada do Peru no Brasil.
Objetivo: Trânsito da Plataforma Itinerante de Acción Social (PIAS) "RIO PUTUMAYO I", pertencente à Marinha de Guerra Peruana, no período de 26 a 28 de Março de 2018, nos rios Amazonas e Iça ou Putumayo e todos os seus afluentes e confluentes.

Amparo legal: art. 4º, caput e parágrafo único, da Lei Complementar nº 90/1997, com redação dada pela Lei Complementar nº 149/2015; c/c art. 1º da Portaria Normativa nº 1.130/MD, de 20 de maio de 2015; Portaria nº 439/MB, de 1º de outubro de 2015; e Portaria nº 281/2017, deste Estado-Maior.

Vice-Almirante MARCOS SILVA RODRIGUES
Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada

DESPACHO Nº 10/EMA, DE 16 DE MARÇO DE 2018

Processo nº: 61074.002025/2018-14
Interessado: Embaixada do Peru no Brasil.
Objetivo: Trânsito da Plataforma Itinerante de Acción Social (PIAS) "RIO PUTUMAYO II", pertencente à Marinha de Guerra Peruana, no período de 29 a 31 de Março de 2018, nos rios Amazonas e Iça ou Putumayo e todos os seus afluentes e confluentes.

Amparo legal: art. 4º, caput e parágrafo único, da Lei Complementar nº 90/1997, com redação dada pela Lei Complementar nº 149/2015; c/c art. 1º da Portaria Normativa nº 1.130/MD, de 20 de maio de 2015; Portaria nº 439/MB, de 1º de outubro de 2015; e Portaria nº 281/2017, deste Estado-Maior.

Vice-Almirante MARCOS SILVA RODRIGUES
Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada

DESPACHO Nº 11/EMA, DE 16 DE MARÇO DE 2018

Processo nº: 61074.001988/2018-92
Interessado: Embaixada do Peru no Brasil.
Objetivo: Visita do Navio Hidrográfico da Armada Peruana "STIGLICH", ao porto de Tabatinga-AM, no período de 17 a 19 de março de 2018.

Amparo legal: art. 4º, caput e parágrafo único, da Lei Complementar nº 90/1997, com redação dada pela Lei Complementar nº 149/2015; c/c art. 1º da Portaria Normativa nº 1.130/MD, de 20 de maio de 2015; Portaria nº 439/MB, de 1º de outubro de 2015; e Portaria nº 281/2017, deste Estado-Maior.

Vice-Almirante MARCOS SILVA RODRIGUES
Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada

DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 79/DPC, DE 13 DE MARÇO DE 2018

Habilita Praticante de Prático à Prático.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso da delegação de competência que lhe confere a Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, de acordo com o contido no artigo 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Habilitar à Prático, de acordo com a Ordem de Serviço nº 20-5, datada de 9 de março de 2018 da Capitania dos Portos da Amazônia Oriental e de acordo com a alínea n, do item 0224 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço de Praticagem - NORMAM-12/DPC (Rev.1), aprovadas pela Portaria nº 78/DPC, de 15 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União, de 18 de abril de 2011, por terem sido aprovados no Exame de Habilitação para Prático da Zona de Praticagem de Fazendinha (AP) x Itacoatiara (AM) - ZP-01, o Praticante de Prático GUILHERME QUINDERÉ ROMANO (com restrições).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Vice-Alte WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

PORTARIA Nº 80/DPC, DE 13 DE MARÇO DE 2018

Altera as Normas da Autoridade Marítima para Embarcações Empregadas na Navegação Interior - NORMAM-02/DPC.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no artigo 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lesta), resolve:

Art. 1º Alterar as "Normas da Autoridade Marítima para Embarcações Empregadas na Navegação Interior" (NORMAM-02/DPC), aprovada pela Portaria nº 85/DPC, de 14 de outubro de 2005, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21 de outubro de 2005; alterada pela Portaria nº 89/DPC, de 4 de setembro de 2006, publicada no DOU de 6 de setembro de 2006 (Mod 1); pela Portaria nº 103/DPC, de 1º de novembro de 2006, publicada no DOU de 8 de novembro de 2006 (Mod 2); pela Portaria nº 114/DPC, de 30 de novembro de 2006, publicada no DOU de 13 de dezembro de 2006 (Mod 3); pela Portaria nº 127/DPC, de 22 de dezembro de 2006, publicada no DOU de 28 de dezembro de 2006 (Mod 4); pela Portaria nº 35/DPC, de 16 de março de 2007, publicada no DOU de 22 de março de 2007 (Mod 5); pela Portaria nº 111/DPC, de 19 de novembro de 2007, publicada no DOU de 20 de novembro de 2007 (Mod 6); pela Portaria nº 115/DPC, de 15 de setembro de 2009, publicada no DOU de 29 de setembro de 2009 (Mod 7); pela Portaria nº 7/DPC, de 19 de janeiro de 2010, publicada no DOU de 25 de janeiro de 2010 (Mod 8); pela Portaria nº 215/DPC, de 8 de outubro de 2010, publicada no DOU de 20 de outubro de 2010 (Mod 9); pela Portaria nº 7/DPC, de 18 de janeiro de 2011, publicada no DOU de 24 de janeiro de 2011 (Mod 10), pela Portaria nº 66/DPC de 6 de abril de 2011, publicada no DOU de 8 de abril de 2011 (Mod 11) e Portaria nº 118/DPC de 21 de junho de 2011, publicada no DOU de 24 de junho de 2011 (Mod 12), pela Portaria nº 314/DPC de 19 de outubro de 2015, publicada no DOU de 23 de outubro de 2015 (Mod 13), pela Portaria nº 210/DPC de 13 de julho de 2016, publicada no DOU de 14 de julho de 2016 (Mod 14), pela Portaria nº 288/DPC de 23 de setembro de 2016, publicada no DOU de 27 de setembro de 2016 (Mod 15), pela Portaria nº 427/DPC de 22 de dezembro de 2016, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2016 (Mod 16), pela Portaria nº 52/DPC de 24 de fevereiro de 2017 (Mod 17), publicada no DOU de 1º março de 2017, conforme as alterações que a esta acompanham. Esta modificação é denominada Mod 18.

I - Na Introdução, incluir os itens 7 e 8 com os seguintes textos:

"7 - ARQUIVAMENTO E ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

Os documentos que forem protocolados nas Capitanias, Delegacias e Agências para compor processos nas respectivas Organizações Militares (OM), e que apresentem exigências a cumprir pelo interessado, serão mantidos arquivados por um período máximo de 360 dias, para que no decorrer deste período as exigências possam ser sanadas.

Caso as exigências não sejam sanadas neste período, em virtude da falta de interesse, de providências ou de manifestação formal por parte dos requerentes, ou não sejam retirados, os documentos serão eliminados pelas OM.

Os processos que tenham sido concluídos, com os respectivos documentos emitidos, porém não retirados pelo interessado, ficarão mantidos a disposição por um prazo máximo de 360 dias. Após este prazo, os documentos poderão ser eliminados.

8 - NORMAS E PROCEDIMENTOS DAS CAPITANIAS DOS PORTOS (NPCP / NPCF)

As NORMAM/DPC possuem abrangência nacional. As especificidades regionais, em virtude das características existentes nas jurisdições das Capitanias, Delegacias e Agências, são complementarmente regulamentadas por meio das respectivas NPCP/NPCF, com vistas à salvaguarda da vida humana, à segurança da navegação no mar aberto e nas hidrovias interiores e à prevenção da poluição ambiental por parte de embarcações, plataformas e suas instalações de apoio."

II - No Capítulo 2 efetuar as seguintes alterações:

a) No item 0202, subitem a), alínea 2), substituir "30HP" por "50HP";

b) No item 0211, alínea a), após o primeiro parágrafo inserir o seguinte texto:

"Com o propósito de evitar a incidência de multas sobre o proprietário anterior, recomenda-se que este informe a venda à Capitania, Delegacia ou Agência onde a embarcação estiver inscrita. Para isso, deverá apresentar o modelo do Anexo 2-Q e incluir fotocópia da Autorização para Transferência de Propriedade, constante do TIE/TIEM (recibo de compra e venda). As assinaturas do comprador e vendedor deverão ter reconhecimento por autenticidade."

c) No item 0223, incluir o subitem f), com o seguinte texto:

"f) Renovação/Averbação do pré-registro no Registro Especial Brasileiro

O interessado em Renovar/Averbar o Pré-Registro no Registro Especial Brasileiro (PRÉ-REB) deverá apresentar a seguinte documentação, atualizada, no Tribunal Marítimo:

1) Requerimento em duas vias (Anexo A da Portaria nº 50/2013, do TM);

2) Procuração e documento oficial de identificação com foto e CPF do outorgado (quando aplicável);

3) Contrato Social ou Estatuto da empresa, com as últimas alterações, devidamente registrados na Junta Comercial;

4) Documento oficial de identificação com foto e CPF dos responsáveis pela empresa;

5) Original do Certificado do Pré-REB;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

6) Contrato de construção da embarcação, com estaleiro nacional, em eficácia;

7) Termo de compromisso de arvorar bandeira brasileira, após a construção;

8) Licença de Construção da embarcação emitida pela Marinha ou por uma Sociedade Classificadora credenciada;

9) Se a embarcação foi dispensada da Licença de Construção, apresentar Memorial Descritivo;

10) Outorga do órgão competente para operar como empresa brasileira de navegação, de acordo com o Inciso V, Art. 2º, da Lei nº 9.432/97, com o ato publicado em DOU;

11) Certificado de Registro de Armador (CRA) da empresa requerente, com a validade em dia, se a empresa for Armadora;

12) Comprovante original de pagamento de custas por meio de GRU, constantes da página do Tribunal Marítimo na internet; e

13) Comprovante original de depósito da Taxa de Expediente.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

a. As cópias dos documentos deverão ser autenticadas, exceto aqueles expressamente descritos como "original";

b. Os documentos em língua estrangeira deverão vir acompanhados de tradução pública juramentada;

c. Todos os documentos deverão estar dentro da validade;

d. Caso o Contrato de Construção tenha sido aditivado, deverá ser apresentado o Aditivo ao mesmo, sendo acrescido à custa supramencionada GRU;

e. Caso o Certificado do Pré-REB tenha sido extraviado, apresentar uma Declaração de Extravio assinada por pessoa responsável pela empresa, com firma reconhecida; e

f. Os valores para pagamento de custas constam da página do Tribunal Marítimo na internet www.tm.mar.mil.br."

III - No Capítulo 4, efetuar as seguintes alterações:

a) Substituir o texto dos itens 0400, 0401, 0402, 0403 e 0404, pelos seguintes:

"0400 - APLICAÇÃO

Estabelecer requisitos de compartimentagens e dotações de dispositivos, equipamentos e materiais para embarcações, visando minimizar os riscos de acidentes, e prover a salvaguarda da vida humana.

Embarcações EC-1 deverão ser submetidas a vistorias com a consequente emissão de certificações, as quais poderão ser realizadas tanto pelas Capitanias dos Portos, quanto por Sociedades Classificadoras ou Entidades Certificadoras.

0401 - EMBARCAÇÕES COM OU SEM PROPULSÃO, COM AB MAIOR QUE 50; FLUTUANTES QUE OPEREM COM MAIS DE 12 PESSOAS A BORDO COM AB MAIOR QUE 50; E FLUTUANTES COM AB MAIOR QUE 100. EM TODOS OS CASOS, LIMITADOS A ARQUEAÇÃO BRUTA MENOR QUE 500 (EMBARCAÇÕES CERTIFICADAS EC-1 E EMBARCAÇÕES DE PASSAGEIROS COM AB MAIOR QUE 20)

I) Embarcações com propulsão, de passageiros com AB maior que 20 ou de carga com AB maior ou igual a 50, em qualquer caso limitado a AB menor que 500

Essas embarcações deverão possuir a bordo os seguintes itens:

a) Lanterna portátil com bateria recarregável ou com pilhas sobressalentes;

b) Apito;

c) Binóculo 7 X 50;

d) Prumo de mão;

e) Limpador de para-brisa ou vigia rotativa;

f) Alarme visual e sonoro de baixa pressão do óleo lubrificante dos motores de combustão interna utilizados para propulsão (MCP) e/ou geração de energia (MCA), para motores com potência igual ou superior a 800 HP(597 kW);

g) Alarme visual e sonoro de alta temperatura da água de resfriamento dos motores de combustão interna utilizados para propulsão (MCP) e/ou geração de energia (MCA) para motores com potência igual ou superior a 800 HP (597kW);

h) Sistema de comunicação por intermédio de alto-falantes que possibilite ao comando da embarcação que transporte mais de 100 passageiros a divulgação de informações gerais em todos os locais normalmente ocupados pelos passageiros;

i) Ecobatímetro, obrigatório em embarcações com AB maior que 100 construídas após 01/DEZ/1998. Recomenda-se seu uso em embarcações com AB maior que 100 construídas até 01/DEZ/1998;

j) Agulha giroscópica ou agulha magnética;

l) Transceptor para o Sistema de Identificação Automática homologado pela ANATEL (Automatic Identification System - AIS) (recomendado);

m) Planos e Documentos:

1) Plano de Segurança;

2) Certificado de Segurança da Navegação;

3) Cartão de Tripulação de Segurança;

4) Título de Inscrição ou Provisão de Registro;

5) Caderneta de Inscrição e Registro de cada Tripulante;

6) Regras para Evitar Abalroamento;

7) Certificado de Arqueação;

8) Certificado de Borda-Livre (quando aplicável);

9) Certificado de Conformidade para Transporte de Gases Liquefeitos a Granel (quando aplicável); e

10) Certificado de Conformidade para Transporte de Produtos Químicos Perigosos a Granel (quando aplicável).

n) Tabelas ou Quadros:

1) no comando ou passadiço:

- Regras de Governo e Navegação;
- Sinais de Salvamento;
- Balizamento; e
- Sinais Sonoros e Luminosos.

2) Quadro de Primeiros Socorros em locais de fácil visualização.

o) A CP ou DL poderá dispensar a dotação dos equipamentos previstos nas alíneas c), d), i) e j), em função das características das áreas de operação das embarcações.

II) Embarcações sem propulsão, com AB maior que 50 e menor que 500.

Essas embarcações deverão possuir a bordo os seguintes itens:

a) Lanterna portátil com bateria recarregável ou com pilhas sobressalentes (para embarcações de passageiros);

b) Sistema de comunicação por intermédio de alto-falantes que possibilite ao comando da embarcação que transporte mais de 100 passageiros a divulgação de informações gerais em todos os locais normalmente ocupados pelos passageiros;

c) Planos e Documentos:

1) Plano de Segurança;

2) Certificado de Segurança da Navegação;

3) Cartão de Tripulação de Segurança (quando aplicável);

4) Título de Inscrição ou Provisão de Registro;

5) Caderneta de Inscrição e Registro de cada Tripulante (quando aplicável);

6) Certificado de Arqueação;

7) Certificado de Borda-Livre (quando aplicável);

8) Certificado de Conformidade para Transporte de Gases Liquefeitos a Granel (quando aplicável); e

9) Certificado de Conformidade para Transporte de Produtos Químicos Perigosos a Granel (quando aplicável).

10) Quadro de Primeiros Socorros em locais de fácil visualização, nas embarcações de passageiros.

III) Flutuantes que operem com mais de 12 pessoas a bordo com AB maior que 50; e Flutuantes com AB maior que 100. Em qualquer caso limitados a AB menor que 500.

a) Lanterna portátil com bateria recarregável ou com pilhas sobressalentes (quando operar com pessoas a bordo);

b) Sistema de comunicação por intermédio de alto-falantes para a disseminação de informações, quando operar com mais de 100 pessoas a bordo, em todos os locais normalmente ocupados;

c) Planos e Documentos:

1) Plano de Segurança;

2) Certificado de Segurança da Navegação;

3) Título de Inscrição ou Provisão de Registro;

4) Certificado de Arqueação;

5) Certificado de Borda-Livre (quando aplicável);

6) Certificado de Conformidade para Transporte de Gases Liquefeitos a Granel (quando aplicável); e

7) Certificado de Conformidade para Transporte de Produtos Químicos Perigosos a Granel (quando aplicável).

0402 - EMBARCAÇÕES COM AB MAIOR OU IGUAL A 500

I) Embarcações com propulsão

a) Além dos itens listados no item 0401, essas embarcações deverão dispor a bordo dos seguintes equipamentos:

1) Agulha giroscópica ou agulha magnética com certificado de compensação;

2) Indicador do ângulo do leme no passadiço ou no comando;

3) Indicador de rotação dos MCP no passadiço ou no comando;

4) Quadro elétrico das luzes de navegação; e

5)Sistema de comunicação interna, interligando, pelo menos, passadiço, praça de máquinas e compartimento da máquina do leme, propiciando troca de informações nos dois sentidos; e

6) Transceptor para o Sistema de Identificação Automática (Automatic Identification System - AIS), homologado pela ANATEL (recomendado).

b) O uso de radar e ecobatímetro é recomendado para as embarcações construídas até 01/DEZ/1998, sendo obrigatórios para as embarcações construídas após 01/DEZ/1998.

II) Embarcações sem propulsão

Deverão atender ao disposto no item 0401, II) e III), de acordo com a característica da embarcação.

0403 - DEMAIS EMBARCAÇÕES

a) As embarcações sem propulsão com AB menor ou igual a 50, inclusive flutuantes, deverão dotar os seguintes documentos:

1) Cartão de Tripulação de Segurança - CTS - (quando aplicável);

2) Título de Inscrição da Embarcação (TIE);

3) Caderneta de Inscrição e Registro de cada Tripulante - CIR - (quando aplicável);

4) Certificado ou Notas de Arqueação;

5) Certificado de Borda-Livre (quando aplicável);

6) Certificado de Conformidade para Transporte de Gases Liquefeitos a Granel (quando aplicável);

7) Certificado de Conformidade para Transporte de Produtos Químicos Perigosos a Granel (quando aplicável); e

8) Termo de Responsabilidade (para embarcações não sujeitas a vistoria).

b) As embarcações de passageiros propulsadas com AB menor ou igual a 20 e demais embarcações propulsadas com AB menor que 50, exceto as miúdas, além dos itens listados acima, deverão dotar:

1) Apito;

2) Lanterna portátil com bateria recarregável ou com pilhas sobressalentes;

3) Regras para evitar abalroamento; e

4) Agulha magnética.

c) Embarcações Miúdas

1) Título de Inscrição de Embarcação Miúda (TIEM); e

2) Lanterna portátil com pilhas sobressalentes.

0404 - REQUISITOS ADICIONAIS PARA EMBARCAÇÕES PROPULSADAS E COMBOIOS

A CP, DL ou AG poderá exigir, por intermédio das NPCP/NPCF, em complementação ao requerido nos itens anteriores, itens adicionais de segurança tais como os especificados a seguir, com o objetivo de atender características regionais das embarcações, do serviço nas quais são utilizadas ou da sua operação:

a) Mesa de cartas com iluminação;

b) Régua paralela, compasso de ponta seca, lápis e borracha;

c) Cartas náuticas ou croquis da área em que irá operar a embarcação;

d) Aviso aos navegantes (Alterações);

e) Tabela informando comprimento, boca, pontal, calados máximo e mínimo, deslocamentos leve e carregado e alturas acima da linha d' água do tijupá, comando e convés principal, com a respectiva distância de visibilidade nesses locais;

f) Relógio instalado no passadiço ou compartimento do comando; e

g) Sistema de Posicionamento Global (GPS)."

b) No item 0406, onde se lê "5W", leia-se "25W".

c) No item 0407 inserir a alínea c) com o seguinte texto:

"c) Todos os equipamentos de radiocomunicação deverão estar homologados pela ANATEL."

d) No item 0408 substituir o texto da alínea a) pelo seguinte:

"a) Embarcação de Sobrevivência - é um meio coletivo de abandono de embarcação em perigo, capaz de preservar a vida de pessoas durante um certo período, enquanto aguardam socorro. São exemplos de embarcações de sobrevivência, empregadas na navegação interior o aparelho flutuante, ambos rígido ou inflável, e a balsa inflável classe III."

e) No item 0413 substituir o texto da alínea c) pelo seguinte:

"c) Os coletes salva-vidas deverão ser estivados de maneira a poderem ser prontamente utilizados, em local visível, bem sinalizado e de fácil acesso. Se estiverem estivados em armários, estes não poderão possuir portas ou qualquer dispositivo de fechamento, de maneira a facilitar a retirada dos coletes em caso de emergência; e"

IV - No Capítulo 6, efetuar as seguintes alterações:

a) No item 0603 substituir os textos das alíneas t) e u) pelos o seguintes:

"t) Embarcação de Carga

É toda embarcação que não se enquadre nas definições constantes nas alíneas r) ou s) acima.

u) Embarcação de Pesca

É toda embarcação de carga empregada exclusivamente na captura de recursos vivos do mar e das águas interiores."

b) No item 0628, na alínea b), na última linha do parágrafo retirar a expressão "...para a DPC e...".

c) No item 0638, alínea b), inciso 1, no requisito de área lateral exposta ao vento, inserir o seguinte texto:

"Nas embarcações dotadas de janelas ou aberturas laterais que apresentem quaisquer dispositivos de fechamento ou proteção contra intempéries, tais como sanefas e janelas móveis, o cálculo da área lateral exposta ao vento e do seu respectivo centroide deverá considerar integralmente o espaço das aberturas, como se as mesmas estivessem completamente fechadas;"

V - No Capítulo 7, efetuar as seguintes alterações:

a) No item 0705 substituir o texto inicial e os textos das alíneas a) e b) pelos seguintes textos:

"Para a determinação da arqueação das embarcações será necessária a apresentação dos seguintes documentos:

I) Requerimento do interessado;

II) Quando aplicável, uma via dos planos e documentos técnicos da embarcação apresentados para emissão da Licença de Construção (LC) ou Licença de Construção para Embarcações Construídas (LCEC) ou Licença de Alteração (LA) ou Licença de Reclassificação (LR);

III) Cálculo da arqueação conforme previsto no Anexo 7-B, elaborado pelo Responsável Técnico, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART); e

IV) Guia de Recolhimento da União (GRU) com o devido comprovante de pagamento (cópia simples), referente ao serviço de vistoria de arqueação (Anexo 8-E), exceto para órgãos públicos.

a) Embarcações com Comprimento de Regra (L) inferior a 24 metros

As solicitações de arqueação para essas embarcações serão efetivadas mediante a apresentação da documentação acima relacionada à CP, DL ou AG de inscrição ou de jurisdição do estaleiro, do construtor ou do domicílio do proprietário.

O cálculo de arqueação para essas embarcações poderá ser efetuado pela CP, DL ou AG. Para tal é necessário que o Vistoriador Naval realize o levantamento das dimensões da embarcação, necessárias ao cálculo da arqueação.

Para as embarcações com arqueação bruta menor do que 20, a CP, DL ou AG emitirá as Notas para Arqueação de embarcação, cujos modelos são apresentados no Anexo 7-B, em duas vias. Uma via será arquivada no órgão de inscrição da embarcação, enquanto que a outra via será devolvida ao interessado.

Para as embarcações com arqueação bruta maior ou igual a 20, a CP, DL ou AG emitirá o Certificado Nacional de Arqueação, cujo modelo é apresentado no Anexo 7-A, em duas vias. Uma via será arquivada no órgão de inscrição da embarcação e a outra entregue ao interessado.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900033

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

As Sociedades Classificadoras e as Entidades Certificadoras também poderão emitir o Certificado Nacional de Arqueação ou as Notas para Arqueação para essas embarcações, enviando posteriormente uma via dos documentos para o órgão de inscrição da embarcação. Quando se tratar de embarcação classificada ou certificada por uma Entidade Certificadora, a emissão desses documentos deverá ser feita, obrigatoriamente, pelas mesmas.

b) Embarcações com Comprimento de Regra (L) maior ou igual a 24 metros

1) A arqueação dessas embarcações poderá ser calculada por Sociedade Classificadora ou Entidade Certificadora com base na documentação da embarcação e verificação a bordo, sendo que, caso a embarcação seja classificada ou certificada por Entidade Certificadora, a arqueação será feita, obrigatoriamente por essas entidades. Os cálculos serão apresentados sob a forma de Notas para Arqueação de Embarcações, cujos modelos estão contidos no Anexo 7-B (dependendo do comprimento da embarcação), devidamente assinadas pelo engenheiro responsável pelos cálculos e indicando claramente o número de seu registro no CREA. As Notas serão acompanhadas pela respectiva ART, na qual deverá constar claramente o serviço prestado e o nome da embarcação a que se refere.

2) Após a conclusão dos cálculos, caso a arqueação bruta seja maior ou igual a 20, a Classificadora ou a Entidade Certificadora emitirá o respectivo Certificado Nacional de Arqueação, de acordo com o modelo contido no Anexo 7-A. Caso a arqueação bruta seja menor do que 20, serão emitidas, apenas, as Notas para Arqueação de Embarcações, conforme modelos do Anexo 7-B.

3) A arqueação das embarcações com comprimento (L) igual ou superior a 24 metros também poderá ser determinada pelo GVI e, nesse caso, as solicitações de arqueação para essas embarcações serão efetivadas pelo proprietário, armador, estaleiro ou construtor à CP, DL ou AG de inscrição ou de jurisdição do estaleiro, do construtor ou do domicílio do proprietário, por intermédio da apresentação da documentação acima relacionada.

Para as embarcações com AB menor do que 20, o GVI emitirá as Notas para Arqueação de Embarcação, cujos modelos são apresentados no Anexo 7-B, em duas vias. Uma via será arquivada no órgão de inscrição da embarcação, enquanto que a outra via será devolvida ao interessado.

Para as embarcações com AB maior ou igual a 20, o GVI emitirá o Certificado Nacional de Arqueação, cujo modelo é apresentado no Anexo 7-A, em duas vias. Uma via será arquivada no órgão de inscrição da embarcação e a via restante será devolvida ao interessado."

b) No item 0710, na alínea b), última linha, inserir a expressão "...compósito (fibra de vidro e outros)."

c) No item 0715, efetuar as seguintes alterações:

1) na alínea a) substituir "...arqueação bruta inferior a 50..." por "...arqueação bruta inferior a 20..." e "...arqueação bruta maior ou igual a 50..." por "...arqueação bruta maior ou igual a 20..."; e

2) no final da alínea b) inserir o seguinte texto:

"OBSERVAÇÃO:

DISPOSIÇÃO TRANSITÓRIA

Para as embarcações de passageiros, rebocadores e empurradores com AB maior ou igual a 20 e menor que 50, e as que transportem a granel líquidos combustíveis, gases liquefeitos inflamáveis, substâncias químicas perigosas ou mercadorias de risco similares, deverá ser emitido o Certificado Nacional de Arqueação por ocasião de primeira Vistoria Anual de CSN que ocorrer após 31 de julho de 2018. O Certificado Nacional de Arqueação deverá ser emitido com base nas Notas para Arqueação da embarcação.

Para as demais embarcações com AB maior ou igual a 20 e menor que 50, o Certificado Nacional de Arqueação deverá ser emitido nas seguintes situações:

1) Em caso de extravio das Notas de Arqueação;

2) Mudança do nome da embarcação, do seu porto de inscrição ou de alguma outra característica constante nas Notas de Arqueação;

3) Por solicitação do proprietário, armador ou seu preposto;

4) Rearqueação da embarcação, conforme estabelecido no Item 0714; e

5) Para as embarcações regularizadas após 31 de julho de 2018."

VI - Substituir o Capítulo 10 pelo texto que acompanha esta Portaria.

VII - Incluir o Anexo 2-Q - "COMUNICAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE" que acompanha esta Portaria.

VIII - No Anexo 3-M, efetuar as seguintes alterações:

a) Incluir o item 13 com o seguinte texto:

"13 - SANEFAS

Nas embarcações dotadas de janelas ou aberturas laterais que apresentem sanefas como dispositivo de fechamento para proteção dos passageiros contra intempéries (sol, chuva, vento etc), este dispositivo deverá atender aos seguintes requisitos:

- a largura máxima de cada seção da sanefa deverá ser de dois metros, de modo a facilitar a sua abertura em caso de emergência; e

- o dispositivo de fechamento e abertura das sanefas instaladas deve ser do tipo destravamento rápido, não sendo permitido o uso de materiais sujeitos à oxidação."

IX - Substituir o Anexo 4-A - "DOTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE NAVEGAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO" pelo que acompanha esta Portaria.

X - No Anexo 8-A - "LISTA DE VERIFICAÇÃO PARA VISTORIA INICIAL E VISTORIA DE RENOVAÇÃO DE EMBARCAÇÕES EMPREGADAS NA NAVEGAÇÃO INTERIOR" inserir o item 45 com o seguinte texto: "45) Verificar a existência do lastro fixo, sua composição, posicionamento e meios de fixação, de acordo com os dados disponíveis no estudo de estabilidade ou no Plano de Arranjo Geral ou de Capacidade." e renumerar os demais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Vice-Alte WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

PORTARIA Nº84/DPC, DE 14 DE MARÇO DE 2018

Cancela definitivamente Certificado de Habilitação de Prático.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso da delegação de competência que lhe confere a Portaria nº 156/MB, de 03 de junho de 2004, de acordo com o contido no artigo 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Cancelar definitivamente o Certificado de Habilitação de Prático da Zona de Praticagem de Itaqui, Alumar e Ponta da Madeira (MA) - ZP-04, do Sr. CARLOS WEBER JOSÉ DA SILVA, CIR 121P2001119165, de acordo com o previsto na subalínea 6, da alínea a, do item 0236 (afastamento definitivo por decisão do prático em requerimento) das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço de Praticagem - NORMAM-12/DPC (Rev.1), aprovadas pela Portaria nº 78/DPC, de 15 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União, de 18 de abril de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Vice-Alte WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

PORTARIA Nº 85 /DPC, DE 14 DE MARÇO DE 2018

Credencia a empresa Falck Nutec Brasil Treinamentos em Segurança Marítima Ltda para ministrar o Curso de Manobra e Combate a Incêndio de Aviação - MCIA.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no Art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art.1º Credenciar a empresa Falck Nutec Brasil Treinamentos em Segurança Marítima Ltda, CNPJ 07.070.955/0004-07, para ministrar o Curso de Manobra e Combate a Incêndio de Aviação (MCIA), na área sob a jurisdição da Capitania dos Portos do Rio de Janeiro, fundamentado na NORMAM-24 (3ª Revisão).

Art. 2º O presente credenciamento tem validade até 15 de dezembro de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Vice-Alte WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DE 15 DE MARÇO DE 2018

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 34/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso interposto pela Sociedade Universitária Redentor, para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando os efeitos da Portaria nº 1.062, de 6 de outubro de 2017, para autorizar o funcionamento do curso de Engenharia Mecânica, bacharelado, a ser oferecido pela Faculdade Redentor Metropolitana, com sede na Rua Professor Sampaio (antiga Araribá), nº 19, bairro Vila Tarumã, no município de Queimados, no estado do Rio de Janeiro, mantida pela Sociedade Universitária Redentor, com sede no município de Itaperuna, estado do Rio de Janeiro, com cem vagas totais anuais, conforme consta do Processo nº 00732.000262/2018-47 (e-MEC nº 201416058).

MENDONÇA FILHO
Ministro

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 552, DE 7 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, usando das atribuições estatutárias, conferidas por Decreto de 14 de junho de 2017, publicado no Diário Oficial da União de 16 de junho de 2017, resolve:

I - HOMOLOGAR o resultado do processo seletivo, objeto do Edital de Seleção nº 094/2017, conforme segue:

Unidade	Área	Classe/ Padrão/ Carga Horária	Candidato	Classificação
Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia - ICET	Arquitetura de Computadores, Sistemas Operacionais e Redes de Computadores	Auxiliar A, Nível 1, 40h.	Homero Ferreira Cruz	1º
			Adilson Tavares da Cruz	2º
Instituto de Saúde e Biotecnologia - ISB	Sociologia Geral, Gestão Organizacional, Legislação do Ensino Básico e outras disciplinas do eixo Pedagógico, Processos Educacionais Aplicados à Saúde	Auxiliar com Especialização A, Nível 1, 40h.	Izequiel de Brito Santos	1º
	Histologia, Embriologia e Patologia	Auxiliar A, Nível 1, 40h.	Não houve candidatos aprovados	
Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia - ICSEZ	Teoria e Prática do Lazer, Fundamentos Sócio-Antropológicos da Educação Física, Processos de Aprendizagem Motora	Auxiliar com Especialização A, Nível 1, 40h.	Deucivan Almeida Souza	1º
	Histologia e Embriologia; Parasitologia Zootécnica; Animais Silvestres.	Auxiliar A, Nível 1, 40h.	Noédson de Jesus Beltrão Machado	1º
	Criação da Forma Tridimensional; Escultura; Arte Contemporânea.	Auxiliar A, Nível 1, 40h.	Adriana Fonseca de Souza	1º
	Psicologia Social e Serviço Social; Psicologia da Educação; Psicologia Geral.	Auxiliar com Especialização A, Nível 1, 40h.	Não houve candidatos aprovados	
	Formação Social, Econômica e Política do Brasil; Estado, Classe e Movimentos Sociais; Introdução à Antropologia.	Auxiliar A, Nível 1, 40h.	Raiana Tavares dos Santos	1º
	Gestão Organizacional e Educação; Política Educacional e Legislação Básica; Metodologia do Ensino de História nos Anos Iniciais	Auxiliar com Especialização A, Nível 1, 40h.	Ana Caroline Ribeiro Silva	1º
			Gleicy dos Anjos Amazonas	2º

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	Pedologia e Fertilidade de Solos; Desenho Técnico e Topografia; Morfologia e Sistemática Vegetal.	Auxiliar A, Nível 1, 40h.	José Fernando Paz Ramirez	1º
			Maiara dos Santos Ferreira	2º
Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente - IEAA	Agronomia; Zootecnia; ou Medicina Veterinária.	Auxiliar A, Nível 1, 40h.	Não houve candidatos aprovados	
	Ciências: Matemática e Física	Auxiliar A, Nível 1, 40h.	Keycinara Batista de Lima	1º
			Douglas Willian Nogueira de Souza	2º
			Maria do Rosário de Souza	3º
	Língua Portuguesa; Literatura e Práticas Curriculares	Auxiliar A, Nível 1, 40h.	Claudimar Paes de Almeida	1º
			Andreza Marcião dos Santos	2º
			Everton Mateus Moura Castro	3º
			Josimar Maciel Cordeiro	4º
			Wilson Júnior Rodrigues Leal	5º
Faculdade de Medicina	Psiquiatria	Auxiliar com Especialização A, Nível 1, 20h.	Giulia Miranda Rosa Santoro	1º
	Cirurgia Torácica	Auxiliar com Especialização A, Nível 1, 20h.	Messias Froes da Silva Júnior	1º

II - ESTABELECER que o prazo de validade do resultado do Processo Seletivo será de 01 (um) ano, contado a partir da publicação do ato de homologação no Diário Oficial da União.

SYLVIO MÁRIO PUGA FERREIRA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

DESPACHOS DE 16 DE MARÇO DE 2018

PROCESSO N.º 23005.006901/2017-17 - Interessada: Premier Prestadora de Serviços Ltda. - ME.

Adoto, na forma do art. 50, § 1º, da Lei n.º 9.784/99, a NOTA n.º 00027/2018/GAB/PFUFGD/PGF/AGU, e, de consequência DECIDO conhecer o recurso interposto pela empresa e, no mérito negar-lhe provimento. Intime-se. Publique-se. Encaminhe-se à PRAD para demais providências.

PROCESSO/HU N.º 23005.000463/2015-99 - Interessada: Comercial de Alimentos Yamashita - EIRELI

Adoto, na forma do art. 50, § 1º, da Lei n.º 9.784/99, a NOTA n.º 00024/2018/GAB/PFUFGD/PGF/AGU, e, de consequência DECIDO conhecer o recurso interposto pela empresa e, no mérito negar-lhe provimento. Intime-se. Publique-se. Encaminhe-se ao HU/UFGD para demais providências.

MARCIO EDUARDO DE BARROS
Reitor
Em exercício

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PORTARIA Nº 308, DE 15 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta do Processo de nº. 23113.010495/2016-89/Departamento de Ciências Contábeis/Campus Universitário Prof. Alberto Carvalho; resolve:

Art. 1º - Prorrogar, por 01 (um) ano, contado a partir de 10/04/2018, o prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Assistente-A - Nível I, em regime de Dedicação Exclusiva, objeto do Edital nº. 013/2016, realizado pela Universidade Federal de Sergipe para o Departamento de Ciências Contábeis/Campus Universitário Prof. Alberto Carvalho, para as Disciplinas "Auditoria I e II, Prática e Rotinas Trabalhistas, Práticas e Rotinas Fiscais, Práticas Contábeis, Planejamento Tributário, Perícia Contábil, Auditoria Governamental, Auditoria Fiscal.", homologado através da Portaria nº 615, de 07/04/2017, publicada no D.O.U. de 10/04/2017, seção 1, página 14.

Art. 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANGELO ROBERTO ANTONIOLLI

PORTARIA Nº 309, DE 15 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta do Processo de nº. 23113.022297/2016-68/Departamento de Museologia/Campus de Laranjeiras; resolve:

Art. 1º - Prorrogar, por 01 (um) ano, contado a partir de 10/04/2018, o prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Adjunto-A - Nível I, em regime de Dedicação Exclusiva, objeto do Edital nº. 015/2016, realizado pela Universidade Federal de Sergipe para o Departamento de Museologia/ Campus de Laranjeiras, para a Matéria de Ensino "Museologia e Comunicação", homologado através da Portaria nº 612, de 07/04/2017, publicada no D.O.U. de 10/04/2017, seção 1, página 13.

Art. 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANGELO ROBERTO ANTONIOLLI

PORTARIA Nº 310, DE 15 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta do Processo de nº. 23113.024810/2016-55/Departamento de Ciências Contábeis/Campus Universitário Prof. Alberto Carvalho; resolve:

Art. 1º - Prorrogar, por 01 (um) ano, contado a partir de 10/04/2018, o prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Assistente-A - Nível I, em regime de Dedicação Exclusiva, objeto do Edital nº. 017/2016, realizado pela Universidade Federal de Sergipe para o Departamento de Ciências Contábeis/Campus Universitário Prof. Alberto Carvalho, para as Disciplinas "Contabilidade Avançada; Contabilidade Gerencial; Contabilidade de Custos; Contabilidade do Terceiro Setor; Contabilidade Geral I e II; Contabilidade Aplicada à Administração I e II; Contabilidade de Serviços; Contabilidade Comercial; Auditoria I e II.", homologado através da Portaria nº 613, de 07/04/2017, publicada no D.O.U. de 10/04/2017, seção 1, página 13.

Art. 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANGELO ROBERTO ANTONIOLLI

PORTARIA Nº 311, DE 15 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no Processo nº. 23113.018036/2017-24; resolve:

Art. 1º - Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Efetivo do Departamento de Letras Estrangeiras/Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, objeto do Edital nº. 021/2017, publicado no D.O.U. em 07/11/2017 e no Correio de Sergipe em 08/11/2017, conforme informações que seguem:

Matérias de Ensino	Língua Espanhola; Ensino, História e Linguística Aplicada de Línguas Adicionais; Línguas Adicionais Instrumentais e para fins específicos; Estágios curriculares supervisionado e práticas acadêmicas
Disciplinas	Teoria e Prática de Língua Espanhola I, II e III; Prática Oral de Língua Espanhola I, II e III; Estudos da Linguagem Hispânica I: Fonética e Fonologia; Estudos da Linguagem Hispânica II: Introdução à Morfossintaxe; Estudos da Linguagem Hispânica III: Morfossintaxe do texto; Estudos da Linguagem Hispânica IV: Sociolinguística Histórica; Estudos das Linguagem Hispânica V: Semântica e Pragmática; Estudos da Linguagem Hispânica VI: Análise do Discurso; Estudos da Linguagem Hispânica VII: Lexicografia; Tópicos de Estudo da Linguagem I, II, III e IV; Tópicos da Linguagem Hispânica I, II, III e IV; Espanhol Instrumental; Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Estrangeira I, II e III; Tópicos de Linguística Aplicada ao Ensino de Espanhol como Língua Estrangeira I, II, III e IV; Tópicos de Linguística Aplicada I, II, III e IV; Estágio Supervisionado de Língua Estrangeira I, II, III, IV e V; Trabalho de Conclusão de Curso em Letras Estrangeiras I e II; Língua Espanhola I, II, III, IV, V, VI e VII; Compreensão e Expressão Oral; Estágio Supervisionado de Língua Espanhola I e II; Fonética Hispânica; Expressão Escrita em Língua Espanhola; Metodologia do Ensino/Aprendizagem de Línguas; Metodologia do Ensino/Aprendizagem do Espanhol I e II.
Cargo/Nível	Professor Assistente-A - Nível I
Regime de Trabalho	Dedicação Exclusiva
Resultado Final	
Ampla Concorrência	1º LUGAR: ROANA RODRIGUES- 74,44 2º LUGAR: ALEX SANDRO BECKHAUSER - 60,85
Cotas (Lei nº 12.990/14)	Nenhum candidato aprovado
Cotas (Decreto nº 3.298/99)	Nenhum candidato aprovado

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANGELO ROBERTO ANTONIOLLI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 312, DE 15 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta do Processo de nº. 23113.012363/2016-91/Departamento de Ciências Contábeis/ Campus Universitário Prof. Alberto Carvalho; resolve:

Art. 1º - Prorrogar, por 01 (um) ano, contado a partir de 10/04/2018, o prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Assistente-A - Nível I, em regime de Dedicação Exclusiva, objeto do Edital nº. 015/2016, realizado pela Universidade Federal de Sergipe para o Departamento de Ciências Contábeis/ Campus Universitário Prof. Alberto Carvalho, para as Disciplinas "Obrigações e Rotinas Fiscais, Contabilidade Tributária I e II, Terceiro Setor, Contabilidade Geral I e II, Contabilidade Aplicada à Administração I e II", homologado através da Portaria nº 616, de 07/04/2017, publicada no D.O.U. de 10/04/2017, seção 1, página 14.

Art. 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União..

ANGELO ROBERTO ANTONIOLLI

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 13 DE 14 DE MARÇO DE 2018

O Secretário de Educação Superior, no uso de suas atribuições, considerando o disposto na Lei nº 9.784/1999, e com fundamento no art. 60 da Lei nº 9.069/1995, na Lei nº 11.128/2005, na Lei nº 11.096/2005 e no Decreto nº 5.493/2005, com fundamento na Nota Técnica nº 168/2018/CGPES/DPPES/SESU/SESU, resolve:

Art. 1º Manter a aplicação do § 2º do art. 13 da Portaria Normativa MEC nº 18/2014, com a consequente manutenção do indeferimento das mantenedoras constantes no Anexo I no processo seletivo referente ao primeiro semestre de 2018, como medida cautelar, prevista no art. 45 da Lei nº 9.784, de 1999.

Art. 2º Instaurar Processo Administrativo em face das mantenedoras constantes no Anexo I, para apurar eventual descumprimento do art. 1º da Lei nº 11.128/2005.

Art. 3º Determinar que as mantenedoras constantes no Anexo I sejam intimadas e notificadas sobre o teor desta Portaria e da Nota Técnica nº 168/2018/CGPES/DPPES/SESU/SESU, informando-se a possibilidade de manifestarem-se no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação, nos termos do art. 24 da Lei nº 9.784/1999.

PAULO MONTEIRO VIEIRA BRAGA BARONE

ANEXO I

e-MEC	Mantenedora	CNPJ
27	Fundação Comunitária Tricordiana de Educação	25872854000199
119	Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda.	34075739000184
162	Fundação do ABC	57571275000100
189	Instituto Educacional Piracicabano da Igreja Metodista	54409461000141
325	Administradora Educacional Novo Ateneu S/S Ltda.	76534924000130
326	Companhia Nilza Cordeiro Herdy de Educação e Cultura	29403763000165
338	Associação Amparo aos Praianos do GUARUJÁ	48703227000120
488	obras sociais e educacionais de luz	18301267000184
784	Grupo Educacional Superior CEV Ltda.	12175436000109
785	SIEMG Sistema Integrado de Ensino de Minas Gerais Ltda.	01203822000132
790	Associação de Ensino e Pesquisa Graccho Cardoso S/C Ltda. - ME	01303292000102
873	Faculdade Trevisan Ltda.	03195861000160
974	Instituto de Ensino Superior Camões Ltda.	01981577000194
1031	Centro de Ensino Superior do Extremo Sul da Bahia Ltda.	02611487000174
1137	Associação Viçosense de Ensino e Pesquisa Ltda. - AVEP - Viçosa - EPP	03372571000145
1231	Associação Educacional e Social Nossa Senhora de Fátima	42251504000124
1237	Sociedade de Ensino Superior da Escada Ltda. - SOESE	03373369000138
1509	SOEBRAS - Sociedade Educativa do Brasil Ltda.	22669915000127
1544	Sociedade Mestra de Educação e Cultura de Goiás S/A	04701425000189
1600	Sociedade Educacional do Centro-Oeste - SOECO	04188318000107
1653	Distribuidora de Derivados de Petróleo Pinheiro Ltda.	01146395000106
1724	CEE - Centro de Estudos Especializados	03962607000140
2098	Sociedade de Educação e Cultura Raphael Di Santo Ltda. - EPP	05251381000103
2294	Complexo de Ensino Superior de São Paulo Ltda. - CESUSP	05844842000143
2304	Sociedade de Ensino Superior Madre Francisca Lechner - CAICO S/S Ltda.- EPP	05845288000119
2487	ISAN - Instituto Superior de Administração e Negócios Ltda. - ME	02425923000110
2858	Sociedade Educacional Palmitos Ltda.	07488858000196
3263	Sociedade Educacional do Centro Oeste do Paraná Ltda. - ME	08372011000104
3266	Instituto de Gestão Educacional Signorelli Ltda.	07436988000185
3450	Fundação Universitária Vida Cristã	07761666000101
3521	Fundação Educacional Alto Médio São Francisco	20533295000179
14498	Sociedade de Ensino Superior do Nordeste da Bahia Ltda. - ME	07999769000104
15021	Associação Cultural e Educacional da Diocese de São José dos Campos	11345554000147
15737	UNISERRA - Unidade de Ensino Superior de Tangará da Serra Ltda. - ME	12935851000105
15868	Federal Educacional Ltda.	17238945000149
15886	Faculdade Vale do aço Ltda.	12513048000182

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 173, DE 16 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista os Decretos nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias MEC n°s 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, e nº 11, de 22 de junho de 2017, e conforme consta dos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores na modalidade a distância, relacionados no Anexo desta Portaria, com as vagas totais anuais nele estabelecidas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Os endereços utilizados para as atividades presenciais dos cursos neste ato autorizados são, exclusivamente, aqueles constantes do PDI e PPC, nos termos do Art. 4º do Decreto nº 9.057, de 2017.

Art. 3º As instituições deverão solicitar reconhecimento dos cursos, neste ato autorizados, nos termos do art. 46 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO

(Autorização de Cursos)

Nº	PROCESSO	IES (SIGLA)	MANTENEDORA	CURSO (GRAU)	VAGAS
1	201305506	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS SANTO AGOSTINHO (FACISA)	INSTITUTO EDUCACIONAL SANTO AGOSTINHO LTDA (CNPJ 03.735.981/0001-03)	ADMINISTRAÇÃO (BACHARELADO)	2.000 (DUAS MIL)
2	201305511	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS SANTO AGOSTINHO (FACISA)	INSTITUTO EDUCACIONAL SANTO AGOSTINHO LTDA (CNPJ 03.735.981/0001-03)	PEDAGOGIA (LICENCIATURA)	2.000 (DUAS MIL)
3	201305507	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS SANTO AGOSTINHO (FACISA)	INSTITUTO EDUCACIONAL SANTO AGOSTINHO LTDA (CNPJ 03.735.981/0001-03)	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (BACHARELADO)	2.000 (DUAS MIL)
4	201305455	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS SANTO AGOSTINHO (FACISA)	INSTITUTO EDUCACIONAL SANTO AGOSTINHO LTDA (CNPJ 03.735.981/0001-03)	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (TECNOLÓGICO)	2.000 (DUAS MIL)
5	201508028	FACULDADE DE TECNOLOGIA FINACI (FINACI)	INACI ASSOCIAÇÃO DE ENSINO (CNPJ 60.553.724/0001-94)	LOGÍSTICA (TECNOLÓGICO)	40 (QUARENTA)

PORTARIA Nº 174, DE 16 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista os Decretos nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias MEC n°s 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, e nº 11, de 22 de junho de 2017, e conforme consta dos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam indeferidos os pedidos de autorização dos cursos superiores na modalidade a distância, relacionados no Anexo desta Portaria, da Faculdade de Tecnologia FINACI (FINACI), com sede à Praça Pedro Lessa, Nº 41, Bairro Centro, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, mantida pela INACI Associação de Ensino (CNPJ 60.553.724/0001-94), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO

(Autorização de Cursos)

Nº	PROCESSO E-MEC	CURSO (GRAU)
1	201508039	MARKETING (TECNOLÓGICO)
2	201508563	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (TECNOLÓGICO)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 175, DE 16 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e considerando os fundamentos constantes na Nota Técnica nº 72/2017/DIRAP/CGCEBAS/DPR/SERES/SERES, exarada no Processo de Revisão Administrativa CEBAS nº 23000.003092/2014-99, resolve:

Art. 1º. Manter o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS da União Brasileira de Cultura e Educação - UBRACE, com sede em Duque de Caxias, CNPJ nº 28.771.806/0001-00, deferido nos autos do Processo nº 71010.002320/2004-65, pela Resolução nº 73, de 17 de maio de 2007, publicada no DOU de 28 de maio de 2007, relativo ao período de 22/10/2004 a 21/10/2007.

Art. 2º Arquivar o processo de Revisão Administrativa instaurado pela Portaria nº 106, de 13/02/ 2014, publicada no DOU de 14/02/2014.

Art. 3º. Cientifique-se a União Brasileira de Cultura e Educação.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 176, DE 16 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e considerando os fundamentos constantes na Nota Técnica nº 08/2017/DIRAP/CGCEBAS/DPR/SERES/SERES, exarada no Processo de Revisão Administrativa CEBAS nº 71010.000143/2005-63, resolve:

Art. 1º Julgar improcedente a Revisão Administrativa instaurada pela Portaria nº 1304, de 17 de junho de 2011, publicada no DOU de 21 de junho de 2011, em estrita observância ao art. 54 da Lei nº 9.784/1999; e Manter a Suspensão do Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social do Centro de Desenvolvimento de Tecnologia e Recursos Humanos, com sede em São José dos Campos/SP, inscrita no CNPJ nº 60.200.979/0001-73, relativo ao processo nº 71010.000143/2005-63, pelo período de 01/01/2001 a 31/12/2003, concedido nos termos da Resolução nº 49, de 17 de março de 2005, publicada no DOU de 30 de março de 2005, em observância ao cumprimento de decisão judicial na Ação Popular nº 2009.34.00.013689-8,conforme Portaria nº 1.345, de 11 de agosto de 2011, publicada no DOU de 12 de agosto de 2011.

Art. 2º Arquivar o processo de Revisão Administrativa instaurado pela Portaria nº 1304, de 17 de junho de 2011, publicada no DOU de 21 de junho de 2011.

Art. 3º. Cientifique-se o Centro de Desenvolvimento de Tecnologia e Recursos Humanos.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 177, DE 16 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e considerando os fundamentos constantes Nota Técnica nº 109/2016/DIRAP/CGCEBAS/DPR/SERES/SERES, exarada no Processo de Supervisão CEBAS nº 23000.004704/2014-61, resolve:

Art. 1º. Julgar procedente a Representação nº 71010.000165/2005-23 da Secretaria da Receita Previdenciária em Campinas/SP, a qual deu origem a Supervisão nº 23000.004704/2014-61, instaurada pela Portaria nº 162, de 13 de março de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 14/03/2014 , e CANCELAR a certificação da Escola Salesiana São José, pelo período de 01/01/2001 a 31/12/2003, deferido nos autos do Processo nº 44006.000907/2000-01, consoante Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) n° 29, de 14 de março de 2001, publicada no DOU de 15/03/2001, em razão do descumprimento do art. 3º, incisos IV, VII, VIII e X, do Decreto 2.536/1998 e as Normas Brasileiras de Contabilidade, NBCT 10.19.2.5.

Art. 2º Cientifique-se a Escola Salesiana São José

Art. 3º. Cientifique-se a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 178, DE 16 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e considerando os fundamentos constantes Nota Técnica nº 95/2016/DIRAP/CGCEBAS/DPR/SERES/SERES, exarada no Processo de Supervisão CEBAS nº 23000.000789/2015-99, resolve:

Art. 1º. Julgar Improcedente a Representação nº 17883.000146/2010-40 (23000.013169/2011-96) da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Volta Redonda/RJ em face da Fundação CSN para o Desenvolvimento Social e Construção da Cidadania, CNPJ, com sede em São Paulo, CNPJ nº 19.690.999/0001-76, a qual deu origem a Supervisão instaurada pela instaurado pela Portaria nº 775, de 18/12/2014, publicada no DOU de 19/12/2014, em estrita observância ao artigo 37 da Medida Provisória nº 446, de 07 de novembro de 2008, e com fundamento Nota DECOR/CGU/AGU Nº 180/2009-JGAS,

Art.2º Arquivar o processo de Supervisão Administrativa nº 23000.000789/2015-99, instaurado pela Portaria nº 775, de 18 de dezembro de 2014; nos termos do § 1º do art. 28 da Lei nº 12.101/2009;

Art.3º Manter a suspensão das certificações conferidas à Fundação CSN para o Desenvolvimento Social e Construção da Cidadania, CNPJ nº 19.690.999/0001-76, para os períodos de 21/09/2003 a 20/09/2006, relativo ao processo nº 71010.000950/2003-14 e de 21/09/2006 a 20/09/2009 relativo ao processo nº 71010.002706/2006-39, nos termos da Portaria nº 511, de 30 de setembro de 2013, DOU de 1/10/2013, em razão dos termos da NOTA nº. 01225/2017/CONJUR-MEC/CGU/AGU.

Art. 4º Cientifique-se a entidade

Art. 5º. Cientifique-se a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Volta Redonda/RJ.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 179, DE 16 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e considerando os fundamentos constantes na Nota Técnica nº 34/2017/DIRAP/CGCEBAS/DPR/SERES/SERES, exarada no Processo de Revisão Administrativa CEBAS nº 23000.011511/2014-66, resolve:

Art. 1º. Manter o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS da Fundação Salvador Arena, com sede em São Bernardo do Campo/SP, inscrita no CNPJ nº 59.107.300/0001-17, relativo ao período de 01/08/2007 a 31/07/2010, nos termos da Resolução nº 7, de 3 de fevereiro de 2009, publicada do DOU de 4 de fevereiro de 2009.

Art. 2º Arquivar o processo de Revisão Administrativa instaurado pela Portaria nº 562 de 23 de setembro de 2014, publicada no DOU de 24 de setembro de 2014.

Art. 3º. Cientifique-se a Fundação Salvador Arena.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 180, DE 16 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e considerando os fundamentos constantes na Nota Técnica nº 66/2017/DIRAP/CGCEBAS/DPR/SERES/SERES, exarada no Processo de Revisão Administrativa CEBAS nº 23000.005529/2014-29, resolve:

Art. 1º. Manter o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, do Colégio Nossa Senhora do Carmo, CNPJ nº 21.608.831/0001-10, com sede em Juiz de Fora/MG, deferido nos autos dos processos nº 71010.001506/2003-16 e nº 71010.003687/2006-68, pela Resolução nº 3, de 23 de janeiro de 2009, publicada no DOU de 26 de janeiro de 2009, relativo aos períodos de 01/01/2004 a 31/12/2006 e 01/01/2007 a 31/12/2009.

Art. 2º Arquivar o processo de Revisão Administrativa instaurado pela Portaria nº 222, de 02 de abril de 2014, publicada no DOU de 03 de abril de 2014

Art. 3º. Cientifique-se o Colégio Nossa Senhora do Carmo.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 181, DE 16 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, considerando as informações dos processos e-MEC nº 201607790 e 201604717 e conforme a Nota Técnica nº 16/2018/CGCIES/DIREG/SERES/SERES, resolve:

Art. 1° Tornar sem efeito a Portaria SERES/MEC nº 130, de 26 de fevereiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 27 de fevereiro de 2018, Seção 1, páginas 17-18.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 182, DE 16 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e a Portaria nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica aprovada a unificação de mantidas, conforme planilha anexa, na forma de aditamento ao ato de credenciamento ou recredenciamento, nos termos do Art. 43 da Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017.

§ 1º A Instituição de Educação Superior solicitante assume a responsabilidade integral pelos cursos em funcionamento e regularmente autorizados nas instituições unificadas neste ato, garantindo a manutenção da qualidade de todos os registros acadêmicos, sem prejuízo para os alunos regularmente matriculados, além de assumir a responsabilidade formal a respeito dos processos e documentos em trâmite no sistema e-MEC.

§ 2º Declara-se extinta a Instituição de Educação Superior unificada à Instituição solicitante.

Art. 2º A Instituição de Educação Superior solicitante deverá protocolar novo pedido de recredenciamento conforme o prazo estabelecido em sua portaria de credenciamento como Centro Universitário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO

Processo e-MEC	Mantenedora, CNPJ	Instituição de educação superior solicitante	Instituição de educação superior a ser unificada à solicitante	Denominação da instituição de educação superior após a unificação de mantidas	Endereço da instituição após a unificação de mantidas
201604717	Grupo IBMEC Educacional S.A, 04.298.309/0001-60	Centro Universitário DeVry Metrocamp (2279)	Faculdade METROCAMP (3169)	Centro Universitário DeVry Metrocamp (2279)	Rua Doutor Salles de Oliveira, 1661 - Vila Industrial, Campinas/SP

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900037

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 183, DE 16 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ofertado nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Os cursos reconhecidos por esta Portaria deverão passar por avaliação in loco quando da próxima renovação de reconhecimento.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO

(Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201505756	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	FACULDADE EDUCACIONAL DE FRANCISCO BELTRÃO	UNISEP-UNIAO DE ENSINO DO SUDOESTE DO PARANA S/C LTDA	AV UNIÃO DA VITÓRIA, 14, MINIGUAÇU, FRANCISCO BELTRÃO/PR
2	201505786	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO CELSO LISBOA	INSTITUTO SUPERIOR DE ENSINO CELSO LISBOA	RUA VINTE E QUATRO DE MAIO, 797, SAMPAIO, RIO DE JANEIRO/RJ
3	201506020	ENGENHARIA DE PETRÓLEO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE REGIONAL DE ALAGOINHAS	UNIRB - UNIDADES DE ENSINO SUPERIOR DA BAHIA LTDA	RUA ALTINO RIBEIRO ROCHA, S/N, ESPAÇO CLUBE DE CAMPO, ALAGOINHAS VELHA, ALAGOINHAS/BA
4	201604218	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE CIÊNCIAS DO TOCANTINS	FACULDADE DE CIENCIAS DO TOCANTINS LTDA - FACIT - ME	RODOVIA TO-222,LT 02-A,GLEBA 03, LOTEAMENTO:ZONA LONTRA, ARAGUAÍNA/TO
5	201609238	PRODUÇÃO MULTIMÍDIA (Tecnológico)	200 (duzentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO FADERGS	FADERGS - FACULDADE DE DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL LTDA.	AVENIDA SERTÓRIO 5.310, JARDIM LINDÓIA, PORTO ALEGRE/RS
6	201211074	LETRAS - PORTUGUÊS E INGLÊS (Licenciatura)	100 (cem)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	ESTRADA DO CAMINHO VELHO, Nº 333, PIMENTAS, GUARULHOS/SP
7	201205644	PROCESSOS GERENCIAIS (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE EVANGÉLICA DO MEIO NORTE	SOCIEDADE EDUCACIONAL SEVEN & CIA S/S - EPP	RUA NOVA, Nº 429, CENTRO, COROATÁ/MA

PORTARIA Nº 184, DE 16 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos, para fins de expedição e registro de diplomas, os cursos superiores constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ofertado nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Encerra-se, a pedido das respectivas instituições, a oferta dos cursos reconhecidos por esta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO

(Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201506151	QUÍMICA (Licenciatura)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	ACESSO A CIDADE ALTA, 5330, SÃO CRISTÓVÃO, CAPINZAL/SC
2	201602983	HOTELARIA (Tecnológico)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE DE SOROCABA	FUNDACAO DOM AGUIRRE	RODOVIA RAPOSO TAVARES, S/N, KM 92,5, JARDIM NOVO ELDORADO, SOROCABA/SP
3	201608058	CIÊNCIAS E HUMANIDADES - ÊNFASE EM GESTÃO SUSTENTÁVEL (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	AVENIDA RORAIMA, CAMPUS UNIVERSITÁRIO 1000, CAMOBI, SANTA MARIA/RS

PORTARIA Nº 185, DE 16 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ofertado no endereço citado na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO

(Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201205124	DESIGN DE INTERIORES (Tecnológico)	80 (oitenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO METROPOLITANO DE SÃO PAULO	SOCIEDADE GUARULHENSE DE EDUCAÇÃO	RUA DOUTOR SOLON FERNADES, Nº 155, VILA ROSÁLIA, GUARULHOS/SP
2	200808083	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTÁCIO DE SÁ LTDA	AVENIDA 28 DE MARÇO, Nº 423, CENTRO, CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ
3	201406132	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE ESAMC SANTOS	ESACOM - ESCOLA SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO, COMUNICAÇÃO E MARKETING S/C LTDA	RUA DR. EGYDIO MARTINS, Nº 181, PONTA DA PRAIA, SANTOS/SP
4	201357132	MATEMÁTICA (Licenciatura)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO	RUA DOUTOR ALDO BENEDITO PIERRI, Nº 250, JARDIM DOS MANACÁS, ARARAQUARA/SP
5	201416323	AGRONOMIA (Bacharelado)	35 (trinta e cinco)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ	RUA COUTO MAGALHÃES, Nº 1.649, SETOR UNIVERSITÁRIO, CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA
6	200811467	MEDICINA (Bacharelado)	80 (oitenta)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO	AVENIDA JOSÉ DE SÁ MANIÇOBA, CAMPUS UNIVERSITÁRIO, S/N, CENTRO, PETROLINA/PE
7	200902015	DIREITO (Bacharelado)	50 (cinquenta)	FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E GERENCIAIS DE OLIVEIRA	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE OLIVEIRA	RUA BENJAMIM GUIMARÃES, Nº 27, CENTRO, OLIVIERA/MG

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

8	201357573	MATEMÁTICA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	RUA JOÃO JAZBIK, S/N, SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA/RJ
9	200901961	DIREITO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO	ORGANIZAÇÃO APARECIDO PIMENTEL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - OAPEC	RUA DR. PEDRO CÉSAR SAMPAIO, Nº 31, CENTRO, SANTA CRUZ DO RIO PARDO/SP
10	201357505	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO	RODOVIA BR 101 NORTE, KM 58, LITORÂNEO, SÃO MATEUS/ES
11	201204038	LETRAS - LÍNGUA ESPANHOLA (Licenciatura)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	SÍTIO TOTORO, S/Nº, ZONA RURAL, CURRAIS NOVOS/RN
12	20078158	PEDAGOGIA (Licenciatura)	100 (cem)	FACULDADE ALFA AMÉRICA	FACULDADE ALFA AMERICA LTDA	RUA BARTOLOMEU DIAS, 205, VILA OCEÂNICA III, AVIAÇÃO, PRAIA GRANDE/SP
13	200900273	Arquitetura e Urbanismo (BACHARELADO)	35 (trinta e cinco)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	AVENIDA ENE GARCEZ, 2413 BAIRRO AEROPORTO, BOA VISTA/RR
14	200906744	DIREITO (Bacharelado)	140 (cento e quarenta)	FACULDADES INTEGRADAS DO NORTE DE MINAS - FUNORTE	SOEBRAS - SOCIEDADE EDUCATIVA DO BRASIL LTDA	RUA CORONEL JOAQUIM COSTA, Nº 491, CENTRO, MONTES CLAROS/MG

DESPACHO Nº 1, DE 16 DE MARÇO DE 2018

A COORDENADORA-GERAL DE CERTIFICAÇÃO DE ENTIDADES BENEFICENTES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria nº 469, de 24 de junho de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 25 de junho de 2015, e considerando o disposto no art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no art. 14, § 4º do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, resolve:

§1º Abrir, pelo prazo de quinze dias a contar da data desta publicação, consulta pública para manifestação da sociedade civil acerca de processos que se encontram em fase recursal contra decisão de indeferimento ou cancelamento da Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, referentes às entidades elencadas no Anexo I.

§2º A manifestação de que trata o parágrafo anterior deverá ser efetivada unicamente em meio eletrônico, por meio do endereço http://cebas.mec.gov.br/manifestacao-sociedade-civil.

§3º Em atendimento ao disposto no § 4ºdo art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, não serão admitidas manifestações encaminhadas sem a identificação do autor.

§4º Não serão acolhidas manifestações encaminhadas em desconformidade com o estabelecido nos parágrafos 1º e 2º.

CINARA DIAS CUSTÓDIO

ANEXO I

	Nome da Entidade	CNPJ	Nº do Processo	Tipo de Processo
1	ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA CÉLIA XAVIER	17.511.502/0001-80	23123.001302/2011-75	Renovação
2	AÇÃO SOCIAL CAPELA DA SANTA CRUZ	43.570.050/0001-17	71000.020422/2011-19	Concessão
3	APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS	80.922.347/0001-20	71001.010783/2010-58	Renovação
4	ASSEAMAL- ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL E ASSISTENCIAL MARTIN LUTHER	77.603.041/0001-05	23123.001596/2011-35	Renovação
5	ASSISTÊNCIA DA PONTA DA PRAIA/SP	60.015.070/0001-45	23123.001916/2010-76	Renovação
6	ASSOCIAÇÃO AMIGOS DA CRECHE RAINHA IMACULADA	08.741.942/0001-32	23123.001790/2011-11	Concessão
7	ASSOCIAÇÃO CRISTÃ FEMININA DO RECIFE	10.875.292/0001-60	71000.038031/2012-23	Concessão
8	ASSOCIAÇÃO DAS DAMAS DE CARIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO	60.904.711/0001-12	71000.116320/2009-75	Renovação
9	ASSOCIAÇÃO DAS DAMAS DE CARIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO	46.972.477/0001-30	71000.086451/2011-35	Renovação
10	ASSOCIAÇÃO DE FORMAÇÃO EDUCACIONAL E SOCIAL CINIRA SILVA- AFES	19.129.402/0001-19	71000.121565/2012-10	Concessão
11	ASSOCIAÇÃO ESPIRITA ANJO GABRIEL	62.816.871/0001-35	71000.115983/2010-14	Renovação
12	Associação Espirita Chistopher Smith	16.745.861/0001-39	71000.041495/2012-17	Concessão
13	ASSOCIAÇÃO FEMININA VILA ALPINA-PARQUE SÃO LUCAS	62.863.162/0001-00	71010.003133/2011-28	Concessão
14	ASSOCIAÇÃO FRANCISCANA ANGELINAS- AFRANGEL	01.490.219/0001-89	71000.061546/2010-65	Renovação
15	ASSOCIAÇÃO MANTENEDORA SANTA TEREZINHA	02.374.518/0001-10	23000.005746/2012-57	Renovação
16	ASSOCIAÇÃO PAVILHÃO DA CARIDADE	72.407.505/0001-86	23123.003620/2010-90	Renovação
17	CASA DA CRIANÇA MADRE MARIA TEODORA VOIRON	51.524.387/0001-16	71000.058759/2010-18	Renovação
18	CASA DOS MENORES DE CAJURU	46.717.849/0001-81	23123.000197/2011-57	Renovação
19	CENTRO COMUNITÁRIO DO JARDIM JAPÃO-SP	62.957.923/0001-93	23000.011883/2011-40	Concessão
20	Centro de Estudo Superior de Apucarana - CESA	03.347.235/0001-42	23123.002726/2011-57	Concessão
21	CENTRO ED INFANTIL SERVIÇOS DE OBRAS SOCIAIS	19.830.637/0001-33	71010.003788/2010-15	Renovação
22	CENTRO EDUCACIONAL DO NORTE FLUMINENSE	28.968.006/0001-76	23000.009446/2012-47	Renovação
23	CENTRO EDUCACIONAL JOAO PAULO II	01.009.617/0001-30	23123.002667/2011-17	Renovação
24	CENTRO ESPÍRITA CRISTÓFILOS-RJ	34.031.807/0001-03	23123.002100/2011-41	Concessão
25	CRECHE AGOSTINHO CANDIDO DE SOUZA	19.177.989/0001-31	23123.001826/2011-66	Concessão
26	CRECHE CASINHA FELIZ DA COMUNIDADE VILA SÃO JOSÉ	22.352.637/0001-80	71000.000660/2010-19	Renovação
27	CRECHE COMUNITÁRIA TIA MAMÁLIA	25.571.571/0001-07	23123.001522/2011-07	Concessão
28	CRECHE GRAZIA BARRECA CASTAGNA	70.948.716/0001-09	23123.000075/2011-61	Concessão
29	CRECHE JOÃO XXIII	44.189.173/0001-75	71010.001658/2010-48	Concessão
30	CRECHE LAR DE JESUS	08.513.628/0001-00	23000.017521/2012-43	Concessão
31	CRECHE SANTA RITA DE CASSIA DE AMPARO	44.695.385/0001-24	23000.040054/2016-89	Concessão
32	EDUCANDARIO INFANTIL SAO MIGUEL ARCANJO	45.929.031/0001-60	23123.000664/2011-49	Renovação
33	FUNDAÇÃO ESPÍRITA IRMÃOS GLACUS	26.046.839/0001-54	71000.061717/2010-56	Renovação
34	FUNDAÇÃO JOSÉ LUCCA	02.585.411/0001-11	23123.003345/2010-12	Renovação
35	FUNDAÇÃO NOVO MILÊNIO	02.549.642/0001-70	23000.021265/2013-70	Supervisão
36	Grupo Espírita Paz, Amor e Renovação	39.503.966/0001-87	23123.003848/2010-80	Renovação
37	INSTITUTO DAS FILHAS DO DIVINO ZELO	42.117.465/0001-77	71000.115845/2009-93	Renovação
38	INSTITUTO PADRE MACHADO	17.204.652/0001-40	71000.115848/2009-27	Renovação
39	LAR DA CRIANÇA ADEODATO DOS REIS MEIRELLES	19.127.372/0001-01	71000.082745/2011-98	Concessão
40	LAR DA CRIANÇA FERMINO MAGNANI	56.816.325/0001-00	71000.031459/2012-45	Renovação
41	LAR DE NUTRIÇÃO À INFÂNCIA SOUZA ANDRADE	66.841.057/0001-21	23000.005688/2012-61	Concessão
42	LAR GALEÃO COUTINHO	50.965.003/0001-38	71010.003052/2011-28	Renovação
43	OBRA ASSISTENCIAL SÃO JOSÉ	62.685.276/0001-08	71000.025064/2011-22	Renovação
44	OBRAS SOCIAIS BOA NOVA	50.262.732/0001-28	23123.002202/2010-85	Renovação
45	RECANTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL SANTA RITA DE CASSIA	47.581.756/0001-35	23000.018494/2012-26	Concessão
46	SEMINÁRIO BATISTA DO CARIRI	07.577.331/0001-38	23123.002051/2010-65	Renovação
47	SHALOM ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO JARDIM GUARUJÁ	78.674.603/0001-66	23000.013488/2012-82	Renovação
48	SOCIEDADE CRUZ DE MALTA	00.436.790/0001-52	23123.000272/2011-80	Renovação
49	SOCIEDADE EDUCATIVA DO BRASIL - SOEBRAS	22.669.915/0001-27	71010.002843/2006-73	Supervisão
50	SOCIEDADE FILANTRÓPICA SÃO VICENTE	28.718.369/0001-53	71000.032742/2011-11	Renovação
51	SOCIEDADE MANTENEDORA DE ASSISTÊNCIA SOMA - LONDRINA-PR	78.295.268/0001-95	23123.000357/2011-68	Concessão

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RETIFICAÇÃO

No Diário Oficial da União nº 187, de 28 de setembro de 2016, Seção 1, página 59, na Portaria SERES nº 567, de 27 de setembro de 2016, onde se lê: "Rua Doutor Manoel de Almeida Belo, no município de Olinda, Estado de Pernambuco", leia-se: "Rua Doutor Manoel de Almeida Belo nº 1333, Bairro Novo, no município de Olinda, Estado de Pernambuco", conforme Nota Técnica nº 14/2018/CGCIES/DIREG/SERES/MEC, de 09/03/2018. (Registro e-MEC nº 201115546)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 367, DE 16 DE MARÇO DE 2018

A Pró-Reitora de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Juiz de Fora, no uso de suas atribuições e de suas competências delegadas através da Portaria nº 01, de 02/01/2017, resolve:

Art.1º HOMOLOGAR e tornar público o resultado do processo seletivo simplificado para contratação temporária de Professor Substituto, conforme abaixo discriminado:

1 - Edital nº 01/2018 - GRST/CFAP/PROGEPE - Seleção de Professor Substituto

1.1 - INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA VIDA - CAMPUS GOVERNADOR VALADARES

1.1.1 - Seleção 16: Departamento de Farmácia - Processo nº 23071.024148/2017-58 - Nº Vagas: 01 (uma)

Classificação	Nome	Nota
1º	LAURO CÉSAR DA SILVA MADURO	9,76
2º	JÉSSICA AZEVEDO DE AQUINO	9,19
3º	CAMILA TAVARES DE SOUSA	7,35

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KÁTIA MARIA SILVA DE OLIVEIRA E CASTRO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 352, DE 16 DE MARÇO DE 2018

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, resolve:

ALTERAR a Estrutura Organizacional do Gabinete da Reitoria da UFRPE, conforme demonstrado a seguir:

Estrutura Atual do Gabinete da Reitoria		Estrutura Nova do Gabinete da Reitoria	
Gabinete do Reitor		Gabinete do Reitor	
CD-04	Chefe de Gabinete do Reitor	CD-04	Chefe de Gabinete do Reitor
FG-04	Secretaria de Gabinete do Reitor	FG-04	Secretaria de Gabinete do Reitor
--------	----------	S/FG	Secretaria Executiva da Comissão de Ética

MARIA JOSÉ DE SENA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 208, DE 16 DE MARÇO DE 2018

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.061439/2017-18, homologa o resultado do concurso público aprovado pelo Conselho de Unidade do Centro de Ciências Físicas e Matemáticas, para a carreira do Magistério Superior, realizado pelo Departamento de Química, objeto do Edital nº 106/2017/DDP, publicado no Diário Oficial da União de 25 de outubro de 2017, Seção 3, página 71.

Campo de Conhecimento: Química/Química Orgânica/Fotoquímica Orgânica

Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva

Vagas: 01 (uma) sendo esta, preferencialmente, reservada para candidatos negros conforme prevê a seção 4 deste Edital

Classe/Denominação/Nível: A/Adjunto A/1

Lista geral:

Classificação	Candidato	Média final
1º	ADRIANA PASSARELLA GEROLA	8,07

Lista de Pessoas com Deficiência:
NÃO HOUVE CANDIDATO INSCRITO
Lista de Pessoas Negras:
NÃO HOUVE CANDIDATO APROVADO

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO EM 15 DE MARÇO DE 2018

Processo SEI nº 17944.103233/2017-62.
Interessado: Estado de Pernambuco.
Assunto: Décimo Primeiro Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Confissão, Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas nº 007/97/STN/COAFI, celebrado entre a União e o Estado de Pernambuco, em 23 de dezembro de 1997, nos termos da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, da Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, com a redação dada pela Lei Complementar nº 151, de 5 de agosto de 2015, da Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, e do Decreto nº 9.056, de 24 de maio de 2017.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, bem como o Parecer 4/2017/CONSUNIAO/CGU/AGU, aprovado pela Senhora Advogada-Geral da União, autorizo, nos termos dos arts. 3º e 5º da Lei Complementar nº 156, de 2016, a contratação, mediante o cumprimento das exigências legais.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES
Ministro

DESPACHO EM 15 DE MARÇO DE 2018

Processo SEI nº 17944.103572/2017-49.
Interessado: Estado de Goiás.
Assunto: Nono Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Confissão, Promessa de Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas nº 007/98/STN/COAFI, celebrado entre a União e o Estado de Goiás, com a interveniência do Banco do Brasil S/A e da Caixa Econômica Federal, nos termos da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, da Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, com a redação dada pela Lei Complementar nº 151, de 5 de agosto de 2015, da Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, e do Decreto nº 9.056, de 24 de maio de 2017.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, bem como o Parecer 4/2017/CONSUNIAO/CGU/AGU, aprovado pela Senhora Advogada-Geral da União, autorizo, nos termos dos arts. 3º e 5º da Lei Complementar nº 156, de 2016, a contratação, mediante o cumprimento das exigências legais.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES
Ministro

BANCO CENTRAL DO BRASIL

RESOLUÇÃO Nº 4.645, DE 16 DE MARÇO DE 2018

Define metodologia para cálculo da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão extraordinária realizada em 16 de março de 2018, com base no art. 2º da Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996, resolveu:

Art. 1º A Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), de que trata o art. 2º da Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996, a vigorar a partir de 1º de abril de 2018, será calculada segundo a metodologia estabelecida nesta Resolução.

Art. 2º A TJLP, que vigorará durante cada trimestre-calendário, será apurada de acordo com a seguinte fórmula, expressa em forma percentual, com duas casas decimais:

$$TJLP = \left[\left(1+\frac{M}{100}\right)*\left(1+\frac{P}{100}\right)-1\right]*100, \text{ em que:}$$

I - "M" corresponde à meta de inflação de doze meses mencionada no inciso I do art. 1º da Lei nº 9.365, de 1996, expressa em forma percentual, com duas casas decimais; e

II - "P" corresponde ao prêmio de risco mencionado no inciso II do art. 1º da Lei nº 9.365, de 1996, expresso em forma percentual, com duas casas decimais.

Parágrafo único. O valor da TJLP terá como limite superior o valor da meta para a Taxa Selic definida pelo Comitê de Política Monetária (Copom), de que trata a Circular nº 3.868, de 19 de dezembro de 2017, vigente na data de divulgação da TJLP, expressa em forma percentual, com duas casas decimais, quando o valor dessa meta for igual ou superior a 8,50% (oito e meio por cento).

Art. 3º A meta de inflação "M" mencionada no inciso I do art. 2º desta Resolução será calculada pro rata para os doze meses seguintes ao primeiro mês de vigência da TJLP, inclusive, baseada nas metas anuais fixadas pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 4º O prêmio de risco "P" mencionado no inciso II do art. 2º desta Resolução será apurado de acordo com as seguintes fórmulas:

I - No caso de $NTN_m \geq 4$:

$P = NTN_m - 2$; e

II - No caso de $NTN_m < 4$:

$P = 0,5 \cdot NTN_m$.

Parágrafo único. A taxa "NTN_m" mencionada no caput corresponderá à média aritmética simples das taxas apuradas a cada dia útil dos seis meses imediatamente anteriores ao dia de sua apuração, contados de data a data, relativas aos vértices de três anos da estrutura a termo da taxa de juros das Notas do Tesouro Nacional, Série B (NTN-B), e será expressa em termos percentuais, com duas casas decimais, sob a forma anual, considerando a convenção de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

Art. 5º A estrutura a termo da taxa de juros de que trata o parágrafo único do art. 4º será estimada diariamente, por meio de modelo paramétrico que utilize metodologia de minimização de erros em relação a preços de mercado das NTN-B.

§ 1º A base de dados para a apuração dos preços de mercado mencionados no caput será composta pelas operações definitivas realizadas no mercado secundário, registradas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), para todos os vencimentos de NTN-B disponíveis.

§ 2º Serão excluídas da base de dados, segundo critérios do Banco Central do Brasil:

I - as NTN-B de determinada data de vencimento que sistematicamente não forem negociadas no mercado secundário; e

II - as operações realizadas com preços que divirjam de forma desarrazoada do preço médio de mercado.

§ 3º Caso não seja possível estimar adequadamente o preço da NTN-B de um ou mais vencimentos, por não haver, a critério do Banco Central do Brasil, negociações suficientes no mercado secundário, serão utilizados preços indicativos que tenham ampla aceitação como referência de preços no mercado financeiro nacional.

§ 4º Na eventual impossibilidade da estimação mencionada no caput, inclusive em virtude de insuficiência de informações sobre negociações no mercado secundário e, simultaneamente, ausência dos preços indicativos mencionados no § 3º, poderão ser adotados parâmetros estimados com base nos dados do dia útil imediatamente anterior.

Art. 6º O Banco Central do Brasil deverá apurar e divulgar a TJLP no último dia útil de cada trimestre imediatamente anterior ao de sua vigência.

Art. 7º Fica o Banco Central do Brasil autorizado a baixar as normas e a adotar as medidas julgadas necessárias à execução do disposto nesta Resolução.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ILAN GOLDFAJN
Presidente do Banco Central do Brasil

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
COORDENAÇÃO DE CONTROLE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SANCIONADORES

PAUTA DE JULGAMENTO

PAUTA DE JULGAMENTOS, ABERTOS AO PÚBLICO, DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SANCIONADORES - CVM.

I - Marcação de Sessão de Julgamento: nos termos do disposto nos artigos 27 a 36 e artigo 40, todos da Deliberação CVM nº 538, de 05.03.2008, comunicamos que será realizada a seguinte Sessão de Julgamento de Processo Administrativo Sancionador na data, horário e local abaixo mencionados.

Ficam desde já convocados os acusados e os seus representantes, ou advogados, devidamente constituídos nos autos, para, querendo, comparecer à Sessão de Julgamento do Processo Administrativo Sancionador e oferecer sustentação oral de sua defesa.

Eventuais alterações na presente pauta serão objeto de publicação no Diário Oficial da União.

PAS CVM nº RJ2016/5348 - Milton Luis Montanari
SEI nº 19957.003839/2016-02
Data: 17.04.2018 - terça-feira
Horário: 15h00min
Relator: Diretor Gustavo Machado Gonzalez
Procuradora: Luciana Dayer
Local: Rua Sete de Setembro, nº 111 - 34º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ.

Objeto do processo: apurar eventuais responsabilidade de Milton Luis Montanari, na qualidade de investidor, pelo descumprimento do inciso I da Instrução CVM nº 08/79, em razão da criação de condições artificiais de demanda, oferta e preço, nos termos definidos no inciso II, alínea 'a', da Instrução CVM nº 08/79.

Acusado	Advogado
Milton Luis Montanari	Não constituiu advogado

Rio de Janeiro, 16 de março de 2018.
JOSÉ PAULO DIUANA DE CASTRO
Chefe

SUPERINTENDÊNCIA DE PROCESSOS SANCIONADORES

DESPACHO DE 16 DE MARÇO DE 2018

Processo Administrativo Sancionador CVM Nº 12/2014
Objeto: Apuração de eventuais irregularidades relacionadas à constituição de provisão para contingências judiciais e à execução de planos de opção de compra de ações no âmbito da BM&F Bovespa S.A., no período de 2008 a 2012.
Assunto: Pedidos de devolução e unificação de prazo para apresentação de defesa.

Acusados	Advogados
Edemir Pinto	Nelson Laks Eizirik OAB/RJ 38.730
Gustavo Henrique de Barros Franco	André Mestriner Stocche OAB/SP 163.976
Julio de Siqueira Carvalho de Araújo	Não constituiu advogado
Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo	Não constituiu advogado
Manoel Felix Cintra Neto	Maria Isabel do Prado Bocater OAB/ RJ 28.559
René Mark Kern	Não constituiu advogado
Roberto Rodrigues	Não constituiu advogado

Trata-se de pedidos de devolução e de unificação de prazo para apresentação de defesas, formulados por Gustavo Henrique de Barros Franco e Edemir Pinto, acusados nos autos do processo em epígrafe.

Defiro os pedidos e fixo nova data para apresentação de defesas em 14/05/2018 para todos os acusados no processo.

CARLOS GUILHERME DE PAULA AGUIAR
Superintendente

RETIFICAÇÃO

No Despacho do Superintendente de Processos Sancionadores datado de 09/03/2018 e publicado no D.O.U. de 13/03/2018, Seção 1, pág. 115, no âmbito do Processo Administrativo Sancionador CVM Nº 09/2013

Onde se lê: "LEONARDO LINS MORATO - OAB/ SP 163.840"

Leia-se: "MARIA ISABEL DO PRADO BOCATER - OAB/RJ 28.559"

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS CONTÁBEIS E DE AUDITORIA

ATO DECLARATÓRIO Nº 16.165, DE 8 DE MARÇO DE 2018

O Superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada através da Deliberação CVM Nº 176, de 03 de fevereiro de 1995, e tendo em vista o disposto no parágrafo único do artigo 12 das Normas contidas na Instrução CVM Nº 308, de 14 de maio de 1999, declara REGISTRADO na Comissão de Valores Mobiliários, a partir de 19/10/2017, com a nova denominação social e autorizado a exercer a atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, de acordo com as Leis Nºs 6385/76 e 6404/76, o Auditor Independente a seguir referido:

Auditor Independente - Pessoa Jurídica
Nova Denominação Social
POLEZA AUDITORES INDEPENDENTES SS
CNPJ: 03.243.327/0001-82
Anterior Denominação Social
CASSULI AUDITORES INDEPENDENTES SS
CNPJ: 03.243.327/0001-82

JOSÉ CARLOS BEZERRA DA SILVA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

ATO COTEPE/ICMS Nº15, DE 16 DE MARÇO DE 2018

Divulga planilha eletrônica com informações gerais do regime da substituição tributária relativas ao Estado de São Paulo

O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições e considerando o disposto na cláusula terceira do Convênio ICMS 18/17, de 7 de abril de 2017, por este ato, torna público:

Art. 1º Fica aprovada a planilha eletrônica - versão 0008 - com informações acerca da substituição tributária relativas às operações internas realizadas no Estado de São Paulo e nas operações interestaduais a ele destinadas.

Parágrafo único. O documento referido no caput estará disponível no Portal Nacional da Substituição Tributária (www.confaz.fazenda.gov.br) identificado como "Planilha Eletrônica Substituição Tributaria - versão 0008 - SP" e terá como chave de codificação digital a sequência c150c6aaa161fea35ad6e9e910c9b2aa, obtida com a aplicação do algoritmo MD5 - "Message Digest 5.".

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, com efeitos a partir de 1º de abril de 2018.

BRUNO PESSANHA NEGRIS

DESPACHO Nº 42, DE 15 DE MARÇO DE 2018

Tanca - Termo de Verificação Funcional nº 0006/2018.

O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto no item 2.2.2.f do Manual de Registro de Modelo de Equipamento SAT, aprovado por Ato Cotepe/ICMS 06/12, de 13 de março de 2012 e alterações, torna público a aprovação do seguinte:

TERMO DE VERIFICAÇÃO FUNCIONAL DE MODELO DE EQUIPAMENTO SAT

Os representantes das Unidades Federadas, relacionados no item 4 deste Termo emitem o presente Termo de Verificação Funcional para os efeitos previstos no mencionado Ajuste e no Manual de Registro de Modelo de equipamento SAT.

1.Dados do Termo
1.1.Identificação do equipamento SAT
1.1.1.Marca: TANCA
1.1.2.Modelo: TS-1000
1.1.3.Versão do software básico: 02.02.02
1.2.Número do Termo: 006/2018
1.3.Data de emissão: 15/03/2018
1.4.Finalidade: Registro de versão de software básico de SAT
1.5.Legislação aplicável:
1.5.1.Especificação Técnica de Requisitos do SAT (ER 2.24.04)
1.5.2.Roteiro de Análise do SAT (RA v. 1.12.01)
1.6.Laudo da análise técnica
1.6.1.Número: SAT055-018
1.6.2.Órgão técnico responsável
1.6.2.1.Razão social: Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações - FINATEL
1.6.2.2.CNPJ: 24.492.886/0001-04
2.Identificação do fabricante/importador do SAT
2.1.Fabricante ou Importador: TANCA
2.2.Razão social: Tanca Informática EIRELI.
2.3.CNPJ: 08.723.218/0001-86
2.4.Inscrição estadual / UF: 562.377.111.111 (SP)
3.Informações do modelo registrado
3.1.Drivers de comunicação: arquivo "SAT.dll".
3.1.1.Sistema operacional: Windows 32 e 64 bits
3.1.2.Hash code/algoritmo (MD5): 5EA834971C8A717868812CF909D962F0
4.Equipe responsável pela verificação funcional
4.1.Representantes das Unidades Federadas signatárias do Ajuste Sinief 11 de 24/10/2010 integrantes da equipe de Verificação funcional (Nome/RG/UF):
André Carballo Diaz (RG:25.617.929-3/SP)
Luciana Naomi Hirata (RG:43.468.830-7/SP)
Rodrigo Umbelino Alves Rolim (RG: 5979608/SSP-PE)

BRUNO PESSANHA NEGRIS

SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA
SUBSECRETARIA DE GESTÃO DA PREVIDÊNCIA

PORTARIA Nº 68, DE 15 DE MARÇO DE 2018

A SUBSECRETÁRIA DE GESTÃO DA PREVIDÊNCIA DA SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições tendo em vista o disposto no inciso V do art. 52 do Decreto nº 9.003, de 13 de março de 2017, resolve:

Delegar ao Coordenador-Geral de Inteligência Previdenciária desta Subsecretaria, competência para editar atos de designações de servidores para auxiliar na execução da Ação Estratégica de Força-Tarefa Previdenciária, nos termos do Plano de Ação Integrado - PAI - 2018, aprovado pela Portaria SEGEP/SPREV/MF/Nº 20, de 05 de fevereiro de 2018, publicada no DOU de 26 de fevereiro de 2018, seção 1, página 31.

CINARA WAGNER FREDO

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.799, DE 16 DE MARÇO DE 2018

Estabelece normas complementares à Portaria MF nº 307, de 17 de julho de 2014, que dispõe sobre a aplicação do regime aduaneiro especial de loja franca em fronteira terrestre.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III, XXI e XXII do art. 327 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.826, de 23 de agosto de 1999, nos arts. 4º e 5º, no inciso VII do § 2º do art. 6º, nos arts. 7º e 9º, no parágrafo único do art. 10, no § 3º do art. 13, no parágrafo único do art. 16 e no art. 23 da Portaria MF nº 307, de 17 de julho de 2014, resolve:

Art. 1º A concessão e a aplicação do regime aduaneiro especial de loja franca, quando aplicado em fronteira terrestre, serão realizadas com observância do disposto nesta Instrução Normativa.

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º O regime aduaneiro especial de loja franca, quando aplicado em fronteira terrestre, permite a estabelecimento instalado em cidade gêmea de cidade estrangeira na linha de fronteira do Brasil vender mercadoria nacional ou estrangeira a pessoa em viagem terrestre internacional, contra pagamento em moeda nacional ou estrangeira.

Art. 3º Somente em cidade gêmea de cidade estrangeira na linha de fronteira do Brasil, constante em ato do Ministro de Estado da Fazenda, poderá ser instalada a loja franca de que trata esta Instrução Normativa.

Art. 4º A pessoa jurídica beneficiária do regime poderá manter, em área contígua à loja franca, depósito para guarda de mercadorias que compõem seu estoque.

Parágrafo único. Poderá ser autorizada, em caráter excepcional, a instalação de depósito em área não contígua, desde que esta esteja localizada no mesmo município da loja franca.

CAPÍTULO II
DA CONCESSÃO DO REGIME
Seção I
Dos Requisitos e Condições

Art. 5º O regime aduaneiro especial de loja franca aplicado em fronteira terrestre poderá ser concedido a pessoa jurídica estabelecida no País que:

I - esteja localizada em município que autorize, por meio de lei municipal e em caráter geral, a instalação de lojas francas em seu território;

II - esteja localizada em município onde exista unidade, serviço, seção, setor ou equipe da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com competência para proceder ao controle aduaneiro;

III - cumpra os requisitos de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional para o fornecimento de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU);

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900041

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

IV - comprove a regularidade quanto ao recolhimento ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

V - não tenha qualquer pendência perante a RFB, especialmente quanto à aplicação de regime aduaneiro especial ou aplicado em área especial, do qual tenha sido ou seja beneficiária;

VI - não tenha sido submetida a regime especial de fiscalização de que trata o art. 33 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, nos últimos 3 (três) anos;

VII - disponha de sistema informatizado de controle de entrada, estoque e saída de mercadorias, de registro e apuração de créditos tributários próprios e de terceiros, devidos, extintos ou com pagamento suspenso, integrado aos sistemas corporativos da beneficiária;

VIII - possua sistema de monitoramento e vigilância de suas dependências, inclusive depósitos, dotado de câmeras que permitam captar imagens com nitidez, inclusive à noite, nas áreas de venda e de armazenagem de mercadorias, conforme definido em norma específica;

IX - assuma o compromisso de, no estabelecimento autorizado, efetuar exclusivamente vendas de mercadorias sob o regime aduaneiro especial de loja franca;

X - possua patrimônio líquido igual ou superior a R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais);

XI - esteja adimplente com as obrigações de entrega da Escrituração Contábil Digital (ECD), que deverá estar de acordo com as normas contábeis brasileiras em vigor;

XII - tenha optado pelo Domicílio Tributário Eletrônico (DTE), na forma prevista na Instrução Normativa SRF nº 664, de 21 de julho de 2006; e

XIII - relacione cada estabelecimento de venda ou depósito por seu número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

§ 1º O valor correspondente ao patrimônio líquido referido no inciso X do caput será aferido com base na última ECD que o contribuinte estiver obrigado a apresentar, considerados os prazos definidos na legislação específica.

§ 2º Caso o contribuinte ainda não tenha apresentado qualquer ECD, por não estar obrigado, a aferição de que trata o § 1º deste artigo poderá ser feita com base em balanço patrimonial assinado pelo responsável legal pela pessoa jurídica e por profissional de contabilidade legalmente habilitado.

§ 3º A pessoa jurídica que não atender ao requisito previsto no inciso X do caput poderá obter a concessão desde que mantenha garantia em favor da União em valor igual ou superior a R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais); ou no valor correspondente à diferença entre o seu patrimônio líquido e esse limite, sob a forma de depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro aduaneiro.

§ 4º Para fins de cumprimento da obrigação prevista no inciso XI do caput, as pessoas jurídicas beneficiárias do regime aduaneiro especial de loja franca ficam obrigadas à entrega da ECD, ainda que dispensada pela legislação específica.

§ 5º O regime especial concedido na forma prevista no caput subsistirá enquanto forem cumpridos os requisitos e condições para a sua concessão e para a sua aplicação.

Seção II

Do Requerimento para Concessão do Regime

Art. 6º O requerimento para concessão do regime deverá ser apresentado pela pessoa jurídica interessada à unidade da RFB com jurisdição aduaneira sobre o local onde pretende instalar a loja franca, acompanhado de:

I - cópia da matrícula do imóvel destinado à instalação da loja franca, se próprio, ou do seu contrato de uso, se pertencente a terceiro;

II - ato constitutivo, estatuto ou contrato social registrado na repartição competente, se sociedade comercial, ou dos documentos que atestem o mandato de seus administradores, se sociedade por ações;

III - balanço ou balancete apurado no último dia do mês anterior ao do requerimento do regime;

IV - documentação técnica do sistema informatizado previsto no inciso VII do caput do art. 5º;

V - planta baixa das edificações; e

VI - projeto de monitoramento e vigilância dos locais a serem autorizados.

§ 1º Caso a pessoa jurídica pretenda manter depósito de loja franca em área não contígua, conforme previsto no parágrafo único do art. 4º, o requerimento para sua instalação deverá ser acompanhado de justificativa dessa pretensão e de cópia dos documentos referidos nos incisos I, V e VI do caput, relativos ao depósito.

§ 2º As informações prestadas no requerimento do regime vinculam a empresa requerente e os signatários dos documentos apresentados.

§ 3º A prestação de informação ou declaração falsa ou a apresentação de documento adulterado ou que contenha declaração ou informação falsa ou diversa da que devia constar, para fins de instrução do requerimento, sujeitará o responsável às sanções penais cabíveis.

Seção III

Da Análise do Pedido e da Decisão

Art. 7º Compete à unidade da RFB referida no art. 6º:

I - verificar o cumprimento das condições estabelecidas no art. 5º;

II - verificar a correta instrução do requerimento, relativamente aos documentos e às informações a que se refere o art. 6º;

III - preparar o processo e sanear as irregularidades verificadas na sua instrução;

IV - encaminhar os autos à respectiva Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil (SRRF), aos quais deve ser juntado relatório sobre o resultado das verificações referidas nos incisos I e II; e

V - dar ciência ao interessado das decisões processuais.

Art. 8º Compete ao Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil da SRRF à qual esteja subordinada a unidade referida no art. 6º:

I - proceder ao exame do pedido;

II - determinar a realização das diligências julgadas necessárias para verificar a veracidade ou exatidão das informações prestadas; e

III - emitir parecer a fim de subsidiar a decisão do Superintendente da Receita Federal do Brasil a que se refere o art. 9º.

Art. 9º Na hipótese de deferimento do pedido, o regime será concedido pelo Superintendente da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre a unidade referida no art. 6º, mediante Ato Declaratório Executivo (ADE).

§ 1º O ADE referido no caput terá como beneficiário o estabelecimento autorizado a operar o regime, identificado pelo número do CNPJ.

§ 2º A autorização para a instalação de depósito em área não contígua à loja franca também será formalizada mediante ADE que terá como beneficiário o estabelecimento autorizado a operar o regime, identificado pelo número do CNPJ.

§ 3º O ADE de que trata o § 2º vinculará o número do CNPJ do estabelecimento autorizado a operar o regime com o número do CNPJ do depósito.

Art. 10. Na hipótese de indeferimento do pedido, caberá recurso, nos termos do art. 56 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

§ 1º O recurso deve ser apresentado no prazo de 10 (dez) dias, contado da data da ciência da decisão recorrida.

§ 2º O recurso será apreciado pelo Superintendente da Receita Federal do Brasil.

§ 3º Na hipótese de não reconsideração da decisão, o recurso será encaminhado ao Secretário da Receita Federal do Brasil, para julgamento em última instância.

CAPÍTULO III

DA APLICAÇÃO DO REGIME

Seção I

Da Admissão da Mercadoria

Art. 11. A admissão de mercadoria no regime aduaneiro especial de loja franca aplicado em fronteira terrestre far-se-á:

I - no caso de mercadoria importada, com ou sem cobertura cambial, mediante despacho aduaneiro de admissão, processado com base em Declaração de Importação (DI) específica para admissão no regime, formulada pelo importador no Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex), observadas as normas que regem o despacho aduaneiro de importação; e

II - no caso de mercadoria produzida no País, mediante Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) emitida em conformidade com a legislação pertinente.

Art. 12. A mercadoria importada ao amparo do regime será desembaraçada com suspensão do pagamento de tributos federais.

§ 1º O previsto no caput aplica-se, inclusive, no caso de mercadoria transferida de qualquer outro regime aduaneiro especial ou aplicado em área especial, e de mercadoria exportada sem saída do território nacional, cuja entrega se dê a pessoa jurídica beneficiária do regime.

§ 2º A suspensão do pagamento de tributos federais será automaticamente convertida em isenção depois de efetuada a venda da mercadoria importada.

Art. 13. A mercadoria nacional adquirida ao amparo do regime sairá do estabelecimento industrial ou equiparado com isenção de tributos federais.

Art. 14. A mercadoria admitida permanecerá, sob controle aduaneiro, na loja franca ou no depósito de que trata o art. 4º, e não poderá ser utilizada ou submetida a qualquer processo de industrialização enquanto permanecer no regime.

Parágrafo único. Mediante requerimento da beneficiária, poderá ser autorizada pelo Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil da unidade da RFB referida no art. 6º a saída temporária de mercadorias admitidas no regime para servirem de modelo no preparo de material promocional, pelo período máximo de 7 (sete) dias úteis.

Art. 15. Não é exigível a aposição de selo de controle em mercadorias destinadas a comercialização em loja franca de fronteira terrestre.

Parágrafo único. Na destinação de mercadorias a loja franca de fronteira terrestre, devem ser observadas todas as normas relativas à comercialização de mercadorias em território nacional.

Art. 16. É vedada a admissão no regime de loja franca de mercadorias relacionadas no Anexo Único desta Instrução Normativa.

Seção II

Do Prazo de Permanência da Mercadoria

Art. 17. O prazo de permanência da mercadoria no regime será de 1 (um) ano, contado da data de sua entrada no estabelecimento ou depósito da beneficiária, se nacional, ou de seu desembaraço aduaneiro, se importada, prorrogado automaticamente por mais 1 (um) ano.

Seção III

Da Aquisição de Mercadoria em Loja Franca

Art. 18. Poderá adquirir mercadoria em loja franca de fronteira terrestre o viajante que ingressar no País e estiver identificado por documento hábil para esse ingresso.

§ 1º Para efeitos do disposto no caput, são documentos hábeis para ingresso no País o passaporte e, no caso de nacionais ou de residentes regulares dos Estados Partes e Associados do Mercosul, aqueles listados no anexo da Decisão CMC nº 18, de 30 de junho de 2008.

§ 2º Quando o documento de identificação utilizado tiver sido emitido no País, deverá ser comprovada também a inscrição do viajante no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

Art. 19. A mercadoria adquirida deverá ser retirada da loja franca de fronteira terrestre pelo próprio viajante adquirente.

Art. 20. O pagamento pela aquisição de mercadoria em loja franca de fronteira terrestre será efetuado por meio de moeda nacional ou estrangeira, em espécie, cheque de viagem, cartão de débito ou cartão de crédito.

Art. 21. As divisas estrangeiras obtidas pela beneficiária em suas operações de venda de mercadoria serão recolhidas a estabelecimento autorizado a operar com câmbio, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data da operação, observadas as normas pertinentes do Banco Central do Brasil.

Art. 22. A aquisição de mercadoria em loja franca de fronteira terrestre fica sujeita aos seguintes limites quantitativos, a cada intervalo de 30 (trinta) dias:

I - 12 (doze) litros de bebidas alcoólicas;

II - 20 (vinte) maços de cigarros;

III - 25 (vinte e cinco) unidades de charutos ou cigarrilhas; e

IV - 250 g (duzentos e cinquenta gramas) de fumo preparado para cachimbo.

Art. 23. É vedada a aquisição de mercadoria em loja franca de fronteira terrestre com finalidade comercial.

Art. 24. É vedada a venda de bebidas alcoólicas e de artigos de tabacaria a menores de 18 (dezoito) anos, mesmo acompanhados.

Art. 25. A aquisição de mercadoria em loja franca de fronteira terrestre está isenta de tributos até o limite de valor de US$ 300,00 (trezentos dólares dos Estados Unidos da América) ou o equivalente em outra moeda, por viajante, a cada intervalo de 30 (trinta) dias.

§ 1º É vedada a venda ao viajante procedente do exterior de mercadoria nacional admitida no regime em valor superior ao limite de isenção de que ainda disponha o viajante.

§ 2º Para fins de apuração do limite previsto no caput, o valor da mercadoria nacional admitida no regime adquirida pelo viajante procedente do exterior será contabilizado juntamente com o valor da mercadoria estrangeira admitida no regime por ele adquirida.

Art. 26. Na hipótese de aquisição de mercadoria em mais de uma loja franca de fronteira terrestre, deverão ser observados os limites quantitativos previstos no art. 22 e o limite de isenção estabelecido no art. 25, para o total das compras realizadas em todas as lojas.

Art. 27. Não será autorizada a aquisição de mercadoria em loja franca de fronteira terrestre se o valor do imposto a recolher em razão da extrapolação do limite previsto no art. 25 for inferior a R$ 10,00 (dez reais).

Art. 28. A substituição de mercadoria adquirida em loja franca de fronteira terrestre por outra da mesma espécie, marca e modelo far-se-á nos prazos e condições estabelecidos pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

§ 1º Não sendo possível a substituição por mercadoria idêntica, a venda será cancelada e o seu registro, para efeitos de controle de limites de valor global e quantitativos, será desconsiderado.

§ 2º Na hipótese prevista no § 1º, a loja franca restituirá o valor pago pela mercadoria em moeda nacional pelo câmbio do dia da restituição.

Seção IV

Do Regime de Tributação e do Pagamento do Imposto

Art. 29. A mercadoria importada adquirida em lojas francas de fronteira terrestre cujo valor global exceder o limite estabelecido no art. 25 será submetida ao regime de tributação especial de que tratam os arts. 101 e 102 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009.

§ 1º A aplicação do regime de tributação especial a que se refere o caput implica a exigência do Imposto de Importação à alíquota de 50% (cinquenta por cento) sobre o montante que exceder o limite de que trata o art. 25.

§ 2º Na hipótese prevista no caput, a loja franca poderá realizar a entrega das mercadorias ao viajante somente após a comprovação do pagamento do Imposto de Importação devido.

Art. 30. O Imposto de Importação a que se refere o § 1º do art. 29 deverá ser pago por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf) emitido pela loja franca.

§ 1º Não será admitida a quitação do imposto devido mediante compensação com eventuais créditos a que o viajante tenha direito.

§ 2º O Darf a que se refere o caput deverá ser pago até o dia útil seguinte à data de aquisição da mercadoria na loja franca.

Seção V

Da Extinção da Aplicação do Regime

Art. 31. A extinção da aplicação do regime aduaneiro especial de loja franca aplicado em fronteira terrestre dar-se-á mediante uma das seguintes destinações da mercadoria:

I - venda, mediante emissão de NF-e, modelo 55;

II - exportação ou reexportação para qualquer país de destino;

III - devolução ao estabelecimento produtor-vendedor, no caso de mercadoria nacional;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900042

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

IV - despacho para consumo, mediante o cumprimento das exigências legais e administrativas pertinentes, no caso de mercadoria importada;

V - transferência para outro regime aduaneiro especial ou aplicado em área especial, no caso de mercadoria importada;

VI - transferência para outra beneficiária do regime aduaneiro especial de loja franca, no caso de mercadoria importada;

VII - entrega à Fazenda Nacional, livre de quaisquer despesas, desde que Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil responsável concorde em recebê-la; ou

VIII - destruição sob controle aduaneiro, às expensas da beneficiária.

§ 1º Na hipótese de extinção da aplicação do regime em razão da destinação prevista no inciso IV do caput:

I - o despacho para consumo dar-se-á mediante registro de DI na unidade da RFB que jurisdiciona o estabelecimento da beneficiária do regime;

II - a mercadoria a ser submetida a despacho para consumo deverá ser separada das demais mercadorias, não sendo necessária sua transferência para recinto aduaneiro;

III - o número da DI de admissão da mercadoria no regime deverá ser informado na adição a ela referente;

IV - o valor do frete relativo à mercadoria despachada para consumo será obtido mediante a divisão do valor total do transporte informado na DI de admissão no regime, proporcionalmente aos pesos líquidos das mercadorias;

V - o valor do seguro relativo à mercadoria despachada para consumo será obtido mediante a divisão do valor total do seguro informado na DI de admissão no regime, proporcionalmente aos valores das mercadorias; e

VI - a DI será instruída com a via original da fatura comercial e com outros documentos exigidos em decorrência da legislação específica, não sendo exigida a apresentação do conhecimento de carga.

§ 2º A mercadoria transferida nos termos do inciso V do caput não poderá retornar ao regime aduaneiro especial de loja franca.

§ 3º A destinação de que trata o inciso VI do caput equivale a transferência para outro regime aduaneiro especial, sem que haja reinício de contagem do prazo de permanência da mercadoria no regime, observadas as normas relativas a essa transferência.

Seção VI

Do Sistema Informatizado da Beneficiária

Art. 32. O sistema informatizado de que trata o inciso VII do art. 5º deverá apresentar, dentre outras, as seguintes funcionalidades:

I - registro de entrada de mercadorias, no regime, a partir da declaração de admissão ou da nota fiscal;

II - registro de saída de mercadorias do regime consoante as destinações previstas no art. 31; e

III - intercâmbio de dados com o sistema de controle de lojas francas da RFB, conforme definido em ato normativo específico da Coana.

§ 1º O sistema informatizado a que se refere o caput deverá identificar separadamente as mercadorias de origem estrangeira, as de origem nacional e as exportadas sem saída do território nacional, cuja entrega se dê a pessoa jurídica beneficiária do regime.

§ 2º O registro de que trata o inciso II do caput deverá vincular a saída de mercadorias aos respectivos documentos de entrada no regime.

§ 3º Não se aplicam ao sistema informatizado a que se refere o caput, que não está sujeito à homologação da RFB, as disposições da Instrução Normativa SRF nº 682, de 4 de outubro de 2006.

§ 4º O disposto neste artigo não dispensa o cumprimento de outras obrigações acessórias previstas na legislação tributária, aduaneira ou correlata.

Seção VII

Das Demais Obrigações da Beneficiária do Regime

Art. 33. A loja franca deverá cancelar, no prazo de até 10 (dez) dias contado da data da aquisição pelo viajante, as vendas sobre as quais o imposto devido não tenha sido pago até a data referida no § 2º do art. 30.

Art. 34. Compete à beneficiária do regime comprovar, quando solicitado, o cumprimento dos prazos, dos requisitos e das condições para a aplicação do regime, inclusive quanto à extinção de sua aplicação.

§ 1º No caso de extinção da aplicação do regime em razão da destinação da mercadoria prevista no inciso I do caput do art. 31, compete à beneficiária comprovar a efetiva entrega da mercadoria ao adquirente, observado o disposto no § 2º do art. 29.

§ 2º A loja franca deverá informar à RFB, no prazo de 10 (dez) dias contado da data da entrega da mercadoria, as ocorrências de apresentação de Darf com pagamento não confirmado eletronicamente por meio do sistema de controle de lojas francas a que se refere o art. 38.

Art. 35. A beneficiária do regime deverá apresentar à unidade da RFB referida no art. 6º, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao encerramento do trimestre civil:

I - inventário das mercadorias admitidas no regime, do qual conste a posição do último dia do trimestre civil; e

II - relatório de quebra de estoque no período, acompanhado de comprovante de pagamento dos tributos que haviam sido suspensos por ocasião da admissão no regime, acrescidos de juros e multa de mora.

Art. 36. A beneficiária do regime deverá, sempre que solicitada pela fiscalização, apresentar todos os documentos e dados mantidos em computador ou em qualquer outro meio relativos às operações realizadas.

Art. 37. A beneficiária do regime aduaneiro especial de loja franca, quando aplicado em fronteira terrestre, fica obrigada a ressarcir o Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (Fundaf), instituído pelo Decreto-Lei nº 1.437, de 17 de dezembro de 1975, em decorrência das despesas administrativas relativas às atividades extraordinárias de fiscalização, no montante resultante da aplicação dos seguintes percentuais sobre a receita bruta com vendas:

I - de mercadorias de origem estrangeira: 6% (seis por cento); e

II - de mercadorias de origem nacional, inclusive as exportadas sem saída do território nacional, cuja entrega se dê a pessoa jurídica beneficiária do regime: 3% (três por cento).

Parágrafo único. O recolhimento da contribuição ao Fundaf far-se-á até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao da ocorrência dos fatos que geraram o débito, em função da receita auferida com a venda de produtos efetuada no mês anterior.

Art. 38. A adesão ao regime de lojas francas de fronteira implica a utilização do sistema de controle de lojas francas, hospedado no Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda, e a observância rigorosa das normas pertinentes à segurança da informação editadas pela RFB.

§ 1º O beneficiário do regime arcará com todos os custos necessários à operacionalização do sistema informatizado de que trata o caput, independentemente dos meios ou soluções tecnológicas utilizados, sem qualquer ônus para a RFB.

§ 2º O beneficiário do regime deverá firmar contrato com o Serpro para fins de ressarcimento dos custos a ele devidos pela utilização do sistema de que trata este artigo.

Seção VIII

Do Descumprimento do Regime

Art. 39. O descumprimento de prazo, de requisito ou de condição para a concessão ou para a aplicação do regime implica a exigência dos tributos com pagamento suspenso, relativos às mercadorias para as quais o regime foi descumprido, acrescidos de juros de mora e de multa de ofício.

Parágrafo único. O descumprimento de requisito ou de condição para a concessão ou para a aplicação do regime enseja ainda a imposição das sanções administrativas previstas no art. 76 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

Seção IX

Dos Efeitos da Suspensão e do Cancelamento

Art. 40. Na hipótese de suspensão da aplicação do regime pela imposição de sanção administrativa prevista no art. 76 da Lei nº 10.833, de 2003, enquanto perdurarem seus efeitos, a beneficiária não poderá admitir novas mercadorias sob as condições do regime e nem adotar as providências de que tratam os incisos I, V e VI do art. 31 para as mercadorias já anteriormente admitidas.

Art. 41. A concessão do regime de que trata esta Instrução Normativa poderá ser cancelada:

I - a pedido da beneficiária; ou

II - de ofício, nos casos previstos no art. 76 da Lei nº 10.833, de 2003.

§ 1º Na hipótese prevista no inciso I do caput, a beneficiária deverá, no prazo de 30 (trinta) dias da ciência do deferimento do pedido, adotar, com relação às mercadorias, uma das providências previstas nos incisos II a VIII do art. 31, para extinção da aplicação do regime.

§ 2º O cancelamento de ofício previsto no inciso II do caput implica exigência dos tributos federais com pagamento suspenso relativos às mercadorias para as quais o regime ainda não tenha sido extinto, acrescidos de juros de mora e de multa de ofício, sem prejuízo das demais penalidades aplicáveis.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 42. A beneficiária do regime de loja franca poderá receber, expor, usar e distribuir amostras, brindes e provadores, desde que cedidos gratuitamente pelos fabricantes e acondicionados em embalagens apropriadas.

Parágrafo único. A distribuição, a título gratuito, ao viajante que ingressar no País ou o consumo, no interior da loja franca, das mercadorias a que se refere o caput equipara-se a venda para fim de extinção da aplicação do regime.

Art. 43. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

ANEXO ÚNICO

	Descrição	Origem
1	Veículos automotores em geral, motocicletas, motonetas, bicicletas com motor, motores para embarcação, motos aquáticas e similares, casas rodantes (motor homes), aeronaves e embarcações de todo tipo.	Qualquer
2	Combustíveis, óleos lubrificantes, partes e peças dos bens relacionados no item 1.	Qualquer

PORTARIA Nº 398, DE 15 DE MARÇO DE 2018

Altera Portaria RFB nº 215, de 15 de fevereiro de 2018, que "Subdelega aos Superintendentes da Receita Federal do Brasil a competência para autorizar a concessão de diárias e passagens."

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e VIII do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa MP/SLTI nº 3, de 11 de fevereiro de 2015, e na Portaria MF nº 160, de 6 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º A Portaria RFB nº 215, de 15 de fevereiro de 2018, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 1º Fica subdelegada aos Superintendentes e Superintendentes-Adjuntos da Receita Federal do Brasil a competência a que se refere o art. 6º da Portaria MF nº 40, de 31 de janeiro de 2018, para autorizar a concessão de diárias e passagens em viagens no território nacional, no interesse de sua respectiva região fiscal, vedada a subdelegação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 28, DE 14 DE MARÇO DE 2018

Aplica a pena de perdimento de mercadorias e veículos dos processos que específica.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I, do artigo 336, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto nos arts. 23 a 27 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976 e art. 1º da Portaria SRF nº 841, de 29 de julho de 1993, declara:

Art. 1º Considerar findos administrativamente os processos relacionados no Anexo I.

Art. 2º Aplicar a pena de perdimento as mercadorias e aos veículos, objetos dos mesmos processos, tornando-os disponíveis para destinação na forma da legislação vigente

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANEXO I

Seq	Processo	Termo de Guarda	Interessado	CPF/CNPJ Nº
01	13150.720313/2017-62	0130151.58312/2017	REINALDO TAVARES	236.412.668-15

OLDESIO SILVA ANHESINI

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELÉM

SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17, DE 14 DE MARÇO DE 2018

Reconhece o direito à redução do Imposto de Renda das pessoas jurídicas e adicionais não restituíveis, incidente sobre o lucro de exploração relativo ao projeto de IMPLANTAÇÃO do empreendimento na área de atuação da Sudam, da pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA DA DELEGACIA DE BELÉM, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicado no DOU de 11 de outubro de 2017; c/c a delegação prevista no art. 2°, IV, da Portaria DRF/BEL nº

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900043

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

13/2018 e de acordo com o disposto no art. 3º do Decreto 4.212 de 26 de abril de 2002; do art 1º, §2º e §3º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, no art. 69 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, com base no LAUDO CONSTITUTIVO nº 111, de 29 de dezembro de 2017, emitido pela SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, do Ministério da Integração Nacional, declara:

Art. 1º Fica reconhecido o direito da empresa JUPARANÃ COMERCIAL AGRÍCOLA LTDA , CNPJ nº 02.219.378/0002-97, à redução de 75% do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e adicionais não restituíveis, incidente sobre o lucro de exploração, relativo ao projeto de implantação do empreendimento da empresa na área de atuação da SUDAM, com prazo de fruição contado no período a partir do ano-calendário 2017 e término no ano de 2026, com direito ao gozo do benefício a partir de 2017, conforme estabelece a Instrução Normativa SRF nº 267, art.60, §1º e §2º.

Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de capital da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital social, sendo considerado como distribuição do valor do imposto:

I - a restituição de capital aos sócios ou acionistas, em caso de redução do capital social, até o montante do aumento com incorporação da reserva; e

II - a partilha do acervo líquido da sociedade dissolvida, até o valor do saldo da reserva de capital.

Art. 3º A inobservância do disposto no artigo anterior, bem como a existência de débitos relativo a tributos ou contribuições federais, importará na perda do incentivo e obrigação de recolher o imposto que a pessoa jurídica deixar de pagar, acrescido das penalidades cabíveis.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo substitui o de número 14, de 22 de fevereiro de 2018.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

CNEIO LUCIUS DE PONTES E SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA Nº 309, DE 15 DE MARÇO DE 2018

Revoga a Portaria SRRF03 nº 100, de 6 de março de 2007, a qual dispõe sobre os procedimentos operacionais e controle aduaneiro das exportações de mercadorias destinadas para o uso e consumo de bordo em embarcação de bandeira estrangeira ou brasileira, em tráfego internacional, no âmbito da jurisdição da Superintendência da Receita Federal do Brasil na 3ª Região Fiscal. SRRF

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 3ª REGIÃO FISCAL, no uso da atribuição que lhe confere os art. 335 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 53 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e considerando, ainda, a necessidade de permitir que cada unidade aduaneira da jurisdição da 3ª Região Fiscal defina, à vista de suas particularidades locais, o controle aduaneiro das exportações de mercadorias destinadas para o uso e consumo de bordo em embarcação de bandeira estrangeira ou brasileira, em tráfego internacional, resolve:

Art. 1º A definição dos procedimentos operacionais e do controle aduaneiro das exportações de mercadorias destinadas para o uso e consumo de bordo em embarcação de bandeira estrangeira ou brasileira, em tráfego internacional, no âmbito da jurisdição da Superintendência da Receita Federal do Brasil na 3ª Região Fiscal, fica a cargo de suas unidades aduaneiras.

Art. 2º Fica revogada a Portaria SRRF03 nº 100, de 6 de março de 2007.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOÃO BATISTA BARROS DA SILVA FILHO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA

PORTARIA Nº 16, DE 16 DE MARÇO DE 2018

Estabelece diretrizes e procedimentos a serem observados no serviço de atendimento presencial nas unidades de atendimento ao contribuinte da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Feira de Santana (BA).

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA - BA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 270 e 336 e pelos incisos II e III do art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 11 de outubro de 2017, observado o disposto na Portaria RFB nº 457 de 28 de março de 2016, publicada no DOU de 30 de março de 2016, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 1º O atendimento aos contribuintes na jurisdição da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Feira de Santana (DRF/FSA) tem como diretrizes o fortalecimento da utilização do Centro Virtual de Atendimento (e-CAC) e, no atendimento presencial, o agendamento de serviços na página da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet.

Parágrafo único. As unidades de atendimento ao contribuinte da jurisdição da DRF/FSA, atendidas as condições estruturais, darão prioridade à implantação do serviço de Autoatendimento Orientado (AO). Quando não for possível a instalação do AO, a chefia da unidade de atendimento poderá organizar atendimento rápido com a oferta de serviços de AO.

CAPÍTULO II

DO HORÁRIO DE ATENDIMENTO

Art. 2º O atendimento presencial nas unidades de atendimento da DRF/FSA será prestado nos horários fixados na Portaria SRRF05 nº 23, de 17 de fevereiro de 2017, conforme a seguir reproduzidos:

I - no Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) das 7h às 19h;

II - nas Agências da Receita Federal do Brasil nos municípios de Barreiras, Cruz das Almas, Euclides da Cunha, Ibotirama, Irecê, Itaberaba, Jacobina, Juazeiro, Macaúbas, Paulo Afonso, Ribeira do Pombal, Santo Antônio de Jesus, Seabra, Senhor do Bonfim e Serrinha das 8h às 12h.

Parágrafo único. Quanto à distribuição das equipes de atendimento, a chefia do CAC da sede da DRF/FSA, adotará as providências necessárias às disposições contidas nos §§ 1º a 3º do art. 5º, da Portaria RFB nº 457, de 2016.

CAPÍTULO III

DO AGENDAMENTO, DA SENHA DE ATENDIMENTO PRESENCIAL E DO AUTOATENDIMENTO ORIENTADO

Art. 3º O atendimento presencial nas unidades jurisdicionadas à DRF/FSA priorizará o agendamento e, relativamente à quantidade de senhas ofertadas, observar-se-á demanda, a capacidade de atendimento e as especificidades locais.

§ 1º O agendamento das senhas de atendimento deve ser realizado pelos contribuintes na página da RFB na Internet (http://idg.receita.fazenda.gov.br/) ou em outro meio facultado pela Receita Federal do Brasil, sendo preferencial às pessoas físicas e, obrigatório às pessoas jurídicas, vedada a disponibilização, a essas últimas, de serviços ofertados pela RFB no portal de atendimento e-CAC.

I - o agendamento das senhas atenderá às seguintes definições:

a) somente serão realizados os serviços agendados em cada senha, vedados acréscimos de novos, exceto em casos de serviços conexos com os agendados, os quais poderão ser incluídos na senha, e atendidos, desde que relativos ao mesmo contribuinte;

b) a critério da unidade de atendimento poderá ser definida faixa de horário para atendimento exclusivo com senhas agendadas;

c) nos atendimentos em que o interessado não comparecer no dia e horário agendados, independentemente do tempo de atraso, a senha agendada não poderá ser reativada, facultada à chefia a emissão de senha presencial quando a capacidade operacional assim o permitir;

d) o não comparecimento ao atendimento na data e horário agendados, por 2 (duas) vezes no período de 90 (noventa) dias, implicará o bloqueio de novo agendamento para o mesmo representante e para o contribuinte por 30 (trinta) dias, contados a partir da 2ª (segunda) ocorrência, conforme o disposto no § 1 do art. 10 da Portaria RFB n º 457, de 2016;

e) na impossibilidade de comparecimento ao atendimento agendado e, para evitar a consequência prevista na alínea "d" do presente inciso, o representante ou o contribuinte deverá cancelar a senha de atendimento até às 21 (vinte e uma) horas do dia imediatamente anterior ao previsto para a realização do atendimento, conforme o disposto no § 2º do art. 10 da Portaria RFB n º 457, de 2016;

f) na hipótese de que trata a alínea "d" do presente inciso, mediante justificativa devidamente comprovada e vinculada à necessidade do serviço, o chefe da unidade de atendimento poderá desbloquear o acesso do representante e/ou do contribuinte ao serviço de agendamento, conforme o disposto no § 3º do art. 10 da Portaria RFB n º 457, de 2016.

II - o atendimento presencial às pessoas físicas, para os serviços a seguir, será exclusivamente agendado:

a) malha fiscal IRPF;

b) certidões de débitos relativos a créditos tributários federais e à dívida ativa da União;

c) regularização de obras;

d) reparcelamento fazendário;

e) dívida ativa da União;

f) processos, senhas, procurações - arquivos digitais Sodea (solicitação de abertura de dossiê digital de atendimento).

§ 2º A emissão de senhas presenciais deve ser realizada pelo serviço de triagem, sendo disponibilizada em todas as unidades de atendimento da jurisdição da DRF/FSA, em caráter opcional às pessoas físicas e, em situações excepcionais e urgentes devidamente comprovadas e avaliadas pela chefia da unidade de atendimento, às pessoas jurídicas.

I - as senhas presencias serão distribuídas durante todo o horário de atendimento, considerando-se os seguintes critérios:

a) a distribuição de senhas presenciais poderá ser interrompida, total ou parcialmente pela chefia do atendimento, sempre que o número de senhas emitidas pelo Sistema de Apoio ao Gerenciamento do Atendimento (Saga), somado ao número de senhas agendadas por meio da página da RFB na Internet, atinjam o limite máximo da capacidade operacional de atendimento;

b) poderão ser emitidas até 3 (três) senhas diárias por contribuinte e/ou representante, observando-se para cada uma delas o limite máximo de até 3 (três) serviços;

c) é facultada às unidades de atendimento a emissão, por meio do sistema SAGA, de senhas com horário marcado.

§ 3º Fica assegurado o atendimento ao contribuinte que possuir senha válida e que se encontre no interior da unidade de atendimento, ainda que após o horário, observado o disposto no § 4º do art. 3º desta Portaria.

§ 4º Não sendo possível a conclusão do atendimento em virtude de força maior ou por indisponibilidade dos meios necessários à execução do serviço, será dada prioridade para a continuidade dos atendimentos prejudicados assim que cessarem as causas impeditivas. Caso a situação que deu ensejo à interrupção do atendimento persista até o final do horário de expediente ao público, garantir-se-á o atendimento aos contribuintes prejudicados, no dia útil seguinte, emitindo-se senha prioritária.

§ 5º Os atendimentos realizados no AO observarão as seguintes disposições:

I - exclusividade ao atendimento de serviços disponíveis no sítio da RFB e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) na Internet, sempre com o auxílio de facilitadores, desde que classificados como autoatendimento orientado no sistema SAGA;

II - organização da fila de espera por senha específica, com registro das quantidades de cada serviço conforme determinação da RFB;

III - oferta dos serviços de acordo com a demanda de cada unidade de atendimento, consideradas as disponibilidades de pessoal e de equipamentos.

CAPÍTULO IV

DO PROTOCOLO E DA RETAGUARDA DE ATENDIMENTOS

Art. 4º Conforme definição das unidades de atendimento, os seguintes serviços poderão ser protocolizados sem prévio agendamento na Internet e sem exigência de atendimento presencial conclusivo:

I - procuração eletrônica;

II - Documento Básico de Entrada (DBE) no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), independentemente da jurisdição do contribuinte, conforme o disposto no § 6º do art. 270 do Regimento Interno da RFB, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 2017;

III - inscrição, alteração e baixa de imóveis rurais, conforme o disposto no § 6º do art. 270 do Regimento Interno da RFB, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 2017.

Parágrafo único. Os serviços protocolizados nas agências jurisdicionadas, poderão ser realizados em horário distinto daquele do atendimento presencial, observando-se:

I - a necessidade de que os atendentes, enquanto realizam os serviços, mantenham-se conectados ao módulo atendente do sistema Saga;

II - que todos os serviços protocolados no atendimento presencial devem ter suas execuções registradas no sistema Saga, conforme determinação da RFB.

Art. 5º A conclusão de serviços específicos, não realizados em sua integralidade na unidade de atendimento, dar-se-á em unidade distinta daquela de protocolização, respeitadas as hipóteses e condições estabelecidas em ato do delegado da DRF/FSA. Nessas situações, o encaminhamento da demanda ocorrerá, preferencialmente, até o primeiro dia útil seguinte à sua recepção, observados os prazos normativos específicos a cada serviço.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 6º Transcorrido o prazo previsto no art. 6º desta Portaria, ficam revogados os seguintes atos expedidos pela DRF/FSA:

I - Portaria nº 146, de 19 de outubro de 2015, publicada no DOU de 21 de outubro de 2015;

II - Portaria DRF/FSA nº 46, de 28 de abril de 2016, publicada no Boletim de Serviços da RFB, Ano III, nº 80 - Brasília, de 29 de abril de 2016.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor após decorridos 45 (quarenta e cinco) dias de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

LEONARDO NAVARRO CAMPOS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900044

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 36, DE 16 DE MARÇO DE 2018

Torna sem efeito Inaptidão do ADE 92.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS, no uso das competências que lhe confere o artigo 336 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de Outubro de 2017, e considerando o contido nos autos do Processo Administrativo nº 13656720402/2016-37 e, em cumprimento ao estabelecido no artigo 46 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, decide:

Art. 1º - Tornar sem efeito o disposto no ADE 92 de 27 de Outubro de 2016, EXCLUSIVAMENTE em relação a DEBORA DUARTE SILVA, CNPJ 12.675.956/0001-72, em decorrência da apresentação das declarações.

Art. 2º - Declarar ATIVA a inscrição da pessoa jurídica supramencionada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS BARBONAGLIA DA SILVA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 75, DE 16 DE MARÇO DE 2018

Habilita pessoa jurídica ao Programa Mais Leite Saudável instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA-MG, no uso das atribuições que lhe confere os incisos II e III do art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 340, de 9 de outubro de 2017, e no art. 16 da Instrução Normativa RFB nº 1.590, de 5 de novembro de 2015, tendo em vista o disposto no Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, na Instrução Normativa RFB nº 1.590, de 5 de novembro de 2015, e o que consta do e-dossiê nº 10100.007165/0318-56, declara:

Art. 1º Habilitada definitivamente a pessoa jurídica abaixo identificada no Programa Mais Leite Saudável instituído pelo Decreto nº 8.533/2015.

Nome Empresarial: LATICíNIO SILVA E OLIVEIRA LTDA.
CNPJ: 10.653.240/0001-49
Edital de aprovação do Projeto de investimento constante dos autos do Processo nº 21028.002031/2018-02, emitido pela Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo, subordinada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicado no DOU nº 46, de 8 de março de 2018, seção 3, pág. 5.
Período de execução do Projeto: 01/03/2018 a 28/02/2021.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VALTAIR SOARES FERREIRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 13 DE MARÇO DE 2018

Cancela o Recinto Especial para Despacho Aduaneiro de Exportação - REDEX que menciona

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª. REGIÃO FISCAL, no uso da competência estabelecida pela Instrução Normativa SRF nº 114, de 31 de dezembro de 2001, e à vista do que consta do processo nº 11128.005678/2006-62, declara:

Art. 1º. Fica CANCELADO o reconhecimento da situação de fiscalização em caráter permanente do Recinto Especial para Despacho Aduaneiro de Exportação - REDEX situado na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, km 84 - município de Guarujá/SP, administrado por S. MAGALHÃES S/A LOGÍSTICA EM COMÉRCIO EXTERIOR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 58.130.089/0008-67.

Art. 2º. Revoga-se o Ato Declaratório Executivo SRRF08 nº 115, de 27 de outubro de 2009, publicado no D.O.U. de 30 de outubro de 2009, sem interrupção de sua força normativa.

Art. 3º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ GUILHERME ANTUNES DE VASCONCELOS

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS

EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 7 DE MARÇO DE 2018

Certifica como Operador Econômico Autorizado a empresa que especifica.

O CHEFE DA EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS - EqOEA/ALF/VCP - CAMPINAS/SP, instituído por meio da Portaria RFB nº 430, de 09 de outubro de 2017, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18 da Instrução Normativa RFB nº 1598, de 9 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do Dossiê nº 10010.032198/0816-03, resolve:

Art. 1º. Certificar como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-CONFORMIDADE NÍVEL 2, como EXPORTADOR/IMPORTADOR, a empresa LUXOTTICA BRASIL PRODUTOS ÓTICOS E ESPORTIVOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.692.027/0001-43.

Art. 2º. Esta certificação é extensiva a todos os estabelecimentos da empresa supracitada.

Art. 3º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANTONIO CESAR BUENO FERREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 7 DE MARÇO DE 2018

Certifica como Operador Econômico Autorizado a empresa que especifica.

O CHEFE DA EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS - EqOEA/ALF/VCP - CAMPINAS/SP, instituído por meio da Portaria RFB nº 430, de 09 de outubro de 2017, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18 da Instrução Normativa RFB nº 1598, de 9 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do Dossiê nº 10010.032198/0816-03, resolve:

Art. 1º. Certificar como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-SEGURANÇA, como EXPORTADOR/IMPORTADOR, a empresa LUXOTTICA BRASIL PRODUTOS ÓTICOS E ESPORTIVOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.692.027/0001-43.

Art. 2º. Esta certificação é extensiva a todos os estabelecimentos da empresa supracitada.

Art. 3º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANTONIO CESAR BUENO FERREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 9 DE MARÇO DE 2018

Certifica como Operador Econômico Autorizado a empresa que especifica.

O CHEFE DA EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS - EqOEA/ALF/VCP - CAMPINAS/SP, instituído por meio da Portaria RFB nº 430, de 09 de outubro de 2017, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18 da Instrução Normativa RFB nº 1598, de 9 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do Dossiê nº 10010.029124/1016-23, resolve:

Art. 1º. Certificar como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-CONFORMIDADE NÍVEL 2, como EXPORTADOR/IMPORTADOR, a empresa CATERPILLAR BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 61.064.911/0001-77.

Art. 2º. Esta certificação é extensiva a todos os estabelecimentos da empresa supracitada.

Art. 3º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANTONIO CESAR BUENO FERREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 9 DE MARÇO DE 2018

Certifica como Operador Econômico Autorizado a empresa que especifica.

O CHEFE DA EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS - EqOEA/ALF/VCP - CAMPINAS/SP, instituído por meio da Portaria RFB nº 430, de 09 de outubro de 2017, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18 da Instrução Normativa RFB nº 1598, de 9 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do Dossiê nº 10010.029124/1016-23, resolve:

Art. 1º. Certificar como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-SEGURANÇA, como EXPORTADOR/IMPORTADOR, a empresa CATERPILLAR BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 61.064.911/0001-77.

Art. 2º. Esta certificação é extensiva a todos os estabelecimentos da empresa supracitada.

Art. 3º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANTONIO CESAR BUENO FERREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 15 DE MARÇO DE 2018

Exclui temporariamente do Programa de Operador Econômico Autorizado a empresa que especifica.

O CHEFE DA EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS - EqOEA/ALF/VCP - CAMPINAS/SP, instituído por meio da Portaria RFB nº 430, de 09 de outubro de 2017, no uso da atribuição que lhe confere os arts. 24 e 25 da Instrução Normativa RFB nº 1598, de 9 de dezembro de 2015, e tendo em vista o pedido do operador constante às fls. 804 do Dossiê nº 10010.031694/0715-98, resolve:

Art. 1º. Excluir temporariamente do Programa de Operador Econômico Autorizado, em que foi certificada na modalidade OEA-Segurança, a empresa TOC TERMINAIS DE OPERAÇÃO DE CARGAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 67.546.671/0001-23.

Art. 2º. Esta exclusão é temporária, pelo prazo de 6 (seis) meses a contar da sua publicação no Diário Oficial da União, ficando condicionado o retorno do operador excluído à constatação de atendimento aos requisitos para permanência no Programa OEA.

Art. 3º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANTONIO CESAR BUENO FERREIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARAÇATUBA

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório n.º 04, de 12 de março de 2018, publicado na página 125 da Seção 1 do D.O.U. de 13/03/2018. referente à Declaração de Nulidade de Ato Cadastral no CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica) da empresa Lorena Marques Tavares, onde se lê "CNPJ n.º 29.563.188/001-59", leia-se: "CNPJ n.º 29.653.188/001-59".

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO

DIVISÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 32, DE 14 DE MARÇO DE 2018

Exclui pessoa jurídica e pessoa física do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900045

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º Ficam excluídos do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal (SRF) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal de Administração Tributária de São Paulo, nos Centro de Atendimento do Contribuinte da cidade de São Paulo, de acordo com o § 1º do artigo 14 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 03, de 2004.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DE OLIVEIRA ABRAHÃO

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).
Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.
Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas

01.993.101/0001-73	53.538.658/0001-18	62.003.280/0001-49
02.641.807/0001-39	55.517.023/0001-60	71.788.731/0001-91
43.321.579/0001-05	57.839.037/0001-25	71.982.334/0001-56
53.454.856/0001-01	58.918.541/0001-83	

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 33, DE 14 DE MARÇO DE 2018

Exclui pessoa jurídica do Parcelamento Excepcional (Paex), de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, nos arts. 6° a 13° da Portaria Conjunta PGFN/SRF n° 1, de 3 de janeiro de 2007, declara:

Art. 1º Ficam excluídos do Parcelamento Excepcional (Paex) de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, de acordo com seu art. 7º, as pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de dois meses consecutivos ou alternados sem recolhimento das parcelas do Paex ou com recolhimento parcial.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal (SRF) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paex.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Administração Tributária de São Paulo, nos Centro de Atendimento do Contribuinte da cidade de São Paulo, de acordo com o § 1º do artigo 10 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 01, de 2007 ou quitar integralmente o débito.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, ou a quitação integral do débito, a exclusão do Paex será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DE OLIVEIRA ABRAHÃO

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Excepcional (Paex).
Duas parcelas consecutivas ou alternadas sem recolhimento ou com recolhimento parcial.
Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas:

00.748.132/0001-04	46.191.268/0001-59	67.387.019/0001-03
43.087.717/0001-25	65.068.512/0001-35	

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LAGES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 12 DE MARÇO DE 2018

Concede habilitação no regime de suspensão da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre as receitas de vendas de matérias-primas (MP), produtos intermediários (PI) e materiais de embalagem (ME), de que trata o art. 40 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LAGES/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 270, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF n° 430, de 9 de outubro de 2017, e considerando o teor do processo administrativo nº 13984.720874/2017-59 e de acordo com o disposto na Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004 e na Instrução Normativa SRF nº 595, de 27 de dezembro de 2005, e alterações, declara que:

Art. 1º Concede à contribuinte M7 INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COMPENSADOS E LAMINADOS LTDA., CNPJ 21.144.090/0001-64, com endereço na BR 116, KM 247, S/N - Área Industrial - Lages/SC, a HABILITAÇÃO no REGIME DE SUSPENSÃO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP E DA COFINS INCIDENTES SOBRE AS RECEITAS DE VENDAS DE MP, PI E ME.

Art. 2º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO PADLIPSKAS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 9 DE MARÇO DE 2018

Declara alfandegada Instalação Portuária no município de Rio Grande-RS.

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 10ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência estabelecida pelos arts. 9º e 13 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, pelo art. 1º da Portaria SRF nº 1.743, de 12 de agosto de 1998, pelo art. 26 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, e, ainda, considerando o que consta do processo nº 11050.721620/2015-00, declara:

Art. 1º. Alfandegado, como Instalação Portuária, para operar exclusivamente com granéis líquidos e gasosos, o recinto administrado pela empresa Braskem S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 41.150.391/0039-43, localizado na 2ª Secção da Barra, no Distrito Industrial, na cidade do Rio Grande-RS, contendo as seguintes especificações:

I - 10 (dez) Tanques para armazenamento de granéis líquidos (produtos petroquímicos, solventes e combustíveis), identificados como 94TQ01, 94TQ02, 94TQ301, 94TQ302, 94TQ303, 94TQ304, 94TQ305, 94TQ306, 94TQ307 e 94TQ308, com capacidade total de 40.609,168 litros, e tubulações;

II - 02 (duas) plataformas rodoviárias para carga e descarga de caminhões;

III - píer de atracação de embarcações com 75,72 metros.

Art. 2º. O presente alfandegamento, nos termos do art. 28, § 1º, inc. I, da Portaria RFB nº 3.518/2011, é concedido até 01/08/2018, data de vencimento do Contrato de Transição nº 938/2018, celebrado entre a administradora do Recinto e a Superintendência do Porto do Rio Grande/SUPRG.

Art. 3º O recinto ora alfandegado ficará sob a jurisdição da Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto do Rio Grande-RS, que poderá estabelecer regras, condições e exigências, bem como rotinas operacionais que se fizerem necessárias ao controle fiscal.

Art. 4º Permanece atribuído ao recinto o código nº 0.92.38.01-8, do Siscomex.

Art. 5º A fiscalização aduaneira será exercida em horários determinados definidos pela Unidade de Jurisdição, ficando o recinto autorizado a executar, sob controle aduaneiro, as seguintes operações:

I - Entrada ou saída, atracação, estacionamento ou trânsito de veículos procedentes do exterior ou a ele destinados;

II - Carga, descarga, transbordo, baldeação, redestinação, armazenagem ou passagem de mercadorias ou bens procedentes do exterior ou a ele destinadas;

V - Despacho de importação;

VI - Despacho de exportação;

VII - Embarque, desembarque ou trânsito de viajantes e dos bens que portem consigo, procedentes do exterior ou a ele destinados.

Art. 6º Sem prejuízo de outras penalidades, a presente autorização sujeita a pessoa jurídica responsável pela administração do recinto às sanções administrativas previstas em Lei, bem como poderá ser extinta a pedido do interessado. Da mesma forma, poderá a Secretaria da Receita Federal do Brasil revê-la, a qualquer tempo, com vistas a adequá-la às normas aplicáveis.

Art. 7º Obriga-se a empresa beneficiária do regime aduaneiro especial a ressarcir o Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - Fundaf, instituído pelo Decreto-Lei nº 1.437, de 17 de dezembro de 1975, alterado pelas Leis nºs 7.711, de 22 de dezembro de 1988, e 9.532, de 10 de dezembro de 1997, em face das despesas administrativas relativas às atividades extraordinárias de fiscalização, conforme estabelecido no art. 22 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, no art. 815 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, e na da Instrução Normativa SRF nº 48, de 23 de agosto de 1996.

Art. 8º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, ficando convalidados os atos praticados no recinto a partir de 02/02/2018, inclusive.

LUIZ FERNANDO LORENZI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 15 DE MARÇO DE 2018

Cancela Registro Especial de Bebidas.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL-RS, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 336 e 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no inciso I, artigo 8º, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e alterações posteriores, bem como o despacho exarado no processo nº 13016.000423/99-51, declara:

Art. 1º Está cancelado o Registro Especial de Bebidas nº 10106/059, de produtor, pertencente ao estabelecimento da empresa CASA VALDUGA - VINHOS FINOS LTDA., inscrito no CNPJ sob o nº 87.848.180/0001-44, situado na Via Trento, 2355, Vale dos Vinhedos - Merlot, no município de Bento Gonçalves-RS.

Art. 2º Ficam revogados os Atos Declaratórios Executivos DRF/CXL nº 80, de 19 de dezembro de 2000, que concedeu o Registro Especial de Bebidas e nº 27, de 16 de março de 2016, que atualizou o respectivo registro.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VALMOR JOSÉ LAZZARI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 15 DE MARÇO DE 2018

Concede Registro Especial de Engarrafador.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL-RS, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 336 e 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no inciso II, § 1º, art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, devidamente atualizada, bem como o despacho exarado no processo 13016.000423/99-51, declara:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900046

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º Está inscrito no Registro Especial de Bebidas sob o nº 10106/546, como engarrafador, o estabelecimento da empresa CASA VALDUGA - VINHOS FINOS LTDA., inscrito no CNPJ sob o n° 87.848.180/0001-44, situado na Via Trento, 2355, Vale dos Vinhedos - Merlot, no município de Bento Gonçalves-RS.

Art. 2º O estabelecimento supracitado está autorizado a engarrafar os produtos abaixo, nas capacidades relacionadas:

Descrição do Produto	Marca Comercial	Classificação Fiscal	Tipo do Recipiente	Capacidade do Recipiente
Grappa	Casa Valduga	2208.20.00	não retornável	200 ml
Grappa Chardonnay	Casa Valduga	2208.20.00	não retornável	200 ml
Licor Seco de Grappa com Figo	Casa Valduga	2208.70.00	não retornável	500 ml
Brandy	Casa Valduga 10 Anos	2208.20.00	não retornável	750 ml
Brandy	Casa Valduga 15 Anos	2208.20.00	não retornável	700 ml
Brandy	Casa Valduga 20 Anos	2208.20.00	não retornável	700 ml

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VALMOR JOSÉ LAZZARI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTA CRUZ DO SUL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 12 DE MARÇO DE 2018

Concede habilitação definitiva ao Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.566, de 30 de setembro de 2015.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTA CRUZ DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 16 da Instrução Normativa RFB nº 1.590, de 5 de novembro de 2015, e considerando o que consta no dossiê digital nº 10090.00084/0318-91, resolve:

Art. 1º Conceder a habilitação definitiva ao Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, à pessoa jurídica abaixo identificada:

Empresa: COTRILAC - COMERCIO, TRANSPORTE E INDUSTRIA DE LACTEOS LTDA
CNPJ: 02.875.405/0001-07
Edital de aprovação de Projeto de Investimento emitido pela Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor e do Cooperativismo, subordinada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicado no DOU nº 24, de 02/02/2018, seção 3, página 7, com período de execução de 15/01/2018/ a 14/06/2019.

Art. 2º A empresa habilitada fica obrigada a cumprir todos requisitos estabelecidos na legislação que rege a matéria, sob pena de cancelamento da habilitação.

Art. 3º Esta habilitação será cancelada automaticamente na data de protocolização do relatório de conclusão do projeto de investimento aprovado por meio do processo nº 21042.012852/2017-80, independentemente da publicação de ato pela RFB.

Art. 4º O presente Ato Declaratório Executivo entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LEOMAR PADILHA

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 10.001, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2018

ASSUNTO: Imposto sobre a Renda Retido na Fonte

EMENTA: REMESSA DESTINADA AO EXTERIOR. RETENÇÃO. GASTOS PESSOAIS. TREINAMENTO.

Estão sujeitos à retenção do Imposto sobre a Renda na fonte os valores pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos para pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, destinados à contraprestação por serviços de treinamento de profissionais residentes no Brasil, estando submetidos à alíquota aplicável a serviços técnicos, por dependerem de conhecimentos técnicos especializados, de 15% (quinze por cento), desde que o beneficiário não seja pessoa jurídica domiciliada em país ou dependência com tributação favorecida a que se refere o art. 24 da Lei nº 9.430, de 1996, situação em que se sujeitam à alíquota de 25% (vinte e cinco por cento).

Portanto, o valor do custeio de treinamento de profissionais no exterior não é considerado como despesa educacional ou científica, para fins do disposto no art. 2º da Lei nº 13.315, de 2016, e no art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.645, de 2016, estando assim sujeitos à retenção do Imposto sobre a Renda na fonte.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 661, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 13.315, de 2016, arts. 1º e 2º; Lei nº 12.249, de 2010, art. 60; Lei nº 9.779, de 1999, art. 7º; Decreto nº 3.000, de 1999 (Regulamento do Imposto sobre a Renda - RIR/1999), arts. 682 e 685; Instrução Normativa RFB nº 1.645, de 2016, arts. 2º, § 2º, e 4º; Instrução Normativa RFB nº 1.455, de 2014, art.17; Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 2013, art. 22.

IOLANDA MARIA BINS PERIN
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 10.017, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Assunto: Obrigações Acessórias

SOBRE-ESTADIA DE CONTÊINERES. INCLUSÃO NO VALOR DO TRANSPORTE EM CONTÊINERES. OBRIGAÇÃO DE INFORMAÇÃO NO SISCOSERV.

O valor pago ao transportador internacional a título de sobre-estadia de contêineres ("demurrage") é parte do valor de transporte de longo curso em contêineres e deve ser informado no Siscoserv no código 1.0502.14.90 da NBS.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 108, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2017.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 12.546, de 2011, arts. 24 e 25; Decreto nº 7.708, de 2012; Portaria Conjunta RFB/SCS nº 1.908, de 2012; e IN RFB nº 1.277, de 2012, art. 1º; Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 2013, art. 22.

LOURDES TERESINHA ROSSONI LUVISON
Chefe
Substituta

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 181, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2018

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e a portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na portaria STN nº 538, de 03 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Homologar os resultados das ofertas de títulos públicos federais realizados no decorrer do mês de janeiro de 2018:

Portaria núm.	Data do leilão	Tipo de leilão	Título	Título venc.	Volta	Data de liquid.	Aceit. taxa (%aa)	Aceit. quant.	Aceit. fin. (R$)	(BC) Aceit. quant.	(BC) Aceit. fin. (R$)
5	04.01.2018	Venda	LFT	01.03.2024	1	05.01.2018	0,0063	750.000	6.967.958.319,59	0	0,00
5	04.01.2018	Venda	LFT	01.03.2024	2	05.01.2018	0,0046	0	0,00	0	0,00
3	04.01.2018	Venda	LTN	01.10.2018	1	05.01.2018	6,6049	1.000.000	954.158.779,12	0	0,00
3	04.01.2018	Venda	LTN	01.10.2018	2	08.01.2018	6,6006	0	0,00	0	0,00
3	04.01.2018	Venda	LTN	01.04.2020	1	05.01.2018	8,1960	1.000.000	839.109.030,95	0	0,00
3	04.01.2018	Venda	LTN	01.04.2020	2	08.01.2018	8,1831	0	0,00	0	0,00
3	04.01.2018	Venda	LTN	01.01.2022	1	05.01.2018	9,3689	3.000.000	2.101.742.739,15	0	0,00
3	04.01.2018	Venda	LTN	01.01.2022	2	08.01.2018	9,3620	0	0,00	0	0,00
4	04.01.2018	Venda	NTN-F	01.01.2025	1	05.01.2018	9,8449	750.000	758.368.807,33	0	0,00
4	04.01.2018	Venda	NTN-F	01.01.2025	2	08.01.2018	9,8256	0	0,00	0	0,00
2	04.01.2018	Venda	NTN-F	01.01.2029	1	05.01.2018	10,1799	3.000.000	2.977.087.977,01	0	0,00
2	04.01.2018	Venda	NTN-F	01.01.2029	2	08.01.2018	10,1799	0	0,00	0	0,00
7	09.01.2018	Venda	NTN-B	15.05.2023	1	10.01.2018	4,6790	624.600	2.031.595.869,73	0	0,00
7	09.01.2018	Venda	NTN-B	15.05.2023	2	10.01.2018	4,6790	0	0,00	0	0,00
7	09.01.2018	Venda	NTN-B	15.08.2028	1	10.01.2018	5,0270	125.400	420.021.588,16	0	0,00
7	09.01.2018	Venda	NTN-B	15.08.2028	2	10.01.2018	5,0270	1.368	4.582.053,69	0	0,00
7	09.01.2018	Venda	NTN-B	15.05.2035	1	10.01.2018	5,2500	65.650	218.239.158,60	0	0,00
7	09.01.2018	Venda	NTN-B	15.05.2035	2	10.01.2018	5,2500	1.083	3.600.198,15	0	0,00
7	09.01.2018	Venda	NTN-B	15.05.2055	1	10.01.2018	5,3070	63.750	217.363.505,64	0	0,00
7	09.01.2018	Venda	NTN-B	15.05.2055	2	10.01.2018	5,3070	0	0,00	0	0,00
9	11.01.2018	Venda	LTN	01.04.2019	1	12.01.2018	7,0760	1.000.000	921.098.709,10	0	0,00
9	11.01.2018	Venda	LTN	01.04.2019	2	15.01.2018	7,0744	0	0,00	0	0,00
9	11.01.2018	Venda	LTN	01.04.2020	1	12.01.2018	8,3278	1.500.000	1.257.068.378,20	0	0,00
9	11.01.2018	Venda	LTN	01.04.2020	2	15.01.2018	8,3216	65.452	54.869.181,05	0	0,00
9	11.01.2018	Venda	LTN	01.01.2022	1	12.01.2018	9,3479	3.500.000	2.458.494.140,64	0	0,00
9	11.01.2018	Venda	LTN	01.01.2022	2	15.01.2018	9,3383	699.987	491.864.452,30	0	0,00
10	11.01.2018	Venda	NTN-F	01.01.2025	1	12.01.2018	9,7249	1.000.000	1.017.964.635,68	0	0,00
10	11.01.2018	Venda	NTN-F	01.01.2025	2	15.01.2018	9,7230	199.999	203.667.608,86	0	0,00
10	11.01.2018	Venda	NTN-F	01.01.2029	1	12.01.2018	10,1399	1.000.000	997.582.123,03	0	0,00
10	11.01.2018	Venda	NTN-F	01.01.2029	2	15.01.2018	10,1268	199.999	199.592.928,23	0	0,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900047

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

53	18.01.2018	Venda	LFT	01.03.2024	1	19.01.2018	0,0074	1.000.000	9.314.115.701,58	0	0,00
53	18.01.2018	Venda	LFT	01.03.2024	2	19.01.2018	0,0066	8.181	76.198.757,61	0	0,00
51	18.01.2018	Venda	LTN	01.10.2018	1	19.01.2018	6,6599	1.000.000	956.212.630,75	0	0,00
51	18.01.2018	Venda	LTN	01.10.2018	2	22.01.2018	6,6599	10.909	10.433.999,20	0	0,00
51	18.01.2018	Venda	LTN	01.04.2020	1	19.01.2018	8,3586	1.500.000	1.258.437.584,75	0	0,00
51	18.01.2018	Venda	LTN	01.04.2020	2	22.01.2018	8,3462	193.751	162.600.800,78	0	0,00
51	18.01.2018	Venda	LTN	01.01.2022	1	19.01.2018	9,3479	3.500.000	2.462.751.917,64	0	0,00
51	18.01.2018	Venda	LTN	01.01.2022	2	22.01.2018	9,3395	308.952	217.469.617,58	0	0,00
52	18.01.2018	Venda	NTN-F	01.01.2025	1	19.01.2018	9,7137	1.500.000	1.531.423.973,48	0	0,00
52	18.01.2018	Venda	NTN-F	01.01.2025	2	22.01.2018	9,7000	167.451	171.022.131,86	0	0,00
52	18.01.2018	Venda	NTN-F	01.01.2029	1	19.01.2018	10,1049	500.000	501.501.461,15	0	0,00
52	18.01.2018	Venda	NTN-F	01.01.2029	2	22.01.2018	10,0709	36.782	36.906.470,55	0	0,00
57	23.01.2018	Venda	NTN-B	15.05.2023	1	24.01.2018	4,7288	912.450	2.976.364.953,55	0	0,00
57	23.01.2018	Venda	NTN-B	15.05.2023	2	24.01.2018	4,7288	0	0,00	0	0,00
57	23.01.2018	Venda	NTN-B	15.08.2028	1	24.01.2018	4,9100	87.550	297.373.344,80	0	0,00
57	23.01.2018	Venda	NTN-B	15.08.2028	2	24.01.2018	4,9100	0	0,00	0	0,00
57	23.01.2018	Venda	NTN-B	15.05.2035	1	24.01.2018	5,1100	32.500	110.239.897,21	0	0,00
57	23.01.2018	Venda	NTN-B	15.05.2055	1	24.01.2018	5,2400	19.450	67.361.362,33	0	0,00
62	24.01.2018	Venda	LTN	01.04.2019	1	25.01.2018	7,0090	1.000.000	924.029.830,85	0	0,00
62	24.01.2018	Venda	LTN	01.04.2019	2	26.01.2018	7,0069	178.181	164.688.911,42	0	0,00
62	24.01.2018	Venda	LTN	01.04.2020	1	25.01.2018	8,2839	1.500.000	1.261.641.559,48	0	0,00
62	24.01.2018	Venda	LTN	01.04.2020	2	26.01.2018	8,2829	267.266	224.867.123,55	0	0,00
62	24.01.2018	Venda	LTN	01.01.2022	1	25.01.2018	9,2939	1.500.000	1.059.072.923,55	0	0,00
62	24.01.2018	Venda	LTN	01.01.2022	2	26.01.2018	9,2838	267.265	188.768.864,59	0	0,00
63	24.01.2018	Venda	NTN-F	01.01.2025	1	25.01.2018	9,6899	300.000	307.022.817,69	0	0,00
63	24.01.2018	Venda	NTN-F	01.01.2025	2	26.01.2018	9,6801	53.448	54.719.301,57	0	0,00
63	24.01.2018	Venda	NTN-F	01.01.2029	1	25.01.2018	10,0198	76.300	76.903.687,61	0	0,00
63	24.01.2018	Venda	NTN-F	01.01.2029	2	26.01.2018	10,0171	26.724	26.945.771,33	0	0,00
74	31.01.2018	Troca	NTN-F	01.01.2019	1	01.02.2018	0,0000	0	0,00	0	0,00
74	31.01.2018	Troca	NTN-F	01.01.2021	1	01.02.2018	0,0000	0	0,00	0	0,00
74	31.01.2018	Troca	NTN-F	01.01.2023	1	01.02.2018	9,2400	50.000	51.900.447,75	0	0,00
74	31.01.2018	Troca	NTN-F	01.01.2027	1	01.02.2018	9,7199	50.000	51.305.662,85	0	0,00

JOSE FRANCO MEDEIROS DE MORAIS

SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS

1ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 2018

Ata da 1ª Assembleia Geral Extraordinária do Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro, realizada em 15 de março de 2018, às quinze horas.

Às quinze horas do dia 15 de março de 2018, na sala de reuniões dos Órgãos Colegiados, no 3º andar, Ala A do Edifício-Sede do Serpro, localizado à SGAN 601 Módulo V, Brasília, DF, presente a totalidade do Capital Social, de titularidade da União, neste ato representada pelo Procurador da Fazenda Nacional Alexandre Cairo, nos termos da Portaria PGFN nº 128, de 12 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 14 de março de 2018, realizou-se, em primeira convocação, a 1ª Assembleia Geral Extraordinária de 2018 do Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro, empresa pública, CNPJ nº 33.683.111/0001-07, NIRE nº 53 5 0000094-1, vinculado ao Ministério da Fazenda, mediante edital de convocação datado de 9 de março de 2018, com encaminhamento à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN pelo OFICIO: DP - 006871/2017, em 12 de março de 2018, para deliberar sobre: 1. Alteração do Estatuto Social do SERPRO, para adequá-lo à Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, ao Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e às Resoluções nº CGPAR nº 20, de abril de 2017, nº 22, de 18 de janeiro de 2018, e nº 23, de 18 de janeiro de 2018 da Comissão Interministerial de Governança e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR; e 2. Eleição de conselheiro. Presidiu a reunião a Senhora Izabel Cristina da Costa Freitas, representando a Diretora-Presidente do Serpro, conforme instrumento de procuração datado de 13 de março de 2018. Estiveram, ainda, presentes o Senhor Manoel Joaquim de Carvalho Filho, Presidente do Conselho Fiscal, César Almeida de Meneses Silva, membro do Conselho Fiscal, e Ernane Domingos Lagares, Assessor de Diretoria, na função de Secretário da Assembleia. Colocado em votação o primeiro item da ordem do dia, a União votou pela aprovação da alteração do estatuto social do Serpro para adequá-lo complementarmente à Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, ao Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e às Resoluções CGPAR nº 20, de 17 de abril de 2017, nº 22, de 18 de janeiro de 2018, e nº 23, de 18 de janeiro de 2018, da Comissão Interministerial de Governança e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, conforme minuta, em anexo, rubricada pela PGFN. Colocado em votação o segundo item da ordem do dia, a União votou pela eleição de NERYLSON LIMA DA SILVA, como membro do Conselho de Administração, representando o Ministério da Fazenda. A presente data passa a ser a referência para fins de unificação dos prazos de gestão dos membros do Conselho de Administração. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, sendo lavrada ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Secretário, pelo Procurador designado e pela Presidente da Assembleia.

ERNANE DOMINGOS LAGARES
Secretário

ALEXANDRE CAIRO
Procurador da Fazenda Nacional

IZABEL CRISTINA DA COSTA FREITAS
Presidente da Assembleia

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I
DA NATUREZA JURÍDICA, DA SEDE E DO FORO

Art. 1º O Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro é uma empresa pública, vinculada ao Ministério da Fazenda, criada pela Lei nº 4.516, de 1º de dezembro de 1964, regida pelas Leis nº 5.615, de 13 de outubro de 1970, nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, nº 13.303 de 30 de junho de 2016, e Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, pelo presente Estatuto Social e pelas normas legais que lhe forem aplicáveis.

Art. 2º O Serpro tem sede e foro em Brasília, Distrito Federal, e atuação em todo o território nacional, sendo indeterminado o prazo de sua duração.

CAPÍTULO II
DO OBJETO SOCIAL

Art. 3º O Serpro tem por objeto social desenvolver, prover, integrar, comercializar e licenciar soluções em tecnologia da informação, prestar assessoramento, consultoria e assistência técnica no campo de sua especialidade, bem como executar serviços de tratamento de dados e informações, inclusive mediante a disponibilização de acesso a estes e a terceiros, desde que assim autorizado pelo proprietário.

Parágrafo único. Os serviços prestados pelo Serpro envolvem matérias afetas a imperativos de segurança nacional, essenciais à manutenção da soberania estatal, em especial no tocante à garantia da inviolabilidade dos dados da administração pública federal direta e indireta, bem como aquelas relacionadas a relevante interesse coletivo, orientadas ao desenvolvimento e ao emprego de tecnologia brasileira para produção e oferta de produtos e serviços de maneira economicamente justificada.

Art. 4º São finalidades do Serpro:

I - contribuir para o êxito da gestão e da governança do Estado, em benefício da sociedade;

II - atender, prioritariamente, aos órgãos dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

III - aplicar as disponibilidades de sua capacidade técnica e operacional na execução dos serviços de sua especialidade que venham a ser contratados com outros órgãos e entidades;

IV - viabilizar soluções digitais para modernização e apoio à tomada de decisão, no âmbito da administração pública;

V - atuar no sentido de racionalizar, simplificar e viabilizar a acessibilidade às informações e soluções em tecnologia da informação destinadas ao setor público e à sociedade; e

VI - incentivar o desenvolvimento do setor de informática pública, de acordo com as diretrizes definidas pelo Governo Federal.

Parágrafo único. Para o alcance das finalidades previstas no caput deste artigo, o Serpro poderá importar e exportar soluções, celebrar contratos, convênios e parcerias com empresas nacionais e estrangeiras, órgãos e entidades de pesquisa e ensino e agências de fomento na área de tecnologia da informação, constituir consórcios ou joint ventures de natureza contratual, bem como contratar representantes comerciais para a divulgação e venda das soluções, na forma da lei.

CAPÍTULO III
DO CAPITAL SOCIAL

Art. 5º O capital social do Serpro é de R$ 1.061.004.829,23 (um bilhão, sessenta e um milhões, quatro mil, oitocentos e vinte e nove reais e vinte e três centavos), integralmente subscrito pela União.

§ 1º O Capital Social poderá ser alterado nas hipóteses previstas em lei, vedada a capitalização de lucro sem trâmite pela conta de reservas.

§ 2º Os recursos que vierem a ser transferidos pela União para fins de aumento do capital deverão ser capitalizados até a data limite da aprovação das contas do exercício em que ocorrer a transferência.

CAPÍTULO IV
DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 6º Constituem recursos financeiros do Serpro, destinados ao cumprimento de seus objetivos e à sua administração:

I - dotações que lhe forem consignadas no Orçamento da União;

II - receitas de qualquer natureza, provenientes do exercício de suas atividades;

III - créditos de qualquer natureza, abertos em seu favor;

IV - recursos de capital, inclusive os resultantes da conversão, em espécie, de bens e direitos;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900048

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

V - rendas de bens patrimoniais;

VI - recursos derivados de operações de crédito, inclusive os provenientes de empréstimos e financiamentos de origem interna ou externa, observadas as disposições legais específicas;

VII - doações de qualquer origem ou natureza;

VIII - outras receitas eventuais; e

IX - quaisquer outras rendas.

CAPÍTULO V

DA ADMINISTRAÇÃO E DA ORGANIZAÇÃO

Seção I

Dos Órgãos Estatutários

Art. 7º O Serpro terá os seguintes órgãos estatutários:

I - Assembleia Geral;

II - Conselho de Administração;

III - Diretoria Executiva;

IV - Conselho Fiscal;

V - Comitê de Elegibilidade; e

VI - Comitê de Auditoria.

§ 1º Os membros dos órgãos estatutários previstos nos incisos II a VI serão submetidos a avaliação de desempenho, individual e coletiva, de periodicidade anual.

§ 2º Serão observados, na avaliação anual de desempenho, os seguintes quesitos mínimos para os administradores:

I - exposição dos atos de gestão praticados quanto à licitude e à eficácia da ação administrativa;

II - contribuição para o resultado do exercício; e

III - consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e atendimento à estratégia de longo prazo.

Seção II

Da Assembleia Geral

Art. 8º A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, dentro dos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário.

§ 1º A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração ou, nas hipóteses admitidas em lei, pela Diretoria Executiva, pelo Conselho Fiscal ou pelo acionista. A primeira convocação da Assembleia Geral será feita com, antecedência mínima de 8 dias.

§ 2º A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Diretor-Presidente ou seu substituto, auxiliado por secretário por ele designado.

§ 3º A União será representada na Assembleia Geral nos termos do Decreto-Lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967.

Art. 9º Sem prejuízo das demais competências previstas na legislação, compete à Assembleia Geral deliberar sobre:

I - aprovação das demonstrações financeiras, da destinação do resultado e distribuição de dividendos;

II - alteração do capital social e do Estatuto Social;

III - transformação, incorporação, fusão ou cisão do Serpro, previamente à decisão do Ministro de Estado da Fazenda;

IV - avaliação dos bens com que a União concorrer para o capital social;

V - fixação do montante global da remuneração dos administradores e a remuneração dos membros do Conselho Fiscal;

VI - autorização para o Serpro mover ação de responsabilidade civil contra os administradores, pelos danos causados à sua imagem, ao seu segredo de negócio, às suas informações estratégicas e quaisquer outros que causem prejuízos ao seu patrimônio material e imaterial;

VII - alienação de bens imóveis diretamente vinculados à prestação de serviços e à constituição de ônus reais sobre eles;

VIII - eleição e destituição, a qualquer tempo, de liquidantes, julgando-lhes as contas; e

IX - eleição e destituição, a qualquer tempo, dos membros dos conselhos de administração e fiscal do Serpro.

Seção III

Da Administração

Art. 10. O Serpro será administrado por um Conselho de Administração, órgão colegiado de funções deliberativas, com atribuições previstas neste Estatuto, e uma Diretoria Executiva.

Art. 11. Os administradores do Serpro deverão ser brasileiros, residentes e domiciliados no País, de notórios conhecimentos e experiência, idoneidade moral, reputação ilibada e capacidade técnica compatível com o exercício do cargo, observados os requisitos e impedimentos estabelecidos na legislação.

Parágrafo único. Além dos requisitos legais obrigatórios aplicáveis aos administradores do Serpro, aos membros da Diretoria Executiva será exigida, em qualquer hipótese, a comprovação do exercício, pelo prazo mínimo de quatro anos, de cargo de Diretor, de Conselheiro de Administração ou de chefia superior, no primeiro nível hierárquico não estatutário.

Art. 12. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termo de posse no livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

§ 1º Se o termo de posse não for assinado nos 30 (trinta) dias seguintes à eleição, esta tornar-se-á sem efeito, salvo justificação aceita pelo órgão da administração para o qual tiver sido eleito.

§ 2º O termo de posse, que será registrado em ata, deverá conter, sob pena de nulidade, a qualificação, o prazo de gestão e a indicação de, pelo menos, um domicílio no qual o administrador receberá citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão, as quais se reputarão cumpridas mediante entrega no domicílio indicado, o qual somente poderá ser alterado mediante comunicação por escrito ao Serpro.

Art. 13. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva responderão, nos termos da lei, pelos atos que praticarem e pelos prejuízos que deles decorram para o Serpro.

Subseção I

Do Conselho de Administração

Art. 14. O órgão de administração superior do Serpro é o Conselho de Administração, integrado por:

I - dois membros indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda;

II - o Diretor-Presidente do Serpro;

III - um membro indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

IV - dois membros independentes, indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda; e

V - um membro representante dos empregados, na forma da Lei nº 12.353, de 28 de dezembro de 2010, escolhido dentre os empregados ativos, pelo voto direto de seus pares, em eleição organizada pelo Serpro em conjunto com a representação dos trabalhadores.

§ 1º O Presidente do Conselho de Administração e seu substituto serão eleitos na primeira reunião do colegiado, dentre os membros indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda, com exceção dos independentes.

§ 2º O prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração será unificado e de dois anos, sendo permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas, considerados os períodos anteriores de gestão ocorridos há menos de dois anos.

§ 3º O Diretor-Presidente do Serpro figurará como membro do Conselho de Administração pelo período em que ocupar o cargo.

§ 4º O Diretor-Presidente do Serpro não poderá ocupar o cargo de Presidente do Conselho de Administração, mesmo que temporariamente.

Art. 15. Dar-se-á a vacância do cargo quando o membro do Conselho de Administração deixar de comparecer, sem justificativa, a 2 (duas) reuniões consecutivas ou 3 (três) intercaladas, nos últimos 12 (doze) meses.

Parágrafo único. No caso de vacância, o Presidente do colegiado deverá dar conhecimento ao órgão representado e o Conselho designará o substituto, por indicação daquele órgão, para completar o prazo de gestão do conselheiro anterior, observado o disposto no art. 150 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Art. 16. A remuneração dos membros do Conselho de Administração, além do reembolso das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, será fixada pela Assembleia Geral e não excederá, em nenhuma hipótese, a dez por cento da remuneração mensal média dos Diretores, nos termos da Lei nº 9.292, de 12 de julho de 1996.

Art. 17. Sem prejuízo das demais competências previstas na legislação, compete ao Conselho de Administração:

I - fixar a orientação geral dos negócios do Serpro e estabelecer as metas de sustentabilidade;

II - aprovar políticas gerais do Serpro, inclusive de:

a) governança corporativa e gestão de pessoas;

b) patrocínios de eventos técnicos, científicos, culturais e sociais;

c) transações com partes relacionadas, de divulgação de informações e de dividendos; e

d) conformidade e gerenciamento de riscos, de dividendos e de participações societárias;

III - estabelecer política de porta-vozes visando eliminar risco de contradição entre informações de diversas áreas e as dos executivos do Serpro;

IV - aprovar o Código de Ética, Conduta e Integridade e o Regulamento de Licitações;

V - fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis do Serpro, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;

VI - convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente, aprovando a inclusão de matérias no instrumento de convocação, não se admitindo a rubrica "assuntos gerais";

VII - manifestar-se sobre as contas da Diretoria Executiva;

VIII - autorizar a alienação de bens do ativo não circulante, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros;

IX - identificar a existência de ativos não de uso próprio do Serpro e avaliar a necessidade de mantê-los;

X - autorizar e homologar a contratação e destituição de auditores independentes;

XI - aprovar o plano estratégico, o plano de investimentos e as metas de desempenho, que deverão ser apresentados pela Diretoria Executiva e, acompanhá-los trimestralmente;

XII - promover, anualmente, análise de atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo, devendo publicar suas conclusões e informá-las ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas;

XIII - analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pelo Serpro, sem prejuízo da atuação do Conselho Fiscal;

XIV - manifestar-se sobre as propostas a serem submetidas à deliberação em assembleia;

XV - supervisionar os sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos;

XVI - definir os assuntos e valores para alçada decisória do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, autorizando o Diretor-Presidente a delegação de poderes;

XVII - delegar quaisquer outras atribuições específicas ao Diretor-Presidente;

XVIII - subscrever Carta Anual de governança, com explicação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas;

XIX - deliberar e decidir sobre os assuntos de competência do Conselho de Administração que lhe forem submetidos pelo Diretor-Presidente;

XX - aprovar o Relatório da Administração e dele dar ciência, no prazo de até 30 (trinta) dias, à Assembleia Geral;

XXI - aprovar a criação, na estrutura do Serpro, de unidades vinculadas diretamente à Diretoria Executiva;

XXII - deliberar sobre a proposta de indicação dos representantes do Serpro na Diretoria e nos Conselhos Deliberativo e Fiscal da entidade fechada de previdência complementar - Serpros - Fundo Multipatrocinado, submetida pelo Diretor-Presidente;

XXIII - solicitar auditoria interna periódica sobre as atividades do Serpros - Fundo Multipatrocinado;

XXIV - manifestar-se sobre o relatório apresentado pela Diretoria Executiva resultante da auditoria interna sobre as atividades do Serpros - Fundo Multipatrocinado;

XXV - aprovar o Plano Anual de Auditoria Interna - PAINT e o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAINT, sem a presença do Diretor-Presidente do Serpro;

XXVI - criar comitês de suporte ao Conselho de Administração, para aprofundamento dos estudos de assuntos estratégicos, bem como eleger e destituir os seus membros;

XXVII - atribuir formalmente a responsabilidade pelas áreas de Conformidade e Gerenciamento de Riscos a diretor estatutário;

XXVIII - realizar a autoavaliação anual de seu desempenho;

XXIX - avaliar os diretores do Serpro, nos termos do inciso III do art. 13 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, podendo contar com apoio metodológico e procedimental do Comitê de Elegibilidade;

XXX - conceder afastamento e licença ao Diretor-Presidente, inclusive a título de férias;

XXXI - aprovar a prática de atos que importem em renúncia, transação ou compromisso arbitral, admitida a delegação;

XXXII - aprovar o seu Regimento Interno, o do Serpro e o do Comitê de Auditoria;

XXXIII - nomear e destituir o titular da Auditoria Interna, após aprovação do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União;

XXXIV - manifestar sobre remuneração dos membros da Diretoria Executiva e participação nos lucros do Serpro;

XXXV - aprovar o Regulamento de Pessoal, bem como quantitativo de pessoal próprio e de cargos em comissão, acordos coletivos de trabalho, programa de participação dos empregados nos lucros ou resultados, plano de cargos e salários, plano de funções, benefícios de empregados e programa de desligamento de empregados,

XXXVI - eleger e destituir os diretores do Serpro e fixar-lhes as atribuições, observado o que a respeito dispuser o estatuto;

XXXVII - eleger e destituir os membros do Comitê de Auditoria;

XXXVIII - cobrar a implementação e efetividade do plano de ação submetido pela Diretoria Executiva, caso esta detecte o descumprimento das exigências regulatórias sobre os benefícios de assistência à saúde na modalidade de autogestão, fixadas pela Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998;

XXXIX - deliberar sobre os casos omissos do Estatuto Social do Serpro, em conformidade com o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;

XL - manifestar-se previamente sobre atos ou contratos relativos à sua alçada decisória;

XLI - discutir, aprovar e monitorar decisões envolvendo práticas de governança corporativa, relacionamento com partes interessadas e Código de Ética, Conduta e Integridade dos agentes;

XLII - aprovar e fiscalizar o cumprimento das metas e resultados específicos a serem alcançados pelos membros da Diretoria Executiva;

XLIII - aprovar o patrocínio a plano de benefícios e a adesão a entidade fechada de previdência complementar; e

XLIV - manter, sob sua supervisão, as atividades de ouvidoria.

Art. 18. O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou pela maioria de seus membros.

§ 1º O Conselho de Administração deliberará por maioria de votos, com a presença de, no mínimo, quatro de seus membros, entre eles o Presidente do Conselho ou seu substituto, cabendo ao Presidente, além de voto comum, o de qualidade.

§ 2º A ausência à reunião deverá ser justificada por escrito, em tempo hábil, cabendo aos demais membros acatar ou não os motivos alegados, mediante registro em ata.

Subseção II

Da Diretoria Executiva

Art. 19. A Diretoria Executiva do Serpro será composta por:

I - um Diretor-Presidente; e

II - seis Diretores.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900049

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 1º Os membros da Diretoria Executiva serão eleitos pelo Conselho de Administração e terão prazo de gestão de dois anos, sendo permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas, considerados os períodos anteriores de gestão ocorridos há menos de dois anos e a transferência de Diretor para outra Diretoria da Serpro.

§ 2º Pelo menos dois membros da Diretoria Executiva serão eleitos dentre os empregados do Serpro.

§ 3º A investidura dos membros da Diretoria Executiva far-se-á mediante assinatura do termo de posse no livro de atas próprio, condicionada à assunção de compromisso com metas e resultados específicos a serem alcançados, que deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração, a quem incumbe fiscalizar seu cumprimento.

§ 4º Os integrantes da Diretoria Executiva não poderão se afastar do exercício do cargo por mais de trinta dias consecutivos, salvo em caso de férias ou licença, sob pena de perda do cargo, exceto nos casos autorizados pelo Conselho de Administração, nos termos da lei e deste Estatuto.

§ 5º No caso de vacância do cargo de Diretor-Presidente assumirá a presidência o seu substituto.

§ 6º O substituto somente fará jus a complemento remuneratório a ser pago de forma proporcional aos dias de substituição caso sua remuneração seja menor que a do titular.

§ 7º O substituto do Diretor-Presidente não o substitui como membro do Conselho de Administração.

§ 8º A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos uma vez por semana e, extraordinariamente, sempre que necessário.

§ 9º Durante o prazo de gestão, o empregado ocupante de cargo de Diretor tem o respectivo contrato de trabalho suspenso, afastada, neste período, a subordinação jurídica inerente à relação de emprego.

§ 10 O atendimento das metas e dos resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo deverá gerar reflexo financeiro para os membros da Diretoria Executiva, sob a forma de remuneração variável, nos termos estabelecidos pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

§ 11 Após o término da gestão, o membro da Diretoria Executiva fará jus às verbas devidas durante o exercício do cargo e que ainda não tenham sido pagas, proporcionalmente ao tempo efetivo de trabalho.

§ 12 Em caso de vacância, ausências ou impedimentos eventuais de qualquer membro da Diretoria Executiva, o Diretor-Presidente designará o substituto dentre os membros da Diretoria Executiva.

Art. 20. Compete à Diretoria Executiva o exercício das atribuições decisórias concernentes às finalidades do Serpro, de forma colegiada ou individual, conforme definição do Conselho de Administração, cabendo-lhe, em especial:

I - estabelecer o direcionamento empresarial para o planejamento, a gestão, os serviços, os produtos e as outras atividades do Serpro, bem como aprovar a sistemática normativa;

II - apresentar, até a última reunião ordinária do Conselho de Administração do ano anterior, a quem compete sua aprovação:

a) plano de negócios para o exercício anual seguinte; e

b) estratégia de longo prazo atualizada com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os próximos 5 (cinco) anos.

III - elaborar, acompanhar e submeter à aprovação do Conselho de Administração:

a) os programas anuais de dispêndios e de investimentos com os respectivos projetos;

b) os orçamentos de custeio e de investimentos;

c) a avaliação do resultado de desempenho das atividades do Serpro; e

d) o planejamento da gestão de riscos empresariais.

IV - monitorar e assegurar o cumprimento das metas do Serpro, avaliando, no mínimo:

a) sustentabilidade econômica e financeira dos negócios;

b) nível de suficiência da capacidade de produção e desenvolvimento e de prestação de serviços compatíveis com as demandas e expectativas dos clientes;

c) grau de satisfação dos clientes;

d) evolução dos níveis de serviços prestados; e

e) os riscos estratégicos e respectivas medidas de mitigação.

V - propor, para aprovação do Conselho de Administração, as atribuições da Diretoria Executiva, as atribuições específicas dos diretores, a estrutura organizacional e as atribuições das unidades subordinadas à Diretoria Executiva;

VI - aprovar as normas disciplinadoras de concursos para admissão de pessoal;

VII - cumprir e fazer cumprir este Estatuto, as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, bem como avaliar as recomendações do Conselho Fiscal;

VIII - propor alterações estatutárias;

IX - encaminhar ao conhecimento do Conselho de Administração as adjudicações de obras, serviços e aquisições realizados sem prévia licitação, com as respectivas justificativas, excetuados os casos previstos no art. 2º da Lei nº 5.615, de 13 de outubro de 1970, e nas dispensas de licitação em razão do valor;

X - promover a elaboração, em cada exercício, do relatório da administração e das demonstrações financeiras, submetendo essas últimas à Auditoria Independente e aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria, bem como elaborar a proposta de distribuição de dividendos e de aplicação dos valores excedentes, para serem submetidos à apreciação dos Conselhos de Administração e Fiscal e ao exame e deliberação da Assembleia Geral;

XI - exercer a supervisão e fiscalização sistemática das atividades da entidade fechada de previdência complementar - Serpros - Fundo Multipatrocinado;

XII - solicitar ao Serpros - Fundo Multipatrocinado a apresentação de plano de ação para correção de possíveis irregularidades encontradas quando da realização da auditoria, fazendo o devido acompanhamento da sua implementação, devendo ser dado conhecimento aos Conselhos Deliberativo e Fiscal da entidade, bem como ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva da patrocinadora, que será a instância interna responsável por cobrar a efetividade do plano, assessorada pela estrutura interna;

XIII - fornecer orientação e assessoramento técnico aos membros indicados pela patrocinadora aos Conselhos Deliberativo e Fiscal do Serpros - Fundo Multipatrocinado;

XIV - apresentar relatório semestral à Diretoria Executiva, para posterior encaminhamento ao Conselho de Administração, sobre o Serpros - Fundo Multipatrocinado e seus planos de previdência, com destaque para:

a) a aderência dos cálculos atuariais;

b) a gestão dos investimentos;

c) a solvência, a liquidez e o equilíbrio econômico, financeiro e atuarial dos planos;

d) o gerenciamento dos riscos; e

e) a efetividade dos controles internos.

XV - apresentar ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal e ao Comitê de Auditoria, até o mês de junho de cada ano, relatório consolidado, referente ao exercício anterior, sobre o custeio do benefício de assistência à saúde na modalidade de autogestão, na forma prevista na legislação pertinente;

XVI - aprovar e supervisionar plano de metas para o benefício de assistência a saúde, que será apresentado para acompanhamento pelo Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria;

XVII - zelar pelo cumprimento das exigências regulatórias sobre os benefícios de assistência à saúde na modalidade de autogestão, fixados pela Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, a partir de rotinas de avaliação e monitoramento criadas para esse fim, bem como submeter, no caso de descumprimento dessas exigências, plano de ação com relatório da situação e respectiva proposta de regularização ao Conselho de Administração, que será a instância interna responsável por cobrar a implementação e efetividade do plano;

XVIII - cumprir e fazer cumprir este Estatuto, as deliberações do Conselho de Administração e as recomendações do Conselho Fiscal, da Auditoria Interna e do Comitê de Auditoria;

XIX - autorizar previamente os atos e contratos relativos à sua alçada decisória;

XX - submeter, instruir e preparar adequadamente os assuntos que dependam de deliberação do Conselho de Administração, manifestando-se previamente quando não houver conflito de interesse;

XXI - colocar à disposição dos outros órgãos societários pessoal qualificado para secretariá-los e prestar o apoio técnico necessário;

XXII - aprovar o seu Regimento Interno; e

XXIII - deliberar sobre os assuntos que lhe submeta qualquer Diretor.

Parágrafo único. As informações geradas e o relatório de que trata o inciso XII deste artigo deverão ser encaminhados à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, para conhecimento, e à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, nos termos do parágrafo único do art. 25 da Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001, em até 30 dias depois de sua apreciação pelo Conselho de Administração.

Art. 21 Os membros da Diretoria Executiva ficam impedidos do exercício de atividades que configurem conflito de interesse, observados a forma e o prazo estabelecidos na legislação pertinente.

§ 1º Após o exercício da gestão, o ex-membro da Diretoria Executiva, que estiver em situação de impedimento, poderá receber remuneração compensatória equivalente apenas ao honorário mensal da função que ocupava observados os §§ 2º e 3º deste artigo.

§ 2º Não terá direito à remuneração compensatória, o ex-membro da Diretoria Executiva que retornar, antes do término do período de impedimento, ao desempenho da função que ocupava na administração pública ou privada anteriormente à sua investidura, desde que não caracterize conflito de interesses.

§ 3º A configuração da situação de impedimento dependerá de prévia manifestação da Comissão de Ética Pública da Presidência da República.

Art. 22. São atribuições do Diretor-Presidente:

I - representar o Serpro em juízo ou fora dele, podendo constituir mandatários para esse fim;

II - dirigir as atividades técnicas e administrativas do Serpro, em conformidade com as diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração, permitida a delegação;

III - prover a secretaria do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;

IV - convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;

V - conceder afastamento e licenças aos demais membros da Diretoria Executiva, inclusive a título de férias;

VI - designar os substitutos dos demais Diretores, em casos de ausências e impedimentos;

VII - admitir, dispensar, promover, designar para o exercício de função de confiança, transferir, licenciar e punir empregados, na forma da lei e do sistema normativo do Serpro;

VIII - autorizar a cessão de empregados, observada a legislação pertinente;

IX - propor à Diretoria Executiva o aumento do quadro de empregados e a fixação de salários e vantagens, bem assim a contratação, por prazo determinado, de pessoal técnico especializado, observada a legislação pertinente;

X - dar imóveis em garantia judiciária, ad referendum do Conselho de Administração;

XI - manter, sob sua supervisão direta, o gerenciamento de riscos de controles internos e de conformidade;

XII - cumprir e fazer cumprir as normas de governança corporativa;

XIII - exercer quaisquer outras atribuições delegadas pelo Conselho de Administração;

XIV - coordenar as atividades da Diretoria Executiva;

XV - criar e homologar os processos de licitação, podendo delegar tais atribuições;

XVI - manter os Conselhos de Administração e Fiscal informados das atividades do Serpro;

XVII - assinar, com um Diretor, os atos que constituam ou alterem direitos ou obrigações do Serpro, bem como aqueles que exonerem terceiros de obrigações para com ela, podendo, para tanto, delegar atribuições ou constituir procurador para esse fim; e

XVIII - baixar as resoluções da Diretoria Executiva.

§ 1º Na constituição de mandatários deverão ser especificados, nos respectivos instrumentos, os atos ou operações que poderão praticar e a duração do mandato que, no caso de mandato judicial, poderá ser por prazo indeterminado.

§ 2º Os instrumentos de mandato deverão, ainda, especificar se o mandatário atuará em conjunto com qualquer membro da Diretoria Executiva, em conjunto com outro mandatário ou, então, isoladamente.

§ 3º Não podem ser mandatários os que incidirem em quaisquer das hipóteses de impedimento e vedações impostas pela legislação aos administradores.

Art. 23. A Diretoria Executiva reunir-se-á com a presença de, no mínimo, quatro de seus membros, sendo um deles o Diretor-Presidente ou, nos casos de impedimento deste, o seu substituto.

Parágrafo único. As decisões da Diretoria Executiva, tomadas por maioria simples, serão registradas em ata, cabendo ao Diretor-Presidente, além do voto comum, o de qualidade.

Seção IV

Do Conselho Fiscal

Art. 24. O Conselho Fiscal, de caráter permanente, compõe-se de três membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

§ 1º Não podem ser eleitos para o Conselho Fiscal administradores ou empregados da própria empresa ou de sociedade controlada ou do mesmo grupo de que trata a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

§ 2º Um dos membros do Conselho Fiscal será representante do Tesouro Nacional, nos termos da legislação em vigor.

§ 3° Os membros do Conselho Fiscal serão investidos em seus cargos independentemente da assinatura de termo de posse, desde a respectiva eleição.

§ 4º Na primeira reunião após a eleição, os membros do Conselho Fiscal escolherão o seu Presidente, ao qual caberá dar cumprimento às deliberações do órgão, com registro no livro de atas e pareceres do Conselho Fiscal.

§ 5º O prazo de atuação dos membros do Conselho Fiscal será de 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 2 (duas) reconduções consecutivas.

§ 6º Atingido o limite a que se refere o parágrafo anterior, o retorno de membro do Conselho Fiscal na mesma empresa, só poderá ser efetuado após decorrido período equivalente a um prazo de atuação.

§ 7º Findo o prazo de atuação, o membro do Conselho Fiscal permanecerá no exercício da função até a eleição do novo titular.

§ 8º O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário, por convocação de seu Presidente, por solicitação do Presidente do Conselho de Administração, do Diretor-Presidente do Serpro ou de qualquer de seus membros.

§ 9º A ausência à reunião deverá ser justificada por escrito, em tempo hábil, cabendo aos demais membros acatar ou não os motivos alegados.

§ 10 Além dos casos previstos em lei, dar-se-á vacância ao cargo quando o membro do Conselho Fiscal deixar de comparecer, sem justificativa, a duas reuniões consecutivas ou três intercaladas, nos últimos doze meses.

§ 11 Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos em suas ausências ou impedimentos eventuais pelos respectivos suplentes.

§ 12 Na hipótese de vacância, renúncia ou destituição do membro titular, o suplente assume até a eleição do novo titular.

§ 13 A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, além do reembolso, obrigatório, das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, será fixada, anualmente, pela Assembleia Geral de Acionistas e não excederá, em nenhuma hipótese, a dez por cento da remuneração mensal média dos diretores do Serpro, nos termos da Lei nº 9.292, de 12 de julho de 1996.

§ 14 É vedado o pagamento de participação no lucro do Serpro para os membros do Conselho Fiscal e o pagamento de remuneração a esses membros em montante superior ao pago para os Conselheiros de Administração.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900050

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 15 Podem ser membros do Conselho Fiscal pessoas naturais, residentes no País, com formação acadêmica compatível com o exercício da função e que tenham exercido, por prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de direção ou assessoramento na administração pública ou cargo de conselheiro fiscal ou administrador em empresa, observados os demais requisitos e impedimentos estabelecidos na Lei nº 6.404/1976, na Lei nº 13.303/2016 e no Decreto nº 8.945/2016.

Art. 25. A eleição dos membros do Conselho Fiscal observará ao disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e nos demais normativos aplicáveis.

Art. 26. Compete ao Conselho Fiscal:

I - fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento de seus deveres legais e estatutários;

II - examinar as demonstrações contábeis do exercício social, inclusive o Relatório da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral;

III - opinar sobre as propostas dos órgãos de administração, relativas à modificação do capital social, aos planos de investimento ou ao orçamento de capital, à destinação dos resultados, bem assim sobre transformação, incorporação, fusão ou cisão;

IV - denunciar por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não adotarem as providências necessárias para a proteção dos interesses do Serpro, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, bem como sugerir providências úteis ao Serpro;

V - analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e as demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pelo Serpro;

VI - pronunciar-se sobre assuntos de sua atribuição que lhe forem submetidos pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria Executiva;

VII - acompanhar a execução patrimonial, financeira e orçamentária, podendo examinar livros e quaisquer outros documentos e requisitar informações;

VIII - assistir às reuniões do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva em que se deliberar a respeito de assuntos sobre os quais deva opinar ou convocar reunião com a Diretoria Executiva quando julgar necessário,

IX - convocar a Assembleia Geral Ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de um mês essa convocação, e a Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes;

X - examinar o RAINT e PAINT;

XI - aprovar seu Regimento Interno e seu plano de trabalho anual;

XII - realizar a autoavaliação anual de seu desempenho;

XIII - fiscalizar o cumprimento do limite de participação do Serpro no custeio dos benefícios de assistência à saúde e de previdência complementar; e

XIV - exercer essas atribuições durante a eventual liquidação do Serpro.

§ 1º Os órgãos de administração são obrigados, por meio de comunicação formal, a colocar à disposição dos membros em exercício do Conselho Fiscal, dentro de dez dias, cópias das atas de suas reuniões e, dentro de quinze dias de sua elaboração, cópias dos balancetes e das demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente, bem como dos relatórios de execução do orçamento.

§ 2º Os membros do Conselho Fiscal, ou ao menos um deles, comparecerão às reuniões da Assembleia Geral sempre que solicitado.

Seção V

Do Comitê de Elegibilidade

Art. 27. Compete ao Comitê de Elegibilidade:

I - opinar, de modo a auxiliar a Assembleia Geral e o Conselho de Administração no processo de indicação de Conselheiros e Diretores, respectivamente, quanto ao preenchimento dos requisitos e a ausência de vedações para as respectivas eleições; e

II - verificar a conformidade do processo de avaliação dos administradores e dos Conselheiros Fiscais.

§ 1º O Comitê de Elegibilidade deliberará por maioria de votos, com registro em ata.

§ 2º A ata deverá ser lavrada na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive das dissidências e dos protestos, e conter a transcrição apenas das deliberações tomadas.

§ 3º O Comitê de Elegibilidade será constituído por membros de outros comitês, preferencialmente o de auditoria, pelos titulares das unidades de gestão de pessoas e de gestão de riscos, pelos titulares da Auditoria Interna e da Consultoria Jurídica e pelo representante dos empregados no Conselho de Administração observado o disposto nos arts. 156 e 165 da Lei nº 6.404, de 1976, sem remuneração adicional.

§ 4º O Comitê deverá se manifestar no prazo máximo de 8 dias úteis, a partir do recebimento de formulário padronizado da entidade da Administração Pública responsável pelas indicações, sob pena de aprovação tácita e responsabilização de seus membros, caso se comprove o descumprimento de algum requisito.

Seção VI

Do Comitê de Auditoria

Art. 28. O Comitê de Auditoria, órgão auxiliar do Conselho de Administração, possui as seguintes competências:

I - opinar sobre a contratação e a destituição de auditor independente;

II - supervisionar as atividades dos auditores independentes, avaliando sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação de tais serviços às necessidades do Serpro;

III - supervisionar as atividades desenvolvidas nas áreas de controle interno, de auditoria interna e de elaboração das demonstrações financeiras do Serpro;

IV - monitorar a qualidade e a integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações financeiras e das informações e medições divulgadas pelo Serpro;

V - avaliar e monitorar exposições de risco do Serpro, podendo requerer, entre outras, informações detalhadas sobre políticas e procedimentos referentes a:

a) remuneração da administração;

b) utilização de ativos do Serpro; e

c) gastos incorridos em nome do Serpro;

VI - avaliar e monitorar, em conjunto com a administração e a área de Auditoria Interna, a adequação das transações com partes relacionadas;

VII - elaborar relatório anual com informações sobre as atividades, os resultados, as conclusões e as recomendações do Comitê de Auditoria, registrando, se houver, as divergências significativas entre administração, auditoria independente e Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras; e

VIII - avaliar a razoabilidade dos parâmetros em que se fundamentam os cálculos atuariais, bem como o resultado atuarial dos planos de benefícios mantidos pelo Serpros - Fundo Multipatrocinado.

§ 1º O Comitê de Auditoria deverá possuir meios para receber denúncias, inclusive sigilosas, internas e externas ao Serpro, em matérias relacionadas ao escopo de suas atividades.

§ 2º O Comitê de Auditoria deverá realizar, no mínimo 2 (duas) reuniões mensais, de modo que as informações contábeis sejam sempre apreciadas antes de sua divulgação.

§ 3º As atas das reuniões do Comitê de Auditoria deverão ser divulgadas.

§ 4º Caso o Conselho de Administração considere que a divulgação da ata possa pôr em risco interesse legítimo do Serpro, poderá ser divulgado apenas o extrato das atas, não sendo oponível esta exceção aos órgãos de controle, que terão total e irrestrito acesso ao conteúdo das atas, observada a transferência de sigilo.

§ 5º O Comitê de Auditoria deverá possuir autonomia operacional e dotação orçamentária, anual ou por projeto, dentro de limites aprovados pelo Conselho de Administração, para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas externos independentes.

§ 6º A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria será fixada pela Assembleia Geral, em montante não inferior à remuneração dos Conselheiros Fiscais.

§ 7º Os membros do Conselho de Administração poderão ocupar cargo no Comitê de Auditoria do Serpro, desde que optem pela remuneração de membro do referido Comitê.

Art. 29. O Comitê de Auditoria, eleito e destituído pelo Conselho de Administração, será integrado por 3 (três) membros, em sua maioria independentes.

§1º Os membros do Comitê de Auditoria deverão ser brasileiros, residentes e domiciliados no país, de notórios conhecimentos e experiência, idoneidade moral, reputação ilibada e capacidade técnica compatível com o exercício do cargo, observados os requisitos e impedimentos estabelecidos na Lei nº 13.303/2016 e no Decreto 8.945/2016.

§ 2º O mandato dos membros do Comitê de Auditoria será de 3 (três) anos, não coincidente para cada membro, permitida uma reeleição.

§ 3º Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituídos pelo voto justificado da maioria absoluta do Conselho de Administração.

§ 4º O Conselho de Administração poderá convidar membros do Comitê de Auditoria para assistir às suas reuniões, sem direito a voto.

§ 5º Os membros do Comitê de Auditoria, em sua primeira reunião, elegerão o seu Presidente, ao qual caberá dar cumprimento às deliberações do órgão, com registro no livro de atas.

§ 6º O atendimento às previsões deste artigo e da legislação pertinente deve ser comprovado por meio de documentação mantida na sede do Serpro pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, contado a partir do último dia de mandato do membro do Comitê de Auditoria Estatutário.

§ 7º É vedada a existência de membro suplente no Comitê de Auditoria.

§ 8º No caso de vacância de membro do Comitê de Auditoria, o Conselho de Administração elegerá o substituto para completar o mandato do membro anterior.

§ 9º O cargo de membro do Comitê de Auditoria é pessoal e não admite substituto temporário. No caso de ausências ou impedimentos eventuais de qualquer membro do comitê, este deliberará com os remanescentes.

§ 10 Ao menos um dos membros do Comitê de Auditoria deverá participar das reuniões do Conselho de Administração que tratem das demonstrações contábeis periódicas, da contratação do auditor independente e do PAINT.

CAPÍTULO VII

DA AUDITORIA INTERNA

Art. 30. O Serpro disporá de Auditoria Interna, vinculada ao Conselho de Administração, com atribuições e competências mínimas fixadas pelo Conselho de Administração e pela legislação pertinente e se restringirá à execução de suas atividades típicas, evitando o desvio de funções e preservando sua isenção e imparcialidade.

§ 1º A indicação do titular de unidade de auditoria interna será submetida, pelo dirigente máximo da entidade, à aprovação do Conselho de Administração e, após, à aprovação do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União.

§ 2º Na hipótese de vacância do cargo, em que não haja imediata designação específica do titular, o Diretor-Presidente indicará, imediatamente à vacância, o responsável, interinamente, pela Auditoria Interna, para aprovação do Conselho de Administração.

§ 3º Na hipótese de afastamentos eventuais por férias, licença-prêmio, licença-saúde e outros afastamentos legais, o titular da Auditoria Interna ou seu interino, escolherá um substituto, entre empregados da Auditoria, designando-o de forma ordinária.

§ 4º O planejamento das atividades de auditoria interna será consignado no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT para cada exercício social, o qual, será previamente submetido ao Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, para posterior aprovação pelo Conselho de Administração.

§ 5º Os relatórios mensais dos achados de auditoria apresentados ao Conselho de Administração serão informados, no prazo de dez dias úteis, à Diretoria Executiva, salvo orientação em sentido contrário do Conselho de Administração;

§ 6º Os resultados anuais dos trabalhos de auditoria interna serão apresentados no Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAINT, em conformidade com as normas do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União.

Art. 31. À Auditoria Interna compete:

I - executar as atividades de auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária, administrativa, patrimonial e operacional do Serpro;

II - propor as medidas preventivas e corretivas dos desvios detectados;

III - verificar o cumprimento e a implementação pelo Serpro das recomendações ou determinações do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, do Tribunal de Contas da União - TCU e do Conselho Fiscal;

IV - outras atividades correlatas definidas pelo Conselho de Administração; e

V - aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras.

CAPÍTULO VIII

DA ÁREA DE INTEGRIDADE, CONFORMIDADE E GESTÃO DE RISCOS

Art. 32. A área de integridade, conformidade e gestão de riscos, vinculada ao Diretor-Presidente e liderada por diretor estatutário por ele designado, terá assegurada atuação independente e as seguintes atribuições:

I - propor políticas de Conformidade e Gerenciamento de Riscos para o Serpro, as quais deverão ser periodicamente revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, e comunicá-las a todo o corpo funcional da organização;

II - verificar a aderência da estrutura organizacional e dos processos, produtos e serviços do Serpro às leis, normativos, políticas e diretrizes internas e demais regulamentos aplicáveis;

III - comunicar à Diretoria Executiva, aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria a ocorrência de ato ou conduta em desacordo com as normas aplicáveis ao Serpro;

IV - verificar a aplicação adequada do princípio da segregação de funções, de forma que seja evitada a ocorrência de conflitos de interesse e fraudes;

V - verificar o cumprimento do Código de Ética, Conduta e Integridade, conforme art. 18 do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, bem como promover treinamentos periódicos aos empregados e dirigentes do Serpro sobre o tema;

VI - coordenar os processos de identificação, classificação e avaliação dos riscos a que está sujeito o Serpro;

VII - coordenar a elaboração e monitorar os planos de ação para mitigação dos riscos identificados, verificando continuamente a adequação e a eficácia da gestão de riscos;

VIII - estabelecer planos de contingência para os principais processos de trabalho da organização;

IX - elaborar relatórios periódicos de suas atividades, submetendo-os à Diretoria Executiva, aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria;

X - disseminar a importância da Conformidade e do Gerenciamento de Riscos, bem como a responsabilidade de cada área do Serpro nestes aspectos; e

XI - outras atividades correlatas definidas pelo Diretor ao qual se vincula.

§ 1º A área de integridade, conformidade e gestão de riscos poderá se reportar diretamente ao Conselho de Administração nas situações em que houver suspeita do envolvimento do Diretor-Presidente em irregularidades ou quando este deixar de adotar as medidas necessárias em relação a situação a ele relatada.

§ 2º A área de integridade encaminhará relatórios trimestrais de suas atividades ao Comitê de Auditoria.

Art. 33. O Serpro deverá elaborar e divulgar Código de Ética, Conduta e Integridade, que irá dispor sobre:

I - princípios, valores e missão do Serpro, bem como orientações sobre a prevenção de conflito de interesses e vedação de atos de corrupção e fraude;

II - instâncias internas responsáveis pela atualização e aplicação do Código de Ética, Conduta e Integridade;

III - canal de denúncias que possibilite o recebimento de denúncias internas e externas relativas ao descumprimento do Código de Ética, Conduta e Integridade e das demais normas internas de ética e normas obrigacionais;

IV - mecanismos de proteção que impeçam qualquer espécie de retaliação a pessoa que utilize o canal de denúncias;

V - sanções aplicáveis em caso de violação às regras do Código de Ética, Conduta e Integridade; e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900051

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VI - previsão de treinamento periódico, no mínimo anual, sobre Código de Ética, Conduta e Integridade, a empregados, administradores e conselheiros fiscais, e sobre a política de gestão de riscos, a administradores.

CAPÍTULO IX

DO EXERCÍCIO SOCIAL E DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Art. 34. O exercício social do Serpro é contado de 1º de janeiro a 31 de dezembro do mesmo ano.

Art. 35. O Serpro elaborará as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de cada exercício social.

§ 1º Aplicam-se as regras de escrituração e elaboração de demonstrações financeiras contidas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e nas normas da Comissão de Valores Mobiliários, inclusive a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado nessa Comissão.

§ 2º Outras demonstrações financeiras intermediárias serão preparadas, caso necessárias ou exigidas por legislação específica.

Art. 36. Ao final de cada exercício social, a Diretoria Executiva fará elaborar as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio do Serpro e as mutações ocorridas no exercício:

I - balanço patrimonial;

II - demonstração do resultado do exercício;

III - demonstrativo das mutações patrimoniais;

IV - demonstração dos fluxos de caixa; e

V - demonstração do valor adicionado.

§ 1º As demonstrações serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício, nos termos da legislação e normas aplicáveis.

§ 2º As demonstrações financeiras acompanhadas dos pareceres de auditores Independentes, do Conselho Fiscal e da manifestação do Conselho de Administração, após terem sido aprovadas pela Assembleia Geral, serão encaminhadas para apreciação dos órgãos de controle.

§ 3º O resultado do exercício, após a dedução para atender a eventuais prejuízos acumulados e a provisão para imposto de renda, terá a seguinte destinação:

I - 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social;

II - no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado para o pagamento de dividendos, em harmonia com a política de dividendos aprovada pelo Serpro.

§ 4º O saldo remanescente será destinado para pagamento de dividendo adicional ou constituição de outras reservas de lucros, nos termos da lei, sendo que a retenção para investimento deverá ser acompanhada de justificativa técnica aprovada pelo Conselho de Administração.

§ 5º O valor dos juros pagos ou creditados pelo Serpro, a título de remuneração do capital próprio, poderá ser imputado ao valor dos dividendos, nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e legislação pertinente.

§ 6º Sobre os valores dos dividendos e dos juros, a título de remuneração sobre o capital próprio, devidos ao Tesouro Nacional, incidirão encargos financeiros equivalentes à taxa SELIC, a partir do encerramento do exercício social até o dia do efetivo recolhimento ou pagamento, sem prejuízo da incidência de juros moratórios quando esse recolhimento ou pagamento não se verificar na data fixada em lei ou deliberação do Conselho de Administração, devendo ser considerada como a taxa diária, para a atualização desse valor durante os cinco dias úteis anteriores à data do pagamento ou recolhimento, a mesma taxa SELIC divulgada no quinto dia útil que antecede o dia da efetiva quitação da obrigação.

§ 7º Os prejuízos acumulados poderão ser deduzidos do capital social por deliberação da Assembleia Geral, após parecer do Conselho Fiscal.

§ 8º O dividendo será pago no prazo de 60 dias da data em que for declarado, ou até o final daquele ano, quando autorizado pela Assembleia Geral de acionistas.

CAPÍTULO X

DA ORGANIZAÇÃO INTERNA E DO PESSOAL

Art. 37. Aplica-se ao pessoal do Serpro o regime jurídico estabelecido pela legislação trabalhista.

§ 1º O ingresso do pessoal será feito mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, observadas as normas específicas do Serpro.

§ 2º Os cargos de titulares das unidades organizacionais do Serpro serão privativos de empregados integrantes do seu quadro de pessoal, excetuando-se a Auditoria Interna e aquelas subordinadas diretamente ao Diretor-Presidente e ao assessoramento da Diretoria Executiva.

§3º Os requisitos para o provimento de cargos, exercício de funções e respectivos salários, serão fixados em Plano de Cargos e Salários e Plano de Funções.

§4º Os cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, aprovados pelo Conselho de Administração nos termos deste Estatuto Social, serão submetidos nos termos da lei, à aprovação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, que fixará, também, o limite de seu quantitativo.

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 38. Os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e os ocupantes de cargos definidos em decisão de Diretoria ao assumirem suas funções, e durante o prazo de gestão ou atuação, e ao deixar o cargo, prestarão declaração de bens, anualmente renovada, ou autorização para acesso à sua declaração de ajuste anual do Imposto de Renda, quando necessário.

Parágrafo único. As cópias das declarações de bens dos referidos membros deverão ser remetidas à Comissão de Ética Pública da Presidência da República.

Art. 39. Para assegurar a não coincidência, os mandatos dos 03 (três) primeiros membros do Comitê de Auditoria serão de 01 (um), 02 (dois) e 03 (três) anos, a serem estabelecidos quando de sua eleição.

Art. 40. É vedado ao Serpro conceder financiamento ou prestar fiança a terceiros, sob qualquer modalidade, praticar negócios estranhos às suas finalidades, além de realizar contribuições ou conceder auxílios não consignados no orçamento.

Art. 41. Os membros da Diretoria Executiva farão jus à concessão de férias proporcionais ao período trabalhado no ano respectivo, não cumulativas com o eventual recebimento dessas vantagens em seus órgãos de origem.

Art. 42. O Serpro assegurará aos integrantes e ex-integrantes da Diretoria Executiva e dos Conselhos de Administração e Fiscal a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício do cargo ou função, desde que não haja incompatibilidade com os interesses do Serpro.

§ 1º O benefício previsto no caput aplica-se, no que couber e a critério do Conselho de Administração, aos membros do Comitê de Auditoria e àqueles que figuram no polo passivo de processo judicial ou administrativo, em decorrência de atos que tenham praticado no exercício de competência delegada pelos administradores.

§ 2º A forma do benefício mencionado no caput será definida pelo Conselho de Administração, ouvida a Consultoria Jurídica do Serpro.

§ 3º O Serpro manterá, na forma e extensão definida pelo Conselho de Administração, observado, no que couber, o disposto no caput, contrato de seguro permanente em favor dos administradores, para resguardá-los de responsabilidade por atos ou fatos pelos quais eventualmente possam vir a ser demandados judicial ou administrativamente.

§ 4º Se alguma das pessoas mencionadas no caput e no § 1º deste artigo for condenada, com decisão judicial transitada em julgado, com fundamento em violação da lei, do estatuto ou decorrente de ato doloso, deverá ressarcir o Serpro todos os custos e despesas decorrentes da defesa de que trata o caput, além de eventuais prejuízos.

§ 5º Fica assegurado às pessoas mencionadas no caput e no § 1º o conhecimento de informações e documentos constantes de registros ou de banco de dados do Serpro, indispensáveis à defesa administrativa ou judicial, em ações propostas por terceiros, de atos praticados durante o prazo de gestão.

Art. 43. Os atos da Administração deverão observar os princípios de integridade inerentes à administração pública.

Art. 44. O Conselho Diretor a que alude o art. 6º da Lei nº 5.615, de 13 de outubro de 1970, passa a ser denominado Conselho de Administração, equiparando-se, para todos os efeitos, aos conselhos de administração referidos nos dispositivos legais pertinentes à composição dos órgãos diretivos das empresas estatais.

Art. 45. Os membros dos órgãos estatutários citados no art. 7º, incisos de II a VI, não participarão das discussões e deliberações sobre assuntos que envolvam conflito de interesses ou nepotismo, na forma da lei, sendo tais matérias deliberadas em reunião especial, exclusivamente convocada sem a presença dos membros impedidos, assegurado o acesso à ata de reunião e aos documentos referentes às deliberações, no prazo de até 30 dias.

Art. 46. Os membros da Diretoria Executiva indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda até 30 de junho de 2018 serão nomeados pelo Presidente da República.

Art. 47. A adequação da composição do Conselho de Administração, quanto ao percentual de membros independentes de 25% (vinte e cinco por cento) poderá ser efetuada até 30 de junho de 2018.

Parágrafo único. Enquanto não atendido esta disposição, a mesma proporção de vagas será suprida pelo Ministério da Fazenda.

Art. 48. O Diretor Superintendente a que alude o art. 6º da Lei nº 5.615, de 13 de outubro de 1970, passa a ser denominado Diretor, equiparando-se, para todos os efeitos, aos Diretores referidos nos dispositivos legais pertinentes à composição dos órgãos diretivos das empresas estatais, já constando no quantitativo do inciso II do Art. 19.

Art. 49. Os administradores e Conselheiros Fiscais, inclusive os representantes de empregados, devem participar, na posse e anualmente, de treinamentos específicos disponibilizados direta ou indiretamente pelo Serpro sobre:

I - legislação societária;

II - divulgação de informações;

III - controle interno;

IV - Código de Ética, Conduta e Integridade;

V - Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; e

VI - demais temas relacionados às atividades do Serpro.

Parágrafo único. É vedada a recondução do administrador ou do Conselheiro Fiscal que não participar de nenhum treinamento anual disponibilizado pelo Serpro nos últimos dois anos.

Art. 50. Enquanto não eleito o membro representante dos empregados de que trata a Lei nº 12.353, de 28 de dezembro de 2010, o Comitê de Elegibilidade funcionará regularmente com os demais integrantes mencionados no § 3º do Art. 27.

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS

RETIFICAÇÃO

Na Portaria SUSEP/DIORG n. 826, de 15 de março de 2018, publicada no DOU de 16 de março de 2018, Seção 1, página 92, onde se lê: "CRISITANE LOCATELI TODESCHINI...", leia-se: "CRISTIANE LOCATELI TODESCHINI...".

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 144, DE 16 DE MARÇO DE 2018

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA Inmetro, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o parágrafo 3º do art.4º da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e tendo em vista o disposto no inciso XV do art.12,da Lei nº 12.545, de 14 de dezembro de 2011, sobre a concessão de bolsas de pesquisa científica e tecnológica pelo Inmetro através do Programa Nacional de Apoio ao Desenvolvimento da Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Pronametro instituído através da Portaria Inmetro n.º 174 de 28 de junho de 2017, publicada no DOU de 03 de julho de 2017.

CONSIDERANDO o grande volume de investimentos realizados pelo Inmetro e órgãos de fomento para atender as demandas da sociedade em relação à metrologia e qualidade, como também, atender às diretrizes estratégicas para a metrologia aprovadas pelo Conmetro;

CONSIDERANDO a necessidade do país se manter no estado da arte da metrologia internacional, atuando cada vez mais para inserir o país no comercio internacional;

CONSIDERANDO a necessidade de planejar e executar atividades de pesquisa, desenvolvimento científico e tecnológico em metrologia;

CONSIDERANDO a necessidade de prestar serviços de transferência tecnológica e de cooperação técnica, voltados à inovação, à pesquisa e ao desenvolvimento científico e tecnológico em metrologia;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer parcerias com entidades públicas e privadas para a difusão e inserção da metrologia em todos os níveis das atividades das universidades, institutos de pesquisas e indústrias;

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a atividade cientifica e tecnológica do Inmetro para que possa cumprir sua missão;

CONSIDERANDO a necessidade de atrair pesquisadores nacionais e do exterior para fortalecimento estratégico em atividades de interesse do Inmetro em pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação;

CONSIDERANDO a necessidade do Inmetro atuar de forma mais efetiva em suas atividades estabelecidas em lei e na formação de recursos humanos em todos os níveis para o fortalecimento de suas atividades, contribuindo com o setor industrial para aumento da competitividade e produtividade;

CONSIDERANDO a necessidade de promover o constante aperfeiçoamento de seus quadros através de intercâmbios com instituições do país e do exterior;

CONSIDERANDO a necessidade de apoiar as empresas brasileiras para responder aos desafios do Desenvolvimento Industrial e do Comércio Exterior, conforme estabelecido no Plano Brasil Maior, resolve:

Art. 1º Instituir no Inmetro o Subprograma Pronametro-Pesquisa e Desenvolvimento em Metrologia do Programa Nacional de Apoio ao Desenvolvimento da Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Pronametro conforme Portaria 174 de 28/06/2017, publicada no DOU de 03/07/2017 para atendimento ao previsto no inciso XV do art. 12, da Lei nº 12.545, de 14 de dezembro de 2011.

Art. 2º Este subprograma objetiva conceder bolsas em áreas específicas da metrologia e qualidade, a pesquisadores e técnicos, que atuem no país ou no exterior, para desenvolver atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D&I) e apoio a projetos nos laboratórios da Diretoria de Metrologia Científica e Tecnologia (Dimci), da Diretoria de Metrologia Aplicada às Ciências da Vida (Dimav) e da Diretoria de Metrologia Legal (Dimel).

Art. 3º O subprograma Pronametro-Pesquisa e Desenvolvimento em Metrologia concederá bolsas nas áreas de pesquisas estabelecidas no subprograma e suas Chamadas Públicas, bem como aquelas definidas pelo Inmetro através das Diretorias Dimci, Dimav e Dimel, fortalecendo a inovação tecnológica de processos e produtos, incentivando e criando as condições básicas para apoiar o desenvolvimento e a competitividade das atividades industriais. Os níveis e respectivos valores de bolsas estão definidos no Anexo I - Quadro de Níveis e Valores de Bolsas, da Portaria nº 174, de 28/06/2017, publicada no DOU de 03/07/2017, que estabelece as normas gerais do Pronametro.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900052

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 4° A concessão de bolsas busca dar condições para que o Inmetro atue fortemente na geração de conhecimento e transferência de tecnologia de ponta, mediante diversas modalidades de parcerias com instituições de pesquisa, desenvolvimento e inovação, dos setores público e privado.

Art. 5º A Comissão Gestora, específica para este subprograma, será composta pelos Diretores da Dimci, Dimav e Dimel e três suplentes, todos nomeados pelo Presidente do Inmetro em portaria específica.

Art. 6° A Comissão Gestora, a seu critério e necessidade, nomeará em número variável, os membros do Comitê Consultivo conforme definido na Portaria Inmetro n.º 174, de 28/06/2017 - Portaria Geral do Pronametro.

Art.7º A Comissão Gestora definirá para cada edital, de acordo com as prioridades do Inmetro, os temas para elaboração de projetos.

Art. 8º O acompanhamento diário das atividades bem como o desempenho dos bolsistas e a evolução dos projetos será responsabilidade do servidor-coordenador de cada projeto ou chefe de Divisão.

Art. 9º O acompanhamento do desempenho do subprograma será realizado pela Comissão Gestora através de Relatórios semestrais elaborados pelos coordenadores, sem prejuízo dos demais formulários e relatórios exigidos no edital.

Art. 10 Esta Portaria engloba todo o regramento estabelecido na Portaria Inmetro nº 174, de 28/06/2017, publicada no DOU de 03/07/2017, que estabelece as regras gerais do Pronametro.

Art. 11 Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS AUGUSTO DE AZEVEDO

PORTARIA Nº 145, DE 16 DE MARÇO DE 2018

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA Inmetro, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o parágrafo 3º do art.4º da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e tendo em vista o disposto no inciso XV do art.12, da Lei nº 12.545, de 14 de dezembro de 2011, sobre a concessão de bolsas de pesquisa científica e tecnológica pelo Inmetro através do Programa Nacional de Apoio ao Desenvolvimento da Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Pronametro instituído através da Portaria Inmetro n.º 174 de 28 de junho de 2017, publicada no DOU de 03 de julho de 2017.

CONSIDERANDO a necessidade do Inmetro atuar de forma mais efetiva em suas atividades estabelecidas em lei (Lei Nº 12.545 de 14/12/2011) e na formação de recursos humanos em todos os níveis para o fortalecimento de suas atividades, contribuindo com o setor industrial para aumento da competitividade e produtividade;

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a atividade cientifica e tecnológica do Inmetro para que possa cumprir sua missão;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer parcerias com entidades públicas e privadas para a difusão e inserção da metrologia em todos os níveis das atividades da indústria;

CONSIDERANDO a necessidade de promover o constante aperfeiçoamento de seus quadros através de intercâmbios com instituições do país e do exterior;

CONSIDERANDO a necessidade de atrair pesquisadores nacionais e do exterior para fortalecimento estratégico em atividades de interesse do Inmetro em pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação;

CONSIDERANDO as Diretrizes Estratégicas aprovadas pelo Conmetro, referindo-se a Lei 12.545 de 14/12/2011, no item 5.1 quarto parágrafo que estabelece: "Entre as funções do Inmetro definidas na nova lei estão a de planejar e executar atividades de pesquisa, ensino e desenvolvimento científico e tecnológico em metrologia, avaliação da conformidade e áreas afins";

CONSIDERANDO que o Inmetro mantém sob sua responsabilidade cursos com ênfase em metrologia nos níveis: técnico, mestrado e doutorado; resolve:

Art. 1º Instituir no Inmetro o Subprograma Pronametro-Ensino no Programa Nacional de Apoio ao Desenvolvimento da Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Pronametro conforme Portaria 174 de 28/06/2017, publicada no DOU de 03/07/2017 para atendimento ao previsto no inciso XV do art. 12, da Lei nº 12.545, de 14 de dezembro de 2011.

Art. 2° A concessão de bolsas busca dar condições para que o Inmetro atue fortemente na geração de conhecimento e formação de recursos humanos disponibilizando mão de obra qualificada para atuarem junto ao setor produtivo para aumento da competividade e promoção da inovação através de pesquisa, desenvolvimento.

Art. 3º Este subprograma objetiva conceder bolsas a alunos classificados no curso técnico e cursos de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado, mantidos pelo Inmetro, em áreas específicas da metrologia, tecnologia e qualidade.

Art. 4º O subprograma Pronametro-Ensino concederá bolsas, de acordo com a classificação dos candidatos definida no edital de seleção de cada programa e de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do Inmetro, conforme tabela definida no Anexo I desta Portaria e no Quadro de Níveis e Valores de Bolsas do Pronametro - portaria Geral do Pronametro.

Art. 5º A Comissão Gestora, específica para este subprograma, será composta por membros indicados pelo Conselho Acadêmico e nomeados pelo Presidente do Inmetro em portaria específica.

Art. 6° A coordenação de cada curso será responsável pela elaboração do edital de seleção, estabelecimento dos requisitos necessários para a inscrição dos candidatos, definição do processo seletivo e sistema de classificação para concessão de bolsas.

Art.7° O processo seletivo será conduzido por uma Comissão de Seleção constituída por indicação do Colegiado de cada Programa, sendo o resultado referendado pelo Conselho Acadêmico do Inmetro.

Art.8º A coordenação de cada curso, definirá para cada edital, de acordo com as características do curso, os temas para elaboração de projetos de pesquisa.

Art. 9º O acompanhamento das atividades do aluno bolsista bem como o seu desempenho e a evolução tanto na conclusão do programa didático como dos projetos de pesquisa será responsabilidade da coordenação do curso e do orientador do projeto de pesquisa.

Art. 10° O bolsista, em função de seu desempenho, poderá ter sua bolsa cancelada e o bolsista substituído por outro, após justificativa consubstanciada e aprovada pela Comissão Gestora do subprograma Pronametro-Ensino e referendado pelo Conselho Acadêmico.

Art.11º É vedado o acúmulo de bolsas ou a concessão de bolsas pronametro para alunos que possuam remuneração de entidades públicas ou privadas.

Art. 12° Esta Portaria engloba todo o regramento estabelecido na Portaria Inmetro nº 174, de 28 de junho de 2017, publicada no DOU de 03/07/2017, que estabelece as regras gerais do Pronametro.

Art. 13° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS AUGUSTO DE AZEVEDO

DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

PORTARIA Nº 24, DE 13 DE MARÇO DE 2018

(5º Aditivo à Portaria Inmetro/Dimel nº 283/2008)

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, por meio da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 08, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro;

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para instrumentos de pesagem não automáticos, aprovado pela Portaria Inmetro nº 236/1994;

E considerando o constante do processo Inmetro nº 52600.002876/2018-62, resolve:

Dar nova redação ao subitem 5.1 da Portaria Inmetro/Dimel nº 283, de 22 de setembro de 2008.

Nota: A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

RAIMUNDO ALVES DE REZENDE

Ministério da Integração Nacional

SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA

PORTARIA Nº 64, DE 15 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA DA SECRETARIA-EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, tendo em vista a delegação de competência outorgada pelo inciso VII do art. 9º da Portaria MI n. 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 17 subsequente, considerando o disposto na Lei n. 11.357, de 19 de outubro de 2006, na Lei n. 11.784, de 22 de setembro de 2008, e na Lei n. 12.277, de 30 de junho de 2010, todas regulamentadas pelo Decreto n. 7.133, de 19 de março de 2010, resolve:

Art. 1º Tornar público que as Metas Institucionais, calculadas com base no disposto no art. 18 da Portaria MI n. 210, de 19 de julho de 2016, referentes à Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE e à Gratificação de Desempenho de Atividade de Cargos Específicos - GDACE, respectivamente, propostas no Anexo da Portaria MI n. 164, de 12 de abril de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 28 de abril de 2017, para vigorarem no período de 1º de março de 2017 a 28 de fevereiro de 2018, foram alcançadas em 100% (cem por cento).

Art. 2º Divulgar que a parcela da GDPGPE e da GDACE paga em decorrência do resultado da Avaliação de Desempenho Institucional (Metas Globais e Intermediárias) aferido no Ciclo de Avaliação corresponde a 80 (oitenta) pontos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de abril de 2018.

REYNALDO ABEN-ATHAR

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 277, de 29 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 14, de 19 de janeiro de 2018, Seção 1, página 41, onde se lê: "...construção da feira do produtor rural e espaço de negócios comercias e de produção, no município", leia-se "... construção da feira do produtor rural e espaço de negócios comercias e de produção e pavimentação nas vias e ruas do município. ", onde se lê "...para o Ministério da Integração Nacional, no valor de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais). ", leia-se: "... para o Ministério da Integração Nacional, no valor de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais).", e onde se lê " ...com valor integral de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais).", leia -se "... com valor integral de R$ 3.002.000,00 (três milhões e dois mil reais).".

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 73, DE 15 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, nomeado pela Portaria n. 1.799, publicada no DOU, de 31 de agosto de 2016, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria MI n. 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no DOU, de 17 de agosto de 2015, e tendo em vista as disposições da Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, d a publicação da Portaria MI n. 384, de 23 de outubro de 2014, e, ainda, o contido no Processo Administrativo n. 59050.000679/2014-06, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação previstos no art. 4º da Portaria n. 181, de 15 de março de 2017, que autorizou empenho e transferência de recursos ao Município de Apiacás - MT, para ações de Defesa Civil, para até 11/09/2018.

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

RENATO NEWTON RAMLOW

PORTARIA Nº 74, DE 15 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, nomeado pela Portaria n. 1.799, publicada no DOU, de 31 de agosto de 2016, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria MI n. 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no DOU, de 17 de agosto de 2015, e tendo em vista as disposições da Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, d a publicação da Portaria MI n. 384, de 23 de outubro de 2014, e, ainda, o contido no Processo Administrativo n. 59050.001452/2011-27, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação previstos no art. 4º da Portaria n. 737, de 18 de outubro de 2011, que autorizou empenho e transferência de recursos ao Município de Lontras/SC, para ações de Defesa Civil, para até 19/06/2018.

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

RENATO NEWTON RAMLOW

PORTARIA Nº 75, DE 15 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, nomeado pela Portaria n. 1.799, publicada no DOU, de 31 de agosto de 2016, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria MI n. 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no DOU, de 17 de agosto de 2015, e tendo em vista as disposições da Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, d a publicação da Portaria MI n. 384, de 23 de outubro de 2014, e, ainda, o contido no Processo Administrativo n. 59050.000554/2015-59, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação previstos no art. 4º da Portaria n. 349, de 05 de outubro de 2016, que autorizou empenho e transferência de recursos ao Governo do Estado da Bahia - BA, para ações de Defesa Civil, para até 30/11/2018.

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

RENATO NEWTON RAMLOW

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900053

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 76, DE 15 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, nomeado pela Portaria n. 1.799, publicada no DOU, de 31 de agosto de 2016, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria MI n. 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no DOU, de 17 de agosto de 2015, e tendo em vista as disposições da Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, da Portaria MI n. 384, de 23 de outubro de 2014, e, ainda, o contido no Processo Administrativo n. 59050.000188/2013-76, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação previstos no art. 4º da Portaria n. 141, de 16 de maio de 2014, que autorizou empenho e transferência de recursos ao Município de Piraí - RJ, para ações de Defesa Civil, para até 31/12/2018.

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

RENATO NEWTON RAMLOW

Ministério da Justiça

COMISSÃO DE ANISTIA

RETIFICAÇÃO

À PAUTA DA 2ª SESSÃO PLENÁRIA DA COMISSÃO DE ANISTIA, publicada no Diário Oficial da União - Seção 1 - Nº 49, terça-feira, 13 de março de 2018, páginas 129 e 130, Inclua-se o Requerimento de Anistia nº 2005.01.52246, de Edson Benigno Luna de Sa - Cumprimento de Decisão Judicial - Conselheiro Relator Waldir João Ferreira da Silva Junior.

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DE 16 DE MARÇO DE 2018

Nº 336 - Ato de Concentração n° 08700.000073/2018-53. Requerentes: CM Hospitalar S.A. e Cremer S.A. Advogados: José Carlos da Matta Berardo, Paulo Eduardo de Campos Lilla, Paulo Leoanardo Casagrande, Ana Paulo Paschoalini e outros.

Acolho o Parecer Técnico n° 1/2018/CGAA4/SGA1/SG, de 14 de março de 2018 e, com fulcro no §1° do art. 50 da Lei 9.784/99, integro as suas razões a esta decisão, inclusive quanto à sua motivação. Decido pela aprovação, sem restrições, do referido ato de concentração, nos termos do art. 13, inciso XII, da Lei nº 12.529/11.

Nº 341 - Ato de Concentração nº 08700.001287/2018-47. Requerentes: Rede D'Or São Luiz S.A., Opus Saúde Participações S.A. e GGSH Participações S.A.. Advogados: Barbara Rosenberg, Marcos Exposto e Gabriela Cardozo Rocha. Decido pela aprovação, sem restrições.

Nº 343 - Ato de Concentração nº 08700.001372/2018-13. Requerentes: Borealis AG, Nova Chemicals Inc. e Total Petrochemicals & Refining USA, Inc. Advogados: Amanda Fabbri Barelli, Luís Bernardo Coelho Cascão e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 344 - Ato de Concentração nº 08700.001503/2018-54. Requerentes: Global Power Generation S.A., Guimarania I Solar SPE Ltda. e Guimarania II Solar SPE Ltda. Advogados: Ricardo Franco Botelho, Patrícia Serson Deluca, Francisco Ribeiro Todorov, Denise Junqueira e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 345 - Ato de Concentração nº 08700.001321/2018-83. Requerentes: Diagnósticos da América S.A. e Amil Assistência Médica Internacional S.A. Advogados: Vinícius Marques de Carvalho, Frederico Haddad e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 346 - Ato de Concentração nº 08700.000782/2018-39. Requerentes: M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, e Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê S.A. Advogados: Marcelo Calliari, Daniel Oliveira Andreoli, Rodrigo Edington, Paula Pinedo e Patricia Agra Araujo.

Acolho o Parecer nº 4/2018/CGAA3/SGA1/SG/CADE, de 16 de março de 2018 e, com fulcro no §1º do art. 50 da Lei 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive quanto a sua motivação. Decido pela aprovação, sem restrições, do ato de concentração, nos termos do art. 13, inciso XII, da Lei nº 12.529/11.

ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO
Superintendente-Geral

DESPACHO Nº 355, DE 16 DE MARÇO DE 2018

Ato de Concentração nº 08700.005266/2017-10. Requerentes: Hapag-Lloyd Aktiengesellschaft, Nippon Yusen Kaisha Line e MSC Mediterranean Shipping Company S.A. Advogados: Marcos Paulo Verissimo, Ana Carolina Lopes de Carvalho e Marcela Medeiros de Carvalho. Acolho o Parecer nº 7/2018/CGAA3/SGA1/SG/CADE, de 16 de março de 2018 e, com fulcro no §1º do art. 50 da Lei 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive quanto a sua motivação. Decido pela aprovação, sem restrições, do referido ato de concentração, nos termos do art. 13, inciso XII, da Lei nº 12.529/11. Ao Setor Processual.

KENYS MENEZES MACHADO
Superintendente-Geral
Substituto

DESPACHO Nº 6, DE 16 DE MARÇO DE 2018

Processo nº 08700.004874/2016-26
Representante: Antonio Miguel Sibar Júnior
Advogado(s): Rafael Monteiro Teixeira, Paulo Sergio Rebello Marinho.
Representada: Unimed Botucatu - Cooperativa de Trabalho Médico
Advogado(s): Antonio Carlos Amando de Barros e outros

Acolho a Nota Técnica nº 4/2018/CGAA2/SGA1/SG/CADE e, com fulcro no §1º do art. 50 da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Decido pelo arquivamento do presente feito pela insubsistência dos indícios de infração à ordem econômica constante dos autos.

KENYS MENEZES MACHADO
Superintendente-Geral
Substituto

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

PORTARIAS DE 14 DE MARÇO DE 2018.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA, DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016, resolve:

Nº 37 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, as pessoas abaixo relacionadas, nos termos do artigo 12, II, "b", da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 67 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

CELIA MARIA DUARTE RODRIGUEZ - V141152-Q, natural do Uruguai, nascida em 26 de maio de 1968, filha de Omar Daurte e de Celina Rodriguez, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08432.001408/2017-87);

CESAR DAVID GARCIA BATALLA - V096994-4, natural do Uruguai, nascido em 31 de dezembro de 1961, filho de Cesar Augusto Garcia e de Almerinda Batalla, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08432.001410/2017-56) e

YESSID CHARLEY CAZURIAGA CORRALES - W374154-4, natural da Bolívia, nascido em 05 de março de 1975, filho de Lucio Freddy Cazuriaga Carrasco e de Maria Virginia Corrales de Cazuriaga, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08504.003062/2017-61).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

Nº 38 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por Naturalização Provisória, a pessoa abaixo relacionada, nos termos do artigo 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 70 da Lei nº 13.455/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, até 2 (dois) anos após atingir a maioridade, nos termos do Parágrafo único do artigo 70 da Lei nº 13.455/2017:

HUSSEIN FADEL, natural do Líbano, nascido em 18 de setembro de 2014, filho de Moslem Raef Fadel e de Safaa Fadel, residente no Estado do Paraná (Processo: 08389.009879/2017-14).

Nº 39 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, as pessoas abaixo relacionadas, nos termos do artigo 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ADEBAYO EBENEZER AYODELE - V174096-E, natural do Líbano, nascido em 22 de maio de 1968, filho de Samson Ayodele e de Beatrice Ayodele, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08460.042285/2014-54);

NAHOUNTAGUIBOU ASSOUEDOUNA CLEMENT - V591456-M, natural do Burkina Fasso, nascido em 01 de janeiro de 1982, filho de Nahountaguibou Adrib Pierre e de Katiana Antoinette, residente no Estado do Paraná, tendo sido indeferido o seu pedido de adaptação de nome (Processo nº 08390.300191/2016-48);

DEEPAK KUMAR - V 740803-B, natural da India, nascido em 04 de setembro de 1980, filho de Puran Chand e de Monika Devi, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08390.300688/2016-66);

EXENORD LORDIUS - V855665-X, natural da República do Haiti, nascido em 13 de novembro de 1975, filho de Dieunel Lordius e de Louisia Valcy, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 08124.001687/2017-62);

HUSSEIN ATOUI - V597150-G, natural do Líbano, nascido em 17 de maio de 1985, filho de Atoui Atoui e de Latife Alzein, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.003764/2017-34);

JEAN MARIE DIATTA - V754587-2, natural de Senegal, nascido em 05 de março de 1989, filho de Augustin Diatta e de Fatou Sane, residente no Estado do Goiás (Processo nº 08295.010900/2016-84);

JESUS PASTOR SALAZAR RODRIGUEZ - V428476-U, natural da Venezuela, nascido em 25 de abril de 1974, filho de Jesus Marcelino e de Cira Beatriz Rodriguez de Salazar, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08461.006605/2017-45);

JIMMY MARTÍN MUNOZ FALCÓN - V360098-M, natural do Peru, nascido em 23 de maio de 1977, filho de Indalecio Munoz Franco e de Elsa Obdulia Falcón Rodriguez, residente no Distrito Federal (Processo nº 08280.013392/2017-36);

JORGE MIGUEL BARBARAN BARTRA - V864820-9, natural do Peru, nascido em 21 de fevereiro de 1979, filho de Jorge Miguel Barbaran Silva e de Blanca Elizabeth Bartra Elespuru, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 08494.003031/2016-95);

MUHAMMAD KASHIF NAWAZ - G196898-2, natural do Paquistão, nascido em 05 de dezembro de 1986, filho de Dost Muhammad Khan e de Sarhada Bibi, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08125.301237/2016-86);

NAJEEB KARM AL DEEN - G140248-R, natural do Líbano, nascido em 10 de junho de 1988, filho de Haidar Jomaa Karm Al Deen e de Hoda Mohamed Yassin, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08389.300497/2016-33);

NAVEED ASGHAR - V688934-D, natural do Paquistão, nascido em 18 de outubro de 1981, filho de Asghar Iqbal e de Rubina Asghar, residente no Distrito Federal (Processo nº 08280.012675/2017-61);

NEGADO MANE - V657603-M, natural da Guiné- Bissau, nascido em 26 de setembro de 1986, filho de Bacar Mane e de Djenabu Camara, residente no Estado do Ceará (Processo nº 08270.005989/2017-26);

REMIGIUS EMEKA OKAFOR - G095043-Y, natural da Nigéria, nascido em 19 de janeiro de 1975, filho de Francis Okerekeocha Okafor e de Florence Adaku Okafor, residente no Estado do Amazonas (Processo n° 08200.305626/2016-31) e

RODOLFO CELSO MARIO GARCIA MARITANO - V424710-V, natural da Argentina, nascido em 08 de março de 1955, filho de Rodolfo Luciano Garcia e de Olimpia Elena Maritano, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08390.002520/2017-79).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

LUIZ PONTEL DE SOUZA

DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES

DIVISÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

DESPACHOS

Considerando que o presente pedido foi protocolado sob a vigência da Lei 6.815/80, e considerando ainda a manifestação favorável do Ministério do Trabalho, DEFIRO o pedido de transformação de visto oficial em temporário, na forma do art. 39 c/c art. 13, inciso V, todos da Lei 6.815/80, pelo prazo de 2 (dois) anos.

Processo nº 08354.301134/2016-12 - ERWAN BERNARD MICHEL CAVILLON

Considerando que o presente pedido foi protocolado sob a vigência da Resolução Normativa nº 06/97 do Conselho Nacional de Imigração - CNIg, e que todos as condições ali previstas foram observadas, DEFIRO os respectivos pedidos de autorização de residência, por prazo indeterminado, abaixo relacionados:

Processo nº 08505.017918/2017-75 - HUSAM CHAHOUD
Processo nº 08296.001781/2017-40 - GHAITH KARIM DEEB
Processo nº 08452.001552/2017-85 - AYAD KADHIM HUSSEIN
Processo nº 08505.052821/2017-17 - RAHEEL SHAHBAZ
Processo nº 08505.048338/2017-20 - PITCHOU LUHATA LUAMBO
Processo nº 08505.046056/2017-98 - MASOUMEH NADIM MAVALLOO
Processo nº 08280.008484/2017-02 - MOHAMMAD ALYOUNES
Processo nº 08505.049662/2017-65 - MAHMOUD AL ZOUHBY
Processo nº 08506.000350/2016-62 - MARIA YANETH POSADA ORREGO
Processo nº 08390.002560/2017-11 - ZAKI MINAS
Processo nº 08335.009959/2017-97 - HAROLD ARBOLEDA ROMAN
Processo nº 08505.073891/2017-09 - JAD JABBOUR, AMAL ALSABAA, EDDY JABBOUR

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900054

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Determino o arquivamento, diante da solicitação da Empresa responsável pela vinda do requerente ao País.
Processo nº 08000.071630/2017-27 - JOSE FERNANDO FORTUNA DUARTE

Determino o ARQUIVAMENTO dos pedidos, conforme disposto no art. 40, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista que os interessados não cumpriram as exigências formuladas por esta Divisão, abaixo relacionados:
Processo nº 08460.013749/2017-68 - HUGO MIGUEL VIEIRA XAVIER CARRADINHA
Processo nº 08505.064668/2017-62 - GLORIA OSA EKHATOR
Processo nº 08451.005511/2014-25 - JULIO CESAR BOLAÑOS POLO
Processo nº 08089.003775/2017-72 - FANNY STELLA VILLADA CARVAJAL, MARIA VALENTINA HERNANDEZ VILLADA
Processo nº 08089.003772/2017-39 - NELSON ENRIQUE HERNANDEZ VILLADA
Processo nº 08089.003779/2017-51 - LINA YURANI HERNANDEZ VILLADA
Processo nº 08089.003770/2017-40 - FAIBER ANDRES VILLADA CARVAJAL
Processo nº 08505.073160/2017-55 - RAZAN ALAGHWANI, GHAIT YOUNES, LAITH YOUNES

Tendo em vista que o interessado é portador de visto permanente, com base em reunião familiar, e considerando ainda que a presente demanda não trata-se de pedido de autorização de residência, mas sim de solicitação de registro do referido visto, determino o arquivamento do processo, conforme previsto no art. 52, da Lei nº 9.784/99. Processo nº 08295.008577/2017-60 - ROCCO TINNIRELLO

Determino o arquivamento do pedido, tendo em vista que a análise do pedido de renovação do prazo de validade do investidor é de competência da Polícia Federal, nos termos do art. 8° da Resolução Normativa n° 118/15, do Conselho Nacional de Imigração, em vigor na data do protocolo do pedido. Processo nº 08430.022584/2016-91 - ROSA ANA PÉREZ GONZÁLEZ

Determino o arquivamento do presente processo, conforme previsto no art. 52, da Lei nº 9.784/99, considerando a perda do objeto, tendo em vista que o(a) estrangeiro(a) é portador(a) de autorização de residência por prazo determinado, com fundamento na RN 126/2017 do Cnig, conforme consulta realizada no Sistema Nacional de Cadastramento e Registro de Estrangeiros. Processo nº 08505.070042/2017-95 - JOAN ALFONSO VILLALOBOS UZCATEGUI

Determino o arquivamento do presente processo, conforme disposto no art. 40, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista o não cumprimento integral das exigências formuladas por esta Divisão. Processo nº 08514.005879/2017-54 - FARIS FAIEQ JAMEEL AL SAMRAIE

Determino o arquivamento do presente processo, conforme previsto no art. 52, da Lei nº 9.784/99, considerando a perda do objeto, tendo em vista que o(a) estrangeiro(a) é portador(a) de visto temporário com fundamento na RN 126/2017 do Cnig, conforme consulta realizada no Sistema Nacional de Cadastramento e Registro de Estrangeiros. Processo nº 08505.003663/2018-44 - ASGHAR ALI

INDEFIRO os pedidos por falta de previsão legal, uma vez que os respectivos interessados não são detentores da condição de refugiado reconhecida pelo CONARE, bem como a Resolução Normativa nº 06/97 do Conselho Nacional de Imigração - CNIg, que autorizava o presente requerimento, foi revogada pela Lei nº 13.445/17, que já se encontrava vigente quando da interposição do presente pleito, abaixo relacionados:
Processo nº 08000.004574/2018-04 - NASSOMA HAMZA
Processo nº 08000.004505/2018-92 - ABDOUL FAYCAL ZONGO
Processo nº 08000.004497/2018-84 - ISMAILOU MAMAN
Processo nº 08000.003784/2018-77 - SIDI SOKHONA
Processo nº 08000.003773/2018-97 - MAKAN DIARRA
Processo nº 08000.003765/2018-41 - MAMADOU SARAMBOUNOU
Processo nº 08000.070933/2017-22 - IBRAHIMA DIALLO
Processo nº 08000.000578/2018-13 - DIJBY ANNE
Processo nº 08000.070081/2017-73 - MAWUSSE KOSSI WODIH
Processo nº 08000.070280/2017-81 - AMADOU TIDIANE BARRY
Processo nº 08000.070284/2017-60 - MAMADOU SIRADIO SOW
Processo nº 08000.070921/2017-06 - EL HOUSSEINOU ANNE
Processo nº 08000.071467/2017-01 - SEITI TCHA COROUDOU
Processo nº 08000.071515/2017-52 - KODJO AMEWOTHO
Processo nº 08000.001658/2018-88 - SECK ISSA

INDEFIRO os respectivos pedidos por falta de previsão legal, uma vez que a Resolução Normativa nº 06/97 do Conselho Nacional de Imigração - CNIg, que fundamenta o presente requerimento, foi revogada pela Lei nº 13.445/17, que já se encontrava vigente quando da interposição do presente pleito, abaixo relacionados:
Processo nº 08335.001529/2018-16 - SANDRA ALFEERZLI
Processo nº 08089.000313/2018-84 - MARISABEL HERNANDEZ VILLADA
Processo nº 08280.023356/2017-81 - MOEIN ALAIA

ISMAEL SILVA MACEDO
Chefe

Ministério da Saúde

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 234, DE 16 DE MARÇO DE 2018

Indefere projeto apresentado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das suas atribuições legais, e
Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON); e
Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamentou os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012; e
Considerando o Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que define as regras e critérios para credenciamento de instituições e para a apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); resolve:
Art. 1º Indeferir o projeto abaixo relacionado, nos temos do artigo 88 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD):
I - Associação Samaritano
CNPJ: 60.544.244/0001-67
Nome do Projeto: Pesquisa Translacional em Pacientes com Trauma Grave de Membros Inferiores
SIPAR: 25000.055796/2015-53
Art. 2º Revoga-se o inciso XXX, do art. 1º da Portaria SE/MS nº 1.035, de 9 de dezembro de 2015.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO MARCOS C. R. DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 235, DE 16 DE MARÇO DE 2018

Indefere projeto apresentado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das suas atribuições legais, e
Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON); e
Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamentou os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012; e
Considerando o Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que define as regras e critérios para credenciamento de instituições e para a apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); resolve:
Art. 1º Indeferir o projeto abaixo relacionado, nos temos do artigo 88 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD):
I - Associação Samaritano
CNPJ: 60.544.244/0001-67
Nome do Projeto: Biomarcadores em câncer de mama
SIPAR: 25000.055763/2015-11
Art. 2º Revoga-se o inciso XXVI, do art. 1º da Portaria SE/MS nº 1.034, de 9 de dezembro de 2015.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO MARCOS C. R. DE OLIVEIRA

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DIRETORIA COLEGIADA

CONSULTA PÚBLICA Nº 483, DE 16 DE MARÇO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 6 de março de 2018, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias para envio de comentários e sugestões ao texto da proposta de informações toxicológicas para rótulos e bulas de agrotóxicos, afins e preservativos de madeira, no âmbito da Anvisa, conforme Anexo.

Parágrafo único. O prazo de que trata este artigo terá início 7 (sete) dias após a data de publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

Art. 2º A proposta de ato normativo estará disponível na íntegra no portal da Anvisa na internet e as sugestões deverão ser enviadas eletronicamente por meio do preenchimento de formulário específico, disponível no endereço: http://formsus.datasus.gov.br/site/formulario.php?id_aplicacao=37487;.

§1º As contribuições recebidas são consideradas públicas e estarão disponíveis a qualquer interessado por meio de ferramentas contidas no formulário eletrônico, no menu "resultado", inclusive durante o processo de consulta.

§2º Ao término do preenchimento do formulário eletrônico será disponibilizado ao interessado número de protocolo do registro de sua participação, sendo dispensado o envio postal ou protocolo presencial de documentos em meio físico junto à Agência.

§3º Em caso de limitação de acesso do cidadão a recursos informatizados será permitido o envio e recebimento de sugestões por escrito, em meio físico, durante o prazo de consulta, para o seguinte endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Gerência Geral de Toxicologia (GGTOX), SIA trecho 5, Área Especial 57, Brasília-DF, CEP 71.205-050.

§4º Excepcionalmente, contribuições internacionais poderão ser encaminhadas em meio físico, para o seguinte endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Assessoria de Assuntos Internacionais - AINTE, SIA trecho 5, Área Especial 57, Brasília-DF, CEP 71.205-050.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, ao final, publicará o resultado da consulta pública no portal da Agência.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com órgãos e entidades envolvidos com o assunto, bem como aqueles que tenham manifestado interesse na matéria, para subsidiar posteriores discussões técnicas e a deliberação final da Diretoria Colegiada.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processo nº: 25351.541952/2009-58
Assunto: Proposta de revisão da Portaria n. 03 de 16 de janeiro de 1992
Agenda Regulatória 2017-2018: Subtema nº 65.1
Regime de Tramitação: Comum
Área responsável: Gerência Geral de Toxicologia (GGTOX)
Relator: Jarbas Barbosa da Silva Jr.

CONSULTA PÚBLICA Nº 484, DE 16 DE MARÇO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 6 de março de 2018, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias para envio de comentários e sugestões ao texto da proposta de Resolução da Diretoria Colegiada que dispõe sobre os critérios para avaliação e classificação toxicológica de agrotóxicos, componentes, afins e preservativos de madeira, no âmbito da Anvisa, e dá outras providências, conforme Anexo.

Parágrafo único. O prazo de que trata este artigo terá início 7 (sete) dias após a data de publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

Art. 2º A proposta de ato normativo estará disponível na íntegra no portal da Anvisa na internet e as sugestões deverão ser enviadas eletronicamente por meio do preenchimento de formulário específico, disponível no endereço: http://formsus.datasus.gov.br/site/formulario.php?id_aplicacao=37486.

§1º As contribuições recebidas são consideradas públicas e estarão disponíveis a qualquer interessado por meio de ferramentas contidas no formulário eletrônico, no menu "resultado", inclusive durante o processo de consulta.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900055

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§2º Ao término do preenchimento do formulário eletrônico será disponibilizado ao interessado número de protocolo do registro de sua participação, sendo dispensado o envio postal ou protocolo presencial de documentos em meio físico junto à Agência.

§3º Em caso de limitação de acesso do cidadão a recursos informatizados será permitido o envio e recebimento de sugestões por escrito, em meio físico, durante o prazo de consulta, para o seguinte endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/ Gerência Geral de Toxicologia - GGTOX, SIA trecho 5, Área Especial 57, Brasília-DF, CEP 71.205-050.

§4º Excepcionalmente, contribuições internacionais poderão ser encaminhadas em meio físico, para o seguinte endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Assessoria de Assuntos Internacionais - AINTE, SIA trecho 5, Área Especial 57, Brasília-DF, CEP 71.205-050.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, ao final, publicará o resultado da consulta pública no portal da Agência.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com órgãos e entidades envolvidos com o assunto, bem como aqueles que tenham manifestado interesse na matéria, para subsidiar posteriores discussões técnicas e a deliberação final da Diretoria Colegiada.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processo nº: 25351.541952/2009-58
Assunto: Proposta de revisão da Portaria n. 03 de 16 de janeiro de 1992
Agenda Regulatória 2017-2020: Subtema nº 65.1.
Regime de Tramitação: Comum
Área responsável: Gerência Geral de Toxicologia - GGTOX
Relator: Jarbas Barbosa da Silva Jr.

CONSULTA PÚBLICA Nº 485, DE 16 DE MARÇO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 6 de março de 2018, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias para envio de comentários e sugestões ao texto da proposta de Resolução da Diretoria Colegiada que dispõe sobre os critérios para avaliação do risco dietético e ocupacional decorrente da exposição humana no âmbito da Anvisa, conforme Anexo.

Parágrafo único. O prazo de que trata este artigo terá início 7 (sete) dias após a data de publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

Art. 2º A proposta de ato normativo estará disponível na íntegra no portal da Anvisa na internet e as sugestões deverão ser enviadas eletronicamente por meio do preenchimento de formulário específico, disponível no endereço: http://formsus.datasus.gov.br/site/formulario.php?id_aplicacao=37488

§1º As contribuições recebidas são consideradas públicas e estarão disponíveis a qualquer interessado por meio de ferramentas contidas no formulário eletrônico, no menu "resultado", inclusive durante o processo de consulta.

§2º Ao término do preenchimento do formulário eletrônico será disponibilizado ao interessado número de protocolo do registro de sua participação, sendo dispensado o envio postal ou protocolo presencial de documentos em meio físico junto à Agência.

§3º Em caso de limitação de acesso do cidadão a recursos informatizados será permitido o envio e recebimento de sugestões por escrito, em meio físico, durante o prazo de consulta, para o seguinte endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/ Gerência Geral de Toxicologia (GGTOX), SIA trecho 5, Área Especial 57, Brasília-DF, CEP 71.205-050.

§4º Excepcionalmente, contribuições internacionais poderão ser encaminhadas em meio físico, para o seguinte endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Assessoria de Assuntos Internacionais - AINTE, SIA trecho 5, Área Especial 57, Brasília-DF, CEP 71.205-050.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, ao final, publicará o resultado da consulta pública no portal da Agência.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com órgãos e entidades envolvidos com o assunto, bem como aqueles que tenham manifestado interesse na matéria, para subsidiar posteriores discussões técnicas e a deliberação final da Diretoria Colegiada.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processo nº: 25351.541952/2009-58
Assunto: Proposta de de revisão da Portaria n. 03 de 16 de janeiro de 1992
Agenda Regulatória 2017 - 2020: Subtema nº 65.1.
Regime de Tramitação:Comum
Área responsável: Gerência Geral de Toxicologia (GGTOX)
Relator: Jarbas Barbosa da Silva Jr.

CONSULTA PÚBLICA Nº 486, DE 16 DE MARÇO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 06 de março de 2018, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias para envio de comentários e sugestões ao texto da Instrução Normativa que estabelece e dá publicidade à lista de componentes não ativos de agrotóxicos e afins considerados avaliados e à lista de componentes não autorizados para uso em agrotóxicos e afins, conforme Anexo.

Parágrafo único. O prazo de que trata este artigo terá início 7 (sete) dias após a data de publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

Art. 2º A proposta de ato normativo estará disponível na íntegra no portal da Anvisa na internet e as sugestões deverão ser enviadas eletronicamente por meio do preenchimento de formulário específico, disponível no endereço: http://formsus.datasus.gov.br/site/formulario.php?id_aplicacao=37486.

§1º As contribuições recebidas são consideradas públicas e estarão disponíveis a qualquer interessado por meio de ferramentas contidas no formulário eletrônico, no menu "resultado", inclusive durante o processo de consulta.

§2º Ao término do preenchimento do formulário eletrônico será disponibilizado ao interessado número de protocolo do registro de sua participação, sendo dispensado o envio postal ou protocolo presencial de documentos em meio físico junto à Agência.

§3º Em caso de limitação de acesso do cidadão a recursos informatizados será permitido o envio e recebimento de sugestões por escrito, em meio físico, durante o prazo de consulta, para o seguinte endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/GGTOX, SIA trecho 5, Área Especial 57, Brasília-DF, CEP 71.205-050.

§4º Excepcionalmente, contribuições internacionais poderão ser encaminhadas em meio físico, para o seguinte endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Assessoria de Assuntos Internacionais - AINTE, SIA trecho 5, Área Especial 57, Brasília-DF, CEP 71.205-050.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, ao final, publicará o resultado da consulta pública no portal da Agência.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com órgãos e entidades envolvidos com o assunto, bem como aqueles que tenham manifestado interesse na matéria, para subsidiar posteriores discussões técnicas e a deliberação final da Diretoria Colegiada.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processo nº: 25351.541952/2009-58
Assunto: Proposta de de Instrução Normativa (IN) que estabelece e dá publicidade à lista de componentes não ativos de agrotóxicos e afins considerados avaliados e à lista de componentes não autorizados para uso em agrotóxicos e afins.
Agenda Regulatória 2017-2020: Subtema nº Subtema nº 65.1
Regime de Tramitação: Comum
Área responsável: GGTOX
Relator: Jarbas Barbosa da Silva Jr

DIRETORIA DE AUTORIZAÇÃO E REGISTRO SANITÁRIOS

GERÊNCIA-GERAL DE ALIMENTOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 620, DE 15 DE MARÇO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 598, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

(*)(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 621, DE 15 DE MARÇO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 598, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Indeferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 622, DE 15 DE MARÇO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Alimentos no uso da atribuição que lhe fora conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 598, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Conceder a revalidação automática do registro do alimento, sob o número de processo constante do anexo desta Resolução, nos termos do artigo 3º do Decreto-Lei nº. 986, de 21 de outubro de 1969 e do item 7.1 da Resolução Anvisa nº. 23, de 15 de março de 2000.

Art. 2º A revalidação abrange as petições que ainda não foram objetos de decisão por parte da Anvisa.

Art. 3º A revalidação automática não se aplica às petições de revalidação de registro protocolados fora do prazo estabelecido nos termos do item 7.1 da Resolução Anvisa nº. 23, de 15 de março de 2000.

Art. 4º As petições revalidadas automaticamente serão analisadas, podendo a Administração indeferir o pedido de revalidação e cancelar o registro que tenha sido automaticamente revalidado ou ratificá-lo, deferindo o pedido de revalidação.

Art. 5º Os produtos com registros revalidados podem ser consultados no link: http://www7.anvisa.gov.br/datavisa/Consulta_Produto/consulta_alimento.asp.

Art. 6º Será considerada a data de revalidação do registro contada a partir do final da vigência do período de validade anterior, sem haver interrupção na regularidade do registro.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 640, DE 15 DE MARÇO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria Nº 600, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir as solicitações de registros de medicamentos pelo procedimento simplificado - clone, sob os números de processos constantes do anexo desta Resolução, em virtude da desistência da solicitação de registro dos respectivos processos matriz, solicitada pelas empresas peticionantes.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VARLEY DIAS SOUSA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 641, DE 15 DE MARÇO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria Nº 600, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Publicar a desistência a pedido dos expedientes de medicamentos similares, genéricos, novos, específicos, dinamizados, fitoterápicos, biológicos e radiofármacos e de insumos farmacêuticos ativos, sob o nº. de expedientes constantes do anexo desta Resolução, nos termos do Art. 51 da Lei nº. 9.784 de 1999.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VARLEY DIAS SOUSA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900056

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO-RE Nº 642, DE 15 DE MARÇO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria Nº 600, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VARLEY DIAS SOUSA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 643, DE 15 DE MARÇO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria Nº 600, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VARLEY DIAS SOUSA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 644, DE 15 DE MARÇO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria Nº 600, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Cancelar o registro sanitário de medicamentos e produtos biológicos, ou de apresentações, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

VARLEY DIAS SOUSA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE nº 2.578, de 28 de setembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União n°. 189 de 02 de outubro de 2017, Seção 1 Pág. 58 e Suplemento Pág. 14, referente ao processo 25351.239563/2017-21:

Onde se lê:

MYRALIS INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA
17440261000125
HEDERA HELIX (HERA)
FLUIJET 25351.239563/2017-21 05/2018
11199 MEDICAMENTO FITOTERÁPICO - SOLICITAÇÃO DE
TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (OPERAÇÃO
COMERCIAL) 0780970/17-1
1.3764.0137.001-6 24 Meses
7,5 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 30 ML + COP + SER DOS
1.3764.0137.002-4 24 Meses
7,5 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 100 ML + COP + SER DOS
1.3764.0137.003-2 24 Meses
7,5 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 200 ML + COP + SER DOS
1.3764.0137.004-0 24 Meses
7,5 MG/ML XPE CT FR PLAS AMB X 30 ML + COP + SER DOS
1.3764.0137.005-9 24 Meses
7,5 MG/ML XPE CT FR PLAS AMB X 100 ML + COP + SER DOS
1.3764.0137.006-7 24 Meses
7,5 MG/ML XPE CT FR PLAS AMB X 200 ML + COP + SER DOS
1.3764.0137.007-5 24 Meses
56,25 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS INC X 4
1.3764.0137.008-3 24 Meses
56,25 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS INC X 8
1.3764.0137.009-1 24 Meses
56,25 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS INC X 10
1.3764.0137.010-5 24 Meses
56,25 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS INC X 20
1.3764.0137.011-3 24 Meses
56,25 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS INC X 30
1.3764.0137.012-1 24 Meses
56,25 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS INC X 60
1.3764.0137.013-1 24 Meses
7,5 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 30 ML + COP
1.3764.0137.014-8 24 Meses
7,5 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 100 ML + COP
1.3764.0137.015-6 24 Meses
7,5 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 200 ML + COP
1.3764.0137.016-4 24 Meses
7,5 MG/ML XPE CT FR PLAS AMB X 30 ML + COP
1.3764.0137.017-2 24 Meses
7,5 MG/ML XPE CT FR PLAS AMB X 100 ML + COP
1.3764.0137.018-0 24 Meses
7,5 MG/ML XPE CT FR PLAS AMB X 200 ML + COP

Leia-se:

MYRALIS INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA
17440261000125
HEDERA HELIX (HERA)
FLUIJET 25351.239563/2017-21 05/2018
11199 MEDICAMENTO FITOTERÁPICO - SOLICITAÇÃO DE
TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (OPERAÇÃO
COMERCIAL) 0780970/17-1
1.1462.0002.001-3 24 Meses
7,5 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 30 ML + COP + SER DOS
1.1462.0002.002-1 24 Meses
7,5 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 100 ML + COP + SER DOS
1.1462.0002.003-1 24 Meses
7,5 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 200 ML + COP + SER DOS
1.1462.0002.004-8 24 Meses
7,5 MG/ML XPE CT FR PLAS AMB X 30 ML + COP + SER DOS
1.1462.0002.005-6 24 Meses
7,5 MG/ML XPE CT FR PLAS AMB X 100 ML + COP + SER DOS
1.1462.0002.006-4 24 Meses
7,5 MG/ML XPE CT FR PLAS AMB X 200 ML + COP + SER DOS
1.1462.0002.007-2 24 Meses
56,25 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS INC X 4
1.1462.0002.008-0 24 Meses
56,25 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS INC X 8
1.1462.0002.009-9 24 Meses
56,25 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS INC X 10
1.1462.0002.010-2 24 Meses
56,25 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS INC X 20
1.1462.0002.011-0 24 Meses
56,25 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS INC X 30
1.1462.0002.012-9 24 Meses
56,25 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS INC X 60
1.1462.0002.013-7 24 Meses
7,5 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 30 ML + COP
1.1462.0002.014-5 24 Meses
7,5 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 100 ML + COP
1.1462.0002.015-3 24 Meses
7,5 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 200 ML + COP
1.1462.0002.016-1 24 Meses
7,5 MG/ML XPE CT FR PLAS AMB X 30 ML + COP
1.1462.0002.017-1 24 Meses
7,5 MG/ML XPE CT FR PLAS AMB X 100 ML + COP
1.1462.0002.018-8 24 Meses
7,5 MG/ML XPE CT FR PLAS AMB X 200 ML + COP

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE nº 2.813, de 20 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União n°. 203, de 23 de outubro de 2017, Seção 1 Pág. 153 e Suplemento Pág. 24, referente ao processo 25351.238290/2015-06.

Onde se lê:

MOMENTA FARMACÊUTICA LTDA. 14806008000154
ácido zoledrônico monoidratado
DENSIS 25351.238290/2015-06 10/2020
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 1865114/ 16- 3
(1414 GENERICO - INCLUSÃO DE NOVA CONCENTRAÇÃO JÁ
REGISTRADA NO PAÍS - 1713675/16-0 - 25351.515342/2009-83)
1.9427.0023.004-1 24 Meses
5MG SOL INJ CT FR PLAS TRANS SIST FECH X 100ML

Leia-se:

MOMENTA FARMACÊUTICA LTDA. 14806008000154
ácido zoledrônico monoidratado
DENSIS 25351.238290/2015-06 10/2020
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 1865114/ 16- 3
(1414 GENERICO - INCLUSÃO DE NOVA CONCENTRAÇÃO JÁ
REGISTRADA NO PAÍS - 1713675/16-0 - 25351.515342/2009-83)
1.9427.0023.004-1 24 Meses
5MG/100ML SOL INJ CT FR PLAS TRANS SIST FECH X 100ML

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE nº 2.813, de 20 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União n°. 203, de 23 de outubro de 2017, Seção 1 Pág. 153 e Suplemento Pág. 24, referente ao processo 25351.515342/2009-83.

Onde se lê:

EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A. 61190096000192
ácido zoledrônico monoidratado
ÁCIDO ZOLEDRÔNICO 25351.515342/2009-83 01/2020
1414 GENERICO - INCLUSÃO DE NOVA CONCENTRAÇÃO JÁ
REGISTRADA NO PAÍS 1713675/16-0
1.0043.1026.004-1 24 Meses
5MG SOL INJ CT FR PLAS TRANS SIST FECH X 100ML

Leia-se:

EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A. 61190096000192
ácido zoledrônico monoidratado
ÁCIDO ZOLEDRÔNICO 25351.515342/2009-83 01/2020
1414 GENERICO - INCLUSÃO DE NOVA CONCENTRAÇÃO JÁ
REGISTRADA NO PAÍS 1713675/16-0
1.0043.1026.004-1 24 Meses
5MG/100ML SOL INJ CT FR PLAS TRANS SIST FECH X 100ML

GERÊNCIA-GERAL DE TECNOLOGIA DE PRODUTOS PARA SAÚDE

RESOLUÇÃO-RE Nº 677, DE 15 DE MARÇO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 678, DE 15 DE MARÇO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 679, DE 15 DE MARÇO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Indeferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° O motivo do indeferimento do processo/petição deverá ser consultado no site: http://www.anvisa.gov.br.

Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 680, DE 15 DE MARÇO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Conceder a Transferência de Titularidade de Registro ou Cadastro e por consequente, cancelar o Registro ou Cadastro dos Produtos para Saúde na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor no prazo de 90 (noventa) dias, após a sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900057

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO-RE Nº 681, DE 15 DE MARÇO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa, em atendimento à decisão da ação ordinária nº 51051-50.2012.4.01.3400 - 21ª Vara Federal/DF, que confirma a antecipação de tutela e determina à ANVISA a aceitar os certificados de boas práticas estrangeiros ou seus congêneres, nas hipóteses em que os pedidos de inspeção internacional feitos pelos filiados da ABIMED (Associação Brasileira da Indústria de Alta Tecnologia de Equipamentos, Produtos e Suprimentos Médico-Hospitalares) estejam protocolados e paralisados há mais de seis meses, sem prejuízo da inspeção internacional a ser feita posteriormente pela ANVISA para fins de confirmação ou não da avaliação estrangeira.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE n° 1.709 de 15 de abril de 2010, publicada em DOU 73 de 19 de abril de 2010, Seção 1 página 110 e em suplemento página 63.

Onde se lê:

MAQUET CARDIOPULMONARY DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A 1.03906-9

Dispositivo Para Anastomose 25351.308097/2009-21

SISTEMA DE BOMBEAMENTO A VÁCUO ACROBAT SUV

FABRICANTE : MAQUET CARDIOVASCULAR LLC - ESTADOS UNIDOS

DISTRIBUIDOR : MAQUET PUERTO RICO INC - ESTADOS UNIDOS

DISTRIBUIDOR : MAQUET CARDIOVASCULAR LLC - ESTADOS UNIDOS

OM-9000S; X04-9000S

CLASSE : IV 10390690051

8027 - Registro de Famílias de Material de Uso Médico IMPORTADO

Leia-se:

MAQUET CARDIOPULMONARY DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A 1.03906-9

Dispositivo Para Anastomose 25351.308097/2009-21

SISTEMA DE BOMBEAMENTO A VÁCUO ACROBAT SUV

FABRICANTE : MAQUET CARDIOVASCULAR LLC - ESTADOS UNIDOS

DISTRIBUIDOR : MAQUET PUERTO RICO INC - ESTADOS UNIDOS

DISTRIBUIDOR : MAQUET CARDIOVASCULAR LLC - ESTADOS UNIDOS

OM-9000S; X04-9000S

CLASSE : IV 10390690051

8542 - Registro de Sistema de Material de Uso Médico IMPORTADO

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE n° 403, de 22 de fevereiro de 2018, publicada no DOU nº 38, de 26 de fevereiro de 2018, Seção 1 página 79 e em suplemento página 68.

Onde se lê:

Telas 25351.302519/2016-40

Conservia Sling Médio Ureteral Transvaginal

FABRICANTE : BOSTON SCIENTIFIC CORPORATION - ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

...

CLASSE : III 10341350895

80020 - EQUIPAMENTO - Alteração/Inclusão de Fabricante ou Local de Fabricação

Leia-se:

Telas 25351.302519/2016-40

Conservia Sling Médio Ureteral Transvaginal

FABRICANTE : BOSTON SCIENTIFIC CORPORATION - ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

...

CLASSE : III 10341350895

8046 - MATERIAL - Inclusão/Alteração de fabricante em registro

GERÊNCIA-GERAL DE TOXICOLOGIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 675, DE 15 DE MARÇO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 599, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GRAZIELA COSTA ARAUJO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 676, DE 15 DE MARÇO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 599, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar, no âmbito da Anvisa, a avaliação de resíduos dos produtos agrotóxicos, componentes e afins, conforme relação anexa.

Art. 2º A publicação do extrato desta avaliação de resíduos não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GRAZIELA COSTA ARAUJO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

DIRETORIA DE CONTROLE E MONITORAMENTO SANITÁRIOS

DESPACHO Nº 45, DE 15 DE MARÇO DE 2018

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio do Despacho do Diretor-Presidente n° 48, publicado no Diário Oficial da União, em 10 de julho de 2017, e em razão da reorganização administrativa, que se encontra em andamento, visando ao adequado cumprimento da Lei nº 13.411, de 2016, bem como diante do grande acervo de recursos protocolados antes da vigência da nova legislação, resolve:

Prorrogar por até noventa dias, nos termos do art. 15, §§ 4º e 5º, da Lei nº 9.782/99, o(s) prazo(s) para publicação de decisão referente ao(s) recurso(s) administrativo(s) listado(s) no Anexo.

WILLIAM DIB

ANEXO

Empresa: PHADIA DIAGNOSTICOS LTDA
CNPJ: 04.930.429/0001-39
Processo: 25351.610985/2017-83
Expediente: 00075092/18-1
Nome Comercial (Produto): Família EiliA APS Control
Data do Protocolo: 29/01/2018

Empresa: PHADIA DIAGNOSTICOS LTDA
CNPJ: 04.930.429/0001-39
Processo: 25351.610988/2017-17
Expediente: 0075154/18-5
Nome Comercial (Produto): Família EliA ANCA/GBM Control
Data do Protocolo: 29/01/2018

Empresa: PHADIA DIAGNOSTICOS LTDA
CNPJ: 04.930.429/0001-39
Processo: 25351.611001/2017-81
Expediente: 0075161/18-8
Nome Comercial (Produto): Família EliA IgG/IgM/IgA Control
Data do Protocolo: 29/01/2018

Empresa: PHADIA DIAGNOSTICOS LTDA
CNPJ: 04.930.429/0001-39
Processo: 25351.610990/2017-96
Expediente: 0075090/18-5
Nome Comercial (Produto): Família EliA Celiac Control
Data do Protocolo: 29/01/2018

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 625, DE 15 DE MARÇO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 626, DE 15 DE MARÇO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 627, DE 15 DE MARÇO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para as Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 628, DE 15 DE MARÇO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 629, DE 15 DE MARÇO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900058

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO-RE Nº 630, DE 15 DE MARÇO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 631, DE 15 DE MARÇO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Cancelar, a pedido, a atividade/classe da Autorização de Funcionamento dos estabelecimentos Farmácias e Drogarias, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 632, DE 15 DE MARÇO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes do anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 633, DE 15 DE MARÇO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 634, DE 15 DE MARÇO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Cancelar, a pedido, a Autorização Especial das Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 635, DE 15 DE MARÇO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 636, DE 15 DE MARÇO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 637, DE 15 DE MARÇO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Cancelar, a pedido, a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 638, DE 15 DE MARÇO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 639, DE 15 DE MARÇO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 651, DE 15 DE MARÇO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016,

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 652, DE 15 DE MARÇO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016,

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) Empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 653, DE 15 DE MARÇO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016,

Considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos, ou o descumprimento dos procedimentos de petições submetidas à análise, preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Indeferir o(s) Pedido(s) de Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos da(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 654, DE 15 DE MARÇO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016,

Considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 43, da Resolução RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900059

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO-RE Nº 655, DE 15 DE MARÇO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 656, DE 15 DE MARÇO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Insumos Farmacêuticos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 657, DE 15 DE MARÇO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando a necessidade de alteração na Certificação de Boas Práticas de Fabricação, resolve:

Art. 1º Alterar a razão social da empresa Novartis Biociências S.A., CNPJ n° 56.994.502/0001-30, para Mylan Laboratórios Ltda., CNPJ n° 11.643.096/0001-22, na certificação publicada por meio da Resolução RE n° 196, de 25 de janeiro de 2017, no Diário Oficial da União n° 21, de 30 de janeiro de 2017, Seção I, pág. 104 e suplemento da Seção I, págs. 23 e 24, conforme expedientes n° 2168193/16-7 e 2203723/17-3.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 658, DE 15 DE MARÇO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 43, da Resolução RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 659, DE 15 DE MARÇO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016 e,

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Cosméticos, Produtos de Higiene Pessoal e Perfumes, RESOLVE:

Art. 1º Conceder à empresa constante no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Cosméticos, Produtos de Higiene Pessoal e Perfumes.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 660, DE 15 DE MARÇO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016 e,

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Saneantes Domissanitários, RESOLVE:

Art. 1º Conceder à empresa constante no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Saneantes Domissanitários.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 661, DE 15 DE MARÇO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária Substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016 e,

considerando os arts. 12 e art. 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando os arts. 2º, inciso VII, 6º e 7º, inciso XV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando a comprovação da fabricação do produto cosmético sem notificação na Anvisa INGEL MAXX PREMIUM FOREVER LISS PROFESSIONAL até 30/10/2017, pela empresa ITC Cosméticos Ltda. - EPP, CNPJ nº 21.752.748/0001-10,

considerando os Laudos de Análise Fiscais Definitivos n.º 250.CP.0/2017 e 861.CP.0/2017, emitidos pelo Laboratório Central de Saúde Pública de Pernambuco, que apresentaram resultado insatisfatório no ensaio de pesquisa de formaldeído do produto cosmético 2 STEP INGEL MAXX PREMIUM FOREVER LISS PROFESSIONAL, resolve:

Art. 1º Proibir a distribuição, comercialização e uso de todos os lotes fabricados até 30/10/2017 do produto 2 STEP INGEL MAXX PREMIUM FOREVER LISS PROFESSIONAL fabricado ITC Cosméticos Ltda. - EPP, CNPJ nº 21.752.748/0001-10, localizada na Rua Tenente Ferreira, 1187, Centro, Novo Horizonte/SP.

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo ao produto descrito no art. 1º da presente Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 662, DE 15 DE MARÇO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária Substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando o art. 23 da Lei 6.437, de 20 de agosto de 1977;

considerando os Laudos de Análise Fiscais iniciais n.º 3740.1P.0/2017 e 3799.1P.0/2017 emitidos pela Fundação Ezequiel Dias (FUNED) que apresentaram resultado insatisfatório no ensaio de teor de cloro do produto ÁGUA SANITÁRIA DACLOR, resolve:

Art. 1º. Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a interdição cautelar dos lotes 17/181 E10 e 17/248 E11 do produto ÁGUA SANITÁRIA DACLOR fabricados por Total Química Ltda. (CNPJ 68.418.433/0001-03).

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e vigorará pelo prazo de noventa dias.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 663, DE 15 DE MARÇO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016 e,

considerando o art. 23 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977;

considerando o Laudo de Análise Fiscal inicial n.º 1625.1P.0/2017, emitido pelo Laboratório Central de saúde Pública - LACEN/PE, que apresentou resultado insatisfatório nos ensaios de Pesquisa de Formaldeído e rotulagem, para o lote 5444 do produto BIO AMAZÔNICA (ARGILA TERAPIA), marca NATUMAXX, resolve:

Art. 1º. Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a interdição cautelar do lote 5444, Val. 08/2019) do produto BIO AMAZÔNICA (ARGILA TERAPIA), marca NATUMAXX, fabricado por EMBRATEC ENVASO LTDA, CNPJ: 02.912.055/0001-01.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e vigorará pelo prazo de noventa dias.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 664, DE 15 DE MARÇO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária Substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando os arts. 6º e 7º, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando a comprovação da fabricação do Cosmético ROYAL POWER ORGANIC PROTEIN NATURELLE pela empresa Naturallmix Cosmeticos Ltda. - ME em desacordo com a resolução RDC n.º 7/2015, por notificar indevidamente um produto alisante, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da fabricação, distribuição, importação, divulgação, comercialização e uso do produto ROYAL POWER ORGANIC PROTEIN NATURELLE fabricado pela empresa Naturallmix Cosmeticos Ltda. - ME (CNPJ: 14.001.427/0001-19), Autorização de Funcionamento nº 2.07.246-2.

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo ao produto descrito no art. 1º da presente Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 666, DE 15 DE MARÇO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016 e,

considerando os arts. 12, 50 e art. 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando os arts. 2º, inciso VII, 6º e 7º, inciso XV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando a comprovação do fracionamento irregular e comércio dos produtos saneantes sem registro, notificação ou cadastro na Anvisa, BARRILHA LEVE e SULFATO DE ALUMÍNIO, por Aquaquímica Comercial Ltda., CNPJ nº 67.535.088/0001-17, que não possui Autorização de Funcionamento nesta Agência, resolve:

Art. 1º Proibir a fabricação, fracionamento, distribuição, divulgação, comercialização e uso dos produtos BARRILHA LEVE e SULFATO DE ALUMÍNIO, bem como de todos os produtos sujeitos a vigilância sanitária fabricados e/ou produzidos por Aquaquímica Comercial Ltda., CNPJ nº 67.535.088/0001-17.

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo ao produto descrito no art. 1º da presente Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900060

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO-RE Nº 667, DE 15 DE MARÇO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária Substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016 e,

considerando os arts. 12 e art. 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando os arts. 2º, inciso VII, 6º e 7º, inciso XV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando a comprovação da fabricação do produto cosmético sem notificação na Anvisa MAXXDONNA PROFISSIONAL MATUTINHA MÁSCARA 02 REDUTORA DE VOLUME até 04/01/2018, pela empresa G.A.M. Cosmeticos Ltda. - ME, CNPJ nº 13.904.079/0001-27,

considerando o Laudo de Análise Fiscal n.º 1623.1P.0/2017 emitido pelo Laboratório Central de Saúde Pública de Pernambuco que apresentou resultado insatisfatório no ensaio de pesquisa de formaldeído do produto cosmético MAXXDONNA PROFISSIONAL MATUTINHA MÁSCARA 02 REDUTORA DE VOLUME, resolve:

Art. 1º Proibir a distribuição, comercialização e uso de todos os lotes fabricados até 04/01/2018 do produto MAXXDONNA PROFISSIONAL MATUTINHA MÁSCARA 02 REDUTORA DE VOLUME fabricado G.A.M. Cosmeticos Ltda. - ME, CNPJ nº 13.904.079/0001-27, localizada na Rua São Domingos, 212, Jardim Paulista, Araçatuba - SP.

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo ao produto descrito no art. 1º da presente Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 668, DE 15 DE MARÇO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária Substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando os arts. 6° e 7° da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando a comprovação da fabricação e comercialização do produto cosmético em desacordo com a legislação, FOREVER LISS BTOX, pela empresa AGUSS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA-ME;

considerando o Laudo de Análise Fiscal de Contraprova n.º 640.CP.0/2017, emitido pelo Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN-PE, que confirmou o resultado insatisfatório obtido na análise inicial para o ensaio de Pesquisa de Formaldeído do Produto Cosmético FOREVER LISS BOTOX, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto FOREVER LISS BOTOX, lote: 054, fabricado pela empresa AGUSS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA-ME, CNPJ: 09.399.638/0001-11 localizada na Rua Naya Silva de Conte, n° 70 - Distrito Industrial Agudos - Agudos/SP, CEP: 17120-000.

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque que se encontre no mercado, relativo ao produto descrito no art. 1º da presente Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 670, DE 15 DE MARÇO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando a necessidade de alteração na Certificação de Boas Práticas de Fabricação, resolve:

Art. 1º Alterar a razão social da empresa fabricante na certificação solicitada pela empresa Genzyme do Brasil Ltda, CNPJ n. º 68.132.950/0001-03, publicada pela Resolução RE nº 2.852, de 09 de outubro de 2015, no Diário Oficial da União nº. 195, de 13 de outubro de 2015, Seção I, pág. 40 e suplemento da Seção I, pág. 98 e 99, de Genzyme Biosurgery para Genzyme Corporation, conforme expedientes nº 0458576/12-3 e 2266228/16-6.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 671, DE 15 DE MARÇO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Produtos para a Saúde, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 672, DE 15 DE MARÇO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando a Declaração de Cooperação firmada em 27 de novembro de 2012 entre as Autoridades Regulatórias participantes do Programa de Auditoria Única em Produtos para a Saúde (MDSAP - Medical Device Single Audit Program);

Considerando o Art. 7° da Lei n° 9.782, de 26 de janeiro de 1999, alterado pelo Art. 128 da Lei n°13.097, de 19 de janeiro de 2015;

Considerando o Art. 1º da Resolução-RE n° 392, de 20 de fevereiro de 2018;

Considerando o parecer da área técnica emitido com base em relatório válido de auditoria realizada por organismo auditor terceiro reconhecido pela Anvisa para realizar auditorias regulatórias em estabelecimentos fabris de Produtos para Saúde;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Produtos para Saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa constante no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 673, DE 15 DE MARÇO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 43, da Resolução RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa constante no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 674, DE 15 DE MARÇO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando a necessidade de alteração na Certificação de Boas Práticas de Fabricação em razão de transferência de titularidade, conforme a Resolução RDC nº 102, de 24 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º Alterar a empresa solicitante na certificação da empresa Hain Lifescience GmbH., publicada pela Resolução RE nº 2.707, de 11/10/2017, no Diário Oficial da União - Seção 1, Edição nº 198, de 16/10/2017, Pág. 59 e em Suplemento ANVISA, pág. 210, de Biomerieux Brasil Industria e Comercio de Produtos Laboratoriais Ltda., CNPJ nº 33.040.635/0001-71; para Mobius Life Science Indústria e Comercio de Produtos para Laboratórios Ltda., CNPJ nº 04.645.160/0001-49, conforme expedientes nº 0142249/13-9 e 2265485/17-2.

Art. 2º Alterar a empresa solicitante na certificação da empresa Medicoat SAS, publicada pela Resolução RE nº 1.881, de 13 de julho de 2017 no Diário Oficial da União nº.135, de 17 de julho de 2017, Seção 1, pág. 44, e em suplemento da Seção I, pág. 25, DE: BIOTECHNOLOGY ORTOPEDIA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, CNPJ nº 58.647.355/0001-57; PARA: MDT INDÚSTRIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE IMPLANTES SA, CNPJ nº 01.025.974/0001-92, conforme expedientes nº 0040349/12-1 e 196390/17-2.

Art. 3º Alterar a empresa solicitante na certificação da empresa THD SpA, publicada pela Resolução RE nº 1.357, de 22 de maio de 2017, no Diário Oficial da União nº. 101, de 29 de maio de 2017, Seção 1, pág. 62, e em suplemento da Seção I, págs. 09 e 11 de THD do Brasil Comércio de Equipamentos Cirúrgicos e Correlatos Ltda, CNPJ nº 11.064.990/0001-48; para Emergo Brazil Import Importação e Distribuição de Produtos Médicos Hospitalares Ltda, CNPJ nº 04.967.408/0001-98, conforme expedientes nº 510135/11-2 e 2194441/17-5.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO - RE Nº 682, DE 16 DE MARÇO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando o art. 7º, XV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando a RDC nº 17, de 16 de abril de 2010;

considerando o agravo de instrumento (202) nº 1003759-57.2018.4.01.0000, processo referência: 1001119-66.2018.4.01.3400, que deferiu, em parte, o pedido de antecipação da tutela recursal, a fim de suspender os efeitos da Resolução nº 2.770/2017 apenas quanto à determinação de inutilização dos medicamentos apreendidos, resolve:

Art. 1º Revogar parcialmente a Resolução - RE nº 2.770, publicada no Diário Oficial da União em 20 de outubro de 2017, página nº 160, deixando de determinar a inutilização de todos os medicamentos fabricados pelo Laboratório Belém Jardim Ltda (CNPJ: 17.299.140/0001-05) disponíveis no mercado que se encontrem dentro do prazo de validade.

Art. 2º Permanece em vigor, como medida de interesse sanitário, a apreensão de todos os medicamentos fabricados pelo Laboratório Belém Jardim Ltda (CNPJ: 17.299.140/0001-05) disponíveis no mercado que se encontrem dentro do prazo de validade

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RETIFICAÇÃO

Na Resolução RE nº 2.595, de 29 de setembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 189, de 02 de outubro de 2017, seção 1, página 61, e em suplemento da Seção 1, página 82 e retificada no Diário Oficial da União nº 212, de 06 de novembro de 2017, Seção 1, pág. 100, referente à certificação da empresa EMS S/A, CNPJ: 57.507.378/0001-01, conforme expedientes nº 0473869/17-1, 2132008/17-0 e 0076869/18-3.

Onde se lê:

Sólidos não estéreis: Comprimidos; Comprimidos Efervescentes; Comprimidos Revestidos; Cápsulas; Pastilhas; Pós

Sólidos não estéreis (PENICILÍNICOS): Comprimidos; Comprimidos Revestidos; Cápsulas; Pós

Sólidos não estéreis (Cefalosporínicos): Comprimidos; Comprimidos Revestidos; Cápsulas; Pós

Sólidos não estéreis (hormônios): Comprimidos; Comprimidos Revestidos

Leia-se:

Sólidos não estéreis: cápsulas, comprimidos, comprimidos revestidos e pós.

Sólidos não estéreis (Cefalosporínicos): Comprimidos; Comprimidos Revestidos; Cápsulas; Pós

Sólidos não estéreis (hormônios): Comprimidos; Comprimidos Revestidos.

Na Resolução RE nº 505, de 1º de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 43, de 5 de março de 2018, seção 1, página 50, e em suplemento da Seção 1, página 90, referente à certificação da empresa DR. REDDY'S LABORATORIES LIMITED TO - UNIT 3, solicitada pela empresa DR. REDDYS FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA, CNPJ: 03.978.166/0001-75, conforme expedientes nº 1186246/17-7 e 0189233/18-8.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900061

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Onde se lê:
EMPRESA FABRICANTE: DR. REDDY'S LABORATORIES LIMITED, FORMULATIONS TECHNICAL OPERATIONS -
UNIT II
ENDEREÇO: SURVEY, N° 42,45 & 46 BACHUPALLY
VILLAGE, BACHUPALLY MANDAL,MEDCHAL MALKAJGIRI
DISTRICT, TELANGANA STATE - PAÍS: ÍNDIA - CÓDIGO ÚNICO: A.0196
Leia-se:
EMPRESA FABRICANTE: DR. REDDY'S LABORATORIES LIMITED FTO - UNIT 3
ENDEREÇO: SURVEY, N° 41 BACHUPALLY VILLAGE, QUTBULLAPUR MANDAL, RANGA REDDY DISTRICT,
TELANGANA - PAÍS: ÍNDIA - CÓDIGO ÚNICO: A.1282
Na Resolução RE nº 2.879, de 26 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 208, de 30 de outubro de 2017, Seção 1, página 49, e em suplemento, página 90, referente à certificação da empresa Vertex Pharmaceuticals Inc., solicitada pela empresa Vertex Farmacêutica do Brasil Ltda, CNPJ nº 21.798.065/0001-02, conforme expedientes 2618601/16-2 e 0162098/18-3.
Onde se lê: Sólidos não estéreis: Comprimidos
Leia-se: Sólidos não estéreis (Granel): Comprimidos Revestidos

GERÊNCIA-GERAL DE PORTOS, AEROPORTOS, FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 619, DE 14 DE MARÇO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 2.059, de 18 de dezembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e ainda amparado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 19 de março de 2004, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS AURÉLIO MIRANDA DE ARAÚJO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 669, DE 15 DE MARÇO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 2.059, de 18 de dezembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e ainda amparado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS AURÉLIO MIRANDA DE ARAÚJO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº 1.453, DE 15 DE MARÇO DE 2018

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 14, inciso VIII do Estatuto Aprovado pelo Decreto nº 8.867, de 3 de outubro de 2016, publicado no DOU de 4 subsequente, resolve:

Art. 1º - Fica delegada competência aos titulares das unidades administrativas desta Fundação, abaixo relacionadas, para declarar a interrupção de férias de seus servidores, por necessidade de serviço:

I - Gabinete da Presidência;
II - Diretoria Executiva;
III - Procuradoria Federal Especializada;
IV - Auditoria Interna;
V - Departamento de Administração;
VI - Departamento de Engenharia de Saúde Pública;
VII - Departamento de Saúde Ambiental;
VIII - Superintendências Estaduais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO SERGIO DIAS

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 245, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2018

Efetiva o remanejamento de valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar - recurso MAC - referente ao Estado do Espirito Santo, decidido pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o Capítulo VIII da Portaria de Consolidação Normativa nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que define a Programação Pactuada e Integrada da assistência em saúde;

Considerando o Título III da Portaria de Consolidação Normativa n° 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando os dados e documentos encaminhados pela Secretaria de Estado da Saúde do Espirito Santo, por meio do Ofício CIB/ES nº. 005/2018, de 24/01/2018, resolve:

Art. 1º Fica efetivado o remanejamento de valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar referente ao Estado do Espirito Santo, com base na Deliberação da Comissão Intergestores Bipartite - CIB/ES n°. 242, de 23/11/2017.

§ 1º O total do recurso MAC anual do Estado do Espirito Santo fica assim distribuído:

Destinação	Valor Anual (R$)
Fundo Estadual de Saúde	499.695.820,75
Fundos Municipais de Saúde	236.516.302,81
TOTAL	736.212.123,56

§ 2º O estado e os municípios fazem jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores remanejados, conforme detalhamento disponível para consulta no Sistema de Controle de Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade - SISMAC - endereço eletrônico: http://sismac.saude.gov.br

§ 3º A efetivação do remanejamento do recurso MAC, por meio desta portaria, não acarreta impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 3ª Parcela de 2018.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 277, DE 8 DE MARÇO DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Instituto de Organização Neurológica da Bahia, com sede em Salvador (BA).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 161/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.067132/2016-18, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Instituto de Organização Neurológica da Bahia, CNPJ nº 15.244.536/0001-20, com sede em Salvador (BA).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 21 de dezembro de 2015 à 20 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 279, DE 8 DE MARÇO DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Instituto Bom Jesus, com sede em Cianorte (PR).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde, e

Considerando o Parecer Técnico nº 167/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do processo nº 25000.029422/2016-63, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1 Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Instituto Bom Jesus, CNPJ nº 06.339.994/0001-51 , com sede em Cianorte (PR).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período 5 de março de 2016 à 4 de março de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 283, DE 12 DE MARÇO DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada, com sede em São José dos Campos (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 173/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.101438/2012-87, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada, CNPJ nº 60.194.990/0001-78, com sede em São José dos Campos (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1ºde janeiro de 2013 à 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

PORTARIA Nº 98, DE 15 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 21, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 5º do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e do art. 11, § 1º, da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica cancelado o registro único para o exercício da medicina do (a) médico (a) intercambista desligado (a) do Projeto Mais Médicos para o Brasil, conforme Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ REZAIK ABDALLA

ANEXO

NOME	RNE / RG	RMS	PROCESSO/SIPAR
ALBERTO PINA MONTANO	G008599Q	3501763	25000.067310/2014-49
CIRINEU JOSE DA SILVEIRA	42464048	4200437	25000.080431/2015-67
ISKRA ISABEL BAEZ CABADILLA	V971657X	2900506	25000.219099/2013-75
LISKEYDYS RODRIGUEZ RODRIGUEZ	V969498U	4200147	25000.216032/2013-89
MARIA ADAIS VILARDEBO RIVAS	G010679P	3501522	25000.068444/2014-87
NEIVIS SANCHEZ ACOSTA	G0075944	4100653	25000.075484/2014-85
NIVALDO MONTERO RODRIGUEZ	G007553I	4100650	25000.075550/2014-17

Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

SECRETARIA EXECUTIVA

DIRETORIA DE GESTÃO INTERNA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 14 DE MARÇO DE 2018

Aprova os critérios, conceitos e procedimentos de protocolização e organização no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, no Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União - CGU e dá outras providências.

O DIRETOR DE GESTÃO INTERNA, no uso da atribuição contida na Portaria nº 2.486, de 22 de novembro de 2017, resolve:

Art. 1º Aprovar critérios, conceitos e procedimentos de protocolização e organização de processos e documentos no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, no Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, nos termos do Anexo I desta Instrução Normativa.

Art. 2° Fica revogada a Instrução Normativa n° 03, de 10 de julho de 2015.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO AKUTAGAWA

ANEXO I

1. DAS DEFINIÇÕES

1.1 Para efeito desta Instrução Normativa, cabe definir os seguintes conceitos:

AGENTE PÚBLICO: todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente, com ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função na CGU.

ASSINATURA ELETRÔNICA: registro realizado eletronicamente, por usuário identificado de modo inequívoco, de uso pessoal e intransferível, com vistas a firmar determinado documento com sua assinatura. Pode ser:

a) assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por autoridade certificadora credenciada na Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP-Brasil; e

b) assinatura cadastrada, mediante prévio credenciamento de acesso de usuário, com fornecimento de login e senha.

AUTENTICAÇÃO: declaração de autenticidade de um documento arquivístico, resultante do acréscimo de elemento de verificação ou da afirmação por parte de pessoa investida de autoridade para tal.

AUTENTICIDADE: propriedade de que a informação foi produzida, expedida, modificada ou destruída por uma determinada pessoa física, ou por um determinado sistema, órgão ou entidade.

COLABORADOR: fornecedor, estagiário ou terceirizado alocado no órgão.

CONVERSÃO: transformação de um processo físico do SGI em processo eletrônico no SEI ou de um processo eletrônico no SEI em processo físico no SGI. O processo deixa de tramitar no sistema anterior.

COORDENADOR DO ACERVO DE SIGILOSOS: Perfil do SEI que possibilita a consulta de todos os processos com nível de acesso "Restrito - Usuário" na unidade, a concessão de credencial em processos sem credencial ativa na unidade e o cancelamento de credenciais inativas.

CREDENCIAL DE ACESSO SEI: Credencial concedida no SEI que permite ao usuário atuar sobre processo com nível de acesso "Restrito - Usuário" em determinada unidade.

DIRIGENTE DA UNIDADE: ocupante de cargo em comissão DAS 101.4 ou superior, FCPE 101.4 ou superior, de natureza especial e superintendentes das unidades descentralizadas da CGU nos Estados.

DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO DIGITAL: documento arquivístico armazenado sob a forma eletrônica e codificado em dígitos binários, podendo ser:

a) NATO DIGITAL: produzido originariamente em meio eletrônico;

b) DIGITALIZADO: obtido a partir da conversão de um documento-base não digital; e

c) AUTENTICADO: documento digitalizado e submetido à autenticação.

DOCUMENTO ELETRÔNICO: documento armazenado sob a forma de arquivo eletrônico, inclusive aquele resultante de digitalização.

DOCUMENTO EXTERNO: documento arquivístico digital não produzido diretamente no SEI, independentemente de ser nato digital ou digitalizado e de ter sido produzido na instituição ou por ela recebido.

DOCUMENTO EXTERNO ASSINADO: documento externo oriundo de digitalização de original em suporte papel, com assinatura eletrônica de servidor, atendendo ao disposto na Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012.

DOCUMENTO PREPARATÓRIO: documento relativo a processos em curso no âmbito da CGU, cuja divulgação irrestrita pode trazer prejuízo a sua adequada conclusão:

I - documentos que evidenciem os procedimentos e as técnicas relativas a ações de controle e de inspeção correcional, gestão de riscos ou de qualquer espécie de ação investigativa; e

II - relatórios, pareceres e notas técnicas decorrentes de investigações, auditorias e fiscalizações, e outros documentos relativos às atividades de correição e de controle, bem como outras ações de competência da CGU, quando ainda não concluídos os respectivos procedimentos.

INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

INFORMAÇÃO CLASSIFICADA EM GRAU DE SIGILO: informação sigilosa em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, a qual é classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada.

INFORMAÇÃO DE ACESSO IRRESTRITO (PÚBLICA): informação sobre a qual não recaia qualquer hipótese de limitação de acesso, ou que seja de amplo conhecimento público em razão de ato de seu titular ou de terceiros.

INFORMAÇÃO PESSOAL: informação sobre pessoa natural identificada ou identificável relativa à intimidade, vida privada, honra e imagem, nos termos do art. 31 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

INFORMAÇÃO PESSOAL SENSÍVEL: informação pessoal relativa à intimidade, vida privada, honra e imagem cuja divulgação possa ensejar discriminação de seu titular, tais como convicções políticas, religiosas, orientação sexual, identidade de gênero e informações médicas.

INTEGRIDADE: propriedade de que a informação não foi modificada ou destruída de maneira não autorizada ou acidental.

INTERESSADO: pessoa física ou jurídica a quem se refere o processo ou documento ou que possam ser afetados pela decisão exarada.

JUNTADA: união de um processo a outro, ou de um documento a um processo, realizada por apensação ou anexação.

JUNTADA POR ANEXAÇÃO: união definitiva de um ou mais processos ou documentos protocolizados a outro processo, considerado principal, constituindo-se um único processo. Na juntada por anexação, o processo secundário perde a sua individualidade, passando a ser peça do processo principal, não podendo mais ser tramitado autonomamente.

JUNTADA POR APENSAÇÃO: união provisória de um ou mais processos físicos a um processo mais antigo, destinada ao estudo e à uniformidade de tratamento em matérias semelhantes, com o mesmo interessado ou não, permanecendo cada processo com o seu respectivo número, porém sem tramitação autônoma.

MIGRAÇÃO: transformação de um processo eletrônico ou híbrido no SGI para processo eletrônico no SEI ou de um processo eletrônico no SEI para processo eletrônico no SGI. O processo deixa de tramitar no sistema anterior.

NÍVEIS DE ACESSO: forma de controle de documentos e de processos eletrônicos no SEI, classificados quanto ao nível de acesso em:

a) Público: acesso irrestrito e visível a todos os usuários, inclusive pelo público externo;

b) Restrito - Unidade: acesso limitado aos usuários das unidades em que o processo esteja aberto ou por onde tramitou; e

c) Restrito - Usuário: acesso limitado aos usuários que possuem Credencial de Acesso SEI sobre o processo, em determinada unidade.

NÚMERO SEI: código numérico sequencial gerado automaticamente para identificar única e individualmente cada documento dentro do sistema.

NÚMERO ÚNICO DE PROTOCOLO - NUP: número único de protocolo atribuído a documento ou a processo.

PROCESSO: documento ou conjunto de documentos que foram autuados e implica responsabilidade técnica, financeira ou administrativa com a finalidade de analisar, acrescentar informações e exarar decisões.

PROCESSO ELETRÔNICO: processo constituído somente por documentos originalmente eletrônicos e mantidos exclusivamente em formato eletrônico.

PROCESSO FÍSICO: processo constituído somente por documentos originalmente físicos e mantidos exclusivamente em formato físico.

PROCESSO HÍBRIDO: Processo constituído de documentos originalmente físicos e documentos originalmente eletrônicos, formando um conjunto conceitualmente indivisível, mantidos os documentos originalmente físicos nos autos físicos com cópias em versão eletrônica e mantidos os documentos originalmente eletrônicos exclusivamente na versão eletrônica.

PROCESSO PRINCIPAL: processo que, pela natureza de sua matéria, poderá exigir a anexação de um ou mais processos como complemento ao seu andamento ou decisão.

PROTOCOLIZAÇÃO: conjunto de procedimentos que compreendem recebimento e registro de processos e documentos.

RELACIONAMENTO: funcionalidade do sistema SEI, utilizada para agrupar processos que possuam alguma ligação entre si, porém autônomos.

SALVAGUARDAS DE ACESSO: medidas de restrição ao acesso às informações.

SEI: Sistema Eletrônico de Informações. Sistema informatizado, criado e cedido gratuitamente pelo Tribunal Regional Federal - TRF da 4º Região, de gestão de processos e documentos eletrônicos, com a finalidade de gerir o conjunto de procedimentos e operações técnicas relacionadas aos processos e documentos administrativos.

TIPO DE PROCESSO: classificação do processo no SEI por meio de nome que identifica sua espécie e função.

TRAMITAÇÃO: movimentação do processo de uma unidade à outra por meio do SEI ou externamente com o envio de documentos a outros órgãos.

UNIDADE: designação genérica que corresponde a cada uma das divisões ou subdivisões da estrutura organizacional da instituição.

UNIDADE PROTOCOLIZADORA: unidade do órgão central e das regionais responsável pelo conjunto de procedimentos de recebimento, registro, controle, expedição, arquivamento e juntada de processos.

USUÁRIO EXTERNO: pessoa física ou jurídica cadastrada que tenha acesso ao SEI e que não seja caracterizada como usuário interno.

USUÁRIO INTERNO: agente público ou colaborador do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União que tenha acesso ao SEI.

2. DO RECEBIMENTO DE PROCESSOS E DOCUMENTOS EM SUPORTE FÍSICO

2.1 Compete às unidades protocolizadoras:

a) verificar se o documento destina-se à CGU, caso contrário, devolvê-lo imediatamente;

b) verificar se o invólucro do documento ou processo encontra-se íntegro. Havendo indícios de violação, devolvê-lo, registrar o fato no ato do recebimento e comunicar imediatamente à autoridade competente;

c) datar, assinar e devolver o comprovante de recebimento, se houver;

d) separar os documentos ou processos, de caráter particular daqueles de caráter oficial e estes em ostensivos ou sigilosos;

e) proceder à abertura dos documentos de caráter oficial;

f) identificar o documento ou processo caracterizado como "Urgente", e priorizá-lo;

g) verificar se o documento ou processo está acompanhado do(s) respectivo(s) anexo(s) e/ou se consta(m) o(s) volume(s) indicado(s), e, caso negativo, devolver o documento; e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900063

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

h) marcar o documento com o registro da máquina protocolizadora, com a data e hora da chegada na instituição, no centro da margem direita do documento. No caso de processos que já estiverem marcados por estarem retornando à Casa, a impressão deve ser feita no documento que o reencaminha.

2.2 Os seguintes documentos NÃO poderão ser abertos:

a) correspondências particulares dirigidas aos servidores e cujo assunto não se relacione às funções e às atividades da CGU;

b) correspondências, processos ou documentos com indicação de sigilo expressa no envelope;

c) correspondências, processos ou documentos de caráter licitatório; e

d) correspondências, processos ou documentos referentes a procedimentos correcionais.

2.2.1 Mesmo nos casos do item 2.2, a unidade protocolizadora deverá registrar, no envelope, a hora do recebimento, por meio do relógio-datador.

3. DO REGISTRO DE PROCESSOS E DOCUMENTOS

3.1 Todos os documentos formalmente encaminhados à CGU ou a seus integrantes devem ser digitalizados e registrados no SEI pela respectiva unidade protocolizadora, identificados com Número Único de Protocolo - NUP e tramitados às unidades, conforme item 7.

3.1.1 Constituem-se exceções e serão entregues por meio de Livro de Protocolo:

a) correspondências com qualquer indicação de sigilo ou "aos cuidados";

b) documentos ou processos abordando procedimentos correcionais conduzidos no âmbito da CGU;

c) processos requisitados de outros órgãos para fins de supervisão correcional;

d) formulários, notas fiscais, convites, atestados médicos, brindes e livros; e

e) documentos referentes a processos licitatórios da CGU.

3.1.1.1 O dirigente da unidade, ao receber os documentos listados no item 3.1.1, deverá encaminha-los à unidade protocolizadora, para o devido registro no SEI, exceto nos casos previstos no item 5.5.

3.1.1.2 No caso de documentos que se refiram a processos com restrição de acesso, a própria área recebedora deverá providenciar sua inserção, após solicitar concessão temporária de perfil para autenticação à CGDOC.

3.2 Não deverão ser objeto de registro no SEI:

a) jornais, revistas, livros, folders, propagandas e demais materiais que não se caracterizam como documento arquivístico;

b) correspondências particulares; e

c) informação classificada em grau de sigilo, nos termos da Lei nº 12.527, de 2011.

3.3 O processo de digitalização será realizado de forma a manter a integridade, a autenticidade e garantir o mínimo de qualidade entre o arquivo digital gerado e o documento original, levando em consideração suas características físicas e estado de conservação.

3.3.1 Deverá ser observado o Manual de Digitalização, disponibilizado pela Coordenação de Gestão Documental - CGDOC, contendo os procedimentos e regras para digitalização.

3.3.2 Quanto aos originais dos documentos, após a digitalização e inserção no SEI, deverá ser anotado o Número SEI na primeira página do documento em suporte físico, remetendo-o imediatamente para procedimento de conferência e autenticação da versão digital por servidor público com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil, em atendimento à Lei nº 12.682, de 2012.

3.3.3 Quando for encaminhada mídia eletrônica junto à documentação física, a unidade protocolizadora deverá fazer a inserção do conteúdo no SEI.

3.3.4 Se a mídia eletrônica estiver vazia ou contiver arquivo danificado, a unidade protocolizadora deverá registrar o fato e comunicar imediatamente à autoridade endereçada no documento.

3.3.5 Na hipótese de ser impossível ou inviável a digitalização ou inserção do documento recebido, este ficará sob a guarda da CGDOC, que o disponibilizará ao destinatário mediante solicitação.

3.3.6 As mídias eletrônicas não suportadas pelo SEI serão armazenadas preferencialmente em pastas de rede, as quais podem ser públicas ou de acesso restrito, a depender da natureza das informações nelas contidas.

3.3.7 Os casos não previstos nesta Instrução Normativa, referentes às mídias eletrônicas, deverão ser imediatamente comunicados à CGDOC.

3.4 Antes da abertura de um novo processo para a inclusão de um documento externo, deve-se pesquisar nos sistemas de gestão documental (SGI e SEI) para identificar se o documento deve ser incluído em processo já existente ou se irá gerar novo processo.

3.5 No registro dos documentos no SEI, deverá ser escolhido o tipo de processo adequado em conformidade com o assunto do documento.

3.5.1 Caso seja necessária a criação de uma nova tipologia de processo ou documento no SEI, a unidade interessada deverá solicitar à CGDOC, que avaliará a pertinência da demanda. Em caso de concordância, a CGDOC inserirá a nova tipologia, que ficará disponível para todas as unidades.

3.6 Qualquer unidade poderá criar novos processos no SEI, observado o disposto nesta Instrução Normativa.

4. DA DEVOLUÇÃO, ARQUIVAMENTO E DESCARTE DOS DOCUMENTOS

4.1 Os documentos em papel recebidos que sejam originais ou cópias autenticadas em cartório serão devolvidos ao interessado pela unidade protocolizadora após trinta dias de seu recebimento, preferencialmente, ou serão mantidos sob guarda do órgão, quando se justifique essa opção, mediante manifestação do dirigente da unidade, no mesmo prazo, conforme § 3º, inciso III, alínea "a" do art. 12 do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

4.1.1 Os documentos em papel recebidos que sejam cópias autenticadas administrativamente ou cópias simples serão descartados após realizada a sua digitalização, conforme § 3º, inciso III, alínea "b" do art. 12 do Decreto 8.539, de 2015.

4.2 No SEI, os processos eletrônicos serão arquivados por meio da função "Concluir", que ocorre quando todas as unidades finalizam a instrução do processo no âmbito de sua atuação. A partir de então, a contagem da temporalidade será iniciada.

5. DOS NÍVEIS DE ACESSO

5.1 Os documentos e processos criados ou incluídos no SEI devem obedecer aos seguintes níveis de acesso:

a) público, com acesso garantido a qualquer interessado; e

b) restrito, quando se tratar de informação prevista em uma das hipóteses do item 5.3.

5.1.1 Os documentos e processos com nível de acesso restrito podem ser de dois tipos:

a) "Restrito - Unidade", de acesso limitado aos usuários das unidades em que o processo esteja aberto ou por onde tramitou; e

b) "Restrito - Usuário", de acesso limitado aos usuários que possuem Credencial de Acesso SEI sobre o processo, em determinada unidade.

5.2 Os documentos e processos no SEI devem, em regra, ter nível de acesso público e, excepcionalmente, restrito, com indicação da hipótese legal aplicável.

5.3 Será registrado como restrito o acesso a:

a) informações pessoais e pessoais sensíveis;

b) informações sigilosas, nos termos da lei; e

c) outras informações com restrição de acesso.

5.3.1 Somente processos, e não documentos, podem ser restritos com base na hipótese legal de Restrição de Acesso a Documento Preparatório.

5.3.1.1 Os processos serão iniciados como restritos à unidade, com a hipótese legal de Restrição de Acesso a Documento Preparatório, sendo cada documento inserido no processo avaliado individualmente para fins de definição de sua salvaguarda de acesso.

5.3.1.2 Quando concluído o procedimento, o nível de acesso do processo deve ser alterado para público, e, como consequência, cada documento terá sua proteção ou publicidade dada pela própria definição de nível de acesso.

5.3.2 Caso haja alguma alteração na fundamentação legal que motivou a restrição de acesso ao processo ou documento, o usuário deverá atualizar o registro no sistema.

5.4 O nível de acesso "Restrito - Usuário" somente deve ser atribuído ao processo quando contenha informação de acesso restrito não classificada que deva, temporariamente, ter seu acesso limitado aos usuários internos que possuam Credencial de Acesso SEI para o correspondente processo.

5.4.1 Quando a atribuição do nível de acesso do tipo "Restrito - Usuário" não estiver disponível para determinada tipologia de processo, a unidade interessada deverá entrar em contato com a CGDOC para propor a inclusão.

5.5 Caso alguma informação já incluída no SEI deva ser classificada em grau de sigilo, a autoridade responsável pela classificação deverá entrar em contato com a CGDOC para as providências pertinentes.

5.6 Os procedimentos relativos à disponibilização, à classificação, ao tratamento e à gestão da informação de natureza restrita, no âmbito da CGU, obedecerão às disposições contidas em legislação específica.

6. DO PERFIL DE ACESSO

6.1 O SEI-CGU estará disponível com os seguintes perfis e funcionalidades:

a) administrador: designado pelo Protocolo Central, com função de gerenciar o sistema e de conceder acesso aos demais perfis;

b) coordenador do acervo de sigilosos: destinado aos servidores designados como coordenadores de acervos sigilosos do SEI, com função de consultar processos do tipo "Restrito - Usuário" na unidade, ativar credenciais em processos sem credencial ativa e cancelar credenciais inativas;

c) pontos focais: destinado aos servidores designados como pontos focais do SEI, com função de criar usuários e conceder acessos;

d) básico: destinado à consulta, criação, instrução e tramitação de processos, bem como produção e assinatura de documentos; e

e) apoio (básico sem assinatura): destinado à consulta, criação, instrução, tramitação de processos e produção de documentos.

6.2 Os servidores da CGU serão considerados usuários internos e terão perfil básico.

6.3 Os terceirizados contratados pela CGU e os estagiários serão considerados usuários internos e terão o perfil apoio.

6.3.1 Os usuários com perfil apoio não poderão assinar e cancelar documentos no âmbito do SEI.

6.4 O cadastro dos usuários será feito da seguinte forma:

a) o usuário deverá fazer a solicitação, por meio de sistema específico, na intranet da CGU;

b) a chefia imediata aprovará ou negará a solicitação; e

c) o ponto focal de cada unidade fará o devido cadastramento de acordo com os perfis do item 6.1.

6.5 Um usuário poderá estar associado a mais de um setor no SEI, desde que a autoridade competente do outro setor solicite sua inclusão.

6.6 As unidades deverão revisar periodicamente a listagem dos respectivos usuários internos e informar a CGDOC sempre que houver alterações.

7. DA TRAMITAÇÃO

7.1 Em caso de erro na tramitação de processo eletrônico, a área recebedora do trâmite promoverá imediatamente:

a) a sua devolução ao remetente; ou

b) o seu envio para a área competente.

8. DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO ELETRÔNICO

8.1 Todos os documentos produzidos ou inseridos no âmbito do SEI constituirão ou se vincularão a um processo eletrônico, sendo de responsabilidade exclusiva do usuário os seus registros.

8.2 Os documentos arquivísticos natos digitais juntados aos processos eletrônicos no SEI, na forma estabelecida nesta Instrução Normativa, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

8.3 O processo eletrônico no SEI deve ser criado e mantido pelos usuários de forma a permitir sua eficiente localização e controle, mediante o preenchimento dos campos próprios do sistema, observados os seguintes aspectos:

a) ser formado de maneira cronológica, lógica e contínua;

b) possibilitar a consulta a conjuntos segregados de documentos, salvo os processos físicos já existentes que forem digitalizados e convertidos em processo eletrônico;

c) permitir a vinculação entre processos; e

d) observar a publicidade das informações como preceito geral e o sigilo como exceção.

8.4 A alteração da ordem dos documentos na árvore de documentos de um processo no SEI deverá ser realizada apenas para corrigir inserções de documentos que, dispostos em sequência cronológica, dificultam o entendimento das informações de um processo.

8.4.1 Caso seja necessário realizar essa alteração, o usuário deverá solicitá-la à CGDOC, com a devida justificativa.

8.5 Todo documento oficial produzido no âmbito dos processos de trabalho definidos no SEI deverá ser elaborado por meio do editor de textos próprio do sistema.

8.6 Em caso de impossibilidade técnica momentânea de produção dos documentos no SEI, para questões urgentes que não possam esperar o restabelecimento do sistema, estes podem ser produzidos em suporte físico e assinados de próprio punho, podendo receber numeração manual sequencial provisória e, quando do retorno da disponibilidade do sistema, devem ser imediatamente digitalizados e registrados no SEI.

8.7 Os documentos eletrônicos produzidos e geridos no âmbito do SEI terão garantia de integridade, de autoria e de autenticidade, mediante utilização de Assinatura Eletrônica nas seguintes modalidades:

a) assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil); e

b) assinatura cadastrada, mediante login e senha de acesso do usuário.

8.7.1 As assinaturas digital e cadastrada são de uso pessoal e intransferível, sendo responsabilidade do titular sua guarda e sigilo.

8.7.2 O uso da assinatura digital é preferencial para documentos de conteúdo decisório ou destinados ao público externo, adotando-se para os demais casos a modalidade de assinatura cadastrada.

8.7.4 Os documentos arquivísticos digitalizados e autenticados por meio de assinatura digital juntados aos processos eletrônicos no SEI serão considerados cópia autenticada administrativamente e, quando não forem autenticados digitalmente, terão valor de cópia simples.

8.7.5 Quando o documento a ser inserido no SEI for oriundo de digitalização de original em suporte físico, sua autenticação por meio de assinatura digital tem como principal objetivo atender à Lei nº 12.682, de 2012.

9. DA ANEXAÇÃO E DO RELACIONAMENTO DE PROCESSOS

9.1 Deve ocorrer a juntada por anexação quando se tratar de processos com mesmo assunto ou que devam ser analisados e decididos de forma conjunta.

9.2 Como regra, o processo mais novo é anexado ao processo mais antigo, de modo que o mais novo passa a compor a árvore de documentos do mais antigo, além de indicar o antigo como processo principal.

9.2.1 Caso a Unidade considere que o processo principal não deva ser o mais antigo, poderá proceder à anexação, indicando o processo mais novo como principal, no SEI.

9.3 O processo a ser anexado não pode ter processos anexos a ele.

9.4 A desanexação de processos poderá ser feita, excepcionalmente, por meio de solicitação à CGDOC, fundamentada em Termo de Desanexação de Processo assinado pelo solicitante da unidade no âmbito do processo principal.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900064

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.5 Caso um documento externo tenha sido cadastrado no SEI e a unidade verifique a necessidade de incluí-lo em outro processo já cadastrado, a unidade poderá:

a) realizar a juntada por anexação dos dois processos; ou

b) solicitar à unidade protocolizadora que realize a movimentação do documento de um processo para outro.

9.6 O relacionamento de processos será efetivado quando houver a necessidade de associar dois ou mais processos entre si com o objetivo de complementar e facilitar a busca de informações, dispensando a juntada por anexação.

9.7 No relacionamento, não há vinculação entre as tramitações dos processos eletrônicos, que continuam a ser tramitados normalmente e de forma autônoma.

10. DA EXCLUSÃO E DO CANCELAMENTO DE DOCUMENTOS

10.1 A operação de exclusão é permitida para qualquer unidade ou usuário interno e somente para documentos incluídos no SEI, assinados ou não, que ainda não tenham sido tramitados ou acessados por outras unidades.

10.2 A exclusão deve ser realizada para documentos desnecessários ao processo.

10.3 Os documentos oficiais da CGU somente poderão ser cancelados por determinação formal do dirigente da unidade respectiva, a qual deve ser motivada e inserida no processo.

10.3.1Quando o documento a ser cancelado tiver sido assinado por diversas autoridades, o termo de cancelamento de documento deverá ser assinado pela maior autoridade signatária.

11. DO CADASTRAMENTO DE USUÁRIOS EXTERNOS

11.1 Poderão ser cadastradas como usuários externos pessoas físicas que participem ou tenham demandas em processos administrativos na CGU ou pessoas físicas que representem pessoas físicas ou jurídicas nessa situação, para:

a) encaminhar requerimentos, petições e documentos;

b) acompanhar o trâmite e ter acesso ao conteúdo de processos de seu interesse, por prazo determinado, mediante autorização da unidade responsável pela informação;

c) assinar eletronicamente documentos; e

d) solicitar vistas.

11.2 O cadastramento de usuário externo é ato pessoal e intransferível, e dar-se-á a partir do preenchimento do formulário disponível no sítio eletrônico do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União.

11.3 O cadastramento está condicionado à aceitação das condições regulamentares que disciplinam o SEI e à correta apresentação da documentação solicitada pelo sistema de cadastro, e tem como consequência a responsabilidade do usuário pelo uso indevido das informações, o qual é passível de apuração de responsabilidade civil, penal e administrativa.

11.3.1 A conferência da documentação e a liberação do cadastro do usuário externo será realizada pela unidade protocolizadora.

11.3.2 Após a liberação do cadastro do usuário externo, a unidade responsável pelo assunto concederá acesso ao documento ou processo no SEI, pelo prazo que julgar adequado, após consulta às demais unidades envolvidas no processo, se necessário.

11.4 É de exclusiva responsabilidade do usuário externo o sigilo da senha relativa à assinatura eletrônica, não cabendo, em qualquer hipótese, alegação de uso indevido.

11.5 As disponibilizações de acesso aos processos devem obedecer à legislação pertinente ao acesso à informação, bem como às disposições da Política de Segurança da Informação e das Comunicações da CGU.

12. DO PEDIDO DE VISTAS

12.1 Os pedidos de vistas a processos públicos serão atendidos por meio da disponibilização do conteúdo em módulo próprio do SEI.

12.2 É vedada a concessão de vistas por meio de acesso externo ao processo diretamente no SEI.

12.3 Para os pedidos de vistas, deverá ser observado o disposto no item 11.5.

13. DA CONVERSÃO E DA MIGRAÇÃO DE PROCESSOS

13.1 Da Conversão de Processo e Documento Avulso em Suporte Físico registrado no SGI para Processo Eletrônico no SEI

13.1.1 Cada unidade deverá avaliar a necessidade de se fazer a conversão de processos físicos do SGI para processos eletrônicos no SEI.

13.1.2 A conversão deverá seguir as orientações abaixo:

a) o processo físico deve estar devidamente instruído;

b) o processo físico será digitalizado de acordo com os procedimentos do Manual de Digitalização;

c) o primeiro documento gerado no SEI, logo após a inserção dos arquivos, deve ser o Termo de Encerramento de Trâmite no SGI assinado pelo usuário interno responsável pela conversão;

d) o processo objeto da conversão para processo eletrônico deve ser cadastrado no SEI com seu NUP já existente, incluindo o correspondente Dígito Verificador (DV), e mantidos o mesmo interessado e data de autuação do processo;

e) o Termo de Encerramento de Trâmite no SGI deverá ser impresso e juntado ao processo físico; e

f) o processo físico deverá ser tramitado no SGI para arquivamento.

13.2 Caso seja necessária a migração de um processo eletrônico do SGI para o SEI, a unidade interessada ou unidade protocolizadora deverá gerar um ou mais arquivos no formato PDF no SGI e abrir um processo no SEI com o mesmo NUP. Posteriormente, deverá ser arquivado o processo no SGI com despacho explicitando que o processo foi migrado para o SEI.

13.3 Se houver necessidade de migrar processos híbridos do SGI para o SEI, a unidade interessada ou unidade protocolizadora deverá observar os seguintes procedimentos:

a) gerar um PDF único no SGI;

b) fazer a inserção do arquivo PDF no SEI;

c) o primeiro documento gerado no SEI, logo após a inserção dos arquivos, deve ser o Termo de Encerramento de Trâmite no SGI assinado pelo usuário interno responsável pela migração;

d) o processo deve ser cadastrado no SEI com seu NUP já existente, incluindo o correspondente Dígito Verificador (DV), e mantidos o mesmo interessado e data de autuação do processo;

e) o Termo de Encerramento de Trâmite no SGI deverá ser impresso e juntado à parte física do processo; e

f) o processo híbrido deverá ser tramitado no SGI para arquivamento, conforme determina normativo da CGU.

13.4 Nos casos em que os processos possuam processos apensados, cada unidade analisará se deverá ser solicitada a desapensação ou se os processos deverão ser mantidos apensados ao principal.

13.4.1 Caso seja mantida a apensação, a conversão ou a migração para o SEI deverá ser realizada individualmente tanto para o processo principal como para seus apensos, devendo, posteriormente, relacionar os apensos ao processo principal no SEI, observando o disposto no item 9.

13.5 Caso seja necessária a migração de um processo do SEI para o SGI, a unidade interessada ou unidade protocolizadora de regional deverá gerar PDF do processo e solicitar à unidade protocolizadora do órgão central a abertura de processo no SGI, conforme normativo interno da CGU.

13.5.1 Posteriormente, deverá ser concluído o processo no SEI, incluindo a observação de que o processo foi migrado para o SGI.

13.5.2 A migração de que trata o item 13.5 ocorrerá excepcionalmente e deverá ser avaliada caso a caso pela CGDOC.

14. DO BOLETIM DE SERVIÇO ELETRÔNICO E DA PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS

14.1 O Boletim de Serviço Eletrônico é o veículo oficial de publicação dos documentos gerados no SEI.

14.1.1 A publicação de documentos no Boletim de Serviço Eletrônico ficará à cargo da DGI, após solicitação da respectiva área.

14.1.2 O resumo da publicação será preenchido, conforme o caso, com a íntegra da ementa ou com o resumo do documento.

14.1.3 Documentos gerados no SEI que exigirem publicação no Diário Oficial da União (DOU) serão publicados no Boletim de Serviço Eletrônico somente após confirmação de sua publicação no DOU, indicando em campos próprios a Seção, a Página e a Data do DOU correspondente, de forma a disponibilizar todos os documentos oficiais publicados em página única e própria do SEI.

14.1.4 Para retificação ou republicação diante de incorreção no teor da publicação original de documento gerado no SEI, deverá ser gerado documento do tipo "Retificação" a ser publicado no Boletim de Serviço Eletrônico.

14.2 Somente tipos de documentos permitidos, constantes de rol divulgado pela DGI, podem ser publicados no Boletim de Serviço Eletrônico do SEI.

14.3 A página de publicação oficial do SEI é pública e aberta para acesso pela Internet, sem necessidade de qualquer cadastro prévio.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 As unidades do órgão central e das regionais responsáveis pelos processos no SEI devem:

a) alterar, quando necessário, o tipo de cada processo que tramitar por sua unidade;

b) criar e gerir as bases de conhecimento correspondentes aos tipos de processos afetos aos seus processos operacionais, para orientar sua regular instrução processual;

c) revisar, imediatamente, o nível de acesso restrito decorrente de protocolização de documento de procedência externa;

d) revisar, obrigatoriamente, o nível de acesso restrito de documento preparatório após a decisão subsequente, observadas as normas referentes ao tratamento de documentos e informações no âmbito da CGU;

e) analisar, decidir e operacionalizar os pedidos de vistas formulados sobre os processos e documentos de responsabilidade da área; e

f) revisar, sempre que necessário, o nível de acesso dos documentos, ampliando ou limitando seu acesso.

15.2 Os registros em sistema serão realizados tendo como referência o horário oficial de Brasília e a legislação processual aplicável.

15.3 O uso inadequado do SEI fica sujeito à apuração de responsabilidade, na forma da legislação em vigor.

15.4 A responsabilização inclui a definição equivocada do nível de acesso de documento ou processo.

15.5 Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria de Gestão Interna.

Ministério das Cidades

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 210, DE 16 DE MARÇO DE 2018

Dispõe sobre a contratação de equipamentos públicos de educação com recursos advindos da integralização de cotas no Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso de suas atribuições legais e considerando a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, o Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011, e o art. 25 da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2018, resolve:

Art.1º Esta Portaria estabelece as condições gerais para apresentação e contratação de propostas de equipamentos públicos de educação, complementares à habitação, para o atendimento de empreendimentos contratados com recursos advindos da integralização de cotas do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), para os seguintes casos:

I - contratados até 31 de dezembro de 2013, de que trata o item 2.3.1. do Anexo III da Portaria nº 114, de 9 de fevereiro de 2018; e

II - integrantes do Programa do Governo Federal "Agora, é Avançar" habilitados no exercício de 2017, por meio das Portarias MCidades nº 406, de 1º de junho de 2017 e nº 627, de 3 de novembro de 2017.

Parágrafo único. O Gestor Operacional do PMCMV expedirá atos normativos complementares a esta Portaria, observando que as contratações dos equipamentos de que trata o caput ficará limitada a R$ 850.000.000,00 (oitocentos e cinquenta milhões de reais).

Art. 2º A proposta de contratação de equipamentos públicos de educação deverá ser apresentada ou ratificada à Instituição Financeira Oficial Federal (IF), em até 60 (sessenta) dias a contar da publicação desta Portaria.

Art. 3º No ato de apresentação ou ratificação da proposta, deverão ser entregues à IF os seguintes documentos:

I - relatório de Diagnóstico da Demanda por Equipamentos e Serviços Públicos e Urbanos (RDD): versão apresentada na data de contratação do empreendimento, se exigido no ato da contratação, indicando a necessidade de contratação do equipamento solicitado, independentemente da fonte de recurso prevista;

II - matriz de Responsabilidade: versão apresentada na data de contratação do empreendimento, se exigida no ato da contratação, e versão atualizada, embasando a solicitação do equipamento público de educação objeto da proposta e indicando o uso dos recursos do FAR;

III - projeto arquitetônico do equipamento aprovado ou protocolado junto à prefeitura;

IV - precificação da construção, respeitado o limite máximo de aporte do FAR e os valores estabelecidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) por projeto padrão;

V - comprovante de dotação orçamentária específica em valor suficiente para equipar, operar e manter o equipamento público solicitado;

VI - declaração de que o ente público local não se encontra impedido no ato da contratação da operação, em decorrência da Lei de Responsabilidade Fiscal; e

VII - declaração do ente público comprometendo-se em colocar

o equipamento em funcionamento em até 60 (sessenta) dias após a sua conclusão e entrega.

Art. 4º Serão passíveis de contratação os seguintes projetos padrão estabelecidos pelo FNDE:

I - Padrão Proinfância: Tipos 1, 2 e 3;

II - Espaço Educativo Rural e Urbano: 4 salas, 4 salas com quadra, 6 salas, 6 salas com quadra; e

III - Espaço Educativo: 12 (doze) salas.

Art. 5º Para fins de contratação, serão consideradas prioritárias as propostas apresentadas, na seguinte ordem:

I - para o atendimento de empreendimento integrante do Programa "Agora, é Avançar" em fase de conclusão;

II - voltada para o atendimento da demanda de empreendimento habitacional ou conjunto de empreendimentos contíguos, acima de 1.000 (mil) unidades habitacionais;

III - para atendimento de empreendimento que apresente percentual de execução de obra superior a 90% (noventa por cento);

IV - para a edificação de projeto padrão Proinfância, Tipos 1 e 2; e

V - demais empreendimentos integrantes do Programa "Agora, é Avançar", habilitados no exercício de 2017.

Art. 6º O prazo para contratação do equipamento será de até 120 (cento e vinte) dias, a partir da data de publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A contratação de que trata o caput fica condicionada à assinatura de Instrumento de Compromisso, nos termos do Anexo III da Portaria nº 114, de 9 de fevereiro de 2018, onde o ente público deverá ratificar a necessidade do equipamento público de educação solicitado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ALEXANDRE BALDY

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900065

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério das Relações Exteriores

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PORTARIA DE 16 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, de acordo com o disposto no art. 3º da Portaria nº 98, de 24 de janeiro de 2011, e no art. 1º da Portaria nº 640, de 06 de novembro de 2015, resolve:

Conceder passaporte diplomático, com base no art. 6º, § 3º, do Decreto nº 5.978, de 04 de dezembro de 2006, por entender que o servidor, ao portar passaporte diplomático, poderá desempenhar as funções para as quais foi designado de maneira mais eficiente, a:

Nome	Cargo/Função	Missão	Órgão	Validade do Passaporte
Caio Vinicius Cesar Feitosa	Assessor Técnico Militar- Gabinete de Segurança Institucional	Coordenador de Viagens Internacionais da Presidência da República	Presidência da República	30/06/2019
Cleber Vieira da Silva	Assessor Técnico Militar - Gabinete de Segurança Institucional	Coordenador de Viagens Internacionais da Presidência da República	Presidência da República	30/06/2019

MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.896, DE 13 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.000777/2003-02. Interessado: Sudoeste Energia Ltda. Objeto: Autorizar a Sudoeste Energia Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.093.515/0001-05, a implantar e explorar a PCH Vila Galupo, sob o regime de Produção Independente de Energia, com 5.670 kW de potência instalada, localizada no rio Santana, municípios de Bom Sucesso do Sul e Francisco Beltrão, estado do Paraná. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos. A íntegra desta Resolução consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.897, DE 13 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.000596/2018-71. Interessada: Mineração Maracá Indústria e Comércio S.A. Objeto: Autorizar, para fins de regularização, em favor da Mineração Maracá Indústria e Comércio S.A., o estabelecimento de rede particular de energia elétrica de interesse restrito da proprietária localizada no estado de Goiás. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.899, DE 13 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.000883/2018-81. Interessada: ERB1 - Elétricas Reunidas do Brasil S.A. Objeto: (i) declarar de utilidade pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, a área de terra necessária à passagem da Linha de Transmissão 525 kV Sarandi - Londrina. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.900, DE 13 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.000884/2018-25. Interessada: ERB1 - Elétricas Reunidas do Brasil S.A. Objeto: (i) declarar de utilidade pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, a área de terra necessária à passagem da Linha de Transmissão 525 kV Guaíra - Sarandi. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 592, DE 15 DE MARÇO DE 2018

Processo nº 48500.000681/2018-39. Interessado: Brejuí Solar Energia SPE Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Brejuí 5, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.PI.038376-7.01, com 30.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Ribeiro Gonçalves, no estado do Piauí.

A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

DESPACHO Nº 598, DE 15 DE MARÇO DE 2018

Processo nº 48500.005565/2017-25. Interessado: Dalba Engenharia e Empreendimentos Ltda. decisão: (i) revogar o Despacho nº 3.585/2017 que conferiu o DRI-PCH referente à PCH Coqueiro, cadastrada sob o CEG PCH.PH.PR.037129-7.01, situada no rio Ivaí, no estado do Paraná, motivado pela desistência formal em prosseguir no processo, nos termos do art. 9º, inciso I, da Resolução Normativa nº 673/2015; e (ii) devolver a garantia de registro aportada na ANEEL.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO Nº 580, DE 14 DE MARÇO DE 2018

Processo nº: 48500.002679/2017-13. Interessada: Equatorial Transmissora 4 SPE S.A. decisão: (i) atestar a conformidade das características técnicas do projeto básico das instalações de transmissão objeto do Contrato de Concessão nº 12/2017-ANEEL, elaborado pela Equatorial Transmissora 4 SPE S.A., em conformidade com as demais especificações e requisitos técnicos das instalações de transmissão descritas no Anexo I do Contrato de Concessão de Transmissão nº 12/2017-ANEEL; e (ii) esclarecer que os valores referentes aos estudos vinculados a concessão, descritos na Décima Primeira Subcláusula da Cláusula Quarta do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 01/2017-ANEEL, estão instruídos no Processo n° 48500.001291/2018-86.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

IVO SECHI NAZARENO

Superintendente

DESPACHO Nº 581, DE 14 DE MARÇO DE 2018

Processo nº: 48500.001291/2018-86. Interessada: Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A, Neoenergia S.A. e Companhia Hidro Elétrica do São Francisco. Decisão: (i) reconhecer a totalidade dos valores correspondentes a segunda fatura referentes aos estudos vinculados a concessão, descritos na Décima Primeira Subcláusula da Cláusula Quarta do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 12/2017-ANEEL elaborados pela Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A e pela Neoenergia S.A.; (ii) reconhecer parcialmente o valor correspondente a segunda fatura referente ao estudo vinculado a concessão, descrito na Décima Primeira Subcláusula da Cláusula Quarta do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 12/2017-ANEEL, elaborado pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, glosando quatro por cento do valor total do estudo; e (iii) em todos os valores referidos se aplicam as devidas correções descritas na Décima Primeira Subcláusula da Cláusula Quarta do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 12/2017-ANEEL.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

IVO SECHI NAZARENO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DE 16 DE MARÇO DE 2018

Decisão: Liberar as unidades geradoras constantes nos despachos abaixo para início de operação em teste a partir do dia 17 de março de 2018.

Nº 603 - Processo nº 48500.001524/2015-06. Interessados: Parque Eólico Diamante III S.A. Usina: EOL Diamante III. Unidades Geradoras: UG4 a UG7, de 2.500 kW cada, totalizando 10.000 kW de potência instalada. Localização: Município de Gentio do Ouro, Estado da Bahia.

Nº 604 - Processo nº 48500.000296/2017-19. Interessados: Guaimbé IV Parque Solar S.A. Usina: UFV Guaimbé 4. Unidades Geradoras: UG1 a UG22, de 1.559 kW cada uma, mantendo a Potência Instalada de 30.000kW, limitada por controle de potência dos inversores. Localização: Município de Guaimbé, Estado de São Paulo.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO
Superintendente

DESPACHOS DE 16 DE MARÇO DE 2018

Decisão: Liberar as unidades geradoras constantes nos despachos abaixo para início de operação comercial a partir do dia 17 de março de 2018.

Nº 605 - Processo nº 48500.000529/2017-75. Interessados: Enel Green Power Horizonte MP Solar S.A. Usina: UFV Horizonte MP 1. Unidades Geradoras: UG1 a UG 28, de 1.025 kW cada, totalizando 28.700 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Tabocas do Brejo Velho, Estado da Bahia.

Nº 606 - Processo nº 48500.000527/2017-86. Interessados: Enel Green Power Horizonte MP Solar S.A. Usina: UFV Horizonte MP 11. Unidades Geradoras: UG1 a UG 20, de 1.000 kW cada, totalizando 20.000 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Tabocas do Brejo Velho, Estado da Bahia.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHO DE 13 DE MARÇO DE 2018

Nº 576. Processo nº 48500.003338/2017-65. Interessada: RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. Decisão: (i) considerar atendida, pela Interessada, a exigência de envio dos documentos comprobatórios da formalização da operação anuída pelo Despacho nº 3.317, de 27 de setembro de 2017; e (ii) estabelecer que o Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 12/1997-DNAEE deverá ser assinado pela concessionária e suas acionistas, em até 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste despacho.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em: www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÁLISSON RODRIGUES FERREIRA COSTA
Superintendente de Fiscalização Econômica e Financeira
Substituto

IVO SECHI NAZARENO
Superintendente de Concessões, Permissões e Autorizações de Transmissão e Distribuição

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900066

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TARIFÁRIA

DESPACHO Nº 601, DE 16 DE MARÇO DE 2018

Processo nº: 48500.000380/2017-24. Interessados: Permissionárias do Serviço Público de Distribuição, consumidores, usuários e agentes do setor. Decisão: Fixa a atualização dos valores limites de Parcela B contidos na Tabela 1 do Submódulo 8.4 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que serão observados nos processos tarifários de 2018 das permissionárias que aderiram ao Termo Aditivo ao Contrato de Permissão.

A íntegra deste Despacho e seu anexo constam dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

DAVI ANTUNES DE LIMA
Superintendente

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA I

SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS

DESPACHOS DE 16 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 61, de 18 de março de 2015, e com base no disposto na Resolução ANP nº 22/14, de 11 de abril de 2014, concede o registro do (s) produto (s) abaixo, das empresas relacionadas:

Nº 359	BETIATI MANUTENÇÃO DE VEICULOS DELIVERY EIRELI ME - CNPJ nº 24.681.775/0001-38					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.000293/2018 - 20	EVOIL PREMIUM SM	SAE 5W30	API SM	ÓLEO LUBRIFICANTE	18775
Nº 360	FUCHS LUBRIFICANTES DO BRASIL LTDA. - CNPJ nº 43.995.646/0001-69					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.003603/2017 - 87	TRIBOTEC GPA-3200	NLGI NA	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	5669
Nº 361	MARCIO ROBERTO CAZELA ME. - CNPJ nº 25.369.061/0001-51					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.000408/2018 - 86	LUMAX GREASE CA	NLGI 2	. N/A	GRAXA LUBRIFICANTE	5709

CARLOS ORLANDO ENRIQUE DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

AUTORIZAÇÃO Nº 243, DE 16 DE MARÇO DE 2018

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 447, de 31 de outubro de 2017, e de acordo com a Resolução ANP nº 26, de 30 de agosto de 2012, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.013371/2012-41, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada a operação da planta produtora de etanol da FERRARI AGROINDUSTRIA S.A., CNPJ nº 54.846.951/0001-05, com capacidade de produção de 800 m³/dia de etanol hidratado e 350 m³/dia de etanol anidro, localizada na Fazenda da Rocha, S/N, Zona Rural, Pirassununga - SP, respeitadas as exigências ambientais e de segurança em vigor, de acordo com a Resolução ANP nº 26/2012.

Art. 2º Fica revogada a Autorização ANP nº 622, de 26/12/2012, publicada no DOU de 27/12/2012.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

ROSÂNGELA MOREIRA DE ARAÚJO

AUTORIZAÇÃO Nº 244, DE 16 DE MARÇO DE 2018

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 447, de 31 de outubro de 2017, e de acordo com a Resolução ANP nº 26, de 30 de agosto de 2012, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.003611/2013-81, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada a operação da planta produtora de etanol da DESTILARIA ÁGUA BONITA LTDA., CNPJ nº 50.227.255/0001-60, com capacidade de produção de 350 m³/dia de etanol hidratadoo, localizada na Rodovia SP 333, s/n, km 26,7, Zona Rural, Tarumã - SP, respeitadas as exigências ambientais e de segurança em vigor, de acordo com a Resolução ANP nº 26/2012.

Art. 2º Fica a empresa obrigada a atender ao prazo estabelecido na Resolução ANP nº 26/2012 ou outra que venha substituí-la, referente à apresentação das certidões negativas de débitos perante as fazendas federal, estadual e municipal, sob pena de cancelamento ou revogação desta autorização.

Art. 3º Fica revogada a Autorização ANP nº 438, de 03/05/2013, publicada no DOU de 06/05/2013.

Art. 4º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

ROSÂNGELA MOREIRA DE ARAÚJO

DIRETORIA II

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO

DESPACHO Nº 362, DE 16 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 64, de 01 de março de 2012; com base na Resolução ANP º 52, de 02 de dezembro de 2015; no Processo ANP nº 48610.002818/2017-61, inclusive no Parecer Técnico nº 010/SIM/2018; e no artigo 30, inciso I, da Resolução ANP n° 52, de 02 de dezembro de 2015, indefere o pedido de Autorização de Operação do terminal de etanol, constituído basicamente por dois tanques, uma plataforma rodoviária e um duto portuário, e localizado na área Lote AE 13 do Porto de Cabedelo, Município de Cabedelo, Estado da Paraíba. O pedido foi formulado pela Companhia Docas da Paraíba, sociedade empresária inscrita no CNPJ sob o nº 02.343.132/0001-41.

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

DIRETORIA IV

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

DESPACHO Nº 357, DE 16 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna público o restabelecimento da autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos a AUTO POSTO CHICARELLI LTDA., CNPJ nº 09.362.819/0001-73, conforme Processo Judicial nº 5002414-50.2018.4.04.7001.

CEZAR CARAM ISSA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 11/2018/AM

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)

2066/2018-880.010/2016-EDUARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA LIMA-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

2067/2018-880.376/2010-FRONTEIRA CERÂMICA LTDA-

2068/2018-880.306/2013-MG DA AMAZONIA LTDA-

2069/2018-880.174/2016-MINASA MINERAÇÃO LTDA ME-

2070/2018-880.067/2017-WILMAR DE JESUS CUNÁUA-

2071/2018-880.099/2017-WILLIAN ARAÚJO DOS SANTOS-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

2072/2018-880.135/2014-JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA SIROTHEAU-

2073/2018-880.071/2015-ELIEZER CAMILO-

2074/2018-880.062/2017-AMAZÔNIA MUCAJAÍ MINERAÇÃO LTDA-

2075/2018-880.063/2017-AMAZÔNIA MUCAJAÍ MINERAÇÃO LTDA-

2076/2018-880.141/2017-IVO ALMEIDA RODRIGUES-

2077/2018-880.142/2017-IVO ALMEIDA RODRIGUES-

VICTOR HUGO FRONER BICCA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 11/2018/RN

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)

2078/2018-848.288/2017-CORTEZ ENGENHARIA LTDA-

2079/2018-848.011/2018-TCON ENGENHARIA E SERVIÇOS EIRELI ME-

2080/2018-848.012/2018-TCON ENGENHARIA E SERVIÇOS EIRELI ME-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900067

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

2081/2018-848.013/2018-TCON ENGENHARIA E SERVIÇOS EIRELI ME-
2082/2018-848.014/2018-TCON ENGENHARIA E SERVIÇOS EIRELI ME-
2083/2018-848.020/2018-DANIEL PEREIRA DOS SANTOS CONSTRUCOES ME-
2084/2018-848.021/2018-DANIEL PEREIRA DOS SANTOS CONSTRUCOES ME-
2085/2018-848.037/2018-HELEN PIMENTA RODRIGUES-
2086/2018-848.038/2018-HELEN PIMENTA RODRIGUES-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

2087/2018-848.105/2017-VULCANO EXPORT CALCÁRIOS LTDA. ME-
2088/2018-848.166/2017-ILENA MARIA ALBUQUERQUE ME-
2089/2018-848.016/2018-HELMO BAGDÁ GAMA-
2090/2018-848.023/2018-KLAUSS FRANCISCO TORQUATO REGO-
2091/2018-848.027/2018-LUZIMAR FERREIRA DE LIMA-
2092/2018-848.039/2018-B. B. C. BARBOZA EMPREENDIMENTOS EIRELI ME-
2093/2018-848.040/2018-B. B. C. BARBOZA EMPREENDIMENTOS EIRELI ME-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

2094/2018-848.260/2017-MINERADORA NOSSO SENHOR DO BONFIM LTDA.-
2095/2018-848.009/2018-GIORDANO BRUNO DE CASTRO GALVÃO-
2096/2018-848.010/2018-MARIA GORETTI DO ROSARIO FREITAS-

VICTOR HUGO FRONER BICCA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 18/2018/RO

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

2101/2018-886.254/2017-WILLIAM CHAGAS SERGIO-
2102/2018-886.259/2017-ROSIMEIRE MARTIMIANO ERNESTO-
2103/2018-886.281/2017-M. C. SONDA MINERAÇÃO, CONSTRUÇÃO E SONDAGENS EIRELI M.E-
2104/2018-886.007/2018-OLIVEIROS RODRIGUES DA CRUZ-
2105/2018-886.011/2018-NORTE SUL TERRAPLENAGEM LTDA ME-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

2106/2018-886.119/2010-JORGE ALBERTO PINTO-
2107/2018-886.073/2017-TWO STARS MINERAÇÃO LTDA-
2108/2018-886.251/2017-IURI RODRIGUES LOBÃO-
2109/2018-886.253/2017-WILLIAM CHAGAS SERGIO-
2110/2018-886.018/2018-RENATO DE OLIVEIRA-

VICTOR HUGO FRONER BICCA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 18/2018/SP

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

1869/2018-821.127/2002-LAINE E BASSI LTDA-EPP-
1870/2018-821.184/2002-PAULO AMANCIO DE SALES JUNIOR-
1871/2018-820.323/2004-COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO-
1872/2018-820.330/2006-JOÃO DONIZETTI THEODORO-
1873/2018-820.547/2008-BENI FERREIRA FRÉ LANDINI-
1874/2018-820.761/2008-PIRAMIDE EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-
1875/2018-820.432/2009-AREIAL EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA-
1876/2018-820.433/2009-AREIAL EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA-
1877/2018-820.532/2009-CERÂMICA BARRAMARES LTDA - EPP-
1878/2018-820.578/2009-JOSÉ CARLOS MIRONE OMETTO-
1879/2018-820.824/2009-MINERAÇÃO COLOZZO & VALENTIM LTDA ME-
1880/2018-820.150/2010-ROBERTO TADEU TEIXEIRA MACHADO-
1881/2018-820.932/2010-PEDREIRA RIO DAS PEDRAS LTDA EPP-
1882/2018-821.407/2012-HELIO PADILHA EIRELI-
1883/2018-820.051/2014-NELSON CALIL JORGE-
1884/2018-820.999/2014-CONEGLIAN & CONEGLIAN AREIA LIMITADA EPP-
1885/2018-821.170/2014-MÔNICA REGINA FERNANDES LUZ PATTO-
1886/2018-820.499/2016-CONEGLIAN & CONEGLIAN AREIA LIMITADA EPP-
1887/2018-820.622/2016-PORTOMINAS MINERAÇÃO LTDA.-
1888/2018-820.718/2016-IRANI ROSA PINHEIRO BRIGANTI ME-
1889/2018-820.756/2016-MINERAÇÃO ITAPEVA LTDA-
1890/2018-820.918/2016-COMERCIO VAREJISTA DE AREIA DE ITAPIRA LTDA ME-
1891/2018-820.008/2017-PEDREIRA LARD II LTDA. ME-
1892/2018-820.010/2017-FABRICIO COSTACURTA BRAGHETTO-
1893/2018-820.011/2017-ADRIANO SAMPAIO DIAS-
1894/2018-820.012/2017-MINERAÇÃO AFF LTDA.-
1895/2018-820.014/2017-UILSON ROMANHA & CIA LTDA-
1896/2018-820.016/2017-BIRITIBA MIRIM MINERAÇÃO LTDA.-
1897/2018-820.019/2017-ADRIANO SAMPAIO DIAS-
1898/2018-820.020/2017-PECUÁRIA SERRAMAR EIRELI-
1899/2018-820.021/2017-PECUÁRIA SERRAMAR EIRELI-
1900/2018-820.022/2017-PECUÁRIA SERRAMAR EIRELI-
1901/2018-820.023/2017-ALEXANDRE HENRIQUE CALDERARO-
1902/2018-820.024/2017-RINO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA-
1903/2018-820.025/2017-JOSÉ CARLOS DE CARVALHO CARNEIRO-
1904/2018-820.026/2017-TUTE MINERAÇÃO LTDA-
1905/2018-820.038/2017-CARLOS CÉSAR RAMOS PEREIRA-
1906/2018-820.040/2017-CERÂMICA CEZARETTO LTDA-
1907/2018-820.041/2017-CERÂMICA CEZARETTO LTDA-
1908/2018-820.043/2017-PORTOMINAS MINERAÇÃO LTDA.-
1909/2018-820.045/2017-FÁBIO EXTRATORA, TERRAPLENAGEM E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-
1910/2018-820.049/2017-JOÃO GILBERTO KHALIL-
1911/2018-820.050/2017-ADRIANO SAMPAIO DIAS-
1912/2018-820.074/2017-PEDREIRA GLICÉRIO LTDA.-
1913/2018-820.076/2017-JLG MINERAÇÃO LTDA-
1914/2018-820.077/2017-JLG MINERAÇÃO LTDA-
1915/2018-820.078/2017-COINBAL COMERCIO E INDUSTRIA DE BAUXITA LTDA.-
1916/2018-820.080/2017-DÊNIO NAVES DE LIMA-
1917/2018-820.201/2017-AREIA CRISTALINA MINERAÇÃO COMÉRCIO E TRANSPORTES EIRELI EPP-
1918/2018-820.202/2017-ESTRELA MINERAÇÃO COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA. EPP-
1919/2018-820.208/2017-P J TEIXEIRA DE SOUZA ME-
1920/2018-820.212/2017-MINERADORA SÃO PEDRO LTDA ME-
1921/2018-820.218/2017-ROGERS RAPHAEL DA ROCHA-
1922/2018-820.230/2017-AGROPECUÁRIA LUALA LTDA-
1923/2018-820.231/2017-SANTA HELENA AGRÍCOLA LTDA-
1924/2018-820.232/2017-MM COMERCIO DE MINERIOS LTDA ME-
1925/2018-820.239/2017-OSVALDO NALIO-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

1926/2018-820.073/2017-RAPHAELLA MARIA COELHO PEREIRA LOBO-
1927/2018-820.206/2017-ÁGUA MOGIANA LTDA-

VICTOR HUGO FRONER BICCA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 26/2018/TO

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

2097/2018-864.111/2017-GL4 CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA ME-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

2098/2018-864.073/2014-MAURO HELENO SOBREIRA-
2099/2018-864.114/2017-MARCOS CORREIA DA SILVA-
2100/2018-864.232/2017-COLORGEMS LTDA-

VICTOR HUGO FRONER BICCA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 33/2018/MS

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)

2111/2018-868.012/2018-RCA MINERAÇÃO EIRELI ME-
2112/2018-868.013/2018-RCA MINERAÇÃO EIRELI ME-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

2113/2018-868.348/2016-MINERAÇÃO SANTA MARIA LTDA-
2114/2018-868.349/2016-MINERAÇÃO SANTA MARIA LTDA-
2115/2018-868.352/2016-MINERAÇÃO SANTA MARIA LTDA-
2116/2018-868.026/2017-MINERAÇÃO SANTA MARIA LTDA-
2117/2018-868.045/2017-MINERAÇÃO SANTA MARIA LTDA-
2118/2018-868.194/2017-MINERAÇÃO RIO LUZ E COMÉRCIO LTDA-

VICTOR HUGO FRONER BICCA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 33/2018/PA

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

2048/2018-851.219/2017-MATHEUS SOARES FILHO-
2049/2018-851.339/2017-BERNARDO DE PAULA LOBO-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

2050/2018-850.718/2011-JOÃO ANGELO FONTANA-
2051/2018-851.079/2012-ANDORRA PARTICIPAÇÕES E EMPRENDIMENTOS LTDA-
2052/2018-851.080/2012-ANDORRA PARTICIPAÇÕES E EMPRENDIMENTOS LTDA-
2053/2018-851.081/2012-ANDORRA PARTICIPAÇÕES E EMPRENDIMENTOS LTDA-
2054/2018-851.082/2012-ANDORRA PARTICIPAÇÕES E EMPRENDIMENTOS LTDA-
2055/2018-850.211/2016-FABIO VICENTE MALINSKI-
2056/2018-850.762/2017-MINERAÇÃO TRES FRONTEIRAS, EXTRAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PEDRAS E MINERAIS LTDA ME-
2057/2018-850.776/2017-WILMAR CIPRIANO SILVA-
2058/2018-851.207/2017-JOSÉ GERALDO DA SILVA-
2059/2018-851.354/2017-GREIPHIL MINAS LTDA-
2060/2018-851.355/2017-GREIPHIL MINAS LTDA-
2061/2018-851.357/2017-GREIPHIL MINAS LTDA-
2062/2018-851.358/2017-GREIPHIL MINAS LTDA-
2063/2018-851.360/2017-GREIPHIL MINAS LTDA-
2064/2018-851.361/2017-GREIPHIL MINAS LTDA-
2065/2018-851.364/2017-OURILANDIA MINERAÇÃO-

VICTOR HUGO FRONER BICCA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 86/2018/MG

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

1928/2018-830.489/2017-IDEUVAN DE SOUZA AVELAR-
1929/2018-830.679/2017-MINERAÇÃO PLANALTO S A-
1930/2018-830.698/2017-FORTGRAN MINERAÇÃO LTDA-
1931/2018-830.840/2017-DMJ COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-
1932/2018-830.841/2017-DMJ COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-
1933/2018-830.850/2017-MINERAÇÃO EVERESTE LTDA-
1934/2018-830.863/2017-S P DA SILVA COUTO EXTRAÇÃO ME-
1935/2018-830.984/2017-PLENNA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP-
1936/2018-830.992/2017-JAPH COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE SAIBRO LTDA-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900068

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1937/2018-830.993/2017-AREEIRO MUZAMBO LTDA-
1938/2018-831.031/2017-MAGA SERVIÇOS LTDA ME-
1939/2018-831.077/2017-VULCANO EXPORT CALCÁRIOS LTDA. ME-
1940/2018-832.004/2017-VICENTE PIMENTEL RHODES ME-
1941/2018-832.005/2017-LAERTE VIDAL DE OLIVEIRA-
1942/2018-832.007/2017-F & F SERVIÇOS E EXTRAÇÃO DE AREIA E ARGILA LTDA-
1943/2018-832.008/2017-VICENTE PIMENTEL RHODES ME-
1944/2018-832.031/2017-MINERAÇÃO CORDEIRO LTDA ME-
1945/2018-832.177/2017-MINERAÇÃO PORTO NACIONAL LTDA-
1946/2018-832.184/2017-MARCOS WILLIAM ALMEIDA DRUMOND ME-
1947/2018-830.278/2018-GILMAR BARBOSA ROCHA-
1948/2018-830.287/2018-GONÇALVES & OLIVEIRA JR SOCIEDADE DE ADVOGADOS-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

1949/2018-832.493/2016-COMERCIAL EXPORTADORA RINOLDI LTDA-
1950/2018-830.676/2017-VANICE A DE ASSIS COSTA EIRELI EPP-
1951/2018-830.837/2017-FERNANDO AMARAL RODRIGUES-
1952/2018-830.994/2017-LEONARDO SIQUEIRA HUDSON-
1953/2018-831.285/2017-VENDOME MINE MINERAÇÃO IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO E PESQUISA LTDA-
1954/2018-831.997/2017-GUILHERME FREITAS GARCIA-
1955/2018-831.998/2017-EMBRAMINE EMPRESA BRASILEIRA DE PRFURAÇÕES E SONDAGENS ME-
1956/2018-832.001/2017-LRM COMERCIAL LTDA EPP-
1957/2018-832.002/2017-SILVA E MONTEIRO TRANSPORTES LTDA-
1958/2018-832.003/2017-M.S.M. - MARIANA SOAPSTONE MINING MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-
1959/2018-832.006/2017-MINERAÇÃO GRANDUVALE LTDA-
1960/2018-832.013/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
1961/2018-832.014/2017-GAR MINERAÇÃO, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S. A.-
1962/2018-832.015/2017-EDEM EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO EM MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA-
1963/2018-832.016/2017-EDEM EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO EM MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA-
1964/2018-832.017/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
1965/2018-832.018/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
1966/2018-832.032/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
1967/2018-832.033/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
1968/2018-832.034/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
1969/2018-832.036/2017-AGUIA METAIS LTDA-
1970/2018-832.174/2017-RIMA INDUSTRIAL SA-
1971/2018-832.175/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
1972/2018-832.176/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
1973/2018-832.178/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
1974/2018-832.180/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
1975/2018-832.181/2017-MICAPEL MINERAÇÃO CAPÃO DAS PEDRAS LTDA-
1976/2018-832.182/2017-MICAPEL MINERAÇÃO CAPÃO DAS PEDRAS LTDA-
1977/2018-832.183/2017-MICAPEL MINERAÇÃO CAPÃO DAS PEDRAS LTDA-
1978/2018-832.185/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
1979/2018-832.186/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
1980/2018-832.187/2017-MLOG S.A-
1981/2018-832.188/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
1982/2018-832.189/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
1983/2018-830.282/2018-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
1984/2018-830.283/2018-AREIAS LUDRI LTDA-
1985/2018-830.284/2018-DAN INDÚSTRIA COMÉRCIO E TRANSPORTADORA LTDA-
1986/2018-830.285/2018-A R T DUARTE ME-
1987/2018-830.288/2018-VOTORANTIM CIMENTOS S A-

VICTOR HUGO FRONER BICCA

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 42/2018/GO

Fase de Disponibilidade
Torna sem efeito despacho publicado.(1864)
860.912/2008-FERROATLANTICA BRASIL MINERAÇÃO LTDA.- DOU de 18/10/2016 - RELAÇÃO Nº 294/2016
860.913/2008-FERROATLANTICA BRASIL MINERAÇÃO LTDA.- DOU de 18/10/2016 - RELAÇÃO Nº 294/2016
861.183/2008-FERROATLANTICA BRASIL MINERAÇÃO LTDA.- DOU de 14/09/2016 - RELAÇÃO Nº 247/2016
861.497/2008-FERROATLANTICA BRASIL MINERAÇÃO LTDA.- DOU de 14/09/2016 - RELAÇÃO Nº 247/2016
861.517/2008-FERROATLANTICA BRASIL MINERAÇÃO LTDA.- DOU de 14/09/2016 - RELAÇÃO Nº 247/2016
861.518/2008-FERROATLANTICA BRASIL MINERAÇÃO LTDA.- DOU de 14/09/2016 - RELAÇÃO Nº 247/2016

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 45/2018/GO

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
860.567/2017-ANCORA ENGENHARIA LTDA- Alvará n°8.058/2017 - Cessionario:860.106/2018-Otávio Pedroso Machado- CPF ou CNPJ 349.807.761-91
860.885/2017-DONIZETE BATISTA DA FONSECA- Alvará n°8.556/2017 - Cessionario:860.089/2018-Luciano Bortholacci de Souza- CPF ou CNPJ 243.686.950-20
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
861.292/2015-VITÓRIA MINERAÇÃO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MINÉRIOS LTDA.- Cessionário:Luiz Humberto de Oliveira Filho- CPF ou CNPJ 998.023.171-87- Alvará n°893/2018
860.946/2016-DOMINGOS PEREIRA DA SILVA- Cessionário:Mineradora Pvs Eireli ME- CPF ou CNPJ 28.310.396/0001-92- Alvará n°1.357/2017
Fase de Licenciamento
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
860.461/2008-SERGIO SILVA CAIXETA- Cessionário:João Caixeta Gomes- CNPJ 092.219.641-91- Licenciamento n°023- Vencimento do Licenciamento: 19/02/2018
861.698/2012-GOYAZ BRITAS LTDA- Cessionário:Pedreira Cathalão Ltda- CNPJ 29.159.796/0001-01- Licenciamento n°114- Vencimento do Licenciamento: Indeterminado
860.985/2014-JOAO PEREIRA NETO- Cessionário:Cascalheira Salina Ltda ME- CNPJ 22.800.048/0001-17- Licenciamento n°154- Vencimento do Licenciamento: 22/07/2018
Fase de Requerimento de Lavra
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
860.940/2005-MINERAÇÃO BRASIL CENTRAL LTDA- Alvará n° 7.298/2005 - Cessionário: Goiascal Mineração e Calcário Ltda- CNPJ 01.413.855/0001-07
861.305/2012-ESPAÇO CONSTRUÇÕES E PROJETOS LTDA- Alvará n° 6.015/2012 - Cessionário: Rtc Negócios Imobiliários Ltda ME- CNPJ 04.970.432/0001-86

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 18/2018/RN

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
848.306/2016-MARCELO BEZERRA GUERREIRO- Cessionário:Josinaldo Martins da Rocha- CPF ou CNPJ 430.059.777-49- Alvará n°3.086/2017
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para PLG(2067)
848.001/2016-JOSÉ DEMOCRITO FILHO
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
848.005/2010-MONT GRANITOS S A-OF. N°111/2018-SGTM/DNPM/RN
848.393/2012-FF TERRAPLENAGEM EIRELI-OF. N°125/2018-SGTM/DNPM/RN
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
848.005/2010-MONT GRANITOS S A-OF. N°112/2018-SGTM/DNPM/RN
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
840.030/1987-MINERAÇÃO TERRA BRANCA LTDA-OF. N°221.44.006/2018/RN/FISC/SUP/DNPM/RN
848.462/2008-MINERAÇÃO COTO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-OF. N°221.44.006/2018/RN/FISC/SUP/DNPM/RN
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
840.030/1987-MINERAÇÃO TERRA BRANCA LTDA-OF. N°221.44.009/2018/RN/FISC/SUP/DNPM/RN
848.462/2008-MINERAÇÃO COTO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-OF. N°221.44.009/2018/RN/FISC/SUP/DNPM/RN
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)
848.282/2016-JOSÉ DEMOCRITO FILHO - PLG N°03/2018 de 12/03/2018 - Prazo 01 anos
848.015/2018-ALEXANDRE DA GAMA FERNANDES VIEIRA MINERAÇÃO EPP - PLG N°04/2018 de 14/03/2018 - Prazo 05 anos

ROGER GARIBALDI MIRANDA

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 76, DE 16 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso II, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 2º, § 2º e 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, nas Portarias MME nº 101, de 22 de março de 2016, nº 465, de 30 de novembro de 2017 e nº 18, de 22 de janeiro de 2018, e o que consta no Processo nº 48360.000086/2018-45, resolve:

Art. 1º Definir os montantes de garantia física de energia das Usinas Hidrelétricas, na forma do Anexo a presente Portaria, com vistas à participação no Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, denominado Leilão "A-4", de 2018, de que trata a Portaria MME nº 465, de 30 de novembro de 2017.

§ 1º Os montantes de garantia física de energia das Usinas Hidrelétricas constantes no Anexo são determinados nas Barras de Saída dos Geradores.

§ 2º Para efeitos de comercialização de energia elétrica, o consumo interno das Usinas Hidrelétricas e as perdas na Rede Elétrica deverão ser abatidos dos montantes de garantia física de energia definidos nesta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º Os montantes de garantia física de energia definidos nesta Portaria terão validade a partir da entrada em Operação Comercial de cada Usina Hidrelétrica.

Art. 3º As garantias físicas de energia das Usinas Hidrelétricas constantes do Anexo perderão a validade e a eficácia, após o Leilão a que se refere o art. 1º desta Portaria, caso não sejam objetos dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

ANEXO

Garantias Físicas de Energia - Leilão "A-6" de 2017

Usina Hidrelétrica	Rio	UF	Potência Instalada (MW)	Nº de Unidades	Nº de Unidades de Base	Garantia Física de Energia Total (MWmed)
Bom Retiro	Taquari	RS	35,18	4	3	20,1
Eng. Érico Bitencourt de Freitas	Claro	GO	39,5	2	2	21,0
Salto Duran	Claro	GO	39,5	2	2	21,5

Garantia Física no Período de Motorização

Usina Hidrelétrica	Garantia Física de Energia (MWmed)				
	Completa	Unidade 1	Unidade 2	Unidade 3	Unidade 4
Bom Retiro	20,1	7,1	12,3	16,5	20,1
Eng. Érico Bitencourt de Freitas	21,0	15,8	21,0	-	-
Salto Duran	21,5	16,1	21,5	-	-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900069

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 77, DE 16 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 4º, da Portaria MME nº 310, de 12 de setembro de 2013, e o que consta do Processo nº 48500.005407/2017-75, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Pequena Central Hidrelétrica denominada Gameleira, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: PCH.PH.GO.035112-1.01, de titularidade da empresa São Bartolomeu Geradora de Energia Renovável Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.469.628/0001-24, detalhado no Anexo à presente Portaria.

Parágrafo único. O projeto de que trata o caput, autorizado por meio da Resolução Autorizativa ANEEL nº 6.483, de 11 de julho de 2017, é alcançado pelo art. 1º da Portaria MME nº 310, de 12 de setembro de 2013, cuja energia é destinada ao Ambiente de Contratação Livre - ACL.

Art. 2º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de outubro de 2017 e são de exclusiva responsabilidade da São Bartolomeu Geradora de Energia Renovável Ltda., cuja razoabilidade foi atestada pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

Art. 3º A São Bartolomeu Geradora de Energia Renovável Ltda. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

Art. 4º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto aprovado nesta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI.

Art. 5º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 6º A São Bartolomeu Geradora de Energia Renovável Ltda. deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 2007, na Portaria MME nº 310, de 2013, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos artigos 9º e 14, do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

ANEXO

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA		
INFORMAÇÕES DO PROJETO DE ENQUADRAMENTO NO REIDI - REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA		
PESSOA JURÍDICA TITULAR DO PROJETO		
01 - Nome empresarial São Bartolomeu Geradora de Energia Renovável Ltda.	02 - CNPJ 26.469.628/0001-24	03 - Telefone (41) 3021-1100
04 - DADOS DO PROJETO		
Nome do Projeto	PCH Gameleira (Autorizada pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 6.483, de 11 de julho de 2017).	
Descrição do Projeto	Pequena Central Hidrelétrica compreendendo:	
	I - Duas Unidades Geradoras de 7.000 kW, totalizando 14.000 kW de capacidade instalada; e II - Sistema de Transmissão de Interesse Restrito constituído de uma subestação elevadora de 6,6/34,5 kV, junto à Central Geradora, e uma linha de transmissão em 34,5 kV, em circuito duplo, de aproximadamente vinte e dois quilômetros de extensão,	
	interligando a subestação elevadora à Subestação Coletora de 34,5/138 kV, sob a responsabilidade da empresa São Bartolomeu Geradora de Energia Renovável Ltda, e uma linha de transmissão em 138 kV, em circuito simples, de aproximadamente trinta e um quilômetro de extensão, interligando a Subestação Coletora à subestação Pamplona, sob a responsabilidade da Celg Distribuição S.A.	
Período de Execução	De 01/01/2019 a 31/05/2021.	
Localidade do Projeto	Município de Luziânia e Cristalina, no Estado de Goiás.	
05- REPRESENTANTES, RESPONSÁVEL TÉCNICO E CONTADOR DA PESSOA JURÍDICA		
Representante: Walfrido Victorino Ávila	CPF:087.395.879-91	
Representante: Joel Rauen	CPF: 003.807.099-53	
Responsável Técnico: Joel Rauen	CPF: 003.807.099-53	
Contador: Antonio Carvalho Morais Junior	CPF:873.207.209-06	
06- ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO COM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)		
Bens	43.841.890,00	
Serviços	70.972.280,00	
Outros	7.865.280,00	
Total (1)	122.679.450,00	
07- ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO SEM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)		
Bens	39.786.510,00	
Serviços	64.407.320,00	
Outros	7.137.740,00	
Total (2)	111.331.570,00	

PORTARIA Nº 78, DE 16 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013, e o que consta do Processo nº 48500.001079/2018-19, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do Projeto de Reforços em Instalação de Transmissão de Energia Elétrica, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 6.846, de 30 de janeiro de 2018, de titularidade da empresa Paranaíba Transmissora de Energia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.553.029/0001-01, detalhado no Anexo à presente Portaria.

Parágrafo único. O Projeto de que trata o caput é alcançado pelo art. 4º, inciso III, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013.

Art. 2º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de janeiro de 2018 e são de exclusiva responsabilidade da Paranaíba Transmissora de Energia S.A., cuja razoabilidade foi atestada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Art. 3º A Paranaíba Transmissora de Energia S.A. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do Projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Termo de Liberação Definitivo emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

Art. 4º Alterações técnicas ou de titularidade do Projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI.

Art. 5º A habilitação do Projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 6º A Paranaíba Transmissora de Energia S.A. deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Portaria MME nº 274, de 2013, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos arts. 9º e 14, do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

ANEXO

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA		
INFORMAÇÕES DO PROJETO DE ENQUADRAMENTO NO REIDI - REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA		
PESSOA JURÍDICA TITULAR DO PROJETO		
01 - Nome Empresarial Paranaíba Transmissora de Energia S.A.		
02 - CNPJ 17.553.029/0001-01		03 - Telefone (21) 3513-4755
04 - DADOS DO PROJETO		
Nome do Projeto	Reforço na Subestação de Barreiras II (Resolução Autorizativa ANEEL nº 6.846, de 30 de janeiro de 2018).	
Descrição do Projeto	Reforços em Instalação de Transmissão de Energia Elétrica relativos a Subestação de Barreiras II, compreendendo: I - complementação do módulo geral da Subestação Barreiras II com um módulo de infraestrutura para instalação de um banco de reatores de barra 500 kV; II - instalação de um banco de reatores de barra 500 kV, 3x50 Mvar; e III - conexão do reator de barra RTB8 500 kV.	
Período de Execução	De 07/02/2018 a 07/06/2019.	
Localidade do Projeto [Município(s)/UF(s)]	Município de Barreiras, Estado da Bahia.	
05 - REPRESENTANTES, RESPONSÁVEL TÉCNICO E CONTADOR DA PESSOA JURÍDICA		
Nome: Xiaochun Wang.		CPF: 062.517.877-75.
Nome: João Batista Guimarães Ferreira da Silva.		CPF: 176.401.216-04.
Nome: Ronaldo Borges Andrade.		CPF: 435.567.877-68.
06 - ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO COM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)		
Bens	25.671.040,68.	
Serviços	2.511.902,27.	
Outros	0,00	
Total (1)	28.182.942,95.	
07 - ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO SEM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)		
Bens	23.473.599,60.	
Serviços	2.296.883,43.	
Outros	0,00.	
Total (2)	25.770.483,03.	

PORTARIA Nº 79, DE 16 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso II, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 2º, § 2º e 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, nas Portarias MME nº 463, de 3 de dezembro de 2009, e nº 465, de 30 de novembro de 2017, e o que consta no Processo nº 48360.000060/2018-05, resolve:

Art. 1º Definir os montantes de garantia física de energia das Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs e das Centrais Geradoras Hidrelétricas - CGHs, na forma dos Anexos I e II da presente Portaria, com vistas à participação no Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, denominado Leilão "A-4", de 2018, de que trata a Portaria MME nº 465, de 30 de novembro de 2017.

§ 1º Os montantes de garantia física de energia constantes nos Anexos I e II são determinados nos Pontos de Conexão das Usinas.

§ 2º Para efeitos de comercialização de energia elétrica, as perdas elétricas do Ponto de Conexão até o Centro de Gravidade do respectivo Submercado deverão ser abatidas dos montantes de garantia física de energia definidos nesta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º As garantias físicas de energia das Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs e das Centrais Geradoras Hidrelétricas - CGHs constantes dos Anexos I e II perderão a validade e a eficácia após o Leilão a que se refere o art. 1º desta Portaria, caso não sejam objetos de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900070

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 3º Para todos os efeitos, os montantes de garantia física de energia definidos no Anexo poderão ser revisados com base na legislação vigente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

ANEXO I

Garantias Físicas de Energia das PEQUENAS CENTRAIS HIDRELÉTRICAS - Leilão "A-4" de 2018

Pequena Central Hidrelétrica	Rio	UF	Potência Instalada (MW)	Garantia Física de Energia (MWmed)
Açungui 2E	Açungui	PR	5,900	3,12
Alto Guaporé 2	Guaporé	MT	7,000	5,03
Bedim	Santana	PR	6,000	3,42
Boa Vista II	Marrecas	PR	24,000	13,61[*]
Brejauba	Peixe	MG	15,926	6,56
Cachoeira Cinco Veados	Toropi	RS	16,227	8,31[*]
Campo Belo	Vacas Gordas	SC	9,948	4,25
Cerquinha III	Cerquinha	RS	7,270	3,57[*]
Emas Nova	Mogi-Guaçu	SP	10,000	5,44
Jesuíta	Juruena	MT	22,300	18,83
Macacos	Jaguariaíva	PR	9,900	6,00
Monjolo	Do Peixe	MG	13,580	5,35
Poço Fundo	Machado	MG	30,000	17,08
Rincão São Miguel	Toropi	RS	9,750	4,19
Rio do Sul	Itajaí Açu	SC	10,000	5,14
Salgado	São Bartolomeu	GO	16,000	8,79
Salto do Guassupi	Guassupi	RS	12,199	6,27[*]
Sede II	Potiribu	RS	7,000	2,89
Silveira III	Silveira	RS	7,200	3,61
Sumidouro	Santo Antônio	MG	14,880	5,19
Tio Hugo	Jacui	RS	9,800	4,43
Touros IV	Rio dos Touros	RS	5,750	2,72

[*] Garantia física total do empreendimento (casa de força principal + casa de força complementar).

ANEXO II

GARANTIAS FÍSICAS DE ENERGIA DAS CENTRAIS GERADORAS HIDRELÉTRICAS - LEILÃO "A-4" DE 2018

Central Geradora Hidrelétrica	Rio	UF	Potência Instalada (MW)	Garantia Física de Energia (MWmed)
Água Benta	Palmital	PR	1,00	0,80
Água Santa	Palmital	PR	1,00	0,65
Ano Bom	Ano Bom	SC	3,45	1,47
Antônio Prado	Gavião	MG	1,00	0,80
Aristides Maia De Souza	Lajeado Gavião	SC	1,05	0,51
Bonfim	Ribeirão Bonfim	GO	2,60	1,89
Botelho	Rio Do Alho	SC	1,00	0,59
Buritizal	Buritizal	MT	5,00	4,57
Canastra	Suaçuí Grande	MG	4,00	2,03
Chalé	José Pedro	MG	2,10	1,36
Diamantino	Diamantino	GO	3,00	2,22
Garcia de Angelina	Garcia	SC	2,00	1,32
Igrejinha	Ijuizinho	RS	4,85	2,24
Marombas I	Marombas	SC	3,30	1,59
Marombas II	Marombas	SC	1,80	0,86
Nova Ponte Queimada II	Rio Casca	MG	3,00	1,94
Ouro Branco	Mourão	PR	4,00	2,85
Quilombo	Ribeirão Do Quilombo	RJ	3,00	2,04
Ramada	Antoninha	SC	3,50	1,89
Santa Luiza	Santa Luiza	SC	1,30	0,58
Serra Vermelha	Taquari	MT	3,00	2,08
Suspiro	Suspiro	MT	5,00	2,90

PORTARIA Nº 80, DE 16 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso II, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 2º, § 2º e 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, nas Portarias MME nº 101, de 22 de março de 2016, e nº 465, de 30 de novembro de 2017, e o que consta no Processo nº 48360.000081/2018-12, resolve:

Art. 1º Definir os montantes de garantia física de energia das Usinas Eólicas, na forma do Anexo a presente Portaria, com vistas à participação no Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, denominado Leilão "A-4", de 2018, de que trata a Portaria MME nº 465, de 30 de novembro de 2017.

§ 1º Os montantes de garantia física de energia constantes no Anexo referem-se aos Pontos de Medição Individual - PMI de cada uma das Usinas Eólicas.

§ 2º Para efeitos de comercialização de energia elétrica, as perdas elétricas do PMI até o Centro de Gravidade do respectivo Submercado deverão ser abatidas dos montantes de garantia física de energia definidos nesta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º As garantias físicas de energia dos Empreendimentos constantes do Anexo perderão a validade e a eficácia após o Leilão a que se refere o art. 1º desta Portaria, caso não sejam objetos de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs.

Art. 3º Para os Empreendimentos que comercializarem energia no Leilão a que se refere o art. 1º desta Portaria, os montantes de garantia física de energia constantes no Anexo terão validade a partir das suas respectivas datas de entrada em Operação Comercial.

Art. 4º Para todos os efeitos, os montantes de garantia física de energia definidos no Anexo poderão ser revisados com base na legislação vigente.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

ANEXO

Garantias Físicas de Energia das usinas eólicas - Leilão "A-4" de 2018

Usina	Empreendimento (Razão Social)	UF	Garantia Física (MWmed)	Potência (MW)
Acacias	CENTRAL GERADORA EOLICA ACACIAS LTDA	RS	9,6	24,0
Acácias II	CENTRAL GERADORA EÓLICA ACACIAS II LTDA	RS	8,9	22,0
Acampamento	ENERGER - Empreendimentos em Energia Ltda	RS	7,6	18,4
Acauã IV	Horizonte Energias Renovaveis Ltda	RN	11,6	25,2
Afonso Bezerra I	EOLICA ACU GERACAO DE ENERGIA SPE S/A	RN	12,8	28,0
Afonso Bezerra II	EOLICA ACU GERACAO DE ENERGIA SPE S/A	RN	13,1	30,0
Afonso Bezerra III	EOLICA ACU GERACAO DE ENERGIA SPE S/A	RN	13,5	30,0
Afonso Bezerra IV	EOLICA ACU GERACAO DE ENERGIA SPE S/A	RN	6,0	14,0
Água Riquinha 1	Vita Energias Renováveis Ltda	MA	14,2	44,6
Água Riquinha 2	Vita Energias Renováveis Ltda	MA	13,6	44,6
Água Riquinha 3	Vita Energias Renováveis Ltda	MA	13,1	42,0
Alcaçuz	Centrais Eólicas Alcaçuz S.A.	BA	9,2	18,9
ALECRIM	PARQUE EÓLICO SOBRADINHO LTDA-ME.	BA	11,1	30,0
ALTO DOS VENTOS I A	ALTO DOS VENTOS GERADORA DE ENERGIA S.A	RN	9,9	22,4
ALTO DOS VENTOS I B	ALTO DOS VENTOS GERADORA DE ENERGIA S.A	RN	8,9	19,2
ALTO DOS VENTOS II A	Alto dos Ventos Energia Eólica SA	RN	9,0	22,4
ALTO DOS VENTOS II B	Alto dos Ventos Energia Eólica SA	RN	11,3	28,8
ALTO DOS VENTOS II C	Alto dos Ventos Energia Eólica SA	RN	10,9	28,8
ALTO DOS VENTOS II E	Alto dos Ventos Energia Eólica SA	RN	11,6	28,8
ALTO DOS VENTOS II F	Alto dos Ventos Energia Eólica SA	RN	11,5	28,8
ALTO DOS VENTOS II G	Alto dos Ventos Energia Eólica SA	RN	11,6	28,8
Amescla	Centrais Eólicas Amescla S.A.	BA	6,1	13,5
Angelim	Centrais Eólicas Angelim S.A.	BA	10,4	21,6
Angicos I	EOLICA ANGICOS GERACAO DE ENERGIAS SPE S/A	RN	10,5	28,0
Angicos II	EOLICA ANGICOS GERACAO DE ENERGIAS SPE S/A	RN	10,8	30,0
Angicos III	EOLICA ANGICOS GERACAO DE ENERGIAS SPE S/A	RN	10,4	28,0
Angicos IV	EOLICA ANGICOS GERACAO DE ENERGIAS SPE S/A	RN	10,3	28,0
Angicos IX	EOLICA ANGICOS GERACAO DE ENERGIAS SPE S/A	RN	7,5	22,0
Angicos VI	EOLICA ANGICOS GERACAO DE ENERGIAS SPE S/A	RN	9,8	26,0
Angicos VII	EOLICA ANGICOS GERACAO DE ENERGIAS SPE S/A	RN	9,0	24,0
Angicos VIII	EOLICA ANGICOS GERACAO DE ENERGIAS SPE S/A	RN	8,4	24,0
Angicos X	EOLICA ANGICOS GERACAO DE ENERGIAS SPE S/A	RN	9,9	30,0
Angicos XI	EOLICA ANGICOS GERACAO DE ENERGIAS SPE S/A	RN	9,7	30,0
Arroio dos Antunes	ENERGIAS COMPLEMENTARES DO BRASIL GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S/A	RS	6,1	15,0
Arroio Maú	ENERGIAS COMPLEMENTARES DO BRASIL - GERACAO DE ENERGIA ELETRICA S/A	RS	7,8	18,0
Aura Mirim I	Atlantic Energias Renováveis S.A.	RS	6,9	15,0
Aura Mirim III	Atlantic Energias Renováveis S.A.	RS	6,9	15,0
Aura Mirim V	Atlantic Energias Renováveis S.A.	RS	8,4	18,0
Aura Queimada Nova 01	Atlantic Energias Renováveis S.A.	PI	11,3	30,0
AW CRUZEIRO	ALUPAR INVESTIMENTO S.A.	RN	12,8	27,3
AW NOVA ARIZONA	ALUPAR INVESTIMENTO S.A	RN	10,7	23,1
AW Olho D Água II	ALUPAR INVESTIMENTO S.A.	RN	13,3	27,3
AW Olho DÁgua I	ALUPAR INVESTIMENTO S.A.	RN	13,3	27,3
AW Santa Régia	ALUPAR INVESTIMENTO S.A.	RN	15,7	29,4
AW SÃO JOÃO	ALUPAR INVESTIMENTO S.A.	RN	16,0	29,4
AW SÃO MIGUEL	ALUPAR INVESTIMENTO S.A.	RN	15,1	29,4
Bacupari 1	Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda	RS	20,3	52,5
Bacupari 2	Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda	RS	19,6	49,0
Bacupari 3	Enerfin do Brasil sociedade de Energia Ltda	RS	23,5	59,5
BAIXA VERDE	SPE Baixa Verde Energia S/A	RN	7,0	12,6
Baraúnas III	Brennand Energia Eólica S/A	BA	12,2	31,5
Baraúnas XIII	Brennand Energia Eólica S/A	BA	11,4	31,5
Baraúnas XIV	Brennand Energia Eólica S/A	BA	11,4	31,5
Baraúnas XV	Brennand Energia Eólica S/A	BA	12,6	31,5
Baraúnas XVI	Brennand Energia Eólica S/A	BA	12,3	31,5
Baraúnas XVII	Brennand Energia Eólica S/A	BA	11,2	31,5
Baraúnas XX	Brennand Energia Eólica S/A	BA	14,2	31,5
Barbatimão	Centrais Eólicas Barbatimão S.A.	BA	7,2	16,2
Barra I	GESTAMP EÓLICA BRASIL SA	MG	16,3	30,0
Barra II	GESTAMP EÓLICA BRASIL SA	MG	19,7	38,0
Barra III	GESTAMP EÓLICA BRASIL SA	MG	12,6	24,0
Barra IV	GESTAMP EÓLICA BRASIL SA	MG	13,3	26,0
BOA ESPERANÇA	PARQUE EOLICO SOBRADINHO LTDA-ME	BA	13,2	30,0
Boa Esperança II	GESTAMP EÓLICA BRASIL SA	RN	10,8	20,0
Bom Conselho I	CPFL Energias Renováveis S.A.	PE	12,1	29,4
Bom Conselho II	CPFL ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.	PE	11,8	29,4
Bom Conselho III	CPFL Energias Renováveis S.A.	PE	12,7	29,4
BOM JESUS	BOM JESUS EÓLICA S.A.	CE	9,6	18,0
Bom Lugar	ELETROWIND S/A	BA	8,4	18,0
BONS VENTOS BITIQUARA I	Eólica Costa Oeste SA	CE	12,7	23,1
BONS VENTOS BITIQUARA II	Eólica Costa Oeste SA	CE	26,3	52,5

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900071

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BONS VENTOS MORRO DO CHAPÉU 01	SERVTEC BONS VENTOS MORRO DO CHAPÉU S/A	BA	10,9	21,0
BONS VENTOS MORRO DO CHAPÉU 02	SERVTEC BONS VENTOS MORRO DO CHAPÉU LTDA.	BA	14,4	29,4
BONS VENTOS MORRO DO CHAPÉU 03	SERVTEC BONS VENTOS MORRO DO CHAPÉU LTDA.	BA	11,6	25,2
BONS VENTOS MORRO DO CHAPÉU 04	SERVTEC BONS VENTOS MORRO DO CHAPÉU LTDA.	BA	11,5	21,0
BONS VENTOS MORRO DO CHAPÉU 05	SERVTEC BONS VENTOS MORRO DO CHAPÉU LTDA.	BA	15,1	29,4
BONS VENTOS MORRO DO CHAPÉU 06	SERVTEC BONS VENTOS MORRO DO CHAPÉU LTDA.	BA	13,3	27,3
BONS VENTOS MORRO DO CHAPÉU 07	SERVTEC BONS VENTOS MORRO DO CHAPÉU LTDA.	BA	12,9	29,4
BONS VENTOS MORRO DO CHAPÉU 08	SERVTEC BONS VENTOS MORRO DO CHAPÉU LTDA.	BA	13,2	29,4
BONS VENTOS MORRO DO CHAPÉU 09	SERVTEC BONS VENTOS MORRO DO CHAPÉU LTDA.	BA	12,6	29,4
BONS VENTOS MORRO DO CHAPÉU 10	SERVTEC BONS VENTOS MORRO DO CHAPÉU LTDA.	BA	13,0	29,4
BONS VENTOS MORRO DO CHAPÉU 11	SERVTEC BONS VENTOS MORRO DO CHAPÉU LTDA.	BA	14,0	29,4
CACHOEIRA	CACHOEIRA EOLICA S.A.	CE	5,8	12,0
Cacimbinhas	ECB - Pedras Altas Energia Eólica S/A	RS	9,0	21,0
CAETITÉ D	RIO ENERGY EOL III GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA LTDA	BA	12,1	27,5
CAETITÉ E	RIO ENERGY EOL III GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA LTDA	BA	15,0	32,5
CAETITÉ F	RIO ENERGY EOL III GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA LTDA	BA	18,3	42,5
Cagaita	Renova Energia SA	BA	17,1	37,4
CAJUEIRO	SPE Cajueiro Energia S/A	RN	16,4	27,3
Campo do Régio	ECB - Pedras Altas Energia Eólica S/A	RS	10,1	24,0
Campo Largo I	CLWP EÓLICA PARQUE I LTDA	BA	15,1	29,7
Campo Largo II	CLWP EÓLICA PARQUE II LTDA	BA	16,4	29,7
Campo Largo IX	CLWP EOLICA PARQUE IX LTDA	BA	12,3	29,4
Campo Largo VIII	CLWP EOLICA PARQUE VIII LTDA	BA	14,3	29,4
Campo Largo X	CLWP EOLICA PARQUE X LTDA	BA	13,5	29,4
Campo Largo XI	CLWP EOLICA PARQUE XI LTDA	BA	12,7	29,4
Campo Largo XII	CLWP EOLICA PARQUE XII LTDA	BA	12,7	29,4
Campo Largo XIII	CLWP EOLICA PARQUE XIII LTDA	BA	14,5	29,7
Campo Largo XIV	CLWP EOLICA PARQUE XIV LTDA	BA	14,9	29,7
Campo Largo XIX	CLWP Eolica Parque XIX Ltda	BA	14,3	29,4
Campo Largo XV	CLWP EOLICA PARQUE XV LTDA	BA	15,2	29,7
Campo Largo XVI	CLWP EOLICA PARQUE XVI LTDA	BA	15,5	29,7
Campo Largo XVII	CLWP EOLICA PARQUE XVII LTDA	BA	12,7	27,0
Campo Largo XVIII	CLWP Eolica Parque XVIII LTDA	BA	14,5	29,7
Campo Largo XX	CLWP EOLICA PARQUE XX LTDA	BA	14,3	29,4
Campo Largo XXII	CLWP EOLICA PARQUE XXII LTDA	BA	13,9	29,4
Campos Belos 1	B&E Energia S.A.	CE	7,3	21,0
Campos Belos 2	B&E Energia S.A.	CE	7,3	21,0
Campos Belos 3	B&E Energia S.A.	CE	7,2	21,0
Campos Belos 4	B&E Energia S.A.	CE	8,7	21,0
Campos Belos 5	B&E Energia S.A.	CE	9,0	21,0
Campos Gerais I	Taim Cade Brasil Ind. e Com. de Equipamentos Ltda	PR	11,3	28,0
Campos Gerais II	TAIM CADE BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	PR	11,8	30,0
Campos Gerais III	TAIM CADE BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	PR	10,8	30,0
Campos Gerais IV	TAIM CADE BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	PR	8,3	24,0
Campos Gerais IX	TAIM CADE BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	PR	10,7	30,0
Campos Gerais V	TAIM CADE BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	PR	7,1	20,0
Campos Gerais VI	TAIM CADE BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	PR	11,2	30,0
Campos Gerais VII	TAIM CADE BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	PR	10,5	30,0
Campos Gerais VIII	TAIM CADE BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	PR	10,9	28,0
Campos Gerais X	TAIM CADE BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	PR	7,2	20,0
Campos Gerais XI	TAIM CADE BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	PR	7,7	26,0
Campos Gerais XII	TAIM CADE BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	PR	8,9	28,0
Campos Gerais XIII	TAIM CADE BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	PR	10,8	30,0
Campos Gerais XIV	TAIM CADE BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	PR	8,9	26,0
Campos Gerais XV	TAIM CADE BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	PR	6,7	20,0
Campos Gerais XVI	TAIM CADE BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	PR	9,4	28,0
Candiotinha	ECB - Pedras Altas Energia Eólica S/A	RS	12,8	30,0
Canoas 3	Força Eólica do Brasil	PB	17,5	33,6
Capão Alto I	BRAIN ENERGY - PROJETO, DESENVOLVIMENTO E PRODUCAO DE ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA	RS	13,2	44,1
Capão Alto II	BRAIN ENERGY - PROJETO, DESENVOLVIMENTO E PRODUCAO DE ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA	RS	6,7	23,1
Capão Alto III	BRAIN ENERGY - PROJETO, DESENVOLVIMENTO E PRODUCAO DE ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA	RS	8,7	29,4
Capão Alto IV	BRAIN ENERGY - PROJETO, DESENVOLVIMENTO E PRODUCAO DE ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA	RS	7,1	21,0
Capão Alto V	BRAIN ENERGY - PROJETO, DESENVOLVIMENTO E PRODUCAO DE ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA	RS	9,0	29,4
CARNAÚBA I	CARNAUBA I EOLICA S.A.	RN	10,0	21,0
CARNAÚBA II	CARNAUBA II EOLICA S.A.	RN	8,3	18,0
CARNAÚBA III	CARNAUBA III EOLICA S.A.	RN	7,3	15,0
Carnaúba V	CARNAUBA V EOLICA S.A.	RN	11,5	24,0
Carrancudo	Centrais Eólicas Carrancudo S.A.	BA	9,7	18,9
Carrasco I	CENTRAL EOLICA CARRASCO LTDA	RN	15,1	29,4
Carrasco II	CENTRAL EOLICA CARRASCO LTDA	RN	13,9	29,4
Carrasco III	CENTRAL EOLICA CARRASCO LTDA	RN	11,1	23,1
Carrasco IV	CENTRAL EOLICA CARRASCO LTDA	RN	9,5	21,0
Carrasco V	CENTRAL EOLICA CARRASCO LTDA	RN	11,9	25,2
Carrasco VI	CENTRAL EOLICA CARRASCO LTDA	RN	13,6	29,4
Catuaba	Renova Energia SA	BA	7,6	15,4
Caty	ENERGER - Empreendimentos em Energia Ltda	RS	11,9	28,9
Cedro	Centrais Eólicas Cedro S.A.	BA	5,6	12,0
Cerro da Guarda	ENERGIAS COMPLEMENTARES DO BRASIL GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S/A	RS	6,5	15,0
Cervantes I	CERVANTES I EOLICA S.A.	RN	7,8	15,0
CERVANTES II	CERVANTES II EOLICA S.A.	RN	6,4	12,0
CHAFARIZ 4	Força Eólica do Brasil S/A.	PB	17,9	31,5
CHAFARIZ 5	Força Eólica do Brasil S/A.	PB	16,7	31,5
Chicolomã	Lagoa dos Barros Energética LTDA	RS	9,7	27,3
Coco de Raposa	Renova Energia SA	BA	11,4	24,2
Conde	ELETROWIND S/A	BA	8,2	20,7
CORUNILHA	ENERGIAS COMPLEMENTARES DO BRASIL - GERACAO DE ENERGIA ELETRICA S/A	RS	13,7	30,0
COSTA DAS DUNAS	SPE Costa das Dunas Energia S/A	RN	13,3	23,1
Coxilha Negra 1	Eletrosul Centrais Elétricas S/A	RS	6,9	20,0
Coxilha Negra 10	Eletrosul Centrais Elétricas S/A	RS	9,1	26,0
Coxilha Negra 12	Eletrosul Centrais Elétricas S/A	RS	7,7	22,0
Coxilha Negra 14	Eletrosul Centrais Elétricas S/A	RS	9,1	26,0
Coxilha Negra 15	Eletrosul Centrais Elétricas S/A	RS	8,7	26,0
Coxilha Negra 16	Eletrosul Centrais Elétricas S/A	RS	8,7	26,0
Coxilha Negra 18	Eletrosul Centrais Elétricas S/A	RS	4,1	12,0
Coxilha Negra 2	Eletrosul Centrais Elétricas S/A	RS	6,3	18,0
Coxilha Negra 23	Eletrosul Centrais Elétricas S/A	RS	9,4	26,0
Coxilha Negra 9	Eletrosul Centrais Elétricas S/A	RS	8,9	26,0
Coxilha Santo Antônio	ECB - Pinheiro Machado Energia Eólica Ltda.	RS	12,8	30,0
CUMARÚ I	ENEL GREEN POWER BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA	RN	17,4	30,0
CUMARÚ II	ENEL GREEN POWER BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA	RN	10,1	18,0
CUMARÚ III	ENEL GREEN POWER BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA	RN	15,8	30,0
CUMARÚ IV	ENEL GREEN POWER BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA	RN	15,8	30,0
CUMARÚ V	ENEL GREEN POWER BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA	RN	15,6	30,0
CUMARÚ VI	ENEL GREEN POWER BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA	RN	16,1	30,0
Curral de Pedras VI	Centrais Eólicas Assuruá S.A	BA	19,9	42,0
Curral de Pedras VII	Centrais Eólicas Assuruá S.A	BA	21,3	39,9
Damasco	ELETROWIND S/A	BA	6,9	15,0
Delta 4 I	Omega Desenvolvimento de Energia do Maranhão S.A.	MA	8,6	17,5
Delta 4 II	Omega Desenvolvimento de Energia do Maranhão S.A.	MA	8,7	20,0
Delta 4 III	Omega Desenvolvimento de Energia do Maranhão S.A.	MA	13,5	30,0
Delta 4 IV	Omega Desenvolvimento de Energia do Maranhão S.A.	MA	15,7	32,5
Delta 4 IX	Omega Desenvolvimento de Energia do Maranhão S.A.	MA	8,0	17,5
Delta 4 V	Omega Desenvolvimento de Energia do Maranhão S.A.	MA	13,6	30,0
Delta 4 VI	Omega Desenvolvimento de Energia do Maranhão S.A.	MA	15,5	32,5
Delta 4 VII	Omega Desenvolvimento de Energia do Maranhão S.A.	MA	11,0	22,5
Delta 4 VIII	Omega Desenvolvimento de Energia do Maranhão S.A.	MA	15,3	32,5
Delta 4 X	Omega Desenvolvimento de Energia do Maranhão S.A.	MA	5,5	12,5
Delta 5 I	Omega Desenvolvimento de Energia do Maranhão S.A.	MA	11,7	22,5
Delta 5 II	Omega Desenvolvimento de Energia do Maranhão S.A.	MA	13,4	25,0
Delta 5 III	Omega Desenvolvimento de Energia do Maranhão S.A.	MA	6,6	12,5
Delta 5 IV	Omega Desenvolvimento de Energia do Maranhão S.A.	MA	14,6	27,5
Delta 5 IX	Omega Desenvolvimento de Energia do Maranhão S.A.	MA	11,8	20,0
Delta 5 V	Omega Desenvolvimento de Energia do Maranhão S.A.	MA	13,3	22,5
Delta 5 VI	Omega Desenvolvimento de Energia do Maranhão S.A.	MA	11,3	22,5
Delta 5 VII	Omega Desenvolvimento de Energia do Maranhão S.A.	MA	3,8	7,5
Delta 5 VIII	Omega Desenvolvimento de Energia do Maranhão S.A.	MA	5,2	10,0
Delta 5 X	Omega Desenvolvimento de Energia do Maranhão S.A.	MA	12,1	22,5
Diamante I	Centrais Eólicas Assuruá S.A	BA	20,1	39,9
Diamante IV	Centrais Eólicas Assuruá S.A	BA	18,8	46,2
Diamante V	Centrais Eólicas Assuruá S.A	BA	22,4	46,2
Diamante VI	Centrais Eólicas Assuruá S.A	BA	18,7	42,0
Dona Helena 1	Renobrax Energias Renováveis Ltda	RS	16,3	50,0
Dona Helena 2	Renobrax Energias Renováveis Ltda	RS	17,1	50,0
Dona Helena 3	Renobrax Energias Renováveis Ltda	RS	16,6	50,0
Dona Helena 4	Renobrax Energias Renováveis Ltda	RS	17,1	50,0
Dona Helena 5	Renobrax Energias Renováveis Ltda	RS	6,8	20,0
Espinharas 01	ATP ENERGIA LTDA	PB	24,7	60,0
Espinharas 02	ATP ENERGIA LTDA	PB	25,4	60,0
Espinheiro 1	Case Eólica LTDA	RN	13,8	29,4
Espinheiro 4	Case Eólica LTDA	RN	11,5	25,2
Esplanada I	CPFL ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.	BA	11,1	29,4
Esplanada II	CPFL ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.	BA	9,9	29,4
Esplanada III	CPFL ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.	BA	12,6	29,4
Esplanada IV	CPFL ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.	BA	14,0	29,4
Esplanada IX	CPFL ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.	BA	2,7	8,4
Esplanada V	CPFL ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.	BA	14,1	29,4
Esplanada VI	CPFL ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.	BA	14,1	29,4

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900072

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Esplanada VII	CPFL ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.	BA	15,4	29,4
Esplanada VIII	CPFL ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.	BA	15,4	29,4
Estância da Tuna	Energias Complementares do Brasil Geração de Energia Eletrica S/A	RS	13,2	30,0
Estância do Mirante	ENERGIAS COMPLEMENTARES DO BRASIL - GERACAO DE ENERGIA ELETRICA S/A	RS	11,7	27,0
Estancia Retiro	Central Geradora Eolica Estância Retiro Ltda.	RS	5,8	14,0
Estancia Retiro II	Central Geradora Eolica Estância Retiro II Ltda.	RS	9,0	22,0
Estância Rodeio	ENERGER - Empreendimentos em Energia Ltda	RS	9,4	23,6
ESTANCIA SANTA AUGUSTA II	IBEREOLICA RENOVÁVEIS DO BRASIL LTDA	RS	22,6	73,5
ESTANCIA SANTA AUGUSTA III	IBEREOLICA RENOVÁVEIS DO BRASIL LTDA	RS	15,9	52,5
ESTANCIA SANTA URSULA	CENTRAL GERADORA EOLICA ESTANCIA SANTA URSULA LTDA	RS	6,7	16,0
ESTANCIA SANTA URSULA II	CENTRAL GERADORA EÓLICA ESTANCIA SANTA URSULA II Ltda.	RS	6,8	16,0
Estância São Domingos	ENERGER - Empreendimentos em Energia Ltda	RS	7,9	18,4
Estância Velha	ENERGIAS COMPLEMENTARES DO BRASIL - GERACAO DE ENERGIA ELETRICA S/A	RS	13,6	30,0
ETP 01	Eólica Taíba Participações Ltda.	CE	4,0	9,4
ETP 02	Eólica Taíba Participações Ltda	CE	3,5	9,4
ETP 03	Eólica Taíba Participações Ltda.	CE	3,4	9,4
ETP 04	Eólica Taíba Participações Ltda.	CE	3,1	9,4
ETP 05	Eólica Taíba Participações Ltda.	CE	2,6	9,4
ETP 06	Eólica Taíba Participações Ltda.	CE	2,7	9,4
ETP 07	Eólica Taíba Participações Ltda.	CE	2,8	9,4
Facheiro 02	Ventos de Santa Leia Energias Renovaveis S.A.	RN	10,3	23,6
Facheiro 10	Ventos de Santa Leia Energias Renovéveis S.A.	RN	18,4	35,0
Facheiro 11	Ventos de Santa Leia Energias Renováveis S.A.	RN	16,7	32,5
Facheiro 14	Ventos de Santa Leia Energias Renováveis S.A.	RN	10,2	23,6
Facheiro 17	Ventos de Santa Leia Energias Renováveis S.A.	RN	12,2	23,6
Facheiro 18	Ventos de Santa Leia Energias Renováeis S.A.	RN	12,9	23,6
Facheiro 20	Ventos de Santa Leia Energias Renováveis S.A.	RN	11,1	26,3
FAROL DE TOUROS	SPE Farol de Touros Energia S/A	RN	11,7	21,0
FAZENDA JATOBÁ E FAZENDA PINDOBA I	GERADORA EÓLICA BONS VENTOS DA SERRA 3 S/A	CE	25,0	50,4
FAZENDA POÇO DE AREIA	GERADORA EÓLICA BONS VENTOS DA SERRA 3 S/A	CE	19,0	39,9
FIGUEIRA BRANCA	SPE Figueira Branca Energia S/A	RN	5,9	10,5
Filgueira I	Voltalia Energia do Brasil Ltda.	RN	22,7	35,7
Filgueira II	Voltalia Energia do Brasil Ltda.	RN	12,1	18,9
Flores de Algodoeiro	Horizonte Energias Renovaveis Ltda	RN	11,3	24,0
Flores de Caroá	Horizonte Energias Renováveis Ltda	RN	10,4	22,0
Flores de Jurema	Horizonte Energias Renovaveis Ltda	RN	11,3	24,0
Flores de Oiticica	Horizonte Energias Renovaveis Ltda	RN	10,2	22,0
Flores de Palma	Horizonte Energias Renovaveis Ltda	RN	11,8	24,0
Flores de Umbuzeiro	Horizonte Energias Renovaveis Ltda	RN	11,8	24,0
Flores I	CENERGIAS FLORES GERACAO DE ENERGIA ELETRICA LTDA	BA	12,3	30,0
Flores II	CENERGIAS FLORES GERACAO DE ENERGIA ELETRICA LTDA	BA	12,6	30,0
Flores III	CENERGIAS FLORES GERACAO DE ENERGIA ELETRICA LTDA	BA	12,7	30,0
Flores IV	CENERGIAS FLORES GERACAO DE ENERGIA ELETRICA LTDA	BA	12,6	30,0
Fragata 1	VENTOS DO NORDESTE S.A.	PB	16,1	37,8
Fragata 2	VENTOS DO NORDESTE S.A.	PB	15,2	37,8
Fragata 3	VENTOS DO NORDESTE S.A.	PB	15,0	42,0
Fragata 4	VENTOS DO NORDESTE S.A.	PB	14,6	42,0
Fragata 5	Ventos do Nordeste S.A.	PB	12,9	37,8
Fragata 6	VENTOS DO NORDESTE S.A.	PB	13,6	37,8
Fragata 7	Ventos do Nordeste S.A.	PB	13,6	37,8
FRANCISCO RIBEIRO ALVES	CENTRAL EÓLICA JANDAÍRA I LTDA.	RN	40,6	90,0
FRONTEIRA SUL I	Fronteira Sul Energia Ltda	RS	13,9	31,5
FRONTEIRA SUL II	Fronteira Sul Energia Ltda	RS	5,6	13,1
FRONTEIRA SUL III	Fronteira Sul Energia Ltda	RS	11,4	26,3
GAMELEIRA	SPE Gameleira Energia S/A	RN	8,5	14,7
Gouveia I	PEC Energia S.A.	MG	10,5	25,3
Gouveia II	PEC Energia S.A.	MG	9,3	23,0
Gran Sul 1	ZETTA ADMINISTRADORA DE BENS IMÓVEIS LTDA	RS	22,8	56,1
Gran Sul 2	ZETTA ADMINISTRADORA DE BENS IMÓVEIS LTDA	RS	17,3	42,9
Gran Sul 3	ZETTA ADMINISTRADORA DE BENS IMÓVEIS LTDA	RS	16,4	39,6
Gran Sul 4	ZETTA ADMINISTRADORA DE BENS IMÓVEIS LTDA	RS	21,7	52,8
Gran Sul 5	ZETTA ADMINISTRADORA DE BENS IMÓVEIS LTDA	RS	18,7	46,2
Guajuvira 1	Força Eólica do Brasil S/A.	RS	13,8	28,0
GUAJUVIRA 2	Força Eólica do Brasil S.A.	RS	13,3	28,0
GUAJUVIRA 3	Força Eólica do Brasil S.A.	RS	10,3	22,0
Guajuvira 4	Força Eólica do Brasil S/A.	RS	7,5	16,0
Ibiapaba Sul I	Omega Desenvolvimento de Energia 1 S.A.	CE	14,2	32,4
Ibiapaba Sul II	Omega Desenvolvimento de Energia 1 S.A.	CE	12,7	28,8
Ibiapaba Sul III	Omega Desenvolvimento de Energia 1 S.A.	CE	8,7	21,6
Ibiapaba Sul IV	Omega Desenvolvimento de Energia 1 S.A.	CE	18,8	50,4
Ibiapaba Sul IX	Omega Desenvolvimento de Energia 1 S.A.	CE	7,4	21,6
Ibiapaba Sul VI	Omega Desenvolvimento de Energia 1 S.A.	CE	16,1	39,6
Ibiapaba Sul VII	Omega Desenvolvimento de Energia 1 S.A	CE	8,7	21,6
Ibiapaba Sul VIII	Omega Desenvolvimento de Energia 1 S.A.	CE	12,9	32,4
Ibiapaba Sul X	Omega Desenvolvimento de Energia 1 S.A.	CE	9,7	25,2
Ibiapaba Sul XI	Omega Desenvolvimento de Energia 1 S.A.	CE	13,1	32,4
Ibiapaba Sul XIII	Omega Desenvolvimento de Energia 1 S.A.	CE	22,6	54,0
Ibiapaba Sul XV	Omega Desenvolvimento de Energia 1 S.A.	CE	16,6	43,2
Ibiapaba Sul XVII	Omega Desenvolvimento de Energia 1 S.A.	CE	17,3	43,2
Ibiapaba Sul XX	Omega Desenvolvimento de Energia 1 S.A.	CE	15,3	43,2
Ibiapaba Sul XXV	Omega Desenvolvimento de Energia 1 S.A.	CE	16,4	39,6
Ico	Centrais Eólicas Ico S.A.	BA	4,9	10,8
Imburana 1	Case Eólica LTDA	RN	13,5	27,3
Imburana 3	Case Eólica LTDA	RN	14,2	29,4
Imburana 4	Case Eólica LTDA	RN	5,0	10,5
Imburana Macho	Centrais Eólicas Imburana Macho S.A.	BA	7,6	16,2
Imperador	ELETROWIND S/A	BA	11,8	29,9
Invernada da Pedra Grande	ECB - Pedras Altas Energia Eólica S/A	RS	12,2	27,0
Ipê Amarelo	Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A.	BA	10,3	18,0
Iraúna IX	DOBREVÊ ENERGIA S/A	RN	14,1	29,4
Iraúna X	Dobrevê Energia S.A.	RN	13,9	29,4
Iraúna XI	Dobrevê Energia S.A.	RN	13,8	29,4
ITAREMA A	PONTAL GERAÇÃO DE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S/A	CE	13,1	30,0
ITAREMA B	PONTAL GERAÇÃO DE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S/A	CE	13,5	30,0
ITAREMA C	PONTAL GERAÇÃO DE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A	CE	11,6	24,0
ITAREMA D	PONTAL GERAÇÃO DE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.	CE	12,3	27,0
ITAREMA E	PONTAL GERAÇÃO DE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.	CE	15,7	33,0
ITAREMA F	PONTAL GERAÇÃO DE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.	CE	7,1	15,0
ITAREMA G	PONTAL GERAÇÃO DE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.	CE	17,2	36,0
ITAREMA H	PONTAL GERAÇÃO DE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.	CE	13,8	27,0
ITAREMA J	PONTAL GERAÇÃO DE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.	CE	8,4	18,0
ITAREMAI	PONTAL GERAÇÃO DE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S/A	CE	14,8	30,0
JACARANDÁ I	GREEN MIX VII EMPREENDIMENTOS SA	RN	13,0	25,2
JACARANDÁ II	GREEN MIX VII EMPREENDIMENTOS SA	RN	13,4	27,3
Jataí	Centrais Eólicas Jataí S.A.	BA	7,5	16,2
Jerusalém I	EDP RENOVÁVEIS BRASIL S.A.	RN	18,2	31,5
Jerusalém II	EDP RENOVÁVEIS BRASIL S.A.	RN	19,4	31,5
Jerusalém III	EDP RENOVÁVEIS BRASIL S.A.	RN	11,5	21,0
Jerusalém IV	EDP RENOVÁVEIS BRASIL S.A.	RN	17,8	31,5
Jerusalém V	EDP RENOVÁVEIS BRASIL S.A.	RN	10,1	21,0
Jerusalém VI	EDP RENOVÁVEIS BRASIL S.A.	RN	8,9	18,9
JOÃO DE BARRO	CENTRAL EOLICA JOAO DE BARRO LTDA	RN	16,9	39,0
Juazeiro	Centrais Eólicas Juazeiro S.A.	BA	8,5	18,9
LAGAMAR II	ELETROWIND S/A	BA	4,5	12,0
Lagoa dos Barros I	Lagoa dos Barros Energética LTDA	RS	7,6	21,0
Lagoa dos Barros II	Lagoa dos Barros Energética LTDA	RS	7,5	21,0
Lagoa dos Barros III	Lagoa dos Barros Energética LTDA	RS	7,3	21,0
LAGOAS DE TOUROS I	POLIMIX CONCRETO LTDA	RN	13,3	27,3
LAGOAS DE TOUROS II	POLIMIX CONCRETO LTDA	RN	14,8	31,5
LAGOAS DE TOUROS III	POLIMIX CONCRETO LTDA	RN	9,1	18,9
LAGOAS DE TOUROS V	POLIMIX CONCRETO LTDA	RN	9,7	18,9
Macambira	Centrais Eólicas Macambira S.A.	BA	9,3	21,6
MANDACARU	PARQUE EÓLICO SOBRADINHO LTDA	BA	11,4	30,0
Manineiro	Centrais Eólicas Manineiro S.A	BA	7,6	14,4
MARGARIDA I	CENTRAL EOLICA MARGARIDA I LTDA.	RN	33,4	78,0
Massaroca I	BI EMPRESA DE ESTUDOS ENERGETICOS S/A	BA	16,1	42,0
Massaroca II	BI EMPRESA DE ESTUDOS ENERGETICOS S/A	BA	15,6	42,0
Massaroca III	BI EMPRESA DE ESTUDOS ENERGETICOS S/A	BA	16,8	42,0
Massaroca IV	BI EMPRESA DE ESTUDOS ENERGETICOS S/A	BA	15,7	42,0
Monte Verde I	GESTAMP EÓLICA BRASIL SA	RN	24,4	40,0
Monte Verde II	GESTAMP EÓLICA BRASIL SA	RN	23,7	38,0
Monte Verde III	GESTAMP EÓLICA BRASIL SA	RN	20,0	34,0
Monte Verde IV	GESTAMP EÓLICA BRASIL SA	RN	11,4	20,0
Morro Branco II	Brennand Energia Eólica S/A	BA	11,7	28,0
Morro Pintado 01	MORRO PINTADO ENERGIA RENOVÁVEL S.A.,	RN	7,1	16,5
Morro Pintado 02	MORRO PINTADO ENERGIA RENOVÁVEL S.A.,	RN	10,7	26,4
Morro Pintado 03	MORRO PINTADO ENERGIA RENOVÁVEL S.A.,	RN	10,5	26,4
Morro Pintado 04	MORRO PINTADO ENERGIA RENOVÁVEL S.A.,	RN	9,9	26,4
Morro Pintado 05	MORRO PINTADO ENERGIA RENOVÁVEL S.A.,	RN	10,4	26,4
Morro Pintado 06	MORRO PINTADO ENERGIA RENOVÁVEL S.A.,	RN	9,3	23,1
Morro Pintado 07	MORRO PINTADO ENERGIA RENOVÁVEL S.A.,	RN	9,0	23,1
Morro Pintado 08	MORRO PINTADO ENERGIA RENOVÁVEL S.A.,	RN	9,3	23,1
Morro Pintado 09	MORRO PINTADO ENERGIA RENOVÁVEL S.A.,	RN	8,3	19,8
MUNDO NOVO III	GREEN MIX VII EMPREENDIMENTOS S.A.	RN	15,0	27,3
MUNDO NOVO V	GREEN MIX VII EMPREENDIMENTOS S.A.	RN	12,5	23,1
MUNDO NOVO VI	GREEN MIX VII EMPREENDIMENTOS S.A.	RN	12,4	23,1
MUNDO NOVO VII	GREEN MIX VII EMPREENDIMENTOS S.A.	RN	12,4	23,1
Mutamba	ARACATI ENERGIA RENOVAVEL LTDA.	CE	10,6	25,3
Mutamba II	ARACATI ENERGIA RENOVAVEL LTDA.	CE	14,6	34,5
Mutamba III	ARACATI ENERGIA RENOVÁVEL LTDA.	CE	12,0	27,6
Mutamba IV	ARACATI ENERGIA RENOVÁVEL LTDA.	CE	9,3	23,0
Mutamba V	ARACATI ENERGIA RENOVAVEL LTDA.	CE	10,6	25,3
Mutamba VI	ARACATI ENERGIA RENOVAVEL LTDA.	CE	10,9	25,3
Mutamba VII	ARACATI ENERGIA RENOVAVEL LTDA	CE	8,4	18,4
Nossa Senhora da Vitória	ECB - Pinheiro Machado Energia Eólica Ltda	RS	12,5	30,0
Novo Campo	ELETROWIND S/A	BA	6,0	15,0
Novo Paraíso	ELETROWIND S/A	BA	6,6	16,1
Olinda 1	Atiaia Energia S.A.	RN	14,2	30,0
Olinda 2	Atiaia Energia S.A.	RN	14,3	30,0
Olinda 3	Atiaia Energia S.A.	RN	12,6	27,0
Olinda 4	Atiaia Energia S.A.	RN	14,2	30,0
Olinda 5	Atiaia Energia S.A.	RN	12,5	27,0

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900073

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Paineira	Renova Energia SA	BA	8,0	17,6
Palma	Renova Energia SA	BA	3,8	8,8
Palmares 2	Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda	RS	22,1	59,5
Palmas dos Ventos I	PARQUE EÓLICO PALMAS DOS VENTOS LTDA	SE	15,1	29,4
Palmas dos Ventos II	PARQUE EÓLICO PALMAS DOS VENTOS LTDA	SE	14,4	27,3
Palmas dos Ventos III	PARQUE EÓLICO PALMAS DOS VENTOS LTDA	SE	16,3	31,5
Palmas dos Ventos IV	PARQUE EÓLICO PALMAS DOS VENTOS LTDA	SE	16,7	31,5
Palmas dos Ventos IX	PARQUE EÓLICO PALMAS DOS VENTOS LTDA	SE	12,1	23,1
Palmas dos Ventos VI	PARQUE EÓLICO PALMAS DOS VENTOS LTDA	SE	9,2	18,9
Palmas dos Ventos VII	PARQUE EÓLICO PALMAS DOS VENTOS LTDA	SE	13,1	25,2
Panasco 1	Case Eólica LTDA	RN	14,4	29,4
Panasco 2	Case Eólica LTDA	RN	13,1	27,3
Panasco 3	Case Eólica LTDA	RN	12,6	27,3
Panasco 4	Case Eólica LTDA	RN	14,3	29,4
Paraipaba I	Paraipaba Geração de Energia Ltda	CE	8,9	25,2
Paraipaba II	Paraipaba Geração de Energia Ltda	CE	11,2	31,5
Paraipaba III	Paraipaba Geração de Energia Ltda	CE	7,7	22,1
Paraipaba IV	Paraipaba Geração de Energia Ltda	CE	12,1	28,4
Paraipaba V	Paraipaba Geração de Energia Ltda	CE	10,9	28,4
Paraipaba VI	Paraipaba Geração de Energia Ltda	CE	8,8	25,2
Paraipaba VII	Paraipaba Geração de Energia Ltda.	CE	14,3	34,7
Paraipaba VIII	Paraipaba Geração de Energia Ltda	CE	10,9	31,5
Passo da Cruz	ENERGIAS COMPLEMENTARES DO BRASIL - GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S/A	RS	13,3	30,0
Pau Copa	Renova Energia SA	BA	13,1	28,6
Pedra do Reino V	GESTAMP EÓLICA BRASIL SA	BA	8,0	14,0
Pedra Redonda I	Centrais Eólicas Pedra Redonda SA	BA	16,9	46,2
Pedra Redonda III	Centrais Eólicas Pedra Redonda SA	BA	13,1	42,0
Pedra Redonda V	Centrais Eólicas Pedra Redonda SA	BA	16,3	44,1
Pedras Altas	ENERGIAS COMPLEMENTARES DO BRASIL - GERACAO DE ENERGIA ELETRICA S/A	RS	12,9	30,0
Pequizeiro	Renova Energia SA	BA	4,3	8,8
Pereiro	Renova Energia SA	BA	9,0	19,8
Picui 1	Eolica Picui 1 - Geradora de Energia Ltda	PB	13,5	29,7
Picuí 10	EOLOS ENERGIAS RENOVAVEIS SA	PB	14,2	30,0
Picuí 2	Eolica Picui 2 - Geradora de Energia Ltda	PB	15,8	29,7
Picui 3	Eolica Picui 3 - Geradora de Energia Ltda	PB	14,2	29,7
Picui 4	Eolica Picui 4 - Geradora de Energia Ltda	PB	15,8	29,7
Picui 5	Eolica Picui 5 - Geradora de Energia Ltda	PB	16,3	29,7
Picui 6	Eolica Picui 6 - Geradora de Energia Ltda	PB	17,4	30,0
Picuí 7	Eolica Picui 7 - Geradora de Energia Ltda	PB	15,6	29,7
Picui 8	Eolica Picui 8 - Geradora de Energia Ltda	PB	13,8	29,7
Picuí 9	EOLOS ENERGIAS RENOVAVEIS SA	PB	14,4	30,0
PITIMBU	PITIMBU EOLICA S.A.	CE	7,6	18,0
PONTAL 2C	ENERPLAN GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	RS	6,0	18,4
PONTAL 3A	ENERPLAN ENERGIA EÓLICA V S.A	RS	8,2	23,6
PONTAL 4B	SPE - PONTAL GERACAO LTDA.	RS	9,0	26,3
PONTAL A	SPE - PONTAL GERACAO LTDA.	RS	7,0	18,4
Portal do Delta I	Omega Desenvolvimento de Energia 1 S.A.	PI	26,6	62,5
Portal do Delta II	Omega Desenvolvimento de Energia 1 S.A.	PI	23,8	55,0
Portal do Delta III	Omega Desenvolvimento de Energia 1 S.A.	PI	21,8	57,5
Portal do Delta IV	Omega Desenvolvimento de Energia 1 S.A.	PI	22,4	60,0
Portal do Delta V	Omega Desenvolvimento de Energia 1 S.A.	PI	13,9	40,0
Posto Branco	Central Geradora Eolica Posto Branco Ltda	RS	9,4	22,0
Posto Branco II	Central Geradora Eolica Posto Branco II Ltda	RS	4,3	10,0
Potreiro dos Trilhos	ECB - Pedras Altas Energia Eólica S/A	RS	7,9	18,0
PUNAÚ I	PUNAU I EOLICA S.A.	RN	12,9	24,0
Putumuju	Centrais Eólicas Putumuju S.A.	BA	8,3	14,7
QUEIMADAS I	PHOENIX ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA	RN	15,3	31,5
QUEIMADAS II	PHOENIX ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA	RN	15,2	31,5
QUERÊNCIA AMADA 1	Força Eólica do Brasil S/A.	RS	7,4	18,0
QUERÊNCIA AMADA 2	Força Eólica do Brasil S/A.	RS	7,1	18,0
QUERÊNCIA AMADA 3	Força Eólica do Brasil S/A.	RS	10,1	24,0
Quixabeira	GESTAMP EÓLICA BRASIL SA	RN	15,7	30,0
Rosa dos Ventos I	Rosa dos Ventos Geradora de Energia S.A	PR	10,0	29,7
Rosa dos Ventos II	Rosa dos Ventos Geradora de Energia S.A	PR	10,1	29,7
Rosa dos Ventos III	Rosa dos Ventos Geradora de Energia S.A	PR	9,5	27,0
RPM COSTA BRANCA	RPM ENERGIA LTDA	RN	58,9	107,5
Sagitário	Brennand Energia Eólica S/A	BA	19,3	49,0
Sagitário II	Brennand Energia Eólica S/A	BA	22,4	44,5
Saloá I	CPFL ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.	PE	12,4	27,3
Saloá II	CPFL ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.	PE	14,7	29,4
San Francisco I	Usina Geradora Eólica San Francisco I SPE S/A	CE	11,9	25,2
San Francisco II	Usina Geradora Eolica San Francisco II SPE S/A	CE	12,0	28,4
SAN MARTIN	CENTRAL GERADORA EOLICA SAN MARTIN LTDA	RS	7,2	18,0
SAN MARTIN II	CENTRAL GERADORA EOLICA SAN MARTIN II LTDA	RS	6,6	16,0
Santa Amélia	ENERGER - Empreendimentos em Energia Ltda	RS	8,5	21,0
Santa Cecilia	ENERGIAS COMPLEMENTARES DO BRASIL - GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S/A	RS	7,7	18,0
Santa Clara I	Santa Clara Participacoes de Negocios e Empreendimentos Imobiliarios Ltda	CE	11,8	27,3
Santa Clara III	Santa Clara Participacoes de Negocios e Empreendimentos Imobiliarios Ltda	CE	6,9	14,7
Santa Clara IV	Santa Clara Participacoes de Negocios e Empreendimentos Imobiliarios Ltda	CE	11,0	23,1
Santa Clara IX	Santa Clara Participacoes de Negocios e Empreendimentos Imobiliarios Ltda	CE	4,6	10,5
Santa Clara V	Santa Clara Participacoes de Negocios e Empreendimentos Imobiliarios Ltda	CE	11,5	25,2
Santa Clara VI	Santa Clara Participacoes de Negocios e Empreendimentos Imobiliarios Ltda	CE	11,6	25,2
Santa Clara VII	Santa Clara Participacoes de Negocios e Empreendimentos Imobiliarios Ltda	CE	12,3	27,3
Santa Clara VIII	Santa Clara Participacoes de Negocios e Empreendimentos Imobiliarios Ltda	CE	8,7	18,9
Santa Clara X	Santa Clara Participacoes de Negocios e Empreendimentos Imobiliarios Ltda	CE	11,0	23,1
Santa Clara XI	Santa Clara Participacoes de Negocios e Empreendimentos Imobiliarios Ltda	CE	12,2	27,3
Santa Eulália	ENERGER - Empreendimentos em Energia Ltda	RS	12,5	31,5
Santa Maria	ENERGIAS COMPLEMENTARES DO BRASIL - GERACAO DE ENERGIA ELETRICA S/A	RS	9,9	24,0
Santa Marta	ENERGIAS COMPLEMENTARES DO BRASIL - GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S/A	RS	12,0	30,0
SANTA VERIDIANA	CENTRAL EÓLICA LIRA SA	PI	13,7	29,7
SANTA VERÔNICA	CENTRAL EÓLICA NOTUS SA	PI	14,4	29,7
Santo Agostinho 1	Eólica Santo Agostinho 1 Ltda.	RN	17,0	30,0
Santo Agostinho 11	Eólica Santo Agostinho 11 Ltda.	RN	15,8	30,0
Santo Agostinho 12	Eólica Santo Agostinho 12 Ltda.	RN	15,8	30,0
Santo Agostinho 13	Eólica Santo Agostinho 13 Ltda.	RN	16,8	30,0
Santo Agostinho 14	Eólica Santo Agostinho 14 Ltda.	RN	17,3	30,0
Santo Agostinho 15	Eólica Santo Agostinho 15 Ltda.	RN	16,4	30,0
Santo Agostinho 16	Eólica Santo Agostinho 16 Ltda.	RN	17,7	30,0
Santo Agostinho 17	Eólica Santo Agostinho 17 Ltda.	RN	17,5	30,0
Santo Agostinho 18	Eólica Santo Agostinho 18 Ltda.	RN	15,9	30,0
Santo Agostinho 19	Eólica Santo Agistinho 19 Ltda.	RN	15,8	30,0
Santo Agostinho 2	Eólica Santo Agostinho 2 Ltda.	RN	16,9	30,0
Santo Agostinho 20	Eólica Santo Agostinho 20 Ltda.	RN	16,7	30,0
Santo Agostinho 21	Eólica Santo Agostinho 21 Ltda.	RN	17,9	30,0
Santo Agostinho 24	Eólica Santo Agostinho 24 Ltda.	RN	15,7	30,0
Santo Agostinho 25	Eólica Santo Agostinho 25 Ltda.	RN	17,6	30,0
Santo Agostinho 26	Eólica Santo Agostinho 26 Ltda.	RN	17,0	30,0
Santo Agostinho 27	Eólica Santo Agostinho 27 Ltda.	RN	16,8	30,0
Santo Agostinho 3	Eólica Santo Agostinho 3 Ltda.	RN	16,0	30,0
Santo Agostinho 4	Eólica Santo Agostinho 4 Ltda.	RN	15,8	30,0
Santo Agostinho 5	Eólica Santo Agostinho 5	RN	17,4	30,0
Santo Agostinho 6	Eólica Santo Agostinho 6 Ltda.	RN	16,4	30,0
Santo Agostinho 7	Eólica Santo Agostinho 7 Ltda.	RN	16,2	30,0
Santo Agostinho 8	Eólica Santo Agostinho 8 Ltda.	RN	15,4	30,0
Santo Agostinho 9	Eólica Santo Agostinho 9 Ltda.	RN	14,4	30,0
SANTO AMARO DO PIAUÍ	CENTRAL EÓLICA COQUEIRAL LTDA	PI	13,7	29,7
SANTO ANASTÁCIO	CENTRAL EÓLICA CRUZEIRO LTDA	PI	14,3	29,7
Santo Antoninho	ECB - Pedras Altas Energia Eólica S/A	RS	6,2	15,0
SÃO BASÍLIO	CENTRAL EÓLICA DANUBIO LTDA	PI	14,3	29,7
SÃO CAETANO	SÃO CAETANO EOLICA S.A.	CE	11,1	24,0
SÃO CAETANO I	SÃO CAETANO I EOLICA S.A.	CE	8,3	18,0
SÃO FELICIO	Central Eólica São Felício Ltda.	CE	10,2	24,0
SÃO FELIX	CENTRAL EÓLICA FLORENZ LTDA	PI	14,4	29,7
São Fernando 1	Eólica São Fernando LTDA	RN	14,6	27,3
São Fernando 10	Eólica São Fernando LTDA	RN	8,3	16,8
São Fernando 2	Eólica São Fernando LTDA	RN	13,8	27,3
São Fernando 3	Eólica São Fernando LTDA	RN	13,8	27,3
São Fernando 4	Eólica São Fernando LTDA	RN	15,0	29,4
São Fernando 5	Eólica São Fernando LTDA	RN	14,9	29,4
São Fernando 6	Eólica São Fernando LTDA	RN	15,4	29,4
São Fernando 7	Eólica São Fernando LTDA	RN	14,6	29,4
São Fernando 8	Eólica São Fernando LTDA	RN	14,4	29,4
São Fernando 9	Eólica São Fernando LTDA	RN	14,8	29,4
São Francisco do Sul	Central Geradora Eolica São Francisco do Sul Ltda	RS	8,3	20,0
SÃO GALVÃO	SÃO GALVÃO EOLICA S.A.	CE	11,4	24,0
SÃO JERÔNIMO	CENTRAL EÓLICA SÃO JERÔNIMO LTDA.	CE	32,3	75,0
SÃO JERÔNIMO 1	Força Eólica do Brasil S/A.	RS	13,8	30,0
SÃO JERÔNIMO 2	Força Eólica do Brasil S/A.	RS	12,8	30,0
SÃO JERÔNIMO 3	Força Eólica do Brasil S/A.	RS	7,3	18,0
SÃO JERÔNIMO 4	Força Eólica do Brasil S/A.	RS	10,2	22,0
São João Batista	ECB - Pedras Altas Energia Eólica S/A	RS	13,3	30,0
São Manoel	ECB - Pedras Altas Energia Eólica S/A	RS	12,2	27,0
São Martin	ENERGER - Empreendimentos em Energia Ltda	RS	12,0	28,9
SÃO MOISES	CENTRAL EÓLICA JAPURA SA	PI	15,2	29,7
São Plácido	ENERGER - Empreendimentos em Energia Ltda	RS	4,4	10,5
SENTO SÉ 26	MOINHOS DE VENTO ENERGIA S.A.	BA	9,2	23,1
SENTO SÉ 27	MOINHOS DE VENTO ENERGIA S.A.	BA	11,0	23,1
SENTO SÉ 28	MOINHOS DE VENTO ENERGIA S.A.	BA	13,4	25,2
SENTO SÉ 29	MOINHOS DE VENTO ENERGIA S.A.	BA	11,7	25,2
SENTO SÉ 30	Moinhos de Vento Energia S.A.	BA	13,4	25,2
SENTO SÉ 31	Moinhos de Vento Energia S.A.	BA	11,8	25,2
SENTO SÉ 33	MOINHOS DE VENTO ENERGIA S.A.	BA	11,9	23,1
SENTO SÉ 34	MOINHOS DE VENTO ENERGIA S.A.	BA	11,6	23,1
SENTO SÉ 35	MOINHOS DE VENTO ENERGIA S.A.	BA	12,4	23,1
SENTO SÉ 38	MOINHOS DE VENTO ENERGIA S.A.	BA	12,6	23,1
SENTO SÉ 39	MOINHOS DE VENTO ENERGIA S.A.	BA	11,6	23,1
SENTO SÉ 40	MOINHOS DE VENTO ENERGIA S.A.	BA	12,0	23,1
SENTO SÉ 41	MOINHOS DE VENTO ENERGIA S.A.	BA	10,3	23,1
SENTO SÉ 42	MOINHOS DE VENTO ENERGIA S.A.	BA	10,7	23,1
SENTO SÉ 43	MOINHOS DE VENTO ENERGIA S.A.	BA	10,4	23,1
SENTO SÉ 44	MOINHOS DE VENTO ENERGIA S.A.	BA	9,9	23,1
SENTO SÉ 45	MOINHOS DE VENTO ENERGIA S.A.	BA	12,2	23,1
SENTO SÉ 46	MOINHOS DE VENTO ENERGIA S.A.	BA	11,6	23,1
SENTO SÉ 48	MOINHOS DE VENTO ENERGIA S.A.	BA	9,1	23,1

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SENTO SÉ 49	MOINHOS DE VENTO ENERGIA S.A.	BA	11,6	23,1
SENTO SÉ 53	MOINHOS DE VENTO ENERGIA S.A.	BA	7,5	18,9
SERRA DA BABILONIA A	JARDIM BOTÂNICO GERAÇÃO DE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.	BA	8,4	18,8
Serra da Ibiapaba I	Serra da Ibiapaba I	CE	14,8	32,5
Serra da Ibiapaba II	Serra da Ibiapaba II	CE	13,3	30,0
Serra da Ibiapaba III	Serra da Ibiapaba III	CE	12,0	30,0
Serra da Ibiapaba IV	Serra da Ibiapaba IV	CE	11,6	27,5
Serra da Ibiapaba V	Serra da Ibiapaba V	CE	13,0	27,5
Serra da Ibiapaba VI	Millennium Wind II Participações Ltda.	CE	13,6	30,0
Serra da Ibiapaba VII	Serra da Ibiapaba VII	CE	12,7	27,5
Serra da Ibiapaba VIII	Serra da Ibiapaba VIII	CE	12,3	27,5
Serra das Almas I	PEC Energia S.A.	BA	15,2	32,5
Serra das Almas II	PEC Energia S.A.	BA	13,5	32,5
Serra das Almas III	PEC Energia S.A.	BA	12,9	32,5
Serra das Almas IV	PEC Energia S.A.	BA	16,0	32,5
Serra das Almas IX	PEC Energia S.A.	BA	13,4	30,0
Serra das Almas V	PEC Energia S.A.	BA	14,3	32,5
Serra das Almas VI	PEC Energia S.A.	BA	10,7	32,5
Serra das Almas VII	PEC Energia S.A.	BA	12,6	30,0
Serra das Almas VIII	PEC Energia S.A.	BA	13,9	32,5
Serra das Almas X	PEC Energia S.A.	BA	10,9	27,5
Serra das Vacas IX	PEC Energia S.A.	PE	12,8	27,6
Serra das Vacas VI	PEC Energia S.A.	PE	11,7	27,6
Serra das Vacas VIII	PEC Energia S.A.	PE	12,8	27,6
Serra de Ibiapaba IX	Serra de Ibiapaba IX	CE	10,0	25,0
Serra do Fogo	Brennand Energia Eólica S/A	BA	12,7	28,0
Serra do Mato I	EOLICA SERRA DO MATO ENERGY S/A	CE	8,0	20,0
Serra do Mato II	EOLICA SERRA DO MATO ENERGY S/A	CE	8,1	28,0
Serra do Mato III	EOLICA SERRA DO MATO ENERGY S/A	CE	8,4	30,0
Serra do Mato IV	EOLICA SERRA DO MATO ENERGY S/A	CE	8,4	30,0
Serra do Mato V	EOLICA SERRA DO MATO ENERGY S/A	CE	8,2	30,0
Serra do Mato VI	EOLICA SERRA DO MATO ENERGY S/A	CE	5,9	20,0
Serra do Seridó I	PEC Energia S.A.	PB	14,4	34,1
Serra do Seridó II	PEC Energia S.A.	PB	16,1	34,1
Serra do Seridó III	PEC Energia S.A.	PB	16,7	34,1
Serra do Seridó IV	PEC Energia S.A.	PB	16,2	34,1
Serra do Seridó V	PEC Energia S.A.	PB	14,7	34,1
Serra do Seridó VI	PEC Energia S.A.	PB	16,0	34,1
Serra do Seridó VII	PEC Energia S.A.	PB	15,7	34,1
Serra do Veleda	ECB - Pedras Altas Energia Eólica S/A	RS	9,0	21,0
Serra do Vento	Brennand Energia Eólica S/A	BA	11,4	28,0
Serra dos Ventos II	CPFL Energias Renováveis S.A.	PE	11,9	29,4
Serra Verde I	Serra Verde I Energética S/A	RN	17,7	29,9
Serra Verde II	Serra Verde II Energética S/A	RN	12,6	23,0
Serra Verde III	Serra Verde III Energética S/A	RN	14,1	23,0
Serra Verde IV	Serra Verde IV Energética S/A	RN	14,7	25,3
Serra Verde V	Serra Verde V Energética S/A	RN	9,8	16,1
Serrote 1	CENTRAL EOLICA SERROTE LTDA.	CE	10,7	22,0
Serrote 2	CENTRAL EOLICA SERROTE LTDA.	CE	11,3	24,0
SÍTIO BOI MORTO SÍTIO JURUBEBA E FAZENDA SANTA TEREZA	GERADORA EÓLICA BONS VENTOS DA SERRA 3 S/A	CE	27,8	54,6
Tamboril	Centrais Eólicas Tamboril S.A.	BA	12,4	27,0
Tamboril III	Brookfield Energia Renovável S.A.	BA	11,8	27,7
Tamboril IV	Brookfield Energia Renovável S.A.	BA	9,6	27,7
Tamboril V	Brookfield Energia Renovável S.A.	BA	10,7	27,7
Tanque Novo	ELETROWIND S/A	BA	10,9	25,3
Terra Santa I	VILA ENERGIA RENOVÁVEL S/S LTDA.	RN	20,4	37,8
Terra Santa II	VILA ENERGIA RENOVÁVEL S/S LTDA.	RN	17,6	33,6
Testa Branca II	Testa Branca II Energia S.A.	PI	10,2	22,0
Toco Preto	ELETROWIND S/A	BA	13,4	29,9
Três Marias	Central Geradora Eolica Três Marias Ltda	RS	8,2	20,0
Tucano I	Parque Eólico Tucano Ltda	BA	11,5	23,8
Tucano II	Parque Eólico Tucano Ltda	BA	17,9	34,0
Tucano III	Parque Eólico Tucano Ltda	BA	17,8	34,0
Tucano IV	Parque Eólico Tucano Ltda	BA	15,6	30,6
Tucano IX	Parque Eólico Tucano Ltda	BA	14,7	34,0
Tucano V	Parque Eólico Tucano Ltda	BA	7,5	17,0
Tucano VI	Parque Eólico Tucano Ltda	BA	5,4	13,6
Tucano VII	Parque Eólico Tucano Ltda	BA	15,1	34,0
Tucano VIII	Parque Eólico Tucano Ltda	BA	14,7	34,0
Tucano X	Parque Eólico Tucano Ltda	BA	15,0	34,0
Tucano XI	Parque Eólico Tucano Ltda	BA	15,7	34,0
Tucano XIII	Parque Eólico Tucano Ltda	BA	10,4	23,8
Tucano XIX	Parque Eólico Tucano Ltda	BA	16,0	34,0
Tucano XVI	Parque Eólico Tucano Ltda	BA	12,3	23,8
Tucano XVIII	Parque Eólico Tucano Ltda	BA	16,1	34,0
Tucano XX	Parque Eólico Tucano Ltda	BA	8,7	17,0
Tuna	Energias Complementares do Brasil Geração de Energia Eletrica S/A	RS	5,4	12,0
Tutóia 1	Vita Energias Renováveis Ltda	MA	21,0	44,6
Tutóia 2	Vita Energias Renováveis Ltda	MA	21,7	44,6
Tutóia 3	Vita Energias Renováveis Ltda	MA	16,4	34,1
Umari 1	VENTOS DO NORDESTE S.A.	RN	16,2	29,4
Umari 2	VENTOS DO NORDESTE S.A.	RN	15,9	29,4
Umari 3	VENTOS DO NORDESTE S.A.	RN	12,7	29,4
Umburana de Cheiro	Brennand Energia Eólica S/A	BA	13,2	28,0
UMBURANAS 12	Centrais Eólicas Umburanas 4 S.A.	BA	11,2	20,0
UMBURANAS 14	Centrais Eólicas Umburanas 5 S.A.	BA	12,4	22,5
UMBURANAS 4	Centrais Eólicas Umburanas 2 S.A.	BA	9,7	17,5
UMBURANAS 7	Centrais Eólicas Umburanas 3 S.A.	BA	12,0	22,5
UMBUZEIRO MUQUIM	PARQUE EÓLICO SOBRADINHO LTDA-ME.	BA	11,2	30,0
Varzea Cercada I	CENTRAL EOLICA VARZEA CERCADA LTDA	RN	9,2	20,0
Varzea Cercada II	CENTRAL EOLICA VARZEA CERCADA LTDA	RN	13,0	30,0
Varzea Cercada III	CENTRAL EOLICA VARZEA CERCADA LTDA	RN	12,0	30,0
Varzea Cercada IV	CENTRAL EOLICA VARZEA CERCADA LTDA	RN	13,4	30,0
Varzea Cercada V	CENTRAL EOLICA VARZEA CERCADA LTDA	RN	12,4	30,0
Ventos da Bahia V	PARQUE EOLICO VDB DEV LTDA	BA	14,4	25,3
Ventos da Bahia VII	PARQUE EOLICO VDB DEV LTDA	BA	15,9	29,9
Ventos da Bahia XIII	PARQUE EOLICO VDB DEV LTDA	BA	16,9	34,5
Ventos da Bahia XIV	PARQUE EOLICO VDB DEV LTDA	BA	15,3	36,8
Ventos da Bahia XXIII	PARQUE EOLICO VDB DEV LTDA	BA	17,3	32,2
Ventos da Bahia XXIV	PARQUE EOLICO VDB DEV LTDA	BA	10,9	20,7
Ventos da Bahia XXIX	PARQUE EOLICO VDB DEV LTDA	BA	16,8	29,9
Ventos da Bahia XXVII	PARQUE EOLICO VDB DEV LTDA	BA	12,4	25,3
Ventos da Bahia XXVIII	PARQUE EOLICO VDB DEV LTDA	BA	12,3	23,0
Ventos da Bahia XXX	PARQUE EOLICO VDB DEV LTDA	BA	11,4	23,0
Ventos da Serra Azul 01	CASAFORTE EÓLICA LTDA.	BA	10,4	23,1
Ventos da Serra Azul 05	CASAFORTE EÓLICA LTDA.	BA	5,1	14,7
Ventos da Serra Azul 06	CASAFORTE EÓLICA LTDA.	BA	11,7	25,2
Ventos da Serra Azul 07	CASAFORTE EÓLICA LTDA.	BA	10,4	25,2
VENTOS DE ARAPUÁ 1	Força Eólica do Brasil S/A.	PB	12,2	23,1
VENTOS DE ARAPUÁ 2	Força Eólica do Brasil S/A.	PB	17,9	33,6
VENTOS DE ARAPUÁ 3	Força Eólica do Brasil S/A.	PB	7,5	14,7
VENTOS DE ICAPUÍ	CENTRAL EÓLICA ICAPUÍ LTDA.	CE	9,8	21,0
Ventos de Santa Angela 12	Ventos de Santa Angela Energias Renováveis S.A.	PI	15,4	30,0
Ventos de Santa Angela 13	Ventos de Santa Angela Energias Renováveis S.A.	PI	16,0	30,0
Ventos de Santa Angela 16	Ventos de Santa Angela Energias Renováveis S.A.	PI	16,3	30,0
Ventos de Santa Angela 18	Ventos de Santa Angela Energias Renováveis S.A.	PI	17,2	30,0
Ventos de Santa Aparecida 01	Ventos de Santa Aparecida Energias Renováveis S.A.	BA	13,6	28,9
Ventos de Santa Aparecida 02	Ventos de Santa Aparecida Energias Renováveis S.A.	BA	14,3	28,9
Ventos de Santa Aparecida 04	Ventos de Santa Aparecida Energias Renováveis S.A.	BA	13,6	28,9
Ventos de Santa Aparecida 05	Ventos de Santa Aparecida Energias Renováveis S.A.	BA	14,0	28,9
Ventos de Santa Aparecida 06	Ventos de Santa Aparecida Energias Renováveis S.A.	BA	12,9	28,9
Ventos de Santa Aparecida 07	Ventos de Santa Aparecida Energias Renováveis S.A.	BA	14,1	28,9
Ventos de Santa Aparecida 08	Ventos de Santa Aparecida Energias Renováveis S.A.	BA	14,1	28,9
Ventos de Santa Aparecida 09	Ventos de Santa Aparecida Energias Renováveis S.A.	BA	12,0	28,9
Ventos de Santa Aparecida 11	Ventos de Santa Aparecida Energias Renováveis S.A.	BA	13,9	28,9
Ventos de Santa Aparecida 14	Ventos de Santa Aparecida Energias Renováveis S.A.	BA	12,5	28,9
Ventos de Santa Aparecida 19	Ventos de Santa Aparecida Energias Renováveis S.A.	BA	14,7	28,9
Ventos de Santa Aparecida 20	Ventos de Santa Aparecida Energias Renováveis S.A.	BA	14,7	28,9
Ventos de Santa Aparecida 21	Ventos de Santa Aparecida Energias Renováveis S.A.	BA	13,7	28,9
Ventos de Santa Aparecida 23	Ventos de Santa Aparecida Energias Renováveis S.A.	BA	13,6	28,9
Ventos de Santa Aparecida 25	Ventos de Santa Aparecida Energias Renováveis S.A.	BA	13,6	28,9
Ventos de Santa Aparecida 27	Ventos de Santa Aparecida Energias Renováveis S.A.	BA	12,1	28,9
VENTOS DE SANTA BARBARA	VENTOS TECNOLOGIA ELÉTRICA LTDA.	CE	12,9	39,0
Ventos de Santa Diana	Ventos de Santa Diana Energias Renováveis S.A.	BA	14,7	30,0
Ventos de Santa Efigenia	Ventos de Santa Diana Energias Renováveis S.A.	BA	14,7	30,0
Ventos de Santa Esperança 01	ENEL GREEN POWER BRASIL PARTICIPACOES LTDA	BA	14,5	30,0
Ventos de Santa Esperança 04	Ventos de São Mário Energias Renováveis S.A.	BA	13,5	30,0
Ventos de Santa Esperança 05	Ventos de São Mário Energias Renováveis S.A.	BA	13,4	30,0
Ventos de Santa Esperança 06	Ventos de São Mário Energias Renováveis S.A.	BA	13,1	30,0
Ventos de Santa Esperança 07	Ventos de Santa Esperança Energias Renováveis S.A.	BA	14,1	27,0
Ventos de Santa Esperança 08	Ventos de Santa Esperança Energias Renováveis S.A.	BA	16,7	30,0
Ventos de Santa Esperança 09	Ventos de Santa Esperança Energias Renováveis S.A.	BA	16,1	30,0
Ventos de Santa Esperança 10	Ventos de Santa Esperança Energias Renováveis S.A.	BA	9,6	18,0
Ventos de Santa Esperança 11	Ventos de Santa Esperança Energias Renováveis S.A.	BA	16,2	30,0
Ventos de Santa Esperança 12	Ventos de Santa Esperança Energias Renováveis S.A.	BA	14,7	27,0
Ventos de Santa Esperança 14	Ventos de Santa Esperança Energias Renováveis S.A.	BA	18,6	30,0
Ventos de Santa Esperança 16	Ventos de Santa Esperança Energias Renováveis S.A.	BA	17,5	30,0
Ventos de Santa Esperança 18	Ventos de Santa Esperança Energias Renováveis S.A.	BA	16,8	27,0
Ventos de Santa Esperança 21	Ventos de Santa Esperança Energias Renováveis S.A.	BA	14,6	30,0
Ventos de Santa Esperança 22	Ventos de Santa Esperança Energias Renováveis S.A.	BA	14,1	30,0
Ventos de Santa Esperança 25	Ventos de Santa Esperança Energias Renováveis S.A.	BA	15,7	27,0
Ventos de Santa Esperança 26	Ventos de Santa Esperança Energias Renováveis S.A.	BA	16,5	30,0
Ventos de Santa Esperança 28	Ventos de São Mário Energias Renováveis S.A.	BA	13,5	30,0
Ventos de Santa Eugenia 01	Ventos de Santa Eugenia Energias Renováveis S.A.	BA	13,3	30,0
Ventos de Santa Eugenia 02	Ventos de Santa Eugenia Energias Renováveis S.A.	BA	12,1	30,0
Ventos de Santa Eugenia 03	Ventos de Santa Eugenia Energias Renováveis S.A.	BA	14,2	30,0
Ventos de Santa Eugenia 04	Ventos de Santa Eugenia Energias Renováveis S.A.	BA	14,0	30,0
Ventos de Santa Eugenia 05	Ventos de Santa Eugenia Energias Renováveis S.A.	BA	14,8	30,0
Ventos de Santa Eugenia 06	Ventos de Santa Eugenia Energias Renováveis S.A.	BA	13,2	30,0
Ventos de Santa Eugenia 07	Ventos de Santa Eugenia Energias Renováveis S.A.	BA	13,9	30,0
Ventos de Santa Eugenia 08	Ventos de Santa Eugenia Energias Renováveis S.A.	BA	13,2	30,0
Ventos de Santa Eugenia 09	Ventos de Santa Eugenia Energias Renováveis S.A.	BA	14,3	30,0
Ventos de Santa Eugenia 10	Ventos de Santa Eugenia Energias Renováveis S.A.	BA	13,6	30,0
Ventos de Santa Eugenia 11	Ventos de Santa Eugenia Energias Renováveis S.A	BA	13,9	30,0
Ventos de Santa Eugenia 12	Ventos de Santa Eugenia Energias Renováveis S.A.	BA	13,8	30,0
Ventos de Santa Eugenia 13	Ventos de Santa Eugenia Energias Renováveis S.A.	BA	14,1	30,0
Ventos de Santa Eugenia 14	Ventos de Santa Eugenia Energias Renováveis S.A.	BA	13,7	30,0
Ventos de Santa Inês 01	Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.	BA	12,1	30,0
Ventos de Santa Inês 02	Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.	BA	12,7	30,0
Ventos de Santa Inês 03	Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.	BA	12,2	30,0
Ventos de Santa Inês 04	Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.	BA	16,6	30,0
Ventos de Santa Inês 05	Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.	BA	16,0	30,0
Ventos de Santa Inês 06	Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.	BA	15,5	30,0
Ventos de Santa Inês 07	Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.	BA	15,5	30,0
Ventos de Santa Inês 08	Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.	BA	16,2	30,0
Ventos de Santa Inês 09	Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.	BA	16,5	30,0
Ventos de Santa Inês 10	Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.	BA	13,3	30,0
Ventos de Santa Inês 11	Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.	BA	11,6	30,0
Ventos de Santa Inês 12	Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.	BA	13,0	30,0
Ventos de Santa Julia	Ventos de Santa Aparecida Energias Renováveis S.A.	BA	12,8	26,3

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900075

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ventos de Santa Leia 01	Ventos de Santa Léia Energias Renováveis S.A.	RN	13,5	23,6
Ventos de Santa Leia 02	Ventos de Santa Léia Energias Renováveis S.A.	RN	14,4	25,0
Ventos de Santa Leia 03	Ventos de Santa Léia Energias Renováveis S.A.	RN	11,0	20,0
Ventos de Santa Leia 04	Ventos de Santa Léia Energias Renováveis S.A.	RN	12,0	23,6
Ventos de Santa Leia 05	Ventos de Santa Léia Energias Renováveis S.A.	RN	17,2	30,0
Ventos de Santa Leia 06	Ventos de Santa Léia Energias Renováveis S.A.	RN	18,0	30,0
Ventos de Santa Leia 07	Ventos de Santa Léia Energias Renováveis S.A.	RN	17,1	30,0
Ventos de Santa Leia 08	Ventos de Santa Léia Energias Renováveis S.A.	RN	16,1	30,0
Ventos de Santa Leia 09	Ventos de Santa Léia Energias Renováveis S.A.	RN	11,8	20,0
Ventos de Santa Leia 10	Ventos de Santa Léia Energias Renováveis S.A.	RN	12,7	23,6
Ventos de Santa Leia 11	Ventos de Santa Léia Energias Renováveis S.A.	RN	11,9	20,0
Ventos de Santa Martina 01	VENTOS DE SANTA MARTINA ENERGIAS RENOVAVEIS S.A	RN	19,4	30,8
Ventos de Santa Martina 02	VENTOS DE SANTA MARTINA ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.	RN	19,6	30,8
Ventos de Santa Martina 03	VENTOS DE SANTA MARTINA ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.	RN	17,6	30,8
Ventos de Santa Martina 04	VENTOS DE SANTA MARTINA ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.	RN	17,0	30,8
Ventos de Santa Martina 05	VENTOS DE SANTA MARTINA ENERGIAS RENOVAVEIS S.A	RN	20,8	30,8
Ventos de Santa Martina 06	VENTOS DE SANTA MARTINA ENERGIAS RENOVAVEIS S.A	RN	20,3	30,8
Ventos de Santa Martina 07	VENTOS DE SANTA MARTINA ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.	RN	17,4	30,8
Ventos de Santa Martina 08	VENTOS DE SANTA MARTINA ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.	RN	17,1	30,8
Ventos de Santa Martina 09	VENTOS DE SANTA MARTINA ENERGIAS RENOVAVEIS S.A	RN	16,6	30,8
Ventos de Santa Martina 10	VENTOS DE SANTA MARTINA ENERGIAS RENOVAVEIS S.A	RN	19,8	30,8
Ventos de Santa Martina 11	VENTOS DE SANTA MARTINA ENERGIAS RENOVAVEIS S.A	RN	18,8	30,8
Ventos de Santa Martina 12	VENTOS DE SANTA MARTINA ENERGIAS RENOVAVEIS S.A	RN	19,5	30,8
Ventos de Santa Martina 13	VENTOS DE SANTA MARTINA ENERGIAS RENOVAVEIS S.A	RN	15,4	26,4
Ventos de Santa Martina 14	VENTOS DE SANTA MARTINA ENERGIAS RENOVAVEIS S.A	RN	11,7	17,6
Ventos de Santa Tereza	Ventos de Santa Diana Energias Renováveis S.A.	BA	15,2	28,0
Ventos de Santa Vitoria	Ventos de Santa Aparecida Energias Renováveis S.A.	BA	12,8	26,3
Ventos de Santo Ambrósio	Ventos de Santa Aparecida Energias Renováveis S.A.	BA	13,4	26,3
Ventos de Santo Anselmo	Ventos de Santo Anselmo Energias Renováveis S.A.	PE	12,8	29,9
Ventos de Santo Antero	Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A.	PE	15,4	30,0
Ventos de Santo Eloy	Ventos de Santa Diana Energias Renováveis S.A.	BA	11,9	24,0
Ventos de Santo Eugênio	Ventos de Santa Aparecida Energias Renováveis S.A.	BA	13,0	26,3
Ventos de Santo Expedito 01	Ventos de Santo Expedito Energias Renováveis S.A.	CE	12,0	27,0
Ventos de Santo Expedito 02	Ventos de Santo Expedito Energias Renováveis S.A.	CE	10,7	27,0
Ventos de Santo Expedito 03	Ventos de Santo Expedito Energias Renováveis S.A.	CE	10,9	27,0
Ventos de Santo Expedito 04	Ventos de Santo Expedito Energias Renováveis S.A.	CE	11,6	27,0
Ventos de Santo Expedito 05	Ventos de Santo Expedito Energias Renováveis S.A.	CE	11,9	27,0
Ventos de Santo Expedito 06	Ventos de Santo Expedito Energias Renováveis S.A.	CE	12,0	27,0
Ventos de Santo Expedito 07	Ventos de Santo Expedito Energias Renováveis S.A.	CE	11,4	27,0
Ventos de Santo Expedito 08	Ventos de Santo Expedito Energias Renováveis S.A.	CE	11,2	27,0
Ventos de Santo Expedito 09	Ventos de Santo Expedito Energias Renováveis S.A.	CE	11,3	27,0
Ventos de Santo Expedito 10	Ventos de Santo Expedito Energias Renováveis S.A.	CE	11,2	27,0
Ventos de Santo Expedito 11	Ventos de Santo Expedito Energias Renováveis S.A.	CE	11,2	27,0
Ventos de Santo Expedito 12	Ventos de Santo Expedito Energias Renováveis S.A.	CE	11,2	27,0
Ventos de Santo Gregorio	Ventos de Santa Diana Energias Renováveis S.A.	BA	15,6	30,0
Ventos de Santo Lorenzo	Ventos de Santa Diana Energias Renováveis S.A.	BA	14,5	30,0
Ventos de Santo Saulo	Ventos de Santa Diana Energias Renováveis S.A.	BA	16,3	30,0
Ventos de São Bernardo	Ventos de São Bernardo Energias Renováveis S.A.	PE	13,0	29,9
Ventos de São Cleofas	Ventos de Santa Diana Energias Renováveis S.A.	BA	11,7	24,0
Ventos de São Dionísio	Ventos de Santa Aparecida Energias Renováveis S.A.	BA	12,8	26,3
Ventos de São Gonçalo	Ventos de Santa Aparecida Energias Renováveis S.A.	BA	13,0	26,3
Ventos de São Januário 01	Ventos de São Januário Energias Renováveis S.A.	BA	15,4	28,6
Ventos de São Januário 02	Ventos de São Januário Energias Renováveis S.A.	BA	15,0	28,6
Ventos de São Januário 03	Ventos de São Januário Energias Renováveis S.A.	BA	15,1	28,6
Ventos de São Januário 04	Ventos de São Januário Energias Renováveis S.A.	BA	14,9	28,6
Ventos de São Januário 05	Ventos de São Januário Energias Renováveis S.A.	BA	14,4	28,6
Ventos de São Januário 06	Ventos de São Januário Energias Renováveis S.A.	BA	14,8	28,6
Ventos de São Januário 07	Ventos de São Januário Energias Renováveis S.A.	BA	13,8	28,6
Ventos de São Januário 08	Ventos de São Januário Energias Renováveis S.A.	BA	14,1	28,6
Ventos de São Januário 09	Ventos de São Januário Energias Renováveis S.A.	BA	15,2	28,6
Ventos de São Januário 10	Ventos de São Januário Energias Renováveis S.A.	BA	14,8	28,6
Ventos de São Januário 11	Ventos de São Januário Energias Renováveis S.A.	BA	14,0	28,6
Ventos de São Januário 12	Ventos de São Januário Energias Renováveis S.A.	BA	13,9	28,6
Ventos de São Januário 13	Ventos de São Januário Energias Renováveis S.A.	BA	13,7	28,6
Ventos de São Januário 14	Ventos de São Januário Energias Renováveis S.A.	BA	13,7	28,6
Ventos de São Januário 15	Ventos de São Januário Energias Renováveis S.A.	BA	13,5	28,6
Ventos de São Januário 16	Ventos de São Januário Energias Renováveis S.A.	BA	14,3	28,6
Ventos de São Januário 17	Ventos de São Januário Energias Renováveis S.A.	BA	14,0	28,6
Ventos de São Januário 18	Ventos de São Januário Energias Renováveis S.A.	BA	13,6	28,6
Ventos de São Januário 19	Ventos de São Januário Energias Renováveis S.A.	BA	14,3	28,6
Ventos de São Januário 20	Ventos de São Januário Energias Renováveis S.A.	BA	13,1	28,6
Ventos de São Januário 21	Ventos de São Januário Energias Renováveis S.A.	BA	13,6	28,6
Ventos de São Januário 22	Ventos de São Januário Energias Renováveis S.A.	BA	12,8	28,6
Ventos de São José	Ventos Tecnologia Elétrica Ltda	CE	10,0	24,0
Ventos de São Lázaro	Ventos de Santa Diana Energias Renováveis S.A.	BA	15,3	30,0
Ventos de São Roque	Ventos de Santa Diana Energias Renováveis S.A.	BA	14,3	30,0
Ventos de São Roque 01	Ventos de São Roque Energias Renováveis S.A.	PI	16,4	30,0
Ventos de São Roque 02	Ventos de São Roque Energias Renováveis S.A.	PI	14,1	30,0
Ventos de São Roque 03	Ventos de São Roque Energias Renováveis S.A.	PI	13,6	30,0
Ventos de São Roque 04	Ventos de São Roque Energias Renováveis S.A.	PI	14,5	30,0
Ventos de São Roque 05	Ventos de São Roque Energias Renováveis S.A.	PI	12,2	30,0
Ventos de São Roque 06	Ventos de São Roque Energias Renováveis S.A.	PI	12,8	30,0
Ventos de São Roque 07	Ventos de São Roque Energias Renováveis S.A.	PI	12,1	30,0
Ventos de São Roque 16	Ventos de São Roque Energias Renováveis S.A.	PI	14,3	30,0
Ventos de São Roque 17	Ventos de São Roque Energias Renováveis S.A.	PI	14,8	30,0
Ventos de São Roque 18	Ventos de São Roque Energias Renováveis S.A.	PI	14,5	30,0
Ventos de São Roque 19	Ventos de São Roque Energias Renováveis S.A.	PI	13,8	30,0
Ventos de São Roque 20	Ventos de São Roque Energias Renováveis S.A.	PI	11,9	30,0
Ventos de São Roque 21	Ventos de São Roque Energias Renováveis S.A.	PI	13,6	30,0
Ventos de São Roque 22	Ventos de São Roque Energias Renováveis S.A.	PI	15,2	30,0
Ventos de São Roque 23	Ventos de São Roque Energias Renováveis S.A.	PI	12,3	30,0
Ventos de São Roque 24	Ventos de São Roque Energias Renováveis S.A.	PI	13,0	30,0
Ventos de São Roque 25	Ventos de São Roque Energias Renováveis S.A.	PI	12,9	30,0
Ventos de São Roque 26	Ventos de São Roque Energias Renováveis S.A.	PI	14,4	30,0
Ventos de São Roque 27	Ventos de São Roque Energias Renováveis S.A.	PI	13,7	30,0
Ventos de São Roque 28	Ventos de São Roque Energias Renováveis S.A.	PI	13,8	30,0
Ventos de São Roque 29	Ventos de São Roque Energias Renováveis S.A.	PI	14,2	30,0
Ventos de São Roque 31	Ventos de São Roque Energias Renováveis S.A.	PI	13,0	30,0
Ventos de São Roque 32	Ventos de São Roque Energias Renováveis S.A.	PI	13,5	30,0
Ventos de São Salomao	Ventos de Santa Diana Energias Renováveis S.A.	BA	14,8	28,0
Ventos de São Tadeu	Ventos de Santa Aparecida Energias Renováveis S.A.	BA	12,1	26,3
Ventos de São Tomas	Ventos de Santa Aparecida Energias Renováveis S.A.	BA	11,2	26,3
Ventos de São Venâncio	Ventos de Santa Aparecida Energias Renováveis S.A.	BA	13,4	26,3
Ventos de São Vicente 01	Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.	PI	15,0	30,0
Ventos de São Vicente 02	Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.	PI	13,8	29,9
Ventos de São Vicente 03	Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.	PI	14,6	29,9
Ventos de São Vicente 04	Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.	PI	14,0	29,9
Ventos de São Vicente 05	Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.	PI	12,8	29,9
Ventos de São Vicente 06	Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.	PI	16,0	30,0
Ventos de São Vicente 07	Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.	PI	12,7	29,9
Ventos de São Vicente 15	Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.	PI	13,0	29,9
Ventos de São Vicente 16	Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.	PI	13,2	29,9
Ventos de São Vicente 17	Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.	PI	15,4	30,0
Ventos de São Vicente 18	Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.	PI	15,5	30,0
Ventos de São Vitor 1	Ventos de São Vitor Energias Renováveis S.A.	BA	13,0	27,0
Ventos de São Vitor 10	Ventos de São Vitor Energias Renováveis S.A.	BA	13,8	27,0
Ventos de São Vitor 11	Ventos de São Vitor Energias Renováveis S.A.	BA	13,9	27,0
Ventos de São Vitor 12	Ventos de São Vitor Energias Renováveis S.A.	BA	13,0	27,0
Ventos de São Vitor 13	Ventos de São Vitor Energias Renováveis S.A.	BA	12,6	27,0
Ventos de São Vitor 14	Ventos de São Vitor Energias Renováveis S.A.	BA	13,0	27,0
Ventos de São Vitor 2	Ventos de São Vitor Energias Renováveis S.A.	BA	12,9	27,0
Ventos de São Vitor 3	Ventos de São Vitor Energias Renováveis S.A.	BA	13,1	27,0
Ventos de São Vitor 4	Ventos de São Vitor Energias Renováveis S.A.	BA	13,1	27,0
Ventos de São Vitor 5	Ventos de São Vitor Energias Renováveis S.A.	BA	13,0	27,0
Ventos de São Vitor 6	Ventos de São Vitor Energias Renováveis S.A.	BA	13,2	27,0
Ventos de São Vitor 7	Ventos de São Vitor Energias Renováveis S.A.	BA	14,1	27,0
Ventos de São Vitor 8	Ventos de São Vitor Energias Renováveis S.A.	BA	13,0	27,0
Ventos de São Vitor 9	Ventos de São Vitor Energias Renováveis S.A.	BA	13,2	27,0
Ventos de São Zacarias 01	Ventos de São Zacarias Energias Renováveis S.A.	PI	14,2	31,5
Ventos de São Zacarias 02	Ventos de São Zacarias Energias Renováveis S.A.	PI	14,7	31,5
Ventos de São Zacarias 03	Ventos de São Zacarias Energias Renováveis S.A.	PI	15,0	31,5
Ventos de São Zacarias 04	Ventos de São Zacarias Energias Renováveis S.A.	PI	15,5	31,5
Ventos de São Zacarias 05	Ventos de São Zacarias Energias Renováveis S.A.	PI	15,0	31,5
Ventos de São Zacarias 06	Ventos de São Zacarias Energias Renováveis S.A.	PI	15,1	31,5
Ventos de São Zacarias 07	Ventos de São Zacarias Energias Renováveis S.A.	PI	14,6	31,5
Ventos de São Zacarias 08	Ventos de São Zacarias Energias Renováveis S.A.	PI	14,3	31,5
Ventos de São Zacarias 09	Ventos de São Zacarias Energias Renováveis S.A.	PI	14,2	31,5
Ventos de São Zacarias 10	Ventos de São Zacarias Energias Renováveis S.A.	PI	14,7	31,5
Ventos de São Zacarias 11	Ventos de São Zacarias Energias Renováveis S.A.	PI	14,4	31,5
Ventos do Cariri I	VENTOS DO CARIRI GERACAO DE ENERGIA EOLICA S/A	CE	8,5	30,0
Ventos do Cariri II	VENTOS DO CARIRI GERAÇÃO DE ENERGIA EOLICA S/A	CE	7,7	28,0
Ventos do Cariri III	VENTOS DO CARIRI GERAÇÃO DE ENERGIA EOLICA S/A	CE	8,5	30,0
Ventos do Cariri IV	VENTOS DO CARIRI GERAÇÃO DE ENERGIA EOLICA S/A	CE	7,9	30,0
Vigia 1	Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda	RS	13,7	38,5
Vigia 2	Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda	RS	13,7	38,5
Vila Alagoas I	Voltalia Energia do Brasil Ltda.	RN	16,7	28,0
Vila Alagoas II	Voltalia Energia do Brasil Ltda.	RN	17,8	30,0
Vila Alagoas III	Voltalia Energia do Brasil Ltda.	RN	15,3	26,0
Vila Ceará I	Voltalia Energia do Brasil Ltda.	RN	13,4	22,0
Vila Ceará II	Voltalia Energia do Brasil Ltda.	RN	13,9	22,0
Vila Ceará III	Voltalia Energia do Brasil Ltda.	RN	13,9	22,0
Vila Maranhão I	Voltalia Energia do Brasil Ltda	RN	15,7	31,2
Vila Maranhão II	Voltalia Energia do Brasil Ltda	RN	15,5	31,2
Vila Maranhão III	Voltalia Energia do Brasil Ltda	RN	16,8	31,2
Vila Piauí I	Voltalia Energia do Brasil Ltda.	RN	18,6	32,0
Vila Piauí II	Voltalia Energia do Brasil Ltda.	RN	19,2	32,0
Vila Piauí III	Voltalia Energia do Brasil Ltda.	RN	19,4	32,0
Vila Rio Grande do Norte I	Voltalia Energia do Brasil Ltda.	RN	13,3	22,0
Vila Rio Grande do Norte II	Voltalia Energia do Brasil Ltda.	RN	18,8	32,0
Vila Sergipe I	Voltalia Energia do Brasil Ltda	RN	18,1	30,0
Vila Sergipe II	Voltalia Energia do Brasil Ltda	RN	19,5	32,0
Vila Sergipe III	Voltalia Energia do Brasil Ltda	RN	8,2	14,0
Vila Sergipe IV	Voltalia Energia do Brasil Ltda	RN	4,6	8,0

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900076

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 81, DE 16 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso II, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 2º, § 2º e 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, nas Portarias MME nº 484, de 24 de agosto de 2012, nº 101, de 22 de março de 2016, nº 465, de 30 de novembro de 2017 e nº 18, de 22 de janeiro de 2018, e o que consta no Processo nº 48360.000084/2018-56, resolve:

Art. 1º Definir os montantes de garantia física de energia das Usinas Termelétricas, na forma dos Anexos I, II, III, IV, V e VI a presente Portaria, com vistas à participação no Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, denominado Leilão "A-4", de 2018, de que trata a Portaria MME nº 465, de 30 de novembro de 2017.

§ 1º Os montantes de garantia física de energia e de disponibilidade mensal de energia constantes nos Anexos I e II referem-se aos Pontos de Medição Individual - PMI das Usinas Termelétricas.

§ 2º Para efeitos de comercialização de energia elétrica, as perdas elétricas do PMI até o Centro de Gravidade do respectivo Submercado deverão ser abatidas dos montantes de garantia física de energia e de disponibilidade mensal de energia definidos nos Anexos I e II desta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

§ 3º Os montantes de garantia física de energia e de disponibilidade mensal de energia constantes nos Anexos III e IV são determinados nos Pontos de Conexão das Usinas Termelétricas.

§ 4º Para efeitos de comercialização de energia elétrica, as perdas elétricas do Ponto de Conexão até o Centro de Gravidade do respectivo Submercado deverão ser abatidas dos montantes de garantia física de energia e de disponibilidade mensal de energia definidos nos Anexos III e IV desta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

§ 5º Os montantes de garantia física de energia constantes no Anexo V são determinados nas Barras de Saídas dos Geradores.

§ 6º Para efeitos de comercialização de energia elétrica, o consumo interno das Usinas e as perdas na Rede Elétrica deverão ser abatidos dos montantes de garantia física de energia definidos no Anexo V desta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º As garantias físicas de energia das Usinas Termelétricas, definidas na forma dos Anexos I, II, III, IV, V e VI, perderão a validade e a eficácia após o Leilão a que se refere o art. 1º desta Portaria, caso não sejam objetos de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs.

Art. 3º Para os Empreendimentos que comercializarem energia no Leilão a que se refere o art. 1º desta Portaria, os montantes de garantia física de energia e de disponibilidade mensal de energia, bem como a inflexibilidade constantes dos Anexos I, II, III, IV, V e VI terão validade a partir das suas respectivas datas de entrada em Operação Comercial.

Parágrafo único. As garantias físicas de energia e as disponibilidades mensais de energia definidas nos Anexos I, II, III e IV não são válidas para o caso de data de entrada em Operação Comercial dos Empreendimentos anterior à data de início de suprimento definida nos CCEARs. Neste caso, para vigência nos anos anteriores ao início de suprimento estabelecido nos CCEARs, o empreendedor deverá solicitar o cálculo da garantia física de energia ao Ministério de Minas e Energia.

Art. 4º Para todos os efeitos, os montantes de garantia física de energia definidos no Anexo poderão ser revisados com base na legislação vigente.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

ANEXO I

Garantias físicas de energia das Usinas Termelétricas a biomassa com Custo Variável Unitário - CVU nulo, não despachadas centralizadamente - Leilão "A-4" de 2018

Usina	UF	Combustível	Potência Total (MW)	FCmax (%)	TEIF (%)	IP (%)	Garantia Física (MWmed)
Branco Peres	SP	Bagaço de Cana	15,0	100	3,00	0,00	5,6
Catanduva 2	SP	Bagaço de Cana	90,0	100	2,00	0,00	36,5
Cerradão 2	MG	Bagaço de Cana	40,0	100	3,00	0,00	24,2
Guarani Andrade	SP	Bagaço de Cana	40,0	100	4,00	0,00	13,3
Ipiranga Mococa II	SP	Bagaço de Cana	25,0	100	1,00	0,00	12,8
Potirendaba 2	SP	Bagaço de Cana	90,0	100	2,00	0,00	26,3
Rio Vermelho 3	SP	Bagaço de Cana	20,0	70	3,00	2,00	8,4
Sonora	MS	Bagaço de Cana	25,0	100	3,00	0,00	9,5
São Martinho Bioenergia	SP	Bagaço de Cana	40,0	100	0,50	0,00	23,9

ANEXO II

DISPONIBILIDADE MENSAL DE ENERGIA, EM MWh, DAS USINAS TERMELÉTRICAS A BIOMASSA COM CVU NULO, NÃO DESPACHADAS CENTRALIZADAMENTE - LEILÃO "A-4" DE 2018

Usina	DISPONIBILIDADE MENSAL DE ENERGIA (MWh)											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Branco Peres	0	0	0	5760	6324	6120	6324	6324	6120	6324	5760	0
Catanduva 2	0	0	0	29045	38688	40320	43598	43598	40320	37200	32400	14880
Cerradão 2	0	0	0	13908	28743	27816	28743	28743	27816	28743	27816	0
Guarani Andrade	0	0	0	2880	14880	18000	18600	18600	18000	18600	7200	0
Ipiranga Mococa II	0	0	6159	12319	12729	12319	12729	12729	12319	12729	12319	6159
Potirendaba 2	0	0	0	18000	26784	30240	32736	32736	30240	29166	23040	7068
Rio Vermelho 3	0	0	0	9041	9342	9041	9342	9342	9041	9342	9041	0
Sonora	0	0	0	10233	10574	10233	10574	10574	10233	10574	10233	0
São Martinho Bioenergia	0	0	0	25688	26544	25688	26544	26544	25688	26544	25688	0

ANEXO III

GARANTIAS FÍSICAS DE ENERGIA DAS USINAS TERMELÉTRICAS A BIOMASSA COM CVU NULO, NÃO DESPACHADAS CENTRALIZADAMENTE - LEILÃO "A-4" DE 2018

Usina	UF	Combustível	Potência Total (MW)	FCmax (%)	TEIF (%)	IP (%)	Garantia Física (MWmed)
Alcon	ES	Bagaço de Cana	41,1	100	1,83	4,47	11,0
Guarani Cruz Alta	SP	Bagaço de Cana	68,0	100	4,00	0,00	11,7
Tarumã	SP	Bagaço de Cana	95,0	100	1,00	3,00	30,4
UFA	SP	Bagaço de Cana	63,7	100	10,00	2,00	18,0
Univalem Bioenergia	SP	Bagaço de Cana	80,0	100	1,00	3,00	36,2
Volta Grande	MG	Bagaço de Cana	107,5	100	5,00	5,00	27,2

Usinas com revisão de garantia física de energia conforme metodologia definida na Portaria MME nº 484/2012

ANEXO IV

DISPONIBILIDADE MENSAL DE ENERGIA, EM MWh, DAS USINAS TERMELÉTRICAS A BIOMASSA COM CVU NULO, NÃO DESPACHADAS CENTRALIZADAMENTE - LEILÃO "A-4" DE 2018

Usina Termelétrica	DISPONIBILIDADE MENSAL DE ENERGIA (MWh)											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Alcon	0	0	0	5727	11835	11454	11835	11835	11454	11835	11454	8809
Guarani CruzAlta	0	0	0	9360	11904	14400	14880	14880	12960	12648	11520	0
Tarumã	0	0	0	25773	33212	32196	33212	32532	32196	33170	30496	13150
UFA	0	0	0	10341,5	20996,9	20319,6	20729,4	22601,8	22002,1	20778,2	19591,2	0,0
Univalem Bioenergia	0	0	11737	18615	38552	36478	37674	36463	37192	37376	35619	27426
Volta Grande	0	0	2578	35391	38244	25531	26193	26801	25435	26542	29313	2479

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900077

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO V

GARANTIAS FÍSICAS DE ENERGIA DAS USINAS TERMELÉTRICAS COM CVU não NULO, DESPACHADAS CENTRALIZADAMENTE - LEILÃO "A-4" DE 2018

Usina Termelétrica	Combustível	UF	Potência Instalada (MW)	FCMAX (%)	TEIF (%)	IP (%)	Inflexibilidade (MWmed)	Garantia Física (MWmed)
Ecoe 1	Cavaco / Resíduo de Madeira	BA	50	100	1,77	7,03	Sazonal	43,8
Ecoe 2	Cavaco / Resíduo de Madeira	BA	50	100	1,77	7,03	Sazonal	43,8
Gama	Cavaco / Resíduo de Madeira	TO	50	100	2,74	5,48	Sazonal	44,6
Guaicurus I	Cavaco / Resíduo de Madeira	MS	55	100	3	5	Sazonal	50,2
Guaicurus II	Cavaco / Resíduo de Madeira	MS	55	100	3	5	Sazonal	48,5
Guaicurus III	Cavaco / Resíduo de Madeira	MS	55	100	3	5	Sazonal	46,6
Guarany I	Cavaco / Resíduo de Madeira	MS	55	100	3	5	Sazonal	49,2
Guarany II	Cavaco / Resíduo de Madeira	MS	55	100	3	5	Sazonal	49,0
Guarany III	Cavaco / Resíduo de Madeira	MS	55	100	3	5	Sazonal	48,7
Água Bonita II	Cavaco / Resíduo de Madeira	MS	10	100	1,5	3,5	Sazonal	8,8
Água Bonita III	Cavaco / Resíduo de Madeira	MS	10	100	1,5	3,5	Sazonal	9,5

ANEXO VI

INFLEXIBILIDADE SAZONAL DAS USINAS TERMELÉTRICAS COM CVU NÃO NULO, DESPACHADAS CENTRALIZADAMENTE - LEILÃO "A-4" DE 2018

Usina Termelétrica	Combustível	Inflexibilidade mensal declarada (Mwmed)											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Ecoe 1	Cavaco / Resíduo de Madeira	0	0	0	0	0	40,07	40,07	40,07	40,07	40,07	40,07	0
Ecoe 2	Cavaco / Resíduo de Madeira	0	0	0	0	0	40,07	40,07	40,07	40,07	40,07	40,07	0
Gama	Cavaco / Resíduo de Madeira	0	0	0	0	0	0	43	43	43	43	0	0
Guaicurus I	Cavaco / Resíduo de Madeira	0	0	0	0	0	50,54	50,54	50,55	50,55	50,54	50,54	0
Guaicurus II	Cavaco / Resíduo de Madeira	0	0	0	0	0	50,54	50,54	50,55	50,55	50,54	50,54	0
Guaicurus III	Cavaco / Resíduo de Madeira	0	0	0	0	0	50,54	50,54	50,55	50,55	50,54	50,54	0

ANEXO VI

INFLEXIBILIDADE SAZONAL DAS USINAS TERMELÉTRICAS COM CVU NÃO NULO, DESPACHADAS CENTRALIZADAMENTE - LEILÃO "A-4" DE 2018

Usina Termelétrica	Combustível	Inflexibilidade mensal declarada (Mwmed)											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Ecoe 1	Cavaco / Resíduo de Madeira	0	0	0	0	0	40,07	40,07	40,07	40,07	40,07	40,07	0
Ecoe 2	Cavaco / Resíduo de Madeira	0	0	0	0	0	40,07	40,07	40,07	40,07	40,07	40,07	0
Gama	Cavaco / Resíduo de Madeira	0	0	0	0	0	0	43	43	43	43	0	0
Guaicurus I	Cavaco / Resíduo de Madeira	0	0	0	0	0	50,54	50,54	50,55	50,55	50,54	50,54	0
Guaicurus II	Cavaco / Resíduo de Madeira	0	0	0	0	0	50,54	50,54	50,55	50,55	50,54	50,54	0
Guaicurus III	Cavaco / Resíduo de Madeira	0	0	0	0	0	50,54	50,54	50,55	50,55	50,54	50,54	0
Guarany I	Cavaco / Resíduo de Madeira	0	0	0	0	0	50,54	50,54	50,55	50,55	50,54	50,54	0
Guarany II	Cavaco / Resíduo de Madeira	0	0	0	0	0	50,54	50,54	50,55	50,55	50,54	50,54	0
Guarany III	Cavaco / Resíduo de Madeira	0	0	0	0	0	50,54	50,54	50,55	50,55	50,54	50,54	0
Água Bonita II	Cavaco / Resíduo de Madeira	0	0	0	0	0	9,5	9,5	9,5	9,5	9,5	9,5	0
Água Bonita III	Cavaco / Resíduo de Madeira	0	0	0	0	0	9,5	9,5	9,5	9,5	9,5	9,5	0

PORTARIA Nº 82, DE 16 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso II, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 2º, § 2º e 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, nas Portarias MME nº 101, de 22 de março de 2016, e nº 465, de 30 de novembro de 2017, e o que consta no Processo nº 48360.000074/2018-11, resolve:

Art. 1º Definir os montantes de garantia física de energia das Usinas Solares Fotovoltaicas, na forma do Anexo à presente Portaria, com vistas à participação no Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, denominado Leilão "A-4", de 2018, de que trata a Portaria MME nº 465, de 30 de novembro de 2017.

§ 1º Os montantes de garantia física de energia constantes no Anexo referem-se aos Pontos de Medição Individual - PMI das Usinas Solares Fotovoltaicas.

§ 2º Para efeitos de comercialização de energia elétrica, as perdas elétricas do PMI até o Centro de Gravidade do respectivo Submercado deverão ser abatidas dos montantes de garantia física de energia definidos nesta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º As garantias físicas de energia dos Empreendimentos constantes do Anexo perderão a validade e a eficácia após o Leilão a que se refere o art. 1º desta Portaria, caso não sejam objetos de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs.

Art. 3º Para os Empreendimentos que comercializarem energia no Leilão a que se refere o art. 1º desta Portaria, os montantes de garantia física de energia constantes no Anexo terão validade a partir das suas respectivas datas de entrada em Operação Comercial.

Art. 4º Para todos os efeitos, os montantes de garantia física de energia definidos no Anexo poderão ser revisados com base na legislação vigente.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

ANEXO

Garantias Físicas de Energia das usinas solares fotovoltaicas - Leilão "A-4" de 2018

Usina	Empreendimento (Razão Social)	UF	Garantia Física (MWmed)
AC IX	Aurora Energias Renováveis II Ltda	MG	11,7
AC X	Aurora Energias Renováveis II Ltda	MG	11,7
ALEX I	ENERGIAS RENOVÁVEIS DO APODI LTDA	CE	10,2
ALEX II	ENERGIAS RENOVÁVEIS DO APODI LTDA	CE	10,2
ALEX III	ENERGIAS RENOVÁVEIS DO APODI LTDA	CE	10,2
ALEX IV	ENERGIAS RENOVÁVEIS DO APODI LTDA	CE	10,2
ALEX IX	ENERGIAS RENOVÁVEIS DO APODI LTDA	CE	10,2
ALEX V	ENERGIAS RENOVÁVEIS DO APODI LTDA	CE	10,2
ALEX VI	ENERGIAS RENOVÁVEIS DO APODI LTDA	CE	10,2
ALEX VII	ENERGIAS RENOVÁVEIS DO APODI LTDA	CE	10,2
ALEX VIII	ENERGIAS RENOVÁVEIS DO APODI LTDA	CE	10,2
ALEX X	ENERGIAS RENOVÁVEIS DO APODI LTDA	CE	10,2
ARAXA	SOLATIO SOLAR GESTAO DE PROJETOS LTDA - ME	MG	25,1
BARRA DA ONÇA I	RG2 SERVIÇOS TECNICOS LTDA	RN	7,7
BARRA DA ONÇA II	RG2 SERVIÇOS TECNICOS LTDA	RN	7,7
BARRA DA ONÇA III	RG2 SERVIÇOS TECNICOS LTDA	RN	7,7
BARRA DA ONÇA IV	RG2 SERVIÇOS TECNICOS LTDA	RN	3,5
BJL 2	VILA ENERGIA RENOVÁVEL S/S LTDA.	BA	5,9
BJL 5	VILA ENERGIA RENOVÁVEL S/S LTDA.	BA	5,9
BJL 6	VILA ENERGIA RENOVÁVEL S/S LTDA.	BA	5,9
BJL 7	VILA ENERGIA RENOVÁVEL S/S LTDA.	BA	5,9
BJL 9	VILA ENERGIA RENOVÁVEL S/S LTDA.	BA	2,9
Boa Hora 4	SOLAR TECNOLOGIA LTDA	PE	5,9
Boa Hora 5	SOLAR TECNOLOGIA LTDA	PE	5,9
Boa Hora 6	SOLAR TECNOLOGIA LTDA	PE	5,9
Boa Hora 7	SOLAR TECNOLOGIA LTDA	PE	5,9
Boa Hora 8	SOLAR TECNOLOGIA LTDA	PE	5,8
Boa Hora 9	SOLAR TECNOLOGIA LTDA	PE	5,9
Bom Lugar IV	Enerlife Energias Renováveis Ltda.	CE	9,3
Bom Lugar IX	Enerlife Energias Renováveis Ltda.	CE	8,1
Bom Lugar V	Enerlife Energias Renováveis Ltda.	CE	9,3
Bom Lugar VI	Enerlife Energias Renováveis Ltda.	CE	9,3
Bom Lugar VII	Enerlife Energias Renováveis Ltda.	CE	9,3
Bom Lugar VIII	Enerlife Energias Renováveis Ltda.	CE	9,3
Bom Nome I	CENTRAL GERADORA FOTOVOLTAICA BOM NOME LTDA	PE	8,6
Bom Nome II	CENTRAL GERADORA FOTOVOLTAICA BOM NOME LTDA	PE	8,7
Bom Nome III	CENTRAL GERADORA FOTOVOLTAICA BOM NOME LTDA	PE	8,7
Bom Nome IV	CENTRAL GERADORA FOTOVOLTAICA BOM NOME LTDA	PE	8,7
Bom Nome IX	Central Geradora Fotovoltaica Bom Nome Ltda	PE	8,7
Bom Nome V	CENTRAL GERADORA FOTOVOLTAICA BOM NOME LTDA	PE	8,7
Bom Nome VI	Central Geradora Fotovoltaica Bom Nome Ltda	PE	8,7
Bom Nome VII	Central Geradora Fotovoltaica Bom Nome Ltda	PE	8,7
Bom Nome VIII	Central Geradora Fotovoltaica Bom Nome Ltda	PE	8,7
Bom Nome X	Central Geradora Fotovoltaica Bom Nome Ltda	PE	8,7
Bom Nome XI	Central Geradora Fotovoltaica Bom Nome Ltda	PE	8,7

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900078

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Bom Nome XII	CENTRAL GERADORA FOTOVOLTAICA BOM NOME LTDA	PE	8,7
Bom Nome XIII	CENTRAL GERADORA FOTOVOLTAICA BOM NOME LTDA	PE	8,7
Bom Nome XIV	CENTRAL GERADORA FOTOVOLTAICA BOM NOME LTDA	PE	4,2
Boqueirão I	Enerlife Energias Renováveis Ltda.	PI	9,2
Boqueirão II	Enerlife Energias Renováveis Ltda.	PI	9,2
Boqueirão III	Enerlife Energias Renováveis Ltda.	PI	9,2
Boqueirão IV	Enerlife Energias Renováveis Ltda.	PI	9,2
Boqueirão Sul I	Enerlife Energias Renováveis Ltda.	PI	4,7
Boqueirão Sul II	Enerlife Energias Renováveis Ltda.	PI	6,2
Boqueirão Sul III	Enerlife Energias Renováveis Ltda.	PI	28,0
Boqueirão Sul IV	Enerlife Energias Renováveis Ltda.	PI	29,6
Boqueirão V	Enerlife Energias Renováveis Ltda.	PI	9,2
Boqueirão VI	Enerlife Energias Renováveis Ltda.	PI	9,2
Caatinga 01	Solar Caatinga Ltda	PB	7,6
Caatinga 02	Solar Caatinga Ltda	PB	7,6
Caatinga 03	Solar Caatinga Ltda	PB	7,6
Caatinga 04	Solar Caatinga Ltda	PB	7,5
Caatinga 05	Solar Caatinga Ltda	PB	7,6
CABROBO	LATINA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA	PE	8,8
CABROBO 2	JANAULA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA	PE	8,8
CAROLINA 1	LICA ENGENHARIA E PROJETOS EM ENERGIA RENOVÁVEL LTDA	RN	9,1
CAROLINA 2	LICA ENGENHARIA E PROJETOS EM ENERGIA RENOVÁVEL LTDA	RN	9,1
CAROLINA 3	LICA ENGENHARIA E PROJETOS EM ENERGIA RENOVÁVEL LTDA	RN	9,1
CAROLINA 4	LICA ENGENHARIA E PROJETOS EM ENERGIA RENOVÁVEL LTDA	RN	9,1
CAROLINA 5	LICA ENGENHARIA E PROJETOS EM ENERGIA RENOVÁVEL LTDA	RN	6,0
CAROLINA 6	LICA ENGENHARIA E PROJETOS EM ENERGIA RENOVÁVEL LTDA	RN	6,6
CAROLINA 7	LICA ENGENHARIA E PROJETOS EM ENERGIA RENOVÁVEL LTDA	RN	5,4
CASSILANDIA 1	SOLATIO SOLAR GESTAO DE PROJETOS LTDA - ME	MS	18,4
CASSILANDIA 10	SOLATIO SOLAR GESTAO DE PROJETOS LTDA - ME	MS	18,4
CASSILANDIA 11	SOLATIO SOLAR GESTAO DE PROJETOS LTDA - ME	MS	18,4
CASSILANDIA 12	SOLATIO SOLAR GESTAO DE PROJETOS LTDA - ME	MS	18,4
CASSILANDIA 13	SOLATIO SOLAR GESTAO DE PROJETOS LTDA - ME	MS	21,7
CASSILANDIA 2	SOLATIO SOLAR GESTAO DE PROJETOS LTDA - ME	MS	18,4
CASSILANDIA 3	SOLATIO SOLAR GESTAO DE PROJETOS LTDA - ME	MS	18,4
CASSILANDIA 4	SOLATIO SOLAR GESTAO DE PROJETOS LTDA - ME	MS	18,4
CASSILANDIA 5	SOLATIO SOLAR GESTAO DE PROJETOS LTDA - ME	MS	18,4
CASSILANDIA 6	SOLATIO SOLAR GESTAO DE PROJETOS LTDA - ME	MS	16,6
CASSILANDIA 7	SOLATIO SOLAR GESTAO DE PROJETOS LTDA - ME	MS	18,3
CASSILANDIA 8	SOLATIO SOLAR GESTAO DE PROJETOS LTDA - ME	MS	18,3
CASSILANDIA 9	SOLATIO SOLAR GESTAO DE PROJETOS LTDA - ME	MS	18,3
Castelo Vieira 1	NOVOS RUMOS ENERGIA RENOVÁVEL LTDA	CE	9,0
Castelo Vieira 2	NOVOS RUMOS ENERGIA RENOVÁVEL LTDA	CE	9,0
Castelo Vieira 3	NOVOS RUMOS ENERGIA RENOVÁVEL LTDA	CE	6,6
CASTILHO 1	SOLATIO SOLAR GESTAO DE PROJETOS LTDA - ME	SP	2,8
CASTILHO 2	SOLATIO SOLAR GESTAO DE PROJETOS LTDA - ME	SP	8,4
CASTILHO 3	SOLATIO SOLAR GESTAO DE PROJETOS LTDA - ME	SP	8,4
CASTILHO 4	SOLATIO SOLAR GESTAO DE PROJETOS LTDA - ME	SP	8,4
CASTILHO 5	SOLATIO SOLAR GESTAO DE PROJETOS LTDA - ME	SP	8,4
CASTILHO 6	SOLATIO SOLAR GESTAO DE PROJETOS LTDA - ME	SP	8,4
CASTILHO 7	SOLATIO SOLAR GESTAO DE PROJETOS LTDA - ME	SP	8,4
CASTILHO 8	SOLATIO SOLAR GESTAO DE PROJETOS LTDA - ME	SP	8,4
CASTILHO 9	SOLATIO SOLAR GESTAO DE PROJETOS LTDA - ME	SP	8,4
Chateau Fort 1	SPE Vensolbras e Renobrax Geração de Energia Ltda.	PI	15,2
Chateau Fort 2	SPE Vensolbras e Renobrax Geração de Energia Ltda.	PI	15,2
Chateau Fort 3	SPE Vensolbras e Renobrax Geração de Energia Ltda.	PI	15,3
Chateau Fort 4	SPE Vensolbras e Renobrax Geração de Energia Ltda.	PI	15,2
Chateau Fort 5	SPE Vensolbras e Renobrax Geração de Energia Ltda.	PI	15,2
Cipó Branco I	Global Participações em Energia S.A.	PB	9,1
Cipó Branco II	Global Participações em Energia S.A.	PB	9,1
Cipó Branco III	Global Participações em Energia S.A.	PB	9,1
Ciranda 1	CARACA SOLAR ENERGIA SPE LTDA	PE	15,4
Ciranda 2	CARACA SOLAR ENERGIA SPE LTDA	PE	15,4
Ciranda 3	CARACA SOLAR ENERGIA SPE LTDA	PE	15,4
Cordel 1	CORDEL SOLAR ENERGIA SPE LTDA	PE	12,8
COREMAS IV	RIO ALTO ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA	PB	7,2
COREMAS IX	RIO ALTO ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA	PB	7,1
COREMAS V	RIO ALTO ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA	PB	7,2
COREMAS VI	RIO ALTO ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA	PB	7,2
COREMAS VII	RIO ALTO ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA	PB	7,2
COREMAS VIII	RIO ALTO ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA	PB	7,1
COREMAS X	RIO ALTO ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA	PB	7,1
COROMANDEL 1	Solatio Brasil Gestao de Projetos Solares Ltda.	MG	8,5
COROMANDEL 2	Solatio Brasil Gestao de Projetos Solares Ltda.	MG	8,5
Cruz Alta I	Central Fotovoltaica Cruz Alta Ltda	BA	8,3
Cruz Alta II	Central Fotovoltaica Cruz Alta Ltda	BA	8,4
Cruz Alta III	Central Fotovoltaica Cruz Alta Ltda	BA	8,3
Cruz Alta IV	Central Fotovoltaica Cruz Alta Ltda	BA	8,3
Cruz Alta IX	Central Fotovoltaica Cruz Alta Ltda	BA	8,3
Cruz Alta V	Central Fotovoltaica Cruz Alta Ltda	BA	8,3
Cruz Alta VI	Central Fotovoltaica Cruz Alta Ltda	BA	8,3
Cruz Alta VII	Central Fotovoltaica Cruz Alta Ltda	BA	8,3
Cruz Alta VIII	Central Fotovoltaica Cruz Alta Ltda	BA	8,4
Cruz Alta X	Central Fotovoltaica Cruz Alta Ltda	BA	8,4
Deserto I	Deserto Projetos para Energia Solar Ltda	RN	9,4
Deserto II	Deserto Projetos para Energia Solar Ltda	RN	9,4
Deserto III	Deserto Projetos para Energia Solar Ltda	RN	9,4
Deserto IV	Deserto Projetos para Energia Solar Ltda	RN	9,4
Deserto V	Deserto Projetos para Energia Solar Ltda	RN	9,4
Deserto VI	Deserto Projetos para Energia Solar Ltda	RN	9,4
Deserto VII	Deserto Projetos para Energia Solar Ltda	RN	9,4
Deserto VIII	Deserto Projetos para Energia Solar Ltda	RN	9,4
Esperança I	Esperança Projetos para Energia Solar Ltda	RN	9,0
Esperança II	Esperança Projetos para Energia Solar Ltda	RN	9,0
Esperança III	Esperança Projetos para Energia Solar Ltda	RN	9,0
Esperança IV	Esperança Projetos para Energia Solar Ltda	RN	9,0
ETESA 17 São João do Piauí I	CELEO REDES BRASIL S.A.	PI	8,4
ETESA 18 São João do Piauí II	CELEO REDES BRASIL S.A.	PI	8,4
ETESA 19 São João do Piauí III	CELEO REDES BRASIL S.A.	PI	8,4
ETESA 20 São João do Piauí IV	CELEO REDES BRASIL S.A.	PI	8,4
ETESA 21 São João do Piauí V	CELEO REDES BRASIL S.A.	PI	8,4
ETESA 22 São João do Piauí VI	CELEO REDES BRASIL S.A.	PI	8,4
EVOLUTION I	EVOLUTION POWER PARTNERS S.A	BA	24,0
EVOLUTION II	EVOLUTION POWER PARTNERS S.A	BA	24,0
EVOLUTION III	EVOLUTION POWER PARTNERS S.A	BA	24,0
EVOLUTION IV	EVOLUTION POWER PARTNERS S.A	BA	24,0
Extremoz	HAZBUN LTDA	RN	8,7
FRANCISCO SÁ 1	Solatio Brasil Gestao de Projetos Solares Ltda.	MG	9,1
FRANCISCO SÁ 2	Solatio Brasil Gestao de Projetos Solares Ltda.	MG	9,1
FRANCISCO SÁ 3	Solatio Brasil Gestao de Projetos Solares Ltda.	MG	9,1
Frei Damião I	Kroma Gestão e Serviços em Energia Elétrica LTDA - EPP	CE	20,9
Frei Damião II	Kroma Gestão e Serviços em Energia Elétrica LTDA - EPP	CE	5,9
FRV Limoeiro 1	FRV DO BRASIL SERVIÇOS DE ENERGIAS RENOVÁVEIS LTDA	CE	15,9
FRV Limoeiro 2	FRV DO BRASIL SERVIÇOS DE ENERGIAS RENOVÁVEIS LTDA	CE	15,9
FRV Limoeiro 3	FRV DO BRASIL SERVIÇOS DE ENERGIAS RENOVÁVEIS LTDA	CE	15,9
FRV Limoeiro 4	FRV DO BRASIL SERVIÇOS DE ENERGIAS RENOVÁVEIS LTDA	CE	15,9
FRV Limoeiro 5	FRV DO BRASIL SERVIÇOS DE ENERGIAS RENOVÁVEIS LTDA	CE	15,9
FRV Limoeiro 6	FRV DO BRASIL SERVIÇOS DE ENERGIAS RENOVÁVEIS LTDA	CE	15,9
FRV Paracatu 1	FRV DO BRASIL SERVIÇOS DE ENERGIAS RENOVÁVEIS LTDA	MG	13,7
FRV Paracatu 2	FRV DO BRASIL SERVIÇOS DE ENERGIAS RENOVÁVEIS LTDA	MG	13,7
FRV Paracatu 3	FRV DO BRASIL SERVIÇOS DE ENERGIAS RENOVÁVEIS LTDA	MG	6,6
Futura 1	FUTURA ENERGIA E HOLDING LTDA.	BA	9,5
Futura 10	FUTURA ENERGIA E HOLDING LTDA.	BA	9,5
Futura 11	FUTURA ENERGIA E HOLDING LTDA.	BA	9,5
Futura 12	FUTURA ENERGIA E HOLDING LTDA.	BA	9,5
Futura 13	FUTURA ENERGIA E HOLDING LTDA.	BA	9,5
Futura 14	FUTURA ENERGIA E HOLDING LTDA.	BA	9,5
Futura 15	FUTURA ENERGIA E HOLDING LTDA.	BA	9,5
Futura 16	FUTURA ENERGIA E HOLDING LTDA.	BA	9,5
Futura 17	FUTURA ENERGIA E HOLDING LTDA.	BA	9,5
Futura 18	FUTURA ENERGIA E HOLDING LTDA.	BA	9,5
Futura 19	FUTURA ENERGIA E HOLDING LTDA.	BA	9,5
Futura 2	FUTURA ENERGIA E HOLDING LTDA.	BA	9,5
Futura 20	FUTURA ENERGIA E HOLDING LTDA.	BA	9,5
Futura 21	FUTURA ENERGIA E HOLDING LTDA.	BA	9,5
Futura 22	FUTURA ENERGIA E HOLDING LTDA.	BA	9,5
Futura 23	FUTURA ENERGIA E HOLDING LTDA.	BA	9,5
Futura 3	FUTURA ENERGIA E HOLDING LTDA.	BA	9,5
Futura 4	FUTURA ENERGIA E HOLDING LTDA.	BA	9,5
Futura 5	FUTURA ENERGIA E HOLDING LTDA.	BA	9,5
Futura 6	FUTURA ENERGIA E HOLDING LTDA.	BA	9,5
Futura 7	FUTURA ENERGIA E HOLDING LTDA.	BA	9,5
Futura 8	FUTURA ENERGIA E HOLDING LTDA.	BA	9,5
Futura 9	FUTURA ENERGIA E HOLDING LTDA.	BA	9,5
FUTURO I	KL Serviços de Engenharia S.A	RN	13,3
FUTURO II	KL Serviços de Engenharia S.A	RN	13,3
FUTURO III	KL Serviços de Engenharia S.A	RN	13,3
FUTURO IV	KL Serviços de Engenharia S.A	RN	13,3
Graviola 1	ENGADY SOLAR ENERGIA SPE LTDA	PI	22,9
Graviola 2	ENGADY SOLAR ENERGIA SPE LTDA	PI	22,9
Graviola 3	ENGADY SOLAR ENERGIA SPE LTDA	PI	23,0
Graviola 4	ENGADY SOLAR ENERGIA SPE LTDA	PI	22,9
HELIUS I	Helius Projetos para Energia Solar Ltda	RN	9,0
Helius II	Helius Projetos para Energia Solar Ltda	RN	9,0
HORIZONTE MP 10	ALBA ENERGIA LTDA	BA	10,3
HORIZONTE MP 3	ALBA ENERGIA LTDA	BA	10,3
HORIZONTE MP 4	ALBA ENERGIA LTDA	BA	10,3
HORIZONTE MP 5	ALBA ENERGIA LTDA	BA	10,3
HORIZONTE MP 6	ALBA ENERGIA LTDA	BA	10,3
HORIZONTE MP 7	ALBA ENERGIA LTDA	BA	10,3

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900079

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

HORIZONTE MP 8	ALBA ENERGIA LTDA	BA	10,3
HORIZONTE MP 9	ALBA ENERGIA LTDA	BA	10,3
Janduí 2	JANDUÍ SOLAR ENERGIA SPE LTDA.	PI	23,5
Janduí 3	JANDUÍ SOLAR ENERGIA SPE LTDA	PI	23,5
JATOBÁ I	VERDE VALE ENERGIA LTDA.	BA	4,9
JOÃO PINHEIRO 1	Solatio Brasil Gestao de Projetos Solares Ltda.	MG	9,4
JOÃO PINHEIRO 2	Solatio Brasil Gestao de Projetos Solares Ltda.	MG	9,4
JOÃO PINHEIRO 3	Solatio Brasil Gestao de Projetos Solares Ltda.	MG	9,4
JULIO MESQUITA 1	Solatio Brasil Gestao de Projetos Solares Ltda.	SP	8,2
JULIO MESQUITA 2	Solatio Brasil Gestao de Projetos Solares Ltda.	SP	8,2
JULIO MESQUITA 3	Solatio Brasil Gestao de Projetos Solares Ltda.	SP	8,2
JULIO MESQUITA 4	Solatio Brasil Gestao de Projetos Solares Ltda.	SP	8,2
JULIO MESQUITA 5	Solatio Brasil Gestao de Projetos Solares Ltda.	SP	7,9
JULIO MESQUITA 6	Solatio Brasil Gestao de Projetos Solares Ltda.	SP	7,9
JULIO MESQUITA 7	Solatio Brasil Gestao de Projetos Solares Ltda.	SP	7,9
LAGEDO ALTO I	LAGEDO ALTO ENERGIA LTDA.	BA	9,2
LAGEDO ALTO II	LAGEDO ALTO ENERGIA LTDA.	BA	9,2
LAGEDO ALTO III	LAGEDO ALTO ENERGIA LTDA.	BA	13,4
LAGEDO ALTO IV	LAGEDO ALTO ENERGIA LTDA.	BA	4,9
Lagoa 1	LAGOA SOLAR ENERGIA SPE LTDA	PB	9,4
Lagoa 2	LAGOA SOLAR ENERGIA SPE LTDA	PB	9,4
Lagoa 3	LAGOA SOLAR ENERGIA SPE LTDA	PB	9,4
Lagoa de Itaparica 1	CER - Companhia de Energias Renováveis	BA	18,2
Lagoa de Itaparica 2	CER - Companhia de Energias Renováveis	BA	18,2
Lagoa do Morro I	CPFL ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.	BA	8,9
Lagoa do Morro II	CPFL ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.	BA	8,9
Lagoa do Morro III	CPFL ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.	BA	8,9
Lagoa do Morro IV	CPFL ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.	BA	8,9
Lagoa do Morro V	CPFL ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.	BA	8,9
LAVRAS 1	LAVRAS GERAÇÃO DE ENERGIA ELETRICA LTDA	CE	6,2
LAVRAS 2	LAVRAS GERAÇÃO DE ENERGIA ELETRICA LTDA	CE	6,2
LAVRAS 3	LAVRAS GERAÇÃO DE ENERGIA ELETRICA LTDA	CE	6,2
LAVRAS 4	LAVRAS GERAÇÃO DE ENERGIA ELETRICA LTDA	CE	6,2
LAVRAS 5	LAVRAS GERAÇÃO DE ENERGIA ELETRICA LTDA	CE	6,2
LAVRAS 6	LAVRAS GERAÇÃO DE ENERGIA ELETRICA LTDA	CE	6,2
LAVRAS 7	LAVRAS GERAÇÃO DE ENERGIA ELETRICA LTDA	CE	4,7
LAVRAS 8	LAVRAS GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA	CE	4,7
LÉO SILVEIRA 1	SOLATIO GESTAO DE PROJETOS SOLARES LTDA	MG	15,8
LÉO SILVEIRA 10	SOLATIO GESTAO DE PROJETOS SOLARES LTDA	MG	15,8
LÉO SILVEIRA 2	SOLATIO GESTAO DE PROJETOS SOLARES LTDA	MG	15,8
LÉO SILVEIRA 3	SOLATIO GESTAO DE PROJETOS SOLARES LTDA	MG	15,8
LÉO SILVEIRA 4	SOLATIO GESTAO DE PROJETOS SOLARES LTDA	MG	15,8
LÉO SILVEIRA 5	SOLATIO GESTAO DE PROJETOS SOLARES LTDA	MG	15,8
LÉO SILVEIRA 6	SOLATIO GESTAO DE PROJETOS SOLARES LTDA	MG	15,8
LÉO SILVEIRA 7	SOLATIO GESTAO DE PROJETOS SOLARES LTDA	MG	15,8
LÉO SILVEIRA 8	SOLATIO GESTAO DE PROJETOS SOLARES LTDA	MG	15,8
LÉO SILVEIRA 9	SOLATIO GESTAO DE PROJETOS SOLARES LTDA	MG	15,8
MANDACARU I	SUNEDISON BRASIL DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA.	BA	9,1
Mendubim I	Enerlife Energias Renováveis Ltda.	RN	9,3
Mendubim II	Enerlife Energias Renováveis Ltda.	RN	9,3
Mendubim III	Enerlife Energias Renováveis Ltda.	RN	9,3
Mendubim IV	Enerlife Energias Renováveis Ltda.	RN	9,3
Mendubim IX	Enerlife Energias Renováveis Ltda.	RN	9,3
Mendubim V	Enerlife Energias Renováveis Ltda.	RN	8,6
Mendubim VI	Enerlife Energias Renováveis Ltda.	RN	9,3
Mendubim VII	Enerlife Energias Renováveis Ltda.	RN	9,3
Mendubim VIII	Enerlife Energias Renováveis Ltda.	RN	9,3
Mendubim X	Enerlife Energias Renováveis Ltda.	RN	5,6
Mendubim XI	Enerlife Energias Renováveis Ltda.	RN	15,4
Mendubim XII	Enerlife Energias Renováveis Ltda.	RN	6,8
Mendubim XIII	Enerlife Energias Renováveis Ltda.	RN	9,3
MERIDIANO 1	SOLATIO GESTAO DE PROJETOS SOLARES LTDA	SP	10,0
MERIDIANO 2	SOLATIO GESTAO DE PROJETOS SOLARES LTDA	SP	9,4
MERIDIANO 3	SOLATIO GESTAO DE PROJETOS SOLARES LTDA	SP	8,3
MIRACEMA I	SUN PREMIER RIO ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA	TO	2,9
MIRACEMA II	SUN PREMIER RIO ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA	TO	2,9
MIRACEMA III	SUN PREMIER RIO ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA	TO	5,9
MIRACEMA IV	SUN PREMIER RIO ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA	TO	5,9
MIRACEMA IX	SUN PREMIER RIO ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA	TO	5,9
MIRACEMA V	SUN PREMIER RIO ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA	TO	5,9
MIRACEMA VI	SUN PREMIER RIO ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA	TO	8,8
MIRACEMA VII	SUN PREMIER RIO ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA	TO	8,8
MIRACEMA VIII	SUN PREMIER RIO ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA	TO	8,8
Morro Pintado Solar 01	Maturati Participações S.A.	RN	1,7
Morro Pintado Solar 03	Maturati Participações S.A.	RN	2,8
Morro Pintado Solar 04	Maturati Participações S.A.	RN	6,6
Morro Pintado Solar 05	Maturati Participações S.A.	RN	5,5
Morro Pintado Solar 06	Maturati Participações S.A.	RN	5,0
Morro Pintado Solar 07	Maturati Participações S.A.	RN	4,4
Morro Pintado Solar 08	Maturati Participações S.A.	RN	5,5
Morro Pintado Solar 09	Maturati Participações S.A.	RN	5,0
Morro Pintado Solar 10	Maturati Participações S.A.	RN	7,2
Morro Pintado Solar 11	Maturati Participações S.A.	RN	5,5
Morro Pintado Solar 12	Maturati Participações S.A.	RN	5,5
Morro Pintado Solar 13	Maturati Participações S.A.	RN	5,5
Morro Pintado Solar 14	Maturati Participações S.A.	RN	5,5
Morro Pintado Solar 15	Maturati Participações S.A.	RN	7,7
Morro Pintado Solar 16	Maturati Participações S.A.	RN	6,1
Murion 1	Murion solar energia spe ltda	BA	9,1
Murion 2	Murion Solar Energia SPE Ltda	BA	9,1
Murion 3	Murion Solar Energia SPE Ltda	BA	9,1
Murion 4	Murion Solar Energia SPE Ltda.	BA	9,1
Murion 5	Murion Solar Energia Spe ltda.	BA	9,1
NOVA OLINDA 1	ALBA ENERGIA LTDA	PI	10,0
NOVA OLINDA 15	ALBA ENERGIA LTDA	PI	10,0
NOVA OLINDA 16	ALBA ENERGIA LTDA	PI	10,0
NOVA OLINDA 17	ALBA ENERGIA LTDA	PI	10,0
NOVA OLINDA 18	ALBA ENERGIA LTDA	PI	10,0
NOVA OLINDA 19	ALBA ENERGIA LTDA	PI	10,0
NOVA OLINDA 2	ALBA ENERGIA LTDA	PI	10,0
NOVA OLINDA 20	ALBA ENERGIA LTDA	PI	10,0
NOVA OLINDA 21	ALBA ENERGIA LTDA	PI	10,0
NOVA OLINDA 23	ALBA ENERGIA LTDA	PI	6,7
NOVA OLINDA 24	ALBA ENERGIA LTDA	PI	3,3
NOVA OLINDA 3	ALBA ENERGIA LTDA	PI	10,0
NOVA OLINDA 6	ALBA ENERGIA LTDA	PI	10,0
NOVA OLINDA 7	ALBA ENERGIA LTDA	PI	10,0
NOVO LAPA MP 1	ALBA ENERGIA LTDA	BA	9,7
NOVO LAPA MP 10	ALBA ENERGIA LTDA	BA	3,2
NOVO LAPA MP 11	ALBA ENERGIA LTDA	BA	3,2
NOVO LAPA MP 12	ALBA ENERGIA LTDA	BA	3,2
NOVO LAPA MP 2	ALBA ENERGIA LTDA	BA	9,7
NOVO LAPA MP 3	ALBA ENERGIA LTDA	BA	9,7
NOVO LAPA MP 4	ALBA ENERGIA LTDA	BA	9,7
NOVO LAPA MP 5	ALBA ENERGIA LTDA	BA	9,7
NOVO LAPA MP 6	ALBA ENERGIA LTDA	BA	9,7
NOVO LAPA MP 7	ALBA ENERGIA LTDA	BA	6,5
NOVO LAPA MP 8	ALBA ENERGIA LTDA	BA	6,5
NOVO LAPA MP 9	ALBA ENERGIA LTDA	BA	3,2
OURICURI	OURICURI SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA	PE	8,8
OURICURI 2	EQUATORIAL SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA	PE	8,8
Paineira 1	Renobrax Energia Solar Ltda.	PI	13,4
Paineira 2	Renobrax Energia Solar Ltda.	PI	13,4
Paineira 3	Renobrax Energia Solar Ltda.	PI	13,4
Paineira 4	Renobrax Energia Solar Ltda.	PI	13,4
Paineira 5	Renobrax Energia Solar Ltda.	PI	13,4
Paineira 6	Renobrax Energia Solar Ltda.	PI	13,4
PAJEÚ 1	PAJEU ENERGIA SOLAR SPE LTDA - ME	BA	6,6
PAJEÚ 2	PAJEU ENERGIA SOLAR SPE LTDA - ME	BA	6,6
PAJEÚ 3	PAJEU ENERGIA SOLAR SPE LTDA - ME	BA	6,6
PAJEÚ 4	PAJEU ENERGIA SOLAR SPE LTDA - ME	BA	6,6
PAJEÚ 5	PAJEU ENERGIA SOLAR SPE LTDA - ME	BA	2,6
PARACATU 10	SOLATIO SOLAR GESTAO DE PROJETOS LTDA - ME	MG	8,4
PARACATU 5	SOLATIO SOLAR GESTAO DE PROJETOS LTDA - ME	MG	8,4
PARACATU 6	SOLATIO SOLAR GESTAO DE PROJETOS LTDA - ME	MG	8,4
PARACATU 7	SOLATIO SOLAR GESTAO DE PROJETOS LTDA - ME	MG	8,4
PARACATU 8	SOLATIO SOLAR GESTAO DE PROJETOS LTDA - ME	MG	8,4
PARACATU 9	SOLATIO SOLAR GESTAO DE PROJETOS LTDA - ME	MG	8,4
PARATINGA	LAGEDO ALTO ENERGIA LTDA.	BA	7,7
PARATINGA I	LAGEDO ALTO ENERGIA LTDA.	BA	17,0
PARATINGA II	LAGEDO ALTO ENERGIA LTDA.	BA	15,3
PARATINGA III	LAGEDO ALTO ENERGIA LTDA.	BA	16,9
PARATINGA IV	LAGEDO ALTO ENERGIA LTDA.	BA	12,3
PEDRANÓPOLIS 1	SOLATIO GESTAO DE PROJETOS SOLARES LTDA	SP	8,1
PEDRANÓPOLIS 2	SOLATIO GESTAO DE PROJETOS SOLARES LTDA	SP	8,1
PEDRANÓPOLIS 3	SOLATIO GESTAO DE PROJETOS SOLARES LTDA	SP	8,1
PEREIRA BARRETO 1	SOLATIO GESTAO DE PROJETOS SOLARES LTDA	SP	8,2
PEREIRA BARRETO 2	SOLATIO GESTAO DE PROJETOS SOLARES LTDA	SP	8,2
PEREIRA BARRETO 3	SOLATIO GESTAO DE PROJETOS SOLARES LTDA	SP	8,2
PEREIRA BARRETO 4	SOLATIO GESTAO DE PROJETOS SOLARES LTDA	SP	8,2
PEREIRA BARRETO 5	SOLATIO GESTAO DE PROJETOS SOLARES LTDA	SP	8,2
PEREIRA BARRETO 6	SOLATIO GESTAO DE PROJETOS SOLARES LTDA	SP	8,2
PEREIRA BARRETO 7	SOLATIO GESTAO DE PROJETOS SOLARES LTDA	SP	8,2
PEREIRA BARRETO 8	SOLATIO GESTAO DE PROJETOS SOLARES LTDA	SP	8,2
PEREIRA BARRETO 9	SOLATIO GESTAO DE PROJETOS SOLARES LTDA	SP	8,2
PEROLA 1	AURORA ENERGIA LTDA	PI	9,7
PEROLA 10	AURORA ENERGIA LTDA	PI	3,2
PEROLA 2	AURORA ENERGIA LTDA	PI	9,7
PEROLA 3	AURORA ENERGIA LTDA	PI	9,7
PEROLA 4	AURORA ENERGIA LTDA	PI	9,7
PEROLA 5	AURORA ENERGIA LTDA	PI	9,7
PEROLA 6	AURORA ENERGIA LTDA	PI	9,7
PEROLA 7	AURORA ENERGIA LTDA	PI	9,7
PEROLA 8	AURORA ENERGIA LTDA	PI	9,7
PEROLA 9	AURORA ENERGIA LTDA	PI	6,5
Piató XIV	Martifer Renováveis Ltda.	RN	9,3
Piató XV	Martifer Renováveis Ltda.	RN	9,3
Piató XVI	Martifer Renováveis Ltda.	RN	6,9
Picuí 1	Eolica Picui 1 - Geradora de Energia Ltda	PB	8,4
Picuí 6	EOLICA PICUÍ 6 - GEADORA DE ENERGIA LTDA	PB	3,0
Picuí 8	EOLICA PICUÍ 8 - GEADORA DE ENERGIA LTDA	PB	6,0

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900080

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Pitombeira	Alupar Investimento S.A.	CE	3,1
RAIOS DO POETA I	INTERNACIONAL ENERGIAS RENOVÁVEIS	RN	9,7
RAIOS DO POETA II	INTERNACIONAL ENERGIAS RENOVÁVEIS LTDA	RN	9,7
RES Leleo III	RUSSAS II ENERGIA SOLAR SPE LTDA	CE	2,9
RES Leleo IV	RUSSAS II ENERGIA SOLAR SPE LTDA	CE	8,7
RES Leleo V	RUSSAS II ENERGIA SOLAR SPE LTDA	CE	8,7
RES Leleo VI	RUSSAS II ENERGIA SOLAR SPE LTDA	CE	8,7
RES Leleo VII	RUSSAS II ENERGIA SOLAR SPE LTDA	CE	8,7
RES Leleo VIII	RUSSAS II ENERGIA SOLAR SPE LTDA	CE	8,7
RES MOREIRA I	RUSSAS ENERGIA SOLAR SPE LTDA	CE	8,7
RES MOREIRA II	RUSSAS ENERGIA SOLAR SPE LTDA	CE	8,7
RES MOREIRA III	RUSSAS ENERGIA SOLAR SPE LTDA	CE	8,7
RES MOREIRA IV	RUSSAS ENERGIA SOLAR SPE LTDA	CE	6,9
RIO SOL I	CENTRAL GERADORA FOTOVOLTAICA RIO SOL LTDA	BA	8,4
RIO SOL II	CENTRAL GERADORA FOTOVOLTAICA RIO SOL LTDA	BA	8,4
RIO SOL III	CENTRAL GERADORA FOTOVOLTAICA RIO SOL LTDA	BA	8,4
RIO SOL IV	CENTRAL GERADORA FOTOVOLTAICA RIO SOL LTDA	BA	8,4
RIO SOL IX	CENTRAL GERADORA FOTOVOLTAICA RIO SOL LTDA	BA	8,4
RIO SOL V	CENTRAL GERADORA FOTOVOLTAICA RIO SOL LTDA	BA	8,4
RIO SOL VI	CENTRAL GERADORA FOTOVOLTAICA RIO SOL LTDA	BA	8,4
RIO SOL VII	CENTRAL GERADORA FOTOVOLTAICA RIO SOL LTDA	BA	8,4
RIO SOL VIII	CENTRAL GERADORA FOTOVOLTAICA RIO SOL LTDA	BA	8,4
RIO SOL X	CENTRAL GERADORA FOTOVOLTAICA RIO SOL LTDA	BA	8,4
RIO SOL XI	CENTRAL GERADORA FOTOVOLTAICA RIO SOL LTDA	BA	8,4
RIO SOL XII	CENTRAL GERADORA FOTOVOLTAICA RIO SOL LTDA	BA	8,4
RIO SOL XIII	CENTRAL GERADORA FOTOVOLTAICA RIO SOL LTDA	BA	8,4
RIO SOL XIV	CENTRAL GERADORA FOTOVOLTAICA RIO SOL LTDA	BA	8,4
RIO SOL XIX	CENTRAL GERADORA FOTOVOLTAICA RIO SOL LTDA	BA	8,4
RIO SOL XV	CENTRAL GERADORA FOTOVOLTAICA RIO SOL LTDA	BA	8,4
RIO SOL XVI	CENTRAL GERADORA FOTOVOLTAICA RIO SOL LTDA	BA	8,4
RIO SOL XVII	CENTRAL GERADORA FOTOVOLTAICA RIO SOL LTDA	BA	8,4
RIO SOL XVIII	CENTRAL GERADORA FOTOVOLTAICA RIO SOL LTDA	BA	8,4
RIO SOL XX	CENTRAL GERADORA FOTOVOLTAICA RIO SOL LTDA	BA	8,4
Salinas	Voltalia Energia do Brasil Ltda	RN	10,5
Santa Edwiges	CENTRAL EÓLICA BRITE S.A.	PI	6,6
Santa Fátima	CENTRAL EÓLICA BARTOLOMEU S.A.	PI	8,4
Santa Joana I	Alba Projetos para Energia Solar LTDA	RN	9,2
Santa Joana II	Alba Projetos para Energia Solar LTDA	RN	9,2
Santa Joana III	Alba Projetos para Energia Solar LTDA	RN	9,2
Santa Joana IV	Alba Projetos para Energia Solar LTDA	RN	9,2
Santa Joana V	Alba Projetos para Energia Solar LTDA	RN	9,2
SANTA SOFIA I	Gransolar do Brasil Energias Renováveis Ltda	BA	4,1
SANTA SOFIA II	Gransolar do Brasil Energias Renováveis Ltda	BA	5,9
SANTA SOFIA III	Gransolar do Brasil Energias Renováveis Ltda	BA	6,0
SANTA SOFIA IV	Gransolar do Brasil Energias Renováveis Ltda	BA	6,3
SANTA SOFIA V	Gransolar do Brasil Energias Renováveis Ltda	BA	6,3
SANTA SOFIA VI	Gransolar do Brasil Energias Renováveis Ltda	BA	6,0
Santa Verônica	CENTRAL EÓLICA NOTUS S.A.	PI	3,0
Santo Antônio	EOLOS ENERGIAS RENOVAVEIS SA	PI	15,0
São Francisco	Central Geradora Fotovoltaica São Francisco LTDA	PE	8,2
SÃO GONÇALO 11	ALBA ENERGIA LTDA	PI	10,2
SÃO GONÇALO 12	ALBA ENERGIA LTDA	PI	10,2
SÃO GONÇALO 14	ALBA ENERGIA LTDA	PI	10,2
SÃO GONÇALO 15	ALBA ENERGIA LTDA	PI	10,2
SÃO GONÇALO 16	ALBA ENERGIA LTDA	PI	10,2
SÃO GONÇALO 17	ALBA ENERGIA LTDA	PI	10,2
SÃO GONÇALO 18	ALBA ENERGIA LTDA	PI	10,2
SÃO GONÇALO 19	ALBA ENERGIA LTDA	PI	10,2
SÃO GONÇALO 20	ALBA ENERGIA LTDA	PI	10,2
São João do Piauí	Renobrax Energias Renováveis Ltda	PI	15,2
SÃO JOÃO V	SUNEDISON BRASIL DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA.	BA	9,0
SÃO JOÃO VI	SUNEDISON BRASIL DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA.	BA	4,3
SÃO JOAQUIM I	VERDE VALE ENERGIA LTDA.	BA	8,9
SÃO JOAQUIM II	VERDE VALE ENERGIA LTDA.	BA	8,9
SÃO JOSE I	SUNEDISON BRASIL DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA.	BA	8,9
SÃO JOSE II	SUNEDISON BRASIL DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA.	BA	8,9
São Pedro e Paulo I	São Pedro e Paulo I SPE S.A.	PE	6,7
SÃO PEDRO E PAULO V	KROMA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA	PE	5,5
SÃO PEDRO E PAULO VI	KROMA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA	PE	5,5
SÃO PEDRO E PAULO VII	KROMA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA	PE	1,8
SÃO PEDRO IX	SUNEDISON BRASIL DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA.	BA	9,0
SÃO PEDRO VIII	SUNEDISON BRASIL DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA.	BA	9,0
SÃO PEDRO X	SUNEDISON BRASIL DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA.	BA	9,0
SÃO PEDRO XI	SUNEDISON BRASIL DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA.	BA	9,0
SÃO PEDRO XII	SUNEDISON BRASIL DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA.	BA	4,3
Serra do Mel I	Voltalia Energia do Brasil Ltda	RN	21,0
Serra do Mel II	Voltalia Energia do Brasil Ltda	RN	7,0
Serra do Mel III	Voltalia Energia do Brasil Ltda.	RN	21,5
Serra do Mel IV	Voltalia Energia do Brasil Ltda	RN	21,5
Sertão 2	Sertão Solar Energia Spe Ltda	PI	8,9
Sertão Solar Barreiras V	SERTAO BRASIL ENERGIA SOLAR EIRELI - ME	BA	9,1
Sertão Solar Barreiras VI	SERTAO BRASIL ENERGIA SOLAR EIRELI - ME	BA	9,1
Sertão Solar Barreiras VII	SERTAO BRASIL ENERGIA SOLAR EIRELI - ME	BA	9,1
SOBRADINHO	SUNEDISON BRASIL DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA.	BA	8,5
Sobral 2	sobral solar energia spe ltda	PI	6,5
Sol de Bom Jesus I	PEC Energia S.A.	BA	4,1
Sol de Bom Jesus II	PEC Energia S.A.	BA	4,6
Sol do Sertão A	Energia Capital - Assessoria, Investimentos e Corretagem de Seguros Ltda.	BA	6,6
Sol do Sertão B	Energia Capital - Assessoria, Investimentos e Corretagem de Seguros Ltda.	BA	5,9
Sol do Sertão II	Energia Capital - Assessoria, Investimentos e Corretagem de Seguros Ltda.	BA	3,9
Sol do Sertão III	Energia Capital - Assessoria, Investimentos e Corretagem de Seguros Ltda.	BA	6,4
Sol do Sertão IX	Energia Capital - Assessoria, Investimentos e Corretagem de Seguros Ltda.	BA	7,3
Sol do Sertão VI	Energia Capital - Assessoria, Investimentos e Corretagem de Seguros Ltda.	BA	1,5
Sol do Sertão VIII	Energia Capital - Assessoria, Investimentos e Corretagem de Seguros Ltda.	BA	7,3
Sol do Sertão X	Energia Capital - Assessoria, Investimentos e Corretagem de Seguros Ltda.	BA	7,3
Sol do Sertão XI	Energia Capital - Assessoria, Investimentos e Corretagem de Seguros Ltda.	BA	7,3
Sol do Sertão XII	Energia Capital - Assessoria, Investimentos e Corretagem de Seguros Ltda.	BA	7,3
SOL MAIOR I	SUN PREMIER RIO ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA	TO	1,4
SOL MAIOR III	SUN PREMIER RIO ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA	TO	1,4
SOL MAIOR IV	SUN PREMIER RIO ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA	TO	2,9
SOL MAIOR V	SUN PREMIER RIO ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA	TO	4,4
Solar Irecê	Solar Irecê LTDA	BA	19,9
Solar Irecê 1	Solar Irecê LTDA	BA	18,3
Solar Irecê 2	Solar Irecê LTDA	BA	18,3
Solar Irecê 3	Solar Irecê LTDA	BA	18,3
SOLAR JAÍBA 3	CEI SOLAR EMPREENDIMENTOS ENERGÉTICOS S/A	MG	8,4
SOLAR JAÍBA 4	CEI SOLAR EMPREENDIMENTOS ENERGÉTICOS S/A	MG	8,4
SOLAR JAÍBA 9	CEI SOLAR EMPREENDIMENTOS ENERGÉTICOS S/A	MG	5,5
SOLAR TOCA DA ONÇA I	EOL V GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA LTDA	BA	6,9
SOLAR TOCA DA ONÇA II	EOL V GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA LTDA	BA	6,9
Solaris I	Total Solar Participações SA	PB	5,1
Solaris III	TOTAL SOLAR PARTICIPACOES SA	RN	13,2
Solaris IV	TOTAL SOLAR PARTICIPACOES SA	RN	13,0
Solaris IX	TOTAL SOLAR PARTICIPACOES SA	RN	13,0
Solaris V	TOTAL SOLAR PARTICIPACOES SA	RN	13,0
Solaris VI	TOTAL SOLAR PARTICIPACOES SA	RN	13,0
Solaris VII	TOTAL SOLAR PARTICIPACOES SA	RN	13,0
Solaris VIII	TOTAL SOLAR PARTICIPACOES SA	RN	13,0
Solaris X	TOTAL SOLAR PARTICIPACOES SA	RN	13,0
Solaris XI	TOTAL SOLAR PARTICIPACOES SA	RN	13,0
Solaris XII	TOTAL SOLAR PARTICIPACOES SA	RN	13,0
Solaris XIII	TOTAL SOLAR PARTICIPACOES SA	RN	13,0
Solaris XIV	TOTAL SOLAR PARTICIPACOES SA	RN	13,0
Solaris XIX	TOTAL SOLAR PARTICIPACOES SA	RN	13,0
Solaris XV	TOTAL SOLAR PARTICIPACOES SA	RN	13,0
Solaris XVI	TOTAL SOLAR PARTICIPACOES SA	RN	13,0
Solaris XVII	Total Solar Participações S/A	RN	13,0
Solaris XVIII	TOTAL SOLAR PARTICIPACOES SA	RN	13,0
Solaris XX	TOTAL SOLAR PARTICIPACOES SA	RN	13,0
Solaris XXI	TOTAL SOLAR PARTICIPACOES SA	RN	13,0
Solaris XXII	TOTAL SOLAR PARTICIPACOES SA	RN	13,2
SOLATIO BARRETO 1	Solatio Brasil Gestao de Projetos Solares Ltda.	SP	8,2
SOLATIO BARRETO 2	Solatio Brasil Gestao de Projetos Solares Ltda.	SP	8,2
SOLATIO BARRETO 3	Solatio Brasil Gestao de Projetos Solares Ltda.	SP	8,2
SOLATIO BARRETO 4	Solatio Brasil Gestao de Projetos Solares Ltda.	SP	8,2
SOLATIO BARRETO 5	Solatio Brasil Gestao de Projetos Solares Ltda.	SP	8,2
SOLATIO BARRETO 6	Solatio Brasil Gestao de Projetos Solares Ltda.	SP	8,2
SOLATIO BARRETO 7	Solatio Brasil Gestao de Projetos Solares Ltda.	SP	8,2
SOLATIO BARRETO 8	Solatio Brasil Gestao de Projetos Solares Ltda.	SP	8,2
Taboleiro do Meio II	Brilhante Projetos SPE ltda	PB	6,3
Taboleiro do Meio III	Brilhante Projetos SPE Ltda	PB	5,7
Taboleiro do Meio IV	Brilhante Projetos SPE Ltda	PB	5,5
Taboleiro do Meio V	Brilhante Projetos SPE Ltda	PB	9,5
TAUBATE	Leros Energia e PArticipações S.A.	SP	5,0
Terra do Sol VII	Energia Capital - Assessoria, Investimentos e Corretagem de Seguros Ltda.	BA	7,3
Terra do Sol X	Energia Capital - Assessoria, Investimentos e Corretagem de Seguros Ltda.	BA	7,3
Terra do Sol XII	Energia Capital - Assessoria, Investimentos e Corretagem de Seguros Ltda.	BA	7,3
Terra do Sol XIV	Energia Capital - Assessoria, Investimentos e Corretagem de Seguros Ltda.	BA	7,3
TOPAZZIO 1	ZENITH ENERGIA LTDA	BA	6,1
TOPAZZIO 2	ZENITH ENERGIA LTDA	BA	6,1
TOPAZZIO 3	ZENITH ENERGIA LTDA	BA	6,1
TRINDADE	CARAUBAS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA	PE	8,8
TRINDADE 2	IRECI SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA	PE	8,8
Tucaia 1	SURYA ENERGIA SOLAR PARTICIPACOES LTDA	CE	11,0
Tucaia 2	SURYA ENERGIA SOLAR PARTICIPACOES LTDA	CE	11,0
Tucaia 3	SURYA ENERGIA SOLAR PARTICIPACOES LTDA	CE	11,0

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900081

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Uberaba I	HELÍADES PROJETOS PARA ENERGIA SOLAR LTDA - EPP	RN	8,9
Uberaba II	HELÍADES PROJETOS PARA ENERGIA SOLAR LTDA - EPP	RN	8,9
Uberaba III	HELÍADES PROJETOS PARA ENERGIA SOLAR LTDA - EPP	RN	8,9
Uberaba IV	HELÍADES PROJETOS PARA ENERGIA SOLAR LTDA - EPP	RN	8,9
Uberaba V	HELÍADES PROJETOS PARA ENERGIA SOLAR LTDA - EPP	RN	8,9
ULA 04A	Solar Irecê LTDA	BA	12,2
ULA 05	Solar Irecê LTDA	BA	10,7
USF Caetité Va	Centrais Elétricas Itaparica S/A	BA	1,1
USF Caetité VIII	Renova Energia SA	BA	6,1
USF I	Renova Energia SA	BA	6,1
USF II	Renova Energia SA	BA	6,1
USF III	Renova Energia SA	BA	6,1
USF IV	Renova Energia SA	BA	6,1
USF V	Renova Energia SA	BA	2,2
USF VI	Renova Energia SA	BA	6,1
USF VII	Renova Energia SA	BA	6,1
Usina Girasol	GIRASOL GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA	CE	32,9
VÁRZEA DA PALMA 1	Solatio Brasil Gestao de Projetos Solares Ltda.	MG	8,9
VÁRZEA DA PALMA 2	Solatio Brasil Gestao de Projetos Solares Ltda.	MG	8,9
VÁRZEA DA PALMA 3	Solatio Brasil Gestao de Projetos Solares Ltda.	MG	8,9
VEA 1	BONDIA ENERGIA LTDA	PI	10,2
VEA 10	BONDIA ENERGIA LTDA	PI	10,2
VEA 11	BONDIA ENERGIA LTDA	PI	10,2
VEA 12	BONDIA ENERGIA LTDA	PI	10,2
VEA 13	BONDIA ENERGIA LTDA	PI	10,2
VEA 14	BONDIA ENERGIA LTDA	PI	6,8
VEA 15	BONDIA ENERGIA LTDA	PI	3,4
VEA 2	BONDIA ENERGIA LTDA	PI	10,2
VEA 3	BONDIA ENERGIA LTDA	PI	10,2
VEA 4	BONDIA ENERGIA LTDA	PI	10,2
VEA 5	BONDIA ENERGIA LTDA	PI	10,2
VEA 6	BONDIA ENERGIA LTDA	PI	10,2
VEA 7	BONDIA ENERGIA LTDA	PI	10,2
VEA 8	BONDIA ENERGIA LTDA	PI	10,2
VEA 9	BONDIA ENERGIA LTDA	PI	10,2
VEA II 1	BONDIA ENERGIA LTDA	PI	10,2
VEA II 10	BONDIA ENERGIA LTDA	PI	10,2
VEA II 11	BONDIA ENERGIA LTDA	PI	10,2
VEA II 12	BONDIA ENERGIA LTDA	PI	6,8
VEA II 2	BONDIA ENERGIA LTDA	PI	10,2
VEA II 3	BONDIA ENERGIA LTDA	PI	10,2
VEA II 4	BONDIA ENERGIA LTDA	PI	10,2
VEA II 5	BONDIA ENERGIA LTDA	PI	10,2
VEA II 6	BONDIA ENERGIA LTDA	PI	10,2
VEA II 7	BONDIA ENERGIA LTDA	PI	10,2
VEA II 8	BONDIA ENERGIA LTDA	PI	10,2
VEA II 9	BONDIA ENERGIA LTDA	PI	10,2
VERDE VALE I	VERDE VALE ENERGIA LTDA.	BA	9,2
VERDE VALE II	VERDE VALE ENERGIA LTDA.	BA	9,2
Xaxado 1	xaxado solar energia spe ltda	PE	8,5
Xaxado 2	xaxado solar energia spe ltda	PE	8,5
Xaxado 3	xaxado solar energia spe ltda	PE	8,5
ZEBU I	CENTRAL GERADORA FOTOVOLTAICA ZEBU LTDA	AL	8,2
ZEBU II	CENTRAL GERADORA FOTOVOLTAICA ZEBU LTDA	AL	5,5
ZEBU III	CENTRAL GERADORA FOTOVOLTAICA ZEBU LTDA	AL	8,3
ZEBU IV	CENTRAL GERADORA FOTOVOLTAICA ZEBU LTDA	AL	8,3

Ministério do Desenvolvimento Social

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DE 15 DE MARÇO DE 2018

O CHEFE DE GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MDS nº 133, de 24 de dezembro de 2014, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no § 4º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, referente ao seguinte processo:

Nome da entidade: Associação Beneficente Mão Amiga de Guarulhos - ABEMAG

CNPJ: 12.872.165/0001-32

Município: Guarulhos/SP

Processo nº: 71000.002588/2016-50

JOSÉ HENRIQUE MEDEIROS PIRES

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PORTARIA Nº 37, DE 16 DE MARÇO DE 2018

Instituir os Indicadores Nacionais de Monitoramento e Desenvolvimento do Sistema Único de Assistência Social, sob a responsabilidade da Vigilância Socioassistencial em âmbito federal.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ADJUNTO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto nº 8.949, de 29 de dezembro de 2016 e nos incisos VIII e XXIV do art. 1ºe XIV do art. 76, do anexo VI da Portaria nº 115, de 20 de março de 2017, do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, e

Considerando a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que elenca dentre os princípios organizativos da assistência social o direito a benefícios e serviços de qualidade;

Considerando a Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social - NOB/SUAS, aprovada pela Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Assistência Social, resolve:

Art. 1º Instituir os Indicadores Nacionais de Monitoramento e Desenvolvimento do Sistema Único da Assistência Social - SUAS sob a responsabilidade da Vigilância Socioassistencial em âmbito federal, quais sejam:

I - Indicador de Desenvolvimento dos Centros de Referência de Assistência Social IDCras;

II- Indicador de Desenvolvimento dos Centros de Referência Especializados em Assistência Social IDCreas;

III -Indicador de Desenvolvimento dos Conselhos Municipais de Assistência Social IDConselho-M;

IV-Indicador de Desenvolvimento dos Conselhos Estaduais de Assistência Social IDConselho-E;

V- Indicador de Desenvolvimento dos Centros de Referência Especializados em População de Rua IDCentroPop;

VI -Indicador de Desenvolvimento das Unidades de Acolhimento para crianças e adolescentes IDAcolhimento-CA.

§1º A metodologia de cálculo dos indicadores será detalhada em Notas Técnicas da Coordenação-Geral de Planejamento e Vigilância Socioassistencial, do Departamento de Gestão do SUAS, a serem disponibilizadas no sítio institucional - https://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/gestao-do-suas/vigilancia-socioassistencial.

§2º A Secretaria Nacional de Assistência Social se resguarda ao direito de realizar, anualmente, a revisão das metodologias de cálculo dos indicadores.

Art. 2º O cálculo dos Indicadores Nacionais de Monitoramento e Desenvolvimento do SUAS utilizará precipuamente informações obtidas no Censo SUAS e no Sistema Nacional de Informações do SUAS - Rede SUAS, sem prejuízo da inclusão de informações obtidas por outras fontes.

Parágrafo único. Quando o cálculo de algum indicador for prejudicado ou inviabilizado em função do não preenchimento tempestivo ou do fornecimento de informações inconsistentes, caberá exclusivamente ao respectivo ente assumir a responsabilidade sobre as eventuais consequências administrativas decorrentes da ausência ou do valor do indicador.

Art. 3º Os Indicadores Nacionais de Monitoramento e Desenvolvimento do SUAS monitoram, precipuamente a partir das normativas nacionais, a qualidade e o volume da oferta e gestão dos serviços, programas e benefícios socioassistenciais e do controle social, a partir das seguintes dimensões, dentre outras:

I estrutura física ou administrativa;

II serviços, processos ou atividades;

III produtos ou resultados; ou

IV recursos humanos.

Art. 4º Os Indicadores Nacionais de Monitoramento e Desenvolvimento do SUAS serão divulgados anualmente no primeiro trimestre.

Art. 5º As Notas Técnicas de que trata o § 1º do art. 1º desta Portaria serão divulgadas no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a partir de sua publicação, para os indicadores constantes nos incisos IV a VI.

Art. 6º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

ANTONIO JOSÉ GONÇALVES HENRIQUES

Ministério do Meio Ambiente

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

DIRETORIA COLEGIADA

OUTORGA Nº 301, DE 15 DE MARÇO DE 2018

A DIRETORA-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS-ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 103, incisos IV e XVII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 1934, de 30 de outubro de 2017, torna público, ad referendum da DIRETORIA COLEGIADA, com fundamento no art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, resolveu:

Art. 1º Alterar o inciso III do art. 4º da Resolução ANA nº 411, de 22 de setembro de 2005, que passa a vigorar com a seguinte redação: "início da operação da primeira fase do empreendimento até 31 de dezembro de 2018".

Art. 2º Fica inserida nova linha na tabela constante do inciso II do art. 5º da Resolução ANA nº 411, de 22 de setembro de 2005, com as seguintes informações: Código: RN02N, Local: Rio Piranhas na divisa entre Paraíba e Rio Grande do Norte, Derivação: Rio Piranhas, UF: PB/RN, Vazão Máxima (m3/s): -, Eixo: Norte, Latitude(º): -6,435861, Longitude(º): -37,38162.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

CHRISTIANNE DIAS FERREIRA

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 46, DE 16 DE MARÇO DE 2018

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; da Educação; da Cultura; e do Esporte, crédito suplementar no valor de R$ 4.551.100,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, tendo em vista a autorização constante do art. 4º, caput, incisos II, alínea "a", item "1", e III, alínea "a", item "2", da Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, e a delegação de competência de que trata o inciso I do art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2 de fevereiro de 2018, resolve:

Art. 1º Abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018), em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; da Educação; da Cultura; e do Esporte, crédito suplementar no valor de R$ 4.551.100,00 (quatro milhões, quinhentos e cinquenta e um mil e cem reais), para atender às programações constantes do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900082

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO I

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
UNIDADE: 24209 - Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada - S.A. - CEITEC
ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							4.148.715
		Operações Especiais							
28 846	0901 0022	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais							4.148.715
28 846	0901 0022 0043	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - No Estado do Rio Grande do Sul							4.148.715
			F	1	1	90	0	100	4.148.715
TOTAL - FISCAL									4.148.715
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.148.715

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							50.000
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							50.000
28 846	0901 0005 0053	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Distrito Federal							50.000
			F	3	1	90	8	100	50.000
TOTAL - FISCAL									50.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									50.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26417 - Instituto Federal da Paraíba
ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							70.000
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							70.000
28 846	0901 0005 0025	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado da Paraíba							70.000
			F	1	1	90	8	100	70.000
TOTAL - FISCAL									70.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									70.000

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42201 - Fundação Casa de Rui Barbosa
ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							3.000
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							3.000
28 846	0901 0005 0033	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro							3.000
			F	3	1	90	0	100	3.000
TOTAL - FISCAL									3.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.000

ÓRGÃO: 51000 - Ministério do Esporte
UNIDADE: 51101 - Ministério do Esporte - Administração Direta
ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais							279.385
		Operações Especiais							
28 846	0910 00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica							279.385

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900083

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

28 846	0910 00OQ 0002	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - No Exterior	F	3	2	80	0	118	279.385 279.385
TOTAL - FISCAL									279.385
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									279.385

ANEXO II

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26244 - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							50.000
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							50.000
28 846	0901 0005 0043	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio Grande do Sul	F	3	1	90	8	100	50.000 50.000
TOTAL - FISCAL									50.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									50.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26405 - Instituto Federal do Ceará

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							70.000
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							70.000
28 846	0901 0005 0023	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Ceará	F	1	1	90	8	100	70.000 70.000
TOTAL - FISCAL									70.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									70.000

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

UNIDADE: 44201 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							3.000
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							3.000
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional	F	3	1	90	0	100	3.000 3.000
TOTAL - FISCAL									3.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900084

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 51000 - Ministério do Esporte
UNIDADE: 51101 - Ministério do Esporte - Administração Direta
ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2035	Esporte, Cidadania e Desenvolvimento							279.385
		Atividades							
27 811	2035 211Z	Implementação e Desenvolvimento da Política Nacional de Controle de Dopagem							279.385
27 811	2035 211Z 0001	Implementação e Desenvolvimento da Política Nacional de Controle de Dopagem - Nacional							279.385
			F	3	2	90	0	118	279.385
TOTAL - FISCAL									279.385
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									279.385

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71102 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							4.148.715
		Operações Especiais							
28 846	0901 0022	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais							4.148.715
28 846	0901 0022 0001	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional							4.148.715
			F	1	1	90	0	100	4.148.715
TOTAL - FISCAL									4.148.715
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.148.715

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

PORTARIA Nº 2.980, DE 15 DE MARÇO DE 2018

Estabelece procedimentos e prazos para solicitação de alterações do Orçamento de Investimento, no exercício de 2018, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 41º do Anexo I ao Decreto nº 9.035, de 21 de abril de 2017, e tendo em vista o disposto nos arts. 43 a 48 e 50 a 53 da Lei nº13.473, de 08 de agosto de 2017 (LDO 2018), e no art. 7º da Lei nº 13.587, de 02 de janeiro de 2018 (LOA 2018), resolve:

Art. 1º As solicitações de alterações do Orçamento de Investimento das empresas estatais federais para 2018, inclusive as de fontes de financiamento, serão regidas pela presente Portaria.

Art. 2º Os créditos adicionais ao Orçamento de Investimento deverão observar o disposto no art. 7º da Lei nº 13.587, de 2018, e independentemente da origem da fonte utilizada para viabilizá-los, serão classificados nas seguintes espécies:

I - suplementares, os destinados à alteração de despesa de subtítulo constante da Lei Orçamentária Anual;

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não há dotação na Lei Orçamentária Anual; e

III - extraordinários, os destinados ao atendimento de despesas imprevisíveis e urgentes.

§ 1º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme estabelecido no § 1º do art. 44 da LDO 2018.

§ 2º Os créditos extraordinários serão abertos por meio de Medidas Provisórias, observadas as restrições constitucionais, sendo vedada a criação de novo código e título para ação já existente na Lei Orçamentária Anual.

Art. 3º A abertura de créditos adicionais deverá ser solicitada pela empresa estatal mediante inserção dos pertinentes dados exclusivamente no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP, de acordo com a "Tabela de Tipos de Alterações Orçamentárias" constante do Anexo a esta Portaria.

§ 1º A proposta de abertura de créditos deverá ser encaminhada à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST por intermédio do ministério setorial, acompanhada das pertinentes justificativas e da comprovação de que será mantida pela empresa solicitante a sua programação de resultado primário fixada no Programa de Dispêndios Globais - PDG 2018, de acordo com os seguintes prazos:

I - até o dia 31 de agosto de 2018, os créditos suplementares e especiais que dependam de autorização legislativa; e

II - até 31 de outubro de 2018, os créditos suplementares de competência do Poder Executivo, autorizados no art. 7º da Lei nº Lei nº 13.587, de 2018.

§ 2º Na hipótese da abertura de crédito contemplar cancelamento de dotações aprovadas para outras ações, a empresa deverá encaminhar informações sobre os efeitos das respectivas alterações no seu desempenho no exercício de 2018.

§ 3º As propostas de abertura de créditos, que tenham fontes de financiamento oriundas de repasses da União em exercícios anteriores ou inscritos em "Restos a Pagar" devem indicar os instrumentos legais que destinaram os respectivos recursos nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

§ 4º A empresa proponente de créditos adicionais deverá comunicar imediatamente à SEST o número do respectivo pedido gerado pelo SIOP, por meio do endereço eletrônico sest.cgorc@planejamento.gov.br.

Art. 4º As empresas poderão solicitar, até 30 de novembro de 2018, nos termos do inciso II do § 1º do art. 43 da Lei nº13.473, de 2017, modificação no que se refere a:

I - fontes de financiamento;

II - identificadores de resultado primário; e

III - títulos das ações e subtítulos, desde que constatado erro de ordem técnica ou legal.

Parágrafo único. As solicitações deverão ser feitas por intermédio do ministério setorial, acompanhada das pertinentes justificativas.

Art. 5º As metas físicas relativas aos projetos constantes de créditos adicionais deverão ser informadas ou atualizadas a cada solicitação de crédito especial ou suplementar.

Art. 6º Fica revogada a Portaria nº 1.459, de 06 de fevereiro de 2018, publicada no DOU de 07/02/2018, Seção I, páginas 49 e 50.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO ANTÔNIO RIBEIRO SOARES

ANEXO

TABELA DE TIPOS DE ALTERAÇ Õ ES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

I - CRÉDITOS PREVIAMENTE AUTORIZADOS NA LOA/201 8 E/ OU NA LDO/201 8 , DEPENDENTES DE ATOS DO PODER EXECUTIVO

Tipo	Descrição	Fontes de Recursos	Base Legal	Autorização
100	Suplementação de subtítulos de projetos ou atividades até o limite de 30% do respectivo valor constante da Lei nº 13.587 de 02 de janeiro de 2018 (LOA-2018).	Anulação de dotações de outros subtítulos, constantes da LOA-2018 da mesma empresa, ou geração adicional de recursos ou aporte de recursos da empresa controladora.	LOA/2018, art. 7ª, inciso I.	Portaria do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
110	Suplementação de subtítulos constantes da LOA-2018 a conta de anulação parcial de dotações orçamentárias em subtítulos da mesma ação orçamentária (projeto/atividade) no âmbito da mesma empresa.	Anulação de dotações de outros subtítulos da mesma ação orçamentária, constantes da LOA-2018 no âmbito da mesma empresa.	LOA-2018, art. 7º, § 1º	Portaria do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
118	Suplementação de subtítulos constantes da LOA-2018, identificadas com RP 3, RP 5 ou RP 7 (Programa de Aceleração do Crescimento - PAC) no momento da abertura do crédito suplementar.	Anulação de dotações de subtítulos constantes da LOA-2018, identificadas com RP 3 ou RP 5 (PAC) no momento da abertura do crédito suplementar ou geração adicional de recursos.	LOA/2018, art. 7ª, inciso IV.	Portaria do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
150	Saldo de Exercícios Anteriores ou inscritos em restos a pagar para atender despesas relativas a ações em execução no exercício de 2018.	Saldo de recursos do Tesouro Nacional repassados em exercícios anteriores ou inscritos em restos a pagar no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.	LOA/2018, art. 7ª, inciso II.	Portaria do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
199	Adequação no Orçamento de Investimento decorrentes da abertura de créditos suplementares ou especiais aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.	Abertura de créditos suplementares ou especiais aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.	LOA/2018, art. 7ª, inciso III.	Portaria do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900085

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

300	Reabertura dos créditos especiais.	Reabertos nos limites de seus saldos, conforme disposto §2º do art. 167 da Constituição.	LDO/2018, art. 50.	Decreto do Poder Executivo.
310	Saldo de Exercícios Anteriores ou inscritos em restos a pagar para o atendimento de despesas relativas a ações em execução no exercício de 2017 e não contempladas na LOA/2018.	Saldo de recursos do Tesouro Nacional repassados em exercícios anteriores ou inscritos em restos a pagar no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.	LDO/2018, art. 51.	Decreto do Poder Executivo.
350	Reabertura dos créditos extraordinários.	Reabertos nos limites de seus saldos, conforme disposto §2º do art. 167 da Constituição.	LDO/2018, art. 50.	Decreto do Poder Executivo.

II - CRÉDITOS ADICIONAIS DEPENDENTES DE AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA

Tipo	Descrição	Fontes de Recursos	Base Legal	Autorização
120	Suplementação de subtítulos de projetos ou atividades acima dos limites autorizados na LOA/2018.	a) geração adicional de recursos; e/ou	LDO/2018, art. 44.	Lei de abertura de créditos suplementares ou especiais.
200	Inclusão de categoria de programação não contemplada na LOA/2018.	b) anulação de dotações orçamentárias.		

III - CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS

Tipo	Descrição	Fontes de Recursos	Base Legal	Autorização
500	Atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.	Quaisquer fontes de recursos.	Art. 167, § 3ª, combinado com o art. 62, ambos da Constituição Federal.	Medida Provisória.

IV - OUTRAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Tipo	Descrição	Fontes de Recursos	Base Legal	Autorização
600	Remanejamento de Fonte de Financiamento entre Naturezas de Receitas.	Remanejamento, em razão da ocorrência de novos eventos que alterem a origem dos recursos inicialmente programados.	LDO-2018, art. 43, § 1º inciso II, alínea "a" .	Portaria da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais.
700	Alteração do Identificador de Resultado Primário, mantendo-se os demais atributos da programação, e	Alteração do Identificador de Resultado Primário, mantendo-se os demais atributos da programação.	LDO-2018, art. 43, § 1º inciso II, alínea "a" .	Portaria da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais.
710	Alteração dos títulos das ações e subtítulos, desde que constatado erro de ordem técnica ou legal, ou ajustes na codificação orçamentária, decorrentes da necessidade de adequação à classificação vigente, desde que não impliquem em mudança de valores e de finalidade da programação.	Alteração de títulos das ações e subtítulos, mantendo-se os demais atributos da programação; ou ajustes na codificação orçamentária, decorrentes da necessidade de adequação à classificação vigente, desde que não impliquem em mudança de valores e de finalidade da programação.	LDO-2018, art. 43, § 1º inciso II, alínea "b" e "c".	Portaria da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais.
920	Transposição de dotações orçamentárias de uma empresa para outra em decorrência de transformação ou incorporação (DE/ PARA).	Saldo de dotações orçamentárias da empresa estatal transformada ou incorporada.	LDO/2018, art. 52, ou lei específica.	Decreto do Poder Executivo.

Ministério do Trabalho

CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO

RETIFICAÇÃO

No despacho do Presidente do Conselho Nacional de Imigração, de 24 Janeiro de 2018, publicado no DOU nº 17, Seção 1, pág. 49, de 24/01/2018, Processo: 46094.000351/2017-76 onde se lê: Estrangeiro: MOHAMMOD PEAR HOSSAIN PEAR Passaporte: AA759496. leia-se: Estrangeiro: MOHAMMOD PEAR HOSSAIN PEAR Passaporte: BK0518206.

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHO DE 16 DE MARÇO DE 2018

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 32, inciso I, alíneas "a", "b" e "f", Anexo IX, da Portaria nº 1.153, de 30 de outubro de 2017, com amparo no art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:

1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46207.007327/2013-10	201571374	Sociedade de Ensino Superior Estacio de Sá	ES
2	46207.007330/2013-33	201573199	Sociedade de Ensino Superior Estacio de Sá	ES
3	47747.001065/2015-05	205962106	Agencia de Revistas Aeroporto da Pampulha Comercial Ltda.	MG
4	47747.001066/2015-41	205962262	Agencia de Revistas Aeroporto da Pampulha Comercial Ltda.	MG
5	47747.001067/2015-96	205962386	Agencia de Revistas Aeroporto da Pampulha Comercial Ltda.	MG
6	47747.001068/2015-31	205962815	Agencia de Revistas Aeroporto da Pampulha Comercial Ltda.	MG
7	46246.003911/2014-11	205559212	Geraldo Ronaldo Vieira - ME	MG
8	46246.003912/2014-65	205559239	Geraldo Ronaldo Vieira - ME	MG
9	46246.003913/2014-18	205559263	Geraldo Ronaldo Vieira - ME	MG
10	46246.003914/2014-54	205559255	Geraldo Ronaldo Vieira - ME	MG
11	46246.003915/2014-07	205559280	Geraldo Ronaldo Vieira - ME	MG
12	46246.003916/2014-43	205558089	Geraldo Ronaldo Vieira - ME	MG
13	46246.003917/2014-98	205559298	Geraldo Ronaldo Vieira - ME	MG
14	46243.002691/2015-19	207260397	Mod Line Solucoes Corporativas Ltda	MG
15	46243.002692/2015-63	207260401	Mod Line Solucoes Corporativas Ltda	MG
16	46243.002693/2015-16	207260419	Mod Line Solucoes Corporativas Ltda	MG
17	46240.002991/2015-28	208043691	Vanor Santiago	MG
18	46312.002459/2016-09	209839295	Silvio Marcos Borges & Cia Ltda - ME	MS
19	46312.002460/2016-25	209838876	Silvio Marcos Borges & Cia Ltda - ME	MS
20	46312.002461/2016-70	209838728	Silvio Marcos Borges & Cia Ltda - ME	MS
21	46312.002462/2016-14	209838141	Silvio Marcos Borges & Cia Ltda - ME	MS
22	46312.002463/2016-69	209840391	Silvio Marcos Borges & Cia Ltda - ME	MS
23	46312.002464/2016-11	209840862	Silvio Marcos Borges & Cia Ltda - ME	MS
24	46653.002968/2015-81	206612168	Caixa Economica Federal	MT
25	46653.002969/2015-26	206607873	Caixa Economica Federal	MT
26	46653.002970/2015-51	206607857	Caixa Economica Federal	MT
27	46653.002971/2015-03	206607881	Caixa Economica Federal	MT
28	46653.002972/2015-40	206607776	Caixa Economica Federal	MT
29	46653.002974/2015-39	206612206	Caixa Economica Federal	MT
30	46653.002975/2015-83	206608187	Caixa Economica Federal	MT
31	46653.002976/2015-28	206608110	Caixa Economica Federal	MT
32	46653.002977/2015-72	206608144	Caixa Economica Federal	MT
33	46653.002978/2015-17	206608161	Caixa Economica Federal	MT
34	46653.003106/2015-76	206607822	Caixa Economica Federal	MT
35	46653.003094/2015-80	206608209	Caixa Econômica Federal	MT
36	46653.003096/2015-79	206608195	Caixa Econômica Federal	MT
37	46653.003097/2015-13	206608179	Caixa Econômica Federal	MT
38	46653.003098/2015-68	206608128	Caixa Econômica Federal	MT
39	46653.003104/2015-87	206607725	Caixa Econômica Federal	MT
40	46653.003108/2015-65	206607717	Caixa Econômica Federal	MT
41	46653.003109/2015-18	206607831	Caixa Econômica Federal	MT
42	46653.000516/2015-65	205771823	Concorde Comércio de Petróleo Ltda	MT
43	46653.000517/2015-18	205797059	Concorde Comércio de Petróleo Ltda	MT
44	46653.000518/2015-54	205797075	Concorde Comércio de Petróleo Ltda	MT
45	46653.000519/2015-07	205797083	Concorde Comércio de Petróleo Ltda	MT
46	46653.000521/2015-78	205796265	Concorde Comércio de Petróleo Ltda	MT
47	46653.000522/2015-12	205796290	Concorde Comércio de Petróleo Ltda	MT
48	46653.000525/2015-56	205807402	Concorde Comércio de Petróleo Ltda	MT
49	46653.000526/2015-09	205780199	Concorde Comércio de Petróleo Ltda	MT
50	46318.001093/2016-92	208975306	Averama Alimentos S/A	PR
51	46318.001095/2016-81	208975365	Averama Alimentos S/A	PR
52	46318.001096/2016-26	208975373	Averama Alimentos S/A	PR
53	46318.001097/2016-71	208975381	Averama Alimentos S/A	PR
54	46318.001098/2016-15	208975411	Averama Alimentos S/A	PR
55	46318.001099/2016-60	208975420	Averama Alimentos S/A	PR
56	46318.001100/2016-56	208975454	Averama Alimentos S/A	PR
57	46318.001101/2016-09	208975471	Averama Alimentos S/A	PR
58	46318.001102/2016-45	208975501	Averama Alimentos S/A	PR
59	46318.001103/2016-90	208975497	Averama Alimentos S/A	PR
60	46318.001104/2016-34	208975535	Averama Alimentos S/A	PR
61	46318.001105/2016-89	208975543	Averama Alimentos S/A	PR
62	46318.001106/2016-23	208975608	Averama Alimentos S/A	PR
63	46318.001107/2016-78	208975578	Averama Alimentos S/A	PR
64	46318.001108/2016-12	208975624	Averama Alimentos S/A	PR
65	46318.001109/2016-67	208975616	Averama Alimentos S/A	PR
66	46318.001110/2016-91	208975641	Averama Alimentos S/A	PR
67	46318.001111/2016-36	208975632	Averama Alimentos S/A	PR
68	46318.001112/2016-81	208975675	Averama Alimentos S/A	PR
69	46318.001113/2016-25	208975659	Averama Alimentos S/A	PR
70	46318.001114/2016-70	208975691	Averama Alimentos S/A	PR
71	46318.001116/2016-69	208975713	Averama Alimentos S/A	PR
72	46318.001117/2016-11	208975705	Averama Alimentos S/A	PR
73	46318.001118/2016-58	208975756	Averama Alimentos S/A	PR
74	46318.001119/2016-01	208975730	Averama Alimentos S/A	PR
75	46318.001120/2016-27	208975721	Averama Alimentos S/A	PR
76	46318.001121/2016-71	208975802	Averama Alimentos S/A	PR
77	46318.001123/2016-61	208975799	Averama Alimentos S/A	PR
78	46318.001124/2016-13	208975781	Averama Alimentos S/A	PR
79	46318.001125/2016-50	208975772	Averama Alimentos S/A	PR
80	46318.001126/2016-02	208975896	Averama Alimentos S/A	PR
81	46318.001127/2016-49	208975861	Averama Alimentos S/A	PR
82	46318.001128/2016-93	208975853	Averama Alimentos S/A	PR
83	46318.001129/2016-38	208975845	Averama Alimentos S/A	PR
84	46318.001130/2016-62	208975837	Averama Alimentos S/A	PR
85	46318.001131/2016-15	208975829	Averama Alimentos S/A	PR
86	46318.001132/2016-51	208975811	Averama Alimentos S/A	PR
87	46318.001133/2016-04	208975900	Averama Alimentos S/A	PR

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900086

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

88	46318.001134/2016-41	208975926	Averama Alimentos S/A	PR
89	46318.001135/2016-95	208975934	Averama Alimentos S/A	PR
90	46318.001137/2016-84	208975993	Averama Alimentos S/A	PR
91	46318.001138/2016-29	208975985	Averama Alimentos S/A	PR
92	46318.001139/2016-73	208975969	Averama Alimentos S/A	PR
93	46318.001140/2016-06	208976060	Averama Alimentos S/A	PR
94	46318.001141/2016-42	208976051	Averama Alimentos S/A	PR
95	46318.001142/2016-97	208976035	Averama Alimentos S/A	PR
96	46318.001143/2016-31	208976019	Averama Alimentos S/A	PR
97	46318.001144/2016-86	208976001	Averama Alimentos S/A	PR
98	46318.001145/2016-21	208976159	Averama Alimentos S/A	PR
99	46318.001146/2016-75	208976086	Averama Alimentos S/A	PR
100	46318.001147/2016-10	208976108	Averama Alimentos S/A	PR
101	46318.001148/2016-64	208976116	Averama Alimentos S/A	PR
102	46318.001149/2016-17	208976132	Averama Alimentos S/A	PR
103	46318.001150/2016-33	208976078	Averama Alimentos S/A	PR
104	46318.001151/2016-88	208976213	Averama Alimentos S/A	PR
105	46318.001152/2016-22	208976205	Averama Alimentos S/A	PR
106	46318.001153/2016-77	208976175	Averama Alimentos S/A	PR
107	46318.001154/2016-11	208976191	Averama Alimentos S/A	PR
108	46318.001155/2016-66	208976167	Averama Alimentos S/A	PR
109	46318.001156/2016-19	208976272	Averama Alimentos S/A	PR
110	46318.001157/2016-55	208976256	Averama Alimentos S/A	PR
111	46318.001158/2016-08	208976230	Averama Alimentos S/A	PR
112	46318.001159/2016-44	208976248	Averama Alimentos S/A	PR
113	46318.001160/2016-79	208976221	Averama Alimentos S/A	PR
114	46318.001161/2016-13	208991999	Averama Alimentos S/A	PR
115	46318.001162/2016-68	208991981	Averama Alimentos S/A	PR
116	46318.001163/2016-11	208991972	Averama Alimentos S/A	PR
117	46318.001164/2016-57	208991956	Averama Alimentos S/A	PR
118	46318.001165/2016-00	208991964	Averama Alimentos S/A	PR
119	46318.001166/2016-46	208991905	Averama Alimentos S/A	PR
120	46318.001167/2016-91	208992006	Averama Alimentos S/A	PR
121	46318.001168/2016-35	208992014	Averama Alimentos S/A	PR
122	46318.001169/2016-80	208992022	Averama Alimentos S/A	PR
123	46318.001170/2016-12	208992031	Averama Alimentos S/A	PR
124	46318.001171/2016-59	208992049	Averama Alimentos S/A	PR
125	46318.001172/2016-01	208992057	Averama Alimentos S/A	PR
126	46318.001173/2016-48	208992065	Averama Alimentos S/A	PR
127	46318.001174/2016-92	208992073	Averama Alimentos S/A	PR
128	46318.001175/2016-37	208992081	Averama Alimentos S/A	PR
129	46318.001176/2016-81	208992090	Averama Alimentos S/A	PR
130	46318.001178/2016-71	208992111	Averama Alimentos S/A	PR
131	46318.001179/2016-15	208992138	Averama Alimentos S/A	PR
132	46318.001180/2016-40	208991948	Averama Alimentos S/A	PR
133	46318.001181/2016-94	208991921	Averama Alimentos S/A	PR
134	46318.001182/2016-39	208991930	Averama Alimentos S/A	PR
135	46318.001183/2016-83	209008881	Averama Alimentos S/A	PR
136	46318.001184/2016-28	209008890	Averama Alimentos S/A	PR
137	46318.001185/2016-72	209008903	Averama Alimentos S/A	PR
138	46318.001186/2016-17	209008920	Averama Alimentos S/A	PR
139	46271.000249/2015-11	205834612	Frigorifico Nicolini Ltda	RS
140	46271.000250/2015-45	205832806	Frigorifico Nicolini Ltda	RS
141	46218.022480/2015-18	208614559	Zanc Assessoria Nacional de Cobrança Ltda	RS
142	46218.022491/2015-90	208614818	Zanc Assessoria Nacional de Cobrança Ltda	RS
143	46218.022492/2015-34	208614737	Zanc Assessoria Nacional de Cobrança Ltda	RS
144	46218.022493/2015-89	208615024	Zanc Assessoria Nacional de Cobrança Ltda	RS
145	46260.001769/2013-16	200437542	Avannt Consultoria em Tecnologia da Informação Ltda	SP
146	46260.001770/2013-32	200437551	Avannt Consultoria em Tecnologia da Informação Ltda	SP
147	46260.001771/2013-87	200437577	Avannt Consultoria em Tecnologia da Informação Ltda	SP
148	46260.001772/2013-21	200437569	Avannt Consultoria em Tecnologia da Informação Ltda	SP
149	46260.004466/2014-28	204481708	São Lucas Ribeirania Ltda.	SP

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46207.007325/2013-21	200.153.226	Sociedade de Ensino Superior Estacio de Sá	ES
2	47747.001064/2015-52	200.452.011	Agência de Revistas Aeroporto da Pampulha Comercial Ltda.	MG
3	46653.002973/2015-94	200.498.291	Caixa Econômica Federal	MT
4	46653.002979/2015-61	200.498.266	Caixa Econômica Federal	MT
5	46653.003095/2015-24	200.498.312	Caixa Econômica Federal	MT
6	46653.003105/2015-21	200.498.291	Caixa Econômica Federal	MT
7	46653.000524/2015-10	200.439.812	Concorde Comércio de Petróleo Ltda.	MT
8	46271.000252/2015-34	200.442.996	Frigorifico Nicolin Ltda.	RS
9	46271.000251/2015-90	200.442.821	Frigorifico Nicolini Ltda.	RS

1.2 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46318.001115/2016-14	208975683	Averama Alimentos S.A.	PR
2	46318.001177/2016-26	208992103	Averama Alimentos S.A.	PR

2) Em apreciação de recurso de ofício:
2.1 Pela improcedência do auto de infração.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46208.005975/2017-55	212017195	Academia Focus Ltda. - ME	GO
2	46208.005699/2017-25	211952885	Academia Focus Ltda. - ME	GO

2.1 Pela procedência do auto de infração.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46318.001094/2016-37	208975349	Averama Alimentos S.A.	PR

FELIPE PÓVOA ARAÚJO

Ministério dos Direitos Humanos

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 166, DE 15 DE MARÇO DE 2018

Fixa as metas institucionais do Ministério dos Direitos Humanos para o 1º Ciclo de Avaliação de Desempenho para fins de concessão da Gratificação de Desempenho de Atividade em Políticas Sociais (GDAPS).

O MINISTRO DOS DIREITOS HUMANOS, INTERINO, no uso das atribuições do cargo, e considerando o disposto na Lei nº 12.094, de 19 de novembro de 2009 e do Decreto nº 8.435, de 22 de abril de 2015 e na Portaria MDH nº 49, de 26 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 1º Fixar as metas institucionais, globais e intermediárias do Ministério dos Direitos Humanos para o 1º Ciclo de Avaliação de Desempenho, o qual compreende o período de 15 de setembro de 2017 a 14 de março de 2018, conforme Anexo I, para fins de concessão da Gratificação de Desempenho de Atividade em Políticas Sociais dos Analistas Técnicos de Políticas Sociais (ATPS) do Ministério dos Direitos Humanos.

Art. 2º O cálculo da meta institucional global será realizado pela média do percentual de atingimento dos resultados alcançados nas metas institucionais intermediárias.

§ 1º A correlação entre o percentual de cumprimento da meta de desempenho institucional e a pontuação final da Avaliação de Desempenho Institucional será estabelecida com base no Anexo II.

§ 2º. O cálculo das metas institucionais intermediárias será realizado pela fórmula: Valores Empenhados / Limite Disponibilizado x 100.

Art. 3º As metas de desempenho institucional estabelecidas no Anexo I desta Portaria poderão ser revistas a qualquer tempo pelo dirigente máximo do Órgão, na hipótese de superveniência de fatores que influenciem significativa e diretamente a sua consecução, desde que o Ministério dos Direitos Humanos não tenha dado causa a tal.

GUSTAVO DO VALE ROCHA

ANEXO I

META GLOBAL DO MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS			
Descrição da Meta	Fórmula de cálculo	Unidade de medida	Meta Prevista
Atingimento do conjunto de metas intermediárias	média do percentual de atingimento dos resultados alcançados nas metas institucionais intermediárias.	Percentual	100

METAS INTERMEDIÁRIAS					
Indicador	Finalidade	Fórmula de cálculo	Unidade de medida	Meta Prevista	
				Exercício 2017	Exercício 2018 (até março)
Percentual do Valor Empenhado	Fomentar ações de enfrentamento ao racismo, promoção da igualdade racial e desenvolvimento para comunidades tradicionais e remanescentes de quilombos	(Valores Empenhados / Limite Disponibilizado) x 100	Percentual	20%	5%
Percentual do Valor Empenhado	Implantar ações de promoção, defesa e proteção dos direitos humanos da criança e do adolescente	(Valores Empenhados / Limite Disponibilizado) x 100	Percentual	20%	5%

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900087

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Percentual do Valor Empenhado	Estabelecer ações de promoção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência	(Valores Empenhados / Limite Disponibilizado) x 100	Percentual	20%	5%
Percentual do Valor Empenhado	Implementar ações de promoção e defesa dos direitos humanos	(Valores Empenhados / Limite Disponibilizado) x 100	Percentual	20%	

ANEXO II

Percentual Alcançado (%)	Pontuação Atribuída à Meta Global (MG)
75 < X < 100%	80
61 < X < 75%	70
55 < X < 65	60
45 < X < 55%	51
35 < X <45%	42
25 < X < 35%	33
0 < X < 25%	24

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

RETIFICAÇÃO

No Preâmbulo da Portaria nº 1.250/SIA, de 15 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 16 de maio de 2013, Seção 1, página 29, onde se lê: "(...) processo nº 00065.105241/2012-31, (...)", Leia-se: "(...) processo nº 00065.105415/2012-66, (...)"

RETIFICAÇÃO

No Preâmbulo da Portaria nº 1.298/SIA de 17 de maio de 2013, publicada no DOU de 20 de maio de 2013, Seção 1, página 15, nos seguintes termos:

Onde se lê:

"O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no uso das atribuições delegadas pela Portaria nº 960, de 16 de abril de 2013, outorgadas pelo Art. 8º, incisos XXI, XXII e XXVIII, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto na Resolução nº 153, de 18 de junho de 2010 e alterações posteriores, e considerando o que consta no Processo nº 00065.105241/2012-31, (...)"

Leia-se:

"O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso das atribuições delegadas pela Portaria nº 960, de 16 de abril de 2013, outorgadas pelo Art. 8º, incisos XXI, XXII e XXVIII, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto na Resolução nº 153, de 18 de junho de 2010 e alterações posteriores, e considerando o que consta no Processo nº 00065.137451/2012-99, (...)"

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIA Nº 852, DE 12 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33, incisos II e XII, alínea "c", do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00065.010206/2018-21, resolve:

Art. 1º Divulgar, na forma do Anexo a esta Portaria, a classificação dos aeródromos civis públicos, para fins de aplicação do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 153 (RBAC nº 153), referente ao ano de 2018.

Art. 2º Os aeródromos Classe II, Classe III e Classe IV estão identificados no Anexo a essa Portaria.

Art. 3º Os aeródromos não relacionados no Anexo ficam enquadrados na Classe I, da seguinte forma:

I - Classe I-A, se o aeródromo não processa voo regular; e

II - Classe I-B, se o aeródromo processa voo regular.

Parágrafo único. A relação de todos os aeródromos civis públicos e as operações de transporte regular vigentes estão publicadas no sítio da ANAC na Internet, em https://www.anac.gov.br.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL JOSÉ BOTELHO FARIA

ANEXO

CLASSIFICAÇÃO DOS AERÓDROMOS CIVIS PÚBLICOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DO RBAC N° 153

Aeródromos Classe IV			
Código OACI	Nome Aeródromo	Município	UF
SBBR	Presidente Juscelino Kubitscheck	Brasília	DF
SBCF	Tancredo Neves	Confins	MG
SBCT	Afonso Pena	Curitiba	PR
SBFZ	Pinto Martins	Fortaleza	CE
SBGL	Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão - Antonio Carlos Jobim	Rio de Janeiro	RJ
SBGR	Guarulhos - Governador André Franco Montoro	Guarulhos	SP
SBKP	Viracopos	Campinas	SP
SBPA	Salgado Filho	Porto Alegre	RS
SBRF	Guararapes - Gilberto Freyre	Recife	PE
SBRJ	Santos Dumont	Rio de Janeiro	RJ
SBSP	Congonhas	São Paulo	SP
SBSV	Deputado Luís Eduardo Magalhães	Salvador	BA

Aeródromos Classe III			
Código OACI	Nome Aeródromo	Município	UF
SBAR	Santa Maria	Aracaju	SE
SBBE	Internacional de Belém/Val de Cans/ Júlio Cezar Ribeiro	Belém	PA
SBCG	Campo Grande	Campo Grande	MS
SBCY	Marechal Rondon	Várzea Grande	MT
SBEG	Eduardo Gomes	Manaus	AM
SBFI	Cataratas	Foz do Iguaçu	PR
SBFL	Hercílio Luz	Florianópolis	SC
SBGO	Santa Genoveva/Goiânia	Goiânia	GO
SBJP	Presidente Castro Pinto	João Pessoa	PB
SBMO	Zumbi dos Palmares	Maceió	AL
SBNF	Ministro Victor Konder	Navegantes	SC
SBPS	Porto Seguro	Porto Seguro	BA
SBRP	Leite Lopes	Ribeirão Preto	SP
SBSG	Governador Aluizio Alves	São Gonçalo do Amarante	RN
SBSL	Marechal Cunha Machado	São Luís	MA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900088

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SBTE	Senador Petrônio Portella	Teresina	PI
SBUL	Ten Cel Aviador César Bombonato	Uberlândia	MG
SBVT	Eurico de Aguiar Salles	Vitória	ES

Aeródromos Classe II			
Código OACI	Nome Aeródromo	Município	UF
SBBH	Pampulha - Carlos Drummond De Andrade	Belo Horizonte	MG
SBBV	Atlas Brasil Cantanhede	Boa Vista	RR
SBCA	Coronel Adalberto Mendes Da Silva	Cascavel	PR
SBCB	Cabo Frio	Cabo Frio	RJ
SBCH	Serafin Enoss Bertaso	Chapecó	SC
SBDN	Presidente Prudente	Presidente Prudente	SP
SBFN	Fernando De Noronha	Fernando De Noronha	PE
SBHT	Altamira	Altamira	PA
SBIL	Bahia - Jorge Amado	Ilhéus	BA
SBIZ	Prefeito Renato Moreira	Imperatriz	MA
SBJR	Jacarepaguá/Rj - Roberto Marinho	Rio de Janeiro	RJ
SBJU	Orlando Bezerra De Menezes	Juazeiro Do Norte	CE
SBJV	Lauro Carneiro De Loyola	Joinville	SC
SBLO	Governador José Richa	Londrina	PR
SBMA	João Correa Da Rocha	Marabá	PA
SBME	Macaé	Macaé	RJ
SBMG	Sílvio Name Júnior	Maringá	PR
SBMK	Mário Ribeiro	Montes Claros	MG
SBMQ	Alberto Alcolumbre	Macapá	AP
SBPJ	Brigadeiro Lysias Rodrigues	Palmas	TO
SBPL	Senador Nilo Coelho	Petrolina	PE
SBPV	Governador Jorge Teixeira De Oliveira	Porto Velho	RO
SBQV	Pedro Otacílio Figueiredo	Vitória Da Conquista	BA
SBRB	Presidente Médici	Rio Branco	AC
SBSN	Maestro Wilson Fonseca	Santarém	PA
SBSR	Professor Eriberto Manoel Reino	São José Do Rio Preto	SP
SWSI	Presidente João Batista Figueiredo	Sinop	MT

PORTARIA Nº 853, DE 12 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 110 (RBAC nº 110), e considerando o que consta do processo nº 00058.523061/2017-31, resolve:

Art. 1º Autorizar o centro de instrução Empresa Brasileira de Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo Ltda. (EMBRASATA), CNPJ nº 13.815.968/0001-18, a ministrar os seguintes cursos em Segurança da Aviação Civil contra Atos de Interferência Ilícita (AVSEC), na modalidade de ensino a distância (EAD), nos termos do Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 110, Emenda 00 (RBAC nº 110-EMD00):

I - AVSEC para Carga Aérea; e

II - AVSEC para Operações de Solo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL JOSÉ BOTELHO FARIA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS

GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DA NAVEGAÇÃO

DESPACHO Nº 20, 16 DE MARÇO DE 2018

Processo nº 50300.002261/2016-23. Fiscalizada: PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS, CNPJ nº 33.000.167/0001-01. Objeto e Fundamento Legal: Por conhecer o recurso interposto, devido a sua tempestividade, e no mérito negar-lhe provimento, mantendo in totum a decisão proferida no Despacho de Julgamento nº 11/2017/URERJ/SFC, que aplicou a penalidade de multa no valor total de R$ 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais), pelo cometimento das infrações tipificadas no inciso IV do art. 32 da Resolução nº 2.922/2013-ANTAQ e no inciso IV do art. 25 da Resolução nº 2.919/2013-ANTAQ.

ALEXANDRE GOMES DE MOURA
Gerente

GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE PORTOS E INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS

DESPACHO Nº 6, DE 16 DE MARÇO DE 2018

Processo nº 50300.003175/2017-19. Fiscalizada: COTRIGUAÇU - COOP CENT REG IGUAÇU LTDA., CNPJ nº 77.118.131/0002-83. Objeto e Fundamento Legal: Por conhecer o recurso apresentado, uma vez que tempestivo, para no mérito negar-lhe provimento, mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 61.560,00 (sessenta e um mil, quinhentos e sessenta reais), pela prática da infração tipificada no inciso I do art. 32 da Resolução nº 3.274/2014-ANTAQ.

NEIRIMAR GOMES DE BRITO
Gerente

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 5.772, DE 14 DE MARÇO DE 2018

Aplica a Pena de Declaração de Inidoneidade à empresa SANTO ANTÔNIO TRANSPORTES E TURISMO LTDA.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 070, de 6 de março de 2018, e no que consta do Processo nº 50510.008592/2011-97, resolve:

Art. 1º Aplicar a pena de Declaração de Inidoneidade à EMPRESA SANTO ANTÔNIO TRANSPORTES E TURISMO LTDA., CNPJ nº 01.496.611/0001-35, pelo prazo de 4 (quatro) anos em conformidade com o inciso V, do art. 78-A, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e no inciso VI, do art. 86, do Decreto nº 2.521, de 20 de março de 1998.

Art. 2º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS que notifique a empresa SANTO ANTÔNIO TRANSPORTES E TURISMO LTDA. acerca dos termos da decisão aprovada pela Diretoria Colegiada, em atendimento à Lei nº 9.784, 29 de janeiro de 1999, art. 3º, inc. II.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 5.773, DE 14 DE MARÇO DE 2018

Conhece o pedido de reconsideração interposto pela empresa ML CAPELLELI TURISMO LTDA - ME., e, no mérito, dá-lhe provimento.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 072, de 6 de março de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.081912/2012-53, resolve:

Art. 1º Conhecer o Pedido de Reconsideração interposto pela empresa ML CAPELLELI TURISMO LTDA - ME (antiga MMC TURISMO LTDA.), CNPJ nº 13.036.407/0001-10, e, no mérito, dar-lhe provimento, para convolar a pena de Declaração de Inidoneidade imposta pela Resolução ANTT nº 5.578, de 22 de novembro de 2017, em multa no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em seu desfavor, nos termos do que autoriza o Art. 4º da Resolução ANTT nº 233, de 2003.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 5.774, DE 14 DE MARÇO DE 2018

Determina a aplicação de advertência à empresa BENTO & FRAGOSO - TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E SERVIÇOS DE FRETAMENTO LTDA.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 076, de 8 de março de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.228407/2016-11, resolve:

Art. 1º Aplicar a pena de advertência à EMPRESA BENTO & FRAGOSO - TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E SERVIÇOS DE FRETAMENTO LTDA, CNPJ nº 10.861.396/0001-15.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900089

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO Nº 5.775, DE 14 DE MARÇO DE 2018

Conhece o pedido de reconsideração interposto pela CONCESSIONÁRIA VALE S/A, para, no mérito, negar-lhe provimento

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 076, de 8 de março de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.081543/2016-22, resolve:

Art. 1º Conhecer o pedido de reconsideração interposto pela CONCESSIONÁRIA VALE S/A para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se os termos do artigo 4º da Resolução nº 5.443, de 6 de outubro de 2017.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 5.776, DE 14 DE MARÇO DE 2018

Conhece o pedido de reconsideração interposto pela empresa COMÉRCIO E TRANSPORTE CAPINZAL LTDA. - ME, e, no mérito, dá-lhe provimento.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 068, de 5 de março de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.029200/2011-42, resolve:

Art. 1º Conhecer o Pedido de Reconsideração interposto pela empresa COMÉRCIO E TRANSPORTE CAPINZAL LTDA. - ME, CNPJ nº 00.068.575/0001-46, e, no mérito, dar-lhe provimento, para convolar a pena de Declaração de Inidoneidade imposta pela Resolução ANTT nº 4.590, de 11 de fevereiro de 2015, em multa no valor de R$ 5.000 (cinco mil reais), em seu desfavor, nos termos do que autoriza o art. 4º, da Resolução ANTT nº 233, de 2003.

Art. 2º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS que promova as comunicações necessárias no prazo de 10 (dez) dias contados da data da publicação da presente Deliberação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 5.777, DE 14 DE MARÇO DE 2018

Conhece o pedido de reconsideração interposto pela empresa AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO SÃO MIGUEL LTDA. - ME, e, no mérito, dá-lhe provimento.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 069, de 7 de março de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.125624/2013-15, resolve:

Art. 1º Conhecer o Pedido de Reconsideração interposto pela empresa AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO SÃO MIGUEL LTDA. - ME., CNPJ nº 94.304.862/0001-51, e, no mérito, dar-lhe provimento, para convolar a pena de Declaração de Inidoneidade imposta pela Resolução ANTT nº 5.641, de 10 de janeiro de 2018, em multa no valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais), em seu desfavor, nos termos do que autoriza o art. 4º, da Resolução ANTT nº 233, de 2003.

Art. 2º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS que promova as comunicações necessárias no prazo de 10 (dez) dias contados da data da publicação da presente Deliberação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 5.778, DE 14 DE MARÇO DE 2018

Aplica a Pena de Declaração de Inidoneidade à empresa VIAÇÃO NOSSA SENHORA DE MEDIANEIRA LTDA.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 070, de 7 de março de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.139638/2014-81, resolve:

Art. 1º Aplicar a pena de Declaração de Inidoneidade à empresa VIAÇÃO NOSSA SENHORA DE MEDIANEIRA LTDA., CNPJ nº 76.685.833/0001-03, pelo prazo de 3 (três) anos, em conformidade com o inciso V, do art. 78-A, da Lei nº 10.233, de 2001 e no inciso II, do art. 86, do Decreto nº 2.521, de 1998.

Art. 2º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS que promova as comunicações necessárias no prazo de 10 (dez) dias contados da data da publicação da presente Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 5.779, DE 14 DE MARÇO DE 2018

Conhece o pedido de reconsideração interposto pela BERGABUS EMPRESA DE TRANSPORTES LTDA., e, no mérito, dá-lhe provimento.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 080, de 9 de março de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.110742/2012-21, resolve:

Art. 1º Conhecer o Pedido de Reconsideração interposto pela BERGABUS EMPRESA DE TRANSPORTES LTDA., CNPJ nº 09.432.662/0001-05, e, no mérito, dar-lhe provimento, para convolar a pena de Declaração de Inidoneidade imposta pela Resolução nº 5.614, de 13 de dezembro de 2017, em multa no valor de R$ 5.000 (cinco mil reais), em seu desfavor, nos termos do que autoriza o Art. 4º da Resolução ANTT nº 233, de 2003.

Art.2º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS que notifique a BERGABUS EMPRESA DE TRANSPORTES LTDA. acerca dos termos da decisão aprovada pela Diretoria Colegiada, em atendimento à Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, art. 3º, inc. II.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 127, DE 14 DE MARÇO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 071, de 7 de março de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.307637/2017-18, delibera:

Art. 1º Autorizar a realização de licitação, na modalidade de Pregão Eletrônico por Registro de Preços para eventual expansão de Solução de Tecnologia Convergente, composta por equipamentos de comunicação de dados, armazenamento e processamento, definida em software para ambientes de virtualização que permita o gerenciamento centralizado com alta disponibilidade entre sites com garantia de escalabilidade linear sem substituição de equipamentos controladores, composta por serviço de instalação, configuração e suporte, de acordo com as especificações e definições constantes do Edital e seus anexos.

Art. 2º O valor global da contratação está estimado no montante de R$ 2.208.000,00 (dois milhões e duzentos e oito mil reais).

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 128, DE 14 DE MARÇO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 074, de 7 de março de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.189648/2015-48, delibera:

Art. 1º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS a apuração dos fatos indicados no Processo nº 50500.189648/2015-48, referente à empresa SUL AMÉRICA TRANSPORTES LTDA ME, CNPJ nº 21.540.626/0001-60.

Art. 2º Para os fins dispostos no art. 1°, as Unidades Organizacionais da ANTT deverão prestar apoio à SUPAS, indicando, quando solicitadas, servidores para compor a Comissão de Processo Administrativo.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 129, DE 14 DE MARÇO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 073, de 6 de março de 2018;

CONSIDERANDO as disposições contidas nos arts. 24, VIII, 26, VII, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; nos arts. 3º, IX e XXII, e 5º, VII, do anexo do Decreto nº 4.130, de 13 de fevereiro de 2002; e as manifestações das áreas técnica e jurídica procedidas nos autos do Processo nº 50500.131796/2013-11, delibera:

Art. 1º Conhecer o Recurso interposto pela AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A e, no mérito, negar-lhe provimento, julgando improcedentes os argumentos trazidos, conforme fundamentado nos autos do processo em epígrafe.

Art. 2º Manter a penalidade de multa de 495 (quatrocentos e noventa e cinco) URT, por violação ao Art. 9º, inciso I da Resolução nº 4.071, de 3 de abril de 2013, nos termos da Decisão nº 013/2017/SUINF, de 3 de agosto de 2017.

Art. 3º Determinar à Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - SUINF a atualização do valor da penalidade de multa, em conformidade com o Contrato de Concessão nº 006/2007.

Art. 4º Autorizar a SUINF, em caso de não quitação da multa, pelo descumprimento contratual, após o decurso do prazo regulamentar de 30 (trinta) dias previsto no artigo 85, §3º, da Resolução nº 5.083, de 27 de abril de 2016, contados do recebimento da respectiva Guia de Recolhimento da União - GRU, pela Concessionária, a providenciar o processo visando à execução da caução, como forma de Garantia de Execução, conforme prevê o Contrato de Concessão nº 006/2007.

Art. 5º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 130, DE 14 DE MARÇO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 077, de 8 de março de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.147718/2018-33, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa ROTA TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA. para a implantação da linha Simão Dias (SE) - Salvador (BA), com as seções:

I - De: Salvador/BA, para: Lagarto/SE, Boquim/SE, Estância/SE, Umbaúba/SE e Cristinápolis/SE;

II - De: Esplanada/BA e Entre Rios/BA, para: Boquim/SE, Umbaúba/SE e Cristinápolis/SE; e

III - De: Esplanada/BA, para: Estância/SE.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 32 da empresa ROTA TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA., conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 131, DE 14 DE MARÇO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 075, de 12 de março de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.548121/2017-21, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido de implantação de seção da empresa EXPRESSO SÃO BENTO LTDA., autorizando a inclusão do mercado Agudos do Sul/PR - São Bento do Sul/SC, como seção nas linhas Curitiba/PR - Jaraguá do Sul/SC, prefixo nº 09-0167-00, e Curitiba/PR - São Bento do Sul/SC, prefixo nº 09-0166-00.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 133 da empresa EXPRESSO SÃO BENTO LTDA., conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 132, DE 14 DE MARÇO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 079, de 12 de março de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.059122/2018-87, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA. para a implantação da linha Curitiba (PR) - Florianópolis (SC).

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 92 da empresa AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA. conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 133, DE 14 DE MARÇO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 067 de 2 de março de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.128212/2018-25, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido de implantação de seção da JANUÁRIA TRASNPORTES RODOVIÁRIOS E TURISMO LTDA, autorizando o atendimento do mercado Brasília (DF) - Formosa (GO).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900090

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 119 da JANUÁRIA TRASNPORTES RODOVIÁRIOS E TURISMO LTDA, conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 2º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS que, após alteração da LOP, disponibilize as linhas e seções no sítio eletrônico da ANTT (www.antt.gov.br).

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS

PORTARIA Nº 42, DE 13 DE MARÇO DE 2018

O Superintendente de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, com base no inciso VI, do art. 1°, da Deliberação ANTT n° 158/2010, alterada pela Deliberação nº 178/2016 e, no que consta no Processo nº 50500.613473/2017-65, resolve:

Art. 1º Desvincular o bem imóvel inscrito sob o NBP 4206474 (SECAO DA FERRARIA) da prestação de serviço público de transporte ferroviário de cargas concedido à Rumo Malha Oeste S.A. - RMO.

Art. 2º Autorizar a desincorporação do ativo mencionado no Art. 1º desta Portaria, do Anexo II do Contrato de Arrendamento nº 037/96 (Malha Oeste).

Parágrafo Único - A desincorporação se efetivará mediante celebração do respectivo Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento nº 037/96, entre o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e a RMO, sob interveniência da ANTT.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

SECRETARIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRE E AQUAVIÁRIO

PORTARIA Nº 781, DE 15 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DA SECRETARIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRE E AQUAVIÁRIO DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º da Portaria nº 684, de 21 de julho de 2017, e;

Considerando o determinado nos incisos I e II, do § 8º, do artigo 1º-A da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001;

Considerando o disposto na Portaria nº 268, de 13 de dezembro de 2012, do Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil, resolve:

Art. 1º Publicar o Programa de Trabalho proposto pelo Estado do Rio Grande do Norte para o exercício 2018 - 1ª alteração, referente à aplicação dos recursos que lhe cabem, relativos à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE, instituída pela Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, nos termos do respectivo processo administrativo, conforme discriminado no anexo desta Portaria.

Art. 2º Revogar o Anexo XX da Portaria nº 4.861, de 27 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União do dia 28 de dezembro de 2017, seção 1, página 205.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANO DE SOUZA CASTRO

ANEXO

Unidade da Federação: RIO GRANDE DO NORTE
Processo nº 50000.040001/2017-11

PROGRAMA DE TRABALHO PARA 2018 - 1ª alteração
Programa de Trabalho contendo as alterações propostas pela Unidade da Federação recebidas em 22 de fevereiro de 2018.
Relação de Empreendimentos
A - Programa de Restauração e Melhoramento da Malha Rodoviária Básica
A1. Restauração de Trechos Rodoviários

Rodovia	Trecho	Custo (R$1,00)
RN-160	Entroncamento RN-002 (Pagão) - Lagoa de Pedras	532.147,89
RN-002	Monte Alegre - Lagoa Salgada	3.588.224,13
RN-316	Entroncamento BR-101 - Monte Alegre - Brejinho	5.889.090,52
RN-003	Entroncam. BR-101 (Goianinha) - Tibau do Sul - Pipa	6.720.672,35
RN-118	Entroncam. BR-304 (Itajá) - Entroncam. BR-406 (Macau)	5.756.421,85
RN-301	Recuperação Cortina Atirantada RN-301 (Via Costeira)	228.863,70
Ponte	Recuperação Estrutural e Construção de Passeios da Ponte Régis Bittencourt	1.688.315,77
Total do Subprograma A1		24.403.736,21

A2. Conservação de Rodovias

Distrito	Jurisdição	Custo (R$1,00)
I - Distrito Rodoviário	Malha rodoviária sob jurisdição do I - Distrito Rodoviário (MOSSORÓ)	3.634.752,44
II Distrito Rodoviário	Malha rodoviária sob jurisdição do II - Distrito Rodoviário (CAICÓ)	2.847.980,00
III Distrito Rodoviário	Malha rodoviária sob jurisdição do III - Distrito Rodoviário (JOÃO CÂMARA)	1.847.800,00
IV Distrito Rodoviário	Malha rodoviária sob jurisdição do IV - Distrito Rodoviário (NOVA CRUZ)	3.692.376,48
V Distrito Rodoviário	Malha rodoviária sob jurisdição do V - Distrito Rodoviário (NATAL)	3.651.085,80
VI Distrito Rodoviário	Malha rodoviária sob jurisdição do VI - Distrito Rodoviário (PAU DOS FERROS)	3.010.165,30
VII Distrito Rodoviário	Malha rodoviária sob jurisdição do VII - Distrito Rodoviário (SANTANA DO MATOS)	1.770.394,25
Total do Subprograma A2		20.454.554,27
Total do Programa A		44.858.290,48

B - Programa de Construção de Trecho Rodoviário

Serviço	Custo (R$1,00)
Pavimentação do acesso ao Distrito Industrial de Macaíba	1.576.772,82
Pavimentação do acesso ao Polo Industrial Avançado de Goianinha	1.550.438,47
Pavimentação do acesso ao Aeroporto Internacional do RN (trecho 01)	8.552.000,00
Estrada do Melão II - Implantação e Pavimentação do trecho Entr. BR-304 - Entr. RN-015 (Baraúna)	600.000,00
Pavimentação do Prolongamento da Av. Prudente de Morais/Omar O'Grady	2.100.000,00
Total do Programa B	14.379.211,29

C - Programa de Elaboração de Projeto Executivo

Serviço	Custo (R$1,00)
Elaboração de Projetos Executivos dos acessos a praia da Via Costeira na RN-301	299.698,06
Total do Programa C	299.698,06
TOTAL GERAL	59.537.199,83

CRONOGRAMA FINANCEIRO
(Valores em R$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	TRIMESTRES				TOTAL DO PROGRAMA
	1º	2º	3º	4º	
A- Programa de Restauração e Melhoramento da Malha Rodoviária Básica	6.014.267,51	17.759.817,67	16.811.379,99	4.272.825,31	44.858.290,48
B - Programa de Construção de Trecho Rodoviário	6.227.211,29	4.300.000,00	3.200.000,00	652.000,00	14.379.211,29
C - Programa de Elaboração de Projeto Executivo	0,00	0,00	299.698,06	0,00	299.698,06
TOTAL da Unidade da Federação	12.241.478,80	22.059.817,67	20.311.078,05	4.924.825,31	59.537.199,83

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900091

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério Extraordinário da Segurança Pública

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL
DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 1.045, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/12173 - DELESP/DREX/SR/DPF/PI, resolve:

CONCEDER autorização à empresa FORMAV CENTRO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA , CNPJ nº 04.536.735/0002-76, sediada no Piauí, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

3 (três) Espingardas calibre 12

3 (três) Pistolas calibre .380

3 (três) Revólveres calibre 38

1200 (uma mil e duzentas) Munições calibre .380

1188 (uma mil e cento e oitenta e oito) Munições calibre 12

56728 (cinquenta e seis mil e setecentas e vinte e oito) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.053, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/4746 - DPF/BRU/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SAVING PROTEÇÃO PATRIMONIAL LTDA - ME, CNPJ nº 08.266.997/0001-38, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 304/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.073, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/6673 - DELESP/DREX/SR/DPF/PA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROTHEUS VIGILANCIA PRIVADA LTDA ME, CNPJ nº 19.359.684/0001-40, sediada no Pará, para adquirir:

Da empresa cedente ESE SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 05.742.568/0001-00:

26 (vinte e seis) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente ESE SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 05.742.568/0001-00:

458 (quatrocentas e cinquenta e oito) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.074, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/7030 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MAGNUM DISTRIBUIDORA DE PNEUS LTDA, CNPJ nº 19.403.406/0001-43 para atuar em Pernambuco.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.171, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/102720 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SUBCONDOMINIO DO VITORIA PARK SHOPPING, CNPJ nº 19.241.056/0001-66 para atuar em Pernambuco.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.316, DE 5 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/14848 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa COMPANHIA PALMARES HOTEIS E TURISMO, CNPJ nº 33.791.591/0001-11 para atuar no Rio de Janeiro.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.439, DE 8 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/15573 - DELESP/DREX/SR/DPF/MA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa FORMAV CENTRO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA , CNPJ nº 04.536.735/0001-95, sediada no Maranhão, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

14377 (quatorze mil e trezentas e setenta e sete) Munições calibre .380

2774 (duas mil e setecentas e setenta e quatro) Munições calibre 12

151645 (cento e cinquenta e uma mil e seiscentas e quarenta e cinco) Munições calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

65 (sessenta e cinco) Espargidores de agente químico lacrimogêneo (CS ou OC), de até 70g.

1600 (uma mil e seiscentas) Munições no calibre 12 (doze) com projéteis de borracha ou plástico

130 (cento e trinta) Granadas fumígenas lacrimogêneas (CS ou OC)

15 (quinze) Máscaras de proteção respiratória modelo facial completo

15 (quinze) Armas de choque elétrico de contato direto

15 (quinze) Armas de choque elétrico de lançamento de dardos energizados

130 (cento e trinta) Granadas fumígenas de sinalização

60 (sessenta) Espargidores de composto de óleos essenciais (menta, canfora, lemonsgrass e gengibre), de até 70g

10 (dez) Lançadores de munição não-letal no calibre 12 (doze)

10 (dez) Filtros com proteção contra gases e aerodispersóides químicos e biológicos

1600 (uma mil e seiscentas) Munições no calibre 12 (doze) lacrimogêneas de jato direto

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.473, DE 12 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/16982 - DPF/CXS/RS, resolve:

CONCEDER autorização à empresa INOVAR VIGILÂNCIA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 11.955.320/0001-11, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

3 (três) Espingardas calibre 12

11 (onze) Revólveres calibre 38

120 (cento e vinte) Munições calibre 38

42 (quarenta e duas) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.557, DE 15 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/84638 - DPF/IJI/SC, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa SECTOR SECURITY VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 17.838.006/0002-16, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 281/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA-GERAL

CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

2ª SUBCÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PAUTA DA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2018

Hora: 13:00h
Local: Sala de reuniões da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho - SAUN Quadra 05, Lote C, Torre A, Edifício CNC, 16º Andar, Asa Norte, Brasília, DF.
1ª Parte - Expediente.
a) - Comunicados e Assuntos Gerais:
1 - Coordenador(a) da CCR.
2 - Membros da CCR.
2ª Parte - Ordem do Dia.
I - Recursos administrativos

Processo IC-000123.2015.16.002/4 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: CENTRAL DE LAUDOS E SERVIÇOS LTDA -ME, INQUIRIDO: MUNICÍPIO DE TIMON/MA, INQUIRIDO: POLICLÍNICA DR. ANTÔNIO MARTINS, NOTICIANTE: RÔMULO CARVALHO DOS SANTOS - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos.

Processo IC-000087.2017.01.008/7 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO), INQUIRIDO: MAGNA VIGILANCIA E SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA - EPP, NOTICIANTE: MÔNICA CRISTINA BRANDÃO DOS SANTOS LIMA - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos.

Processo NF-009496.2017.02.000/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: VIP TRANSPORTES URBANOS LTDA, NOTICIANTE: LUCAS DE LIMA GOES, NOTICIANTE: CREDITOO TECNOLOGIA SOLUÇÕES FINANCEIRAS E SERVIÇOS LTDA - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos.

Processo NF-004900.2017.03.000/6 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIADO: SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DE CONSELHEIRO LAFAIETE, NOTICIANTE: FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO E CONGÊNERES DO ESTADO DE MINAS GERAIS - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos.

Processo IC-000219.2017.04.008/4 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: SIGILOSO, INQUIRIDO: SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE SAO LEOPOLDO - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos.

Processo PP-000353.2017.12.000/8 - Assunto: 5.CONATPA - Interessados: INVESTIGADO: OGMO - ÓRGÃO DE GESTÃO DE MÃO DE OBRA DO TRABALHO PORTUÁRIO AVULSO DO PORTO DE ITAJAÍ, INVESTIGADO: APM TERMINALS ITAJAÍ S.A., NOTICIANTE: SIGILOSO - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos.

Processo NF-000506.2018.04.000/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: FRANCINE MARQUES UFLACKER, NOTICIADO: PORTO ALEGRE QUARTO TABELIONATO, NOTICIADO: SERGIO AFONSO MANICA - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos.

Processo NF-000001.2018.04.008/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: ECOPAV CONSTRUÇÃO E SOLUÇÕES URBANAS LTDA, NOTICIADO: MECANICAPINA LIMPEZA URBANA LTDA. - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900092

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo IC-003238.2017.01.000/8 - Assunto: 3.CONAFRET, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTUDOS EM EDUCACAO , NOTICIANTE: MARCELA ARAGÃO COUTINHO, INQUIRIDO: RICARDO FURTADO ADVOGADOS ASSOCIADOS - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes.

Processo NF-009734.2017.02.000/2 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE SIGILOSO), NOTICIADO: SKY HALL ORGANIZAÇÃO E PRODUÇÃO DE EVENTOS LTDA ME (SKY HALL TERRAÇO E BISTRÔ) - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes.

Processo NF-009768.2017.02.000/3 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIADO: GOODYEAR DO BRASIL PRODUTOS DE BORRACHA LTDA, NOTICIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE SIGILOSO) - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes.

Processo NF-001034.2017.02.001/4 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: DENUNCIANTE SIGILOSO, NOTICIADO: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes.

Processo IC-000335.2017.24.000/0 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: BANCO BRADESCO S.A., INQUIRIDO: BANCO DO BRASIL S.A., NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes.

Processo NF-000035.2018.05.000/1 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: ISAS - INSTITUTO DE SAUDE E ACAO SOCIAL , NOTICIANTE: DENUNCIANTE SIGILOSO - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes.

Processo IC-000563.2016.15.000/1 - Assunto: 3.CONAFRET, 4.CONAP - Interessados: INQUIRIDO: MUNICIPIO DE SUMARE, NOTICIANTE: PRO-SAUDE - ASSOCIACAO BENEFICENTE DE ASSISTENCIA SOCIAL E HOSPITALAR, NOTICIANTE: SINDICATO DOS MÉDICOS DE CAMPINAS E REGIÃO - Relator: Dr. José de Lima Ramos Pereira.

Processo NF-000698.2017.02.003/6 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: LEFC - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA - EPP, NOTICIANTE: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Siderúrgicas, Metalúrgicas, Mecânicas, de Material Elétrico e Eletrônico, e Indústria Naval de Cubatão, Santos, São Vicente, Guarujá, Praia Grande, Bertioga, Mongaguá, Itanhaém - Relator: Dr. José de Lima Ramos Pereira.

Processo NF-004394.2017.15.000/0 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: SINDICATO DOS SERVIDORES E TRABALHADORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE BRAGANCA PAULISTA E REGIAO , NOTICIADO: MUNICIPIO DE TUIUTI - Relator: Dr. José de Lima Ramos Pereira.

Processo PP-004448.2017.15.000/8 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: INVESTIGADO: SINDICATO DOS LOJISTAS E DO COMÉRCIO VAREJISTA DE AMERICANA E REGIAO - SINCOVAM, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relator: Dr. José de Lima Ramos Pereira.

Processo NF-000052.2018.02.000/8 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: IDA RAT CONFECÇÕES E COMÉRCIO LTDA (E-FOREVER), NOTICIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE SIGILOSO) - Relator: Dr. José de Lima Ramos Pereira.

Processo NF-000502.2018.02.000/4 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: ATO DA PROCURADORA DO TRABALHO LORENA VASCONCELOS PORTO, NOTICIADO: IMPERIAL TRANSPORTES URBANOS LTDA - Relator: Dr. José de Lima Ramos Pereira.

Processo IC-001063.2015.07.000/1 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: KERGINALDO BERNARDINO MOTA FILHO, INQUIRIDO: PETROLEO BRASILEIRO S/A - Relatora: Dra. Virginia Maria Veiga de Senna.

Processo NF-008022.2017.02.000/6 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: NOTICIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE SIGILOSO), NOTICIADO: YOU INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA (YOU VENDAS) - Relatora: Dra. Virginia Maria Veiga de Senna.

Processo NF-000511.2018.02.000/5 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: ATO DA PROCURADORA DO TRABALHO LORENA VASCONCELOS PORTO, NOTICIADO: TRANSUNIÃO TRANSPORTES SA - Relatora: Dra. Virginia Maria Veiga de Senna.
II - Declínios de atribuições

Processo NF-008970.2017.02.000/2 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO: ANAN SERVIÇOS MÉDICOS E EM SAÚDE LTDA ME, NOTICIADO: GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE HOSPITAL GERAL DE TAIPAS, NOTICIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE SIGILOSO) - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos.

Processo IC-000112.2017.02.003/9 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: INQUIRIDO: ANDERSON DOS SANTOS SILVA, NOTICIANTE: DENUNCIANTE SIGILOSO, INQUIRIDO: RONALDO ARAUJO QUEIROZ, INQUIRIDO: SINTRACOMOS - SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E MOBILIÁRIO DE SANTOS, INQUIRIDO: TANIO AUGUSTO DO NASCIMENTO - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos.

Processo IC-003062.2017.03.000/1 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA SAÚDE, INQUIRIDO: FUND CENTRO HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DE MINAS GERAIS (FUNDAÇÃO HEMOMINAS) - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes.

Processo IC-000548.2017.04.007/6 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: METALÚRGICA KRABBE LTDA., NOTICIANTE: SIGILOSO - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes.

Processo IC-000847.2005.18.003/8 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, INQUIRIDO: MUNICÍPIO DE RUBIATABA - Relator: Dr. José de Lima Ramos Pereira.

Processo IC-000380.2015.14.002/3 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: INQUIRIDO: RUI RODRIGUES COSTA, INQUIRIDO: PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR - PROCON, NOTICIANTE: LOURIVAL DO NASCIMENTO MATOS - Relator: Dr. José de Lima Ramos Pereira.

Processo IC-000209.2016.15.008/7 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: MPT/ PRT 15ª - PTM DE SOROCABA, INQUIRIDO: MUNICIPIO DE SETE BARRAS - Relator: Dr. José de Lima Ramos Pereira.

Processo NF-004712.2017.03.000/9 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO: CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MINAS GERAIS, NOTICIANTE: DENUNCIANTE SIGILOSO - Relator: Dr. José de Lima Ramos Pereira.

Processo PP-000289.2017.03.010/2 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE, 7.COORDINFÂNCIA, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), INVESTIGADO: JACILENE APARECIDA TEIXEIRA - Relator: Dr. José de Lima Ramos Pereira.

Processo NF-005107.2017.04.000/4 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: ANILDO JOSÉ SARTURI, NOTICIANTE: FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO DO RIO GRANDE DO SUL - Relator: Dr. José de Lima Ramos Pereira.

Processo NF-000140.2018.17.000/2 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: IDENTIDADE SOB SIGILO, NOTICIADO: MUNICÍPIO DE VIANA - Relator: Dr. José de Lima Ramos Pereira.

Processo NF-000733.2018.02.000/9 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: NOTICIADO: DANILO COUTINHO OLIVEIRA, NOTICIADO: JULIANA MOREIRA FERNANDES DE SOUZA, NOTICIADO: LUCIANO DA CRUZ BARRETO, NOTICIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO - Relatora: Dra. Virginia Maria Veiga de Senna.
III - Demais Procedimentos para análise revisional
PRT 1ª Região-RJ - IC-003061.2011.01.000/3, IC-000289.2011.01.003/4, IC-004346.2012.01.000/0, IC-000055.2012.01.007/8, IC-002168.2013.01.000/4, IC-000159.2013.01.003/0, IC-003165.2014.01.000/8, IC-001306.2015.01.000/5, IC-001931.2015.01.000/0, IC-002140.2015.01.000/1, IC-000255.2015.01.005/0, IC-000095.2016.01.000/2, IC-001709.2016.01.000/2, IC-004254.2016.01.000/5, IC-005337.2016.01.000/4, IC-000259.2016.01.001/4, IC-000176.2016.01.002/2, IC-000275.2016.01.002/4, IC-000201.2016.01.003/9, IC-000121.2016.01.005/7, IC-000575.2016.01.005/1, IC-000624.2016.01.005/7, IC-000684.2016.01.005/0, IC-001208.2017.01.000/2, IC-002576.2017.01.000/6, IC-004281.2017.01.000/0, IC-004549.2017.01.000/0, IC-005022.2017.01.000/0, NF-005313.2017.01.000/1, NF-006087.2017.01.000/4, IC-000185.2017.01.005/9, IC-000464.2017.01.006/3, IC-000225.2017.01.007/5, NF-000040.2018.01.007/5, IC-001821.2013.01.000/3, IC-000390.2014.01.004/1, IC-001601.2015.01.000/0, IC-002245.2015.01.000/6, IC-000939.2016.01.000/6, IC-003691.2016.01.000/5, IC-006175.2016.01.000/2, IC-000310.2016.01.002/7, IC-000104.2016.01.007/3, IC-000282.2016.01.007/7, IC-000259.2017.01.000/6, IC-001061.2017.01.000/8, IC-001349.2017.01.000/0, IC-001941.2017.01.000/0, PP-002023.2017.01.000/1, IC-002538.2017.01.000/1, PP-004688.2017.01.000/7, IC-000672.2017.01.006/4, IC-003279.2011.01.000/8, IC-000545.2012.01.001/5, IC-002176.2014.01.000/1, IC-000512.2014.01.006/4, IC-004314.2015.01.000/5, IC-004395.2015.01.000/1, IC-005279.2015.01.000/1, IC-000027.2015.01.007/9, IC-000253.2015.01.007/3, IC-000819.2016.01.000/3, IC-006540.2016.01.000/5, IC-000098.2016.01.005/3, IC-000458.2016.01.005/8, IC-001146.2017.01.000/0, IC-002445.2017.01.000/4, PP-003968.2017.01.000/8, PP-005415.2017.01.000/0, NF-005907.2017.01.000/0, IC-000036.2017.01.001/6, IC-000044.2017.01.001/0, IC-000151.2017.01.001/8, IC-000340.2017.01.001/0, NF-000778.2017.01.005/0, NF-000027.2018.01.007/0, IC-001179.2006.01.000/0, PAJ-002810.2008.01.003/9, IC-000662.2011.01.000/5, IC-001256.2011.01.000/2, IC-000067.2013.01.003/7, IC-000362.2014.01.000/9, IC-000819.2014.01.000/8, IC-002817.2014.01.000/0, IC-003045.2014.01.000/8, IC-003966.2014.01.000/1, IC-003058.2015.01.000/2, IC-005035.2015.01.000/0, IC-000806.2016.01.000/7, IC-000830.2016.01.000/0, IC-002502.2016.01.000/8, IC-002557.2016.01.000/7, IC-000504.2016.01.003/2, IC-000385.2016.01.005/2, IC-000545.2016.01.006/0, IC-002476.2017.01.000/9, IC-003277.2017.01.000/8, NF-006192.2017.01.000/0, IC-000010.2017.01.002/8, IC-000077.2017.01.007/7, NF-000108.2018.01.005/2 - PRT 2ª Região-SP - IC-005935.2012.02.000/0, IC-000364.2013.02.002/2, IC-000281.2013.02.003/0, IC-000266.2014.02.005/2, IC-000991.2015.02.000/8, IC-007688.2015.02.000/9, IC-000404.2015.02.002/2, IC-000207.2015.02.003/6, IC-007734.2016.02.000/4, IC-000932.2016.02.002/5, IC-000912.2017.02.000/1, IC-004506.2017.02.000/9, IC-006678.2017.02.000/8, IC-007402.2017.02.000/4, PP-007751.2017.02.000/2, NF-009142.2017.02.000/4, PP-009508.2017.02.000/0, IC-000355.2017.02.001/1, NF-000989.2017.02.002/9, PP-000535.2017.02.003/5, IC-005260.2014.02.000/5, IC-002504.2015.02.000/8, IC-000683.2015.02.001/6, IC-002925.2016.02.000/7, IC-000041.2016.02.002/9, IC-000727.2017.02.000/4, PP-003198.2017.02.000/0, IC-003973.2017.02.000/8, PP-004474.2017.02.000/5, IC-005537.2017.02.000/1, PP-007068.2017.02.000/6, NF-008252.2017.02.000/0, NF-008353.2017.02.000/2, NF-008764.2017.02.000/3, NF-009258.2017.02.000/0, NF-009439.2017.02.000/8, IC-000216.2017.02.002/1, PP-000539.2017.02.003/0, IC-001609.2011.02.000/7, IC-000727.2012.02.000/0, IC-001375.2013.02.000/1, IC-004936.2014.02.000/1, IC-000118.2015.02.004/2, PP-007439.2016.02.000/0, IC-000858.2016.02.001/9, IC-000219.2016.02.003/9, IC-001553.2017.02.000/0, IC-005534.2017.02.000/5, IC-006852.2017.02.000/7, PP-008292.2017.02.000/5, PP-009581.2017.02.000/3, NF-009754.2017.02.000/5, IC-000584.2017.02.002/4, IC-000888.2017.02.002/4, NF-001026.2017.02.002/7, NF-001068.2017.02.002/3, NF-001098.2017.02.002/2, NF-001153.2017.02.002/7, PP-000527.2017.02.003/0, NF-000382.2018.02.000/6, IC-001305.2013.02.000/7, IC-002246.2014.02.000/0, IC-000604.2014.02.002/6, IC-007956.2016.02.000/2, IC-000261.2016.02.001/2, IC-001084.2017.02.000/8, PP-003104.2017.02.000/0, IC-005975.2017.02.000/5, PP-006867.2017.02.000/0, PP-007136.2017.02.000/3, PP-007351.2017.02.000/3, PP-009651.2017.02.000/1, IC-000433.2017.02.001/2, NF-000635.2017.02.005/5 - PRT 3ª Região-MG - IC-000777.2010.03.000/3, IC-000386.2013.03.006/5, IC-002937.2014.03.000/1, IC-000029.2014.03.001/4, IC-000285.2014.03.001/9, IC-000161.2014.03.006/3, IC-001000.2015.03.000/2, IC-002763.2015.03.006/6, IC-000358.2015.03.010/7, IC-000426.2015.03.010/0, IC-001654.2016.03.000/1, IC-001532.2017.03.000/2, PP-002994.2017.03.000/9, PP-003473.2017.03.000/2, NF-004129.2017.03.000/0, IC-004503.2017.03.000/3, NF-004710.2017.03.000/8, NF-004713.2017.03.000/4, NF-005275.2017.03.000/5, IC-000442.2017.03.001/5, NF-001006.2017.03.001/7, IC-000046.2017.03.002/4, PP-000113.2017.03.004/8, IC-000718.2011.03.001/0, IC-000321.2011.03.006/4, IC-000072.2012.03.010/7, IC-000082.2014.03.001/2, IC-000106.2014.03.001/9, IC-000770.2014.03.001/0, IC-000127.2015.03.010/0, IC-000128.2016.03.010/1, NF-005050.2017.03.000/0, NF-005122.2017.03.000/0, PP-000587.2017.03.001/4, PP-000769.2017.03.001/9, PP-000819.2017.03.001/0, NF-001069.2017.03.001/1, NF-001071.2017.03.001/4, IC-000035.2017.03.003/8, IC-000234.2017.03.007/0, IC-000108.2017.03.010/0, IC-000383.2017.03.010/2, IC-000296.2014.03.010/2, IC-000141.2015.03.001/9, IC-000159.2016.03.004/2, IC-003651.2017.03.000/3, IC-000368.2017.03.001/0, IC-000093.2017.03.004/4, IC-000418.2017.03.006/6, IC-000145.2017.03.010/0, IC-001906.2015.03.000/0, IC-000727.2015.03.001/1, IC-000379.2016.03.006/5, IC-001635.2017.03.000/6, IC-000312.2017.03.007/0, NF-000009.2018.03.008/3 - PRT 4ª Região-RS - IC-000214.2011.04.001/5, IC-000189.2012.04.007/8, IC-000771.2014.04.006/2, IC-000782.2014.04.006/7, IC-000129.2014.04.008/0, IC-003331.2015.04.000/5, IC-000324.2015.04.001/5, IC-000223.2015.04.004/8, NF-002153.2016.04.000/8, IC-002787.2016.04.000/2, IC-002915.2016.04.000/1, IC-003174.2016.04.000/4, PP-

003266.2016.04.000/6, IC-004000.2016.04.000/9, IC-004065.2016.04.000/4, IC-004871.2016.04.000/8, IC-000270.2016.04.002/8, IC-000210.2016.04.003/8, IC-000242.2016.04.004/6, IC-000773.2016.04.006/0, IC-000795.2017.04.000/2, IC-001466.2017.04.000/6, IC-001738.2017.04.000/0, IC-002317.2017.04.000/0, IC-003282.2017.04.000/9, IC-003579.2017.04.000/3, PP-003792.2017.04.000/2, NF-003929.2017.04.000/0, PP-004196.2017.04.000/8, IC-000221.2017.04.002/0, IC-000139.2017.04.003/1, IC-000253.2017.04.004/2, IC-000188.2017.04.006/4, NF-000729.2017.04.006/6, IC-000033.2017.04.008/4, NF-000001.2018.04.002/0, IC-000048.2012.04.005/6, IC-000361.2014.04.001/2, IC-000253.2014.04.008/2, IC-003861.2015.04.000/0, IC-000087.2016.04.000/3, IC-000124.2016.04.000/3, IC-000149.2016.04.000/0, IC-000434.2016.04.000/9, IC-002007.2016.04.000/0, IC-002372.2016.04.000/0, IC-003204.2016.04.000/7, IC-000403.2016.04.007/4, IC-000406.2016.04.008/1, IC-002402.2017.04.000/5, IC-002752.2017.04.000/9, IC-002963.2017.04.000/5, PP-003364.2017.04.000/5, NF-004784.2017.04.000/4, NF-004908.2017.04.000/0, IC-000197.2017.04.001/4, IC-000239.2017.04.001/1, PP-000280.2017.04.004/5, IC-000337.2013.04.006/7, IC-000378.2014.04.003/2, IC-000421.2014.04.006/1, IC-000604.2014.04.006/3, IC-000715.2014.04.006/5, IC-000138.2014.04.007/8, IC-002540.2015.04.000/2, IC-000275.2015.04.004/4, IC-000507.2015.04.006/7, IC-000564.2015.04.006/1, IC-000603.2015.04.006/0, IC-000321.2015.04.008/9, IC-000174.2016.04.000/0, IC-000569.2016.04.000/7, IC-001396.2016.04.000/6, IC-002189.2016.04.000/0, IC-002772.2016.04.000/9, IC-004292.2016.04.000/2, IC-000104.2016.04.001/3, IC-000767.2016.04.006/0, IC-000387.2016.04.008/3, IC-000332.2017.04.000/0, PP-001573.2017.04.000/3, PP-001904.2017.04.000/3, PP-003780.2017.04.000/4, IC-003981.2017.04.000/4, IC-004382.2017.04.000/4, NF-004963.2017.04.000/1, IC-000190.2017.04.001/0, IC-000103.2017.04.002/1, IC-000152.2017.04.006/4, IC-000250.2017.04.006/0, IC-000330.2017.04.007/4, IC-000286.2013.04.004/7, IC-001195.2014.04.000/2, IC-002179.2015.04.000/1, IC-000056.2015.04.001/9, IC-000255.2015.04.005/9, IC-004414.2016.04.000/6, IC-000329.2016.04.004/9, IC-000127.2016.04.005/0, IC-000182.2016.04.005/2, IC-000886.2017.04.000/0, IC-001507.2017.04.000/1, PP-002794.2017.04.000/4, IC-003679.2017.04.000/0, PP-004063.2017.04.000/6, IC-004133.2017.04.000/4, PP-004626.2017.04.000/0, NF-000429.2017.04.001/0, IC-000087.2017.04.003/6, IC-000014.2017.04.005/2, IC-000166.2017.04.008/3 - PRT 5ª Região-BA - IC-000698.2009.05.000/0, IC-000091.2014.05.005/6, IC-000595.2015.05.000/6, IC-001148.2016.05.000/2, IC-002234.2016.05.000/0, IC-002645.2016.05.000/0, IC-000586.2016.05.006/3, NF-003428.2017.05.000/0, IC-000282.2017.05.003/3, IC-000039.2017.05.004/4, NF-000443.2017.05.004/8, IC-000134.2017.05.006/4, IC-000052.2012.05.006/5, IC-001192.2015.05.000/0, IC-000089.2015.05.005/0, NF-003494.2017.05.000/2, NF-000027.2018.05.000/8, NF-000150.2018.05.000/0, IC-000295.2014.05.001/0, IC-000006.2014.05.002/1, IC-000076.2014.05.003/2, IC-000519.2014.05.006/6, IC-001467.2015.05.000/0, IC-000485.2015.05.006/6, IC-002975.2016.05.000/1, IC-000113.2016.05.003/8, IC-000050.2016.05.004/1, NF-003286.2017.05.000/2, NF-003313.2017.05.000/9, NF-003321.2017.05.000/4, NF-003419.2017.05.000/9, NF-003545.2017.05.000/3, NF-000260.2017.05.003/6, NF-000088.2018.05.000/4, NF-000059.2018.05.004/4, IC-000677.2013.05.006/2, IC-001016.2014.05.000/1, IC-001550.2015.05.000/2, IC-002223.2015.05.000/6, PP-002351.2017.05.000/5, IC-002867.2017.05.000/0, NF-003412.2017.05.000/0, NF-000203.2017.05.003/1 - PRT 6ª Região-PE - IC-002431.2014.06.000/5, IC-001885.2015.06.000/1, IC-000236.2015.06.002/8, IC-001574.2016.06.000/0, IC-002204.2016.06.000/1, IC-001301.2017.06.000/6, PP-000125.2017.06.002/1, IC-000522.2017.06.002/5, NF-000786.2017.06.002/0, NF-000001.2018.06.002/2, IC-001298.2017.06.000/4, NF-003990.2017.06.000/8, NF-000024.2018.06.002/2, PP-000412.2016.06.002/7, IC-001926.2017.06.000/0, IC-000427.2017.06.002/9, NF-000738.2017.06.002/7, IC-002821.2017.06.000/3, PP-003590.2017.06.000/9 - PRT 7ª Região-CE - IC-000357.2015.07.000/0, IC-000247.2015.07.000/5, IC-001757.2017.07.000/1, IC-000099.2017.07.001/6, IC-000534.2012.07.000/1 - PRT 8ª Região-PA - IC-000954.2014.08.000/9, IC-001406.2014.08.000/7, IC-001067.2015.08.000/1, IC-001359.2016.08.000/1, IC-001858.2016.08.000/2, IC-000207.2016.08.001/8, PP-001469.2017.08.000/7, IC-001911.2016.08.000/6, IC-000418.2014.08.000/4, IC-000068.2014.08.002/6, IC-000137.2014.08.002/4, IC-000298.2014.08.002/8, IC-000110.2014.08.003/3, IC-000057.2016.08.000/3, IC-000263.2016.08.000/5, IC-000283.2017.08.000/5, IC-000367.2017.08.000/1, IC-001303.2017.08.000/9, PP-001582.2017.08.000/9, IC-001880.2017.08.000/0, IC-000064.2017.08.001/1, IC-000085.2017.08.001/9, IC-000961.2016.08.000/0, IC-000254.2016.08.001/5 - PRT 9ª Região-PR - IC-000979.2010.09.001/4, IC-000038.2011.09.006/0, IC-001798.2014.09.000/8, IC-000459.2014.09.001/0, IC-000282.2014.09.009/8, IC-001858.2015.09.000/1, IC-000224.2015.09.007/8, IC-000577.2016.09.000/4, IC-000718.2016.09.000/3, IC-003631.2016.09.000/4, IC-003972.2016.09.000/7, IC-000017.2016.09.001/5, IC-000287.2016.09.001/8, IC-000587.2016.09.003/4, PP-000636.2016.09.003/0, IC-000383.2016.09.007/6, IC-001586.2017.09.000/1, PP-001920.2017.09.000/0, PP-002187.2017.09.000/6, PP-002352.2017.09.000/4, PP-002384.2017.09.000/4, PP-002794.2017.09.000/0, PP-003010.2017.09.000/4, PP-003472.2017.09.000/2, NF-003813.2017.09.000/9, NF-000377.2017.09.004/4, IC-000213.2017.09.005/8, IC-000306.2017.09.007/0, IC-002148.2014.09.000/0, IC-000289.2015.09.005/1, IC-000357.2016.09.003/6, IC-000151.2017.09.000/1, IC-002505.2017.09.000/3, NF-003125.2017.09.000/5, IC-000017.2017.09.009/3, PP-000458.2008.09.004/4, IC-000350.2014.09.001/4, IC-003396.2015.09.000/6, IC-000056.2015.09.001/7, IC-000146.2015.09.003/3, IC-001059.2016.09.000/0, IC-003113.2016.09.000/6, IC-000547.2016.09.003/5, IC-001014.2017.09.000/0, PP-001405.2017.09.000/8, PP-001786.2017.09.000/6, PP-001996.2017.09.000/7, PP-002815.2017.09.000/1, NF-003602.2017.09.000/2, PP-003680.2017.09.000/2, PP-003801.2017.09.000/1, NF-003811.2017.09.000/8, IC-000136.2017.09.001/0, IC-000297.2017.09.001/8, IC-000356.2017.09.001/0, NF-000623.2017.09.001/4, PP-000306.2017.09.003/6, IC-000148.2017.09.005/3, IC-001345.2014.09.000/0, IC-000142.2015.09.009/3, IC-002509.2016.09.000/3, IC-002642.2016.09.000/8, IC-000200.2016.09.005/9, NF-000098.2018.09.000/3 - PRT 10ª Região-DF - IC-001832.2015.10.000/9, IC-002251.2015.10.000/0, IC-000056.2016.10.001/8, IC-000133.2016.10.001/0, PP-001911.2017.10.000/1, IC-001938.2017.10.000/2, IC-002337.2017.10.000/1, IC-000211.2013.10.003/0, IC-000156.2013.10.003/2, IC-000051.2014.10.000/3, IC-002278.2016.10.000/3, IC-000855.2017.10.000/0, IC-001343.2017.10.000/8, IC-001404.2017.10.000/5, IC-000335.2017.10.000/4 - PRT 11ª Região-AM - IC-000011.2012.11.000/5, IC-000533.2012.11.000/5, IC-000501.2013.11.000/3, IC-000055.2015.11.000/8, IC-001078.2015.11.000/7, IC-001421.2015.11.000/6, IC-000174.2016.11.000/9, IC-000109.2015.11.001/5, IC-001267.2015.11.000/0, IC-000793.2016.11.000/6, IC-001117.2016.11.000/2, IC-000767.2017.11.000/2, IC-001246.2017.11.000/5, IC-000193.2017.11.001/8, IC-000162.2015.11.000/6, IC-000778.2015.11.000/0 - PRT 12ª Região-SC - IC-000112.2011.12.004/2, IC-000368.2014.12.002/1, IC-000145.2014.12.005/0, IC-000433.2015.12.000/6, IC-001434.2016.12.000/9, IC-000097.2016.12.001/1, IC-000333.2016.12.002/7, IC-000618.2017.12.000/5, IC-001609.2017.12.000/3, IC-000128.2017.12.004/4, IC-000201.2017.12.004/3, IC-000118.2012.12.005/1, IC-000292.2014.12.005/6, IC-000289.2016.12.000/7, IC-000084.2016.12.002/2, IC-000262.2017.12.001/9, IC-000445.2017.12.005/2, IC-000326.2013.12.000/4, PP-000870.2014.12.000/6, IC-001394.2015.12.000/8, IC-000441.2016.12.000/3, IC-000862.2016.12.000/7, IC-000692.2016.12.001/0, IC-001422.2017.12.000/3, NF-000433.2017.12.002/8, IC-000145.2017.12.004/0, IC-000149.2013.12.000/1, IC-000941.2014.12.000/9, IC-000134.2015.12.004/0, IC-000361.2015.12.005/9 - PRT 13ª Região-PB - IC-000478.2015.13.000/8, IC-001784.2013.13.000/5, IC-000264.2015.13.002/5, IC-000192.2012.13.000/1, IC-001111.2012.13.000/9, IC-000106.2014.13.000/7, IC-000234.2016.13.001/8, IC-000387.2013.13.000/5 - PRT 14ª Região-RO - IC-000349.2014.14.000/2, IC-000126.2014.14.002/9, IC-000835.2015.14.000/3, IC-000261.2015.14.001/9, IC-000041.2017.14.001/4, IC-000306.2011.14.001/4, IC-000112.2016.14.001/3 - PRT 15ª Região-Campinas - IC-001702.2009.15.000/8, IC-000436.2012.15.007/7, IC-001383.2016.15.000/2, IC-003418.2016.15.000/9, IC-000772.2016.15.001/7, IC-000513.2016.15.002/1, IC-000688.2016.15.002/2, IC-000585.2016.15.007/6, IC-000867.2016.15.008/7, IC-002116.2017.15.000/0, IC-002646.2017.15.000/5, PP-002803.2017.15.000/8, IC-003114.2017.15.000/7, IC-000367.2017.15.003/8, PP-000486.2017.15.003/4, NF-000137.2018.15.002/4, IC-000063.2015.15.001/0, IC-001827.2016.15.000/2, IC-002292.2017.15.000/6, PP-003912.2017.15.000/4, PP-000501.2017.15.007/5, IC-003287.2015.15.000/1, IC-000833.2016.15.000/4, IC-000973.2016.15.000/1, IC-000501.2016.15.001/3, IC-000196.2016.15.004/2, IC-000308.2016.15.005/4, IC-000433.2016.15.007/9, IC-000454.2016.15.008/8, IC-000666.2016.15.008/4, IC-000280.2017.15.000/5, IC-000906.2017.15.000/2, PP-003082.2017.15.000/3, PP-000474.2017.15.003/4, NF-000024.2018.15.000/4, IC-000138.2017.15.003/6 - PRT 16ª Região-MA - IC-000066.2011.16.002/0, IC-000682.2015.16.000/6, IC-000577.2016.16.000/5, NF-000589.2017.16.000/8, NF-001238.2017.16.000/0, NF-001366.2017.16.000/6, NF-001382.2017.16.000/7, NF-001497.2017.16.000/8, NF-000063.2018.16.000/1, NF-000020.2018.16.002/9, IC-000155.2014.16.002/6, IC-000319.2017.16.000/0, NF-001460.2017.16.000/0, NF-000574.2017.16.000/9, IC-001283.2017.16.000/5, NF-001291.2017.16.000/0, NF-001300.2017.16.000/5, NF-000315.2017.16.001/3, IC-000763.2014.16.000/3, IC-000128.2015.16.002/6, IC-000061.2016.16.002/1, IC-000132.2017.16.000/4 - PRT 17ª Região-ES - IC-000059.2011.17.003/6, IC-000171.2013.17.000/7, IC-001358.2013.17.000/1, IC-001368.2014.17.000/0, IC-000018.2015.17.001/9, IC-000329.2016.17.000/6, IC-000101.2016.17.003/9, IC-000407.2016.17.003/1, IC-000068.2017.17.000/6, PP-001200.2017.17.000/6, NF-001605.2017.17.000/2, IC-000252.2017.17.001/6, IC-000171.2017.17.003/2, IC-001077.2015.17.000/0, IC-000201.2015.17.002/6, IC-000761.2017.17.000/0, PP-001239.2017.17.000/4, PP-001413.2017.17.000/3, IC-000961.2011.17.000/0, IC-001175.2014.17.000/5, IC-000494.2014.17.003/2, IC-001070.2015.17.000/2, IC-000287.2015.17.003/0, IC-001427.2016.17.000/0, IC-000768.2017.17.000/4, PP-000980.2017.17.000/4, PP-001421.2017.17.000/9, NF-001530.2017.17.000/7, NF-001623.2017.17.000/4, PP-000204.2017.17.001/2, IC-000151.2017.17.002/0, IC-000074.2017.17.003/8, PP-001442.2017.17.000/7 - PRT 18ª Região-GO - IC-001306.2012.18.000/5, IC-000747.2014.18.000/6, IC-001263.2016.18.000/7, IC-000272.2016.18.001/9, IC-000203.2017.18.000/9, IC-000601.2017.18.000/9, IC-001196.2017.18.000/7, IC-001368.2017.18.000/3, NF-001593.2017.18.000/0, IC-000080.2017.18.002/8, IC-000338.2017.18.002/7, IC-000462.2014.18.000/4, IC-001530.2015.18.000/1, IC-000281.2015.18.002/5, IC-000147.2017.18.003/0, IC-000267.2017.18.003/2, IC-000319.2017.18.003/7, NF-000089.2018.18.000/5, NF-000107.2018.18.000/9, IC-000873.2014.18.000/0, IC-000151.2014.18.001/4, IC-001698.2015.18.000/0, IC-000043.2016.18.001/2, IC-000354.2017.18.000/0, IC-000528.2017.18.000/0, IC-001239.2017.18.000/2, NF-000084.2018.18.000/9, IC-002321.2017.18.000/8, IC-000419.2017.18.003/5 - PRT 20ª Região-SE - IC-002149.2016.20.000/3, IC-002601.2016.20.000/0, IC-002797.2016.20.000/8, IC-000449.2017.20.000/7, PP-001126.2017.20.000/8, IC-003000.2016.20.000/0, NF-001773.2017.20.000/7, NF-001805.2017.20.000/0, IC-001193.2017.20.000/6, IC-001890.2017.20.000/0, IC-001948.2017.20.000/0 - PRT 21ª Região-RN - IC-000127.2016.21.000/3, IC-000425.2016.21.000/5, IC-000802.2016.21.000/4, IC-001445.2016.21.000/3, IC-001786.2016.21.000/6, IC-000015.2017.21.000/5, IC-000168.2017.21.000/1, PP-000519.2017.21.000/4, IC-001149.2017.21.000/5, NF-001687.2017.21.000/6, NF-001778.2017.21.000/2, PP-000254.2017.21.001/5, IC-000129.2017.21.002/5, IC-000218.2017.21.002/0, IC-000014.2018.21.001/2, IC-000488.2015.21.000/5, IC-000360.2015.21.001/0, IC-000390.2016.21.000/6, IC-000040.2016.21.002/1, IC-000953.2016.21.000/5, IC-000330.2016.21.001/0, PP-000627.2017.21.000/7, PP-001293.2017.21.000/1, IC-001354.2017.21.000/9, IC-000067.2017.21.002/2, IC-000174.2017.21.002/0, IC-001183.2013.21.000/0, IC-001195.2013.21.000/8, IC-000971.2016.21.000/7, IC-000128.2017.21.002/9 - PRT 22ª Região-PI - IC-001267.2015.22.000/9, IC-001542.2016.22.000/2, IC-001722.2016.22.000/4, IC-001937.2016.22.000/2, IC-000248.2016.22.001/1, IC-000914.2017.22.000/6, IC-000355.2016.22.001/8, IC-000977.2017.22.000/9, IC-000289.2013.22.000/0, IC-001038.2015.22.000/0, IC-001173.2015.22.000/6, IC-000072.2015.22.001/8, IC-000115.2015.22.001/0, IC-001016.2016.22.000/9, IC-001068.2017.22.000/3 - PRT 23ª Região-MT - IC-000456.2014.23.000/0, IC-000136.2015.23.003/8, IC-000460.2016.23.001/2, IC-000154.2016.23.004/0, IC-001134.2017.23.000/8, IC-000021.2017.23.001/9, IC-000317.2017.23.001/5, IC-000370.2017.23.001/4, IC-000383.2017.23.001/0, IC-000410.2017.23.001/9, IC-000455.2017.23.001/0, IC-000614.2017.23.001/0, IC-000242.2017.23.004/1, IC-000300.2015.23.004/2, IC-000404.2017.23.001/7, IC-000009.2015.23.000/2, IC-000917.2015.23.000/0, IC-000337.2016.23.000/9, IC-000551.2017.23.000/4, NF-001481.2017.23.000/5, NF-001516.2017.23.000/5, IC-000448.2017.23.001/1, IC-000600.2017.23.001/8, IC-000001.2017.23.003/1, IC-000017.2016.23.004/3, IC-000163.2017.23.000/1, IC-000881.2017.23.000/0, IC-000579.2017.23.001/8, IC-000705.2017.23.001/8 - PRT 24ª Região-MS - IC-000903.2017.24.000/4, IC-000821.2016.24.000/5, IC-000898.2016.24.000/0, IC-000135.2017.24.000/3, IC-000388.2017.24.000/5, IC-000639.2015.24.000/4.

Os processos constantes desta pauta que não forem julgados nesta Sessão ficam automaticamente adiados para as próximas que se seguirem, independentemente de nova inclusão em pauta.

ELIANE ARAQUE DOS SANTOS
Coordenadora da 2ª Subcâmara
de Coordenação e Revisão do MPT

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900094

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

SECRETARIA

PORTARIA Nº 141, DE 14 DE MARÇO DE 2018

Alterar a Portaria nº 441 /DG/SEC/MPM, de 27 de junho de 2017, que subdelega ao Diretor do Departamento de Gestão de Pessoas a prática de atos administrativos, no âmbito do Ministério Público Militar.

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelas Portarias PGJM nº 290, de 5 de dezembro de 2013, e PGJM Nº 114, de 31 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º Alterar o Inciso XXI do Artigo 1º da Portaria nº 441 /DG/SEC/MPM, de 27 de junho de 2017, que passará a conter a seguinte redação:

"Artigo 1º.....

.....

XXI - Assinar os Termos de Convênio e de Compromisso de Estágio;

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO BARROS SANTOS

Tribunal de Contas da União

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

SECRETARIA DAS SESSÕES

ATA Nº 7, DE 13 DE MARÇO DE 2018
(Sessão Ordinária da Segunda Câmara)

Presidente: Ministro José Múcio Monteiro
Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
Subsecretária das Câmaras: AUFC Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos

Às 16 horas, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária da Segunda Câmara, com a presença dos Ministros Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes e dos Ministros-Substitutos Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho e do Representante do Ministério Público Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Segunda Câmara homologou a Ata n.º 6 referente à Sessão Ordinária realizada em 6 de março de 2018.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de Pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-000.644/2015-3, TC-005.998/2000-8 e TC-010.484/2014-0, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz;

TC-016.285/2013-1, cujo relator é o Ministro José Múcio Monteiro;

TC-007.944/2015-2, cuja relatora é a Ministra Ana Arraes;

TC-014.301/2015-6, cujo relator é o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa; e

TC-002.065/2018-5, TC-002.514/2016-8, TC-005.019/2016-8, TC-009.163/2017-4, TC-027.607/2017-8, TC-028.561/2017-1, TC-029.020/2015-8, TC-030.650/2015-1 e TC-033.248/2015-0, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

SUSTENTAÇÃO ORAL

Na apreciação do processo nº TC-002.706/2015-6, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, o Dr. Álvaro Figueiredo Maia de Mendonça - OAB/PE nº 14.265, apresentou sustentação oral em nome de José João Inácio.

PEDIDO DE VISTA

Com base no artigo 119 do Regimento Interno, foi suspensa a votação do processo TC-002.706/2015-6, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, em função de pedido de vista formulado pelo Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, então convocado em razão do quórum mínimo exigido, tendo em vista os impedimentos dos Ministros José Múcio Monteiro e Ana Arraes. O Dr. Álvaro Figueiredo de Mendonça apresentou sustentação oral em nome de José João Inácio.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Segunda Câmara aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 930 a 1119:

RELAÇÃO Nº 6/2018 - 2ª Câmara
Relator - Ministro AUGUSTO NARDES

ACÓRDÃO Nº 930/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º do Regimento Interno do TCU, e 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do mérito dos atos de concessão de aposentadoria de Dilma Silva Franco, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.663/2018-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Dilma Silva Franco (972.941.877-20);
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Oswaldo Cruz
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 931/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º do Regimento Interno do TCU, e 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do mérito do ato de concessão de aposentadoria de Maria da Penha de Souza Claudino, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.692/2018-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria da Penha de Souza Claudino (315.469.517-68)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Federal de Bonsucesso
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 932/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º do Regimento Interno do TCU, e 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do mérito do ato de concessão de aposentadoria de Paulo Roberto dos Santos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.700/2018-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Paulo Roberto dos Santos (383.610.007-04)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Federal Ipanema
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 933/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º do Regimento Interno do TCU, e 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do mérito do ato de concessão de aposentadoria de Waldomiro Zaniolo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.702/2018-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Waldomiro Zaniolo (005.672.727-53)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Cardiologia
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 934/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º do Regimento Interno do TCU, e 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do mérito do ato de concessão de aposentadoria de Anselmo Soares, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.769/2018-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Anselmo Soares (305.993.777-04)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 935/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º do Regimento Interno do TCU, e 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do mérito do ato de concessão de aposentadoria de Antonio Virgílio Brasileiro Silva, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.775/2018-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Antonio Virgílio Brasileiro Silva (020.541.594-68)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 936/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º do Regimento Interno do TCU, e 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do mérito do ato de concessão de aposentadoria de Maria da Graça Bispo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.780/2018-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria da Graça Bispo (055.712.578-22)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 937/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Francisco de Assis Ferreira Tiburcio, sem prejuízo da determinação consignada a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.978/2018-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Francisco de Assis Ferreira Tiburcio (273.583.992-34).
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Amazonas.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) que corrija o fundamento legal do ato no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução - TCU 206/2007.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900095

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 938/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Dalva da Silva Oliveira, sem prejuízo da determinação consignada a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.985/2018-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Dalva da Silva Oliveira (410.279.657-68).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Câncer.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) que corrija o fundamento legal do ato no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução - TCU 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 939/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Edelvan de Jesus Farias, sem prejuízo da determinação consignada a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.073/2018-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Edelvan de Jesus Farias (313.316.025-72).

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) que corrija o fundamento legal do ato no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução - TCU 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 940/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de Maria do Socorro Barbosa Carvalho, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo da seguinte providência:

1. Processo TC-002.074/2018-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Maria do Socorro Barbosa Carvalho (101.145.301-06)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Goiás

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) que corrija o fundamento legal do ato no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução - TCU 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 941/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Maria Adelaide Lopes, com a ressalva de que a gratificação de raio-X foi ajustada para os limites legais e não há mais percepção de parcela judicial referente ao enquadramento de servidores de que trata o artigo 5º do Decreto 95.689/1988, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.278/2008-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Maria Adelaide Lopes (493.265.899-00).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 942/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.891/2018-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Aluisio Araújo de Andrade (148.150.523-87); Francinaldo Carvalho Muniz (055.457.222-20); José Antonio Barbosa Rodrigues (307.812.807-53).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Maranhão.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 943/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Sérgio Munimis, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.950/2018-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Sérgio Munimis (199.228.767-87).

1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 944/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de aposentadoria das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.999/2018-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessadas: Maria Eliana dos Santos Oliveira (471.453.405-00); Neuma Sousa das Neves (100.329.675-00)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 945/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.005/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Severino Ramos dos Santos (147.261.494-15); Valdenice Rumão de Melo (102.533.434-53).

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Pernambuco.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 946/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, sem prejuízo das determinações consignadas a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.933/2017-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Carlos Alberto da Silva (235.248.634-34); Edinaldo Coelho de Araújo (075.366.584-00); Gilcélia Queiroz de Brito (122.910.134-91).

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Pernambuco.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo órgão/entidade de origem, desta deliberação, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU.

1.7.2. determinar ao órgão/entidade de origem, com base nos arts. 45 da Lei 8.443/1992 e 6º, §2º, da Resolução TCU 206/2007, que:

1.7.2.1. exclua da estrutura de proventos do interessado EDINALDO COELHO DE ARAÚJO e recalcule para a interessada GILCÉLIA QUEIROZ DE BRITO a parcela relativa à irregularidade apontada, no prazo de quinze dias, contado a partir da ciência deste acórdão, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

1.7.2.2. informe aos interessados o teor deste acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de trinta dias, comprovante da data de ciência pelos interessados;

1.7.2.3. informe aos interessados que, no caso de não provimento de recurso eventualmente interposto, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência do acórdão pelo órgão/entidade de origem.

ACÓRDÃO Nº 947/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, sem prejuízo das determinações consignadas a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.934/2017-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: José Félix Rodrigues Filho (084.476.674-72); Sônia Moreira Macedo (169.847.574-87).

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Pernambuco.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo órgão/entidade de origem, deste acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU.

1.7.2. determinar ao órgão/entidade de origem, com base nos arts. 45 da Lei 8.443/1992 e 6º, § 2º, da Resolução TCU 206/2007, que:

1.7.2.1 exclua da estrutura de proventos dos interessados SÔNIA MOREIRA MACEDO e JOSÉ FÉLIX RODRIGUES FILHO a parcela relativa a irregularidade apontada, no prazo de quinze dias, contado a partir da ciência deste acórdão, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

1.7.2.2 informe aos interessados o teor deste acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de trinta dias, comprovante da data de ciência pelos interessados;

1.7.2.3. informe aos interessados que, no caso de não provimento de recurso eventualmente interposto, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência do acórdão pelo órgão/entidade de origem.

ACÓRDÃO Nº 948/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.016/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Claudia Becker (019.517.320-14); Daniela Gomes Nunes (593.340.880-87); Dayse Azulay Melo (206.459.102-87); Debora Anita dos Santos Capellao (848.790.410-68); Francisco Casanova Nunes (013.172.000-71); Jordana Berwanger Fernandes (008.555.200-35); Luana Coproski Capitani (022.428.410-09); Marcia Cristiane da Silva Trindade (596.038.440-04); Nara Carolina Rosa (007.207.180-07); Silvia do Prado Schmidt (004.169.290-01)

1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 949/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.019/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Carlos Alexandre Nunes da Silva (979.276.510-72); Elis Mara Lima Alves (004.455.360-98); Gianiny Martins Dorneles (010.960.770-86); Jaison Luck Cunha (024.451.100-41); Jaqueline Petittembert Fonseca (897.509.770-68); Jussara Oestraich Azeredo (931.579.160-68); Karen Oliveira Soares Rodrigues (017.324.940-02); Leoni da Luz Bueno (320.900.720-91); Mariane Leite Bertotto Borgatti (020.710.500-61); Milena Libardoni (016.708.710-02).

1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 950/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.023/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ana Karina da Silva Pimentel (715.363.530-00); Camila Ramoa Lussani (023.271.880-67); Daniele de Jesus da Luz (021.535.850-31); Josiane Aparecida Batista (986.469.740-49); Karen Gilberti Moura Mazarem (014.536.550-69); Karen Mariana da Silva Ferreira (031.317.300-13); Luciana de Almeida Silva (933.198.430-87); Michele Cristina Goncalves dos Santos (913.903.110-15); Raquel Luisa Alves da Silva (430.688.040-00); Rosangela Faccio (728.547.070-87).

1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 951/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.028/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adriana Machado Ledesma (677.859.800-04); Aline Dal Pra (018.335.480-00); Andreia Bandeira Soares (021.384.490-76); Carolina Lohmann Cauzzi Nunes (996.510.410-72); Douglas Oliveira Valentim (019.250.100-31); Joao Paulo Furtado Maduro (287.540.368-01); Nilza de Fatima Henn (634.511.740-49); Silvana Teresinha Rossi (421.629.120-15); Simone Nunes Quadros (005.532.520-38); Tissiane Oliveira da Silva (019.568.600-45).

1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 952/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.082/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Claudia Rejane Nunes (010.690.240-74); Dioneia da Silva Souza (961.334.900-63); Karen Freitas Lopes (021.613.930-90); Luanda Senedi da Silva (814.124.360-87); Luciane Dall Agnol (751.364.900-63); Luiza Catarina Farias da Silva (509.950.060-91); Marcia Alexandra Xavier de Oliveira Garcia (706.545.060-00); Marcia Serpa Dahmer (526.019.510-87); Olivia Fischer Dias (026.755.470-26); Paulo de Brum Lobo Junior (029.785.920-01).

1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 953/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.086/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alexandre D Angelo dos Santos (456.344.750-15); Daniela Guterres Santos (805.181.760-53); Ema Sandra Costa da Silva (460.605.100-00); Jessica Thaysy da Silva Soares (026.996.680-36); Lisiane dos Santos Maldonado (008.518.830-10); Luciana da Silva (759.789.620-49); Maria Aparecida Silva dos Santos (417.308.600-87); Rafael Neves dos Santos (813.724.420-49); Taiana Cassia Machado da Silva (011.814.170-82); Taielize da Silva Brasil (021.185.850-12).

1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 954/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.092/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessadas: Adriana Espindola da Silva (512.797.200-00); Ana Caroline Fortes Silva (855.939.740-04); Aneris Getsos Colla (701.375.010-72); Caroline Henrique Silva (968.542.940-53); Danielli da Silva Barbosa (010.351.050-80); Marise Costa (289.592.560-72); Marta Rosi da Silva Netto (571.648.000-49); Meri Eunice Carvalho Ferrari de Moraes (563.059.660-87); Pedrilha Bueno da Silva (913.649.570-00); Viviane da Silva Maciel (834.446.880-91).

1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 955/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.093/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessadas: Jenifer Koller Saturnino (018.636.550-00); Kissy Fortunato Fonseca (007.475.900-01); Rosa Maria Carvalho Ribeiro (515.495.570-68); Thais Silva dos Santos (009.128.120-28).

1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 956/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.149/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alex Barbosa (028.987.180-84); Carla Boeira da Silva (975.091.590-91); Guilherme Negreiros de Oliveira (012.488.720-10); Juliana Uchoa Nunes (005.511.260-94); Magna Cristina Traesel (633.136.180-49); Maria de Fatima Karst (689.678.370-20); Michelle Leal Alves (920.245.640-20); Patricia Muriel Santos (018.085.260-40); Rosane Schossler (499.783.300-20); Tatiane dos Santos Ribeiro Lopes Dubles (927.080.480-15)

1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 957/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.489/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Daniel Dias dos Santos (029.359.823-12); Danilla de Souza Silva (097.142.557-40); Libania Rodrigues de Sousa da Silva (020.462.207-73)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 958/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º do Regimento Interno do TCU, e 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de concessão de pensão civil de Josefa Bezerra dos Santos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.821/2018-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Josefa Bezerra dos Santos (009.574.511-48)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Mato Grosso do Sul

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 959/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º do Regimento Interno do TCU, e 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de concessão de pensão civil dos integrantes do presente processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.844/2018-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Antonia Lima do Nascimento (025.919.614-25); Maria Didia de Oliveira Silva (618.367.103-72); Nazare Resende Linhares Dantas (033.692.104-79); Raimundo Peixoto Soares (030.912.283-04)

1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900097

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 960/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º do Regimento Interno do TCU, e 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de concessão de pensão civil de Manoela Leite Marques, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.884/2018-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Manoela Leite Marques (397.610.027-72)

1.2. Órgão/Entidade: Hospital Federal dos Servidores do Estado

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 961/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º do Regimento Interno do TCU, e 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de concessão de pensão civil de Maria Leia Freire Palhano, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.918/2018-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Maria Leia Freire Palhano (445.159.101-59)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Mato Grosso do Sul

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 962/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil de Joao de Deus Bezerra de Moura, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.593/2018-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Joao de Deus Bezerra de Moura (067.304.246-48).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador).

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 963/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.598/2018-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Ivone dos Santos (359.795.775-72); Magnólia da Silva Ferreira (023.846.155-64); Maria José Vieira (234.062.245-04); Maria de Lourdes Ferreira Santos (656.815.505-59); Railton Lydio do Ó (844.965.685-00).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa na Bahia.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 964/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.658/2018-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Aline Almeida da Costa (866.707.785-20); Aurea Soares de Quieroz (177.047.235-53); Marlene de Magalhaes Alves (083.844.955-72).

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 965/2018 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relatados estes autos de prestação de contas do exercício de 2015 do Ministério dos Transportes (MT), atual Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA), cuja documentação remete à gestão do Gabinete do Ministro (GM), Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO), Secretaria de Política Nacional de Transportes (SPNT) e Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes (SEGES).

Considerando que a avaliação das presentes contas deu ênfase às informações relativas ao controle interno administrativo, à gestão de recursos humanos (RH) e à gestão do suprimento de bens e serviços - em relação a esse último, especialmente quanto aos controles internos das transferências;

Considerando que, no Termo de Execução Descentralizada nº 677.344, foram constatadas irregularidades relacionadas à falta de correlação entre as etapas do projeto e o cronograma de desembolso e, também, problemas com a solução de Tecnologia da Informação (TI) para o efetivo funcionamento do sistema objeto da avença;

Considerando que, a despeito de tais intercorrências terem acontecido em exercício financeiro diverso do ano da presente prestação de contas, ainda em 2015, durante a gestão do Sr. Herbert Drummond à frente da Secretaria de Política Nacional de Transporte do Ministério dos Transporte (SPNT/MT), permaneciam indefinições quanto ao encaminhamento a ser dado à solução de TI para implementação do projeto, problema que persistiu até o final dos trabalhos, configurando entrave para o efetivo funcionamento do objeto pactuado;

Considerando que tais inconformidades aconteceram durante a gestão do Sr. Herbert Drummond à frente da SPNT/MT (25/2/2015 a 31/12/2015), pertinente a aposição de ressalva em suas contas;

Considerando que o Ministério dos Transportes empregou os recursos efetivamente recebidos do Termo de Execução Descentralizada nº 685.442 (proponente: Secom/PR, valor: R$ 15.000.000,00) para adimplir despesas no âmbito de contrato previamente firmado - Contrato 11/2014, celebrado entre o MT e a Agência *Link Bagg* Comunicação e Propaganda Ltda. -, tendo ocorrido desembolsos posteriores à vigência do citado termo de cooperação, uma vez que o ajuste se encerrou em dezembro de 2015, enquanto a última transferência de valores foi realizada em junho de 2016 (peça 5, p. 112);

Considerando que tais inconformidades aconteceram durante a gestão do Sr. Herbert Drummond à frente da SPNT/MT e da Sra. Natália Marcassa de Souza à frente da Secretaria Executiva do Ministério (6/8/2015 a 31/12/2015), pertinente a aposição de ressalva nas contas desses responsáveis;

Considerando que as iniciativas de execução descentralizada consistem em transferências discricionárias (ou "voluntárias"), equivalendo aos "instrumentos congêneres" a convênios, os quais regem-se pela Portaria Interministerial nº 507/2011 e aplicam-se a jurisprudência do TCU relativa a convênios e instrumentos congêneres, que repele, via de regra, a execução do convênio sem procedimento licitatório, aproveitando contrato já existente (Voto condutor do Acórdão 1.154/2014-2ª Câmara), e os pagamentos em período diverso ao da vigência do Termo de Execução Descentralizada (Voto condutor dos Acórdãos nºs 7.609/2017-2ª Câmara, Rel. Min. Marcos Bemquerer; 6.943/2017-2ª Câmara, Rel. Min. José Múcio; e 5.238/2014-2ª Câmara, Rel. Min. José Jorge);

Considerando que essa irregularidade não ostenta magnitude significativa frente ao orçamento do órgão, não sendo razoável inquinar as contas anuais dos administradores (*v.g.* Acórdão nº 2.518/2017-1ª Câmara, Rel. Min. Augusto Sherman);

Considerando que o valor efetivamente transferido (R$ 14.750.356,52) supera, em muito, o patamar estabelecido pelo art. 6º, inciso I, da Instrução Normativa-TCU nº 71/2012, que dispõe sobre a instauração, a organização e o encaminhamento ao Tribunal de Contas da União dos processos de tomada de contas especial;

Considerando a necessidade de implementar procedimentos investigatórios adicionais;

Considerando que estão satisfeitos os requisitos da instauração de tomadas de contas especiais com vistas a apuração dos fatos em processo autônomo;

Considerando o *deficit* de gestão de conhecimento no Ministério dos Transportes, uma vez que: (i) 606 dos 841 servidores que compreendem o quadro de pessoal efetivo daquele órgão estão concentrados na faixa etária acima de 50 anos, tendo como média geral a idade de 54 anos, o que denota envelhecimento rápido da força de trabalho e possível redução de servidores ativos em futuro próximo; e (ii) os servidores mais antigos se aposentam e a bagagem de conhecimento é repassada para mão de obra composta por estagiários e terceirizados, cuja presença no serviço público é temporária, agravando mais ainda os problemas relacionados à gestão de pessoal, podendo comprometer gravemente o cumprimento da missão institucional ao longo do tempo e os objetivos estratégicos em médio e longo prazo;

Considerando as recomendações expedidas pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União - CGU (Relatório de Auditoria Anual de Contas, peça 5);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, incisos I e II; 17; 18 e 23, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I; 17, inciso I; 143, inciso I; 207; 208 e 214, incisos I e II, do Regimento Interno do TCU, ACORDAM em julgar regulares com ressalva as contas dos responsáveis Herbert Drummond (CPF 110.346.966-53), Secretário de Política Nacional de Transporte do Ministério dos Transporte (SPNT/MT), em virtude de inconformidades no Termo de Execução Descentralizada 677.344, e Natália Marcassa de Souza (CPF 290.513.838-60), Secretária Executiva do Ministério, em virtude de inconformidades no Termo de Execução Descentralizada 685.442, dando-lhes quitação nos termos do art. 18, *caput*, da Lei 8.443/1992, c/c art. 208, § 2º, do Regimento Interno do TCU; regulares as contas dos responsáveis Ana Patrizia Gonçalves Lira (CPF 599.524.582-15), Luciano de Souza Castro (CPF 127.761.817-87); Anivaldo Juvenil Vale (CPF 078.591.476-53), Edson Giroto (CPF 015.143.168-03), Miguel Mário Bianco Masella (CPF 006.288.598-72), Paulo Sérgio da Silva Souza (CPF 339.385.045-87) e Miguel de Souza (CPF 098.365.274-00), dando-lhes quitação plena nos termos do art. 17, *caput*, da Lei 8.443/1992, c/c art. 207, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, e mandar adotar as seguintes providências, sugeridas nos pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.728/2016-3 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2015)

1.1. Responsáveis: Ana Patrizia Goncalves Lira Ribeiro (599.524.582-15); Anivaldo Juvenil Vale (078.591.476-53); Edson Giroto (015.143.168-03); Herbert Drummond (110.346.966-53); Luciano de Souza Castro (127.761.817-87); Miguel Mário Bianco Masella (006.288.598-72); Miguel de Souza (098.365.274-00); Natália Marcassa de Souza (290.513.838-60); Paulo Sergio da Silva Souza (339.385.045-87).

1.2. Órgão/Entidade: Secretaria-executiva do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPor).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. Recomendar ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, caso ainda não adotadas as respectivas providências, que:

1.7.1.1.ordene e formalize institucionalmente as rotinas e procedimentos do controle interno da área de pessoal, entre outros, em especial quanto ao acompanhamento de deliberações dos órgãos de controle, à identificação de riscos e pontos críticos, à normatização dos indicadores de gestão e à priorização de procedimentos sensíveis em termos de relevância, materialidade e tempestividade;

1.7.1.2. elabore e institucionalize rotinas e procedimentos internos atinentes ao devido acompanhamento, à avaliação quanto à regularidade e à mitigação de riscos de desvios relativamente aos processos de descentralização de recursos, qualquer que seja o tipo de instrumento do repasse, desde as fases preliminares - como a elaboração dos termos de referência -, até a prestação de contas e entrega do objeto pactuado, atentando para as fragilidades informadas no Relatório de Auditoria Anual de Contas do órgão para o ano de 2015;

1.7.1.3.adote providências para atendimento das recomendações constantes do Relatório de Auditoria Anual de Contas para o ano de 2015;

1.7.1.4. aprimore o Canal de Denúncias e Ouvidoria, se ainda não houver feito, levando em conta diretrizes contidas na literatura internacional especializada sobre mecanismos de denúncias internas ("whistleblowing"), desenvolvidas por organizações não-governamentais (v.g. Public Concern at Work - http://www.pcaw.org.uk/), organismos supranacionais (e.g. União Europeia) e agências governamentais estrangeiras, consubstanciadas em publicações disponíveis nos respectivos portais daquelas entidades na internet (v.g. "Whistleblowing - Guidance for Employers and Code of Practice" - e "Guidelines on processing personal information within a whistleblowing procedure", na extensão em que forem aplicáveis a nosso sistema jurídico-administrativo;

1.7.1.5.crie mecanismos de compartilhamento de conhecimento para minimizar riscos de perda de conhecimento com a saída de servidores-chaves de suas unidades organizacionais;

1.7.2. Determinar ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que:

1.7.2.1.encaminhe ao Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, plano de ação, contendo cronograma, atividades detalhadas, responsáveis e a previsão do cumprimento da recomendação do subitem "1.7.1.2" acima ou, caso considere desnecessária a sua adoção, as justificativas pormenorizadas pelas quais entende ser ela dispensável;

1.7.2.2.instaure Tomada de Contas Especial para apuração de eventual prejuízo ao erário produzido no âmbito do Termo de Execução Descentralizada nº 685.442, firmado entre a Secretaria de Comunicação da Presidência da República e o então Ministério dos Transportes (peça 5, p. 110-112, e peça 10, p. 10), nos termos do art. 197, § 1º, do Regimento Interno do TCU, c/c com os arts. 4º, §4º, e 5º da IN TCU nº 71/2012;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900098

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.7.3. Dar ciência deste acórdão ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA) e ao Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU); e

1.7.4. Arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

ACÓRDÃO Nº 966/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 12, §§ 1º e 2º, e 27 da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, em dar quitação ao Município de Cascalho Rico/MG, ante o recolhimento integral do débito de que trata o Acórdão 3.666/2012 - 2ª Câmara (peça 5, pp. 87/8), de conformidade com a proposta da unidade técnica (peça 135/7), e do parecer do representante do Ministério Público junto a esta Corte (peça 138).

Quitação relativa ao débito de que trata o Acórdão 3.666/2012 - 2ª Câmara (peça 5, pp. 87/8), em Sessão de 22/5/2012, Ata nº 16/2012, retificado pelo Acórdão nº 4509/2012 Segunda Câmara.

Valor original do débito:Data de origem do débito:
R$ 25.881,3022/5/2012

Valor recolhido: Data do último recolhimento:

R$ 37.835,8717/11/2017

1. Processo TC-024.147/2006-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Adarci Vieira de Araújo (112.042.906-44); José Hermando Lemos (191.597.306-68); Prefeitura Municipal de Cascalho Rico - MG (18.259.374/0001-91)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Cascalho Rico - MG

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 967/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II; da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea ", arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, em julgar regulares com ressalva as contas do Sr. Welington José Siqueira (CPF 360.561.621-68), dando-lhes quitação, conforme proposta da unidade técnica (peça 31/32), ratificada pelo representante do Ministério Público junto a este Tribunal (peça 34).

1. Processo TC-027.114/2016-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Welington Jose Siqueira (360.561.621-68)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Taquaral de Goiás - GO

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (SECEX-CE).

1.6. Representação legal: Huilder Magno de Souza (18444/OAB-DF) e outros, representando Welinton Jose Siqueira.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 968/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II; da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a", arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em julgar regulares com ressalva as contas do ex-prefeito do município de Nova Aurora/GO, Jerônimo Carneiro Sobrinho (CPF 194.914.411-91), dando-lhe quitação, conforme proposta da unidade técnica (peça 15), ratificada pelo representante do Ministério Público junto a este Tribunal (peça 17).

1. Processo TC-031.810/2015-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Jerônimo Carneiro Sobrinho (194.914.411-91)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Nova Aurora - GO

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (SECEX-BA).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 4/2018 - 2ª Câmara
Relator - Ministro AROLDO CEDRAZ

ACÓRDÃO Nº 969/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, fazendo-se a determinação sugerida, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.983/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Maria Lúcia Lima Ottoni (146.404.730-87)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde No Estado do Rio Grande do Sul

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Sefip que providencie as devidas correções de fundamento legal no sistema Sisac, tendo por base as informações constantes do sistema Siape, nos termos do que foi estabelecido pelo art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução TCU 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 970/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.481/2017-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Fabricio Dornas Carata (895.543.611-49)

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDFT.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 971/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão a seguir relacionados, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.588/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Amanda Pilon Barsoumian (430.144.598-60); Marcia Fernandes Casagrande (014.592.337-19); Rebecca Zavaris de Moura (004.363.011-13); Renato Carvalho Nobre D'alcantara (029.304.941-66); Romaro Veloso Viana Santos (025.898.065-66)

1.2. Órgão/Entidade: Defensoria Pública da União

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 972/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.071/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Carlos Eduardo Pena Ferreira (282.601.088-36); Evelyn Gabrielle Chaves Caddah (026.406.031-83); Gabriela Tavares Nobrega (734.450.451-00); Juliana Lazaro dos Santos (001.384.083-51); Max Rogerio Alves (802.888.801-10); Paulo Vitor Maia Dias (019.669.421-33); Rafael Lobo Fonseca (002.104.291-86); Renata Lima dos Santos (068.315.194-07); Simone Palmeira de Paulo (026.210.181-57); Thiago da Silva Lima (036.150.661-97)

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDFT.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 973/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.077/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Allyane Resende Silva (080.322.066-98); Andre Rocha Lopes (715.098.791-53); Cairo Guedes Farias (020.110.591-86); Daniel da Silva Trombini (059.085.417-88); Diego Adao Magalhaes Dias (037.542.251-03); Jose Nicodemos de Oliveira Segundo (371.217.658-96); Marcela de Alencar Araripe Coutinho (109.612.487-42); Matheus Vidal Cardoso (035.965.921-78); Pablo Andrade Cubells (030.426.781-30); Renata Cristina de Faria Goncalves Costa (034.387.551-90)

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDFT.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 974/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-033.379/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marina Machado Maestri (677.259.450-91); Matheus Ribeiro Rodrigues (325.013.548-85); Milea Buitoni Lucena Barbosa (303.247.588-04); Patricia de Andrade Pereira (080.764.847-74); Paula Rayane Mota Costa Pereira (030.959.765-00); Peterson Clayton Magalhães de Oliveira (136.439.967-99); Rafael Ribeiro Tonassi (074.312.717-00); Ricardo Peixoto de Britto (806.651.107-82); Tallis Monteiro Gomes (028.880.461-99); Tatiana Pescadinha Araujo (057.344.437-43)

1.2. Órgão/Entidade: Petrobras Distribuidora S.A. - MME.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 975/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão a seguir relacionados, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-033.662/2017-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alex da Silva Henrique (058.814.457-67); Bruno Felipe Rodrigues Moreira (055.340.997-20); Bruno Montenegro Belo Leal Chagas (023.004.031-45); Bruno Pellizzaro Dias Afonso (054.129.136-01); Carolina Zimmer (682.815.440-15); Ernani Tavares Morais Junior (971.253.421-91); Felipe Machado Bellizzi (086.454.207-08); Heverton Timoteo Braga (060.783.764-03); Hudson Araujo Cardoso (069.275.864-07); Hugo Leonardo Pereira de Faria (092.118.286-43); Leonardo de Oliveira Rafael (871.167.403-25); Livia de Rezende Bragança (117.280.577-60); Luis Felipe Freind dos Santos (107.534.067-56); Macel Vinicius da Costa Lemos (024.643.565-81); Moises Uchoa Neto (003.652.191-42); Paulo Roberto Vieira de Castro (058.849.127-65)

1.2. Órgão/Entidade: Petrobras Distribuidora S.A. - MME.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 976/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.084/2017-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Carlos Eduardo Costa Lopes (041.069.391-00); Cyorrana Rinaldi de Oliveira (035.097.831-07); Danilo de Santana Ramos (031.862.791-43); Darson Machado de Sousa (027.733.491-80); David Leonardo Ribeiro (718.420.121-34); Eduardo Jose do Carmo Martins (029.745.831-05); Eric Patrik Lopes Almeida (078.793.416-09); Erica Alves Kuhlmann (015.016.361-46)

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDFT.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 977/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V; 39, inciso II, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de concessão referente ao interessado identificado no item 1.1., de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.886/2018-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Judith Oliveira de Queiroz Jacome (393.256.281-04)

1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 978/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-013.763/2006-5 (REFORMA)

1.1. Interessados: Agripino Francisco da Silva (038.078.195-68).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 979/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, com fundamento nos artigos 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso I; 143, inciso I, alínea "a"; 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, em julgar regulares as contas a seguir relacionadas e dar quitação plena aos responsáveis, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.227/2017-8 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2016)

1.1. Responsáveis: Aldo Luiz Mendes (210.530.301-34); Alexandre Antonio Tombini (308.444.361-00); Altamir Lopes (087.053.211-15); Anthero de Moraes Meirelles (485.661.796-68); Carlos Viana de Carvalho (012.049.677-17); Ilan Goldfajn (980.031.607-82); Isaac Sidney Menezes Ferreira (399.115.431-53); Luiz Edson Feltrim (659.237.908-15); Otavio Ribeiro Damaso (563.686.231-87); Reinaldo Le Grazie (022.513.098-02); Sidnei Correa Marques (098.905.481-00); Tiago Couto Berriel (032.149.917-44); Tony Volpon (163.308.218-01)

1.2. Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Fazenda Nacional (SecexFazen).

1.6. Representação legal: não consta.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 980/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 10.326/2017 - TCU - Segunda Câmara, prolatado na sessão de 6/12/2017, Ata 45/2017, relativamente ao subitem "9.2", de modo que onde se lê: "o recolhimento da referida quantia aos cofres do Fundo Nacional de Saúde-MS, atualizada monetariamente", leia-se: "o recolhimento da referida quantia aos cofres da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), atualizada monetariamente", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-008.867/2015-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Antônio Dinoá Cabral (008.418.034-04); Construtora Mouriah Ltda - EPP (07.273.037/0001-32)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Natuba - PB

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (SECEX-CE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 981/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso I; 143, inciso I, alínea "a"; 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, em: a) acolher as razões de justificativa apresentadas pelas Srªs. Freda Azevedo Dias (CPF 782.175.556-72) e Francisca Regina Magalhães Cavalcante (CPF 142.838.833-87), e pelo Sr. Frederico Silva da Costa (CPF 776.889.701-30); e b) julgar regulares com ressalva as contas a seguir relacionadas, e dar quitação aos responsáveis, remetendo-lhes cópia da presente deliberação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-010.077/2017-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Francisca Regina Magalhaes Cavalcante (142.838.833-87); Freda Azevedo Dias (782.175.556-72); Frederico Silva da Costa (776.889.701-30); Indesc - Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Cultural (07.393.987/0001-09); Luiz Gonzaga da Silva Nascimento (881.803.108-25).

1.2. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

1.6. Representação legal: Lilian de Oliveira Almeida Lacerda (250.470/OAB-SP) e outros, representando Luiz Gonzaga da Silva Nascimento e Indesc - Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Cultural.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 982/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 113, § 1º, da Lei 8.666/93; artigo 43 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 17, inciso IV; 143, inciso III; 234, § 2º, 2ª parte; 235 e 237, todos do Regimento Interno, em conhecer da presente representação; indeferir o pedido de medida cautelar formulado pela empresa JR Filho Construtora Ltda. - EPP, ante a inexistência dos requisitos necessários à sua concessão; fazer as comunicações sugeridas e; arquivar o processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-000.792/2018-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (SECEX-PE).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 983/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, incisos I e II; e 47 da Lei 8.443/92, de 16 de Julho de 1992, c/c os artigos 1º, incisos I e II; 143, inciso V, alínea "g"; e 252 do Regimento Interno, em determinar a conversão do processo adiante relacionado em tomada de contas especial, bem como autorizar a realização das citações e audiências sugeridas no parecer da unidade instrutiva, sem prejuízo de o Tribunal cientificar, conforme o disposto no artigo 198, parágrafo único, do Regimento Interno, o ministro de Estado supervisor da área ou a autoridade equivalente.

1. Processo TC-020.462/2016-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Ministério Público Federal - MPF.

1.2. Órgão/Entidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (SECEX-CE).

1.6. Representação legal: Haroldo Maia Junior e outros, representando Banco do Nordeste do Brasil S.A.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. encaminhar, como subsídio aos responsáveis a serem ouvidos no processo de tomada de contas especial que vier a ser constituído em decorrência desta deliberação, cópia da instrução constante à peça 78 dos autos;

1.7.2. juntar cópia das peças a seguir indicadas nos processos relacionados na tabela abaixo, juntamente com cópia da instrução lançada à peça 29, para que sejam analisadas em conjunto e em confronto com a documentação dos autos indicados:

Peças	Processo a ser juntado
Peça 6, p. 53-82 Peça 8, p. 118-119, p. 121, p. 136-144 Peça 9, p. 1-26	TC 015.861/2013-9
Peça 10, p. 103-125	TC 016.185/2012-9
Peça 4, p. 97-120, p. 129-140 Peça 5, p. 1-121, p. 130-137 Peça 6 Peça 7, p. 1-73 Peça 8, p. 105-115, p. 118-119, p. 121-129, p. 136-144 Peça 9, p. 1-26, p. 54, p. 61-110, p. 113-126, p. 132-153 Peça 10, p. 1-101	TC 046.295/2012-7

1.7.3. encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada de reprodução da peça 78 dos autos, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Ceará, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis;

1.7.4. determinar o arquivamento dos autos.

ACÓRDÃO Nº 984/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso V, do Regimento Interno, em: a) considerar cumprida a determinação contida na alínea "b" do Acórdão 8739/2015 - TCU - 2ª Câmara, endereçada ao FNDE; e b) determinar o arquivamento do processo a seguir relacionado, sem prejuízo de que seja dada ciência da presente deliberação ao representante, encaminhando-lhe cópia das peças 21 e 22 dos autos.

1. Processo TC-022.917/2015-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Procuradoria Regional da República da 4ª Região.

1.2. Interessado: Jorge Luiz Gasparini da Silva, Procurador Regional da República.

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de São Pedro do Sul/RS e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (SECEX-RS).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 985/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso V, do Regimento Interno, em: a) considerar cumprida a determinação contida na alínea "b" do Acórdão 8740/2015 - TCU - 2ª Câmara, endereçada ao FNDE; e b) determinar o arquivamento do processo a seguir relacionado, sem prejuízo de que seja dada ciência da presente deliberação ao representante, encaminhando-lhe, ainda, cópia das peças 28 e 29 dos autos.

1. Processo TC-023.185/2015-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Procuradoria Regional da República - 4ª Região/RS - MPF/MPU.

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Cachoeira do Sul/RS e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (SECEX-RS).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 986/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso V, do Regimento Interno, em: a) considerar cumprida a determinação contida na alínea "b" do Acórdão 8741/2015 - TCU - 2ª Câmara, endereçada ao FNDE; e b) determinar o arquivamento do processo a seguir relacionado, sem prejuízo de que seja dada ciência da presente deliberação ao representante, encaminhando-lhe, ainda, cópia da peças 21dos autos.

1. Processo TC-023.187/2015-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Procuradoria Regional da República da 4ª Região.

1.2. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; Prefeitura Municipal de Minas do Leão/RS.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (SECEX-RS).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900100

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 987/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 17, inciso IV; 143, inciso III; 234, § 2º, 2ª parte; 235 e 237, inciso IV todos do Regimento Interno, c/c o art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, em conhecer da Representação para, no mérito, considera-la procedente bem como determinar o seu arquivamento, sem prejuízo de se efetivar as determinações propostas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.721/2016-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsável: Eraldo Fernandes de Azevedo (CPF 350.854.444-34)

1.2. Interessado: Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (CNPJ 09.283.110/0001-82)

1.3. Entidade: Prefeitura Municipal de Arara - PB

1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (Secex-PB).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

1.8.1. encaminhar cópia dos autos ao Departamento de Auditoria do SUS - Denasus, nos termos do art. 23 do Decreto 7.827/2012, para adoção, se necessário, das medidas administrativas que entender pertinentes visando à conclusão da Unidade Básica de Saúde em execução no município de Arara/PB (parte I - loteamento Cosma Anselmo), custeada com recursos transferidos via fundo a fundo entre 2011 e 2012 pelo Fundo Nacional de Saúde, ou, se for o caso, caracterização e elisão de possível dano;

1.8.2. determinar à Fundação Nacional de Saúde que, caso ainda não o tenha feito, promova medidas para obter a conclusão das obras objetos dos Termos de Compromisso TC PAC 0345/11 (Siafi 668807) e TC PAC 0264/2008 (Siafi 644666), firmados com o município de Arara/PB para construção de sistema de esgotamento sanitário, ou a finalização de etapa que possa ser útil, visando evitar o desperdício dos recursos públicos já despendidos no empreendimento, sem o prejuízo de apurar possível débito e até autuar eventual tomada de contas especial, informando ao Tribunal, no prazo de 120 dias, as providências adotadas;

1.8.3. determinar à Secex-PB que monitore neste processo o cumprimento da determinação consignada no item precedente;

1.8.4. encaminhar cópia dos autos à Fundação Nacional de Saúde, para subsidiar a análise das contas do Termo de Compromisso TC PAC 0345/11 (Siafi 668807)

1.8.5. dar ciência ao Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE/PB) e à Prefeitura Municipal de Arara/PB sobre a decisão a ser adotada;

ACÓRDÃO Nº 988/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 143, inciso III; 235, parágrafo único, e 237, parágrafo único, do Regimento Interno, em não conhecer da representação adiante indicada em razão do não preenchimento dos requisitos de admissibilidade aplicáveis à espécie, bem como determinar o seu arquivamento após ciência ao representante, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.021/2017-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Luiz Fernando Pace, Delegado da Polícia Federal.

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Sorocaba - SP.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 3/2018 - 2ª Câmara
Relator - Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

ACÓRDÃO Nº 989/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.710/2018-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Diógenes Sanches (003.843.641-87)

1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 990/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.711/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Theomiro Pedro Santa Izabel (003.533.105-49)

1.2. Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 991/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.716/2018-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Janete Paula dos Santos Santana (093.343.605-00)

1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 992/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.723/2018-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Luiz Carlos Moretto (356.691.520-34)

1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 993/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.687/2018-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: André Cremonesi (010.778.398-39)

1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 994/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.707/2018-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Wilson Pereira Júnior (095.498.278-95)

1.2. Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região/SP

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 995/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito do ato de concessão abaixo relacionado, na forma dos pareceres emitidos nos autos, e fazer a seguinte determinação:

1. Processo TC-003.285/2018-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Maria Rosa Bispo (210.641.051-49)

1.2. Unidade: Tribunal Superior Eleitoral

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Sefip que providencie a retificação, no sistema Sisac, do preenchimento do quadro "Descrição dos fundamentos legais da aposentadoria/alteração", uma vez que a invalidez decorreu de doença não especificada em lei (código 1-1-9336-8 Aposentadoria por invalidez permanente com proventos proporcionais com base no art. 40, § 1º, inciso I, da CF/1988, c/c EC 70/2012, calculados com base na remuneração do cargo efetivo em que se der a aposentadoria, a servidor que ingressou no serviço público até 31/12/2003), conforme Portaria 457, publicada no DOU de 20/8/2012, enquanto no Sisac foi lançado o código 1-1-9335-0 (proventos integrais).

ACÓRDÃO Nº 996/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.428/2018-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Dejaci Ximenes Tavares (960.499.011-04)

1.2. Unidade: Tribunal Superior Eleitoral

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 997/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.431/2018-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Sandra Maria de Andrade (053.307.378-26)

1.2. Unidade: Tribunal Superior Eleitoral

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 998/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.896/2018-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Luzia Maria de Abreu (176.191.571-15)
1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Mato Grosso
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 999/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.926/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Amanda Freitas Gomes (006.390.221-46); Ana Carolina Otávio (327.104.838-07); Ana Carolina Petrocchi Rodrigues (007.801.481-69); Ana Caroline Tokumoto (304.005.368-03); Ana Cristina Cavalcante Arruda de Morais (940.140.941-20); Ana Luiza Piva (041.689.599-96); Ana Paula Gomes dos Santos (712.431.271-04); Ana Paula Morais Leite (064.061.536-85); Ana Paula Simões (175.911.758-74); Ana Teresa Aires de Souza (103.205.068-35)
1.2. Unidade: Ministério da Fazenda
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1000/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.929/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Camila Rodrigues de Souza (026.340.261-45); Carla Carneiro de Araujo (082.874.927-26); Carlos Alberto Braga Abreu Junior (035.957.311-82); Carlos Cesar Mendonça Filho (033.145.721-07); Carlos Eduardo Esteves Fernandez (115.871.257-06); Carolina Furtado Krachinski (034.999.339-42); Carolina Lima Ferreira (050.695.096-40); Carolina Pires Vaz Brandão Teixeira (088.097.736-16); Carolina Ribeiro da Costa (024.862.621-30); Caroline Rodrigues da Silva (695.320.281-53)
1.2. Unidade: Ministério da Fazenda
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1001/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.037/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bruna Rebello Starling (064.047.506-00); Camile Moraes (052.257.776-86); Cristina Maria de Almeida Mayumi (975.380.786-49); Helen Carolina Almeida Moreira (058.579.166-07); Marcos de Almeida Alves (088.071.906-05); Patricia Ribeiro Pelegrini Paschoal (076.939.326-82)
1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1002/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.041/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Júlia Gabriella Martins Barnabé (470.215.658-60)
1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1003/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.049/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Clarisse Sacomori Ferraz (012.531.790-50); Débora Santos Rodrigues Hauers (009.378.806-12); Lisiani Saur (009.122.010-61); Victor Magalhães Capeletto (011.886.500-50)
1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1004/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.502/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Airthon Flávio Alves Santana do Nascimento (019.048.385-70)
1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1005/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.504/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Jader Elias Meros (043.603.179-56)
1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1006/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.507/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Douglas Trugilho de Azevedo (107.293.357-80)
1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1007/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.449/2018-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Adolpho Walter Heilbuth Filho (164.980.706-68)
1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1008/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.824/2018-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Cacilda Furtado de Souza (462.094.333-91)
1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Ceará
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1009/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.829/2018-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria Nazareth Dias Baracho (547.757.446-15)
1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1010/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.894/2018-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Maria de Lourdes da Silva (322.923.708-08); Neuza Viggiano do Rego Barros (392.510.498-40)
1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900102

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 1011/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.635/2018-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Janira Rodrigues Passos (854.014.207-49)

1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Maranhão

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1012/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.528/2013-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Elizeti Farias de Souza (196.534.682-00)

1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Acre

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1013/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento no art. 93 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 213, do Regimento Interno/TCU, bem como nos termos dos arts. 6º, inciso I; 15 e 19 da Instrução Normativa-TCU 71/2012, ACORDAM em determinar, desde logo, por economia processual, o arquivamento do processo dos responsáveis a seguir indicados sem julgamento do mérito e sem cancelamento da dívida em razão de o valor do dano, atualizado monetariamente, ser inferior ao limite fixado pelo Tribunal para encaminhamento de tomada de contas especial, bem como determinar a inclusão do seus nomes nos devidos cadastros de devedores e sistemas de informação contábeis, dando-se ciência do decidido à entidade concedente:

1. Processo TC-009.109/2016-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Glez Rodrigues Freitas Bentes (403.744.322-87) e Grupo de Defesa da Amazônia - Gda (23.040.710/0001-40)

1.2. Unidade: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX-PA).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1014/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; 243 e 250, incisos II e III, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em mandar fazer as seguintes determinações e recomendações, conforme os pareceres emitidos nos autos, arquivando-se, em seguida, o presente processo:

1. Processo TC-025.094/2017-3 (AUDITORIA DE CONFORMIDADE)

1.1. Unidade: Secretaria de Política de Informática do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (Sepin/MCTIC)

1.2. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesenvolvimento)

1.5. Representação legal: não há

1.6. Determinar à Secretaria de Política de Informática do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - Sepin/MCTIC que:

1.6.1. no prazo de noventa dias:

1.6.1.1. institua controle adequado para verificação e acompanhamento do adimplemento da contrapartida financeira prevista no art. 11, inciso III, da Lei 8.248/1991 (Depósitos Trimestrais no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), e que possibilite: (a) a identificação das empresas recolhedoras, por meio da razão social e/ou CNPJ; e (b) a validação dos valores declarados pelas empresas, tanto no que se refere à conferência de cálculo quanto aos montantes efetivamente registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira - Siafi;

1.6.1.2. demonstre que as empresas que depositaram valores inferiores ao mínimo, no FNDCT, relativos às obrigações financeiras prevista no art. 11, inciso III, da Lei 8.248/1991, relativos aos anos-base 2014, 2015 e 2016, adimpliram sua obrigação até 31 de julho dos respectivos exercícios seguintes, na modalidade depósito recurso residual, nos termos do art. 35, inciso I, do Decreto 5.906/2006 c/c o art. 1º, inciso I, da Portaria 772/2009;

1.6.1.3. apresente as medidas adotadas para os casos de as empresas referidas na alínea anterior não terem adimplido suas obrigações;

1.6.1.4. implemente processo de controle relacionado aos pagamentos parcelados, que permita a verificação mensal do adimplemento dos pagamentos parcelados, a conferência do valor das prestações pagas e a adoção, imediata, de medidas corretivas no caso de inadimplemento de parcela acordada, além de definição de prazos de notificação, responsável pelas atividades e relatório periódico dos pagamentos parcelados realizados, contendo, entre outras informações, relação das empresas adimplentes, inadimplentes e ofícios de notificação;

1.6.2. no prazo de trinta dias:

1.6.2.1. providencie, se ainda não o fez, o cancelamento da portaria de concessão do benefício fiscal da empresa Prime Tek Indústria do Brasil Ltda. (CNPJ 06.260.757/0001-09), omissa na entrega do Relatório Demonstrativo Anual relativo ao ano-base de 2014, conforme Portaria 1.128 de suspensão do benefício fiscal, publicada no DOU em 15/12/2015, e comunique, tão logo as providências sejam adotadas, o cancelamento definitivo da fruição do benefício fiscal à Receita Federal do Brasil;

1.6.2.2. proceda à correção formal dos seguintes processos, com base nas inconsistências a seguir relacionadas, em referência aos arts. 17 e 22 do Decreto 5.906/2006:

N° de Processo de Concessão	Ano-Base	Falha
01200.001781/2015-51	2014	Ausência de Plano de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)
01200.001361/2014-93	2014	Ausência de certidão negativa de débitos relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União válida
01200.000548/2014-70	2014	Ausência de certidão negativa de débitos relativa às contribuições previdenciárias e às de terceiros
01200.001681/2014-43	2014	Ausência de certidão negativa de débitos relativa às contribuições previdenciárias e às de terceiros
01200.002499/2014-18	2014	Ausência de certidão negativa de débitos relativa às contribuições previdenciárias e às de terceiros
01200.003945/2014-01	2014	Ausência de certidão negativa de débitos relativa às contribuições previdenciárias e às de terceiros
01200.000695/2015-21	2015	Ausência de demonstração de atendimento ao PPB
01200.001086/2015-99	2015	Ausência de certidão negativa de débitos relativa às contribuições previdenciárias e às de terceiros
01200.001418/2015-35	2015	Ausência de Certidão de Regularidade do FGTS (CRF) válida
01200.000520/2015-13	2015	Relatório da Câmara Técnica Interministerial para Pleitos de Concessão - CTI-PC sem assinatura dos integrantes do referido comitê
01200.001418/2015-35	2015	Empresa em débito com suas obrigações previdenciária na data de concessão do benefício
01200.001059/2016-05	2016	Ausência de Plano de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

1.7. Recomendar à Secretaria de Política de Informática do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - Sepin/MCTIC que:

1.7.1. elabore o dicionário de dados do Sigplani, tendo em vista que o referido documento é essencial na preservação e repasse de conhecimento do sistema, em observância ao objetivo de controle PO2.2 Dicionário de Dados Corporativos e Regras de Sintaxe de Dados, do Cobit 4.1;

1.7.2. implemente os controles administrativos previstos para análise dos pleitos de concessão de benefício isenção fiscal, com o objetivo de verificar, nos respectivos processos, o rol de documentos e informações exigidos pela Lei 8.248/1991, pelo Decreto 5.906/2006 e pela Portaria Interministerial MCTI/MDIC/MF 148/2007;

1.8. Determinar à Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesenvolvimento) que monitore o cumprimento das determinações relacionadas no subitem 1.6 deste acórdão;

1.9. Considerar sigilosas as informações relativas a dados fiscais de empresas mencionadas neste relatório e nas demais peças que integram este processo, nos termos do art. 4º, § 2º, c/c o art. 5º, § 4º, da Resolução TCU 254/2013.

ACÓRDÃO Nº 1015/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; e 237, parágrafo único do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em não conhecer da representação, por não atender aos requisitos de admissibilidade, arquivando-a, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1.Processo TC-005.148/2018-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Fino Sabor Indústria e Comércio Ltda. (CNPJ 00.354.138/0001-99)

1.2. Unidade: Superior Tribunal de Justiça

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1016/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III; e 237, parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em não conhecer da representação, por não atender aos requisitos de admissibilidade, arquivando-a, conforme os pareceres emitidos nos autos, seu prejuízo de cientificar o STJ da falha verificada:

1. Processo TC-005.208/2018-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: MR Computer Informática Ltda. (CNPJ 00.495.124/0001-95)

1.2. Unidade: Superior Tribunal de Justiça (STJ)

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog)

1.6. Representação legal: Ariosto Mila Peixoto (125311/OAB-SP) e outros, representando MR Computer Informática Ltda.

1.7. Dar ciência ao Superior Tribunal de Justiça, com fundamento no art. 7º da Resolução - TCU 265/2014, da ocorrência de negociação da pregoeira, por telefone, com o licitante melhor colocado no certame, em desacordo com o Decreto 5.450/2005, art. 24, § 9°, que estabelece que a negociação deve ser realizada por meio do sistema, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes..

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900103

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RELAÇÃO Nº 5/2018 - 2ª Câmara
Relatora - Ministra ANA ARRAES

ACÓRDÃO Nº 1017/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-001.642/2018-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Gloria Regina Medeiros de Almeida dos Santos (CPF 146.306.301-63); Jorge Olympio (CPF 127.256.091-00).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1018/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de concessão de aposentadoria à Humberto Santos de Campos.

1. Processo TC-001.788/2018-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessado: Humberto Santos de Campos (CPF 303.348.029-20).
1.3. Unidade: Advocacia-Geral da União.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1019/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a Edison Salvador.

1. Processo TC-027.935/2010-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessado: Edison Salvador (CPF 223.908.559-20).
1.3. Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina - MEC.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1020/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Lícia Cristine Marinho França.

1. Processo TC-001.020/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessada: Lícia Cristine Marinho França (CPF 001.238.161-65).
1.3. Unidade: Hospital das Forças Armadas.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1021/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-001.034/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Andréa Louise Aires Tavares (CPF 096.220.527-38); Cezar Batalha de Araujo (CPF 094.330.307-96); Daniel Cerqueira de Moraes (CPF 018.503.213-37); Debora Costa Ferreira (CPF 036.616.221-70); Diego Rocha Rebelo (CPF 065.786.356-45); Domine Castro Ferreira (CPF 023.216.811-36); Eduardo Jacomo Seraphim Nogueira (CPF 054.227.257-19); Esdras Jamil Cremer Francisco (CPF 001.235.661-18); Felipe Ribeiro Carneiro (CPF 988.669.664-87); Fernando Mello Scafura Filho (CPF 097.076.226-79).
1.3. Unidade: Tribunal de Contas da União.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1022/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Henrique Lopes Callou Veras.

1. Processo TC-003.487/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Henrique Lopes Callou Veras (CPF 079.434.174-88).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1023/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Werbeth Charles Tavares.

1. Processo TC-003.497/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Werbeth Charles Tavares (CPF 796.536.931-15).
1.3. Unidade: Hospital das Forças Armadas.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1024/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-031.761/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Shirlley Alves da Silva (CPF 039.601.624-30); Thiago Freitas Lima (CPF 017.978.343-20); Tiago Aparecido Ferreira (CPF 530.816.682-04); Varlei Ferreira Silva (CPF 097.460.276-03); Veronica Mariano da Silva (CPF 036.145.589-59); Victor Alexandre de Lima Ferreira (CPF 046.801.211-73); Waldir Nunes Maia Junior (CPF 050.607.599-03); Wesley Andrade Messias (CPF 109.383.517-61).
1.3. Unidade: Departamento Penitenciário Nacional.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1025/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de pensão civil de Tereza Oliveira dos Santos.

1. Processo TC-001.802/2018-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessada: Tereza Oliveira dos Santos (CPF 264.876.162-49).
1.3. Unidade: Superintendência Regional do Incra em Belém/PA.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1026/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de pensão civil das interessadas a seguir relacionadas.

1. Processo TC-001.875/2018-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessadas: Gongala Flor Bezerra (CPF 626.391.294-49); Lindamir Correa de Oliveira (CPF 706.945.839-87).
1.3. Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1027/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil a Maria Delmina Jorge de Sousa e em fazer a determinação constante do item 1.8 abaixo.

1. Processo TC-002.047/2018-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessada: Maria Delmina Jorge de Sousa (CPF 482.941.011-68).
1.3. Unidade: Ministério da Defesa (vinculador).
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) que corrija o fundamento legal do ato no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução - TCU 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 1028/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 169, inciso V, 202, § 4º, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, em julgar regulares com ressalva as contas e dar quitação ao Município de Tanguá/RJ, ante a liquidação do débito que lhe foi imputado pelo acórdão 6.816/2014 - 2ª Câmara; em dar ciência desta deliberação, bem como da instrução à peça 114, à Fundação Nacional de Saúde e a Alana Maria Baldez Cordeiro, Jailson Jose Cardoso e Valtair Brum Coutinho; e em arquivar o processo.

1. Processo TC-043.374/2012-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Classe de Assunto: II.
1.2. Responsáveis: Município de Tanguá/RJ (CNPJ 01.612.089/0001-00); Alana Maria Baldez Cordeiro (CPF 672.694.517-53); Jailson Jose Cardoso (CPF 187.102.207-04); Valtair Brum Coutinho (CPF 391.599.497-91).
1.3. Unidade: Município de Tanguá/RJ.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex-RJ).
1.7. Representação legal: Hans Springer da Silva (OAB/RJ 107.620), representando Jailson Jose Cardoso; Paulo André de Toledo (OAB/RJ 107.102), representando Alana Maria Baldez Cordeiro.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1029/2018 - TCU - 2ª Câmara

Vista esta representação relativa a possíveis irregularidades ocorridas na aplicação de recursos destinados à construção de habitações rurais no projeto de desenvolvimento sustentável (PDS) Costa do Caldeirão, em Iranduba/AM, que estava sob responsabilidade de fiscalização da Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado do Amazonas (Incra/AM).

Considerando que o Incra/AM informou que comunicou as possíveis irregularidades tratadas nestes autos à Superintendência da Polícia Federal no Amazonas;

considerando que a apuração de irregularidades eventualmente praticadas por servidores da autarquia pode ser realizada em processo administrativo disciplinar (PAD) e que estavam em curso no Incra/AM providências para instauração desse processo;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900104

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

considerando que a medida cabível neste caso, no que tange ao Controle Externo, é a instauração de tomada de contas especial, visando a ressarcir os cofres públicos; e

considerando que o Incra/AM informou que estava analisando a possibilidade de instauração de tomadas de contas especiais para responsabilização e quantificação das questões tratadas nestes autos;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 235 e 237, inciso I, do Regimento Interno, em conhecer desta representação; em considerá-la procedente; em expedir as determinações indicadas no item 1.8 abaixo; em dar ciência desta deliberação à presidência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Amazonas (Incra/AM); e em arquivar o presente processo.

1. Processo TC-007.086/2017-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Classe de Assunto: VI.

1.2. Representante: Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Estado do Amazonas.

1.3. Unidade: Superintendência Regional do Incra no Estado do Amazonas.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex-AM).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinar:

1.8.1. à Superintendência Regional do Incra no Estado do Amazonas que, no prazo de 90 (noventa) dias, informe, com a respectiva documentação probatória, as medidas adotadas para instauração de tomada de contas especial em razão da aplicação irregular dos recursos públicos decorrentes da concessão de crédito de instalação no projeto de desenvolvimento sustentável (PDS) Costa do Caldeirão, em Iranduba/AM, e que encaminhe, no prazo de trinta dias, o resultado do processo administrativo disciplinar (PAD) instaurado para apurar os responsáveis pelas irregularidades identificadas nestes autos; e

18.2. à Secex/AM que monitore o cumprimento desta deliberação;

RELAÇÃO Nº 1/2018 - 2ª Câmara

Relator - Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

ACÓRDÃO Nº 1030/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.656/2017-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Benedito das Graças Pires (531.239.567-68); Cicero de Almeida Rangel (586.260.507-04); Elizabeth Maria Orioli (603.017.327-87); Mônica de Rezende (731.298.607-20).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1031/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.115/2017-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Valdeci Lúcio Muniz Moraes (443.883.817-72).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1032/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de concessão e revisão de aposentadoria a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento do interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.429/2017-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Roberto de Paz Barros (238.983.647-04).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1033/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.449/2017-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Brandina Jesus Marcelino (086.336.718-67); Eledir Lourdes Giacomini (303.414.420-20); Evino Cascaes Rodrigues (230.568.009-00); Jurneia Silva (857.725.187-04); Maria Lucia de Sousa (115.952.801-20); Maria Madalena Bonato da Silva (028.123.978-96); Neiry Helena Araujo (252.202.923-15).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1034/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.411/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: João Marco Pires Correa (255.260.468-42); Renata Cristina Guskuma (333.091.468-80); Vitor Jose Machado (415.558.408-50).

1.2. Órgão/Entidade: Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1035/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.503/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Eduardo Ruy Mateó dos Santos (047.685.045-23); Luciana Coimbra Pinto (118.342.517-10); Priscila Lima Souza (136.761.067-25).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1036/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.524/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Gabrielle Peres Burlandy Januario (080.283.057-92); Joao Gilberto da Silva Gonzaga (375.105.847-87); Sonia Marli Cassano de Moura Lopes (744.087.207-04).

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Gerencial de Projetos Navais - Emgepron - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1037/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.662/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alexander Bento Rezende (041.569.837-57); Andre Alves de Oliveira (915.939.724-15); Andre Luiz da Silva Carneiro (076.233.257-36); Carlos Flones Pereira de Souza (081.139.907-98); Eduardo de Castro Faustino Coelho (848.509.147-72); Marcos da Silva e Souza (636.193.261-34); Robson Herminio Costa da Silva (087.691.947-69).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1038/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o exaurimento dos seus efeitos financeiros antes do respectivo processamento por esta Corte, em razão do desligamento do cargo a que se refere o ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.288/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Luis Fernando Freitas Cunegundes (096.973.744-06).

1.2. Órgão/Entidade: 4º Batalhão de Polícia do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1039/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o exaurimento dos seus efeitos financeiros antes do respectivo processamento por esta Corte, em razão do desligamento do cargo a que se refere o ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.293/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Patricia Gonçalves de Santana (860.356.731-04); Simone Alves dos Santos (695.507.431-87).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1040/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.739/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Sijeimes Urquiza Soares (008.296.074-71).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1041/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar

legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.930/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aline Crocamo do Carmo (017.844.267-41); Anderson Timoteo (098.641.907-92); Bruno da Silva Mello (112.467.287-70); Claudio Marcio Goncalves Ramos (078.954.177-70).

1.2. Órgão/Entidade: Terceiro Comando Aéreo Regional - III Comar - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1042/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.931/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Dayane Santos Duarte (094.207.447-52); Denis Victor Barbosa Silva (125.849.877-40); Diego Reis Pitoco (058.078.577-71); Fernanda Pinto de Carvalho (096.697.587-18).

1.2. Órgão/Entidade: Terceiro Comando Aéreo Regional - III Comar - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1043/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.295/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Frank Raaicard dos Santos Bandeira (054.146.683-61); Gabriel Augusto Oliveira da Silva (058.665.997-83); Gabriel Moura (056.727.573-67); Igor Cunha de Melo (111.768.324-92); Irineu Lucas Gouvêa (024.250.880-40); Jailson Silva da Paz (061.023.633-45); Janderson Calegari Reginaldo (115.118.736-47); Jardel Carlos Monteiro (063.244.383-92); Jefferson Lucas Guerra Pereira (128.793.577-05); Jheymson Brendo Rodrigues Freitas (050.656.793-12).

1.2. Órgão/Entidade: 23º Batalhão de Caçadores - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1044/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.296/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Joel Vitor Vieira de Barros Santos (160.020.607-74); Jonas Marques dos Santos (054.120.233-20); Jorge Iure de Lima Nepomuceno (035.067.673-99); Júlio Cesar da Silva Gama (113.016.366-06); Kerã Éber Santos da Costa (067.330.553-84); Laurellio Evangelista Guimarães (046.445.523-56); Levi da Costa Soares (053.917.803-90); Lucas Alves de Sousa (032.315.633-99); Lucas Gomes Lima (124.798.517-29); Lucas Moreira Dias (054.947.153-70).

1.2. Órgão/Entidade: 23º Batalhão de Caçadores - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1045/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.299/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Vinicius Ferreira Fialho (036.109.530-98); Vinicius Ribeiro Barbosa (016.540.354-32); Vitor Nicollas Ribeiro Severino dos Santos (018.428.332-94); Wesley Neitzke de Vargas (029.103.100-51); Westerley Jardson Portela da Silva (062.638.563-60); Willian Callegaro da Costa (036.147.530-69); Yan Lucas Gonçalves dos Santos (052.792.293-50); Yuri Costa de Lima (066.085.043-57).

1.2. Órgão/Entidade: 23º Batalhão de Caçadores - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1046/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea e, e 183, inciso I, alínea d, do Regimento Interno/TCU, em prorrogar o prazo, por mais 15 (quinze) dias, a contar da data da ciência do presente Acórdão, para que a Diretoria de Administração do Pessoal do Comando da Aeronáutica cumpra as determinações constantes do subitem 9.4 do Acórdão 6.782/2017 - 2ª Câmara:

1. Processo TC-012.240/2017-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Cecilia de Souza Abrão (153.644.408-18); Leoni Rosenau Cocconi (803.982.279-34); Luzia Hilda de Jesus Dantas (118.274.137-19); Maria Antonia da Silva (659.458.087-68); Maria Julita da Conceição Silva (817.561.947-34); Maria Lucia Braga Pereira (081.287.338-69).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1047/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento dos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.519/2017-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Antonio Francisco da Silva (145.534.148-72); Mercedes Custodio de Oliveira (075.856.718-90).

1.2. Órgão/Entidade: Segunda Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1048/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento da interessada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.521/2017-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Vandelina Bechlufft Pedretti (773.550.676-72).

1.2. Órgão/Entidade: Quarta Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1049/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento da interessada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.522/2017-3 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Maria Veloso Pereira (735.044.082-00).

1.2. Órgão/Entidade: Oitava Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1050/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento da interessada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.523/2017-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Raimunda da Costa Louzeiro (191.968.222-87).

1.2. Órgão/Entidade: Décima Segunda Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1051/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento das interessadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.561/2017-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Cassiana Teixeira de Jesus (377.328.462-49); Dulcineia Moura Machado (026.679.237-58); Tania Regina das Chagas Silva (057.648.847-05).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1052/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento dos interessados ou o advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.588/2017-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Clarisse dos Santos Oliveira (057.936.468-25); Elza Marques Campos (071.230.354-53); Floristela Caldas Cabral de Araújo (047.521.208-87); Josefa Marques Campos (336.701.454-00); Maria Ana de Jesus (145.045.101-20); Marlucia Barsotteli Corrêa (598.463.482-15); Osmarina Costa da Silveira (024.087.417-00); Terezinha Assumpção Caldeira (483.603.507-44); Thiago Mendes Barbosa (054.923.817-41); Yone Assumpção Caldeira (618.323.087-15).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1053/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão especial de ex-combatente a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.678/2018-7 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)

1.1. Interessadas: Eleide Rodrigues da Rocha (686.313.404-72); Eliud Rodrigues da Silva (127.612.494-53).

1.2. Órgão/Entidade: Sétima Região Militar - MD/CE.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900106

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1054/2018 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de peça nominada "Recurso de Reconsideração" interposta pelos Srs. Izira Faustina Cirino Franco, Antônio Carlos Cirino Franco, Maria Francisca Cirino Polisel, Elza Aparecida Cirino Franco de Toledo, Anivaldo Ceryno Franco, Sebastião Cirino Netto e Francisco de Jesus Cirino Franco contra o Acórdão 5.668/2017 - 2ª Câmara, que considerou prejudicada a apreciação do ato de concessão de pensão especial de ex-combatente de Durvalino Ciryno Franco, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento da interessada, Sra. Miquelina Mariano Ciryno.

Considerando que os requerentes ingressam com o expediente que ora se analisa, solicitando a reconsideração de perda de objeto, no sentido de efetuar o pagamento aos herdeiros dos valores já existentes, bem assim isenção de Imposto de Renda aos valores aferidos;

Considerando que o presente expediente não pode ser conhecido como recurso, ante a flagrante perda de objeto, uma vez que foi considerada prejudicada a apreciação do ato de concessão de pensão de Durvalino Ciryno Franco, tendo em vista o falecimento da interessada;

Considerando que, nos termos do art. 263 do Regimento Interno/TCU, o Tribunal não conhecerá de requerimento que lhe seja diretamente dirigido por interessado na obtenção de quaisquer benefícios ou vantagens de caráter pessoal, devendo a solicitação ser arquivada após a comunicação ao requerente;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 50, § 3º da Resolução/TCU 259/2014, em receber a peça apresentada pelos Srs. Izira Faustina Cirino Franco, Antônio Carlos Cirino Franco, Maria Francisca Cirino Polisel, Elza Aparecida Cirino Franco de Toledo, Anivaldo Ceryno Franco, Sebastião Cirino Netto e Francisco de Jesus Cirino Franco como mera petição, negando-se a ela seguimento, sem prejuízo de encaminhar aos requerentes e à Segunda Região Militar do Comando do Exército cópia desta deliberação, de acordo com o parecer da Serur:

1. Processo TC-011.696/2017-6 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)
1.1. Recorrentes: Izira Faustina Cirino Franco (031.643.218-05), Antônio Carlos Cirino Franco (028.021.468-58), Maria Francisca Cirino Polisel (249.634.078-84), Elza Aparecida Cirino Franco de Toledo (017.063.868-50), Anivaldo Ceryno Franco (067.681.148-59), Sebastião Cirino Netto (325.549.079-00), Francisco de Jesus Cirino Franco (110.123.918-25).
1.2. Órgão/Entidade: Segunda Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa
1.6. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: Tatiane Mendes Ferreira (205.788/OAB-SP), representando Antonio Carlos Cirino Franco, Izira Faustino Cirino Franco, Maria Francisca Cirino Polisel, Elza Aparecida Cirino Franco de Toledo, Francisco de Jesus Cirino Franco, Anivaldo Ceryno Franco, Sebastiao Cirino Neto e Miquelina Mariano Ciryno.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1055/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão especial de ex-combatente a seguir relacionado, sem prejuízo de fazer a seguinte determinação, de acordo com o parecer emitido pelo Ministério Público/TCU:

1. Processo TC-026.066/2017-3 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)
1.1. Interessado: João Barbosa Thomé (734.467.421-15).
1.2. Órgão/Entidade: Décima Primeira Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinação:
1.7.1. à Sefip que corrija, no sistema vigente (ato n. 1003509-06-2011-000033-3), o CPF do beneficiário Sr. João Barbosa Thomé, para a seguinte numeração: 734.467.421-15.

ACÓRDÃO Nº 1056/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão militar a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.223/2018-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessada: Creusa de Souza Rodrigues (593.468.251-20).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1057/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão militar a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.499/2018-5 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessadas: Maria Arlete Rodrigues (332.818.406-63); Maria Matilde Rodrigues (064.568.608-57).
1.2. Órgão/Entidade: Quarta Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1058/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão militar a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.501/2018-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessada: Lucia de Fatima Santos de Araujo (185.551.101-06).
1.2. Órgão/Entidade: Décima Segunda Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1059/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão militar a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.763/2017-4 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessada: Marja Varela Paula (156.694.674-34).
1.2. Órgão/Entidade: Sétima Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1060/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão militar a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.764/2017-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessadas: Edlea Umbelino de Sant Anna (590.170.667-68); Heloisa Sant Anna de Medeiros (733.384.867-15); Lea Umbelino de Sant Anna Silva (685.783.007-00).
1.2. Órgão/Entidade: Primeira Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1061/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão militar a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.250/2017-4 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessadas: Irene Martins Ferreira (162.309.734-72); Luciana Ferreira da Silva (760.167.734-68).
1.2. Órgão/Entidade: Sétima Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1062/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão militar a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.590/2017-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessada: Zelita de Oliveira Neves (724.583.306-06).
1.2. Órgão/Entidade: Primeira Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1063/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão militar a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.826/2017-3 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessada: Ephigênia Maria de Almeida Ferreira (488.443.736-53).
1.2. Órgão/Entidade: Quarta Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1064/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.808/2017-6 (REFORMA)
1.1. Interessados: Carlos Brito Serra (067.902.597-91); Carlos Francisco de Almeida (273.311.307-06); Carlos Wagner de Pinho Jorge (127.619.497-81); Carlos de Araujo Falcão (734.902.457-68); Cisenando Rodrigues Cunha (062.932.807-25); Claudio Portela Lima (186.340.447-34); Daniel Leocádio da Silva (038.664.161-72); Denilson Dionisio do Nascimento (315.519.637-87); Deusdedith Feitosa de Oliveira (052.703.677-34); Dário Cortez (051.218.841-68).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1065/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.811/2017-7 (REFORMA)
1.1. Interessados: Joaquim Bezerra da Silva (022.566.224-87); Joaquim Francisco Xavier da Silva (078.975.297-20); Joaquim João dos Anjos (079.622.317-34); Joel Moreira Cabral (368.102.747-15); Joel dos Reis Oliveira (422.466.877-72); Jorge Marinho de Oliveira (075.610.834-91); Jorge Pessoa Tavares Figueira (330.531.037-53); Jorge Pestana Soares (218.546.537-68); Josafá dos Santos Filho (068.696.885-91); João Jacinto de Oliveira Sobrinho (000.494.252-34).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900107

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 1066/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em julgar as contas dos responsáveis a seguir indicados regulares e dar-lhes quitação plena, sem prejuízo de dar ciência das seguintes impropriedades, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.163/2017-5 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2015)

1.1. Responsáveis: Alexandre Garcia Costa da Silva (605.337.141-68); Alvaro Toubes Prata (145.041.381-15); Antonio Jose da Silva Neto (641.478.197-53); Arthur Joao Catto (021.663.808-91); Carlos Afonso Nobre (738.128.978-49); Domingos Manfredi Naveiro (598.818.957-15); Emilia Maria Silva Ribeiro Curi (292.910.701-49); Geraldo Nunes Sobrinho (059.296.284-91); Geraldo Sorte (371.899.481-04); Glaucius Oliva (045.686.168-83); Glauco Antonio Truzzi Arbix (518.652.118-34); Glenda Lorena Mezarobba (764.322.899-04); Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo (186.534.721-34); Hernan Chaimovich Guralnik (271.069.268-68); Jorge Almeida Guimarães (048.563.847-91); Jorge Luis Nicolas Audy (408.344.250-68); João Fernando Gomes de Oliveira (036.284.638-31); Luciana Harumi Hashiba Maestrelli Horta (125.194.458-23); Luciano Mendes de Faria Filho (523.000.306-59); Luis Fernando Dagnone Cassinelli (979.983.388-49); Luiz Alberto de Freitas Brandão Horta Barbosa (185.099.831-00); Luís Manuel Rebelo Fernandes (797.578.477-04); Marcelo Marcos Morales (145.800.728-63); Marconi Edson Esmeraldo Albuquerque (458.428.763-53); Paulo Sergio Lacerda Beirao (091.849.456-72); Raquel de Andrade Lima Coelho (653.307.654-04); Renato de Aquino Faria Nunes (323.685.856-72); Ruben Arnoldo Soto Delgado (358.482.515-68); Sebastiao Lauro Nau (560.343.349-34); Sergio Franca Adorno de Abreu (596.838.998-20); Sergio Luiz Gargioni (145.246.359-04); Sonia Maria Karam Guimarães (193.332.180-68); Vanderlan da Silva Bolzani (069.847.384-15); Walter Colli (025.757.878-15); Walter Ribeiro Terra (035.100.778-49); Wanderley de Souza (347.341.807-25).

1.2. Órgão/Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesen).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Ciência:

1.7.1. ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq acerca das constatações a seguir, consignadas no Relatório de Auditoria Anual de Contas 201601014, da Secretaria Federal de Controle Interno:

1.7.1.1. sobreposição da estrutura de controle interno pela Diretoria Executiva do CNPq permitindo o usufruto de benefícios tributários superiores a 1,5 milhão a entidade que distribuí dividendos lucrativos;

1.7.1.2. continuidade de convênios com prazo de prestação de contas expirado no sistema Siafi mantidos na situação "a aprovar", aumentando o risco de que organizações potencialmente inadimplentes continuem celebrando ajustes;

1.7.1.3. acúmulo de convênios com os períodos de prestação de contas expirados mantidos como não inadimplentes no Siconv pelo CNPq.

ACÓRDÃO Nº 1067/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 207, 214, inciso I, e 250, incisos II e III, do Regimento Interno/TCU, em julgar as contas dos responsáveis a seguir indicados regulares e dar-lhes quitação plena, sem prejuízo de fazer as seguintes determinações e recomendação, de dar ciência das seguintes impropriedades e de encaminhar cópia desta deliberação ao Estado-Maior da Aeronáutica e ao Centro de Controle Interno da Aeronáutica, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.873/2017-2 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2015)

1.1. Responsáveis: Alvani Adão da Silva (964.150.618-87); Antonio Franciscangelis Neto (772.588.358-49); Carlos Vuyk de Aquino (967.646.868-15); Dirceu Tondolo Noro (822.415.468-87); Gerson Nogueira Machado de Oliveira (775.511.178-49); Helio Paes de Barros Junior (715.475.768-04); Luiz Carlos Terciotti (000.011.838-93); Nivaldo Luiz Rossato (715.467.828-34); Rafael Rodrigues Filho (373.512.657-04); Raul Botelho (869.460.808-15).

1.2. Órgão/Entidade: Estado-Maior da Aeronáutica - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefesa).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Ciência/Recomendação:

1.7.1. determinar ao Estado-Maior da Aeronáutica que inclua nos próximos relatórios de gestão, sempre que previsto em normas de prestação de contas do TCU, informações relacionadas aos custos, prazos e escopos dos projetos estratégicos de defesa conduzidos pela Aeronáutica;

1.7.2. dar ciência ao Estado-Maior da Aeronáutica sobre as seguintes impropriedades, para que sejam adotadas medidas com vistas à prevenção de ocorrências semelhantes:

1.7.2.1. ausência de indicadores estratégicos de desempenho, o que prejudica o monitoramento e o acompanhamento da gestão, a retroalimentação do planejamento, a revisão tempestiva da estratégia traçada e a avaliação dos resultados obtidos e do alcance dos objetivos estratégicos, verificada no relatório de gestão de 2015, em afronta ao disposto na Portaria/TCU 321/2015;

1.7.2.2. ausência de informações sobre a execução das atividades de correição no âmbito da unidade; sobre a gestão de risco, incluindo os controles internos instituídos para mitigá-los e sobre os projetos sob responsabilidade da Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate; identificada no relatório de gestão de 2015, em afronta ao disposto na Portaria/TCU 321/2015;

1.7.2.3. inconsistência no número de militares, identificada nas tabelas 17 - "Comparação da Distribuição de Idades dos Militares do Comaer (68.927)" e 18 - "Comparação da Escolaridade dos Militares do Comaer (65.037)", do relatório de gestão de 2015, em afronta ao princípio da transparência;

1.7.2.4. incompletude das informações consignadas nos itens "Gestão do Patrimônio e da Infraestrutura", "Gestão da Tecnologia da Informação", e "Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno" do relatório de gestão de 2015, em afronta ao disposto na Portaria/TCU 321/2015;

1.7.2.5. utilização de modalidade de aplicação da despesa indevida, identificada no Convênio 002/2015, em afronta ao disposto na Portaria Interministerial STN/SOF 163/2001;

1.7.3. recomendar ao Centro de Controle Interno da Aeronáutica que se conveniente e oportuno avalie o Convênio 82.037, inclusive quanto à regularidade dos procedimentos que garantem a transparência na celebração, execução, acompanhamento e aprovação das contas, especificamente quanto à publicidade por meio do portal Siconv;

1.7.4. determinar à SecexDefesa que encaminhe à Diretoria de Normas e Gestão de Contas, por meio da Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo - Semec, proposta de alteração das orientações contidas no sistema e-contas relacionadas ao conteúdo a informar em relação aos projetos estratégicos do Comando da Aeronáutica, de modo a conferir-lhes a redação contida no anexo da peça 22 destes autos.

ACÓRDÃO Nº 1068/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em julgar as contas dos responsáveis a seguir indicados regulares com ressalva e dar-lhes quitação, sem prejuízo de fazer as seguintes determinações, de dar ciência das seguintes impropriedades e de encaminhar cópia desta deliberação ao Instituto Brasileiro de Museus - Ibram:

1. Processo TC-028.507/2016-9 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2015)

1.1. Responsáveis: Alexandre Cesar Avelino Feitosa (012.905.624-31); Carlos Roberto Ferreira Brandao (646.944.298-68); Denise Grinspum (047.544.728-02); Eliana Alves Almeida Sartori (829.842.208-20); Emerson Jose de Almeida Santos (002.074.461-72); Eneida Braga Rocha de Lemos (266.537.701-25); Francisco Henrique Jose Mosquera Bomfim (417.309.171-00); Joao Luiz Domingues Barbosa (502.977.167-00); Jorge Schwartz (516.045.748-87); Jose Newton Buregio Junior (067.715.424-08); Jose Rui Guimaraes Mourão (007.156.116-15); Luciana Palmeira da Silva (668.525.795-49); Magaly de Oliveira Cabral Santos (373.103.217-15); Manuelina Maria Duarte Candido (491.172.543-53); Marcelo Helder Maciel Ferreira (879.526.701-82); Marcelo Monzani Netto (072.154.638-26); Marcos Jose Mantoan (040.751.228-40); Mauricio Vicente Ferreira Junior (239.128.041-68); Monica Figueiredo Braunschweiger Xexeo (805.198.577-04); Patricia da Cunha Albernaz (606.326.901-00); Paulo Knauss de Mendonca (826.549.727-04); Rosa Maria de Oliveira Wood (144.294.896-53); Rose Moreira de Miranda (008.418.647-05); Ruth Beatriz Silva Caldeira de Andrada (002.764.517-75); Sergio da Silva Abrahão (149.912.681-68); Silvia Helena de Mello Fenizola (730.234.937-15); Solange Maria Cavalcante Medeiros Neves (199.689.223-15); Valeria Grilanda Rodrigues Paiva (480.221.791-91); Vera Maria Abreu de Alencar (667.173.887-49); Wagner Tiso Veiga (184.134.477-04); Werner Neibert Bezerra (760.718.397-34)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro de Museus - Ibram.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Ciência:

1.7.1. determinar ao Instituto Brasileiro de Museus que:

1.7.1.1. no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da ciência desta deliberação, e em atenção ao disposto no art. 14 do Decreto 3.591/2000, estruture sua unidade de auditoria interna, com o suporte necessário de recursos humanos e materiais, e normatize suas atividades, observando as seguintes prerrogativas e condições indispensáveis à execução dos trabalhos de auditoria interna:

1.7.1.1.1 autorização para que a unidade de auditoria interna tenha acesso irrestrito a registros, informações, sistemas, pessoas e propriedades físicas relevantes à execução de suas auditorias;

1.7.1.1.2. obrigação de apresentação tempestiva, pelos departamentos da unidade, de informações e documentos solicitados pela unidade de auditoria interna;

1.7.1.1.3. possibilidade de que a unidade de auditoria interna requisite o apoio de servidores e a assistência de especialistas e profissionais, de dentro e de fora da organização, quando necessário;

1.7.1.1.4. vedação à participação dos auditores internos em atividades que possam caracterizar participação na gestão, a fim de se preservar a independência dos trabalhos de auditoria;

1.7.1.2. discipline a forma de atuação do Comitê de Tecnologia da Informação, com ênfase no estabelecimento de uma rotina de reuniões para o comitê e na definição de prioridades para o desenvolvimento de sistemas e a aquisição de bens e serviços de TI, e demonstre, no próximo relatório de gestão, a efetiva adoção da medida determinada;

1.7.2. dar ciência ao Instituto Brasileiro de Museus sobre as seguinte impropriedades:

1.7.2.1. ausência no rol de responsáveis da autarquia das seguintes informações, em desacordo ao disposto no art. 11 da IN/TCU 63/2010:

1.7.2.1.1. identificação dos atos formais de nomeação, designação ou exoneração dos responsáveis (com data de publicação em órgãos oficiais);

1.7.2.1.2. endereço residencial completo;

1.7.2.1.3. endereço de correio eletrônico;

1.7.2.2. a nomeação cruzada de titulares e substitutos, na forma realizada no Contrato 23/2014, não atende o princípio da segregação de funções, eis que, em caso de afastamento de um dos nomeados, o outro passará a acumular funções incompatíveis.

ACÓRDÃO Nº 1069/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em julgar as contas dos responsáveis a seguir indicados regulares com ressalva e dar-lhes quitação, sem prejuízo de fazer as seguintes determinações, de dar ciência das seguintes impropriedades e de encaminhar cópia desta deliberação ao Ministério da Cultura e à Fundação Cultural Palmares:

1. Processo TC-028.512/2016-2 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2015)

1.1. Responsáveis: Alexandro da Anunciação Reis (906.032.575-34); Anderson Luiz Alves de Oliveira (045.495.407-70); Carolina Conceição Nascimento (954.760.831-20); Carolina Santos Petitinga (782.952.705-91); Franco Cesar Bernardes (505.505.001-20); Igor Correia dos Prazeres (039.965.854-89); Joao Rubens dos Santos Junior (976.178.575-00); Jose Hilton Santos Almeida (097.226.455-87); Lindivaldo Oliveira Leite Junior (462.093.444-53); Marco Antonio Evangelista da Silva (393.568.251-49); Maria Aparecida da Silva Abreu (030.580.207-08); Sandro Rafael Martins dos Santos (629.922.100-30); Simoni Andrade Hastenreiter (308.430.901-97); Valeria Cunha Goncalves Monteiro (351.826.441-91); Vanderlei Lourenco Francisco (761.803.016-20).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Cultural Palmares - FCP.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Ciência:

1.7.1. determinar à Fundação Cultural Palmares que:

1.7.1.1. apresente ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação, o resultado das análises das prestações de contas pendentes, bem como cronograma detalhado das ações ainda a serem empreendidas para zerar o passivo de prestação de contas;

1.7.1.2. apresente ao TCU, no próximo relatório de gestão, as providências adotadas para efetivar o disposto no art. 14 do Decreto 3.591/2000, no sentido de estruturar seu controle interno com suporte necessário de recursos, com o objetivo de fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle, bem assim as providências adotadas para efetivar a observância ao princípio da segregação de funções, evitando o acúmulo de funções por parte de um mesmo servidor;

1.7.2. dar ciência à Fundação Cultural Palmares que:

1.7.2.1. a ausência de manuais internos não elide a responsabilidade da entidade de observar a legislação e a jurisprudência desta Corte de Contas como instrumentos de orientação e correção na formalização de convênios, a fim de zelar pela boa e regular aplicação dos recursos públicos;

1.7.2.2. a falha na avaliação da capacidade operacional da entidade proponente para execução do objeto do convênio configura irregularidade grave por parte do órgão concedente, o que pode ensejar a responsabilização dos gestores;

1.7.2.3. as contratações por inexigibilidade de licitação precisam se enquadrar nos ditames legais, bem como observar a jurisprudência desta Corte de Contas.

ACÓRDÃO Nº 1070/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em julgar as contas dos responsáveis a seguir indicados regulares e dar-lhes quitação plena, sem prejuízo de dar ciência das seguintes impropriedades, de fazer a seguinte determinação e de encaminhar cópia desta deliberação ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - Inpa, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900108

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Processo TC-033.495/2016-5 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2015)

1.1. Responsáveis: Beatriz Ronchi Teles (250.949.980-72); Carlos Roberto Bueno (748.398.028-15); Cristiane Iyoko Carmine Okawa (413.798.292-91); Denise Machado Duran Gutierrez (056.237.098-69); Gislene Almeida Carvalho Zilse (770.212.826-72); Hillandia Brandao da Cunha (193.935.472-20); Jose Francisco Correa Mendes (404.941.282-91); Jose Laurindo Campos dos Santos (074.328.282-53); Luiz Antonio de Oliveira (862.606.938-34); Luiz Renato de França (122.525.901-06); Paulo Mauricio Lima de Alencastro Graça (772.136.297-00).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - Inpa.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex/AM).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Ciência/Determinação:

1.7.1. ciência ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia sobre as seguintes impropriedades, verificadas no planejamento de ação e dos resultados quantitativos e qualitativos da gestão:

1.7.1.1. substituição da meta "implantar, até dezembro de 2015, um programa de doutorado internacional em biologia tropical", relacionada às finalidades precípuas do Inpa, por outra meta "projeto internacional referente à seleção de programas de pós-graduação de instituições brasileiras para a Universidade em rede do Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul)", sendo esta executada somente no exercício de 2016, em descumprimento dos arts. 4º e 5º, incisos I e II, do Decreto 5.886/2006;

1.7.1.2. não cumprimento da meta "elaborar, até dezembro de 2015, o plano de trabalho para implementação do programa institucional de gestão do conhecimento", em descumprimento do estabelecido no Plano Diretor da Unidade - PDU, meta 40 do Programa 1;

1.7.1.3. não cumprimento da meta "elaboração de um Manual de atos e procedimentos administrativos institucionais, até dezembro de 2015", em descumprimento da Portaria/TCU 25/2014 (item 2.2., letra "d"), que aprova o referencial básico de governança da administração pública;

1.7.2. determinar ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia que, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da ciência desta deliberação, apure a discrepância entre as despesas com manutenção do instituto, referente ao contrato com vigência de junho de 2014 a junho de 2015, no valor de R$ 2.914.016,95 (dois milhões, novecentos e quatorze mil, dezesseis reais e noventa e cinco centavos), e as despesas relativas ao contrato assinado em dezembro de 2015, no valor de R$ 490.000,00 (quatrocentos e noventa mil reais), com vigência de 6 (seis) meses, conforme consignado no relatório de gestão, informando ao TCU, ao final do citado período, os resultados acompanhados da respectiva documentação comprobatória.

ACÓRDÃO Nº 1071/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, em expedir quitação ao Sr. Milton Sergio Silveira Zuanazzi, ante o recolhimento da multa que lhe foi imputada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.767/2011-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: TC-025.317/2017-2 (Cobrança Executiva); TC-025.320/2017-3 (Cobrança Executiva); TC-025.319/2017-5 (Cobrança Executiva); TC-025.316/2017-6 (Cobrança Executiva)

1.2. Responsáveis: Instituto Goiano do Terceiro Setor (03.853.004/0001-00); José Pedro Celestino de Oliveira Júnior (227.303.891-72); Maria Tereza Vergueiro Silva (399.191.106-04); Milton Sergio Silveira Zuanazzi (219.158.810-72).

1.3. Órgão/Entidade: Instituto Goiano do Terceiro Setor.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (Secex/GO).

1.7. Representação legal: Flavio Schegerin Ribeiro (21451/OAB-DF) e outros, representando Milton Sergio Silveira Zuanazzi.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Quitação relativa ao subitem 9.4 do Acórdão 4.697/2015, proferido pela 2ª Câmara, em Sessão de 28/7/2015, Ata 25/2015, ratificado pelo Acórdão 5.415/2017, proferido pela 2ª Câmara, em Sessão de 13/6/2017, Ata 20/2017.

Valor original da multa: R$ 5.000,00Data de origem da multa: 28/7/2015

Valor recolhido: R$ 5.619,90Data do recolhimento: 29/8/2017

ACÓRDÃO Nº 1072/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea a, 169, inciso VI, e 212 do Regimento Interno/TCU, em determinar o arquivamento dos presentes autos, sem julgamento de mérito, por ausência dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação aos responsáveis e à Caixa Econômica Federal, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.763/2015-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Cláudio Fontenele de Araújo Souza (227.475.913-87); Vicente José dos Santos Ribeiro (139.188.343-87).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Cajueiro da Praia/PI.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (Secex/PI).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1073/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 10, § 1º, e 11 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso V, alínea c, 157 e 201, § 1º, do Regimento Interno/TCU, e art. 47 da Resolução/TCU 259/2014, em sobrestar o julgamento das presentes contas até o recebimento da informação a ser apresentada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, e em fazer a seguinte determinação, sem prejuízo de encaminhar cópia da documentação contida nas peças 17 e 18 ao FNDE, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.166/2015-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Luís Acácio de Sousa (070.024.403-49).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Nova Russas/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex/AM).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinação:

1.7.1. ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação que, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da ciência desta deliberação, manifeste-se conclusivamente e informe ao TCU quanto à análise e ao resultado alcançado sobre a prestação de contas apresentada pelo Sr. Luís Acácio de Sousa, referente à aplicação dos recursos públicos federais repassados ao Município de Nova Russas/CE, no exercício de 2006, por conta do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos - PEJA.

ACÓRDÃO Nº 1074/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea d, do Regimento Interno/TCU, c/c o Enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 10.029/2017 - 1ª Câmara, prolatado na Sessão de 24/10/2017, Ata 39/2017, relativamente ao seu item 3, onde se lê: "Responsáveis: Empresa de Construções e Serviços Ltda. - ME (02.367.730/0001-50) e Ronaldo Campelo dos Santos (056.487.183-49)", leia-se: "Responsáveis: Empresa de Construções e Serviços Ltda. - ME (02.367.730/0001-50) e Ronaldo Campelo dos Santos (715.774.833-91)", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.232/2016-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Empresa de Construções e Serviço Ltda. - ME (02.367.730/0001-50); Ronaldo Campelo dos Santos (715.774.833-91).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Curralinhos/PI.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (Secex/BA).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1075/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 10, § 1º, 11 da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso V, alínea c, 157 e 201, § 1º, do Regimento Interno/TCU, e no art. 47 da Resolução/TCU 259/2014, em sobrestar a apreciação dos presentes autos até o recebimento da informação a ser apresentada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa, e em fazer a seguinte determinação, sem prejuízo de encaminhar cópia da documentação contida nas peças 21-85 ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de acordo com o parecer da Secex/AM:

1. Processo TC-016.574/2016-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Instituto Amazônico de Desenvolvimento Social, Amparo à Pesquisa e à Tecnologia - Saber da Terra (07.831.101/0001-53); Renato Araújo de Queiroz (021.179.082-68).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Amazônico de Desenvolvimento Social, Amparo à Pesquisa e à Tecnologia - Saber da Terra.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex/AM).

1.6. Representação legal: Lucca Fernandes Albuquerque (OAB/AM 11.712).

1.7. Determinação:

1.7.1. ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa que, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da ciência desta deliberação, manifeste-se conclusivamente e informe ao TCU quanto à análise e ao resultado alcançado sobre a documentação apresentada pelo Sr. Renato Araújo de Queiroz, referente à aplicação dos recursos públicos federais repassados ao Instituto Amazônico de Desenvolvimento Social, Amparo à Pesquisa e à Tecnologia - Saber da Terra, por força do Convênio 777922/2012.

ACÓRDÃO Nº 1076/2018 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de peça apresentada pelo Sr. Fábio César de Vasconcelos Rodrigues solicitando a revisão do julgamento deste Tribunal, bem como dilação de prazo para juntada de documentos.

Considerando que o referido responsável teve suas contas julgadas irregulares com condenação em débito e multa, pelo Acórdão 1.464/2016 - 2ª Câmara;

Considerando que contra esse julgado impetrou recurso de reconsideração que restou não provido pelo Acórdão 6.779/2017 - 2ª Câmara;

Considerando que, irresignado, opôs ainda embargos de declaração, que foram rejeitados pelo Acórdão 8.568/2017 - 2ª Câmara;

Considerando que antes da expedição da notificação desse último julgado, o responsável apresentou as peças 56-61, a título de recurso de reconsideração;

Considerando que, após a notificação, veio, por meio das peças 67-97, requerer o processamento desse novo recurso apresentado, ocasião em que aproveitou o ensejo para solicitar a dilação de prazo razoável para juntada de nova documentação;

Considerando o pressuposto da singularidade recursal e a ausência de amparo legal e regimental para dilação de prazo para cumprimento de acórdão condenatório;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em receber a peça apresentada pelo Sr. Fábio César de Vasconcelos Rodrigues, como mera petição e negar-lhe seguimento, sem prejuízo de encaminhar, ao responsável, cópia desta deliberação:

1. Processo TC-018.881/2014-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Fábio César de Vasconcelos Rodrigues (822.780.834-49).

1.2. Órgão/Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE).

1.6. Representação legal: Jose Nelson Vilela Barbosa Filho (16.302/OAB-PE) e outros, representando Fábio César de Vasconcelos Rodrigues.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1077/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea a, 169, inciso VI, e 212 do Regimento Interno/TCU, em determinar o arquivamento dos presentes autos, sem julgamento de mérito, por ausência dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação aos responsáveis, de acordo com o parecer do Ministério Público/TCU:

1. Processo TC-021.671/2016-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Antônio Carlos Marques Souza (077.165.592-49); Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões (02.806.229/0001-43); Instituto Euvaldo Lodi (04.409.637/0001-97); Prefeitura Municipal de Manaus/AM (04.365.326/0001-73); Serafim Fernandes Correa (001.539.582-00).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Manaus/AM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex/AM).

1.6. Representação legal: Jorge Henrique Silva de Melo (7999/OAB-AM), representando Antônio Carlos Marques Souza; Jonny Cleuter Simões Mendonça (8340/OAB-AM) e outros, representando Instituto Euvaldo Lodi; Ana Luiza Moraes Reboucas (5891/OAB-AM) e outros, representando Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões; David Azulay Benayon (8688/OAB-AM), representando Serafim Fernandes Correa.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1078/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea d, do Regimento Interno/TCU, c/c o Enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 7.182/2017 - 2ª Câmara, prolatado na Sessão de 8/8/2017, Ata 28/2017, relativamente ao seu Acórdão, onde se lê: "ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea b, e 217 do Regimento Interno/TCU, em autorizar o parcelamento da dívida, em 36 (trinta e seis) parcelas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos

legais (débito: atualização monetária), fixando o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais, a cada 30 (trinta) dias, na forma prevista na legislação em vigor, alertando ao responsável que a falta de recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor (§ 2º do art. 217 do Regimento Interno/TCU):" leia-se: "ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea b, e 217 do Regimento Interno/TCU, em autorizar o parcelamento da dívida, em 36 (trinta e seis) parcelas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (débito: atualização monetária), fixando o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais, a cada 30 (trinta) dias, na forma prevista na legislação em vigor, alertando ao responsável que a falta de recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor (§ 2º do art. 217 do Regimento Interno/TCU):

Valor original do débito (R$)	Data da ocorrência
75.375,00	1º/1/2010

", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.133/2015-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Joel Rodrigues da Silva (386.776.603-72).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Floriano/PI.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (Secex/PI).

1.6. Representação legal: Vitor Tabatinga do Rego Lopes (6989/OAB-PI) e outros, representando Joel Rodrigues da Silva.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1079/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea d, do Regimento Interno/TCU, c/c o Enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 7.783/2016 - 2ª Câmara, onde se lê: "Responsáveis: Construtora Neves Engenharia Ltda. (06.765.392/0001-82); Dantas & Cia Ltda. (34.791.988/0001-76); Engecenter Construtora de Obras Ltda. (68.851.351/0001-40); Engecenter Engenharia Ltda. (14.435.382/0001-90); (...)" leia-se: "Responsáveis:(...) R. Neves Engenharia Ltda. - ME, CNPJ n. 04.029.815/0001-54; Engecenter Engenharia Ltda., CNPJ n. 14.435.382/0001-90; Dantas & Cia Ltda., CNPJ n. 34.791.988/0001-76;(...)", Acórdão 10.369/2016 - 2ª Câmara, onde se lê: "Responsáveis: Dantas & Cia Ltda. (34.791.988/0001-76); Engecenter Construtora de Obras Ltda. (68.851.351/0001-40); Engecenter Engenharia Ltda. (14.435.382/0001-90); (...)" leia-se: "Responsáveis:(...) R. Neves Engenharia Ltda. - ME, CNPJ n. 04.029.815/0001-54; Engecenter Engenharia Ltda., CNPJ n. 14.435.382/0001-90; Dantas & Cia Ltda., CNPJ n. 34.791.988/0001-76;(...)", Acórdão 4.762/2017 - 2ª Câmara, onde se lê: "Responsáveis: Construtora Neves Engenharia Ltda. (06.765.392/0001-82); Dantas & Cia Ltda. (34.791.988/0001-76); Engecenter Engenharia Ltda. (14.435.382/0001-90); (...)", leia-se: "Responsáveis:(...) R. Neves Engenharia Ltda. - ME, CNPJ n. 04.029.815/0001-54; Engecenter Engenharia Ltda., CNPJ n. 14.435.382/0001-90; Dantas & Cia Ltda., CNPJ n. 34.791.988/0001-76;(...)", mantendo-se inalterados os demais termos dos acórdãos ora retificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.251/2010-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apenso: TC-019.110/2012-0 (Solicitação).

1.2. Responsáveis: Dantas & Cia Ltda. (34.791.988/0001-76); Engecenter Engenharia Ltda. - ME (14.435.382/0001-90); Francisco Flamarion Portela (081.646.303-49); Governo do Estado de Roraima (84.012.012/0001-26); Ipojucan Carneiro da Costa (077.457.962-53); Jander Gener Cesar Guerreiro (287.415.442-34); Jorci Mendes de Almeida (126.011.101-63); José Maciel Ferreira (119.146.453-91); Neudo Ribeiro Campos (021.097.782-53); R. Neves Engenharia Ltda. - ME (04.029.815/0001-54); Sanderson Abrahim de Araújo Xaud (241.722.862-91); Sanderson José da Paixão Santos (614.812.115-87).

1.3. Órgão/Entidade: Governo do Estado de Roraima/RR.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Roraima (Secex/RR).

1.7. Representação legal: Danielle Silva Ribeiro Campos e outros, representando Neudo Ribeiro Campos; Joaquim Estevam de Araújo Neto (517/OAB-RR), representando Engecenter Engenharia Ltda. - ME e Sanderson Abrahim de Araújo Xaud; Krishlene Braz Avila (305-B/OAB-RR), representando Governo do Estado de Roraima; Jorci Mendes de Almeida Junior (749/OAB-RR), representando Jander Gener Cesar Guerreiro e Jorci Mendes de Almeida; Wagner Fernandes Pires Pereira (613/OAB-RR), representando José Maciel Ferreira; Sergio Cordeiro Santiago (725/OAB-RR) e outros, representando Dantas & Cia Ltda; Henrique Keisuke Sadamatsu (208-A/OAB-RR), representando Francisco Flamarion Portela.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1080/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, incisos III e V, alínea a, do Regimento Interno/TCU, c/c os arts. 36, 37 e 40 da Resolução TCU 259/2014, e considerando o cumprimento das determinações constantes do Acórdão 1.099/2016 - Plenário, em apensar o presente processo, em definitivo, ao TC-006.366/2013-9 (Relatório de Auditoria), de acordo com o parecer emitido pela SeinfraUrbana:

1. Processo TC-014.198/2016-9 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União.

1.2. Órgãos/Entidades: Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal - CAIXA e Município de Aparecida de Goiânia/GO.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).

1.6. Representação legal: Fernanda Rezende de Lisboa (OAB/GO 29.340) e outros.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1081/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, em expedir quitação ao Sr. Fernando Passos Cupertino de Barros, ante o recolhimento da multa que lhe foi imputada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.231/2009-6 (MONITORAMENTO)

1.1. Apenso: TC-014.961/2015-6 (Cobrança Executiva)

1.2. Responsáveis: Fernando Passos Cupertino de Barros (195.630.601-30); Idelmar de Paiva Neto (147.289.071-04); Maria Lúcia Carnelosso (385.314.960-04); Maria da Graça Silva Gonçalves (827.850.901-87).

1.3. Interessado: Tribunal de Contas da União.

1.4. Órgão/Entidade: Secretaria Estadual de Saúde de Goiás - SES/GO.

1.5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (Secex/GO).

1.8. Representação legal: Marcio Pacheco Magalhães (5795/OAB-GO), representando Maria Lúcia Carnelosso, Maria da Graça Silva Gonçalves, Fernando Passos Cupertino de Barros e Fernando Passos Cupertino de Barros.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Quitação relativa ao subitem 9.2 do Acórdão 623/2015, proferido pelo Plenário, em Sessão de 25/3/2015, Ata 10/2015.

Data de origem da multa: 25/3/2015Valor original da multa: R$ 5.000,00

Datas dos recolhimentos: Valores recolhidos:
7/7/2015R$ 214,15
7/8/2015R$ 215,84
16/9/2015R$ 217,73
28/10/2015R$ 218,90
22/12/2015R$ 222,93
29/1/2016R$ 225,07
29/1/2016R$ 225,07
25/4/2016R$ 230,97
25/4/2016R$ 230,97
17/5/2016R$ 232,42
14/6/2016R$ 234,18
21/7/2016R$ 225,53
15/8/2016R$ 237,02
14/10/2016R$ 238,25
17/10/2016R$ 238,25
25/11/2016R$ 235,28
23/12/2016R$ 239,38
31/1/2017R$ 240,10
24/2/2017R$ 241,01
20/3/2017R$ 241,80
2/5/2017R$ 242,56
31/5/2017R$ 242,81
19/6/2017R$ 243,56
28/7/2017R$ 243,56

ACÓRDÃO Nº 1082/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, incisos III e V, alínea a, do Regimento Interno/TCU, c/c os arts. 36, 37 e 40 da Resolução TCU 259/2014, e considerando o cumprimento da determinação constante do Acórdão 5.684/2017 - 1ª Câmara, em apensar o presente processo, em definitivo, ao TC-010.545/2017-4 (Representação), de acordo com o parecer emitido pela Secex/PE:

1. Processo TC-024.382/2017-5 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União.

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Sertânia/PE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1083/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 235, 237, inciso IV, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, e encaminhar cópia desta deliberação ao representante e à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Amazonas, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da Secex/AM:

1. Processo TC-000.430/2017-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Tribunal de Contas do Estado do Amazonas - TCE/AM.

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Amazonas - SFA/AM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex/AM).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1084/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea a, e 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, e considerando o cumprimento da determinação contida no subitem 1.7.1 do Acórdão 5.760/2017 - 2ª Câmara, em arquivar o presente processo, de acordo com o parecer da Selog:

1. Processo TC-005.907/2017-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Machado Almeida Comércio de Roupas e Confecções Ltda. (09.047.147/0001-01).

1.2. Órgão/Entidade: Comando Logístico do Exército - Colog.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: Antonio Alexandre Pereira Junior e outros, representando Comando Logístico do Exército; Sergio Santelli da Silva, representando Ebn Comércio, Importação e Exportação Ltda.; Tarley Max da Silva (19960/OAB-DF) e outros, representando Machado Almeida Comérco de Roupas e Confecções Ltda.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1085/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 237, inciso III, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la prejudicada, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, sem prejuízo de prestar a seguinte informação e de encaminhar cópia desta deliberação ao representante e cópia integral dos autos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, de acordo com o parecer da Secex/PE:

1. Processo TC-013.166/2017-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata/PE.

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata/PE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE).

1.6. Representação legal: Pedro Melchior de Mélo Barros (OAB/PE 21.802) e outros.

1.7. Informar:

1.7.1. ao representante que cabe ao órgão/entidade concedente dos recursos federais esgotar as medidas administrativas de sua alçada e, caso necessário, instaurar processo de tomada de contas especial a ser apreciado posteriormente pelo TCU, esclarecendo, ainda, que há a possibilidade de suspensão da inadimplência do município caso o administrador atual, estando comprovadamente impossibilitado de prestar contas, tenha tomado medidas para o resguardo do patrimônio público, nos termos do art. 59, §§ 4º ao 8º, da Portaria Interministerial MP/MF/MTFC 424/2016, que rege a matéria.

ACÓRDÃO Nº 1086/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea e, e 183, inciso I, alínea d, do Regimento Interno/TCU, em prorrogar o prazo, por mais 30 (trinta) dias, a contar da notificação desta deliberação, para que o Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde - Denasus cumpra a determinação constante do subitem 1.7.1 do Acórdão 2.475/2017 - 2ª Câmara, de acordo com o parecer da Secex/AM:

1. Processo TC-013.648/2016-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Câmara Municipal de Maués/AM.

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Maués/AM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex/AM).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900110

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 1087/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 237, inciso III, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la prejudicada, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, sem prejuízo de prestar a seguinte informação e de encaminhar cópia desta deliberação ao representante e cópia integral dos autos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, de acordo com o parecer da Secex/PE:

1. Processo TC-017.670/2017-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Prefeitura Municipal de Araçoiaba/PE.

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Araçoiaba/PE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Informar:

1.7.1. ao representante que cabe ao órgão/entidade concedente dos recursos federais esgotar as medidas administrativas de sua alçada e, caso necessário, instaurar processo de tomada de contas especial a ser apreciado posteriormente pelo TCU, esclarecendo, ainda, que há a possibilidade de suspensão da inadimplência do município caso o administrador atual, estando comprovadamente impossibilitado de prestar contas, tenha tomado medidas para o resguardo do patrimônio público, nos termos do art. 59, §§ 4º ao 8º, da Portaria Interministerial MP/MF/MTFC 424/2016, que rege a matéria.

ACÓRDÃO Nº 1088/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 237, inciso III, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la prejudicada, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, sem prejuízo de prestar a seguinte informação e de encaminhar cópia desta deliberação ao representante e cópia integral dos autos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, de acordo com o parecer da Secex/PE:

1. Processo TC-017.678/2017-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Prefeitura Municipal de Araçoiaba/PE.

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Araçoiaba/PE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Informar:

1.7.1. ao representante que cabe ao órgão/entidade concedente dos recursos federais esgotar as medidas administrativas de sua alçada e, caso necessário, instaurar processo de tomada de contas especial a ser apreciado posteriormente pelo TCU, esclarecendo, ainda, que há a possibilidade de suspensão da inadimplência do município caso o administrador atual, estando comprovadamente impossibilitado de prestar contas, tenha tomado medidas para o resguardo do patrimônio público, nos termos do art. 59, §§ 4º ao 8º, da Portaria Interministerial MP/MF/MTFC 424/2016, que rege a matéria.

ACÓRDÃO Nº 1089/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, e 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, e considerando o cumprimento da determinação contida no subitem 1.7.1 do Acórdão 7.540/2017 - 2ª Câmara, em arquivar o presente processo, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação ao Centro de Controle Interno do Comando da Aeronáutica - MD/CA, de acordo com o parecer da Selog:

1. Processo TC-020.886/2017-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Rafael Silva Nogueira Paranaguá (OAB/DF 36.708).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1090/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 237, inciso III, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la prejudicada, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, sem prejuízo de prestar a seguinte informação e de encaminhar cópia desta deliberação ao representante e cópia integral dos autos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, de acordo com o parecer da Secex/PE:

1. Processo TC-023.638/2017-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Prefeitura Municipal de Araçoiaba/PE.

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Araçoiaba/PE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE).

1.6. Representação legal: Luis Alberto Gallindo Martins (OAB/PE 20.189) e outros.

1.7. Informar:

1.7.1. ao representante que cabe ao órgão/entidade concedente dos recursos federais esgotar as medidas administrativas de sua alçada e, caso necessário, instaurar processo de tomada de contas especial a ser apreciado posteriormente pelo TCU, esclarecendo, ainda, que há a possibilidade de suspensão da inadimplência do município caso o administrador atual, estando comprovadamente impossibilitado de prestar contas, tenha tomado medidas para o resguardo do patrimônio público, nos termos do art. 59, §§ 4º ao 8º, da Portaria Interministerial MP/MF/MTFC 424/2016, que rege a matéria.

ACÓRDÃO Nº 1091/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 235, 237, inciso IV, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, e encaminhar cópia desta deliberação ao representante e à Prefeitura Municipal de Tefé/AM, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da Secex/AM:

1. Processo TC-026.390/2016-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Tribunal de Contas do Estado do Amazonas - TCE/AM.

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Tefé/AM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex/AM).

1.6. Representação legal: Eurismar Matos da Silva (OAB/AM 9.221) e outros.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1092/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 235, 237, inciso III, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, e encaminhar cópia desta deliberação ao representante, à Academia Militar das Agulhas Negras, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da Secex/RJ:

1. Processo TC-030.150/2017-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Sr. Paulo Pereira Leite Filho, Juiz Federal Titular da 1ª Vara Federal de Resende/RJ.

1.2. Órgão/Entidade: Academia Militar das Agulhas Negras - Aman.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex/RJ).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1093/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 235, parágrafo único, 237, parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em não conhecer da presente representação, por não preencher requisito de admissibilidade previsto no caput do art. 235 do RI/TCU, e encaminhar cópia desta deliberação ao representante, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da Secex/PE:

1. Processo TC-030.357/2017-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Uitanaan Gomes da Silva, Vereador.

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Aliança/PE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1094/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei n. 8.666/1993, c/c os arts. 143, incisos III e V, alínea a, 235, 237, inciso VII, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação ao representante e à Universidade Federal de Roraima, de acordo com o parecer da Secex/RR:

1. Processo TC-031.900/2017-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Engedata Telecomunicações Ltda. - EPP (17.392.397/0001-07).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Roraima - UFRR.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Roraima (Secex/RR).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1095/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei n. 8.666/1993, c/c os arts. 143, incisos III e V, alínea a, 235, 237, inciso VII, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação ao representante e ao Grupamento de Apoio de Brasília do Comando da Aeronáutica, de acordo com o parecer da Selog:

1. Processo TC-032.051/2017-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Conexão Engenharia e Telecomunicações Ltda. (04.127.876/0001-54).

1.2. Órgão/Entidade: Grupamento de Apoio de Brasília - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1096/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 237, inciso III, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la prejudicada, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, sem prejuízo de prestar a seguinte informação e de encaminhar cópia desta deliberação ao representante e cópia integral dos autos à Fundação Nacional de Saúde - Funasa, de acordo com o parecer da Secex/PE:

1. Processo TC-032.139/2017-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Prefeitura Municipal de Cumaru/PE.

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Cumaru/PE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Informar:

1.7.1. ao representante que cabe ao órgão/entidade concedente dos recursos federais esgotar as medidas administrativas de sua alçada e, caso necessário, instaurar processo de tomada de contas especial a ser apreciado posteriormente pelo TCU, esclarecendo, ainda, que há a possibilidade de suspensão da inadimplência do município caso o administrador atual, estando comprovadamente impossibilitado de prestar contas, tenha tomado medidas para o resguardo do patrimônio público, nos termos do art. 59, §§ 4º ao 8º, da Portaria Interministerial MP/MF/MTFC 424/2016, que rege a matéria.

ACÓRDÃO Nº 1097/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 237, inciso III, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la prejudicada, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, sem prejuízo de prestar a seguinte informação e de encaminhar cópia desta deliberação ao representante e cópia integral dos autos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, de acordo com o parecer da Secex/PE:

1. Processo TC-032.258/2017-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Prefeitura Municipal de Araçoiaba/PE.

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Araçoiaba/PE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Informar:

1.7.1. ao representante que cabe ao órgão/entidade concedente dos recursos federais esgotar as medidas administrativas de sua alçada e, caso necessário, instaurar processo de tomada de contas especial a ser apreciado posteriormente pelo TCU.

ACÓRDÃO Nº 1098/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 237, incisos I e III, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, sem prejuízo de encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação aos representantes e à Prefeitura Municipal de Manaus/AM e de dar ciência da seguinte impropriedade, de acordo com o parecer da Secex/AM:

1. Processo TC-032.908/2015-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representantes: Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Estado do Amazonas e Deputada Estadual Alessandra Campêlo da Silva.

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Manaus/AM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex/AM).

1.6. Representação legal: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900111

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.7. Ciência:

1.7.1. à Prefeitura Municipal de Manaus sobre a seguinte falha ocorrida na aplicação dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar nos exercícios de 2013, 2014 e 2015: ausência de quantidade adequada de gêneros alimentícios para atender plenamente ao cardápio elaborado pela nutricionista responsável, o que afrontou o disposto nos arts. 12 e 13 da Lei 11.947/2009, e nos arts. 12, § 1º, incisos II e III, 13, § 1º, inciso I, 14, 15 e 16 da Resolução/FNDE 26/2013.

ACÓRDÃO Nº 1099/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III, 235 e 237, inciso II, do Regimento Interno/TCU, e no art. 106, § 3º, e inciso I, da Resolução/TCU 259/2014, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la procedente e encaminhar cópia da instrução da unidade técnica e desta deliberação ao representante e ao Hospital de Guarnição de Florianópolis, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da Secex/SC:

1. Processo TC-034.424/2017-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Centro de Controle Interno do Exército - MD/CE.

1.2. Órgão/Entidade: Hospital de Guarnição de Florianópolis - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (Secex/SC).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1100/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 232, § 2º, do Regimento Interno/TCU, em não conhecer da solicitação formulada pelo Sr. Tarso Fabíolo de Lima Costa, Controlador-Geral do Município de José da Penha/RN, promovendo-se, em seguida, o seu arquivamento, sem prejuízo de prestar a seguinte informação e de encaminhar cópia destes autos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, de acordo com o parecer da Secex/RN:

1. Processo TC-032.500/2017-3 (SOLICITAÇÃO)

1.1. Solicitante: Sr. Tarso Fabíolo de Lima Costa, Controlador-Geral do Município de José da Penha/RN

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de José da Penha/RN.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte (Secex/RN).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Informação:

1.7.1. ao solicitante que, originalmente, compete aos próprios órgãos repassadores dos recursos a instauração de tomadas de contas especiais envolvendo recursos federais transferidos mediante convênios, contratos de repasses, ajustes ou outros instrumentos congêneres, devendo ser enviadas ao TCU, para julgamento de mérito, as tomadas de contas especiais cujos débitos atualizados monetariamente sejam superiores a R$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme prevê o art. 6º, inciso I, da Instrução Normativa/TCU 71/2012, alterada pela Instrução Normativa/TCU 76/2016.

RELAÇÃO Nº 7/2018 - 2ª Câmara

Relator - Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

ACÓRDÃO Nº 1101/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações da legalidade, para fins de registro, dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, diante da cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos a partir do falecimento dos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.619/2018-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Jorge Joaquim Fabre Dias (CPF 010.877.970-04); Nelly Sayago Cacciatore (CPF 002.026.650-20); Oswaldo Ribeiro de Lima (CPF 042.042.390-72); Oswaldo Ribeiro de Lima (CPF 042.042.390-72) e Pedro Miguel Gonçalves (CPF 000.818.090-34).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Porto Alegre/RS (INSS/MPS).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1102/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação da legalidade, para fins de registro, do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato a partir do falecimento da interessada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.638/2018-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Maria Geralda Tavares (CPF 178.166.106-53).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Contagem/MG (INSS/MPS).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1103/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação da legalidade, para fins de registro, do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato a partir do falecimento da interessada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.679/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Maria da Penha Corradi (CPF 439.922.507-68).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Artes (Funarte/MinC).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1104/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação da legalidade, para fins de registro, do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato a partir da reversão do interessado na base do Sisac, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.682/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Robson Cardos Meireles (CPF 238.941.481-87).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS/MPS).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1105/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação da legalidade, para fins de registro, do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato a partir do falecimento do interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.785/2018-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Robert Frota Alencar (CPF 016.473.263-20).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Fortaleza/CE (INSS/MPS).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1106/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.877/2018-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Vanio de Oliveira Cardoso (CPF 429.600.299-68).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Criciúma/SC (INSS/MPS).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1107/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.887/2018-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Sonia Aparecida Donini Coimbra (CPF 326.809.299-34).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Londrina/PR (INSS/MPS).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1108/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.901/2018-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antônio Fernando Costa Galrão (CPF 109.952.775-91); Guacira Lins Doria (CPF 296.140.665-04); Julivalda Amorim da Silva Santos (CPF 085.123.105-53) e Lídia de Araújo Silva (CPF 178.390.175-68).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Salvador/BA (INSS/MPS).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1109/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.904/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Avelina Josephina Quirino de Sá (CPF 351.944.567-00).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva no Rio de Janeiro/Norte (INSS/MPS).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1110/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação da legalidade, para fins de registro, do ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato a partir do falecimento do interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900112

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Processo TC-001.839/2018-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Afonso Maria Neves (CPF 017.257.046-84).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Belo Horizonte/MG (INSS/MPS).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1111/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.630/2018-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Hormandina Cereja Pantoja (CPF 009.600.762-12) e Lizete Pinho (CPF 454.189.002-00).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Belém/PA (INSS/MPS).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1112/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.638/2018-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Antônia Maria da Silva Azevedo (CPF 894.927.225-34) e Vilma Feitosa da Silva (CPF 087.000.525-15).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Salvador/BA (ISS/MPS).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1113/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.642/2018-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Ernesto Barreto de Menezes (CPF 244.894.178-53).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Araçatuba/SP (INSS/MPS).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1114/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação, para fins de registro, do ato de pensão civil instituída por João Evangelista Olaia Ribeiro (CPF 007.085.342-87), diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato a partir da maioridade das interessadas, e considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão civil em favor de Gladis Teresa Lifona Sol (CPF 376.349.177-53); Marília da Rocha (CPF 213.082.502-82); Rafael Augusto Rocha de Carvalho (CPF 666.790.952-04) e Sidiney Batista de Oliveira (CPF 845.208.172-34) e Sônia Oliveira do Nascimento (CPF 414.955.192-8), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.441/2008-1 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Danielle Silva Ribeiro (CPF 813.239.212-49); Dayane Silva Ribeiro (CPF 813.237.272-72); Gladis Teresa Lifona Sol (CPF 376.349.177-53); Marília da Rocha (CPF 213.082.502-82); Rafael Augusto Rocha de Carvalho (CPF 666.790.952-04) e Sidiney Batista de Oliveira (CPF 845.208.172-34) e Sônia Oliveira do Nascimento (CPF 414.955.192-87).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região (TRT/AM e RR).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1115/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato de concessão de pensão civil do Sr. Antônio Mariano Gomes (CPF: 002.081.911-00), diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato a partir do falecimento da interessada; e considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil em favor de Gilberta Sampaio de Martino Jannuzzi (CPF 603.227.648-15), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.479/2006-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Gilberta Sampaio de Martino Jannuzzi (CPF 603.227.648-15) e Marilia Izabel de Araújo Gomes (CPF 074.866.747-42).

1.2. Órgão/Entidade: Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (MCTIC)

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1116/2018 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de tomada de contas especial instaurada pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em desfavor de Maria das Dores Silvestre, como então servidora, e do Sr. Damião Beltrão Ferreira, como terceiro não integrante do INSS, além dos diversos segurados (Manoel Darci dos Santos, Manoel Garcia Santos, Manoel Messias de Lima, Manoel Pereira dos Santos, Manoel Teixeira dos Santos, Marcela da Silva, Marcelo dos Santos, Marcia da Silva, Marciano Gomes, Marcos José dos Santos e Marcos Vieira), diante da irregular concessão de benefícios previdenciários pela inserção de dados inverídicos, conforme apurado no Processo Administrativo Disciplinar nº 35001.000421/2010-95, de 20/7/2010 (Peça nº 2, p. 16- 88), e no Relatório da Sentença da Ação Penal nº 2008.80.01.000390-7, de 2/4/2009 (Peça nº 2, p. 128-265);

Considerando que 336 (trezentos e trinta e seis) benefícios teriam sido fraudados, salientando que, em 2017, para além deste processo, outras 4 (quatro) TCE foram remetidas a este Tribunal para apurar as fraudes cometidas pela Sra. Maria das Dores Silvestre e pelo Sr. Damião Beltrão Ferreira: TC-023.151/2017-0, TC-023.370/2017-3, TC-023.146/2017-6, e TC-017.282/2017-9 (que já se encontra pronto para o julgamento de mérito);

Considerando que, no intuito de se aplicar a regra da consolidação de débitos dos mesmos responsáveis, nos termos do art. 15 da DN TCU nº 155, de 2016, e de, com isso, alcançar o débito superior ao valor de alçada para a instauração de tomada de contas especiais como fixado pela IN TCU nº 71/2012 (com a redação dada pela IN TCU nº 76/2016), mostra-se indicado o apensamento tanto deste TC-023.151/2017-0, quanto do TC-023.370/2017-3 e do TC-023.317-2017-5, ao TC-023.146/2017-6;

Considerando, dessa forma, que a tramitação de um único feito para discutir os objetos conexos tende a atender aos princípios da racionalidade e da celeridade processual, além de observar o disposto no art. 36 da Resolução TCU nº 259, de 2014, quando estabelece que "*processos que tenham relação de dependência, conexão ou continência poderão ser apensados definitivamente ou temporariamente, desde que seja conveniente a tramitação conjunta*";

Considerando, além disso, que a unidade técnica propôs à Peça nº 8 que, ao se promover o apensamento deste TC-023.151/2017-0 ao TC-023.146/2017-6, sejam autorizadas as citações de todos os responsáveis;

Considerando, por fim, que, à Peça nº 10, o Ministério Público junto ao TCU anuiu à referida proposta da unidade técnica;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso I, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, e nos arts. 37 e 40, III, da Resolução TCU nº 259, de 2014, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) apensar definitivamente o presente processo ao TC-023.146/2017-6 (Tomada de Contas Especial);

b) realizar, no âmbito do aludido TC 023.146/2017-6, a citação da Sra. Maria das Dores Silvestre (CPF 346.529.304-53), como então servidora do INSS, e do Sr. Damião Beltrão Ferreira (CPF 659.372.104-25), como terceiro corresponsável, nos termos dos arts. 10, § 1º, e 12, incisos I e II, da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 202, I e II, do RITCU, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentem as suas alegações de defesa e/ou recolham, solidariamente, aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) as quantias abaixo indicadas, atualizadas monetariamente a partir das respectivas datas até o efetivo recolhimento, abatendo-se na oportunidade a quantia eventualmente ressarcida, na forma da legislação em vigor em decorrência da participação em fraudes para a concessão e os pagamentos irregulares de benefícios de Amparo Social ao Idoso na Agência da Previdência Social de São Miguel dos Campos - AL, conforme apurado no Processo Administrativo Disciplinar nº 35001.000421/2010-95, instaurado pela Corregedoria Regional de Recife do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e no Relatório da Sentença da Ação Penal nº 2008.80.01.000390-7 da 8ª Vara da Justiça Federal em Alagoas:

b.1) pela concessão irregular de benefício ao Sr. Manoel Darci dos Santos:

Valor (R$)	Data
315,00	22/8/2006
350,00	15/9/2006
350,00	24/10/2006
350,00	7/11/2006
350,00	6/12/2006
350,00	8/1/2007
350,00	6/2/2007
350,00	7/3/2007
350,00	5/4/2007
380,00	7/5/2007
380,00	6/6/2007
380,00	5/7/2007
380,00	6/8/2007
380,00	6/9/2007
380,00	4/10/2007
380,00	7/11/2007
380,00	6/12/2007
380,00	7/1/2008
380,00	30/1/2008
380,00	3/3/2008
415,00	4/4/2008
415,00	7/5/2008
415,00	5/6/2008
415,00	7/7/2008
415,00	4/8/2008

b.2) pela concessão irregular de benefício ao Sr. Manoel Garcia Santos:

Valor (R$)	Data
350,00	11/4/2007
380,00	11/5/2007
380,00	8/6/2007
380,00	9/7/2007
380,00	7/8/2007
380,00	10/9/2007
380,00	8/10/2007
380,00	13/11/2007
380,00	10/12/2007
380,00	10/1/2008
380,00	7/2/2008
380,00	11/3/2008
415,00	4/4/2008
415,00	14/5/2008
415,00	12/6/2008
415,00	9/7/2008
415,00	18/8/2008

b.3 pela concessão irregular de benefício ao Sr. Manoel Messias de Lima:

Valor (R$)	Data
76,00	16/8/2007
380,00	16/8/2007
380,00	13/9/2007
380,00	11/10/2007
380,00	13/11/2007
380,00	10/12/2007
380,00	9/1/2008
380,00	11/2/2008
380,00	4/3/2008

b.4) pela concessão irregular de benefício ao Sr. Manoel Pereira dos Santos:

Valor (R$)	Data
105,00	14/11/2006
350,00	14/11/2006
350,00	1/12/2006

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900113

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

350,00	2/1/2007
350,00	1/2/2007
350,00	1/3/2007
350,00	2/4/2007
380,00	2/5/2007
380,00	1/6/2007
380,00	4/7/2007
380,00	3/8/2007
380,00	6/9/2007
380,00	3/10/2007
380,00	7/11/2007
380,00	14/12/2007
380,00	28/12/2007
380,00	31/1/2008
380,00	4/3/2008
415,00	31/3/2008
415,00	2/5/2008
415,00	29/5/2008
415,00	27/6/2008
415,00	25/7/2008

b.5) pela concessão irregular de benefício ao Sr. Manoel Teixeira dos Santos:

Valor (R$)	Data
152,00	8/5/2007
380,00	6/6/2007
380,00	9/7/2007
380,00	8/8/2007
380,00	13/9/2007
380,00	11/10/2007
380,00	13/11/2007
380,00	10/12/2007
380,00	9/1/2008
380,00	11/2/2008
380,00	6/3/2008

b.6) pela concessão irregular de benefício a Sra. Marcela da Silva:

Valor (R$)	Data
105,00	31/10/2006
350,00	7/11/2006
350,00	6/12/2006
350,00	5/1/2007
350,00	6/2/2007
350,00	6/3/2007
350,00	5/4/2007
380,00	7/5/2007
380,00	6/6/2007
380,00	6/7/2007
380,00	6/8/2007
380,00	6/9/2007
380,00	4/10/2007
380,00	7/11/2007
380,00	6/12/2007
380,00	28/12/2007
380,00	30/1/2008
380,00	28/2/2008
415,00	28/3/2008
415,00	29/4/2008
415,00	29/5/2008
415,00	27/6/2008
415,00	31/7/2008

b.7) pela concessão irregular de benefício ao Sr. Marcelo dos Santos:

Valor (R$)	Data
140,00	18/10/2006
350,00	13/11/2006
350,00	7/12/2006
350,00	8/1/2007
350,00	7/2/2007
350,00	7/3/2007
350,00	9/4/2007
380,00	8/5/2007
380,00	8/6/2007
380,00	6/7/2007
380,00	7/8/2007
380,00	10/9/2007
380,00	5/10/2007
380,00	8/11/2007
380,00	10/12/2007
380,00	28/12/2007
380,00	11/2/2008
380,00	7/3/2008
415,00	7/4/2008
415,00	8/5/2008
415,00	6/6/2008
415,00	7/7/2008
415,00	31/7/2008

b.8) pela concessão irregular de benefício a Sra. Marcia da Silva:

Valor (R$)	Data
380,00	12/11/2007
380,00	12/12/2007
380,00	9/1/2008
380,00	11/2/2008
380,00	6/3/2008

b.9) pela concessão irregular de benefício ao Sr. Marciano Gomes:

Valor (R$)	Data
58,33	9/2/2007
350,00	9/2/2007
350,00	13/3/2007
350,00	5/4/2007
380,00	7/5/2007
380,00	6/6/2007
380,00	5/7/2007
380,00	6/8/2007
380,00	6/9/2007
380,00	4/10/2007
380,00	7/11/2007
380,00	7/12/2007
380,00	7/1/2008
380,00	11/2/2008
380,00	6/3/2008
415,00	7/4/2008
415,00	7/5/2008
415,00	9/6/2008
415,00	7/7/2008
415,00	6/8/2008

b.10) pela concessão irregular de benefício ao Sr. Marcos Jose dos Santos:

Valor (R$)	Data
116,66	25/1/2007
350,00	12/2/2007
350,00	7/3/2007
350,00	9/4/2007
380,00	8/5/2007
380,00	8/6/2007
380,00	9/7/2007
380,00	8/8/2007
380,00	13/9/2007
380,00	8/10/2007
380,00	12/11/2007
380,00	10/12/2007
380,00	8/1/2008
380,00	13/2/2008
380,00	7/3/2008

b.11) pela concessão irregular de benefício ao Sr. Marcos Vieira:

Valor (R$)	Data
350,00	1/11/2006
350,00	8/11/2006
350,00	7/12/2006
350,00	8/1/2007
350,00	21/2/2007
350,00	14/3/2007
350,00	9/4/2007
380,00	8/5/2007
380,00	8/6/2007
380,00	6/7/2007
380,00	7/8/2007
380,00	10/9/2007
380,00	5/10/2007
380,00	8/11/2007
380,00	7/12/2007
380,00	8/1/2008
380,00	12/2/2008
380,00	7/3/2008
415,00	7/4/2008
415,00	8/5/2008
415,00	6/6/2008
415,00	7/7/2008
415,00	7/8/2008

Valor total atualizado monetariamente até 27/9/2017: R$ 128.863,43

c) fazer a determinação abaixo indicada:

1. Processo TC-023.151/2017-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Maria das Dores Silvestre (CPF 346.529.304-53); Damião Beltrão Ferreira: (CPF 659.372.104-25); Manoel Darci dos Santos (CPF 014.265.764-63); Manoel Garcia Santos (CPF 015.622.634-04); Manoel Messias de Lima (CPF 015.822.424-88); Manoel Pereira dos Santos (CPF 015.618.604-76); Manoel Teixeira dos Santos (CPF 015.809.504-93); Marcela da Silva (CPF 015.247.654-73); Marcelo dos Santos (CPF 015.613.294-01); Marcia da Silva(CPF 015.962.964-02); Marciano Gomes (CPF 015.663.524-01); Marcos Jose dos Santos (CPF 015.699.394-54) e Marcos Vieira (CPF 015.587.564-77).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS/MPS).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas (Secex/AL).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar que a Secex/AL informe os responsáveis de que, caso venham a ser condenados pelo TCU, os aludidos débitos serão acrescidos de juros de mora, nos termos do § 1º do art. 202 do RITCU.

ACÓRDÃO Nº 1117/2018 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de tomada de contas especial instaurada pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em desfavor de Maria das Dores Silvestre, como então servidora, e do Sr. Damião Beltrão Ferreira, como terceiro não integrante do INSS, além dos diversos segurados (Manoel Darci dos Santos, Manoel Garcia Santos, Manoel Messias de Lima, Manoel Pereira dos Santos, Manoel Teixeira dos Santos, Marcela da Silva, Marcelo dos Santos, Marcia da Silva, Marciano Gomes, Marcos José dos Santos e Marcos Vieira), diante da irregular concessão de benefícios previdenciários pela inserção de dados inverídicos, conforme apurado no Processo Administrativo Disciplinar nº 35001.000421/2010-95, de 20/7/2010 (Peça nº 2, p. 16- 88), e no Relatório da Sentença da Ação Penal nº 2008.80.01.000390-7, de 2/4/2009 (Peça nº 2, p. 128-265);

Considerando que 336 (trezentos e trinta e seis) benefícios teriam sido fraudados, salientando que, em 2017, para além deste processo, outras 4 (quatro) TCE foram remetidas a este Tribunal para apurar as fraudes cometidas pela Sra. Maria das Dores Silvestre e pelo Sr. Damião Beltrão Ferreira: TC-023.151/2017-0, TC-023.370/2017-3, TC-023.146/2017-6, e TC-017.282/2017-9 (que já se encontra pronto para o julgamento de mérito);

Considerando que, no intuito de se aplicar a regra da consolidação de débitos dos mesmos responsáveis, nos termos do art. 15 da DN TCU nº 155, de 2016, e de, com isso, alcançar o débito superior ao valor de alçada para a instauração de tomada de contas especiais como fixado pela IN TCU nº 71/2012 (com a redação dada pela IN TCU nº 76/2016), mostra-se indicado o apensamento tanto deste TC-023.151/2017-0, quanto do TC-023.370/2017-3 e do TC-023.317-2017-5, ao TC-023.146/2017-6;

Considerando, dessa forma, que a tramitação de um único feito para discutir os objetos conexos tende a atender aos princípios da racionalidade e da celeridade processual, além de observar o disposto no art. 36 da Resolução TCU nº 259, de 2014, quando estabelece que "*processos que tenham relação de dependência, conexão ou continência poderão ser apensados definitivamente ou temporariamente, desde que seja conveniente a tramitação conjunta*";

Considerando, além disso, que a unidade técnica propôs à Peça nº 8 que, ao se promover o apensamento deste TC-023.151/2017-0 ao TC-023.146/2017-6, sejam autorizadas as citações de todos os responsáveis;

Considerando, por fim, que, à Peça nº 10, o Ministério Público junto ao TCU anuiu à referida proposta da unidade técnica;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso I, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, e nos arts. 37 e 40, III, da Resolução TCU nº 259, de 2014, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) apensar definitivamente o presente processo ao TC-023.146/2017-6 (Tomada de Contas Especial);

b) realizar, no âmbito do aludido TC 023.146/2017-6, a citação da Sra. Maria das Dores Silvestre (CPF 346.529.304-53), como então servidora do INSS, e do Sr. Damião Beltrão Ferreira (CPF 659.372.104-25), como terceiro corresponsável, nos termos dos arts. 10, § 1º, e 12, incisos I e II, da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 202, I e II, do RITCU, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentem as suas alegações de defesa e/ou recolham, solidariamente, aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) as quantias abaixo indicadas, atualizadas monetariamente a partir das respectivas datas até o efetivo recolhimento, abatendo-se na oportunidade a quantia eventualmente ressarcida, na forma da legislação em vigor em decorrência da participação em fraudes para a concessão e os pagamentos irregulares de benefícios de Amparo Social ao Idoso na Agência da Previdência Social de São Miguel dos Campos - AL, conforme apurado no Processo Administrativo Disciplinar nº 35001.000421/2010-95, instaurado pela Corregedoria Regional de Recife do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e no Relatório da Sentença da Ação Penal nº 2008.80.01.000390-7 da 8ª Vara da Justiça Federal em Alagoas:

b.1) pela concessão irregular de benefício a Sra. Maria Cristina de Oliveira:

Valor (R$)	Data
76,00	13/8/2007
380,00	13/8/2007
380,00	11/9/2007
380,00	11/10/2007
380,00	13/11/2007
380,00	10/12/2007
380,00	9/1/2008
380,00	11/2/2008
380,00	4/3/2008

b.2) pela concessão irregular de benefício a Sra. Maria Elena da Silva:

Valor (R$)	Data
128,33	10/5/2007
380,00	10/5/2007
380,00	6/6/2007
380,00	5/7/2007
380,00	6/8/2007
380,00	6/9/2007
380,00	4/10/2007
380,00	7/11/2007
380,00	7/12/2007
380,00	7/1/2008
380,00	11/2/2008
380,00	6/3/2008
415,00	4/4/2008
415,00	7/5/2008
415,00	5/6/2008
415,00	7/7/2008
415,00	8/8/2008

b.3) pela concessão irregular de benefício a Sra. Maria Elza dos Santos:

Valor (R$)	Data
105,00	1/11/2006
350,00	1/11/2006
350,00	1/12/2006
350,00	3/1/2007
350,00	1/2/2007
350,00	1/3/2007
350,00	2/4/2007
380,00	2/5/2007
380,00	1/6/2007
380,00	2/7/2007
380,00	1/8/2007
380,00	3/9/2007
380,00	1/10/2007
380,00	1/11/2007
380,00	3/12/2007
380,00	2/1/2008
380,00	1/2/2008
380,00	3/3/2008
415,00	1/4/2008
415,00	2/5/2008
415,00	2/6/2008
415,00	1/7/2008
415,00	1/8/2008

b.4) pela concessão irregular de benefício a Sra. Maria Joana Batista:

Valor (R$)	Data
105,00	9/4/2007
350,00	9/4/2007
380,00	10/5/2007
380,00	8/6/2007
380,00	6/7/2007
380,00	7/8/2007
380,00	10/9/2007
380,00	5/10/2007
380,00	8/11/2007
380,00	7/12/2007
380,00	8/1/2008
380,00	12/2/2008
380,00	7/3/2008
415,00	7/4/2008
415,00	16/7/2008
415,00	7/8/2008

b.5) pela concessão irregular de benefício a Sra. Maria da Conceição Ramos:

Valor (R$)	Data
140,00	1/11/2006
350,00	1/11/2006
350,00	1/12/2006
350,00	2/1/2007
350,00	1/2/2007
350,00	1/3/2007
350,00	2/4/2007
380,00	2/5/2007
380,00	1/6/2007
380,00	2/7/2007
380,00	1/8/2007
380,00	3/9/2007
380,00	1/10/2007
380,00	1/11/2007
380,00	10/12/2007
380,00	2/1/2008
380,00	1/2/2008
380,00	3/3/2008
415,00	1/4/2008
415,00	2/5/2008
415,00	5/6/2008
415,00	7/7/2008
415,00	5/8/2008

b.6) pela concessão irregular de benefício a Sra. Maria das Dores Santos:

Valor (R$)	Data
128,33	9/5/2007
380,00	9/5/2007
380,00	13/6/2007
380,00	6/7/2007
380,00	7/8/2007
380,00	10/9/2007
380,00	5/10/2007
380,00	8/11/2007
380,00	7/12/2007
380,00	24/12/2007
380,00	25/1/2008
380,00	25/2/2008
415,00	25/3/2008
415,00	24/4/2008
415,00	26/5/2008
415,00	26/6/2008
415,00	25/7/2008

b.7) pela concessão irregular de benefício a Sra. Maria das Graças da Silva:

Valor (R$)	Data
342,00	21/11/2007
380,00	21/11/2007
380,00	13/12/2007
380,00	9/1/2008
380,00	11/2/2008
380,00	4/3/2008

b.8) pela concessão irregular de benefício a Sra. Maria das Graças dos Santos:

Valor (R$)	Data
278,66	14/8/2007
380,00	11/9/2007
380,00	11/10/2007
380,00	8/11/2007
380,00	10/12/2007
380,00	9/1/2008
380,00	30/1/2008
380,00	28/2/2008

b.9) pela concessão irregular de benefício a Sra. Maria de Souza Paz:

Valor (R$)	Data
38,00	19/11/2007
380,00	19/11/2007
380,00	12/12/2007
380,00	9/1/2008
380,00	31/1/2008
380,00	29/2/2008

b.10) pela concessão irregular de benefício a Sra. Maria do Carmo Santos:

Valor (R$)	Data
93,33	10/8/2006
350,00	10/8/2006
350,00	8/9/2006
350,00	6/10/2006
350,00	8/11/2006
350,00	7/12/2006
350,00	8/1/2007
350,00	7/2/2007
350,00	7/3/2007
350,00	9/4/2007
380,00	8/5/2007
380,00	8/6/2007
380,00	9/7/2007
380,00	8/8/2007
380,00	13/9/2007
380,00	8/10/2007
380,00	12/11/2007
380,00	10/12/2007
380,00	8/1/2008
380,00	13/2/2008
380,00	7/3/2008

b.11) pela concessão irregular de benefício a Sra. Maria dos Santos:

Valor (R$)	Data
367,33	8/8/2007
380,00	4/9/2007
380,00	2/10/2007
380,00	5/11/2007
380,00	4/12/2007
380,00	4/1/2008
380,00	8/2/2008
380,00	4/3/2008

Valor total atualizado monetariamente até 26/9/2017: R$ 99.297,40

c) fazer a determinação abaixo indicada:

1. Processo TC-023.317/2017-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Maria das Dores Silvestre (CPF 346.529.304-53); Damião Beltrão Ferreira: (CPF 659.372.104-25); Maria Cristina de Oliveira (CPF 015.822.384-56); Maria da Conceição Ramos (CPF 084.613.074-29); Maria das Dores Santos (CPF 015.677.764-93); Maria das Graças da Silva (CPF 015.942.914-54); Maria das Graças dos Santos (CPF 015.883.274-42); Maria de Souza Paz (CPF 015.991.734-41); Maria do Carmo Santos (CPF 015.502.724-70); Maria dos Santos (CPF 015.869.894-05); Maria Elena da Silva (CPF 085.744.884-61); Maria Elza dos Santos (CPF 024.974.594-10) e Maria Joana Batista (CPF 015.745.194-17).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS/MPS).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas (Secex/AL).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar que a Secex/AL informe os responsáveis de que, caso venham a ser condenados pelo TCU, os aludidos débitos serão acrescidos de juros de mora, nos termos do § 1º do art. 202 do RITCU.

ACÓRDÃO Nº 1118/2018 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de tomada de contas especial instaurada pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em desfavor de Maria das Dores Silvestre, como então servidora, e do Sr. Damião Beltrão Ferreira, como terceiro não integrante do INSS, além dos diversos segurados (Manoel Darci dos Santos, Manoel Garcia Santos, Manoel Messias de Lima, Manoel Pereira dos Santos, Manoel Teixeira dos Santos, Marcela da Silva, Marcelo dos Santos, Marcia da Silva, Marciano Gomes, Marcos José dos Santos e Marcos Vieira), diante da irregular concessão de benefícios previdenciários pela inserção de dados inverídicos, conforme apurado no Processo Administrativo Disciplinar nº 35001.000421/2010-95, de 20/7/2010 (Peça nº 2, p. 16- 88), e no Relatório da Sentença da Ação Penal nº 2008.80.01.000390-7, de 2/4/2009 (Peça nº 2, p. 128-265);

Considerando que 336 (trezentos e trinta e seis) benefícios teriam sido fraudados, salientando que, em 2017, para além deste processo, outras 4 (quatro) TCE foram remetidas a este Tribunal para apurar as fraudes cometidas pela Sra. Maria das Dores Silvestre e pelo Sr. Damião Beltrão Ferreira: TC-023.151/2017-0, TC-023.370/2017-3, TC-023.146/2017-6, e TC-017.282/2017-9 (que já se encontra pronto para o julgamento de mérito);

Considerando que, no intuito de se aplicar a regra da consolidação de débitos dos mesmos responsáveis, nos termos do art. 15 da DN TCU nº 155, de 2016, e de, com isso, alcançar o débito superior ao valor de alçada para a instauração de tomada de contas especiais como fixado pela IN TCU nº 71/2012 (com a redação dada pela IN TCU nº 76/2016), mostra-se indicado o apensamento tanto deste TC-023.151/2017-0, quanto do TC-023.370/2017-3 e do TC-023.317-2017-5, ao TC-023.146/2017-6;

Considerando, dessa forma, que a tramitação de um único feito para discutir os objetos conexos tende a atender aos princípios da racionalidade e da celeridade processual, além de observar o disposto no art. 36 da Resolução TCU nº 259, de 2014, quando estabelece que "*processos que tenham relação de dependência, conexão ou continência poderão ser apensados definitivamente ou temporariamente, desde que seja conveniente a tramitação conjunta*";

Considerando, além disso, que a unidade técnica propôs à Peça nº 8 que, ao se promover o apensamento deste TC-023.151/2017-0 ao TC-023.146/2017-6, sejam autorizadas as citações de todos os responsáveis;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900115

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando, por fim, que, à Peça nº 10, o Ministério Público junto ao TCU anuiu à referida proposta da unidade técnica;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso I, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, e nos arts. 37 e 40, III, da Resolução TCU nº 259, de 2014, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) apensar definitivamente o presente processo ao TC-023.146/2017-6 (Tomada de Contas Especial);

b) realizar, no âmbito do aludido TC 023.146/2017-6, a citação da Sra. Maria das Dores Silvestre (CPF 346.529.304-53), como então servidora do INSS, e do Sr. Damião Beltrão Ferreira (CPF 659.372.104-25), como terceiro corresponsável, nos termos dos arts. 10, § 1º, e 12, incisos I e II, da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 202, I e II, do RITCU, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentem as suas alegações de defesa e/ou recolham, solidariamente, aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) as quantias abaixo indicadas, atualizadas monetariamente a partir das respectivas datas até o efetivo recolhimento, abatendo-se na oportunidade a quantia eventualmente ressarcida, na forma da legislação em vigor em decorrência da participação em fraudes para a concessão e os pagamentos irregulares de benefícios de Amparo Social ao Idoso na Agência da Previdência Social de São Miguel dos Campos - AL, conforme apurado no Processo Administrativo Disciplinar nº 35001.000421/2010-95, instaurado pela Corregedoria Regional de Recife do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e no Relatório da Sentença da Ação Penal nº 2008.80.01.000390-7 da 8ª Vara da Justiça Federal em Alagoas:

b.1) pela concessão irregular de benefício a Sra. Marina Gomes da Silva:

Valor (R$)	Data
38,00	10/8/2007
380,00	10/8/2007
380,00	3/9/2007
380,00	1/10/2007
380,00	1/11/2007
380,00	3/12/2007
380,00	20/12/2007
380,00	25/1/2008
380,00	25/2/2008
415,00	25/3/2008
415,00	24/4/2008
415,00	26/5/2008
415,00	26/6/2008
415,00	28/7/2008

b.2) pela concessão irregular de benefício a Sra. Marinalva Costa Santos:

Valor (R$)	Data
163,33	16/8/2006
350,00	8/9/2006
350,00	6/10/2006
350,00	8/11/2006
350,00	7/12/2006
350,00	8/1/2007
350,00	7/2/2007
350,00	7/3/2007
350,00	9/4/2007
380,00	8/5/2007
380,00	8/6/2007
380,00	9/7/2007
380,00	8/8/2007
380,00	11/9/2007
380,00	8/10/2007
380,00	8/11/2007
380,00	10/12/2007
380,00	9/1/2008
380,00	31/1/2008
380,00	29/2/2008

b.3) pela concessão irregular de benefício a Sra. Marinalva dos Santos:

Valor (R$)	Data
140,00	1/11/2006
350,00	7/11/2006
350,00	6/12/2006
350,00	5/1/2007
350,00	6/2/2007
350,00	6/3/2007
350,00	5/4/2007
380,00	7/5/2007
380,00	8/6/2007
380,00	5/7/2007
380,00	6/8/2007
380,00	6/9/2007
380,00	9/10/2007
380,00	9/11/2007
380,00	7/12/2007
380,00	8/1/2008
380,00	7/2/2008
380,00	6/3/2008
415,00	4/4/2008
415,00	8/5/2008
415,00	5/6/2008
415,00	7/7/2008
415,00	7/8/2008

b.4) pela concessão irregular de benefício a Sra. Mariza Alves Nunes:

Valor (R$)	Data
38,00	23/8/2007
380,00	23/8/2007
380,00	11/9/2007
380,00	11/10/2007
380,00	8/11/2007
380,00	10/12/2007
380,00	8/1/2008
380,00	11/2/2008
380,00	4/3/2008

b.5) pela concessão irregular de benefício a Sra. Marleide de Oliveira:

Valor (R$)	Data
342,00	9/11/2007
380,00	10/12/2007
380,00	7/1/2008
380,00	31/1/2008
380,00	29/2/2008
415,00	28/7/2008
415,00	28/7/2008

b.6) pela concessão irregular de benefício a Sra. Marlene Leite da Silva:

Valor (R$)	Data
303,33	10/4/2007
380,00	7/5/2007
380,00	6/6/2007
380,00	5/7/2007
380,00	6/8/2007
380,00	6/9/2007
380,00	5/10/2007
380,00	7/11/2007
380,00	6/12/2007
380,00	2/1/2008
380,00	30/1/2008
380,00	29/2/2008
415,00	28/3/2008
415,00	17/6/2008
415,00	17/6/2008
415,00	27/6/2008
415,00	30/7/2008

b.7) pela concessão irregular de benefício a Sra. Marlene Pinto dos Santos:

Valor (R$)	Data
105,00	11/4/2007
350,00	11/4/2007
380,00	8/5/2007
380,00	8/6/2007
380,00	6/7/2007
380,00	7/8/2007
380,00	10/9/2007
380,00	5/10/2007
380,00	8/11/2007
380,00	7/12/2007
380,00	8/1/2008
380,00	12/2/2008
380,00	7/3/2008
415,00	7/4/2008
415,00	27/6/2008
415,00	29/7/2008

b.8) pela concessão irregular de benefício ao Sr. Mauricio dos Santos:

Valor (R$)	Data
354,66	17/9/2007
380,00	8/10/2007
380,00	12/11/2007
380,00	10/12/2007
380,00	8/1/2008
380,00	25/1/2008
380,00	25/2/2008

b.9) pela concessão irregular de benefício ao Sr. Mauro dos Santos:

Valor (R$)	Data
266,00	8/8/2007
380,00	11/9/2007
380,00	11/10/2007
380,00	8/11/2007
380,00	10/12/2007
380,00	9/1/2008
380,00	30/1/2008
380,00	28/2/2008

b.10) pela concessão irregular de benefício a Sra. Merilane Ferreira dos Santos:

Valor (R$)	Data
342,00	9/11/2007
380,00	10/12/2007
380,00	17/1/2008
380,00	31/1/2008
380,00	27/2/2008
415,00	11/7/2008
415,00	11/7/2008

b.11) pela concessão irregular de benefício a Sra Nayara da Silva:

Valor (R$)	Data
105,00	8/11/2006
350,00	8/11/2006
350,00	6/12/2006
350,00	4/1/2007
350,00	2/2/2007
350,00	2/3/2007
350,00	3/4/2007
380,00	4/5/2007
380,00	6/6/2007
380,00	4/7/2007
380,00	2/8/2007
380,00	5/9/2007
380,00	2/10/2007
380,00	5/11/2007
380,00	5/12/2007
380,00	4/1/2008
380,00	7/2/2008
380,00	4/3/2008
415,00	3/4/2008
415,00	8/5/2008
415,00	4/6/2008
415,00	4/7/2008
415,00	5/8/2008

Valor total atualizado monetariamente até 1/1/2017: R$ 98.132,33

c) fazer a determinação abaixo indicada:

1. Processo TC-023.370/2017-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Maria das Dores Silvestre (CPF 346.529.304-53); Damião Beltrão Ferreira: (CPF 659.372.104-25); Marina Gomes da Silva (CPF 088.866.154-18); Marinalva Costa Santos (CPF 015.528.514-94); Marinalva dos Santos (CPF 015.613.264-88); Mariza Alves Nunes (CPF 015.861.794-03); Marleide de Oliveira (CPF 090.249.974-29); Marlene Leite da Silva (CPF 015.674.334-56); Marlene Pinto dos Santos (CPF 015.702.564-03); Mauricio dos Santos (CPF 015.939.084-23); Mauro dos Santos (CPF 015.851.864-06); Merilane Ferreira dos Santos (CPF 090.224.744-10) e Nayara da Silva (CPF 015.613.884-08).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS/MPS).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas (Secex/AL).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar que a Secex/AL informe os responsáveis de que, caso venham a ser condenados pelo TCU, os aludidos débitos serão acrescidos de juros de mora, nos termos do § 1º do art. 202 do RITCU.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900116

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 1119/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar cumprida a determinação expedida ao Município de Icó - CE, por meio do item 9.8 do Acórdão 2.089/2014-TCU-2ª Câmara, e arquivar os presentes autos, sem prejuízo de fazer a determinação abaixo indicada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1.Processo TC-028.754/2015-8 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União.

1.2. Entidade: Município de Icó/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar que a Secex/CE envie a cópia do presente Acórdão, acompanhado do parecer da unidade técnica, ao Município de Icó - CE.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Segunda Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 1120 a 1168, a seguir transcritos, incluídos no Anexo desta Ata, juntamente com os relatórios, votos ou propostas de deliberação em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 1120/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 001.453/2017-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Maria Marly Vaz da Silva (250.922.274-00); Maria Zélia Guedes de Souza (203.373.614-87); Methódio Maranhão Pereira Diniz (047.591.924-68); Norma Roque Gomes (136.305.044-34); Raimunda de Lourdes da Silva (250.986.594-34).

4. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam aposentadorias de ex-servidores do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, c/c arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/1992, e art. 260 do Regimento Interno, em:

9.1. considerar legal e ordenar o registro do ato de interesse de Methódio Maranhão Pereira Diniz;

9.2. considerar ilegais e recusar o registro dos atos de interesse de Maria Marly Vaz da Silva Maria Zélia Guedes de Souza, Norma Roque Gomes e Raimunda de Lourdes da Silva;

9.3. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data de ciência pelo Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba desta deliberação, com fundamento no Enunciado de Súmula 106 da jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, comunicando ao TCU, no prazo de quinze dias, as providências adotadas, nos termos dos art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, 8º, caput, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, caput, da Instrução Normativa - TCU 55/2007;

9.3.2. emita novos atos, livres das irregularidades apontadas, submetendo-os ao TCU pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac) no prazo de trinta dias, nos termos dos arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 15, § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007;

9.3.3. exclua da estrutura de proventos dos interessados a parcela impugnada, comunicando ao TCU, no prazo de quinze dias, as providências adotadas, nos termos dos arts. 262, do RI TCU, 8º, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, da Instrução Normativa - TCU 55/2007;

9.3.4. corrija o fundamento legal de inativação da Sra. Raimunda de Lourdes da Silva, cadastrado no Siape, a fim de que espelhe aquele registrado no ato de aposentadoria (número 10802649-04-2011-000098-8);

9.3.5. corrija o fundamento legal de inativação do Sr. Methódio Maranhão Pereira Diniz cadastrado no Siape, a fim de que espelhe aquele registrado no ato de aposentadoria (número 10802649-04-2009-000108-9);

9.3.6. informe aos interessados o teor deste acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da data de ciência pelos interessados, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução TCU 170/2004, alertando-os de que o não provimento de eventuais recursos não os exime da devolução de valores indevidamente recebidos após a ciência do presente acórdão;

9.4. dar ciência desta deliberação ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba.

10. Ata n° 7/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1120-07/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1121/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 005.044/2015-4.

1.1. Apensos: 036.780/2016-2; 036.781/2016-9.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração em Recurso de Reconsideração.

3. Interessado/Recorrente:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (00.378.257/0001-81).

3.2. Recorrente: Marcone de Lima Borba (220.669.774-20).

4. Órgão/Entidade: Município de Bezerros/PE.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: Felipe Augusto de Vasconcelos Caraciolo (OAB/PE 29.702) e outros, representando Marcone de Lima Borba.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos por Marcone de Lima Borba contra o Acórdão 8.121/2017-TCU-2ª Câmara (Excerto da Relação 26/2017-TCU-2ª Câmara), que não conheceu de recurso de reconsideração interposto contra o Acórdão 5.397/2016-2ª Câmara, sob o fundamento da intempestividade;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, com base nos arts. 32, inciso II, e 34, caput e § 1º, da Lei 8.443/1992, e, no mérito, acolhê-los, com efeito infringente, de modo a tornar sem efeito o Acórdão 8.121/2017-TCU-2ª Câmara (Excerto da Relação 26/2017-TCU-2ª Câmara);

9.2. encaminhar o feito à Secretaria de Recursos, com amparo no art. 49, inciso I, da Resolução-TCU 259/2014, para análise do recurso de revisão inserto à peça 68;

9.3. dar ciência deste acórdão ao recorrente.

10. Ata n° 7/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1121-07/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1122/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 007.480/2015-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (em Aposentadoria)

3. Recorrente: Sr. Douglas Ortiz Hamermuller, ocupante do cargo de Pró-Reitor de Gestão de Pessoas da Universidade Federal do Paraná.

4. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes

5.1. Relatora da deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR) e Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pelo Pró-Reitor de Gestão de Pessoas da Universidade Federal do Paraná, contra o Acórdão 13.561/2016-TCU-2ª Câmara, retificado pelo Acórdão 1.736/2017-TCU-2ª Câmara, os quais consideraram ilegais diversos atos de aposentadoria em razão de irregularidades relativas ao valor pago a maior a título da vantagem do art. 192 da Lei 8.112/1990 e à contagem ponderada de tempo de serviço em condições especiais, anteriormente ao mesmo dispositivo legal.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, dar-lhe provimento, de forma a dar a seguinte redação aos subitens 9.1 e 9.2 do Acórdão 13.561/2016-TCU-2ª Câmara, retificado pelo Acórdão 1.736/2017-TCU-2ª Câmara, mantendo em seus exatos termos os demais itens da deliberação recorrida:

"9.1. considerar legais e registrar os atos de Antônio Felipe Paulino de Figueiredo Wouk, Arcélio Carneiro Teixeira, Carlos Eduardo Gubert, Carlos Vellozo Roderjan, Cecília Beatriz Helm Niederheitmann, Domingos Henrique Bongestabs, Fábio Said Sallum, Henrique Michels Filho, Irene Camilo, João Carlos de Macedo Burger, João Theodoro Celinski, José Ephísio Bigarelli, Luiz Danilo Damasceno Ferreira, Odair de Floro Martins, Osvaldo César Osório Ceccon, Otávio Rodachinski, Ronaldo Viana Soares, Rubens Simões Gaier, Solange Straub Stecz e Valmiqui Costa Lima;

9.2. considerar ilegais e negar registro aos atos de Henrique Michels Filho, Igor Chmyz, José Ephísio Bigarelli, Laerse Ferreira de Veiras (alteração de aposentadoria), Renate Heinrichs e Roberto Mário Clausi;"

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente.

10. Ata n° 7/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1122-07/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1123/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 011.094/2017-6.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Pensão Civil.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessada: Eli Serra Seca Carvalho de Oliveira (453.562.114-49).

4. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Alagoas.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia pensão civil a Eli Serra Seca Carvalho de Oliveira, instituída por Geraldo Carvalho de Oliveira, ex-servidor do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Alagoas,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, c/c arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/1992, e art. 260 do Regimento Interno, em:

9.1. considerar legal e ordenar o registro do ato de interesse de Eli Serra Seca Carvalho de Oliveira;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data de ciência pelo Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Alagoas desta deliberação, com fundamento no Enunciado de Súmula 106 da jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Alagoas que:

9.3.1 exclua da estrutura de proventos da interessada a parcela impugnada, comunicando ao TCU, no prazo de quinze dias, as providências adotadas, nos termos dos arts. 262, do RI TCU, 8º, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, da Instrução Normativa - TCU 55/2007;

9.3.2. informe à interessada o teor deste acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da data de ciência pela interessada, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução TCU 170/2004, alertando-a de que o não provimento de eventuais recursos não a exime da devolução de valores indevidamente recebidos após a ciência do presente acórdão;

9.4. dar ciência desta deliberação ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Alagoas.

10. Ata n° 7/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1123-07/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1124/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 022.466/2017-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Civil.

3. Interessados: Alma Kuhn (076.507.109-63) e Isete da Cunha Coutinho (952.502.639-68).

4. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Santa Catarina.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de pensões civis instituídas por ex-servidores Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Santa Catarina,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900117

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 71, incisos III e IX, e na Lei 8.443/1991, art. 1º, V, e 39, II, em:

9.1. considerar ilegais os atos de pensão instituídas por José Valdo Kuhn e Jurandi Coutinho em favor, respectivamente, de Alma Kuhn e Isete da Cunha Coutinho, e a eles negar registro;

9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelas beneficiárias até a data da notificação desta deliberação, na forma do Enunciado 106 da Súmula de jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar à Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Santa Catarina que adote as seguintes medidas:

9.3.1. faça cessar os pagamentos às interessadas no prazo de trinta dias, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. dê ciência desta deliberação às interessadas no prazo de quinze dias, fazendo juntar os comprovantes de notificação a estes autos nos quinze dias subsequentes, esclarecendo-lhes que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não as exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

9.3.3. emita, no prazo de trinta dias, novos atos relativos às pensões em exame, livres da irregularidade apontada, submetendo-os ao TCU pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac).

9.4. dar ciência desta deliberação à Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Santa Catariana.

10. Ata n° 7/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1124-07/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1125/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 022.474/2017-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Civil.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessadas: Avani Pereira da Silva (935.030.834-72); Eliane Carlos da Silva (124.027.884-53); Inailza Eneas Leite (521.591.754-04); Maria do Carmo Santana do Nascimento (108.815.414-00); e Severina Ferreira dos Santos (329.482.984-15).

4. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Pernambuco.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que apreciam pensões civis instituídas por ex-servidores vinculados à Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Pernambuco,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 71, inciso III, e na Lei 8.443/1991, art. 1º, V, e 39, I e II, em:

9.1. considerar ilegais os atos de pensão civil de interesse de Avani Pereira da Silva, Eliane Carlos da Silva, Inailza Eneas Leite, Maria do Carmo Santana do Nascimento e Severina Ferreira dos Santos e negar-lhes registro;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Pernambuco, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar à Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Pernambuco que adote as seguintes medidas:

9.3.1. dê ciência desta deliberação às interessadas no prazo de quinze dias e faça juntar os comprovantes de notificação a estes autos nos quinze dias subsequentes;

9.3.2. faça cessar os pagamentos às interessadas no prazo de trinta dias, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.3. comunique às interessadas o teor desta decisão, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não as exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

9.3.4. emita, no prazo de trinta dias, novos atos relativos às pensões civis em exame, livre da irregularidade apontada, submetendo-os ao TCU pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac).

9.4. dar ciência desta decisão às interessadas e à Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Pernambuco.

10. Ata n° 7/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1125-07/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1126/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 023.598/2010-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Abilio Rodrigues Bizerra (085.612.651-91); Francisco Antonio Ximenes (039.603.071-87); Francisco Nilton dos Santos (099.248.091-49); José Duarte (072.724.561-91); Moacir Rodrigues da Silva (084.552.361-91) e Otávio Alves da Silva (039.600.481-49).

4. Órgão/Entidade: Secretaria Especial de Editoração e Publicação do Senado Federal.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há.

8.1. Elaine Cristina Gomes (26.873/OAB-DF) e outros, representando Otávio Alves da Silva.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes a atos de concessão de aposentadoria emitidos pela Secretaria Especial de Editoração e Publicação do Senado Federal, em favor dos ex-servidores Abilio Rodrigues Bizerra, Francisco Antônio Ximenes, Francisco Nilton dos Santos, José Duarte, Moacir Rodrigues da Silva e Otávio Alves da Silva;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e art. 262 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar legal e determinar o respectivo registro do ato de aposentadoria de José Duarte;

9.2. considerar ilegais os atos de concessão de aposentadoria de Abilio Rodrigues Bizerra, Francisco Antonio Ximenes, Francisco Nilton dos Santos, Moacir Rodrigues da Silva e Otávio Alves da Silva, em razão da averbação irregular de tempo de atividade rural sem o recolhimento das devidas contribuições previdenciárias, negando-se os respectivos registros;

9.3. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data em que a Secretaria Especial de Editoração e Publicação do Senado Federal tiver ciência desta decisão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.4. determinar à Secretaria Especial de Editoração e Publicação do Senado Federal que:

9.4.1. faça cessar, a partir da ciência do presente acórdão, os pagamentos decorrentes dos atos considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, comunicando ao TCU, no prazo de quinze dias, as providências adotadas nos termos dos arts. 45 da Lei 8.443/1992, 262, caput, do RI/TCU, 8º, caput, da Resolução TCU 206/2007 e 15, caput, da IN/TCU 55/2007;

9.4.2. na hipótese de haver a comprovação do recolhimento indenizatório da contribuição previdenciária em questão, emita novos atos, submetendo-os ao TCU no prazo de trinta dias;

9.4.3. informe aos interessados o teor deste Acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de trinta dias, comprovante de ciência, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução TCU 170/2004, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não os exime da devolução de valores indevidamente percebidos após a notificação, em caso de não provimento do recurso;

9.5. enviar cópia deste acórdão à unidade jurisdicionada e aos interessados.

10. Ata n° 7/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1126-07/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1127/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 025.344/2017-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados: Marta Maria Marques Ismael de Souza (089.225.274-04); Tirone dos Santos Soares (048.151.904-10) e Zelia de Queiroz Barbosa Chaves (206.961.674-68).

4. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de aposentadorias de Marta Maria Marques Ismael de Souza (089.225.274-04), Tirone dos Santos Soares (048.151.904-10) e Zelia de Queiroz Barbosa Chaves (206.961.674-68),

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, c/c arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/1992, e art. 260 do Regimento Interno, em:

9.1. considerar legal e ordenar o registro do ato de aposentadoria de Tirone dos Santos Soares;

9.2. considerar ilegais e recusar o registro dos atos de aposentadoria de Marta Maria Marques Ismael de Souza e Zelia de Queiroz Barbosa Chaves;

9.3. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data de ciência pelo Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba desta deliberação, com fundamento no Enunciado de Súmula 106 da jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba que:

9.3.1. exclua dos proventos de Tirone dos Santos Soares a parcela relativa à irregularidade apontada, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, ficando a autoridade administrativa omissa solidariamente responsável, nos termos do art. 262, caput, do RI TCU;

9.3.2. cesse os pagamentos decorrentes dos atos impugnados no item 9.2, comunicando ao TCU, no prazo de quinze dias, as providências adotadas, nos termos dos arts. 262, do RI TCU, 8º, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, da Instrução Normativa - TCU 55/2007;

9.3.3. informe aos interessados o teor deste acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da data de ciência pelos interessados, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução TCU 170/2004;

9.3.4. emita novos atos para Marta Maria Marques Ismael de Souza e Zelia de Queiroz Barbosa Chaves livres da irregularidade apontada, nos termos dos arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 15, caput e § 1º, da Instrução Normativa-TCU 55/2007;

9.3.5. exclua a rubrica Siape "82898 DIFERENCA INDIVIDUAL L.12998";

9.4. dar ciência desta deliberação ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba e aos interessados.

10. Ata n° 7/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1127-07/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1128/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 035.916/2015-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (CNPJ 02.529.964/0001-57)

3.2. Responsáveis: Cairo Alberto de Freitas (CPF 216.542.981-15), Antônio Durval de Oliveira Borges (CPF 194.347.401-00) e Medcomerce Comercial de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda. (CNPJ 37.396.017/0006-24).

4. Órgão/Entidade: Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (SES/GO).

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (SECEX/GO).

8. Representação legal: Procurador do Sr. Cairo Alberto de Freitas (peça 25), Sr. Marcos de Araújo Cavalcanti (OAB/DF 28.560) e outros; Procurador da Medcomerce Comercial de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda. (peça 17), Sr. Marlus Vinícius da Silva (OAB/GO 32.670) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada por determinação contida no item 1.6.1 do Acórdão 1.789/2010-TCU-2ª Câmara, em razão de indícios de irregularidades na aquisição de medicamentos pela Secretaria de Estado da Saúde de Goiás - SES/GO, por meio do Pregão 063/2006, destinado à contratação de empresas para fornecimento de medicamentos de alto custo,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, em:

9.1. declarar, de ofício, a nulidade do Acórdão 8.580/2017-TCU-2ª Câmara, em face de erro na publicação da pauta de julgamento do processo relativa à sessão de 19/9/2017;

9.2. julgar irregulares as contas dos responsáveis Cairo Alberto de Freitas, Antônio Durval de Oliveira Borges e da empresa Medcomerce Comercial de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda., com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992 c/c arts. 1º, inciso I, e 209, incisos II e III, do Regimento Interno/TCU;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900118

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.3. condenar, solidariamente, os responsáveis Cairo Alberto de Freitas, Antônio Durval de Oliveira Borges e empresa Medcomerce Comercial de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda., com fundamento nos arts. 16, § 2º, e 19 da Lei 8.443/1992, c/c arts. 210 e 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU, ao pagamento das quantias abaixo especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante este Tribunal, o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional de Saúde - FNS, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas até a data dos efetivos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor:

Nota Fiscal	Data da ocorrência (pagamento)	Valor Histórico (R$)
50436	05/12/2006	2.555,17
	21/11/2007	2.171,89
50403	05/12/2006	5.110,34
	21/11/2007	4.343,79
50437	05/12/2006	7.282,23
	21/11/2007	6.189,90
50677	05/12/2006	2.555,17
	21/11/2007	2.171,89
51649	05/12/2006	3.193,96
	21/11/2007	2.714,87
52220	07/02/2007	591,44
	14/07/2007	1.963,57
52456	27/12/2006	2.723,00
	27/12/2006	2.004,07
	21/11/2007	8.016,26
	21/11/2007	5.718,00
53687	19/06/2007	1,96
	21/11/2007	15,68
53744	19/06/2007	29,23
	21/11/2007	233,80
54788	19/06/2007	876,77
	21/11/2007	7.014,19
55078	19/06/2007	876,77
	21/11/2007	7.014,19
55515	19/6/2007	1.461,29
	21/11/2007	11.690,31
56285	14/8/2007	691,69
	19/6/2007	691,69
	21/11/2007	4.524,96
57099	21/11/2007	4.932,62
	14/8/2007	12.427,49
53963	19/6/2007	1.578,19
	21/11/2007	12.625,54

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações;

9.5. autorizar, desde já, caso venha a ser solicitado pelos responsáveis, o parcelamento das dívidas em até 36 vezes, mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do RI/TCU, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar do recebimento das notificações, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento do primeiro pagamento, e de trinta dias, a contar da anterior, para comprovarem os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada uma os encargos devidos, na forma prevista na legislação em vigor, esclarecendo que a falta de pagamento de qualquer uma importará no vencimento antecipado do saldo devedor, de acordo com o art. 217, § 2º, do RI/TCU;

9.6. encaminhar cópia deste acórdão ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Goiás, para ajuizamento das ações civis e penais que entender pertinentes, tendo em vista o disposto no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, bem como ao Ministério Público do Estado de Goiás, ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás e à Secretaria da Saúde do Estado de Goiás, tendo em vista a utilização de recursos estaduais na compra de medicamentos de que trata o Pregão 063/2006.

10. Ata n° 7/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1128-07/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1129/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 002.099/2015-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Federação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux (03.487.391/0001-09); João Luiz dos Santos Moreira (077.061.890-15).

4. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur).

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (Secex/BA).

8. Representação legal: Maria do Perpetuo Socorro Lobato de Farias e outros, representando Instituto Brasileiro de Turismo; Flavio Schegerin Ribeiro (21451/OAB-DF) e outros, representando João Luiz dos Santos Moreira.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) em razão da comprovação parcial de execução do objeto do Convênio 12/2007 (Siafi 593517), celebrado entre a autarquia e a Federação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux (FBV & VB);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea "c"; 19; 23, inciso III; 28, inciso II; e 57 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I; 209, inciso III; 210; 214, inciso III, alínea "a"; e 267 do Regimento Interno do Tribunal, em:

9.1. julgar irregulares as contas de João Luiz dos Santos Moreira e condená-lo ao pagamento de R$ 523.037,42 (quinhentos e vinte e três mil, trinta e sete reais e quarenta e dois centavos), em solidariedade com FBV & VB, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres da Embratur, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 6/5/2008, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.2. condenar a FBV & VB, individualmente, ao pagamento de R$ 334.308,04 (trezentos e trinta e quatro mil, trezentos e oito reais e quatro centavos), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres da Embratur, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 6/5/2008, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.3. aplicar individualmente a João Luiz dos Santos Moreira e à FBV & VB, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações;

9.5. autorizar, desde logo, o pagamento das dívidas dos responsáveis em trinta e seis parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, caso solicitado, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, com a incidência dos encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.6. alertar os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.7. dar ciência desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Distrito Federal, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.8. dar ciência desta deliberação à Embratur.

10. Ata n° 7/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1129-07/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1130/2018 - TCU - 2ª Câmara.

1. Processo - TC 002.389/2014-2.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Fundação Nacional de Saúde (26.989.350/0001-16).

3.2. Responsáveis: Construtora Brasbeton Ltda. (02.318.309/0001-50); Ernani Campos Porto (166.786.136-00); Kênio Ávila Fernandes (768.810.676-15); Wellington Ávila Pinheiro de Almeida (726.193.092-04).

3.3. Recorrente: Ernani Campos Porto (166.786.136-00).

4. Órgão/Entidade: Município de Caratinga - MG.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relatora da deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (Secex-MG).

8. Representação legal:

8.1. Tiago Cardoso Penna (83514/OAB-MG) e outros, representando Ernani Campos Porto.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto por Ernani Campos Porto, ex-Prefeito do município de Caratinga - MG, contra o Acórdão 4.648/2015/TCU-2ª Câmara, que, em sede de Tomada de Contas Especial, instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), julgou irregulares suas contas e o condenou ao pagamento do débito apurado nos autos, além de aplicar-lhe a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443, de 1992, no valor de multa de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), diante da impugnação total das despesas do Convênio 1688/2001, cujo objeto consistia na execução de melhorias sanitárias domiciliares no município de Caratinga - MG;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Ernani Campos Porto para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, em face do reconhecimento, de ofício, da prescrição parcial dos fundamentos da multa que lhe foi aplicada, reduzindo seu valor para R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais);

9.2. reconhecer, de ofício, a prescrição parcial dos fundamentos da multa que foi aplicada ao Sr. Kênio Ávila Fernandes, reduzindo seu valor para R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais);

9.3. dar ciência desta deliberação ao recorrente;

9.4. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 7/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1130-07/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1131/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 004.635/2014-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Aposentadoria).

3. Recorrente: Pedro Pinto Paiva (CPF 094.621.984-20).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região/RN.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: Marlúcio Lustosa Bomfim (OAB/DF 16.619), Ibaneis Rocha Barros Junior (OAB/DF 11.555), Odasir Piciani Neto (OAB/DF 35.273) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, discutidos e relatados estes autos de aposentadoria nos quais é apreciado o Pedido de Reexame interposto por Pedro Pinto Paiva contra o Acórdão 11.320/2016-2ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, conhecer do Pedido de Reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência deste Acórdão ao recorrente.

10. Ata n° 7/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1131-07/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1132/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 006.775/2014-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Alvarina Sousa Silva (606.958.707-34); Locomotiva Cinema e Arte Ltda. (31.335.789/0001-65); Nilza Gomes Mourão e Lima (787.514.467-15);

4. Órgão/Entidade: Agência Nacional do Cinema.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex/RJ).

8. Representação legal: Frederico de Moura Leite Estefan (OAB/RJ 79.995), Cristina Butignoli (OAB/RJ 158.912) e outros, representando Alvarina Sousa Silva e Locomotiva Cinema e Arte Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Agência Nacional do Cinema, em razão da não conclusão do documentário "Ibrahim Sued - O Repórter", no âmbito do projeto Pronac n.º 04-0042, aprovado pela Deliberação - Ancine n.º 142/2004, com recursos da Lei de Incentivo à Cultura (Lei 8.313/1991);

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900119

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alíneas "b" e "c"; 19; 23, inciso III; 28, inciso II; e 57 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I; 209, incisos II e III; 210; 214, inciso III, alínea "a"; e 267 do Regimento Interno do Tribunal, em:

9.1. julgar irregulares as contas da empresa Locomotiva Cinema e Arte Ltda. e das suas sócias à época dos fatos, Alvarina Sousa Silva e Nilza Gomes Mourão e Lima, e condená-las solidariamente ao pagamento das quantias a seguir especificadas, excluídos os valores eventualmente ressarcidos no decorrer do processo de prestação de contas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
180.000,00	24/8/2005
70.000,00	31/10/2005
60.000,00	13/12/2005

9.2. aplicar individualmente à empresa Locomotiva Cinema e Arte Ltda. e às suas sócias à época dos fatos, Alvarina Sousa Silva e Nilza Gomes Mourão e Lima, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações;

9.4. autorizar, desde logo, o pagamento das dívidas dos responsáveis em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno, caso solicitado, fixando o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação do acórdão, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada parcela os respectivos encargos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.5. alertar as responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.6. remeter cópia do presente acórdão à Procuradoria Regional da República no Estado do Rio de Janeiro, para as providências cabíveis, nos termos do § 7º, in fine, do art. 209 do Regimento Interno do TCU;

9.7. dar ciência desta deliberação às responsáveis e à Ancine.

10. Ata n° 7/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1132-07/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1133/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 028.108/2011-6.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Prestação de Contas.

3. Responsáveis: Alzira Araujo Menezes Catunda (071.058.943-34); Antonio Sérgio Marques Teles Lobo (243.332.397-53); Cleomar José da Costa (208.234.526-20); Francisco Moraes Chico Costa (420.201.587-87); Josenice Auxiliadora Tavares Siqueira (160.253.931-68); José Geraldo Ferreira de Souza (205.918.021-04); Nadir Erotildes de Jesus da Costa (156.848.811-49); Renee Maria de Almeida (063.803.521-04); Zulema Bordon Garcia (070.090.701-72).

4. Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato Grosso.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso (Secex/MT).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de prestação de contas da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato Grosso (SFA/MS), referente ao ano de 2010;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos artigos 1º, inciso I, e 16, incisos I e III, alínea "b", da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 1º, inciso I, 207, 209, inciso II, e 169, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Francisco Moraes Chico Costa, Josenice Auxiliadora Tavares Siqueira e Alzira Araújo Menezes Catunda, aplicando-lhes a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), e fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.2. aplicar a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 5.000 (cinco mil reais) a Nadir Erotildes de Jesus Costa, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.3. julgar regulares as contas de Cleomar José da Costa, dando-lhe quitação plena;

9.4. excluir da relação processual Antonio Sérgio Marques Teles Lobo, José Geraldo Ferreira de Souza, Renee Maria de Almeida e Zulema Bordon Garcia, por não terem desempenhado, durante o período a que se referem as contas, as naturezas de responsabilidade definidas no art. 10 da Instrução Normativa TCU 63/2010, tampouco praticado atos que pudessem atrair o respectivo chamamento aos autos;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações;

9.6. autorizar, desde logo, o pagamento das dívidas dos responsáveis em 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, caso solicitado, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, com a incidência dos encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.7. alertar os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.8. dar ciência desta deliberação aos responsáveis e à SFA/MT;

9.9. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 7/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1133-07/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1134/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 032.734/2011-5.

1.1. Apenso: 007.603/2012-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Prestação de Contas.

3. Responsáveis: Adeilton Feliciano do Prado (156.610.401-72); Ademar Silva Junior (437.525.511-00); Claudio George Mendonça (639.690.841-72); Cláudio Guterres Rubbo (274.428.611-72); Célia de Oliveira (390.324.691-34); Dario Giovanella (387.968.050-72); Edison Ferreira de Araújo (289.039.438-72); Eduardo Correa Riedel (008.984.647-81); Fernando Camilo de Carvalho (289.038.118-87); Francisco Maximiano de Arruda (404.544.281-20); Fábio Edir dos Santos Costa (123.548.048-81); Geraldo Ferreira Salgado (382.566.736-72); Ione Cadan (388.944.839-91); Jonathas Soares de Camargo (472.679.330-68); José Roberto Giuliani (584.023.818-04); João Batista Andrade Filho (294.144.741-53); João Ramos Martins (195.719.849-49); Kelly Cristina Valadares de Pinho Sanches (673.555.601-15); Leocir Paulo Montagna (445.327.171-91); Lourival Vieira Costa (487.781.508-25); Luiz Alves Pordeus Junior (376.950.024-53); Luiz Carlos Ferreira Gomes (108.198.191-15); Luiz Cláudio Sabedotti Fornari (020.282.800-00); Marcelo Augusto Santos Turine (070.327.978-57); Marcos Ricardo Lot (310.218.321-20); Maria de Lourdes e Silva (155.578.711-87); Maristela de Oliveira França (367.977.071-53); Paulo Antunes de Siqueira (368.498.711-53); Roberto Rech (223.573.000-00); Tereza Cristina Correa da Costa Dias (209.694.306-04); Tito Manuel Sarabando Bola Estanqueiro (172.009.112-91); Ubiratan Reboucas Chaves (138.762.011-87); Ulysses Conceição Filho (073.333.071-15); Valdir Souza Ferreira (023.653.448-36); Vera Lucia Carregaro Basilio (309.709.201-30).

4. Órgão/Entidade: Serviço de Apoio Às Micro e Pequenas Empresas do Mato Grosso do Sul.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul (Secex/MS).

8. Representação legal: Luiz Aurélio Adler Ralho (11.639/OAB-MS), representando Claudio George Mendonça, Maristela de Oliveira França e Tito Manuel Sarabando Bola Estanqueiro.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de prestação de contas do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Mato Grosso do Sul (Sebrae/MS), referente ao ano de 2010;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos artigos 1º, inciso I, 16, incisos I e III, alínea "b" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 1º, inciso I; 207 e 209, incisos II e III, e 169, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Luiz Cláudio Sabedotti Fornari, Cláudio George Mendonça, Maristela de Oliveira França e Tito Manuel Sarabando Bola Estanqueiro aplicando-lhes a multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.2. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações;

9.3. autorizar, desde logo, o pagamento das dívidas dos responsáveis em 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, caso solicitado, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, com a incidência dos encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.4. alertar os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.5. julgar regulares com ressalvas as contas de Célia de Oliveira, pela autorização da Nota Fiscal 358/2010, referente a despesas com festividades, em desacordo aos artigos 8º e 9° da Lei 8.029/1990 e à jurisprudência desta Corte, dando-lhe quitação;

9.6. julgar regulares as contas de Lourival Vieira da Costa, Celia Maria da Silva Oliveira, Valdir Souza Ferreira, Ademar Silva Junior, Eduardo Correa Riedel, Maria de Lourdes e Silva, Kelly Cristina Valadares de Pinho, Paulo Antunes Siqueira, Claudio Guterres Rubbo, Marcos Ricardo Lot, Luiz Alves Pordeus Junior, Geraldo Ferreira Salgado, Dario Giovanella, Leocir Paulo Montagna, Francisco Maximiano de Arruda, João Ramos Martins, Jose Roberto Giuliani, Tereza Cristina Corrêa da Costa, Jonathas Soares de Camargo, Fabio Edir dos Santos Costa, Marcelo Augusto dos Santos Turine, Edson Ferreira de Araujo, Luiz Carlos Ferreira Gomes e Roberto Rech, dando-lhes quitação plena;

9.7. excluir do rol de responsáveis dessas contas e dos registros do e-TCU, os nomes dos membros do Conselho Fiscal da entidade, cuja responsabilidade não se inclui entre as naturezas de responsabilidade definidas no art. 10 da IN-TCU-63/2010: Ubiratan Rebouças Chaves, João Batista Andrade Filho, Fernando Camilo de Carvalho, Ulysses Conceição Filho, Adeiton Feliciano do Prado, Vera Lucia Carregarro Basilio e Ione Cadan;

9.8. dar ciência desta deliberação aos responsáveis e ao Sebrae/MS;

9.9. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 7/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1134-07/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1135/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 033.361/2013-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (CNPJ 00.378.257/0001-81).

3.2. Responsável: Edilson Cardoso de Lima (CPF 142.044.952-49).

3.3. Recorrente: Edilson Cardoso de Lima (CPF 142.044.952-49).

4. Entidade: Município de Porto de Moz - PA.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (Secex-PA).

8. Representação legal: João Luis Brasil Batista Rolim de Castro (14045/OAB-PA) e outros, representando Edilson Cardoso de Lima.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração opostos pelo Sr. Edilson Cardoso de Lima contra o Acórdão 10.131/2017, prolatado nestes autos de Tomada de Contas Especial por meio do qual este Tribunal conheceu do Recurso de Reconsideração interposto, para, no mérito, negar-lhe provimento;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 277, inciso III, e 287 do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. conhecer dos Embargos de Declaração opostos pelo Sr. Edilson Cardoso de Lima para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. dar conhecimento da deliberação ao recorrente.

10. Ata n° 7/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900120

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1135-07/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1136/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 034.840/2016-8.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (em Pedido de Reexame em Aposentadoria).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Conceição de Maria Morais da Silva (214.207.501-00).

3.2. Recorrente: Superior Tribunal Militar.

4. Órgão/Entidade: Superior Tribunal Militar.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes aos Embargos de Declaração opostos pelo Superior Tribunal Militar - STM contra o Acórdão 10.338/2017-TCU-2ª Câmara, que conheceu e negou provimento ao Pedido de Reexame interposto pelo embargante em face do Acórdão 2.001/2017-TCU-2ª Câmara, que considerou ilegal o ato de aposentadoria de Conceição de Maria Morais da Silva, negando-lhe registro, em decorrência da inclusão indevida de parcela relativa a quintos incorporados, transformada em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, com amparo em funções comissionadas exercidas após a publicação da Lei 9.624/1998, consoante entendimento do Egrégio Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 638.115/CE;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fulcro nos artigos 32, II, e 34 da Lei 8.443/1992, c/c art. 287 do Regimento Interno do TCU e diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer dos Embargos de Declaração opostos pelo Superior Tribunal Militar para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar conhecimento da presente deliberação ao embargante e à interessada.

10. Ata n° 7/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1136-07/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1137/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 001.471/2016-3.

2. Grupo: II; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Aristonildo Chagas Araújo Nascimento (070.478.942-68).

4. Entidade: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação - Capes/MEC.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas - Secex/AM.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes a Tomada de Contas Especial instaurada pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes/Ministério da Educação - MEC, tendo por responsável o Sr. Aristonildo Chagas Araújo Nascimento, pesquisador, em decorrência da omissão no dever de prestar contas dos recursos oriundos do Termo de Concessão de Auxílio Financeiro 902/2004.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea a, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Aristonildo Chagas Araújo Nascimento, e condenar o seu espólio ou seus herdeiros legais, caso tenha havido a partilha de bens, até o limite do patrimônio transferido, ao pagamento das quantias a seguir indicadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação, fixando-lhe (s) o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da respectiva notificação, para que comprove (m), perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida a favor da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes/MEC, nos termos da legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
338.208,51	03/01/2005
34.417,45	27/02/2005

9.2. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (débito: atualização monetária e juros de mora), esclarecendo ao(s) responsável (is) que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, inciso II, do RI/TCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida a que se refere este Acórdão, caso não atendida a notificação, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.4. remeter cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado do Amazonas, com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 7/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1137-07/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1138/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 009.484/2000-3.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Prestação de Contas.

3. Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional no Estado da Paraíba - Senar/PB.

4. Responsáveis: Loester Imperiano da Silva (008.499.604-87); Maria José Toscano dos Santos Mendonça (621.349.064-72; José Ramalho Felipe (016.276.004-34); Geraldo Clemente Galvão (046.452.941-72); Clementino Teotonio dos Santos (003.540.234-20); José Gonçalves Viana (016.104.814-53); Marcos Antônio Almeida Holanda (442.032.764-20); Raimundo Nonato Siqueira (039.792.884-04); Murilo Correia Paraiso (051.503.294-87); Liberalino Ferreira de Lucena (067.942.544-68); e Margareth Gomide Neto (146.235.101-82).

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secex/PB.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Prestação de Contas Ordinária da Administração Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural no Estado da Paraíba - Senar/PB relativas ao exercício de 1999.

ACORDAM, os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I e 16, inciso III, alíneas c e d, da Lei 8.443/1992, irregulares as contas dos Srs. Loester Imperiano da Silva, Geraldo Clemente Galvão e José Ramalho Felipe;

9.2 julgar regulares, com fulcro no art. 1º, inciso I, 16, inciso I, e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, as contas dos demais integrantes do rol dos responsáveis (item 3 acima), dando-lhes quitação plena.

10. Ata n° 7/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1138-07/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1139/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n. TC-010.226/2017-6.

2. Grupo: I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessado: José do Nascimento Gonçalves (023.381.577-53).

4. Unidade Jurisdicionada: Tribunal Marítimo.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria ao Sr. José do Nascimento Gonçalves, no cargo de Juiz do Tribunal Marítimo, com base no art. 40, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 41/2003, em razão de decisão judicial favorável ao interessado.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegal a aposentadoria do Sr. José do Nascimento Gonçalves, recusando registro ao seu ato de concessão;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo interessado, com fundamento no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Tribunal Marítimo que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação deste Acórdão, os pagamentos decorrentes da concessão considerada ilegal no subitem 9.1 acima, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. dê ciência desta Deliberação ao interessado, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação deste Acórdão, informando-lhe que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso, em caso de não provimento, não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a referida notificação;

9.3.3. envie a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência desta Deliberação, documentos comprobatórios de que o interessado tomou ciência deste julgado;

9.4. orientar, com fulcro no art. 262, § 2º, do Regimento Interno/TCU, o órgão de origem no sentido de que poderá emitir novo ato de aposentadoria ao Sr. José do Nascimento Gonçalves, livre da irregularidade ora apontada, submetendo-o à apreciação por este Tribunal, na forma do art. 260, caput, do Regimento Interno/TCU;

9.5. determinar à Sefip que verifique o cumprimento da medida consignada no subitem 9.3.1 deste Acórdão, representando a este Tribunal, caso necessário.

10. Ata n° 7/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1139-07/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1140/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-011.694/2016-5.

2. Grupo: II; Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração.

3. Entidade: Município de Potengi/CE.

4. Embargante: Sr. Francisco Luiz Rodrigues Mendes de Souza (222.535.723-49).

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal: Francisco Ione Pereira Lima (OAB/CE 4.585), Sammuel David de Andrade Medeiros e Barbosa (OAB/CE 24.326), Matheus Nogueira Pereira Lima (OAB/CE 31.251), Flavio Henrique Luna Silva (OAB/CE 31.252).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes a Embargos de Declaração opostos em relação ao Acórdão n. 10.141/2017 - 2ª Câmara, mediante o qual foram julgadas irregulares as contas do Sr. Francisco Luiz Rodrigues Mendes de Souza, ex-Prefeito de Potengi/CE, considerando a não aprovação da execução física do Convênio n. 1.409/2005, que previa a implantação de sistema de resíduos sólidos.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, conhecer dos Embargos de Declaração opostos pelo Sr. Francisco Luiz Rodrigues Mendes de Souza, para, no mérito, negar-lhes provimento, mantendo-se inalterado o Acórdão n. 10.141/2017 - 2ª Câmara;

9.2. dar ciência deste Acórdão ao embargante.

10. Ata n° 7/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1140-07/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1141/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n. TC-013.258/2016-8.

2. Grupo: II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados: Maria Goretti Vieira da Silva Castro (150.721.004-30), Maria Laura Hummel Lima Minucci (978.571.498-53), Marise Delia Carvalho Teixeira (108.424.204-44), Mauricio Fabbri, (892.496.408-97), Paulo Roberto Pimentel Barbosa (739.060.938-91), Pedro Rubens Alvim de Carvalho (172.842.958-72), Rita de Cassia de Menezes Trefílio de Carvalho (005.324.198-39), Sandra Lucia de Almeida Cardoso (832.018.828-87), Silvestre José Romualdo (713.685.588-87), Tomoyuki Ohara (061.753.768-20).

4. Entidade: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900121

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria de ex-servidores do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, em:

9.1. determinar a exclusão dos autos da peça 7, referente à aposentadoria de Pedro Rubens Alvim de Carvalho, vigente desde 02/02/1994, considerada legal por este Tribunal nos autos do TC-019.792/1994-8;

9.2. considerar legal a concessão de aposentadoria em benefício de Sandra Lúcia de Almeida Cardoso e determinar o registro do correspondente ato;

9.3. considerar ilegais as concessões de aposentadoria em benefício de Maria Goretti Vieira da Silva Castro, Maria Laura Hummel Lima Minucci, Marise Delia Carvalho Teixeira, Mauricio Fabbri, Paulo Roberto Pimentel Barbosa, Rita de Cassia de Menezes Trefílio de Carvalho, Silvestre José Romualdo e Tomoyuki Ohara, recusando registro aos correspondentes atos;

9.4. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelos interessados mencionados no subitem 9.3 acima, com fundamento no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.5. determinar ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais que:

9.5.1. dê ciência desta Deliberação a seus ex-servidores mencionados no subitem 9.3 retro, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação deste Acórdão, informando-lhes que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso, em caso de não provimento, não os eximem da devolução dos valores percebidos indevidamente após a referida notificação;

9.5.2. envie a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência desta Deliberação, documentos comprobatórios de que os interessados tomaram ciência deste julgado.

10. Ata n° 7/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1141-07/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1142/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-034.335/2016-1.

2. Grupo: II; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Dagmauro Sousa Moreira (445.240.053-15) e João Ribeiro Barroso (119.655.413-72).

4. Entidade: Município de Itapipoca/CE.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará - Secex/CE.

8. Representação legal: Marcos Antônio Sampaio de Macedo, OAB/CE 15.096; Larissa de Alencar Pinheiro, OAB/CE 20.256; e Bianca Rafaele Lima Caminha, OAB/CE 21.867.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial deflagrada pela Caixa Econômica Federal - Caixa contra os Srs. João Ribeiro Barroso (gestão 2009-2012) e Dagmauro Sousa Moreira (gestão 2013-2016), ex-prefeitos de Itapipoca/CE, em face do não aproveitamento do objeto executado com recursos transferidos ao município sob a égide do Contrato de Repasse 336.541-44/2010, celebrado pela União, por meio do Ministério Turismo, tendo a Caixa como interveniente.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 julgar irregulares as contas do Sr. João Ribeiro Barroso, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea c, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, condenando-o ao pagamento da quantia de R$ 47.072,63 (quarenta e sete mil, setenta e dois reais e sessenta e três centavos), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 11/12/2012 até a data da efetiva quitação, nos termos da legislação em vigor, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida a favor do Tesouro Nacional, na forma da legislação em vigor;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Dagmauro Sousa Moreira, com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea b, 19, parágrafo único, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, aplicando-lhe a multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), com fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. aplicar ao Sr. João Ribeiro Barroso a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), com fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento das dívidas constantes nos subitens 9.1 a 9.3 acima em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirá o correspondente acréscimo legal (débito: atualização monetária e juros de mora; multa: atualização monetária), esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendidas as notificações;

9.6. enviar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado do Ceará, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 7/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1142-07/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1143/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 003.441/2015-6

2. Grupo I - Classe I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Recorrente: Vani Leite Braga de Figueiredo (CPF 203.909.804-63).

4. Unidades: município de Conceição/PB e Ministério do Turismo - MTur.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.

8. Representação legal: John Johnson Gonçalves Dantas de Abrantes (OAB/PB 1.663) e outros representando Vani Leite Braga de Figueiredo; e outros.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este recurso de reconsideração, interposto por Vani Leite Braga de Figueiredo contra o acórdão 2.528/2017 - 2ª Câmara, que tratou de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo - MTur.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pela relatora, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração e negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente e aos demais comunicados do acórdão recorrido.

10. Ata n° 7/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1143-07/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1144/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 010.720/2017-0

2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.

3. Interessado: Paulo José dos Santos (CPF 002.198.601-06).

4. Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra.

5. Relatora: Ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de concessão de aposentadoria a Paulo José dos Santos, ex-servidor do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, 39, II, e 45 da Lei 8.443/1992 e nos artigos 259, II, e 262 do Regimento Interno, bem como nas súmulas TCU 106 e 268, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria a Paulo José dos Santos e recusar-lhe registro;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé até a data da ciência desta deliberação pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;

9.3. determinar ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária que dê ao interessado ciência de que:

9.3.1. sua aposentadoria poderá prosperar nos moldes em que foi concedida mediante recolhimento da contribuição previdenciária, de forma indenizada, sobre o período de atividade rural averbado;

9.3.2. poderá permanecer aposentado caso opte pela aplicação da súmula TCU 74 a seu caso, com o devido ajuste de seus proventos;

9.3.3. poderá, também, optar por retornar à atividade, com sujeição às regras de aposentadoria atualmente em vigor.

9.4. determinar ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, ainda, que:

9.4.1. cientifique o interessado do teor desta deliberação e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, o comprovante da ciência;

9.4.2. caso emita novo ato de aposentadoria, submeta-o a este Tribunal no prazo de 30 (trinta) dias.

9.5. arquivar este processo.

10. Ata n° 7/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1144-07/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1145/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 013.094/2016-5

2. Grupo I - Classe I - Recurso de Reconsideração.

3. Recorrentes: José Jacob Gomes Brandão (CPF 075.182.364-35) e Fernando José de Araújo Lou (CPF 284.546.774-53).

4. Unidade: município de Mata Grande/AL.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro José Múcio Monteiro.

6. Representante do Ministério Público: procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.

8. Representação legal: Marcos Vinicius do Nascimento Barros (OAB/AL 13.382), Fabiano de Amorim Jatobá (OAB/AL 5.675) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os recursos de reconsideração interpostos por José Jacob Gomes Brandão e Fernando José de Araújo Lou contra o acórdão 3.091/2017 - 2ª Câmara, que julgou suas contas especiais irregulares, os condenou em débito e lhes aplicou multa em face de omissão no dever de prestar contas.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos recursos de reconsideração e negar-lhes provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes e ao município de Mata Grande/AL.

10. Ata n° 7/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1145-07/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1146/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 013.818/2015-5

2. Grupo I - Classe I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Recorrente: Ângelus Cruz Figueira (CPF 025.594.982-00).

4. Unidade: município de Manacapuru/AM.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro-substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.

8. Representação legal: Eurismar Matos da Silva (OAB/AM 9.221) e outros.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este recurso de reconsideração, interposto por Ângelus Cruz Figueira, ex-prefeito de Manacapuru/AM, contra o acórdão 7.211/2017 - 2ª Câmara, que julgou irregulares suas contas especiais, com imputação de débito e aplicação de multa, em razão da não adoção de medidas para dar prosseguimento às obras relativas ao Contrato de Repasse 215.098-11/2006, firmado entre o Ministério da Integração Nacional e o aquele município para recuperação do sistema de abastecimento de água da localidade, cuja parcela executada (63,70%) não apresentava nenhuma funcionalidade.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992 e no art. 285 do Regimento Interno deste Tribunal, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração e negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente, ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Amazonas e à Caixa Econômica Federal.

10. Ata n° 7/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1146-07/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1147/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 021.790/2016-7

2. Grupo I - Classe I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Recorrente: Jandir Miguel Hickmann (CPF 363.298.510-34).

3.1. Interessado: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPJ 33.654.831/0033-13)

4. Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este recurso de reconsideração, interposto por Jandir Miguel Hickmann contra o acórdão 5.042/2017 - 2ª Câmara, que julgou irregulares suas contas especiais, com imputação de débito e aplicação de multa, em razão de omissão no dever de prestar contas dos recursos recebidos, no exercício de 2012, a título de auxílio financeiro para pesquisa, na condição de pesquisador da Universidade Federal de Alagoas.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992 e no art. 285 do Regimento Interno deste Tribunal, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração e negar-lhe provimento;

9.2. determinar ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico que, no prazo de 30 (trinta) dias, providencie junto ao Banco do Brasil a restituição aos seus cofres do saldo da conta corrente 30.082-9, Agência 3057-0 (conta específica vinculada ao Projeto denominado "Aplicações do Momento Angular Orbital da Luz na Verificação da Regra de Born em Quarta Ordem", em nome de Jandir Miguel Hickmann), inclusive valores em investimentos/poupança, e que, nesse mesmo prazo, comprove perante este Tribunal a adoção de tal medida, com informação detalhada acerca dos valores restituídos;

9.3. dar ciência desta deliberação ao recorrente e ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul.

10. Ata n° 7/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1147-07/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1148/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 034.286/2017-9

2. Grupo I - Classe IV - Atos de Admissão

3. Interessados: Diango Rodrigues Carvalho (CPF 039.066.881-86), Divino dos Reis Basílio (CPF 454.733.151-00), Elvis Sousa Franca (CPF 020.825.751-95), Érika Aparecida de Oliveira Silva Mota (CPF 022.381.591-85) e Fábio de Oliveira Moura (CPF 026.327.911-11).

4.Unidade: Diretoria Regional da ECT no Tocantins - DR/TO.

5. Relatora: Ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de atos de admissão oriundos da Diretoria Regional da ECT no Tocantins.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno, em:

9.1. negar registro aos atos de admissão tratados neste processo;

9.2. determinar à Diretoria Regional da ECT no Tocantins que:

9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0001035-92.2013.5.10.0015, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região (15ª vara), e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável aos interessados, torne sem efeito os atos de admissão nos quadros da entidade e providencie o cadastramento dos respectivos desligamentos no sistema Sisac;

9.2.2. cientifique os interessados desta deliberação e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, os comprovantes de ciência.

10. Ata n° 7/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1148-07/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1149/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 034.314/2017-2

2. Grupo I - Classe de Assunto IV - Atos de Admissão.

3. Interessados: Daniel Almeida de Souza (CPF 116.677.747-27), Enaylle Feijoli Faria (CPF 128.384.417-60), Enerlandes Marcos Dias Ribeiro (CPF 127.718.127-62), Gabriela Ost Reinholz (CPF 127.073.977-84) e Jackson Carleti (CPF 075.905.117-81).

4. Unidade: Diretoria Regional da ECT no Espírito Santo - DR/ES.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de atos de admissão oriundos da Diretoria Regional da ECT no Espírito Santo.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno, em:

9.1. negar registro aos atos de admissão tratados neste processo;

9.2. determinar à Diretoria Regional da ECT no Espírito Santo que:

9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0001035-92.2013.5.10.0015, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região (15ª vara), e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável aos interessados, torne sem efeito os atos de admissão nos quadros da entidade e providencie o cadastramento dos respectivos desligamentos no sistema Sisac;

9.2.2. cientifique os interessados desta deliberação e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, os comprovantes de ciência.

10. Ata n° 7/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1149-07/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1150/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 034.318/2017-8

2. Grupo I - Classe IV - Atos de Admissão.

3. Interessados: Almerindo Pereira Souza Júnior (CPF 972.735.465-34), Álvaro dos Santos Martírio (CPF 052.548.194-05), Amadeu Pires dos Santos (CPF 915.720.105-68), Ana Paula Amaral de Jesus (CPF 047.137.595-03) e André Luiz Pinheiro de Souza (CPF 816.133.695-49).

4. Unidade: Diretoria Regional da ECT na Bahia - DR/BA.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de atos de admissão oriundos da Diretoria Regional da ECT na Bahia.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno, em:

9.1. negar registro aos atos de admissão tratados neste processo;

9.2. determinar à Diretoria Regional da ECT na Bahia que:

9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0001035-92.2013.5.10.0015, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região (15ª vara), e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável aos interessados, torne sem efeito os atos de admissão nos quadros da entidade e providencie o cadastramento dos respectivos desligamentos no sistema Sisac;

9.2.2. cientifique os interessados desta deliberação e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, os comprovantes de ciência.

9.3. determinar à Sefip que retifique o nome do interessado constante no formulário à peça 1 (Sisac 10805850-01-2016-000951-0), de modo que, onde se lê "Almerindo Ferreira Souza Júnior", leia-se "Almerindo Pereira Souza Júnior", conforme registrado no sistema CPF.

10. Ata n° 7/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1150-07/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1151/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 034.324/2017-8

2. Grupo I - Classe de Assunto IV: Atos de admissão.

3. Interessados: Davi Samuel de Sousa (CPF 433.797.105-04), Deise Cristina de Lima Pereira (CPF 000.908.176-30), Deisiane da Conceição Silva Teixeira (CPF 033.448.115-50), Denilza dos Anjos Santos (CPF 001.332.745-35) e Dermival Oliveira de Almeida (CPF 013.123.955-40).

4. Unidade: Diretoria Regional da ECT na Bahia - DR/BA.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900123

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

6. Representante do Ministério Público: procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de atos de admissão oriundos da Diretoria Regional da ECT na Bahia.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno, em:

9.1. negar registro aos atos de admissão tratados neste processo;

9.2. determinar à Diretoria Regional da ECT na Bahia que:

9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0001035-92.2013.5.10.0015, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região (15ª vara), e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável aos interessados, torne sem efeito os atos de admissão nos quadros da entidade e providencie o cadastramento dos respectivos desligamentos no sistema Sisac;

9.2.2. cientifique os interessados desta deliberação e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, os comprovantes de ciência.

10. Ata n° 7/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1151-07/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1152/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 034.339/2017-5

2. Grupo I - Classe IV - Atos de Admissão.

3. Interessados: Luan Lopes da Silva Bomfim (CPF 038.920.595-86), Luan Ugleise do Carmo Conceição (CPF 031.223.415-57), Lucas Sales de Araújo Queiroz (CPF 041.877.145-61), Lúcio Wagner Gomes da Silva (CPF 942.492.105-53) e Luís Alberto Sousa Silva (CPF 021.044.615-37).

4. Unidade: Diretoria Regional da ECT na Bahia - DR/BA.

5. Relatora: Ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de atos de admissão oriundos da Diretoria Regional da ECT na Bahia.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno, em:

9.1. negar registro aos atos de admissão tratados neste processo;

9.2. determinar à Diretoria Regional da ECT na Bahia que:

9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0001035-92.2013.5.10.0015, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região (15ª vara), e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável aos interessados, torne sem efeito os atos de admissão nos quadros da entidade e providencie o cadastramento dos respectivos desligamentos no sistema Sisac;

9.2.2. cientifique os interessados desta deliberação e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, os comprovantes de ciência.

10. Ata n° 7/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1152-07/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1153/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 034.348/2017-4

2. Grupo I - Classe IV - Atos de Admissão.

3. Interessados: Pedro Pinto de Mendonca Neto (CPF 018.144.165-95), Renilson Gonçalves dos Santos (CPF 821.996.805-25), Ricardo Carvalho de Alexandria (CPF 833.226.555-04), Ricardo Cordeiro Peixoto (CPF 030.843.125-16) e Ricardo Figueredo Valverde (CPF 011.244.925-50).

4. Unidade: Diretoria Regional da ECT na Bahia - DR/BA.

5. Relatora: Ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de atos de admissão oriundos da Diretoria Regional da ECT na Bahia.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno, em:

9.1. negar registro aos atos de admissão tratados neste processo;

9.2. determinar à Diretoria Regional da ECT na Bahia que:

9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0001035-92.2013.5.10.0015, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região (15ª vara), e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável aos interessados, torne sem efeito os atos de admissão nos quadros da entidade e providencie o cadastramento dos respectivos desligamentos no sistema Sisac;

9.2.2. cientifique os interessados desta deliberação e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, os comprovantes de ciência.

10. Ata n° 7/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1153-07/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1154/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 034.352/2017-1.

2. Grupo I - Classe IV - Atos de Admissão.

3. Interessados: Teresa Cristina Silva Abade (CPF 270.273.578-95), Thaiane Caroline Santos de Almeida (CPF 850.582.205-63), Thairina Inacaiana Silva Oliveira (CPF 035.451.905-01), Thiago Barros Silva Gomes (CPF 008.846.535-79) e Tuxalanir Barros de Oliveira Menezes (CPF 034.975.615-50).

4. Unidade: Diretoria Regional da ECT na Bahia - DR/BA.

5. Relatora: Ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de atos de admissão oriundos da Diretoria Regional da ECT na Bahia.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno, em:

9.1. negar registro aos atos de admissão tratados neste processo;

9.2. determinar à Diretoria Regional da ECT na Bahia que:

9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0001035-92.2013.5.10.0015, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região (15ª vara), e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável aos interessados, torne sem efeito os atos de admissão nos quadros da entidade e providencie o cadastramento dos respectivos desligamentos no sistema Sisac;

9.2.2. cientifique os interessados desta deliberação e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, os comprovantes de ciência.

10. Ata n° 7/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1154-07/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1155/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 034.362/2017-7

2. Grupo I - Classe IV - Atos de Admissão.

3. Interessados: João Henrique de Almeida (CPF 059.016.449-05), João Maria Viana Teixeira (CPF 926.064.239-68), Jonathon Aquino Strege (CPF 065.291.349-05), José Luiz dos Santos Neto (CPF 080.312.799-50) e José Roberto Martarelli Júnior (CPF 080.296.949-62).

4. Unidade: Diretoria Regional da ECT no Paraná - DR/PR.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de atos de admissão oriundos da Diretoria Regional da ECT no Paraná.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno, em:

9.1. negar registro aos atos de admissão tratados neste processo;

9.2. determinar à Diretoria Regional da ECT no Paraná que:

9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0001035-92.2013.5.10.0015, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região (15ª vara), e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável aos interessados, torne sem efeito os atos de admissão nos quadros da entidade e providencie o cadastramento dos respectivos desligamentos no sistema Sisac;

9.2.2. cientifique os interessados desta deliberação e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, os comprovantes de ciência.

10. Ata n° 7/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1155-07/18-2.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900124

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1156/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 034.823/2014-0

2. Grupo I - Classe I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Recorrentes: José Aguiar Marques (CPF 132.693.993-91) e Janaínna Pinto Marques (CPF 440.055.803-78).

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Luzilândia/PI.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro-substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.

8. Representação legal: Válber de Assunção Melo (OAB/PI 1.934) e Ismar Aguiar Marques (OAB/PI 992).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os recursos de reconsideração interpostos por José Aguiar Marques e Janaínna Pinto Marques, ex-prefeitos de Luzilândia/PI, contra o acórdão 2.025/2017 - 2ª Câmara.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração de José Aguiar Marques e negar-lhe provimento;

9.2. conhecer do recurso de reconsideração de Janaínna Pinto Marques, dar-lhe provimento, tornar sem efeito sua condenação pelo acórdão 2.025/2017 - 2ª Câmara e arquivar suas contas sem julgamento de mérito;

9.3. dar conhecimento desta deliberação aos recorrentes, à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba - Codevasf e ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Piauí;

9.4. retificar o acórdão 2.025/2017 - 2ª Câmara para corrigir inexatidão material: onde se lê "Janaína Pinto Marques", leia-se "Janaínna Pinto Marques".

10. Ata n° 7/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1156-07/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1157/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 002.628/2015-5.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Altamir Ribeiro Lago (CPF 136.825.552-34); Waldner Jorge Ferreira da Silva (falecido - CPF 119.504.391-00); Tradição Engenharia Ltda. - ME (CNPJ 01.004.695/0001-42).

4. Entidade: Estado de Roraima.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Roraima (Secex/RR).

8. Representação legal:

8.1. Henrique Keisuke Sadamatsu (OAB/RR 208-A), representando Caio Bruno Monteiro Ferreira, Caroline Monteiro Ferreira e Izabeth Monteiro da Silva;

8.2. Sebastião Ernesto Santos dos Anjos ((OAB/RR 123-B), representando a Tradição Engenharia Ltda. - ME e Luís Barbosa Alves.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em desfavor, inicialmente, de Altamir Ribeiro Lago, como então secretário de Saúde do Estado de Roraima (gestão: 2001-2004), e Jorci Mendes de Almeida, como então secretário de Fazenda do Estado de Roraima (gestão: 2001-2004), diante da parcial impugnação das despesas inerentes ao Convênio nº 1.987/2001 para a construção e a reforma da Central Estadual de Armazenamento e Distribuição de Imunobiológicos, sob o valor total de R$ 660.000,00, tendo a vigência do ajuste sido estipulada para o período de 31/12/2001 a 4/1/2009;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis o Sr. Altamir Ribeiro Lago e os sucessores do Sr. Waldner Jorge Ferreira da Silva (Izabeth Monteiro da Silva, Caroline Monteiro Ferreira e Caio Bruno Monteiro Ferreira), nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas de Altamir Ribeiro Lago e de Waldner Jorge Ferreira da Silva (falecido), com fulcro nos arts. 1º, I, 5º, II, 16, III, alíneas "b" e "c", e § 2º, e 19, caput, da Lei nº 8.443, de 1992, para condenar o Sr. Altamir Ribeiro Lago, em solidariedade com os sucessores de Waldner Jorge Ferreira da Silva - falecido (Izabeth Monteiro da Silva, Caroline Monteiro Ferreira e Caio Bruno Monteiro Ferreira), até o limite do valor do patrimônio transferido, e com a Tradição Engenharia Ltda. - ME, ao pagamento das importâncias a seguir indicadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, calculados desde as datas informadas até a da efetiva quitação, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RITCU), o recolhimento do débito aos cofres do Fundação Nacional de Saúde, abatendo-se, na oportunidade, as quantias eventualmente já recolhidas, na forma da legislação em vigor:

Valor - R$	Data
94.289,16	12/12/2003
38.232,00	18/12/2003
34.974,64	16/1/2004
19.819,60	26/1/2004
10.189,60	17/2/2004

9.3. aplicar ao Sr. Altamir Ribeiro Lago a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, sob o valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RITCU), o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde já, com amparo no art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e no art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) prestações mensais e sucessivas, caso requerido, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, caso não atendidas as notificações; e

9.6. determinar que a unidade técnica envie a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado de Roraima, com fulcro no art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 7/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1157-07/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1158/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 016.837/2012-6.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessado: Silvio Roberto Fereguete (CPF 216.184.617-53).

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - BA.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida em favor de Sílvio Roberto Fereguete pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - BA;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento no art. 71, III, da Constituição Federal, e nos arts. 1o, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato inicial de aposentadoria em favor de Silvio Roberto Fereguete (à Peça 15 sob o nº de controle 20783906-04-2008-000026-9), negando-lhe o respectivo registro;

9.2. determinar que o Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - BA dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado indicado no item 9.1 deste Acórdão; e

9.3. determinar que a unidade técnica promova o arquivamento do presente feito.

10. Ata n° 7/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1158-07/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1159/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 017.395/2016-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VI - Representação.

3. Representante: Procuradoria da Justiça Militar do Ministério Público Militar no Estado do Rio de Janeiro.

4. Unidades: Escola Superior de Guerra - ESG, Comando Militar do Leste - CML, Grupamento de Navios Oceanográficos - GNHo e Grupamento de Apoio do Rio de Janeiro - GAP-RJ.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex/RJ).

8. Representação legal:

8.1. Robison de Oliveira Mello, representando o Grupamento de Apoio do Rio de Janeiro.

8.2. Erivelton Araujo Graciliano, representando o Centro de Controle Interno do Exército.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela Procuradoria da Justiça Militar do Ministério Público Militar no Estado do Rio de Janeiro (MPM), por intermédio do Ofício Administrativo nº 308/2015/PJM/RJ - 6º Ofício, de 11/11/2015, sobre possíveis irregularidades em procedimentos licitatórios conduzidos no âmbito do Comando Militar do Leste (CML), do Grupamento de Navios Hidroceanográficos (GNHo) e do Grupamento de Apoio do Rio de Janeiro (GAP-RJ), além da Escola Superior de Guerra (ESG), a partir da notícia dada pelo Procedimento Investigatório do Ministério Público nº 032-04.2014.1106;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, já que satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, I, do Regimento Interno do TCU e no art. 103, § 1º, da Resolução TCU n.º 259, de 2014, para, no mérito, considerá-la apenas parcialmente procedente, em face das impropriedades confirmadas pelos correspondentes órgãos de controle interno nestes autos;

9.2. considerar cumpridas as determinações prolatadas pelos itens 1.7.1 a 1.7.3 do Acórdão 9.906/2016-TCU-2ª Câmara;

9.3. determinar que a unidade técnica envie a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, ao ilustre representante, para ciência, além do envio da aludida cópia à Escola Superior de Guerra (ESG) e ao Comando Militar do Leste (CML), por intermédio do Centro de Controle Interno do Exército, ao Grupamento de Navios Hidroceanográficos (GNHo), por intermédio do Centro de Controle Interno da Marinha, e ao Grupamento de Apoio do Rio de Janeiro (GAP-RJ), por intermédio de Centro de Controle Interno da Aeronáutica, para ciência; e

9.4. arquivar os presentes autos, nos termos dos arts. 237 e 250, I, do RITCU.

10. Ata n° 7/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1159-07/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900125

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 1160/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 018.356/2015-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Dioclécio Rosendo de Lima (CPF 019.228.314-68).

4. Entidade: Município de Riacho das Almas - PE.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex/SP).

8. Representação legal:

8.1. Filipi Fernandes Campos (31509/OAB-PE) e outros, representando Dioclécio Rosendo de Lima.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo em desfavor do Sr. Dioclécio Rosendo de Lima, ex-prefeito de Riacho das Almas - PE (gestão: 2009/2012), diante da total impugnação dos dispêndios inerentes ao Convênio 704916/2009 destinado ao apoio à realização do "Festival Cultural de Vitorino 2009", no período de 25 a 27/9/2009, com a previsão do aporte de recursos federais na ordem de R$ 300.000,00 à conta do concedente, além de R$ 15.000,00 a título de contrapartida do convenente, perfazendo o total de R$ 315.000,00;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar parcialmente as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Dioclécio Rosendo de Lima, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Dioclécio Rosendo de Lima, com fundamento nos arts. 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e 19, caput, da Lei n.º 8.443, de 1992, para condená-lo ao pagamento da quantia de R$ 129.750,00 (cento e vinte e nove mil, setecentos e cinquenta reais), atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, calculados desde 30/10/2009 até o efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida importância aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, III, "a", da citada lei e do art. 214, III, "a", do RITCU:

9.3. aplicar ao Sr. Dioclécio Rosendo de Lima a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, sob o valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, caso não atendidas as notificações; e

9.6. determinar que a unidade técnica envie a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 209, § 7º, do RITCU, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 7/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1160-07/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1161/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC-000.378/2016-0

2. Grupo I, Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial

3. Responsável: Raimundo Nogueira Monteiro dos Santos (ex-prefeito, CPF 120.399.342-00)

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Gurupá/PA

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

7. Unidade Técnica: Secex/PA

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada em razão da inexecução parcial do objeto e omissão no dever de prestar contas da segunda parcela dos recursos do Convênio nº 1276/2003 (Siafi nº 489279), firmado entre a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e a Prefeitura Municipal de Gurupá/PA para a implantação de sistema de abastecimento de água.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alíneas "a", "b" e "c"; 19, caput; 23, inciso III, alíneas "a" e "b"; 28, inciso II; e 57 da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 209, § 7º, e 214, inciso III, alíneas "a" e "b", do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. julgar irregulares as contas do responsável Raimundo Nogueira Monteiro dos Santos, condenando-o a pagar os valores especificados abaixo, atualizados monetariamente e acrescidos dos juros de mora, calculados a partir das datas correspondentes até o dia do efetivo pagamento, e fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência, para que comprove perante o TCU o recolhimento do respectivo montante aos cofres da Fundação Nacional de Saúde (Funasa):

VALOR (R$)	DATA
79.992,00	17/1/2006
79.992,00	19/4/2006

9.2. aplicar ao responsável Raimundo Nogueira Monteiro dos Santos multa de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias da notificação para que comprove perante o TCU o recolhimento desse valor aos cofres do Tesouro Nacional, o qual deverá ser atualizado monetariamente a partir da data do presente acórdão, se pago após o vencimento;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação; e

9.4. remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Estado do Pará, para as medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 7/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1161-07/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1162/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 003.962/2017-2

2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria

3. Interessado: José Parente Pinheiro (CPF 031.697.903-15)

4. Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 5ª Região/PE

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

7. Unidade Técnica: Sefip

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam da concessão de aposentadoria a juiz federal pela Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 5ª Região/PE.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, arts. 260 e 262, § 2º, do Regimento Interno e Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria a José Parente Pinheiro, recusando o registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo inativo;

9.3. determinar à Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 5ª Região/PE que adote medidas para:

9.3.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação ao aposentado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.3.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.3. encaminhar ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que o interessado teve conhecimento do acórdão;

9.4. esclarecer à unidade jurisdicionada que a concessão considerada ilegal poderá prosperar, mediante emissão de novo ato livre da irregularidade apontada;

9.5. determinar à Sefip que monitore o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos decorrentes da concessão considerada ilegal, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

10. Ata n° 7/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1162-07/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1163/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 005.856/2015-9

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Responsável: Marcos Antonio dos Santos, ex-prefeito (CPF 240.532.524-15)

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Traipu/AL

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

7. Unidade Técnica: Secex/SP

8. Advogados constituídos nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo em desfavor de Marcos Antônio dos Santos, ex-prefeito de Traipu/AL, em razão da não comprovação da regular aplicação de recursos recebidos por meio de convênio para a execução do evento denominado "Festival de Verão 2010".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos artigos 1º, incso I; 16, inciso III, alíneas 'b' e 'c'; 19; 23, inciso III; 28, inciso II; e 57 da Lei 8.443/1992

9.1. julgar irregulares as contas de Marcos Antonio dos Santos e condená-lo ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, o valor já ressarcido:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
81.960,00 (D)	5/3/2010
664,70 (C)	13/5/2010

9.2. aplicar a Marcos Antonio dos Santos multa no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.4. encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Estado de Alagoas.

10. Ata n° 7/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1163-07/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1164/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 019.474/2007-8

2. Grupo I - Classe V - Pensão Civil

3. Interessada: Rosa Weingold Konder (CPF 028.239.697-72)

4. Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Santa Catarina

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

7. Unidade Técnica: Sefip

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pensão civil concedida a dependente de ex-servidor da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Santa Catarina.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, art. 262, § 2º, Regimento Interno, e Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar ilegal a concessão de pensão civil a Rosa Weingold Konder, recusando o registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela beneficiária;

9.3. determinar ao Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Santa Catarina que adote medidas para:

9.3.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação à pensionista, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.3.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900126

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.3.3. encaminhar ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documentos aptos a comprovar que a interessada teve conhecimento do acórdão;

9.4. esclarecer à unidade jurisdicionada que a concessão considerada ilegal poderá prosperar, mediante emissão de novo ato livre da irregularidade apontada;

9.5. determinar à Sefip que adote medidas para monitorar o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos decorrentes da concessão considerada ilegal, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

10. Ata n° 7/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1164-07/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1165/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 023.395/2013-3

2. Grupo I - Classe II - Prestação de Contas - Exercício de 2012

3. Responsável: Tiago Pereira Lima (CPF 182.663.041-49), ex-diretor-geral em exercício da Antaq

4. Unidade: Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq)

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

7. Unidade Técnica: SeinfraPortoFerrovia

8. Advogados constituídos nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de prestação de contas ordinária da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), referente à gestão da autarquia no exercício de 2012.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea "b", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I; 169, inciso V; e 209, inciso II, do Regimento Interno, em:

9.1. levantar o sobrestamento destes autos;

9.2. julgar irregulares as contas de Tiago Pereira Lima;

9.3. dar ciência desta decisão à Agência Nacional de Transportes Aquaviários;

9.4. arquivar estes autos.

10. Ata n° 7/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1165-07/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1166/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC-025.139/2014-2

2. Grupo I, Classe II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Associação de Amparo à Maternidade Tibúrcio Valeriano Oliveira (CNPJ 08.810.004/0001-47), Ana Maria de Andrade Cunha (ex-diretora-presidente, CPF 236.776.784-04), Lúcia Maria Costa Fernandes (ex-diretora-clínica, CPF 132.564.674-15) e Severina Silva Cantalice (ex-diretora-técnico-administrativa, CPF 419.243.984-00)

4. Unidade: Associação de Amparo à Maternidade Tibúrcio Valeriano Oliveira

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

7. Unidade Técnica: Secex/PB

8. Representação legal: Paulo Esdras Marques Ramos (OAB/PB 10.528), Teresa Rachel Brito Neves (OAB/PB 11.538), Paulo Ricardo Alencar (OAB/PB 16.695), Luiz Phillipe Pinto de Souza (OAB/PB 18.696), Ana Karla Costa Silveira (OAB 12.672) e Erika Rafaella Dantas Pinto (OAB/PB 20.744)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial relativa a recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) dos exercícios de 2003 e 2004, transferidos para a Associação de Amparo à Maternidade Tibúrcio Valeriano Oliveira, situada no Município de Ingá/PB.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 12, § 3º, 16, inciso III, alínea "c", e § 3º, 19, caput, 23, inciso III, 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 julgar irregulares as contas da Associação de Amparo à Maternidade Tibúrcio Valeriano Oliveira, de Ana Maria de Andrade Cunha, Lúcia Maria Costa Fernandes e Severina Silva Cantalice, condenando-as, solidariamente, ao pagamento das quantias relacionadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora a partir das datas indicadas até o efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data	Valor (R$)
15/1/2003	84.134,36
16/5/2004	62.406,41

9.2 autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.3 remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Estado da Paraíba.

10. Ata n° 7/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1166-07/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1167/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-035.297/2015-8

2. Grupo I, Classe VI - Representação

3. Representante: Amazonorte Cargas Express Ltda. - ME (CNPJ 01.741.756/0001-54)

3.1 Responsáveis: Radyr Gomes de Oliveira (CPF 119.281.152-68), Diretor Presidente; Antônio Carlos Faria de Paiva (CPF 412.893.746-00), Diretor Presidente; Luís Hiroshi Sakamoto (CPF 098.737.591-15), Diretor de Gestão; Diego Sousa da Luz (CPF 880.761.642-49), Pregoeiro; Renato de Oliveira Guerreiro (CPF 093.109.848-30), Diretor de Gestão; e Antônio Venâncio de Souza Filho (CPF 337.602.252-68), elaborador do edital do Pregão 72/2015

4. Unidade: Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (Adesa)

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secex/AM

8. Advogado constituído nos autos: Marcos Cirino Serra (OAB/AM 5.843); Neiva Evangelista Barboza (OAB/AM 3.187) e Priscila Soares Feitoza (OAB/AM 4.656); Décio Freire (OAB/MG 56543), Gustavo Andére Cruz (OAB/MG 68.004), Thiago Vilardo Loes Moreira (OAB/DF 30.365), Igor Folena (OAB/DF 52.120) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação a respeito de supostas irregularidades na Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (Adesa), relativas à condução do Pregão Eletrônico 72/2015, destinado à contratação de serviços de transporte de cargas nas modalidades: rodoviário interestadual em todo território nacional; fluvial no interior do estado; e movimentação de cargas pesadas e de grande volume.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, nos arts. 235, caput, 237, inciso VII e parágrafo único, 250, inciso II, e 268, inciso II, do Regimento Interno do TCU, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, em:

9.1 conhecer da representação para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2 acolher as razões de justificativa de Renato de Oliveira Guerreiro e de Diego Sousa da Luz, afastando as suas responsabilidades;

9.3 acolher parcialmente as razões de justificativa de Antônio Carlos Faria de Paiva e afastar a sua reponsabilidade;

9.4 rejeitar as razões de justificativa apresentadas por Antônio Venâncio de Souza Filho, sem imposição de sanção;

9.5 rejeitar as razões de justificativa e aplicar individualmente a Radyr Gomes de Oliveira e a Luís Hiroshi Sakamoto multa no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento das quantias ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6 autorizar a cobrança judicial, se necessária;

9.7 dar ciência à Amazonas Distribuidora de Energia S.A. das seguintes falhas identificadas na execução do Pregão Eletrônico 72/2015:

9.7.1 inexistência de estudos técnicos preliminares adequadamente documentados, de modo a suportar a opção pelo não parcelamento do objeto, infringindo a Constituição Federal (art. 37, caput), a Lei 8.666/1993 (art. 6º, inciso IX; art. 23, § 1º; art. 38) e a Lei 9.784/1999 (arts. 2º e 29, § 1º);

9.7.2 exigência não justificada de aplicação de desconto linear pelas licitantes, com ofensa à Constituição Federal (art. 37, caput), à Lei 8.666/1993 (art. 3º), à Lei 9.784/1999 (arts. 2º e 29, § 1º), ao Decreto 7.892/2013 (art. 9º, § 1º) e à jurisprudência do TCU (Acórdãos 1.927/2006-1ª Câmara, 1.700/2007-Plenário, 2.304/2009-Plenário; 326/2010-Plenário; 818/2008-2ª Câmara, 1.634/2010-2ª Câmara e 3.457/2012-Plenário);

9.7.3 demora excessiva no processamento de análise de proposta comercial e recurso, com infringência aos princípios da eficiência (CF art. 37, caput), da razoável duração do processo (CF art. 5º, LXXVIII), bem como à Lei 8.666/1993, art. 109, § 4º; e Lei 9.784/1999, art. 24;

9.8 dar ciência do acórdão à representante, à Amazonas Distribuidora de Energia S.A. e aos responsáveis;

9.9 encerrar o processo e arquivar os autos.

10. Ata n° 7/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1167-07/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1168/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 041.738/2012-8

2. Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame (em Pensão Civil)

3. Recorrente: Alceu Gireli da Silva (CPF 133.056.887-77)

4. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Jorge

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

7. Unidades Técnicas: Sefip e Serur

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam, nesta fase processual, de pedido de reexame interposto por Alceu Gireli da Silva contra o Acórdão 8.939/2012-TCU-2ª Câmara, que considerou ilegal tanto a pensão civil concedida a esse menor sob guarda quanto a instituída em favor de João Marcus Soares Callegari, ante o entendimento de que o art. 5º da Lei 9.717/1998 havia derrogado esse tipo de benefício do regime próprio de previdência social dos servidores públicos da União.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do presente recurso para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, de modo a:

9.1.1. tornar insubsistente o Acórdão 8.939/2012-TCU-2ª Câmara no que se refere ao menor sob guarda Alceu Gireli da Silva;

9.1.2. remeter os autos ao sucessor do Relator a quo, para instrução acerca da comprovação da dependência econômica do pensionista em relação ao instituidor;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.

10. Ata n° 7/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 13/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1168-07/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

Foram proferidas, sob a Presidência do Ministro Augusto Nardes, as Deliberações quanto aos processos relatados pelo Ministro José Múcio Monteiro.

ENCERRAMENTO

Às 16 horas e 53 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Segunda Câmara.

(Assinado eletronicamente)

ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária das Câmaras

Aprovada em 14 de março de 2018.

(Assinado eletronicamente)

JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
Presidente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900127

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

EXTRATO DE PAUTA
Sessão Ordinária de Plenário, de 21/03/2018, às 14h30

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

005.026/2018-0
Natureza: Contestação de Coeficientes de Transf. obrigatórias
Interessados: Governo do Estado de Mato Grosso; Governo do Estado do Paraná
Representação legal: não há

Ministro BENJAMIN ZYMLER

024.886/2017-3
Natureza: Representação
Representante: E. N. Marinho Distribuidora de Livros Ltda
Interessado: M. F. Distribuidora e Livraria Ltda
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Educação do Estado do Piauí (Seduc/PI)
Representação legal: Cleanto Jales de Carvalho Neto (OAB/PI 7.075), representando M. F. Distribuidora e Livraria Ltda; Wildson de Almeida Oliveira Sousa (OAB/PI 5.845), representando Secretaria de Educação do Estado do Piauí (Seduc/PI); Vítor Tabatinga do Rego Lopes (OAB/PI 6.989), representando E. N. Marinho Distribuidora de Livros Ltda

Ministro AUGUSTO NARDES

005.002/2017-6
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Águas; Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Secretaria-executiva do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Representação legal: não há

005.509/2018-1
Natureza: Representação
Representante: Lusarte Brasil Fabricação e Comércio de Artes Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio Grande do Norte (Suest/RN)
Representação legal: não há

005.704/2018-9
Natureza: Representação
Representante: Trivale Administração Ltda.
Interessado: Trivale Administração Ltda
Órgão/Entidade/Unidade: Distrito Sanitario Especial Indigena - Maranhão
Representação legal: não há

008.348/2010-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Saquarema/RJ
Responsáveis: Amilcar Cunha Ferreira; Antônio Peres Alves; e Con Seg Material de Segurança e Auto Pecas Ltda
Representação legal: João Felipe Cunha Pereira (OAB/DF 43283), Antonio César Alves, Rodrigo Alexandro Salandra Araujo (OAB/RJ 140882), representando Con Seg Material de Segurança e Auto Pecas Ltda

012.655/2017-1
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

017.220/2017-3
Natureza: Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

020.829/2017-5
Natureza: Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Administração Regional do Senac no Estado do Mato Grosso do Sul; Administração Regional do Senar no Estado do Mato Grosso do Sul; Administração Regional do Sesc no Estado do Mato Grosso do Sul; Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Mato Grosso do Sul; Conselho Regional de Administração do Mato Grosso do Sul; Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Mato Grosso do Sul; Conselho Regional de Corretores de Imóveis 14ª Região (MS); Conselho Regional de Economia 20ª Região (MS); Conselho Regional de Educação Física da 11ª Região (MS); Conselho Regional de Enfermagem do Mato Grosso do Sul; Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul; Conselho Regional de Farmácia do Estado do Mato Grosso do Sul; Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 13ª Região (MS); Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso do Sul; Conselho Regional de Odontologia do Mato Grosso do Sul; Conselho Regional de Psicologia 14ª Região (MS); Conselho Regional de Química XX Região (MS); Conselho Regional de Representantes Comerciais do Estado do Mato Grosso do Sul; Conselho Regional de Serviço Social 21ª Região (MS); Conselho Regional de Técnicos em Radiologia 12ª Região (MT e MS); Departamento Regional do Senai no Estado do Mato Grosso do Sul; Departamento Regional do Sesi no Estado do Mato Grosso do Sul; Fundação Universidade Federal da Grande Dourados; Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul; Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Mato Grosso do Sul; Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Mato Grosso do Sul; Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Mato Grosso do Sul; Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Mato Grosso do Sul; Superintendência Regional do Incra no Estado do Mato Grosso do Sul; Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Mato Grosso do Sul; Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região/MS; e Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul
Representação legal: Danilo da Cunha Davet (OAB/MS 16.455) e outros, representando Departamento Regional do Sesi no Estado do Mato Grosso do Sul e Departamento Regional do Senai no Estado do Mato Grosso do Sul

022.348/2017-4
Natureza: Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

Ministro AROLDO CEDRAZ

016.040/2009-0
Natureza: Tomada de Contas
Exercício: 2008
Responsáveis: Adriane Jesus Santos Marques; Alberto Jeronimo Pereira; Antonio Gomes Silva; Carlos Roberto de Castro; Danilo Costa; Dermeval Silva Neto; Francisco Domingos dos Santos; Francisco Roberto de Pinho; Francisco Rodrigues Chaves; Geny Justina das Graças; Helena Maria da Costa Chagas; Heloisa Helena de Abreu Lemos Roland; Humberto Ferreira de Carvalho Neto; Ivone Severina de Melo Pereira do Nascimento; Jeovah Ambrosio Cruz; Jose Onofre; José Alves de Avelar; José Calazans dos Santos; José Raimundo de Barros; José Ronaldo de Noronha; José de Oliveira Mascarenhas Junior; João Carlos Coda Albino Dias; João Vicente Diniz; Junia Maria de Paula Mascarenhas Ribeiro; Luciana Trindade Souza; Lygia de Oliveira Figueiredo Bortolini; Maria Goreti Volanin Bicalho; Maria de Fatima Alvares Duarte; Marlene Pereira Rezende; Moacyr Banho Bordoni; Nelson Guedes de Moura Filho; Paulo Marcos de Paula Lima; Ronaldo Pedrosa Gomes; Wellman Costa Pinto
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Minas Gerais (SFA/MG) - Mapa
Representação legal: Gabriel Arbex Valle (OAB/MG 116921) e outros, representando Humberto Ferreira de Carvalho Neto

016.294/2014-9
Natureza: Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial)
Recorrentes: Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Rialma; Antoniony Juarez Pereira
Responsáveis: Antoniony Juarez Pereira; Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Rialma
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Turismo
Representação legal: Mauro Zica Junior (OAB/GO 7580) e outros, representando Antoniony Juarez Pereira e Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Rialma

018.312/2015-2
Natureza: Pedido de Reexame (Monitoramento)
Recorrentes: Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016; Carlos Arthur Nuzman
Órgão/Entidade/Unidade: Autoridade Pública Olímpica; Ministério do Esporte
Responsáveis: Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos; Carlos Arthur Nuzman; Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016; Leonardo Carneiro Monteiro Picciani
Representação legal: Rodrigo Costa Magalhães (OAB/RJ 120356/) e outros, representando Carlos Arthur Nuzman e Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016; Rafael Porto Lovato (OAB/PR 63597), representando Confederação Brasileira de Golfe; Jose Luiz Ataide (OAB/DF 11708) e outros, representando Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos

018.425/2014-3
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrentes: Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais; Arthur Lopes Filho; Charles Lotfi
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado de Minas Gerais
Responsáveis: Arthur Lopes Filho; Charles Lotfi; Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais
Representação legal: Vinicius Dornellas Lott (OAB/MG 157.308) e outros, representando Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

007.066/2018-0
Natureza: Representação
Representante : Prosegur Brasil S/A - Transportadora de Val. e Segurança
Órgão/Entidade/Unidade : Caixa Econômica Federal
Representação legal: Ruben Schechter (OAB/SP 173.553)

029.192/2016-1
Natureza: Auditoria Operacional
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério de Minas e Energia, Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e Centrais Elétricas Brasileiras S. A. (Eletrobras)
Representação legal: não há

032.140/2017-7
Natureza: Representação
Representante: Bernardo de Alencar Araripe Diniz
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço Federal de Processamento de Dados
Representação legal: não há

Ministra ANA ARRAES

024.393/2017-7
Natureza: Auditoria
Órgão s /Entidade s /Unidade s : Governo do Estado do Mato Grosso e Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
Responsável: Jefferson Coriteac
Representação legal: não há

024.883/2017-4
Natureza: Auditoria
Órgão s /Entidade s /Unidade s : Governo do Estado de Santa Catarina e Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
Responsável: Jefferson Coriteac
Representação legal: não há

025.403/2017-6
Natureza: Auditoria
Órgão s /Entidade s /Unidade s : Governo do Estado do Rio Grande do Sul e Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
Responsável: Jefferson Coriteac
Representação legal: não há

026.532/2017-4
Natureza: Acompanhamento
Órgão s /Entidade s /Unidade s : Governo do Estado do Paraná e Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
Responsável: Jefferson Coriteac
Representação legal: não há

027.495/2017-5
Natureza: Auditoria
Órgão s /Entidade s /Unidade s : Governo do Estado de Minas Gerais e Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
Responsável: Jefferson Coriteac
Representação legal: não há

030.155/2017-7
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

035.423/2017-0
Natureza: Consulta
Consulente : José Francisco Soares Sperotto
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Guaíba/RS
Representação legal: não há

Ministro VITAL DO RÊGO

004.788/2018-4
Natureza: Solicitação
Solicitante : João Alberto Rodrigues Capiberibe
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Macapá/AP
Representação legal: não há

005.084/2018-0
Natureza: Representação
Representante : Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Ponte Nova/MG
Representação legal: não há

005.716/2018-7
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
Representação legal: não há

009.770/2009-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Políticas Públicas de Emprego
Responsáveis: Associação Nacional dos Sindicatos Social Democrata - SDS; Carlos Roberto Nolasco Ferreira; Enilson Simões de Moura; Nassim Gabriel Mehedff; Qualivida - Instituto para a Promoção da Saúde e Qualidade de Vida do Trabalhador
Representação legal: Luiz Antonio Muniz Machado (OAB/DF 750-A)

019.639/2017-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeituras Municipais do Estado de Minas Gerais
Responsáveis: Cláudio de Paula Batista; Mauricio Toledo Jacob
Representação legal: Claudio de Lima Batista (OAB/MG 138.556) e Geordane Rodrigues de Resende (OAB/MG 118.020)

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

004.725/2018-2
Natureza: Solicitação
Solicitante: Ministério das Relações Exteriores
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério das Relações Exteriores
Representação legal: não há

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

009.207/2017-1
Natureza: Representação
Representante: Wilson Stefano Júnior
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900128

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

012.601/2017-9
Natureza: Auditoria
Responsável: Marcio Ferreira Bins Ely
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Regional de Corretores de Imóveis 3ª Região (RS)
Representação legal: não há

015.842/2001-9
Natureza: Auditoria
Responsáveis: Giovanni Coleman de Queiroz
Interessado: Departamento de Polícia Federal
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Macapá/AP
Representação legal: Francisco Antônio Mendes (OAB/AP 380-A), representando Giovanni Coleman de Queiroz

022.274/2013-8
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
Representação legal: não há

023.523/2017-4
Natureza: Auditoria
Responsáveis: Francisco de Almeida Braga; Jeancarlo Fernandes Cavalcante; Marcos Lima de Freitas
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

024.874/2016-7
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Regional de Farmácia do Estado do Ceará
Responsável: Victor Feitosa Oliveira
Representação legal: não há

PROCESSOS UNITÁRIOS

PROSSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

000.823/2017-1
Representação formulada por empresa a respeito de possíveis irregularidades ocorridas em pregão eletrônico, cujo objeto é a prestação de serviços de impressão corporativa (outsourcing de impressão).
Representante: Globaltask Tecnologia e Gestão S/A
Interessado: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço Federal de Processamento de Dados
Representação legal: Catia Regina Matoso Teixeira (OAB/SP 168.729), representando Golden Distribuidora Ltda, Juliano Couto Gondim Naves (OAB/DF 21149) e outros, representando Serviço Federal de Processamento de Dados, e Valéria da Silva Silvestre, representando Globaltask Tecnologia e Gestão S.A.
Revisor: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti (20/2017)

REABERTURA DE DISCUSSÃO

Ministro VITAL DO RÊGO

006.542/2013-1
Consulta formulada pela então Presidente do Tribunal Superior Eleitoral acerca dos efeitos da averbação de tempo de serviço público federal, oriundo de eventual renúncia de aposentadoria, considerando o disposto no art. 100 da Lei 8112/1990.
Consulente : Tribunal Superior Eleitoral
Representação legal: não há
Revisor: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho (28/2014)

DEMAIS PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

028.130/2017-0
Auditoria, no âmbito de Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC), sobre a prestação de serviços que promovam a inclusão social, em especial a diretriz de inclusão produtiva da população mais vulnerável e pobre do país.
Órgãos/Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Representação legal: Guilherme Lopes Mair (OAB/DF 32.261)

030.158/2017-6
Auditoria, no âmbito de em Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC), sobre a prestação de serviços que promovam a inclusão social, em especial a diretriz de inclusão produtiva da população mais vulnerável e pobre do país.
Responsável: Rosilene Cristina Rocha
Órgãos/Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Desenvolvimento Social; Ministério do Trabalho
Representação legal: não há

Ministro AUGUSTO NARDES

002.093/2018-9
Referendo de cautelar em processo de representação sobre possíveis irregularidades ocorridas em pregão eletrônico que objetiva o fretamento de aeronaves, em caráter continuado, sem dedicação exclusiva de mão de obra, destinado ao transporte de equipe multidisciplinar, servidores, enfermos, cargas internas e externas e artigos perigosos.
Unidade jurisdicionada: Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde
Representante: Heringer Táxi Aéreo Ltda.
Representação legal: Aloísio Pedro Heringer

006.848/2012-5
Recurso de revisão interposto contra o Acórdão que considerou o recorrente revel, julgou suas contas irregulares e condenou-lhe ao pagamento do débito e de multa em razão da não comprovação da regular aplicação de recursos de convênio que teve por objeto dar apoio técnico e financeiro para aquisição de unidade móvel de saúde, visando o fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Lajedo do Tabocal - BA (em alguns documentos, inclusive oficiais, também grafado Lagedo)
Recorrente: Reivaldo Moreira Fagundes
Interessado: Fundo Nacional de Saúde
Representação legal: Márcio Salles Cafezeiro (OAB/BA 21.542)

010.482/2016-4
Solicitação do Congresso Nacional para examinar a conformidade de contrato de concessão da BR-101/ES/BA, especialmente quanto ao atraso na execução dos investimentos previstos.
Interessado : Presidente da Comissão Externa da Câmara dos Deputados, Exmo. Sr. Deputado Marcus Vicente
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres
Representantes legais: Edgard Hermelino Leite Júnior (OAB/SP 92.114); Márcia Heloisa Pereira da Silva Buccolo (OAB/SP 36.434)

026.608/2013-8
Tomada de contas especial instaurada em decorrência de concessão irregular de benefícios previdenciários.
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - POÇOS de CALDAS/MG
Responsáveis: Antonio Monteiro da Silva; Antonio Teixeira; Aureo Marcos Rodrigues e Vitorio Pacheco da Silva
Interessado: Ministério do Trabalho
Representação legal: não há

Ministro AROLDO CEDRAZ

000.644/2015-3
Tomada de Contas Especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde, em razão da inexecução parcial do objeto do Convênio 2036/2005 (Siafi 556599), firmado entre aquela Fundação e o Município de Araçagi/PB, visando à execução de sistema de abastecimento de água nos sítios Vileta e Pitombeira.
Interessado: Fundação Nacional de Saúde
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Araçagi/PB
Responsáveis: Diana Lima; Gima-construções e Incorporações Ltda. - Me; José Alexandrino Primo; Luzikenyo Louis Monteiro Veloso; Newdson Ceres Costa Guedes; Regina Cláudia Orange dos Santos Silva
Representação legal: Nelson Davi Xavier (OAB/PB 10611), representando Luzikenyo Louis Monteiro Veloso; Rodrigo Lima Maia (OAB/PB 14.610) e outros, representando Newdson Ceres Costa Guedes

006.168/2012-4
Auditoria nas obras de construção do Rodoanel de São Paulo/SP, trecho norte.
Interessado: Congresso Nacional
Órgão s /Entidade s /Unidade s : Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Desenvolvimento Rodoviário S.A.
Representação legal: Marcelo de Oliveira Fausto Figueiredo Santos (OAB/SP 69.842), João Paulo Pessoa (OAB/SP 273.340), David Sampaio Barretto (OAB/SP 273.314), Fátima Luiza Alexandre (OAB/SP 105.301), Thatiana Barrela (OAB/SP 285.016), Mônica Garcia Perna Silva (OAB/SP 328.786) e outros

014.442/2002-0
Recurso de reconsideração contra deliberação que julgou irregulares as contas do recorrente, condenou-o ao pagamento do débito e de multa em razão de irregularidades na gestão de parte dos recursos de convênio que tinha por objeto apoiar técnica e financeiramente a implementação do Programa de Atendimento aos Desnutridos e às Gestantes de Risco Nutricional.
Interessado: Fundo Nacional de Saúde
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Caxias/MA
Responsáveis: Paulo Celso Fonseca Marinho; José Brito Sampaio Filho e Município de Caxias/MA
Representação legal: Adilson Santos Silva Melo (OAB/MA 5.852), Walber Carvalho de Matos (OAB/MA 508), Walmir Azulay de Matos (OAB/MA 5.550) e Rosângela de Fátima Araújo Goulart (OAB/MA 2.728), representando Paulo Celso Fonseca Marinho; Diego José Fonseca Moura (OAB/MA 8.192) e Enéas Garcia Fernandes Neto (OAB/MA 6.756), representando José Brito Sampaio Filho

025.919/2017-2
Auditoria realizada com o objetivo de verificar a efetividade das Bandeiras Tarifárias como sinal de preços ao consumidor e mecanismo indutor de eficiência nos reajustes tarifários de energia elétrica, bem como a sua condução por parte do Poder Público.
Órgãos /Entidade s /Unidade s: Agência Nacional de Energia Elétrica; Câmara de Comercialização de Energia Elétrica; Empresa de Pesquisa Energética; Operador Nacional do Sistema Elétrico

032.152/2017-5
Solicitação do Congresso Nacional de esclarecimentos sobre o valor pago a mais pelos consumidores brasileiros nas tarifas de energia, com a implementação da bandeira vermelha pela Aneel.
Órgão/Entidade/Unidade: Congresso Nacional.
Representação legal: não há

032.203/2017-9
Representação de empresa, com pedido de medida cautelar, a respeito de possíveis irregularidades ocorridas em edital de concorrência que tinha por objeto a contratação de serviços técnicos de consultoria, na área de engenharia, para empreendimentos da Eletronorte pertencentes ao Sistema de Transmissão de Energia Elétrica do Estado do Pará.
Interessado: Gonçalves Neto Engenharia e Consultores Associados S.S. Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte
Representação legal: Huilder Magno de Souza (OAB/DF 18444) e outros, representando Gonçalves Neto Engenharia e Consultores Associados S.S. Ltda.

033.007/2008-1
Representação de unidade técnica do TCU com objetivo de complementar a abordagem das práticas de contratação do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (Reluz).
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgãos/ Entidade s /Unidade s : Centrais Elétricas Brasileiras S/A, Secretaria do Tesouro Nacional, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Agência Nacional de Energia Elétrica
Representação legal: não há

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

016.257/2017-0
Relatório de levantamento acerca de investimentos realizados por entidades fechadas de previdência complementar (EFPC), mais conhecidas como fundos de pensão, que têm como patrocinador instituição federal.
Interessado: Tribunal de Contas da União
Órgãos/Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Brasil S.A.; Caixa Econômica Federal; Petróleo Brasileiro S.A.; Superintendência Nacional de Previdência Complementar
Representação legal: Rafael Zimmermann Santana (OAB/RJ 154.238)

027.944/2017-4
Solicitação do Congresso Nacional de informações quanto à eventual continuidade das práticas conhecidas como "pedaladas fiscais".
Interessado: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados
Órgão s /Entidade s /Unidade s : Ministério da Fazenda e Caixa Econômica Federal
Representação legal: não há

035.433/2017-5
Solicitação do Congresso Nacional em que se requer ao TCU que tome as providências cabíveis com relação às recomendações constantes do relatório final da comissão parlamentar de inquérito da previdência.
Interessado : Comissão Parlamentar de Inquérito da Previdência
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda e Instituto Nacional do Seguro Social
Representante legal: não há

035.916/2016-8
Desestatização. Processo de desestatização da Amazonas Distribuidora de Energia S.A - AME, conduzida pelo BNDES.
Órgão s /Entidade s /Unidade s : Amazonas Distribuidora de Energia S.A.; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; Centrais Elétricas Brasileiras S.A.; Ministério de Minas e Energia
Representação legal : não há

Ministra ANA ARRAES

002.877/2013-9
Tomada de Contas Especial oriunda da impugnação total das despesas realizadas com recursos de convênio para implantação de uma unidade móvel destinada ao ensino de informática e ao acesso à internet no Município de Governador Valadares/MG.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Governador Valadares/MG
Responsáveis: Fernando Antonio Pinto; José Bonifácio Mourão; João Lúcio Magalhães Bifano; Luiz Antônio Trevisan Vedoin; Marcopolo S.A; Marlene Dalia Soares; Planam Indústria, Comércio e Representação Ltda. e Valadares Diesel Ltda.
Representação legal: Antônio Carlos Rocha Pires de Oliveira (OAB/DF 12698) e outros, representando João Lúcio Magalhães Bifano; Florival da Silva Ribeiro (OAB/MG 53567), representando Fernando Antonio Pinto; Rosane Holender Meniuk de Araujo Barbosa (OAB-RJ 87621) e outros, representando Valadares Diesel Ltda.; Diogo Horacio de Almeida Gil (OAB-RS 78536), representando Marcopolo S.A; Elias Dantas Souto (OAB/MG 88048) e outros, representando José Bonifácio Mourão

003.398/2018-8
Agravo interposto por representante contra despacho que indeferiu pedido de medida cautelar por ela formulado com base em alegação de supostas irregularidades em pregão eletrônico destinado a contratar serviços de engenharia para readequação do segundo pavimento do Bloco Q do edifício-sede da Administração Central do Ministério da Defesa.
Agrava nte: Task Engenharia e Infraestrutura Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Administração Interna do Ministério da Defesa
Representação legal: Murilo Queiroz Jacoby Fernandes (OAB/DF 41.796) e outros representando a Task Engenharia e Infraestrutura Ltda.; Sandra Sathler Garcia Hubner e outros representando a Tecnicall Engenharia Ltda

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900129

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

005.391/2014-8
Pedidos de reexame interpostos contra acórdão que proferiu determinações, recomendações e ciências aos recorrentes em processo de auditoria operacional no Programa Mais Médicos.
Recorrentes: Advocacia-Geral da União e Ministério da Saúde
Órgão s /Entidade s /Unidade s : Ministério da Educação e Ministério da Saúde
Representação legal: não há

005.506/2017-4
Agravo contra despacho do Presidente do TCU, referendado por acórdão, que concedeu medida cautelar para o efeito suspensivo de pedidos de reexame anteriormente interpostos em processo de representação acerca de possíveis irregularidades na destinação do pagamento de precatórios aos municípios que fazem jus a diferenças na complementação devida pela União no âmbito do extinto Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef.
Agrava nte: Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará
Órgão s /Entidade s /Unidade s : Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério e Ministério da Educação
Representação legal: Walmir Moura Brelaz (OAB/PA 6971)

007.929/2017-0
Representação de unidade técnica acerca irregularidades na transferência de terras da União ao estado do Tocantins.
Representante: Secretaria de Controle Externo no Estado do Tocantins
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado do Tocantins
Representação legal: não há

012.802/2017-4
Relatório de Acompanhamento para avaliar a implementação e os resultados advindos do Plano Nacional de Segurança Pública.
Órgão s /Entidade s /Unidade s : Departamento de Polícia Federal; Departamento de Polícia Rodoviária Federal; Departamento Penitenciário Nacional; Secretaria Executiva do Ministério da Justiça e Segurança Pública; Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Secretaria Nacional de Segurança Pública
Interessado: Tribunal de Contas da União
Representação legal: não há

015.601/2009-0
Embargos de Declaração opostos contra acórdão que conheceu de pedido de reexame e lhe negou provimento em processo de levantamento com o objetivo de apurar a ocorrência de fraude em concorrência que tinha por objetivo a execução, com emprego de recursos federais, de sistema de irrigação na bacia do Rio Preto.
Embargan te: Construtora Artec S/A
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Distrito Federal (atual Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal)
Representação legal: Henrique Neves da Silva (OAB/DF 7.505) e outros representando Construtora Artec S/A

015.814/2014-9
Tomada de contas especial instaurada em razão da impugnação total de despesas de convênio destinado à implantação de 28,35 quilômetros e à recuperação de 88,65 quilômetros de estradas vicinais. Análise das citações.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Itinga do Maranhão/MA
Responsáveis: Francisco Valbert Ferreira de Queiroz; Strato Construções Com. e Serv. Ltda.
Interessada: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Estado do Maranhão
Representação legal: James Albert Magalhães Santos (OAB/MA nº 8.565), representando Strato Construções Com. e Serv. Ltda.

017.549/2016-7
Representação sobre possíveis irregularidades em pregão eletrônico realizado para contratar serviços de produção gráfica destinados à realização do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM 2016. Análise de audiências e oitivas.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Representante: Plural Indústria Gráfica Ltda.
Responsáveis: Alexandre André dos Santos; Eunice de Oliveira Ferreira Santos e Hélio Junio Rocha Morais
Interessados: RR Donnelley Editora e Gráfica Ltda. e Advocacia-geral da União;
Representação legal: Gustavo Valadares (OAB/DF 18.669) e outros, representando a empresa RR Donneley Editora e Gráfica Ltda.; Anna Dias Rodrigues (OAB/MG 131.159), Daniel Pereira de Franco e outros, representando Advocacia-geral da União

019.042/2013-2
Embargos de declaração interpostos contra deliberação por meio da qual o Tribunal negou provimento a recursos de reconsideração em tomada de contas especial julgada irregular, com imputação de débito, multa e inabilitação para exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública para alguns responsáveis, em razão de desvios de créditos de passagens aéreas não utilizadas, mediante endossos de em favor de terceiros.
Embargantes: Edson Chigueru Taki, José Rogério de Medeiros e Lérida Maria dos Santos Vieira
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Federal de Farmácia
Representação legal: Luiz José Ferreira (OAB/MT 8.212) representando Edson Chigueru Taki; Deìlio Lins e Silva (OAB/DF 3.439) e outros representando Joseì Rogeìrio de Medeiros; Eliìsio de Azevedo Freitas (OAB/DF 18.596) e outros representando Leìrida Maria dos Santos Vieira; e outros

025.594/2016-8
Auditoria de conformidade que tem o objetivo de avaliar o cumprimento das normas de transparência aplicáveis aos relacionamentos das instituições federais de ensino superior e institutos federais com as fundações de apoio.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Educação
Responsáveis: não há
Representação legal: não há

028.309/2011-1
Recursos de reconsideração contra acórdão que julgou irregulares contas especiais com condenação ao pagamento de débito e multa em razão de irregularidades na execução de convênio que teve por objeto a realização de estudos e pesquisas sobre logística no turismo do estado do Amapá, considerando a situação das redes estabelecidas ao redor dos serviços turísticos.
Recorrentes: Humberto Silva Gomes; AG-1 Turismo Ltda.; Flavia de Andrade Duque e Marcelo Sotomaior Cardoso
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado do Amapá
Representação legal: Thiago Ferrari Turra (OAB/PR 58.660) e outros, representando AG-1 Turismo Ltda., Flavia de Andrade Duque e Marcelo Sotomaior Cardoso

033.482/2010-1
Agravo contra despacho que, ante a intempestividade e a ausência de fatos novos, não conheceu de recurso de reconsideração interposto em face de acórdão retificado por inexatidão material em processo que julgou tomada de contas especial instaurada em razão de irregularidades em termo de parceria que teve por objeto o georreferenciamento de imóveis rurais situados em municípios do estado de Pernambuco abrangidos pelo Projeto de Integração do Rio São Francisco.
Agravante: Abelardo Sandes Siqueira
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional no Médio São Francisco (SR-29) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Representação legal: Maria José do Amaral (OAB/PE 17.285) e outro representando Abelardo Sandes Siqueira; e outros

Ministro BRUNO DANTAS

006.567/2004-7
Recurso de reconsideração interposto pelo Ministério Público junto ao TCU contra acórdão por meio do qual o Tribunal julgou regulares com ressalva as contas do titular da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do então Ministério da Assistência Social.
Órgão/Entidade/Unidade: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Assistência Social
Recorrente: Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União
Responsáveis: Francisco José Nunes Ferreira; Cobra Tecnologia S/A
Representação legal: Andrea Maria Gross Valente (OAB-RJ 39.270) e outros, representando Cobra Tecnologia S/A

012.559/2017-2
Auditoria em conjunto com o Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE/CE), visando a verificação da regularidade, da eficiência e da ocorrência de possíveis fraudes, na gestão dos recursos públicos federal e estadual destinados ao transporte escolar nos municípios de Boa Viagem/CE e Marco/CE.
Órgãos/Entidade/Unidade: Governo do Estado do Ceará; Prefeitura Municipal de Boa Viagem - CE; Prefeitura Municipal de Madalena - CE; Prefeitura Municipal de Marco - CE; Prefeitura Municipal de Quixadá - CE
Representação legal: não há

017.130/2010-7
Recurso de reconsideração interposto contra acórdão que, ao julgar tomada de contas especial, condenou o recorrente, individualmente, a pagar multa e, em solidariedade com outros agentes, a ressarcir o débito, em razão de prejuízos na execução de convênio que tinha por objeto a realização do projeto Inclusão Digital nos Municípios do Estado de Goiás.
Recorrente: Tony de Souza Silveira
Representação legal: Defensoria Pública do Distrito Federal

017.245/2017-6
Levantamento realizado em 581 órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Federal, em 2017, com o objetivo de obter e sistematizar informações sobre a situação de governança pública e gestão de tecnologia da informação (TI), contratações, pessoas e resultados.
Órgão/Entidade/Unidade: Congresso Nacional
Representação legal: Débora Goelzer Fraga, representando Agência Nacional de Transportes Terrestres; Carlos Fernando Correia da Costa e outros, representando Indústrias Nucleares do Brasil S.A.; Viviane do Nascimento Pereira Sá (OAB/RJ 130.645) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.A.; José Renato Pinto da Fonseca e outros, representando Agência Nacional de Energia Elétrica

017.271/2010-0
Agravos e embargos de declaração opostos em face do despacho que procedeu ao exame de admissibilidade dos recursos de revisão interpostos pelos recorrentes.
Agravantes: Arivaldo Ferreira de Andrade Filho; Gilmar de Melo Mendes; Marcelo Luiz Monteiro; Renato Conde Garcia
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia de Saneamento de Sergipe
Representação legal: Tiago Camargo Thomé Maya Monteiro (OAB/DF 20.660) e outros, representando Construtora Gautama Ltda.; Antonio Militão Silva (OAB/SE 856), representando Marcelo Luiz Monteiro, Gilmar de Melo Mendes e Arivaldo Ferreira de Andrade Filho

020.372/2013-2
Recurso de reconsideração contra deliberação que tratou de tomada de contas especial instaurada em razão de concessão irregular de benefícios previdenciários e, no que diz respeito à recorrente, julgou irregulares suas contas, imputou-lhe débito, aplicou-lhe multa e solicitou o arresto de seus bens.
Recorrente: Maria das Graças Fatagiba Lannes
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Responsáveis: Francisca Daisy Lustosa Landim Pinto; Marcos Antônio Dantas Lopes; Maria das Graças Fatagiba Lannes; Maria de Fátima dos Santos
Representação legal: não há

027.161/2016-1
Auditoria operacional realizada com o objetivo de avaliar a eficácia, a eficiência e a efetividade do processo de regulação de assistência à saúde no estado do Espírito Santo com foco em internações hospitalares.
Órgão/Entidade/Unidade: 78 Municípios do Espírito Santo; Secretaria de Saúde do Espírito Santo
Representação legal: não há

028.241/2014-2
Tomada de contas especial instaurada em razão da impugnação parcial de despesas de contrato tendo por objeto a execução de "Curso de Aperfeiçoamento em Educação de Jovens e Adultos - Apoio a iniciativa para a Melhoria da Qualidade do Ensino, para atender a Formação de Jovens e Adultos para Educadores dos Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e das Universidades/Ministério da Educação de Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe no Continente Africano". Análise das alegações de defesa.
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Paraíba
Responsáveis: Afonso Celso Caldeira Scocuglia; Emília Maria da Trindade Prestes; Eugênio Paccelli Trigueiro Pereira; Roberto Maia Cavalcanti; Fundação José Américo; Premier Produtos Alimentícios Ltda
Representação legal: Fábio Vinícius Maia Trigueiro (OAB/PB 16.027), representando Eugênio Paccelli Trigueiro Pereira; Joelma Alves dos Anjos (OAB/PE 13.684) e outros, representando Premier Produtos Alimentícios Ltda.; Anna Maria da Trindade dos Reis (OAB/DF 6.811) e outros, representando Emilia Maria da Trindade Prestes; Geilson Salomão Leite (OAB/PB 6.570), representando Afonso Celso Caldeira Scocuglia

033.482/2015-2
Tomada de Contas Especial instaurada contra ex-empregado, em razão de transação fraudulenta.
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Responsáveis: Luciano Brito Castilho; Vagner Barbosa Chaves
Representação legal: não há

035.324/2017-1
Representação de licitante em face de edital de concorrência pública para execução da obra de construção de ponte rodoviária sobre o Rio Ibicuí e seus acessos, na BR-472/RS, segmento KM 490,50 ao KM 584,40.
Representante: Construtora Aterpa S/A
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Representação legal: Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/DF 27.154), representando Construtora Aterpa S.A.

Ministro VITAL DO RÊGO

013.463/2017-9
Fiscalização realizada com o objetivo de avaliar a economicidade, eficiência, eficácia e legalidade dos serviços de tecnologia da informação prestados pela Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev) e pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), em especial, dos preços praticados nos contratos firmados por essas empresas com o Poder Público.
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência; Serviço Federal de Processamento de Dados
Responsáveis: André Leandro Magalhaes; Dyogo Henrique de Oliveira; Henrique de Campos Meirelles; Maria da Gloria Guimarães dos Santos
Representação legal: não há

023.738/2015-4
Auditoria realizada para verificar a regularidade da aplicação de recursos provenientes da Lei 10.264/2001 (Lei Agnelo/Piva) destinados à Confederação Brasileira de Ciclismo, nos anos de 2013 a 2015.
Órgão/Entidade/Unidade: Confederação Brasileira de Ciclismo
Responsáveis: Confederação Brasileira de Ciclismo; José Luiz Vasconcellos; Praxis Consultoria e Informação Desportiva Ltda. - EPP; Sport Training - Comercio de Livros e Artigos Esportivos Ltda. - ME
Representação legal: Paulo Roberto Ciola de Castro (OAB/PR 65.750); Marco Aurélio da Assunção (OAB/PR 64.948); Luciana Galvão Dias Esteves (OAB/MG 79.931) e outros

025.551/2014-0
Embargos de declaração opostos pelo Sr. Luis Carlos Moreira da Silva contra decisão desta Corte de Contas que determinou novas citações desse responsável.
Embargante : Luis Carlos Moreira da Silva.
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A
Representação legal: Márcia Dinis (OAB/RJ 56.466) e outros

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900130

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

034.421/2017-3
Proposta de instrução normativa que revoga a IN-TCU 55/2007, com a finalidade de regular o processo de trabalho relativo ao envio, tramitação, análise e apreciação dos atos de pessoal sujeitos a registro, em razão das inovações introduzidas pelo sistema e-Pessoal.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Contas da União
Representação legal: não há

034.497/2015-3
Tomada de contas especial instaurada pelo Instituto Nacional do Seguro Social, em razão do prejuízo causado ao Erário pelos Srs. Aluísio França Pereira e Francisco Ricardo Lima Cruz, quando no exercício, respectivamente, dos cargos de Técnico do Seguro Social e de Agente Administrativo, na prática de irregularidades na Agência da Previdência Social de Barbalha/CE.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Responsáveis: Aluísio Franca Pereira; Francisco Ricardo Lima Cruz; Hosmar Patrício dos Santos; Maria de Fatima Barbosa
Representação legal: Jose Lair de Sousa Mangueira (OAB/CE 12.467) e outros

035.458/2017-8
Representação de empresa, com pedido de medida cautelar, contra atos praticados no curso de pregão eletrônico, cujo objeto trata da aquisição de sistema computacional, com no mínimo 24 nodes Quad Core, oito gigabytes de RAM e demais especificações descritas no edital e no termo de referência.
Representante : Teczap Comercio e Distribuição Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Norte-Rio-Grandense de Pesquisa e Cultura
Responsáveis: Fundação Norte-Rio-Grandense de Pesquisa e Cultura; Tiago Victor da Silva
Representação legal: não há

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

007.463/2014-6
Representação apresentada pela Secretaria de Controle Externo do Estado da Bahia - Secex/BA em virtude de notícia encaminhada por meio de ofício da Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB, empresa da esfera do governo estadual, denominada, anteriormente, quando empresa municipal, Companhia de Transportes de Salvador - CTS, no sentido de ter sido suspensa a eficácia de uma das cartas de fiança oferecidas pelo Consórcio Bonfim que, substituindo a retenção parcial de pagamentos determinada cautelarmente, foi dada em garantia de ressarcimento de possíveis danos que se encontram em apuração por meio de tomada de contas especial (TC 028.499/2012-3).
Órgão s /Entidade s /Unidade s : Companhia Brasileira de Trens Urbanos; Companhia de Transportes de Salvador; Governo do Estado da Bahia
Responsáveis: Carlos Martins Marques de Santana; MPE Montagens e Projetos Especiais S.A.
Interessados: Bombardier European Investments S.L.U.; Bombardier Transportation Brasil Ltda.
Representação legal: Joao Felipe Amaral Bobroff e outros, representando MPE Montagens e Projetos Especiais S.A. e Bombardier Transportation Brasil Ltda.; Tiago Gomes de Souza e outros, representando Companhia Brasileira de Trens Urbanos; Antonio Carlos Guimaraes Goncalves (OAB/DF 33.766) e outros, representando Bombardier Transportation Brasil Ltda., Paulo Henrique Spirandeli Dantas, MPE Montagens e Projetos Especiais S.A. e Companhia de Transportes de Salvador; Paulo Henrique Spirandeli Dantas (OAB/SP 197479) e outros, representando MPE Montagens e Projetos Especiais S.A. e Fabianna Vieira Barbosa Morselli

008.557/2016-0
Auditoria de conformidade realizada na Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - Conder, com o objetivo de fiscalizar as obras de contenção de encostas em 98 setores de risco alto e muito alto no Município de Salvador/BA, no âmbito do programa gestão de riscos e resposta a desastres, custeadas com recursos de termo de compromisso.
Órgão s /Entidade s /Unidade s : Governo do Estado da Bahia; Ministério das Cidades
Responsáveis: Cláudio de Oliveira Torres; Deusdete Fagundes de Brito
Interessados: Concreta Controle de Concreto Etecnologia Ltda.; Congresso Nacional
Representação legal: José Manoel Viana de Castro Neto (OAB/BA 30262) e outros, representando Concreta Controle de Concreto Etecnologia Ltda.

011.278/2016-1
Relatório de Auditoria. Análise das razões de justificativa dos gestores da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), Sr. Marcos Aurélio Madureira da Silva, na condição de Diretor-Presidente, e do Sr. José Ailton de Lima, na condição de Diretor de Engenharia e Construção, que foram chamados em audiência por terem firmado pré-contratos, com duas minutas de contrato, e sem o registro da realização da análise da qualificação técnica do fornecedor, relativos aos empreendimentos de Casa Nova II e Casa Nova III, causando a situação de pré-contratação irregular.
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
Responsáveis: Marcos Aurélio Madureia da Silva e José Ailton Santos Lima
Representação legal: André Jansen do Nascimento (OAB/DF 51.119); Amanda Helena da Silva, não advogado; Ana Carolina Mazoni (OAB/DF 31.606); Ana Luiza Queiroz Melo Jacoby Fernandes (OAB/DF 51.623); Cristiana Muraro Fracari (OAB/DF 48.254); Carla Mayrink Santos Moraes (OAB/DF 27789); Cássio Victor Silva Benatti, não advogado; Fernando Rosendo de Araujo Filho, não advogado; Gustavo Valadares, (OAB/DF 18.669); Ielton Carvalho Piancó (OAB/DF 47.965); Jaques Fernando Reolon (OAB/DF 22.885); Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6546); João Henrique Soares de Holanda (OAB/DF 36.556); Ludimila Reis Silva (OAB/DF 51.113); Larissa Silva Teixeira (OAB/GO 38.059); Maria Stephany dos Santos, (OAB/PE 36379); Maria Paula Pessoa Lopes Bandeira (OAB/PE 27909); Mariana Ribeiro de Melo Pereira (OAB/DF 52.393); Melanie Costa Peixoto (OAB/DF 14.585); Murilo Queiroz Melo Jacoby Fernandes (OAB/DF 41.796); Pedro Ferreira Mafra Neto (OAB/MG 150.110); Sofia Rodrigues Silvestre Guedes (OAB/DF 27635); Thiago Lelis de Freitas (OAB/DF 48.856); Victor Matheus Scholze de Oliveira (OAB/DF 39.503); Álvaro Luiz Miranda Costa Júnior (OAB/DF 29.760)

016.280/2017-2
Acompanhamento do programa Portal Único do Comércio Exterior
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; Secretaria da Receita Federal do Brasil
Responsáveis: Abrão Miguel Árabe Neto; Jorge Antonio Deher Rachid
Interessado: Agência Nacional de Energia Elétrica
Representação legal: não há

017.742/2016-1
Representação formulada pela Secex/MS, com o aval da SecexAmbiental, em face da possível ilegalidade das disposições da IN/Incra 71/2012 e do Decreto 8.738/2016, relativas à regularização de parcelas ocupadas irregularmente, sem autorização do Incra, no âmbito do Programa Nacional de Reforma Agrária
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Interessado: Tribunal de Contas da União - Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul
Representação legal: Elaine Andrade Leite e outros, representando Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

034.553/2016-9
Representação interposta pela Secretaria de Controle Externo no Mato Grosso do Sul (Secex/MS) em virtude de possíveis irregularidades na aplicação dos arts. 25, 26, 29, e 31 do Decreto 8.738/2016, que tratam da concessão e titulação de lotes da reforma agrária pelo Incra, bem como da demarcação de projetos de assentamentos com áreas coletivas, contrários ao art. 5º, incs. XVII, XX e XX [XXII] e ao art. 189, parágrafo único da Constituição Federal.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Interessado: Tribunal de Contas da União - Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul
Responsáveis: Leonardo Góes Silva; Ewerton Giovani dos Santos
Representação legal: Renata Silva Pires de Carvalho (OAB/DF 15.895) e outros, representando Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

007.661/2015-0
Tomada de Contas Especial deflagrada pelo Ministério do Turismo contra o Sr. Ernesto Gomes da Rocha, ex-prefeito de Anori/AM (gestões: 2001-2004 e 2005-2008), em vista de irregularidades verificadas na documentação exigida para a prestação de contas do Convênio 589/2007, que tinha por objeto a promoção do turismo, mediante a implementação do projeto intitulado "Festival de Verão no Município de Anori/AM".
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Anori/AM
Responsáveis: Ernesto Gomes da Rocha, J. M. Becil, J. D. Braga Costa, Vip Master Serviços de Engenharia e Navegação Ltda. e Darcy Pereira Izel
Representação legal: Antônio das Chagas Ferreira Batista, OAB/AM 4.177

014.184/2012-5
Embargos de Declaração opostos individualmente pelos Srs. Edson Chigueru Taki e Walter da Silva Jorge João e pela Sra. Lerida Maria dos Santos Vieira ao Acórdão 600/2017 - Plenário, proferido em processo de Tomada de Contas Especial, resultante da conversão, determinada por meio do Acórdão n. 1.275/2012 - Plenário (peça 21), da Denúncia versada no TC 028.564/2011-1, apensada a estes autos, na qual se discutiu a contratação de serviços advocatícios prestados pelo Sr. Juscimar Pinto Ribeiro, às expensas do Conselho Federal de Farmácia - CFF, para defesa do Sr. Jaldo de Souza, consoante Processo 2004.34.00.030591-7 e Procedimento Administrativo 1.16.000.001209/2011-362.
Embargantes: Edson Chigueru Taki; Lerida Maria dos Santos Vieira; e Walter da Silva Jorge João
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Federal de Farmácia
Representação legal: Felipe Santos Vieira Nogueira (OAB/RO 5.743), representando Lerida Maria dos Santos Vieira; Gustavo Beraldo Fabrício (OAB/DF 10.568) e outros, representando Conselho Federal de Farmácia

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

008.869/2015-4
Representação formulada por vereadores do Município de Abreulândia - TO em desfavor do Sr. Elieze Venâncio da Silva, ex-prefeito (gestão: 2013-2016), acerca de supostas irregularidades na aplicação de recursos federais repassados ao aludido ente federado.
Representantes: Ednaura Alves Costa, Maria Laurinda Inácio de Sousa, Jair Gabino Lopes de Abreu e José Elenilson Moura
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Abreulândia/TO
Responsáveis: Araújo e Nogueira Ltda. - ME; Arlindo Souza Pinheiro; DSC Construtora Ltda. - ME; Edivan Maciel da Silva-EPP; Elieze Venâncio da Silva; Euzeny Venâncio da Silva; Jailene de Aquino Cavalcante Cruz; Maria de Lourdes Pereira Conceição e Osmar Montelo Amaral
Representação legal: Defensoria Pública da União, representando Euzeny Venâncio da Silva; Ricardo Francisco Ribeiro de Deus (OAB/TO 7.705-A), representando Jailene de Aquino Cavalcante Cruz; Thulyo César Severino Barros (OAB/TO 6.057), representando DSC Construtora Ltda. - ME; Sérgio Rodrigues de Mendonça Cosson, representando Arlindo Souza Pinheiro e Osmar Montelo Amaral; e Marcio Oliveira Junior (OAB/TO 5.314), representando Araújo e Nogueira Ltda. - ME

013.623/2016-8
Auditoria de conformidade sobre a regularidade das ações relacionadas com os cursos oferecidos no âmbito da BolsaFormação Estudante e da Bolsa-Formação Trabalhador, no período de janeiro de 2013 a junho de 2016, como modalidades de implementação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec Bolsa-Formação). Análise de audiências e oitiva.
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria da Educação, Juventude e Esportes do Estado do Tocantins
Responsáveis: Adão Francisco de Oliveira; Flavilene Maria Bueno Coelho; George Lauro Ribeiro de Brito e Paulo Henrique Ferreira Massuia
Representação legal: não há

017.282/2017-9
Tomada de contas especial instaurada em razão de prejuízo causado mediante a concessão irregular de benefícios previdenciários, na modalidade "Amparo Social ao Idoso", na Agência da Previdência Social de São Miguel dos Campos/AL. Análise de citação.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Responsáveis: Antônio Carvalho Pinho; Damião Beltrão Ferreira; Idelberto Silva Ferreira; Jose Francisco dos Santos; Josefa Ferreira Santos; Josefa Maria da Silva; Laura de Souza; Luis Antonio dos Santos; Luís Carlos dos Santos; Manoel Messias da Silva; Margarete da Silva; Margarida Alves Barros; Margarida Pacheco de Oliveira; Margarida da Silva; Margarida dos Santos; Maria Aldenir da Silva; Maria Amélia dos Santos; Maria Augusta da Silva; Maria Francisca dos Santos; Maria Jose Santos; Maria Margarida Santos; Maria Socorro da Conceição; Maria Socorro da Silva; Maria da Silva; Maria das Dores Silvestre; Maria de Fatima Souza; Maria do Socorro dos Santos; Mariana Cícera da Silva; Mariana da Silva Santoa; Marilene de Oliveira dos Santos; Paulo Sérgio Rodrigues da Silva e Rosélia dos Santos
Representação legal: não há

028.561/2017-1
Aposentadoria deferida pela Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em Belo Horizonte/MG.
Interessada: Angela Maria de Oliveira Furtado
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Belo Horizonte/MG
Representação legal: não há

028.586/2017-4
Aposentadorias deferidas pela Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social no Rio de Janeiro/RJ
Interessados: Augusto Ribeiro Filho; Hamilton Luiz Cavalcante Gondim; João Júlio Leal Chaves; Manoel Paiva Alencar; Marisa Maria Bainha; Nancy Cleicy Maria da Silva e Sônia Maria Mattos
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social no Rio de Janeiro/RJ
Representação legal: não há

032.637/2017-9
Monitoramento de determinações e de recomendações contidas em deliberação prolatada em processo de auditoria operacional que teve o objetivo de avaliar os controles internos do Sistema de Fiscalização de Produtos Controlados do Exército (SisFPC), além dos meios e das estruturas de suporte aos processos finalísticos, para que considerem os riscos relevantes e assegurem o cumprimento dos resultados esperados, coibindo fraudes, desvios e ineficiências.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando Logístico do Exército
Representação legal: não há

035.460/2017-2
Representação formulada pela empresa Fiducial Consultoria e Serviços Financeiros Ltda., com pedido de cautelar suspensiva, sobre supostas irregularidades na Concorrência 12/2017, promovida pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Administração Regional do Estado do Rio de Janeiro (Senac/ARRJ), que tinha por objeto a contratação de empresa para serviços de cobrança administrativa extrajudicial e judicial de pessoas físicas e jurídicas, no valor correspondente ao percentual de comissão incidente sobre os títulos efetivamente recuperados, e com vigência inicial prevista para o prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura.
Representante: Fiducial Consultoria e Serviços Financeiros Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Administração Regional do Senac no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

024.399/2016-7
Solicitação do Congresso Nacional com vistas a avaliar a existência de algum impedimento de ordem legal que possa afetar a concessão do financiamento de longo prazo para a linha 6-Laranja do metrô de São Paulo.
Interessado: Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Responsável: Maria Silvia Bastos Marques
Representação legal: Juliana Calixto Pereira (OAB/RJ 130.070) e outros, representando Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Em 19 de março de 2018.
DANIELA DUARTE DO NASCIMENTO
Subsecretária do Plenário

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900131

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

EXTRATO DE PAUTA
Sessão Extraordinária Reservada de Plenário, de 21/03/2018, às 14h30

Convocada com fundamento nos arts. 55, ***caput*** , e 108, § 1º, da Lei 8.443, de 1992, com o objetivo de apreciar processos em que é necessária a preservação de direitos individuais ou do interesse público.

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

002.085/2018-6
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

003.696/2018-9
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

021.356/2017-3
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

025.695/2017-7
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

032.724/2017-9
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

Ministro AUGUSTO NARDES

012.771/2017-1
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

Ministro AROLDO CEDRAZ

028.262/2017-4
Natureza: Auditoria
Representação legal: não há

030.682/2017-7
Natureza: Auditoria
Representação legal: não há

031.802/2017-6
Natureza: Auditoria
Representação legal: não há

032.028/2017-2
Natureza: Auditoria
Representação legal: não há

032.035/2017-9
Natureza: Auditoria
Representação legal: não há

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

000.881/2018-0
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

009.099/2017-4
Natureza: Denúncia
Representação legal: Adriano de Almeida Marques (OAB/MS 9.990) e outros

Ministra ANA ARRAES

003.244/2018-0
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

003.310/2018-3
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

025.992/2017-1
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

032.489/2017-0
Natureza: Denúncia
Representação legal: Marconi Miranda Vieira (OAB/DF 22.098)

Ministro BRUNO DANTAS

004.195/2018-3
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

029.604/2017-6
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

023.543/2017-5
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

028.708/2017-2
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

028.799/2017-8
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

032.146/2017-5
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

PROCESSOS UNITÁRIOS

Ministro AROLDO CEDRAZ

015.918/2016-5
Natureza: Levantamento
Representação legal: não há

019.332/2015-7
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

031.247/2017-2
Natureza: Administrativo
Representação legal: não há

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

034.761/2011-0
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

Em 19 de março de 2018.
MARCIO ANDRÉ SANTOS DE ALBUQUERQUE
Secretário das Sessões

Defensoria Pública da União

CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO ELEITORAL E APURADORA DAS ELEIÇÕES PARA O CARGO DE DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO (BIÊNIO 2018/2020)

Aos 16 dias do mês de março de 2018, às 11h, se reuniram os integrantes da Comissão Eleitoral Apuradora das Eleições para o cargo de Defensor Público-Geral Federal da Defensoria Pública da União, biênio 2018/2020, bem como o representante da ANADEF, na pessoa de seu presidente. Iniciados os trabalhos foram deliberadas as seguintes providências: 1) A Comissão analisou os pedidos de registro de candidatura, constatando que todos foram formulados de acordo com o regramento estipulado no Edital CEA n. 01/2018, como também que os requerentes preenchem os pressupostos previstos na Lei Complementar n. 80/94 e na Resolução CSDPU n. 49/2011 relativos às condições de elegibilidade do cargo pretendido; 2) Nestes termos, a Comissão Eleitoral e Apuradora homologou todos os pedidos de candidatura, conforme especificado abaixo (em ordem alfabética):

André do Nascimento Del Fiaco, nascido em 20/01/1973, Defensor Público Federal de Categoria Especial lotado na unidade da DPU em Brasília/DF;

Anginaldo Oliveira Vieira, nascido em 13/08/1971, Defensor Público Federal de Categoria Especial lotado na unidade da DPU em Brasília/DF;

Daniel de Macedo Alves Pereira, nascido em 29/10/1975, Defensor Público Federal de Primeira Categoria/Defensor Regional de Direitos Humanos lotado na unidade da DPU no Rio de Janeiro/RJ

Gabriel Faria Oliveira, nascido em 26.09.1979, Defensor Público Federal de Primeira Categoria lotado na unidade da DPU em Florianópolis/SC;

José Rômulo Plácido Sales, nascido em 15/06/1968, Defensor Público Federal de Primeira Categoria lotado na unidade da DPU em Tersina/PI;

Michelle Leite de Souza Santos, nascida em 0 15/11/1980, Defensora Pública Federal de Segunda Categoria lotada na unidade da DPU em Brasilia/DF

Pedro da Gama Lobo Lorens, nascido em 15/04/1981, Defensor Público Federal de Segunda Categoria lotado na unidade da DPU em Salvador/BA;

Vinícius Diniz Monteiro de Barros, nascido em 11/06/1981, Defensor Público Federal de Primeira Categoria lotado na unidade da DPU em Belo Horizonte/MG;

Wagner Ramos Kriger, nascido em 09/05/1976, Defensor Público Federal de Segunda Categoria lotado na unidade da DPU em Natal/RN;

Nada mais sendo deliberado, encerraram-se os trabalhos.

GUILHERME AUGUSTO JUNQUEIRA DE ANDRADE
Presidente da Comissão Eleitoral e Apuradora

JÚLIA CORRÊA DE ALMEIDA
Vice-Presidente da Comissão Eleitoral e Apuradora

EDILON VOLPI PERES
Membro da Comissão Eleitoral e Apuradora

IGOR ROBERTO ALBUQUERQUE ROQUE
Representante da Anadef

Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
SECRETARIA DO TRIBUNAL

PORTARIA Nº 44, DE 16 DE MARÇO DE 2018

Dispõe sobre a atualização da lista de obras disponibilizadas para venda na Livraria do Supremo Tribunal Federal.

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso de sua atribuição prevista no art. 65, inc. IX, al. b, do Regulamento da Secretaria, considerando o art. 3º da Resolução 421, de 14 de dezembro de 2009, e o que consta no Processo Administrativo Eletrônico 000666/2016, resolve:

Art. 1º Os valores de venda das publicações editadas pelo Supremo Tribunal Federal e das reproduções dos programas exibidos pelas TV Justiça e Rádio Justiça passam a ser os constantes da tabela abaixo:

PUBLICAÇÕES	VALOR UNITÁRIO (R$)
	COMPRA DIRETA
A Constituição e o Supremo - 5ª edição	40,00
Calendário	20,00
Coletânea Temática de Jurisprudência: Direito Eleitoral	10,00
Coletânea Temática de Jurisprudência: Direito Penal e Processual Penal - 3ª edição	28,00
Coletânea Temática de Jurisprudência: Direitos Humanos	12,00
Constituição da República Federativa do Brasil - edição de bolso	5,00
Constituição da República Federativa do Brasil (impressão sob demanda)	30,00
Direitos da Criança e do Adolescente (impressão sob demanda)	10,00
Informativos STF 2014: teses e fundamentos	15,00
Informativos STF 2015: teses e fundamentos (impressão sob demanda)	35,00
Informativos STF 2016 (impressão sob demanda)	20,00
Kit Postais - Envelope Timbrado - STF	10,00
Livro Memória Jurisprudencial	14,00
Ministro Marco Aurélio: 25 anos no STF	15,00
Notas sobre o Supremo Tribunal (Império e República) - 4ª edição	5,00
Regimento Interno - STF (impressão sob demanda)	16,00
Revista Trimestral de Jurisprudência - RTJ (Até a RTJ 201 - Tomo III)	13,00
Revista Trimestral de Jurisprudência - RTJ (A partir da RTJ 202- Tomo I)	14,00
Revista Trimestral de Jurisprudência - RTJ 202 - Tomo III - contém Acórdãos e Súmulas	28,00
Revista Trimestral de Jurisprudência - RTJ (RTJs 226, 227 e 228)	25,00
Revista Trimestral de Jurisprudência - RTJ (RTJ 229)	30,00
Revista Trimestral de Jurisprudência - RTJ 230	38,00
Súmulas Vinculantes: Aplicação e Interpretação pelo STF - 2ª edição	13,00

Art. 2º No caso de envio da compra pelos Correios, o valor de venda de cada produto varia de acordo com as despesas referentes ao frete.

Art. 3º Os valores dos produtos adquiridos devem ser recolhidos ao Supremo Tribunal Federal mediante pagamento de Guia de Recolhimento da União - GRU Cobrança, gerada mediante utilização de sistema informatizado do Tribunal.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 16, de 29 de janeiro de 2018.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO S. TOLEDO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900132

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE BIOMEDICINA

RESOLUÇÃO Nº 288, DE 15 DE MARÇO DE 2018

Regulamenta ou Disciplina a inscrição de profissionais Tecnólogos em Podologia e de Técnicos Podólogos, na área de saúde e afins, e dá outras providências.

O Conselho Federal de Biomedicina, no exercício de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº. 6.684, de 08 de Setembro de 1979, modificada pela Lei 7.017, de 30 de Agosto de 1982. CONSIDERANDO, o disposto no Inciso II do art. 10 da Lei nº. 6.684/79 e inciso III do art. 12 do Decreto nº. 88.439/83; CONSIDERANDO a decisão dos Conselheiros em Plenário do Conselho Federal de Biomedicina, que aprovaram a inscrição de profissionais técnicos podólogos e tecnólogos como auxiliares de saúde e áreas afins; CONSIDERANDO que a atividade de técnico de Podologia está prevista, desde 2002, no Código Brasileiro de Ocupações -C.B.O., sob o nº 3221-10, como podologo e exige como formação básica para o seu exercício profissional curso técnico de nível médio; Considerando que o exercício da profissão de tecnólogos em podologia e técnicos podologos, em todo o território nacional, somente é permitido quando atendidas as qualificações estabelecidas nesta lei. CONSIDERANDO, a necessidade de regulamentar a inscrição de profissionais tecnólogos em podologia e técnicos podólogos junto aos Conselhos Regionais de Biomedicina, resolve:

Art.- 1º -São condições para o exercício da profissão de tecnólogos em podologia e técnicos podólogos:

I - ser portador de certificado de conclusão de ensino superior, do ensino médio ou equivalente;

II - possuir diploma de habilitação ou certificado profissional de técnico de nível médio, bem como a este equiparado, ou equivalente, emitido por instituição de ensino superior, ou expedido por escolas devidamente credenciadas, que ministram cursos de podologia devidamente autorizados conforme orientação da Lei de Diretrizes e Bases vigente;

III - possuir carteira profissional de técnico podólogo ou tecnólogo em podologia, expedida pelo Conselho Regional de Biomedicina;

IV - É obrigatório o registro nos Conselhos Regionais de Biomedicina, das empresas cujas finalidades estejam ligadas à Podologia, na forma estabelecida em Regulamento;

V - Fica assegurado o exercício da profissão de podólogos (Enfermeiro Pedicuro, Pedicuro e Técnico em Podologia, legalmente habilitados, que estejam no desempenho de suas atividades há pelo menos 5 (cinco) anos, devendo fazer a comprovação;

VI - Para o exercício da profissão na administração pública direta ou indireta, nos estabelecimentos hospitalares, nas clínicas, postos de saúde, ambulatórios, creches, asilos ou exercícios de cargo, função ou emprego de assessoramento, chefia ou direção, será exigida, como condição obrigatória, a apresentação da carteira profissional de podólogo, emitida pelo Conselho Regional de Biomedicina.

Art. 2º - É de competência do tecnólogo em podologia e técnico podólogo:

a - vaticinar e intervir para corrigir no processo de restabelecer a normalidade dos locais quando detectarem as podopatias superficiais dos pés, de deformidades podais, utilizando-se de instrumental adequado;

b-Intervir para corrigir no processo de restabelecimento da saúde;

c - promover proteções e correções podológicas, preparar moldes e modelos para órteses e próteses;

d - ouvir e orientar as pessoas sobre medidas preventivas, bem como explicar técnica de procedimentos relacionado a podologia;

e - responsabilizar-se tecnicamente pelo local de trabalho, e em clínicas laboratórios de órteses, estabelecimentos de trabalho, hospitais, ambulatório de podologia, sob a responsabilidade do profissional médico;

f - empreender atividades educativas e orientações na esfera pública e privada, promovendo a recuperação e melhora da saúde da população;

g - emitir pareceres técnicos dentro de sua área de atuação, desde que devidamente habilitado.

Art. 3º - Todo e qualquer profissional detentor de título de técnico podólogo e tecnólogo em podologia, deverá fazer inscrição nos Conselhos Regionais de Biomedicina, preencher requerimento padronizado dirigido ao Presidente do Conselho Regional de Biomedicina. § 1º - obrigatoriamente deverá constar:

I - Nome por extenso;

II - Nacionalidade;

III - Naturalidade;

IV - Estado Civil;

V - Data de Nascimento;

VI - Filiação;

VII - Residência; e do local do trabalho quando existir;

VIII -Constar e-mail;

IX - Título constante no Diploma ou no Certificado de graduação no curso ou equivalente, emitido por instituição de ensino superior, bem como, a este equiparado, oficial, ou técnico, desde que devidamente reconhecido;

X - Data de expedição do Diploma ou do Certificado;

XI - Cópia do Diploma, Certificado ou Declaração, o nome do estabelecimento de ensino ou órgão expedidor;

XII - Cópia do histórico escolar e curriculum vitae, este último, caso tenha;

XIII - Cópia de documentos pessoais do requerente, tais como: Cédula de Identidade ou outro expedido na forma da Lei, por autoridade civil ou militar, Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e/ou outro documento equivalente, cópia de documento comprovando residência e quando for o caso, de comprovante do local de trabalho;

XIV - Cópia do Comprovante do pagamento do requerimento de inscrição e da anuidade;

XV - Cópia de quitação eleitoral e militar, para homens; e, XVI - 02 (duas) fotos de frente com dimensões 3x4 (três por quatro); § 2º - Os documentos mencionados nos itens:

IX; XI; XII; XIII; XIV e XV. § 3º - Os documentos exigidos no § 2º; deverão ser apresentados em original com as respectivas fotocópias; § 4º - Os originais constante do § 3º, serão restituídos ao requerente no ato da inscrição, após serem as fotocópias devidamente autenticadas pelo próprio Conselho Regional de Biomedicina;

Art. 4º - O registro de diploma no estrangeiro será aceito, desde que o interessado atenda as exigências dos § 1º; § 2º e 3º do artigo 3º , ainda, o seguinte:

I - O Diploma ou Certificado deverá estar devidamente revalidado e registrado na forma prevista na legislação vigente;

II - Os documentos em língua estrangeira, devidamente legalizados deverão estar traduzidos, para o vernáculo, por tradutor público juramentado;

III - Apresentação de prova de autorização para permanência definitiva no país, quando estrangeiro, devendo uma cópia ser autenticada pelo Conselho Regional de Biomedicina, a qual fará parte integrante dos documentos do requerente junto ao Conselho Regional de Biomedicina.

Art. 5º- Após realização da inscrição na forma prevista nesta Resolução, o Conselho Regional de Biomedicina, fará expedir a carteira e/ou cédula profissional de identidade profissional de acordo com modelos estabelecidos pelo Conselho Federal de Biomedicina.

Art. 6º- A carteira profissional é válida em todo Território Nacional como prova de identidade para qualquer efeito, tendo validade de cinco (05) anos; após deverá ser renovada.

Art. 7º- Fica instituída a inscrição provisória, com exibição dos documentos exigidos para inscrição definitiva, desde que apresente a certidão ou declaração expedida pelo Estabelecimento de Ensino, mencionando que o requerente concluiu o curso e que o seu diploma se encontra em fase de emissão ou registro nos órgãos competentes.

§ 1º - A inscrição Provisória será concedida no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser renovada por até igual período;

§ 2º - - No ato do pedido da Inscrição provisória, o requerente ou seu representante legal, deverá apresentar documento que comprove o pagamento da taxa de inscrição e da anuidade. E quando solicitar a inscrição definitiva, não haverá necessidade de pagamento de novas taxas ou inscrição, se ocorrer durante o ano, em que fez o requerimento da inscrição provisória;

§ 3º - A inscrição provisória, somente poderá ser renovada além do tempo estabelecido no § 1º do artigo 7º, desde que motivado pelo requerente; § 4º - Ao inscrito provisoriamente, será concedido todos os direitos assegurados ao profissional com inscrição definitiva, assim como estará sujeito aos deveres e obrigações.

Art. 8º- O prazo máximo para o Conselho Regional de Biomedicina realizar a emissão da carteira e/ou cédula profissional do requerente será de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data da inscrição.

Art. 9º- Os profissionais técnicos podólogos e tecnólogos em podologia, ficam sujeitos ao pagamento de anuidade e taxa fixada pelo Conselho Federal de Biomedicina, tanto para pessoas físicas e jurídicas, assim também, taxas e multas estabelecido pelo Conselho Federal de Biomedicina. Parágrafo único: O pagamento da anuidade ao Conselho Regional de Biomedicina da respectiva jurisdição constitui condição de legitimidade do exercício da profissão.

Art. 10º - O processo de inscrição é sumário, conferindo ao interessado o direito de ampla defesa e de recurso junto ao Conselho Federal de Biomedicina - CFBM, com as mesmas vantagens dos profissionais biomédicos.

Art. 11º - Caberá ao plenário do Conselho Regional de Biomedicina analisar o processo, o âmbito de autuação do profissional em conformidade com a legislação em vigor.

Art. 12º - Quanto a decisão do plenário do Conselho Regional de Biomedicina, obrigatoriamente será comunicada ao profissional interessado, no prazo de até 05 (cinco) dias, por via postal, com aviso de recebimento, inclusive por e-mail;

Art. 13 - Da decisão do Conselho Regional de Biomedicina, caberá recurso ao Conselho Federal de Biomedicina, no prazo de 15 (quinze) dias úteis em conformidade com a legislação civil vigente, a contar da notificação;

Art. 14 - O técnico podólogo e o tecnólogo em podologia obrigatoriamente deverá exercer sua atividade, de acordo com a biossegurança, higienizar local de trabalho, usar equipamento de proteção individual - EPI, esterilizar instrumental, acondicionar instrumentais cortantes para descarte, acondicionar lixo contaminado para incineração em conformidade com a legislação, e pertinente a execução dos procedimentos exclusivamente relacionado ao procedimento, ficando vedado qualquer forma de manipulação e/ou prescrição.

Art. 15 - Os Conselhos Regionais de Biomedicina, funcionar-se-á em pleno e para assuntos específicos deverão organizar as câmaras especializadas compostas exclusivamente por técnicos podólogos e tecnólogos em podologia, ficando as câmaras encarregadas de julgar e decidir sobre os assuntos da fiscalização pertinentes às respectivas modalidades e às infrações ao Código de Ética.

§ 1º - Quando os atos submetidos as câmaras para julgamento do plenário do Conselho Regional de Biomedicina, este de forma imprescindível, deverá utilizar-se de um dos membros da câmara especializada em podologia, para acompanhar o julgamento, e se for o caso, fazer o devido esclarecimento;

§ 2º - Somente poderá pertencer às câmaras profissionais tecnólogos em podologia e técnicos podólogos, quando referir-se a processos éticos e outros;

§ 3º - Os tecnólogos em podologia e técnicos podólogos, farão jus a uma gratificação, por sessão a que comparecerem, na forma estabelecida em normas próprias aprovadas, e editadas pelos Conselhos Federal e Regionais de Biomedicina;

Art. 16 - Os Conselhos Federal e Regionais de Biomedicina, estimularão os profissionais podólogos por todos os meios, inclusive quando necessário com concessão de auxílio pecuniário desde que aprovado pelo plenário, segundo normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Biomedicina, em realizações de natureza cultural e congressos, visando o crescimento do profissional e à Classe.

Art. 17 - Os estabelecimentos de ensino, que ministrem cursos de Podologia regulamentado, deverão enviar a relação de profissionais formados, até 6 (seis) meses após a conclusão dos cursos, ao Conselho Regional de Biomedicina da jurisdição, informando que foi conferido diploma ou certificado, contendo nome, endereço, filiação e data da conclusão.

Art. 18 - A transferência do profissional habilitado do Conselho Regional de Biomedicina de origem para outro, somente será concedida través do requerimento realizado pelo interessado ou seu representante legal junto ao Conselho Regional de Biomedicina, acompanhado da certidão constando se responde ou não a processo ético disciplinar, de cópia da taxa de cobrança de anuidade ou multa, ainda, deverá o requerente fazer a entrega da Cédula Profissional ao Conselho Regional de Biomedicina junto com o requerimento. Parágrafo Único: O profissional ou o responsável devidamente autorizado através de procuração particular, a qual deve conter firma reconhecida, e no caso, se for advogado, não há necessidade de reconhecimento de firma, preencherá e assinará as fichas necessárias à formalização de sua transferência.

Art. 19º - Todas as despesas resultantes do pedido de transferência ocorrerão por conta do profissional.

Art. 20º- Os tecnólogos em podologia e os técnicos podólogo, devidamente inscritos nos Conselhos Regionais de Biomedicina, cuja jurisdição estiver inscrito, 20 % (vinte por cento) do produto da arrecadação, da anuidade, taxas e cobrança das pessoas físicas e jurídicas, legados, doações, subvenções, rendas patrimoniais, e multas, constitui renda do Conselho Federal de Biomedicina. Ficando estabelecido aos respectivos Conselhos Regionais de Biomedicina, dar integral cumprimento aos incisos I, II, e III do artigo 17 da Lei Federal nº. 6.684, de 03 de setembro de 1979.

Art. 21º - Os profissionais tecnólogos em podologia e os técnicos podólogo, ocupar-se-ão das atividades que lhes são inerentes, em conformidade com o estabelecido pelos cursos regulares, e por esta resolução.

§ 1º - Os profissionais tecnólogos em podologia e os técnicos podólogos, não terão direito a voto e a ser votado, sendo vedada sua participação em qualquer cargo nos Conselhos Federal e Regionais de Biomedicina; mas poderão constituírem sindicatos, e pertencerem às câmaras de sua categoria profissional, que será instituída pelo respectivo Conselho Regional de Biomedicina.

§ 2º - Cumpre ao respectivo Conselho Regional de Biomedicina, em que estiver inscrito o profissional tecnólogo em podologia e técnico podólogo, fiscalizar seu exercício, representando inclusive as autoridades competentes, sobre os fatos que apurar e cuja solução ou repressão não seja de sua alçada;

Art. 22º- Fica estabelecido que os Conselhos Regionais de Biomedicina, na fiscalização do exercício do profissional tecnólogo em podologia e o técnico podólogo, será realizada exclusivamente por fiscal da respectiva área de podologia, ficando o Conselho Regional de Biomedicina responsável pela devida contratação.

Art. 23º - Os Conselhos Regionais de Biomedicina, estão incumbidos de enviar de 03 (três) em 03 (três) meses, lista completa de nomes e endereços inclusive eletrônico, dos profissionais tecnólogos em podologia e dos técnicos podólogos, devidamente inscritos nos respectivos Conselhos Regionais de Biomedicina, bem como, a planilha de repasse da verba pertencente ao Conselho Federal de Biomedicina.

Art. 24 - Constitui infração disciplinar, ficando sujeito a penalidade, o profissionais tecnólogos em podologia e dos técnicos podólogos que:

I - transgredir preceito do Código de Ética Profissional;

II - exercer a profissão, quando impedido de fazê-lo, ou facilitar, por qualquer meio, o seu exercício aos não registrados ou aos leigos;

III - violar sigilo profissional;

IV - praticar, no exercício da atividade profissional, ato que a lei defina como crime ou contravenção;

V - não cumprir, no prazo assinalado, determinação emanada de órgãos ou autoridade do Conselho Federal e Regional de Biomedicina, em matéria de competência deste, após regularmente notificado;

VI - deixar de pagar, pontualmente ao Conselho Regional, as contribuições a que está obrigado;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900133

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VII - faltar a qualquer dever profissional prescrito nesta Lei;
VIII - manter conduta incompatível com o exercício da profissão. Parágrafo único. As faltas serão apuradas levando-se em conta a natureza do ato e as circunstâncias de cada caso.

Art. 25 - As penas disciplinares consistem nas mesmas aplicadas aos profissionais biomédicos, em consonância com o artigo 25 da Lei nº 6.684, de 03 de setembro de 1979, bem como, em conformidade com os preceitos estabelecidos pelo Código de Ética do profissional biomédico.

Art. 26 - Para cumprimento aos termos estabelecido no artigo 17, fica o respectivo Conselho Regional de Biomedicina responsável pela comunicação da presente resolução, junto as escolas que ministrem cursos em podologia;

Art. 27º - Quanto ao exercício profissional de tecnólogos em podologia e técnicos podólogos, ficam os mesmos sujeitos as mesmas Leis, Resoluções e Normativas estabelecida ao Conselho Federal e Regionais de Biomedicina.

Art. 28º - Os casos omissos referentes a materiais tratadas nesta resolução serão de competência única do Plenário do Conselho Federal de Biomedicina - CFBM.

Art. 29º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SILVIO JOSÉ CECCHI
Presidente do Conselho

MAURÍCIO GOMES MEIRELLES
Secretário

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO Nº 2.741, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "r", do artigo 4º, da Resolução CFMV nº 591, de 26.06.92, e consoante a Resolução CFMV nº 1041, de 13/12/2013 e, considerando a deliberação da 487ª Reunião Plenária, de 21.2.2018, resolve:

Art. 1º Homologar os registros das empresas aprovados na Reunião Plenária acima referida, cuja relação faz parte integrante desta, encontrando-se arquivada neste Conselho.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

MÁRIO EDUARDO PULGA
Presidente do Conselho

SILVIO ARRUDA VASCONCELOS
Secretário-Geral

RESOLUÇÃO Nº 2.742, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "r", do artigo 4º, da Resolução CFMV nº 591, de 26.06.92, e consoante a Resolução CFMV nº 1041, de 13/12/2013 e, considerando a deliberação da 487ª Reunião Plenária, de 21.2.2018, resolve:

Art. 1º Homologar os cancelamentos de registro das empresas aprovados na Reunião Plenária acima referida, cuja relação faz parte integrante desta, encontrando-se arquivada neste Conselho.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

MÁRIO EDUARDO PULGA
Presidente do Conselho

SILVIO ARRUDA VASCONCELOS
Secretário-Geral

RESOLUÇÃO Nº 2.743, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "r", do artigo 4º, da Resolução CFMV nº 591, de 26.06.92, e consoante a Resolução CFMV nº 1041, de 13/12/2013 e, considerando a deliberação da 487ª Reunião Plenária, de 21.2.2018, resolve:

Art. 1º Homologar os registros dos Médicos Veterinários e Zootecnistas aprovados na Reunião Plenária acima referida, cuja relação faz parte integrante desta, encontrando-se arquivada neste Conselho.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

MÁRIO EDUARDO PULGA
Presidente do Conselho

SILVIO ARRUDA VASCONCELOS
Secretário-Geral

RESOLUÇÃO Nº 2.744, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "r", do artigo 4º, da Resolução CFMV nº 591, de 26.06.92, e consoante a Resolução CFMV nº 1041, de 13/12/2013 e, considerando a deliberação da 487ª Reunião Plenária, de 21.2.2018, resolve:

Art. 1º Homologar os cancelamentos de registro dos Médicos Veterinários e Zootecnistas aprovados na Reunião Plenária acima referida, cuja relação faz parte integrante desta, encontrando-se arquivada neste Conselho.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

MÁRIO EDUARDO PULGA
Presidente do Conselho

SILVIO ARRUDA VASCONCELOS
Secretário- Geral

RESOLUÇÃO Nº 2.745, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "r", do artigo 4º, da Resolução CFMV nº 591, de 26.06.92, e consoante a Resolução CFMV nº 1041, de 13/12/2013 e, considerando a deliberação da 487ª Reunião Plenária, de 21.2.2018, resolve:

Art. 1º Homologar as suspensões de registro dos profissionais, em razão de aposentadoria, aprovados na Reunião Plenária acima referida, cujos nomes fazem parte integrante desta, encontrando-se arquivado neste Conselho.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

MÁRIO EDUARDO PULGA
Presidente do Conselho

SILVIO ARRUDA VASCONCELOS
Secretário-Geral

RESOLUÇÃO Nº 2.746, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "r", do artigo 4º, da Resolução CFMV nº 591, de 26.06.92, e consoante a Resolução CFMV nº 1041, de 13/12/2013 e, considerando a deliberação da 487ª Reunião Plenária, de 21.2.2018, resolve:

Art. 1º Homologar as suspensões de registro dos profissionais, em razão de falecimento, aprovados na Reunião Plenária acima referida, cujos nomes fazem parte integrante desta, encontrando-se arquivado neste Conselho.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

MÁRIO EDUARDO PULGA
Presidente do Conselho

SILVIO ARRUDA VASCONCELOS
Secretário-Geral

RESOLUÇÃO Nº 2.747, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "r", do artigo 4º, da Resolução CFMV nº 591, de 26.06.92, e consoante a Resolução CFMV nº 1041, de 13/12/2013 e, considerando a deliberação da 487ª Reunião Plenária, de 21.2.2018, resolve:

Art. 1º Homologar as transferências dos Médicos Veterinários e Zootecnistas recebidas em outros CRMV's, aprovadas na Reunião Plenária acima referida, cuja relação faz parte integrante desta, encontrando-se arquivada neste Conselho.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

MÁRIO EDUARDO PULGA
Presidente do Conselho

SILVIO ARRUDA VASCONCELOS
Secretário-Geral

RESOLUÇÃO Nº 2.748, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "r", do artigo 4º, da Resolução CFMV nº 591, de 26.06.92, e consoante a Resolução CFMV nº 1041, de 13/12/2013 e, considerando a deliberação da 487ª Reunião Plenária, de 21.2.2018, resolve:

Art. 1º Homologar os cancelamentos por regularização (anexo I), as defesas dos autos de infração (anexo II) e os recursos dos autos de multa (anexo III), autos cancelados (anexo IV), aprovados na Reunião Plenária acima referida, cuja relação faz parte integrante desta, encontrando-se arquivada neste Conselho.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

MÁRIO EDUARDO PULGA
Presidente do Conselho

SILVIO ARRUDA VASCONCELOS
Secretário-Geral

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA DA 20ª REGIÃO

PORTARIA Nº 68, DE 16 DE MARÇO DE 2018

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE QUIMICA - 20ª REGIÃO - CRQ-XX, no uso das atribuições do art. 17 da Lei nº 2.800/56 e do art. 5º da Resolução Ordinária nº 15.508/2008, resolve:

Art. 1º O item II do artº 1ª da PORTARIA CRQ-XX Nº 65, DE 17 DE JANEIRO DE 2018, passa a vigorar com a seguinte alteração:

" Art. 1º .....

II - 13 de abril, sexta-feira (sessão extraordinária);"

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EVANDER LUIZ FERREIRA

INTERNET
www.in.gov.br